

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CÉTICO, ATEU, OBSCENO**

Crítica, conhecimento histórico e cultura impressa em Pierre Bayle (1647-1706)

Jacson Schwengber

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

PORTO ALEGRE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CÉTICO, ATEU, OBSCENO**

Crítica, conhecimento histórico e cultura impressa em Pierre Bayle (1647-1706)

Jacson Schwengber

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em história, sob orientação do professor doutor Fernando Felizardo Nicolazzi.

PORTO ALEGRE

2022

Porto Alegre, 28 de março de 2022

Resultado: aprovado com conceito A

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi (Orientador)

Departamento de História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Luiz César de Sá Júnior

Departamento de História

Universidade de Brasília (UNB)

---

Profa. Dra. Maria Cecília Pedreira de Almeida

Departamento de filosofia

Universidade de Brasília (UNB)

---

Profa. Dra. Silvia Liebel

Departamento de História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

### CIP - Catalogação na Publicação

Schwengber, Jacson  
Cético, ateu, obsceno. Crítica, conhecimento  
histórico e cultura impressa em Pierre Bayle  
(1647-1706) / Jacson Schwengber. -- 2022.  
328 f.  
Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Historiografia. 2. crítica histórica. 3.  
erudição. 4. ceticismo histórico. 5. Pierre Bayle. I.  
Felizardo Nicolazzi, Fernando, orient. II. Título.

## RESUMO

Esta tese apresenta um estudo sobre a constituição de discursos historiográficos produzidos em língua francesa, entre o final do século XVII e início do século XVIII. Trata-se de um recorte temporal bem estabelecido como momento decisivo para a conformação do saber histórico moderno e contemporâneo. É dada ênfase aos desdobramentos próximos à revogação do Édito de Nantes, quando a situação dos huguenotes do reino da França se degradou de vez. No embate entre católicos e protestantes, se produziu vasto e rico material sobre a natureza e os procedimentos da pesquisa histórica. Considerações teológico-políticas conformavam o modo como acontecimentos do presente e do passado recente eram entendidos. Nesse mesmo período, a literatura histórica, de todas as épocas, estava sendo reavaliada nos termos da precisão crítico documental. Um evento central para essa pesquisa diz respeito à publicação do *Dictionnaire historique et critique* (DHC), escrito por Pierre Bayle. Esse livro, com suas características tipográficas *sui generis*, serviu de ancoragem para compreender o cotidiano das atividades intelectuais e muitos dos aspectos pragmáticos que condicionavam as práticas letradas. O DHC tanto descreve sua própria natureza editorial quanto tematiza a cultura impressa de seu tempo. Como se sustenta, é um livro sobre a produção e circulação de livros. No seu dicionário, entre outras coisas, Pierre Bayle teria resumido em francês o essencial de três séculos das letras humanistas e servido como arquivo privilegiado para o Iluminismo. Somado à recolha de referências bibliográficas, Bayle também realizou comentários críticos, estabeleceu tipologias textuais, formulou modalidades de análise e propôs regras de conduta para o debate erudito. Com base nesses elementos, defende-se que em Pierre Bayle podemos identificar uma complexa teoria sobre as (im)possibilidades de um conhecimento histórico verdadeiro.

**Palavras-chave:** crítica; historiografia; ceticismo; conhecimento histórico.

## RÉSUMÉ

Cette thèse présente une étude sur la constitution des discours historiographiques produits en français, entre la fin du XVII<sup>ème</sup> siècle et le début du XVIII<sup>ème</sup> siècle. C'est un cadre temporel bien établi comme un moment décisif pour la conformation du savoir historique moderne et contemporain. L'accent est mis sur les développements plus près de la révocation de l'Édit de Nantes, moment où la situation des huguenots du royaume de France s'est définitivement détériorée. Dans l'affrontement entre catholiques et protestants, un matériel vaste et riche a été produit sur la nature et les procédures de la recherche historique. Des considérations théologique-politiques ont donné forme à la manière dont les événements du présent et du passé récent étaient compris. Dans le même temps, la littérature historique de tous les temps était réévaluée en termes d'exactitude documentaire critique. La publication du *Dictionnaire historique et critique* (DHC), rédigé par Pierre Bayle, est un événement central de cette recherche. Les caractéristiques typographiques de ce livre *sui generis* aident à comprendre la vie quotidienne des activités intellectuelles et plusieurs des aspects pragmatiques qui ont conditionné les pratiques savants. Le DHC, à la fois, décrit sa propre nature éditoriale et thématise la culture imprimée de son temps. Donc il est dit que c'est un livre sur la production et la circulation des livres. Dans son dictionnaire, entre autres, Pierre Bayle aurait résumé en français l'essentiel de trois siècles de lettres humanistes et servi d'archive privilégiée aux Lumières. Bayle a rassemblé des références bibliographiques, il a fait des commentaires critiques, il a établi des typologies textuelles, il a formulé des modalités d'analyse et il a proposé des règles de conduite pour le débat savant. De tout ce qui a été dit, il est défendue que chez Pierre Bayle on peut identifier une complexe théorie sur les (im)possibilités d'un savoir historique véritable.

**Mots clés:** critique; historiographie; scepticisme; savoir historique.

## ABSTRACT

This thesis presents a study on the the constitution of historiographical discourses produced in French language, between the end of the 17th century and the beginning of the 18th century. This chronological framework is well established as a decisive moment for the conformation of modern and contemporary historical knowledge. Events close to the Revocation of the Nantes Edict received special attention. At that moment, the situation of the Huguenots of the Kingdom of France got worse. In the clash between Catholics and Protestants, vast and rich material was produced on the nature and procedures of historical research. Theological-political considerations shaped the way in which events in the present and in the recent past were understood. At the same time, historical literature of all times was being reevaluated in terms of critical documentary accuracy. A central event for this research concerns the publication of *Dictionnaire historique et critique* (DHC), written by Pierre Bayle. This book, with its *sui generis* typographic characteristics, served as a source to understand the daily life of intellectual activities and many of the pragmatic aspects that conditioned literate practices. The DHC, at the same time, describes its own editorial nature and thematizes the print culture of its time. As it stands, it is a book about the production and circulation of books. In his dictionary, among other things, Pierre Bayle would have summarized in French language the essentials of three centuries of humanist letters and served as a privileged archive for the Enlightenment. In addition to the collection of bibliographical references, Bayle also carried out critical comments, established textual typologies, formulated analysis modalities and proposed rules of conduct for scholarly debate. Based on these elements, it is argued that in Pierre Bayle we can identify a complex theory about the (im)possibilities of true historical knowledge.

**Keywords:** criticism; historiography; skepticism; historical knowledge.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



## AGRADECIMENTOS

Depois de mais de quatro anos de pesquisas, escritas e reescritas, muitas e muitos são aquelas e aqueles a quem esses agradecimentos se dirigem. Pessoas, instituições e agências foram essenciais para a realização deste empreendimento.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, pelo suporte oferecido por seus funcionários técnico-administrativos e por seus docentes.

Aos profissionais das diferentes bibliotecas nas quais realizei pesquisas – em especial, àqueles da biblioteca do IFCH, da biblioteca central da UFRGS (setor de obras raras) e da biblioteca central da PUC/RS –, pelo atendimento sempre diligente.

Ao CNPq, pela Bolsa de Doutorado. A menção recorrente às agências de fomento dá uma impressão de trivialidade típica das formalidades rotineiras. Não é o caso. Sem financiamento essa pesquisa teria sido inviável. Foi a bolsa que permitiu minha participação em eventos (antes da pandemia) e a aquisição de livros e de equipamentos, bem como deu condições materiais mínimas para que eu pudesse dedicar o tempo necessário ao trabalho acadêmico.

Ao GT de teoria da história e história da historiografia da ANPUH/RS, pelo espaço privilegiado de debates e apresentação de projetos ainda em andamento. Em especial, à amiga e professora Renata dal Sasso Freitas, coordenadora do GT, por me convidar, no ano de 2017, para a vice coordenação do grupo.

À colega Júlia Helena Dias e aos colegas Vicente Detoni, Diego José Fernandes Freire, Jaime Santos e Guilherme Cardoso, pelas leituras e comentários que fizeram

do meu projeto de doutorado. Com essas pessoas, todas sob orientação do professor Fernando Nicolazzi, pude estabelecer ricas trocas intelectuais.

Ao meu orientador, professor Fernando Nicolazzi, por saber estabelecer e equilibrar as necessárias condições de autonomia e de atenção para a realização da presente pesquisa. Situação particularmente sensível nos dois últimos anos em meio a uma crise sanitária que exigiu isolamento social. Muitas das questões historiográficas com as quais trabalho desde o mestrado estão relacionadas aos seus textos, às suas palestras e às conversas que tive com ele.

À professora Regina Weber e ao professor Luíz César de Sá Júnior, pelos comentários críticos e pelas sugestões no momento de qualificação desta tese.

Às professoras Silvia Regina Liebel e Maria Cecília Pedreira de Almeida, como também, novamente, ao professor Luíz César de Sá Júnior, por aceitarem fazer parte da banca de defesa da tese. É um privilégio, no final desta trajetória, contar com a avaliação de especialistas que foram referências para meu entendimento a respeito das obras de Pierre Bayle, do contexto da época e do tipo de historiografia que então se produzia.

À colega e amiga Livia Gallo, tanto pelos debates historiográficos quanto pelas conversas amenas – conversas e debates, muitas vezes, realizados nos bares da Cidade Baixa. Além de nossa predileção pela historiografia, nos aproxima também a inclinação por dar nomes de personalidades históricas para nossos animais domésticos – sim, historiadores e historiadoras são seres de hábitos peculiares.

Ao colega e amigo Roger Camacho por tantas conversas e por me receber, junto com sua família, de forma tão afetiva em São Paulo. Roger consegue articular inteligência e afetuosidade, coisa rara nas relações muitas vezes frias e impessoais do mundo acadêmico.

Ao também colega e amigo José Júnior, por compartilhar de forma tão generosa sua paixão pelo conhecimento. José, além de possuir uma escrita

refinadíssima, é um estudioso e defensor incondicional dos direitos humanos e da infância.

Ao grande amigo Lucas André Gasparotto. Nosso convívio cotidiano foi prejudicado devido às dimensões continentais desse país e a uma pandemia que nos assola, mas Lucas segue minha referência insuperável sobre teatro, flamenco, tropicália, literatura e afins; e sim, Lucas, tinha razão, era um absurdo que eu ainda não tivesse lido Caio Fernando Abreu.

À Paolla Ungaretti, pelos anos de cumplicidade, parceria e paciência (nem sempre muita) ouvindo sobre as desventuras de um letrado que viveu no remoto século XVII. Muito da bibliografia que consultei ao longo dessa pesquisa conheci por meio de comentários feitos por ela. Devo à Paolla e a um conjunto de outras historiadoras (referenciadas ao longo dessa pesquisa) ter tido acesso às lentes que permitiram visualizar muitos dos traços misóginos que estruturavam (e seguem estruturando) os discursos historiográficos.

À minha irmã de alma e de ofício, Bibiana Werle, por ser uma confidente e uma fonte de conselhos inestimáveis.

A Cláudio Klippel, por sempre aprender com ele sobre a ética do cuidado e por ele ser uma pessoa cuja generosidade não cansa de me impressionar.

À Luciana Ribeiro, pelo afeto, companheirismo, acolhimento e pelas nossas muitas risadas compartilhadas. Terminar a tese não foi fácil, mas teria sido muito mais difícil sozinho. Ter conhecido tanto brilho em uma época de tantas sombras fez e faz contrastar o próprio tempo. À Luciana que não cabe em descrições, mas que, aqui, destaco minha admiração pela professora antropóloga, pela pesquisadora etnógrafa, pela brincante de carnaval, pela mãe de Cauê e, principalmente, registro meu encantamento com seu sorriso e sua presença lindos como as manhãs de Olinda.

Aos meus familiares, pelo suporte e pelo afeto. Em especial, à minha mãe, Glória Sibila Quintana, por sempre ter sido uma incentivadora e uma parceira de todas as horas. Em dado momento, entre o início e o fim dessa pesquisa, estive ao

lado dela enquanto ela enfrentava um tratamento de câncer. Minha mãe, outra vez, venceu! E, como sempre na sua vida, com coragem e ternura. Ela é, entre muitas outras coisas uma conhecedora das artes de corte e costura. Soube me ensinar o valor contido nas tramas e nos enredos do saber. Na casa em que cresci, “tecer”, “tecido” e “texto” não conformavam somente relações etimológicas; muitos trechos desta tese têm ao fundo, como no cenário da minha infância, o som de máquinas de costura em funcionamento.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
Da periferia ao exílio.....	20
O filósofo de Roterdã.....	27
O lugar de Bayle na historiografia.....	33
Elaboração do recorte .....	43
<b>CAPÍTULO 1: O DICIONÁRIO HISTÓRICO E CRÍTICO</b> .....	<b>49</b>
Gênese editorial do DHC.....	49
A página bayliana .....	60
Lendo Bayle .....	70
Referências cruzadas: veredas que se bifurcam .....	79
Mutações editoriais e tentativas de racionalizar a recepção.....	94
<b>CAPÍTULO 2: CETICISMO HISTÓRICO EM PIERRE BAYLE</b> .....	<b>107</b>
Déjà Vu: dúvidas (hoje, outrora).....	107
Disputas passadas, passados em disputa.....	116
Incertezas historiográficas: fatos e trapaças .....	128
O poder dos fatos, os fatos do poder .....	140
História, gazetas e a propagação de notícias falsas .....	152
<b>CAPÍTULO 3: A CRÍTICA TEXTUAL HISTÓRICA</b> .....	<b>166</b>
O que foi a crítica?.....	166
Crítica não é coisa tão séria.....	176
Criticar não é falar mal: a sensibilidade dos “senhores autores” .....	185
O trabalho da crítica .....	194
Nada sério, mas há que ter seriedade .....	206
Exame minucioso, assuntos minudenciosos: o diabo nos detalhes .....	214

<b>CAPÍTULO 4: A HISTÓRIA QUE BAYLE ESCREVEU.....</b>	<b>226</b>
Obscenas heresias .....	226
Libertinagem não é subversão .....	234
“O Deus de Espinosa” e as virtudes sem crença .....	246
Dos direitos e deveres de um historiador .....	253
Variegação, misturas, pouca uniformidade .....	258
História e crítica .....	262
Nada melhor na história do que o real .....	272
Momento cartesiano .....	278
<b>QUASE EPÍLOGO.....</b>	<b>289</b>
Uma impossível história perfeita.....	289
Por fim, epílogo .....	308
<b>FONTES.....</b>	<b>316</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>321</b>

## INTRODUÇÃO

Essa tese procura oferecer uma análise a respeito de um dos começos da historiografia moderna. Fala-se em *um começo*, porque parece despropositado querer falar “do” começo. Busco fundamentar essa perspectiva com base na constatação de que foram vários os pontos de inflexão que ajudaram a conformar nossas atuais concepções de história. Os paralelos que serão feitos, entre diferentes momentos, não ignorarão as discontinuidades. Embora restrito ao universo cultural centro europeu, a pesquisa não trata de uma realidade homogênea e uniforme. Entre os séculos XV e XVIII – momento que, com algumas variações cronológicas, se convencionou como a gênese da modernidade – foi produzido vasto e rico material sobre a natureza e os procedimentos de pesquisa do passado. Teorizações sofisticadas, tanto na forma quanto no conteúdo – se é que se pode separar completamente, de maneira não arbitrária, o que se diz do modo como é dito. Argumentarei que os textos escritos por Pierre Bayle, bem como a recepção que tiveram, permitem a formulação de uma explicação sobre o tema.

O enredo explicativo foi elaborado com base na seleção de alguns eventos, os quais tiveram lugar no contexto letrado de língua francesa das últimas décadas do Seiscentos. O evento central para a análise que segue diz respeito a publicação, em 1696, do *Dictionnaire historique et critique* (DHC). O(a) leitor(a) contemporâneo(a), principalmente se profissional da área de história, acredito que irá se deparar tanto com traços de identificação quanto de estranhamento. O rigor e a forma com que Pierre Bayle propôs a análise das fontes é muito próxima dos modelos metodológicos adotados pela ciência histórica no século XIX e que, após críticas e revisões, ainda vigora em alguns de seus aspectos nas pesquisas acadêmicas de nossos dias. Também poderá soar familiar a forma como Bayle tratou a questão da tolerância, da laicidade e da livre circulação de ideias. Contudo, o contexto epistemológico no qual esse autor produziu suas ideias foi, em muitos pontos, radicalmente diferente do nosso. Destacar as especificidades do vocabulário e das categorias daquele tempo

tem por objetivo produzir o afastamento e o estranhamento necessários para não cair, tanto quanto possível, naquilo que Paul Veyne chamou de ilusão retrospectiva (VEYNE, 1998).

O primeiro desafio de análise diz respeito aos diferentes significados da palavra história. Apesar das múltiplas configurações de ordem política, social, psicológica e linguística que tiveram lugar ao longo do tempo, foi possível construir uma identidade historiográfica, entre outras, que nos vincula a *um início* de mais de dois mil anos. Estaríamos, ainda hoje, reatualizando os propósitos dos nossos ancestrais de ofício. Um dos liames que nos atrela à Grécia do século V a.C. está no sentido da palavra *istoriê* (investigação) tal como Heródoto colocou na abertura de seu livro fundador. Não obstante, fica o questionamento sobre até que ponto, sob um nome que não mudou, é legítimo supor essa linha de continuidade que parte dos gregos, passa pelos romanos e chega até nós.

No ano de 1936, Lucien Febvre registrou que “haveria um belo livro a escrever sobre a palavra história e a variação de seus sentidos no curso de períodos sucessivos ... da história”<sup>1</sup>. De lá para cá, de fato, muitos belos livros foram escritos sobre o tema. Hoje, não faltam estudos respondendo à questão colocada no parágrafo acima. O que não quer dizer que debates envolvendo a polissemia do termo estejam resolvidos de uma vez por todas. De acordo com o filósofo Jacques Rancière, “há mais de um século, os que se interessam pela história, e são muitos, brigam com a palavra”. Isto porque existe uma ambiguidade semântica no próprio significado desse vocábulo tal como o entendemos: “uma história, em sentido comum, é uma série de acontecimentos que se passam com sujeitos geralmente designados por nomes próprios”. No entanto, “uma história é também a narrativa dessas séries de acontecimentos atribuídas a nomes próprios” (RANCIÈRE, 2014, p. 01). No contexto do século XVII, que interessa particularmente a essa pesquisa, existiam ainda outras ambiguidades.

---

<sup>1</sup> “Il y aurait un beau livre à écrire sur le mot d'histoire et ses variations de sens au cours des périodes successives ... de l'histoire” (FEVRE, 1936, p. 301).



Acredito que, apesar de suas variações de significado, a maioria das(os) leitoras(es) estaria de acordo que a palavra história pretende designar fatos e ações ocorridos no passado. Provável, inclusive, que a maioria pense história na forma de um enredo cronologicamente ordenado em uma narrativa<sup>2</sup>. No período em análise, nem sempre foi o caso. Ou melhor, muitas vezes não era o caso. A partilha do conhecimento que, faz mais de duzentos anos, nos é familiar no ocidente (e no mundo ocidentalizado) não estava configurada na época de Pierre Bayle. As historiadoras Gianna Pomata e Nancy G. Siraisi destacam a ubiquidade da palavra história no vocabulário de ampla gama de disciplinas de inícios da era moderna, no entanto, em áreas do saber nas quais hoje dificilmente a encontraríamos. Além do estudo da história civil e dos antiquários, por exemplo, *história* era um instrumento de análise na medicina, na anatomia, na botânica e na zoologia – saberes entendidos como parte da filosofia natural (POMATA; SIRAI SI, 2005).

Esses sentidos do termo história se somam a sua definição retórico literária. Eventualmente, possui uma ou outra significação. Dessa forma, não basta identificar a presença da palavra história para supor que se está diante de um texto pertencente a nossa tradição historiográfica. É preciso que se avalie o contexto no qual o vocábulo está inserido e de que fenômenos ele pretende dar conta. Nos escritos de Bayle, história aparece como narrativa de eventos do passado. Aliás, o autor, mais de uma vez, oferece definições retórico formais do que é história. Mas também faz usos do termo que são próximos àqueles mobilizados em tratados de medicina, de animais e plantas ou de objetos antiquários (moedas, utensílios, inscrições, monumentos, vestígios arqueológicos, etc.). Ou seja, história como equivalente a “descrição de...”. Porém, não utiliza exatamente com o mesmo significado anatômico de autópsia da *historia naturalis*. Veremos que Bayle diversas vezes aplica história para qualificar sua posição de um jornalista/relator objetivo (*journaliste/rapporteur*). Em seus textos, história como *descrição de alguma coisa* não carrega consigo, necessariamente, a ideia de que essa coisa seja um fenômeno empírico diretamente visto por ele. Em síntese,

---

<sup>2</sup> Pensar o passado histórico em termos narrativos é tão corriqueiro que, muitas vezes, se supõe que as sequências de datas e o arranjo cronológico são atributos do próprio passado. No entanto, trata-se de uma especificidade cultural que assim tratemos o passado (LOWENTHAL, 2002, p. 219).

com Bayle história indica uma relação entre observador e objeto, como nas ciências naturais; mas, ao mesmo tempo, envolve elementos éticos e morais que autorizam sua fala.

O segundo desafio para a análise vai no sentido oposto ao primeiro, mas lhe é correlato. Se, por um lado, não basta identificar a presença da palavra história para supor que se está diante de um texto pertencente a nossa tradição historiográfica; por outro, a ausência do registro da palavra história tampouco deve levar à conclusão de que o texto não seja relevante para a compreensão da construção do conhecimento histórico. Para o historiador Joseph Levine, o aperfeiçoamento das técnicas de análise documental e arqueológica, no século XVII, preparou o caminho para a moderna disciplina da história. Talvez, o gênero “história”, propriamente dito, tenha adotado tardiamente as operações críticas (LEVINE, 1999) – interpretação que questiono no capítulo quatro. Seja como for, existiam diversas modalidades enunciativas sobre o passado que faziam uso de formas rigorosas de inquirição, tais como *memórias*, *dissertações*, *cronologias*, *antiguidades*, e *dicionários históricos*. Nem sempre esses textos de compilação, filologia e crítica eram considerados propriamente livros de história.

Proponho, portanto, que esse estudo poderá contribuir para o entendimento da historiografia no período moderno. Entendendo por historiografia não só a prática de escrita da história, em sentido estrito, mas também a historicização, a crítica e a teorização a respeito das diversas formas de inquirir o passado. Parte da tarefa que me proponho é aproximar, tanto quanto possível, os textos escritos por Pierre Bayle, no século XVII, de suas primeiras legibilidades. Paralelo a esse esforço, procurei descrever que muitos dos traços que, eventualmente, poderiam ser atribuídos à pesquisa acadêmica da história, hoje, faziam parte, naquele momento, de outras modalidades discursivas (como as elencadas no parágrafo anterior). No caso de Bayle, será dada ainda especial atenção a duas outras modalidades de enunciar e inquirir a respeito do passado: a crítica e o comentário.

Minha hipótese é de que Bayle produziu uma epistemologia histórico-crítica que pode ser dividida em dois registros. No primeiro deles, tratou do que é a história

(em termos retóricos formais), para que ela serve e como deveria ser escrita e lida. No segundo, proponho que ele construiu uma teoria sobre as condições de possibilidade de se conhecer o passado. Neste último, interessará tanto aquilo que o autor enunciou (os conceitos e ideias), quanto a forma pela qual as diversas operações de inquirição foram efetivamente colocadas em prática – o cotidiano das atividades intelectuais e os aspectos materiais envolvidos nessas operações. Parto do pressuposto de que o tipo de conhecimento proposto e realizado por Pierre Bayle no DHC está relacionado a condicionantes tipográficos desse artefato editorial. Minha proposta é realizar a descrição da maquinaria textual do livro; bem como dos materiais que o autor recolheu, como os avaliou e comparou, de que maneira fez citações e as distribuiu na apresentação de seus enredos. O intuito é buscar apreender alguns dos gestos que configuraram suas práticas letradas.

Na pesquisa, parto de uma segunda hipótese, a qual, caso se mostre acertada, ajudará a corroborar a primeira. A saber: de que a crítica é a unidade heurística básica a partir da qual é possível compreender as diferentes camadas analíticas da empreitada intelectual de Bayle efetivadas no DHC. Por isso, destaquei no título desse estudo as palavras *crítica* e *conhecimento histórico*. Sendo que o primeiro desses termos funciona como uma espécie de interface ou dispositivo que reúne e articula os diferentes elementos envolvidos na construção daquilo que a segunda expressão quer referir. A crítica implicava um conjunto de procedimentos metódicos de leitura e de ferramentas de análise textual empregadas na distinção do que é autêntico daquilo que é falsificado. Ela também mobilizava conceitos, categorias e valores de ordem mais geral. Nesse sentido, dizia respeito tanto aos aspectos pragmáticos, miúdos e do dia a dia da pesquisa; quanto às premissas éticas que condicionavam as perguntas a se fazer e a forma de as responder. Assim, em seu dicionário que se apresentava como *histórico* e *crítico*, Bayle formulou uma complexa teoria sobre um saber rigoroso do passado, abordando temas como: a constituição do sujeito do conhecimento, o problema da parcialidade, os limites cognitivos humanos e a natureza da relação entre palavras e coisas.

Feitas essas considerações preliminares sobre as linhas gerais do tema da pesquisa, cabe agora oferecer alguns dados sobre a trajetória e a fortuna crítica das obras de Pierre Bayle. A esse respeito, adoto um ponto intermédio. Procurei fugir ao *biografismo*, que traça uma relação direta entre eventos da vida do autor e suas criações literárias. Também quis evitar explicações *psicologizantes* ou aquelas que caíssem, pura e simplesmente, nas simplificações interpretativas da chamada *falácia intencional*<sup>3</sup>. No entanto, não excluí por completo dados biográficos e contextuais, bem como algumas intenções declaradas pelo autor como elementos explicativos de suas ideias e práticas. Como se verá, na breve seleção bibliográfica abaixo, o tema da sinceridade ou dissimulação de sua fé, por exemplo, segue como questão em disputa dos especialistas nos textos baylianos. Quanto aos ambientes social, cultural e político pelos quais o Bayle transitou, eles serão debatidos ao longo da tese. Adianto apenas que não será o caso de hipostasiar a ideia de contexto<sup>4</sup>.

### Da periferia ao exílio

Pierre Bayle nasceu no dia 18 de novembro de 1647 em Carla (hoje Carla-Bayle), uma pequena cidade do sudoeste da França e distante de Paris. Segundo filho

---

<sup>3</sup> Minhas referências quanto ao debate envolvendo a relação autor, obra e leitor, são variadas. Os estudos da estética da recepção, em especial os trabalhos produzidos pelos teóricos alemães Wolfgang Iser e Hans Robert Jauss, estão entre elas. Também o debate francês em torno da questão da autoria, desenvolvida por estudiosos como Roland Barthes (com o tema da morte do autor) e Michel Foucault (que tematizou o que seria a função autor). Os chamados estudos da nova retórica desenvolvidos a partir da publicação de o *Tratado da Argumentação*, de Lucie Olbrechts-Tyteca e Chaïm Perelman, penso que representam uma contribuição para as pesquisas de história intelectual. Por fim, não poderia deixar de mencionar os trabalhos sobre as letras coloniais desenvolvidos pelos professores João Adolfo Hansen e Álcir Pécora. Contudo, “falácia intencional”, é um termo técnico da teoria literária, remeto o leitor para sua definição em (WIMSATT; BEARDSLEY; 2002).

<sup>4</sup> Não se fala em contexto num sentido absoluto, mas como conjunto de elementos variáveis de referência. Levo em consideração diferentes formas de atribuição de sentido de uma obra: a intenção e a trajetória de seu autor, a sociedade, a cultura, a comparação com outras obras, o gênero discursivo (se poesia, filosofia ou uma carta, por exemplo), todos estes são elementos contextuais – inclusive prescrições retóricas formais, que deveriam ser seguidas como regramento da composição textual, servem como elementos contextuais.

de uma família de cristãos protestantes (seu pai foi ministro da igreja local), esteve durante toda sua juventude situado na periferia da civilização francesa – seja em termos confessionais, intelectuais ou geográficos. Eventualmente, seus textos, sensíveis em relação às minorias, são explicados em função do lugar onde cresceu. Como se o “filósofo de Roterdã” existisse em germen desde a infância. Ainda que ele tenha professado o calvinismo, não será o caso de seguir a ideia de predestinação. Porém, não é trivial o fato de Bayle ter, do nascimento até seus vinte anos, vivido em uma comunidade protestante em um reino de maioria católica e governado por Luís XIV – nada menos que um monarca reconhecido pela autoridade papal como *sua majestade cristianíssima*<sup>5</sup>.

Na França, os membros da Igreja Reformada sempre foram minoria. Porém, na região do Pays de Foix, onde estava localizada Carla, desde o século XVI, as ideias protestantes tiveram recepção favorável. Isso se deve à situação política de então. Na década de 1560, Jeanne d’Albret (1528-1572), rainha de Navarra e condessa de Foix, se converteu ao calvinismo. Em 1562, decidiu implementar a Igreja Reformada em seus territórios e, em 1571, endureceu sua política religiosa interditando o culto católico em seus domínios. No Pays du Foix, o protestantismo não foi imposto como nos demais territórios sob o controle da rainha de Navarra. Contudo, a governante exerceu influência suficiente para que ele fosse majoritário. Em 1566, os habitantes de Carla queimaram a igreja católica da localidade.

O núcleo urbano de Carla foi construído numa elevação rochosa. Além da topografia, as muralhas e uma praça-forte contribuíam para sua defesa militar. Em 1568, após cerco de três dias, realizado por tropas católicas, a fortaleza foi invadida e destruída. Porém, logo reconstruída novamente. Em diferentes momentos, o lugar serviu como arsenal, asilo ou para recepcionar as tropas huguenotes. Foi um abrigo importante para os protestantes em momentos dramáticos. Em 1572, ano do massacre da Noite de São Bartolomeu, contava com 1.200 habitantes. Oito anos mais tarde, o número subiu para 2.000, provavelmente por causa do fluxo de reformados

---

<sup>5</sup> Para os dados biográficos da vida de Pierre Bayle sigo as informações contidas em DESMAIZEAUX, 1730; LABROUSSE, 1985. BOST, 2006a).

em busca de guarida. A partir de 1598, com a promulgação do Édito de Nantes, se estabeleceu um período de relativa calmaria. Uma nova igreja católica foi erguida, mas a população permaneceu majoritariamente fiel ao credo protestante.

A coroação de Henrique IV, filho de Jeanne d'Albret, como rei da França encerrou as Guerras de Religião do Seiscentos. Após sua morte, no ano de 1610, a paz civil permaneceu por mais uma década. No entanto, sob Luís XIII, a política autoritária católica voltou a ganhar força. A partir de 1620, em reação, os huguenotes promoveram rebeliões. Atos de violência foram perpetrados de parte a parte. Em 1622 foi firmada a paz de Montpellier. Mas, em 1625, recomeçaram as hostilidades. No ano de 1628, o território do Pays de Foix foi devastado por tropas católicas. As populações das cidades que resistiram, como foi o caso de Carla, foram castigadas: mortes em batalha, execuções pela força e o envio para serviços forçados nas galeras.

Em 1629, novo acordo de paz foi firmado, o tratado de Nîmes. Com ele foram liquidadas as pretensões políticas dos huguenotes. Preservaram-se as garantias de culto aos protestantes, pelo menos formalmente, como previa o Édito de Nantes. Mas os representantes da Igreja Reformada perderam todos seus privilégios militares e controle sobre fortalezas. Fortificações das posições huguenotes foram demolidas. Tropas católicas requisitaram cavalos, gado, grãos e alimentos. Isso devastou as cidades protestantes e seus entornos. A população de Carla, nos anos subsequentes, conviveu com a escassez e, junto com ela, o agravamento de doenças.

No início do século XVII, como sintetiza Hubert Bost, Carla não possuía praticamente nada da força militar e religiosa que se orgulhara de ser<sup>6</sup>. Sua população permanecera majoritariamente protestante, mas tendo que conviver com assédio de grupos de conversores da Igreja de Roma. O pai de Pierre Bayle, Jean Bayle, foi um pastor calvinista e fixou residência em Carla no ano de 1637. Em 1643, Jean Bayle se casou com Jeanne de Brugière. O casal teve três filhos: Jacob, Pierre e Joseph. Durante todo seu ministério, Jean Bayle teve que lidar com as manobras de

---

<sup>6</sup> Além da síntese, tomo esse autor como referência de todas as demais informações, colocadas acima, relativas à região do Pays de Foix e da cidade de Carla no contexto de disputa entre protestantes e católicos na França (BOST, 2006a, pp. 15-20).

intimidação promovidas por autoridades católicas. Teremos ocasião, no capítulo dois, de avaliar as circunstâncias político-religiosas nas quais Pierre Bayle se inseriu na querela historiográfica do final do Seiscentos. Mas é plausível avaliar que a questão religiosa não foi para ele só uma questão teórica, sobre a qual teve acesso apenas pelos livros. As lembranças das guerras civis circulavam pela comunidade onde cresceu. De muito cedo, soube das terríveis consequências que a política de intolerância acarretava.

Pierre Bayle aprendeu a ler e a escrever em uma pequena escola de sua vila. Depois, sua formação foi complementada na biblioteca do pai, o qual também lhe ensinou grego e latim. Não ter frequentado uma escola preparatória regular é apontado por seus biógrafos como responsável pela natureza assistemática de seu pensamento. Os relatos que o autor deixou a respeito de sua juventude reforçam essa interpretação. Pierre Bayle conta que foi na biblioteca paterna que realizou seus estudos de forma desordenada e praticamente autodidata. Em carta ao pai, rogava para que ele não repetisse o mesmo relaxamento no cuidado com a formação de seu irmão mais novo:

Meu irmão [Jacob] me falou dos estudos de nosso caçula [Joseph]. (...) ele será completamente prejudicado e desperdiçará seu tempo se não houver uma mão para bem guiá-lo. Jamais penso na maneira conforme fui conduzido em meus estudos, sem que lágrimas me venham aos olhos.

Em outra parte, enfatiza:

(...) acima de tudo, seria bom orientá-lo em seus estudos, e lhe ensinar bem a história com suas dependências que são cronologia e geografia. É verdade que vós não possuís cartas [de cronologia e geografia] nem dinheiro suficiente para comprá-las, e isso sempre prejudicará os estudos<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Carta de Bayle ao pai, Jean Bayle, de 23 de março de 1674: *“Mon frère m’a parlé des études de n[ot]re cadet (...) il se gatera entierem[en]t et perdra son tems si on n’y tient bien la main. Je ne songe jamais à la maniere dont j’ay été conduit dans mes études, q[ue] les larmes ne m’en viennent aux yeux (...) Mais surtout il faudrait bien le guider dans ses études, et luy bien apprendre l’histoire avec ses dependances qui sont la chronologie et la géographie. Il est vrai que vous n’avez ni cartes ni trop d’argent pour en acheter, et cela gatera toujours les études des gens”* (LABROUSSE; McKENNA; et. al. (ed.), 1999, p. 250-251).

Por ser essa uma pesquisa historiográfica, destaco a importância que Bayle atribuiu ao aprendizado metódico da história, dando-lhe atenção particular na carta. Todavia, sua orientação é para a importância de organização e método em todos os estudos, elementos que lembra terem lhe feito falta em sua própria formação. Com isso sublinha que para ele sempre foi uma dificuldade sistematizar os conhecimentos. Nesse ponto, Bayle é bastante duro com seu pai, acusando-o de desleixo no cuidado de sua formação. Essa carta indica as condições econômicas modestas da família. Não só pelo que explicitamente fica dito (não possuir dinheiro suficiente para comprar materiais didáticos indispensáveis, como cartas de geografia e de cronologia), mas também por aquilo que motivou a correspondência. Pierre Bayle escreve orientando o pai quanto à forma de conduzir a formação do irmão caçula porque este, na época, estava com dezoito anos e a família não tinha condições financeiras de enviá-lo para a academia de Puylaurens.

Em outra correspondência, escrita quase um ano mais tarde e dirigida a Joseph, volta a relatar sua experiência formativa assistemática. Exorta o irmão mais novo para que não cometa os mesmos equívocos que ele, e lhe aconselha coisas simples, tais como: ter de cor as melhores passagens dos poetas e possuir um caderno de notas para nele registrar citações e comentários. Procedimento que, segundo Bayle, facilita a organização e memorização das ideias, também deixa as matérias e as referências à mão quando precisar voltar a consultá-las. Fala da importância de uma economia adequada de leitura. Não se deve ler de tudo, mas aquilo que em cada área é o mais importante. Confessa que um de seus arrependimentos foi ter desperdiçado sua juventude, época em que a memória possui maior vigor, saltando de um livro a outro sem qualquer critério<sup>8</sup>.

Quando Bayle dirigiu essas palavras a seu irmão caçula, olhava retrospectivamente para sua juventude. Repetia, obviamente, fórmulas típicas do modelo de escrita epistolar. Sem falar que os conselhos de estudo que dava eram tópicos retiradas de manuais didascálicos. Ainda assim, a carta foi escrita depois de

---

<sup>8</sup> Ver carta ao irmão Joseph, de 30 de janeiro de 1675 (LABROUSSE; McKENNA, et. al. (ed.), 2001, p. 43).



ter atuado como preceptor, portanto, ciente da importância que o planejamento pedagógico tem na formação intelectual – consciência que deve ter se consolidado ainda mais quando, a partir de 1675, ocupou o cargo de professor universitário, primeiro na Academia de Sedan, na França; depois na Escola Ilustre, nos Países Baixos. Não se trata de falsificação da memória, mas há que ter presente que são relatos que fez de si em função das circunstâncias nas quais se encontrava no momento da elaboração dessas mensagens. De fato, como se terá ocasião de apreciar, o DHC não segue o padrão sistemático de um tratado filosófico tradicional. Isso não só por ser uma obra de referências, pois se trata de um livro assistemático inclusive quando comparados com outros dicionários (históricos ou lexicográficos) e enciclopédias. Mas não é o caso de pressupor incapacidade de organização e sistematização intrínseca ao autor. Prova disso é que em livros como *Commentaire Philosophique* e o *Critique générale de l'histoire*, por exemplo, Bayle encadeou os argumentos de forma lógica e retoricamente convencional – mesmo que em nenhuma dessas obras se possa extrair algo como um sistema filosófico.

A situação pela qual passou Joseph, fora também vivenciada por Pierre Bayle anos antes. Assim como o caçula, ele não pôde ingressar na idade própria em uma instituição de formação superior. Os recursos econômicos da família Bayle eram modestos e, dos três filhos, só tinham condições de custear os estudos de um deles. Jacob Bayle (1631-1685) se beneficiou do privilégio de ser o primogênito e foi enviado ao Collège de Puylaurens. Na verdade, foi inicialmente enviado para uma instituição de ensino na comuna de Montauban. Ali, antes de dar sequência aos estudos superiores em teologia, terminou sua formação em humanidades, provavelmente no ano de 1659. Nesse mesmo ano, se deu um confronto entre alunos católicos e protestantes, evento que resultou na transferência do centro de formação dos reformados para a cidade de Puylaurens (BOST, 2006a). Esse não foi um dos períodos de maior radicalização da perseguição aos huguenotes, mas o ambiente permanecia atravessado por tensões.

Depois de muita espera, em 1666, Pierre Bayle finalmente inicia seus estudos na academia de Puylaurens. Contava com 19 anos, começava seus estudos muito

tarde e ainda faltava, conforme o modelo curricular, terminar seu ciclo de humanidades antes de ter acesso aos cursos superiores de filosofia e teologia. O ideal era que essa etapa de formação tivesse sido iniciada aos quinze anos. Na sua classe, entre os mais jovens, alguns alunos tinham a idade de onze ou doze. Em carta ao irmão Jacob, relata seu incomodo com essa disparidade etária: “Eis a origem das frequentes lamentações daqueles que, tornados adultos, deploram sua própria ignorância, como aqueles cujos estudos ainda estão em andamento, embora tenham idade suficiente para casar — que se pode ridicularizar chamando-os de alunos de barba na cara (*barbatulos scholasticos*)”<sup>9</sup>.

Bayle fez uso até dos momentos de descanso para poder acelerar seus estudos e prestar, o quanto antes, exames que habilitassem seu acesso aos cursos superiores. No entanto, a situação que era difícil ficou quase insustentável. Em janeiro de 1667, voltou para a casa de sua família para passar suas férias. Novamente seu pai não teve condições de subsidiar seus estudos, por isso, nesse ano, não retomou os estudos. Esperou mais de dezoito meses para conseguir retornar a Puylaurens. Diante dessas dificuldades, é compreensível que Pierre Bayle tenha confessado se ressentir do caráter intermitente de seus estudos.

Essas informações importarão para entender o lugar que esse autor ocupou na chamada República das Letras. Não era oriundo de nenhum estamento privilegiado, não circulou por ambientes de corte e não teve nenhum mecenas. Conforme seus biógrafos, para sua família era evidente que concluiria seus estudos para um dia, a exemplo de seu pai e de seu irmão mais velho, assumir o ministério de alguma igreja reformada. Porém, Pierre Bayle tomou uma decisão surpreendente. Em 1668, com 21 anos de idade, ele fixou residência em Toulouse e se matriculou numa instituição de ensino jesuítica. Nela, aprendeu filosofia e lógica aristotélica. No capítulo dois, será

---

<sup>9</sup> Bayle para Jacob, Carta de 31 de janeiro de 1675: “*Hinc tot querelæ quas illi deplorare solent, vel qui suam inscitiam [a]etate grandes iniquo animo ferunt, vel qui nondum ferulæ manum subdixerunt quamvis matrimonio maturi, quos sane barbatulos scholasticos ignominix causa vocare possis*”. “*Voilà l’origine des lamentations fréquentes de ceux qui, devenus adultes, déplorent leur propre ignorance, comme de ceux dont les études sont encore en cours, bien qu’ils soient d’âge à se marier – qu’on peut ridiculiser en les qualifiant d’écoliers à la barbe naissante*” (LABROUSSE; McKENNA; et. al. (ed.), 2001, p. 59-61).

explorado essa sua formação inaciana na forma como elaborou suas argumentações. Por ora, interessa destacar a decisão que tomou nessa etapa de sua trajetória e que lhe trouxe consequências políticas graves. No ano de 1669, Bayle converteu-se ao catolicismo, provavelmente pela pressão de seus mestres da Companhia de Jesus. Se a conversão surpreendeu, mais surpreendente foi sua reconversão para antiga fé protestante, menos de um ano depois. No final do século XVII, as leis francesas eram bastante duras contra aqueles que abjuravam a religião católica. Por isso, no ano de 1670, foge para Genebra na Suíça. Pierre Bayle começava a trilhar um caminho bastante solitário e árduo, o qual iria se estender até o fim de sua vida: primeiro, a clandestinidade e o anonimato; depois, o exílio.

### O filósofo de Roterdã

Temendo perseguição religiosa, Bayle retornou à França com o nome falso de Bèle. Em 1675, passou a dar aula na universidade protestante de Sedan. No ano de 1681, as autoridades francesas fecharam a academia e Bayle partiu para o refúgio na Holanda. Lá, por intermédio de seu amigo Pierre Jurieu (1637-1713) – que depois se converteu em seu mais obstinado inimigo –, ocupou a cátedra de filosofia e história na *École Illustre* de Roterdã. Enquanto ministrava suas aulas, publicou seus primeiros livros e foi editor de um dos mais importantes periódicos europeus de seu tempo. As ideias de Bayle foram amplamente recepcionadas e debatidas no contexto de língua francesa do final do século XVII; isso devido a um conjunto de motivos, dentre eles sua participação destacada nas principais polêmicas políticas e intelectuais do período.

Seu primeiro livro, *Pensées diverses* (1682), se valia de comentários sobre a passagem de um cometa, ocorrido no ano de 1680, como pretexto para criticar

tradições e superstições de sua época<sup>10</sup>. A publicação teve considerável repercussão e causou intensas polêmicas. Costuma-se salientar a atualidade dessa obra devido a sua defesa da livre circulação de teses e opiniões (próximo do que hoje entenderíamos por uma defesa da liberdade de expressão). Mas as reações mais exaltadas se deveram a um argumento em particular do tratado, a saber, de que seria possível estabelecer uma sociedade ética e virtuosa entre ateus. Hipótese única na história do pensamento político europeu até então, segundo o cientista político Robert C. Barlett (BARLETT, 2000). No DHC, como veremos, esse argumento da virtude atea teve consequências no modo como Bayle entendia a escrita da história e o papel do historiador.

Em 1683, colocou em circulação o *Critique Générale de l'histoire du calvinisme*. Um livro de debate historiográfico, o qual fez parte de uma das querelas político e intelectuais mais intensas de então: a disputa a respeito da história das guerras de religião que opôs católicos e protestantes na França. Voltou a tratar desse mesmo assunto no *Nouvelles lettres de l'auteur de la critique générale*, editado em 1685. Também neste ano veio à estampa o seu *Ce que c'est que la France toute catholique*. Em 1686, publicou a primeira e a segunda parte do *Commentaire Philosophique*. A terceira parte foi colocada em circulação em 1687 e, em 1688, lançou nova edição suplementada. No *Commentaire*, foi onde formulou sua teoria e defesa da tolerância religiosa. Esses primeiros escritos se inserem nas contendas historiográficas confessionais cristãs, as quais se dedicou em seus primeiros anos de atividade letrada e editorial. Graças a esses trabalhos consolidou sua fama como “o filósofo de Roterdã”.

Não foi somente pela via dos livros que seu nome se fez conhecido no século XVII. Entre os anos de 1684 e 1687, foi responsável pelas edições da *Nouvelles de la République des Lettres*, um jornal erudito de crítica literária de grande circulação nos ambientes letrados europeus da época. Foi um momento de prolífica produção intelectual, mas também marcado por perdas familiares e pessoais. Em 1684, seu irmão mais novo morreu, provavelmente por causas naturais. No ano seguinte, no

---

<sup>10</sup> Em 1683 foi publicada uma segunda edição revisada.

qual ocorreu a Revogação do Édito de Nantes (1685), uma sequência devastadora de tragédias: em março falece seu pai; em outubro ocorre o mesmo com seu amigo Adriaen Paets (uma das pessoas que mais lhe ajudou no exílio); em novembro, depois de ter sido preso e torturado, seu irmão mais velho morre na prisão. Jacob foi capturado, provavelmente, como represália aos textos de Pierre Bayle contra o catolicismo francês. Esses eventos trágicos, provocados por perseguições religiosas, teriam deixado marcas profundas no autor. Foi mencionado, acima, sua obstinação na defesa irrestrita da tolerância e da liberdade de consciência. Mas sua principal biógrafa destaca como esses acontecimentos teriam também produzido efeito na sua concepção sobre a natureza metafísica do mal. Elisabeth Labrousse observou que, antes da morte de Jacob, ele com frequência invocava a providência divina em suas correspondências familiares. Depois desse ano terrível, “ela [a providência] não será mais mencionada por Bayle a título pessoal: o escândalo do mal havia tragicamente irrompido em sua vida”<sup>11</sup>.

Apesar das perdas familiares, o *filósofo de Roterdã* jamais interrompeu sua produção letrada. Sua obra magna, sem sombra de dúvidas, é o *Dictionnaire historique et critique*, publicado pela primeira vez em 1696. O primeiro capítulo desta tese foi dedicado às condições de produção e as complexidades de leitura que envolvem esse livro. Nesta parte introdutória, dedicarei algumas linhas para falar da atividade de Bayle como jornalista. Função por meio da qual ele se insere não só na história da elaboração de valores e conceitos que conformaram o discurso intelectual moderno, como na história da transformação dos usos das tecnologias e das modalidades de comunicação do saber.

Desde o Renascimento, as novas formas de produção e reprodução dos livros reconfiguraram a dinâmica de construção e circulação do conhecimento. É nesse contexto de intersecção entre epistemologia e técnica que se identifica toda uma remodelagem do pensamento europeu (KELLEY; POPKIN, 1991). A mecanização e o aumento de velocidade da produção livreira acarretaram mudanças radicais, mas na

---

<sup>11</sup> “Elle ne sera plus jamais mentionnée par Bayle à titre personnel: le scandale du mal avait tragiquement fait irruption dans sa vie” (LABROUSSE, 1985, pp. 199-200).

época de Bayle outro produto tipográfico viria a se popularizar — em alguma medida, com sua contribuição — e se consolidar como o principal meio de difusão e intercâmbio de ideias: os periódicos.

Pierre Bayle foi editor do *Nouvelle de la république des lettres* (NRL), um jornal de resenhas de obras literárias e científicas. Nessa atividade, estabeleceu contatos com letrados de toda a Europa. Como periodista recebia correspondências com notícias e comentários a respeito das mais variadas obras que eram publicadas. Sua participação ativa na cultura impressa da época contribui tanto para suas pesquisas como para a divulgação de seus próprios trabalhos. Na sua revista, Bayle tanto concebeu como colocou em prática sua ideia de uma comunidade letrada que fosse construída sem vetos políticos e religiosos. Dessa forma, contribuiu para a idealização do que desde os séculos XV e XVI vinha sendo chamado de uma República das Letras. Esse ideal de sociabilidade intelectual foi recepcionado e ressignificado pelo movimento ilustrado do século XVIII. Os preceitos dessa república literária, fosse ela imaginada ou real, se encontram expressos e intensificados, por exemplo, naquela que talvez seja a mais importante obra impressa no Setecentos: a *Encyclopédie* (1750), de Diderot e D'Alembert. Nossa concepção atual de uma comunidade científica internacional, embora não seja a mesma coisa, possui parte relevante de sua gênese nessas primeiras tentativas de cooperação na construção do conhecimento — isso para o bem e para o mal, pois não se ignora que essa cooperação era seletiva, limitada, desigual e eurocentrada.

Os jornais científicos literários surgiram no final do século XVII e, segundo algumas interpretações, funcionaram como um substituto mais eficiente para a correspondência manuscrita, a qual anteriormente servira como rede de comunicação privilegiada entre os letrados. As tradicionais trocas epistolares não deixaram de existir, mas as revistas ofereciam uma forma mais rápida de comunicar novas descobertas e novas ideias do que por meio de cartas pessoais, com seu público necessariamente mais limitado. Outra mudança estabelecida pelos periódicos foi a divulgação do conteúdo de livros por meio de resenhas. Dessa forma, as ideias neles contidas chegavam a um público ampliado, pois, mesmo entre o pequeno grupo dos

alfabetizados, nem todos tinham condições de ter acesso aos livros que eram impressos. Ainda que de forma resumida e mediada, obras que talvez sequer seriam lidas puderam ser debatidas por um número cada vez crescente de pessoas (POPKIN, J., 1991)<sup>12</sup>.

Existe um debate sobre em que momento se poderia situar a formação de algo como uma “esfera pública” de discussão, bem como qual seria a abrangência e as características de um tal espaço. Seja como for, no século XVIII, os periódicos se consolidaram como o fórum no qual os grandes debates do período eram conduzidos. Diferentes grupos intelectuais fizeram das revistas uma ferramenta para veicular suas propostas: o *Journal encyclopédique* fazia a mensagem dos *philosophes* chegar para aqueles que não necessariamente tinham acesso às edições monumentais da *Enciclopédia*; os fisiocratas divulgavam suas teses por meio do *Éphémérides du citoyen*; os jansenistas franceses, por sua vez, publicavam clandestinamente o *Nouvelles ecclésiastiques* para comunicar suas crenças. Enquanto ferramentas, os jornais eram utilizados tanto por partidários de uma determinada causa quanto por seus oponentes. De acordo com Jeremy Popkin, o sucesso alcançado pela *Nouvelles de la République de Lettres*, nos anos 1680, faz parte da gênese desse processo. O pesquisador considera que o periódico de Pierre Bayle, embora não tenha sido o primeiro, ajudou a estabelecer o formato periódico como veículo característico de uma comunidade cosmopolita de homens de letras espalhados por toda a Europa (POPKIN, J., 1991).

Jeremy Popkin sustenta que, para os letrados do século XVIII, somente o conhecimento previamente submetido a um exame crítico público poderia ser considerado válido. Mais do que o livro, o jornal foi o veículo escolhido para esse tipo de debate ampliado e (relativamente) aberto, de forma que: “escrever artigos e resenhas para periódicos era tão parte da vida dos pensadores do século XVIII quanto o é para os acadêmicos do século XX. Quase todos os escritores conhecidos do

---

<sup>12</sup> Além disso, estudos feitos por historiadores do livro e das formas de leitura, como Robert Darton e Roger Chartier, evidenciaram que os materiais impressos não eram recepcionados exclusivamente por um público alfabetizado, pois práticas como a leitura em voz alta permitiam que uma audiência mais ampla se apropriasse dos conteúdos neles contidos.

século escreveram para periódicos, de Bayle no seu início até Kant no seu final<sup>13</sup>". Os próprios editores admitiam que os resumos publicados em seus jornais podiam gerar simplificações de teses originalmente mais complexas, porém, este seria um pequeno preço a pagar para um objetivo maior: a divulgação do conhecimento para uma audiência que ia para além do restrito círculo dos *savants*. Além disso, o periódico, ao contrário do livro, era ideal para promover a interação entre escritores e escritoras e seus públicos. As cartas dos leitores e leitoras, fossem eles e elas reais ou fictícios, compunham boa parte do conteúdo de muitas publicações do período (POPKIN, J., 1991).

Bayle de fato deixou registros de sua preocupação com relação à opinião de seus pares e do público em geral – embora seja difícil determinar empiricamente que público efetivamente foi esse. Também expressou sua intenção de vulgarizar muitos dos temas antes reservados a uma assembleia de doutos, dessa forma ampliando a audiência. A função do jornalista, a qual assume como sua, era ser criterioso na seleção das informações e rigoroso na sua crítica, atuando dessa forma como uma espécie de curador do debate público. Mas além da curadoria, era fundamental saber divulgar os temas, em outras palavras, saber comunicar de uma maneira que os textos chegassem a maior número de pessoas. Essas preocupações, primeiro expressas na *NRL*, estão registradas também no *Dictionnaire historique et critique* – inclusive, desde os esboços de seu projeto preliminar<sup>14</sup>. Por isso, argumento no primeiro capítulo que existem bons indícios de que a atuação de Bayle na redação do seu periódico explica alguns dos elementos que estruturaram o DHC.

---

<sup>13</sup> "(...) writing articles and reviews for journals was as much a part of the lives of the eighteenth century's thinkers as it is for twentiethcentury academics. Almost everyone of the century's well-known writers, from Bayle at its outset to Kant at its end, wrote for periodicals" (POPKIN, J., 1991, p. 210).

<sup>14</sup> Veremos, no primeiro capítulo, que antes de mandar a versão definitiva do DHC para a prensa, foi publicado um projeto para testar a acolhida dos leitores.



## O lugar de Bayle na historiografia

Coloquei na síntese introdutória alguns dados que selecionei da trajetória do personagem, os quais darão subsídio para situar as análises dos capítulos que compõem esse estudo. Adotarei critério semelhante na recapitulação bibliográfica que segue. É dada atenção especial para aqueles trabalhos tidos como clássicos e para aqueles que, direta ou indiretamente, trataram do papel dos textos de Pierre Bayle para a teoria da história e para a história da historiografia. Não é feito, portanto, um levantamento exaustivo da fortuna crítica do autor.

Se for dado crédito à percepção de alguns dos interpretes das obras de Pierre Bayle, o recorte exposto acima é desnecessário. Isto porque sua fortuna crítica não seria das mais extensas. Thomas Lennon, por exemplo, entende que Bayle foi um pensador negligenciado pela historiografia intelectual contemporânea. Um equívoco, segundo o pesquisador canadense, pois, Bayle redigiu o DHC, livro que representa um dos mais bem-sucedidos casos de sucesso editorial da cultura impressa moderna. Não bastasse isso, considera que a produção letrada bayliana é relevante para qualquer um interessado na história da filosofia, na história das ideias, no criticismo literário e na história das letras francesas do século XVII (LENNON, 1999).

A suposta negligência talvez tenha como parâmetro a comparação com nomes canônicos (como Descartes, Locke, entre outros). No entanto, o número de estudos sobre Pierre Bayle nos séculos XX e XXI não é desprezível<sup>15</sup>. Sem falar que obras seminais como *A filosofia do Iluminismo* (1932), de Ernst Cassirer, e *A crise da consciência europeia* (1935), de Paul Hazard, lhe conferiram papel destacado na formação do pensamento europeu moderno. Atualmente, muitos concordam com o

---

<sup>15</sup> Pegando um levantamento de títulos de livros, teses, dissertações e artigos, produzidos de 1900 até 1999 (portanto, existe um levanto a ser feito relativo aos últimos vinte anos), são mais de 500 estudos sobre o autor. Quantidade nada desprezível, ainda mais que o referido levantamento levou em consideração apenas os principais estudos produzidos em línguas francesa, inglesa, italiana e alemã e possui uma defasagem de duas décadas. Provavelmente a noção de que se negligencie a obra de Bayle diga respeito a sua eventual ausência em livros introdutórios de pensamento filosófico ou a diminuta importância dada ao seu pensamento em livros que sintetizam a história intelectual moderna e do iluminismo. O levantamento está anexado em (MORI, 1999).

relevante papel de Bayle para a história da cultura letrada, dando destaque principalmente a sua contribuição como precursor do Iluminismo. Contudo, ainda hoje é debatido no que consiste esse papel. Nesse sentido, não existe consenso sobre o significado de suas obras. Para a historiadora Ruth Whelan “Pierre Bayle ... é certamente o escritor mais mal compreendido de sua época. Tanto leitores contemporâneos seus quanto posteriores divergiram amplamente quanto às suas reais intenções”<sup>16</sup>. Todd Ryan, por sua vez, propõe que contemporaneamente esse autor é, talvez mais do que qualquer outro escritor da era moderna, objeto de uma variedade de interpretações desencontradas (RYAN, 2009).

Na sua trajetória intelectual, Bayle exerceu diferentes funções: filósofo, jornalista, historiador, teórico político – cada um desses papéis foi sucessivamente adotado por ele (RYAN, 2009). Mas não é só o mapeamento de suas atividades intelectuais que se mostra diversificado. Os retratos de sua personalidade e as tentativas de traçar seu perfil também se apresentam de forma multifacetada: foi entendido como ateu, deísta, fideísta, calvinista, cristão judaizado, criptojudeu, sociniano, positivista, anti-positivista, maniqueísta, atomista, cético, liberal, libertino e existencialista – todos esses rótulos tomando como referência apenas a literatura produzida a seu respeito no século XX. Com tantas classificações, faz parecer que não se fala da mesma pessoa ou que os comentaristas não leram os mesmos textos. Contudo, o mais interessante é que muitas dessas interpretações, ainda que por vezes divergentes, são igualmente plausíveis (LENNON, 1999). Por isso, não é sem motivo que “enigma” e “autor do paradoxo” constem entre os epítetos recorrentemente atribuídos a Pierre Bayle.

Desacordos a respeito de suas ideias remontam a sua própria época. Seus contemporâneos o enquadraram de formas diversas e, eventualmente, contraditórias. Pierre Jurieu (1637-1713) e o Consistório Wallon o acusaram, entre outras coisas, de ter atentado contra a fé em nome da razão. De outro lado, Jean LeClerc (1657-1736), Isaac Jaquelot (1647-1708) e Jacques Bernard (1658-1718) consideraram que Bayle

---

<sup>16</sup> “Pierre Bayle...is surely the most misunderstood writer of his age. Both contemporary and later readers have widely diverged as to his real intentions” (WHELAN apud LENNON, 1999, p.14).

havia atacado a razão em nome da fé. Do ponto de vista dos clérigos, protestantes e católicos, as sentenças de suas obras eram tidas como ardis do demônio com o objetivo de envenenar as almas (ISRAEL, 2001; ISRAEL, 2006). Os que viam o caráter quase tóxico em suas ideias – mesmo quando reconheciam suas habilidades argumentativas e sua grande erudição – procuraram oferecer vacinas para evitar a contaminação pelo ceticismo.

Ao longo da década de 1680, além das perdas familiares, um conjunto de desavenças marcaram esse momento. Nessa época, fatores de sua vida pessoal viriam afetar sua trajetória intelectual. Um deles foi a recusa de se casar com uma pretendente que lhe fora apresentada pela família de Jurieu. O tema se um erudito deve ou não se casar foi recorrente em seus escritos. Bayle impôs a si uma espécie de dedicação monacal aos estudos. Contudo, mais do que um objeto teórico a respeito da conduta que deve ser assumida por um homem de letras, essa recusa de matrimônio o afastou de Pierre Jurieu, porta-voz de grande influência política no Refúgio protestante da Holanda. As teses de tolerância radical e as críticas que Bayle fez ao dogmatismo, tanto católico quanto protestante, pioraram a situação. Tais ideias se chocavam com a perspectiva de Jurieu. Este, que fora seu melhor amigo, acabou por se tornar seu maior antagonista. A inimizade lhe custou caro. Jurieu o denunciou como um perigo para a verdadeira religião e o acusou de professar o ateísmo. Bayle foi absolvido da acusação pelo consistório de Wallon. Mas, em 1693, acabou sendo demitido de seu posto universitário. Por ocasião da publicação do DHC, Jurieu o denunciou uma segunda vez ao Consistório. Veremos, no quarto capítulo, como Bayle respondeu às acusações de ceticismo, de ateísmo e de obscenidades.

O isolamento de Pierre Bayle cresceu ao longo do tempo. Os representantes liberais do protestantismo viram nele, devido a sua contenda contra a ortodoxia de Jurieu, um possível aliado. Mas logo o filósofo de Roterdã entrou em disputa com eles também. Bayle discordava da perspectiva racionalista que autores como Jaquelot e LeClerc utilizavam na interpretação da fé. Para o autor do *Pensées* e do *Comentaire*, não havia síntese possível entre a ciência, a razão e o cristianismo. A

incompatibilidade entre fé e razão foi tema recorrente no DHC. O fato de o filósofo de Roterdã não ter se alinhado a nenhum grupo e sua atuação beligerante são, amiúde, apontados como traços fundamentais de seu perfil. Edward Gibbon, com sua espirosidade característica, chamou-o de o protestante perfeito, pois protestava contra todos os sistemas e seitas<sup>17</sup>.

Nem todos seus contemporâneos expressaram juízos depreciativos, veremos que Bayle desfrutou de considerável apreço por parte de muitos dos letrados de seu tempo, ainda que discordassem de algumas de suas premissas – como foi o caso de Leibniz e mesmo de alguns leitores católicos. Entre os principais admiradores de suas obras estava Pierre Desmaizeaux (1673-1745), seu amigo e correspondente radicado em Londres. Em 1708, Desmaizeaux publicou um esboço biográfico: *The life of Mr Bayle*. Nos anos subsequentes, talvez motivado pelo sentimento de amizade e profunda admiração, dedicou-se a recolher e reunir as correspondências e testemunhos daqueles que haviam conhecido seu ilustre amigo. Passadas pouco mais de duas décadas, o resultado foi uma narrativa melhor acabada – uma *Vie de Monsieur Bayle*, publicada no início do primeiro volume da edição de 1730 do DHC<sup>18</sup>.

Nas décadas de 1730 e 1740, pode ser identificada uma mudança na recepção e na significação das obras de Pierre Bayle. No lugar do combate direto de suas teses, foi feita uma reconstrução da sua imagem – a subversão potencial de suas ideias foi suplantada por um Bayle “domesticado”. Gradativamente foi se desconfigurando a imagem de autor irreligioso e perigoso e os paradoxos desconcertantes de sua argumentação perderam muito de sua força e apelo. É nesta última chave de leitura que seus escritos foram apropriados pelos representantes do Iluminismo francês. De acordo com o historiador Jonathan Israel, os representantes da Ilustração remodelaram as ideias de Bayle conforme seus próprios projetos intelectuais,

---

<sup>17</sup> Para ser mais exato, Gibbon atribuiu a afirmação ao próprio Bayle: “*I am most truly [said Bayle] a protestant; for I protest indifferently against all systems, and all sects*” (GIBBON, 1984, p.65).

<sup>18</sup> Consultei o texto de Desmaizeaux que compõe o primeiro tomo da edição do DHC de 1730, disponível no setor de obras raras da biblioteca central da UFRGS. Assim como a edição de 1740, trata-se de uma reimpressão idêntica à de 1730. No entanto, parte considerável da redação desta tese foi realizada durante a pandemia do coronavírus. Os arquivos digitais, muitas vezes, foram os únicos materiais de consulta disponíveis, principalmente no momento de revisão da versão final da pesquisa.

apresentando-o como algo que ele não foi (ISRAEL, 2006). Para Richard Popkin, os pensadores ilustrados se enganaram a seu respeito: “sua destruição de certos pontos de vista foi transformado, na ‘era da razão’, em afirmações positivas para outros pontos de vista” (POPKIN, 2003, p.300). Pode ter existido quem o visse como uma espécie de patrono de seus próprios projetos filosóficos, mas diferente daqueles pensadores, muitos deles ilustres, que declararam admiração por seus livros, Bayle não erigiu um monumento de esperança na razão.

Foi a recepção dos chamados *philosophes* que consolidou aquele que durante muito tempo foi o entendimento majoritário sobre o lugar de Bayle na história das ideias – é o que Elisabeth Labrousse chamou de “leitura parisiense”. Correta ou não, essa leitura fez fortuna e boa parte da bibliografia dos séculos XX e XXI o avaliam em função dos desdobramentos do século XVIII. A atribuição de fideísmo, a ênfase nos argumentos céticos e o caráter laicizante de suas proposições intelectuais, ajudaram a consolidar uma historiografia que coloca Pierre Bayle como precursor do pensamento ilustrado. Para o historiador Franklin L. Baumer, o afamado editor das *Nouvelles de la république des lettres* antecipou os principais pontos da agenda Iluminista: estabelecimento de uma moralidade secular, bem como a secularização da história sagrada, da Bíblia e do cristianismo (BAUMER, 1977). Cassirer viu em Bayle nada menos do que o precursor de todo o século XVIII. Deu ênfase à importância do DHC, publicação que teria sido não só uma reserva científica inesgotável mas também uma fonte de exercitação intelectual. Considera ter sido com esse livro “que a filosofia do Iluminismo aprendeu a formular seus próprios problemas” e nele “encontrou forjadas as armas que deveria utilizar” (CASSIRER, 1994, p. 281). Afirmava, ainda, que foi “o Dicionário de Bayle que abasteceu o arsenal de toda a filosofia iluminista” (CASSIRER, 1994, p. 227). Na tradução para o inglês do *Pensées diverses sur la comète*, feita nos anos 2000, é possível observar a permanência dessa chave de leitura. Em um ensaio interpretativo sobre o livro, que antecede o texto de Bayle, o cientista político Robert C. Barlett justifica a tradução porque entende que o seu estudo é essencial para um entendimento adequado da formação do pensamento ilustrado (BARLETT, 2000).

Nesse ponto é importante mencionar o trabalho da historiadora Elisabeth Labrousse, a qual talvez tenha produzido a mais completa pesquisa sobre a vida e a obra de Pierre Bayle. Publicadas em 1964, *Pierre Bayle – Tome I: Du Pays de Foix a la Cite d’Erasmus* e *Pierre Bayle – Tome II: Heterodoxie et Rigorisme* são obras seminais, as quais ofereceram uma interpretação alternativa ao significado das ideias desse pensador. Esses livros deram ímpeto a uma renovação de estudos sobre Bayle. Para Labrousse, ele foi um típico representante do calvinismo do final do século XVII. Seu pensamento estaria dentro de uma percepção teológica augustiniana e fundamentado em um racionalismo moral, distante, portanto, do ceticismo de viés ateu. A pesquisadora coloca Bayle mais próximo do contexto teológico e filosófico de seu tempo e o afasta do universo laico e acadêmico posterior.

Outros pesquisadores seguiram pela vereda aberta por Labrousse. Se configurou, assim, um grupo de estudiosos “revisonistas”, dentre os quais se destacaram os trabalhos de Walter Rex, Richard Popkin, Craig Brush, Karl Sandberg e Jacques Solé<sup>19</sup>. Paralela a essa tendência, se formou também uma contracorrente interpretativa, formada principalmente por acadêmicos italianos. Esse grupo de “tradicionalistas”, ou “contra-revisonistas”, conta com nomes como Gianfranco Cantelli e Gianluca Mori<sup>20</sup>. Os trabalhos destes últimos tentam restabelecer a imagem de Pierre Bayle como um descrente, cujas argumentações teológicas voltavam-se para fins antiteológicos e conclusões inescapavelmente ateias<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Atualmente o termo revisonista pode carregar um sentido pejorativo. Mas o revisionismo aqui referido não possui relação com o assustador fenômeno de negacionismo histórico promovido por radicais de extrema direita, no Brasil e em outras partes do mundo. Walter Rex destaca a influência póstuma do autor. Porém, seu estudo, semelhante aos objetivos de Labrousse, buscou colocar as ideias de Bayle no contexto teológico-político de sua época. Quis entender a quais demandas Bayle respondia e se preocupou menos com o significado que lhe foi dado em função do (e pelo) Iluminismo (REX, 1965.) Richard Popkin, por seu turno, ratifica a hipótese defendida por Labrousse segundo a qual Bayle era um calvinista sincero e que fez uso do ceticismo para fortalecer a fé pela via da revelação (POPKIN, 2003).

<sup>20</sup> Adoto a divisão “revisonistas” e “tradicionalistas” / “contrarrevisonistas” a partir de (LUGT, 2016).

<sup>21</sup> Gianfranco Cantelli reconstruiu de forma detalhada a argumentação filosófica mobilizada por Pierre Bayle para demonstrar sua descrença religiosa (CANTELLI, 1969). Mori propôs “ler Bayle com Bayle” (“lire Bayle avec Bayle”) e desvendar as dissimulações de seu texto. Além da estrutura argumentativa do autor, Mori analisa os elementos sociais, políticos e culturais que levaram Bayle a produzir uma escrita codificada (“l’écriture de Bayle est une écriture codée”) (MORI, 1999, p.25 e p.15).

Como é possível notar, apesar de arriscarem algumas respostas provisórias e parciais, os estudos sobre Pierre Bayle acabam deixando sempre questões em aberto. A atitude cética de Bayle tivera por objetivo dissolver a razão para deixar o espírito aberto para a fé revelada, ou pretendia secretamente combater a fé ao expor sua natureza irracional e amoral? Nem mesmo o vigoroso trabalho de Elisabeth Labrousse conseguiu responder, definitivamente, se Bayle foi um cristão sincero, um deísta ou mesmo um ateu. Mesma indecisão foi expressada por Jonathan I. Israel ao se perguntar se as afirmações de Bayle não seriam só uma encenação e jogo de palavras (ISRAEL, 2001). Essa pesquisa não desvendará o que se chamou de *enigma Bayle*. Contudo, é necessário estar ciente das ambiguidades e paradoxos inerentes aos textos escritos por esse autor, bem como dos desacordos entre aquelas e aqueles que se dedicaram a estudar suas obras.

Na seleção bibliográfica aqui reunida, talvez o único consenso entre pesquisadoras e pesquisadores seja a respeito da importância de Pierre Bayle para o contexto intelectual europeu dos séculos XVII e XVIII. No entanto, poucos foram os estudos de fôlego dedicados a investigar seus trabalhos numa perspectiva historiográfica. No caso de livros de síntese ou manuais de história da escrita da história, a situação não é muito diferente. Há quem mencione, *en passant*, quanto a sua grande relevância, porém sem maiores desenvolvimentos a respeito de seus trabalhos. O historiador Donald Kelley escreveu uma série de estudos dedicados ao passado da escrita da história. Em um de seus manuais, publicado no ano de 1991, dedicou algumas linhas para tratar do ceticismo de Pierre Bayle e sua apropriação na conformação da historiografia do Iluminismo. Em outro livro, publicado em 1998, inseriu outra breve referência quanto a influência de Pierre Bayle, dessa vez para falar da sua contribuição para a construção das bases de uma historiografia científica (KELLEY, 1991; KELLEY, 1998). O filósofo Paul Ricoeur, em um livro de análise mais densa, colocou Bayle ao lado de Espinosa, Richard Simon, Mabillon e Papebroeck, como um dos representantes da “idade de ouro” da crítica histórica. Mas, apesar da deferência, não registrou mais do que uma linha a seu respeito, resumindo-o ao “duvidador de múltiplos alvos” (RICOEUR, 2007, p. 183).

Outros recenseamentos historiográficos sequer mencionam o seu nome. François Dosse, em um livro síntese a respeito de práticas historiográficas e sua articulação com a reflexão filosófica sobre o passado, não incluiu nenhum texto de Pierre Bayle (DOSSE, 2007). Também não faltou quem desqualificasse sua relevância. Em 1914, foi publicada a edição francesa do *Histoire de l'historiographie moderne*, do suíço Eduard Fueter. Neste livro de mais de 800 páginas, apenas duas delas foram dedicadas a Pierre Bayle. Isso considerando a paginação, pois o texto não ocupa mais que uma folha e meia; boa parte deste espaço, inclusive, dedicado a Voltaire. Para Fueter, Bayle pouco contribuiu para o conhecimento teórico – filosófico racional – da história<sup>22</sup>.

Obviamente, recortes sempre implicam deixar este ou aquele nome de fora; dar maior ou menor importância para determinado texto ou conjunto de textos. Porém, principalmente nesses levantamentos mais gerais, chama atenção o reduzido espaço ocupado por Bayle. Principalmente quando se considera que obras clássicas, como a de Ernst Cassirer, já o colocavam como alguém central na configuração do conhecimento histórico moderno:

Bayle não fez muito menos pela história do que Galileu fez pela física. Galileu exige a independência total da física em relação ao texto bíblico para a interpretação dos fenômenos, impõe e justifica metodicamente essa exigência: Bayle abre o caminho dessa independência em história. Foi ele quem realizou, *mutatis mutandis* a revolução copernicana em história. Em vez de basear a ‘verdade’ da história num pretenso dado objetivo imposto dogmaticamente pela Bíblia ou pela Igreja, ele retorna às fontes subjetivas, às condições subjetivas dessa verdade. A crítica das fontes históricas, que lhe serviu de ponto de partida, adquire em suas mãos uma amplitude cada vez maior até converter-se numa espécie de ‘crítica da razão histórica’ (CASSIRER, 1994, p. 279).

Elisabeth Labrousse, dividiu o segundo volume de seu estudo sobre Pierre Bayle em três partes: “a verdade de fato”, “a verdade de razão”, “a verdade

---

<sup>22</sup> Embora atribua pouca importância, Fueter fez uma leitura acurada das características dos textos baylianos ao destacar que a concepção de história neles expressa se distancia da filosofia histórica do Iluminismo. Ainda que tome isso como demérito, parece acertado associar o DHC antes aos trabalhos feitos por eruditos como Mabillon e Tillemont do que àqueles realizados por Voltaire e seus contemporâneos (FUETER, 1914, pp. 404-405).



revelada”. Foi na primeira dessas partes onde identificou uma atitude em Bayle a qual chamou de “mentalidade de historiador”. A pesquisadora atribuiu ao filósofo de Roterdã um amor ao concreto que o inclinaria a ter predileção em conhecer as trajetórias biográficas; o curso pitoresco das ações e do destino de cada indivíduo — vidas particulares, objetos contingentes por excelência. Por isso, Bayle repugnaria a adoção de um sistema, fosse qual fosse (LABROUSSE, 1964, p. 05 e p. 44). Embora considere problemática a ideia de uma mentalidade historiadora, foi no estudo de Labrousse que pela primeira vez se analisou de forma aprofundada os meios pelos quais Bayle transpôs os métodos e as premissas cartesianas para o domínio da história. Minha pesquisa, em grande medida, é tributária das leituras que fiz dessa historiadora.

Anthony Grafton insere os textos baylianos na gênese da historiografia moderna. Não fez isso em um trabalho específico, mas em diferentes passagens de suas obras. Em um livro de erudição e bom humor, seguiu a perspectiva de Elisabeth Labrousse na análise que fez a respeito das origens cartesianas da moderna nota de rodapé. Repete a respeito de Bayle basicamente os mesmos juízos que foram feitos, décadas antes, pela historiadora. Porém, deu maior atenção aos aparatos de referência de fontes e citações mobilizados pelo autor do DHC. Grafton também dimensiona o lugar de Bayle na história da historiografia ocidental moderna, colocando o DHC como antecipador do modo pelo qual, ainda hoje, se procede tanto na pesquisa como da forma de apresentação dos seus resultados (GRAFTON, 1998). Em outro livro, o historiador norte americano afirma que o DHC se inscreve numa série de outras obras históricas modernas, caracterizadas pelo fato de indicarem de forma sistemática e detalhada quais são suas fontes de informação (GRAFTON, 2012).

É interessante mencionar o título dado à edição de uma seleção de verbetes do DHC, publicado no ano de 2001, organizada por Jean-Michel Gros: *Pierre Bayle. Pour une histoire critique de la philosophie*. Hubert Bost, num comentário sobre essa seleção, lembra que a noção de uma história da filosofia diz respeito antes à concepção que se tem dessa disciplina no início do século XXI do que propriamente a como Pierre

Bayle entenderia essas categorias em seu tempo. No entanto, não excluiu se tratar de um tema com o qual o autor tenha se ocupado.

Em sua carreira universitária, tanto em Sedan quanto em Roterdã, Bayle ensinava filosofia e história. Por isso, ele conheceu bem um e outro domínio e, pelo menos em sua prática pedagógica, teve que refletir sobre as diferenças e semelhanças entre essas duas disciplinas, e mesmo sobre sua possível articulação (BOST, 2009, p. 296).

Bost remete às leituras que Bayle fez de Montaigne em sua juventude. Teria sido com o autor dos *Ensaaios* que o filósofo de Roterdã adquiriu o hábito de refletir filosoficamente a partir de exemplos concretos, e não apenas a partir de especulações teóricas. Dentre suas leituras preferidas estava *Vida dos homens ilustres*, de Plutarco. Mas sua “consciência historiográfica” não se evidencia apenas no apreço que teve pelos historiadores clássicos. Sua correspondência é repleta de considerações a respeito de eventos contemporâneos — campanhas militares, conflitos entre diferentes concepções intelectuais, acontecimentos políticos (BOST, 2009, p. 297). No capítulo dois, ressaltar como essa preocupação de Bayle com os eventos do seu tempo presente ficaram registradas também nas páginas do DHC. Quem ler esse estudo também perceberá que as escolhas editoriais, sobre o que incluir ou não incluir no dicionário de Bayle, muitas vezes, se pautava no interesse demonstrado pelo público naquele momento.

Para Bost, inclusive os trabalhos filosóficos de Bayle eram constantemente atravessados por “uma interrogação de historiador” (BOST, 2009, p. 297). Pierre Bayle jamais formulou um quadro teórico sistematizado, pelo contrário, seu ceticismo inclinava-o a dismantelar os sistemas filosóficos existentes. Por isso, estudava-os, comparava-os e os colocava em seus contextos originais. Dessa forma, conforme Hubert Bost, enquanto pirrônico Bayle acabou por escrever uma história dos sistemas filosóficos.

Em um livro publicado em 2006, por ocasião do tricentenário da morte de Pierre Bayle, Hubert Bost também tratou do tema. Porém, no livro, não centrou sua análise nessa espécie de história das ideias que o autor teria escrito ao cotejar

diferentes escolas filosóficas. Em *Pierre Bayle historien, critique et moraliste*, no capítulo III (*dossiers d'histoire religieuse*), procurou evidenciar que, em suas diferentes obras, Bayle escreveu uma história do cristianismo, em geral, e da Reforma em particular. A ênfase recaiu, principalmente, no tratamento dado às Guerras de Religião: a partir de que métodos, de que estratégias de leitura e conforme quais argumentos executa sua reflexão historiográfica. Segundo Bost, Bayle produziu uma história voltada para a desconstrução da mistificação semântica dos discursos que legitimavam a perseguição aos huguenotes. O capítulo também aborda a forma pela qual Bayle historicizou os eventos em torno da Revolução Gloriosa na Inglaterra (BOST, 2006b).

Não faltam motivos para que se entenda porque os aspectos historiográficos dos textos de Bayle tenham sido destacados. Um deles é que o próprio autor, principalmente a partir de 1702, colocava que fez seus estudos e comentários na função de historiador [*en historien*]. Embora, em termos estritos, como veremos, ele não tenha sido um “historiador em forma” e tampouco tenha redigido uma “história perfeita”. Outro motivo está vinculado ao fato de que dos procedimentos e critérios que Bayle mobilizou, muitos deles, hoje, fazem parte da pesquisa e da escrita do que entendemos por história. Por fim, destacaria que Bayle formulou uma teoria e realizou uma prática de escrita da história. Essa prática — a história que Bayle escreveu — e a teorização que a acompanhava — noções éticas e epistêmicas —, bem como os argumentos comerciais aos quais Bayle também recorreu para justificar suas escolhas, constituem o cerne do presente estudo.

### **Elaboração do recorte**

Nesse momento, passo para delimitação dos procedimentos, os quais pretendo mobilizar como parâmetros de análise para o objeto que construí para a presente pesquisa. A documentação (textos) é variada, em sua maioria materiais impressos no século XVII e que se encontram, em parte, digitalizados. Praticamente toda produção

letrada de Pierre Bayle servirá de subsídio (cartas, livros, panfletos e esboços deixados no seu espólio<sup>23</sup>). Mas a fonte principal é o seu *Dictionnaire historique et critique* (DHC). É a partir dele que procurei compreender como, no Seiscentos, foram elaboradas sofisticadas epistemologias sobre as (im)possibilidades de conhecimento do passado.

Adiante, serão apresentadas as peculiaridades editoriais que fazem do DHC um artefato tipográfico *sui generis*. Antes disso, apresento alguns dados bibliográficos desse material. Diferentes versões serviram de referência, pois, como é apresentado no capítulo um, a mecânica textual do *Dicionário* se alterou com o passar do tempo. Faço uso, principalmente, das três primeiras edições, publicadas nos respectivos anos de 1696, 1702 e 1720. Por vezes, a edição de 1720 é referida como quarta edição. Isso porque é comum considerar uma publicação de 1715, feita em Genebra, como terceira edição. Porém, o livro de 1715 não passa de uma cópia daquele publicado em 1702, por isso ele será desconsiderado para a numeração<sup>24</sup>. Assim, quando mencionar terceira edição, a referência é o material publicado no ano de 1720. A edição canônica do DHC é a de 1740 (5<sup>o</sup> edição), versão dada à estampa mais de três décadas após a morte de seu principal autor<sup>25</sup>. É a ela que se referem a maioria dos estudos a

---

<sup>23</sup> Esse material encontra-se reunido nos quatro volumes que compõem a edição das *Oeuvres diverses* de Pierre Bayle, publicados em 1737, e cujos exemplares físicos encontram-se no setor de obras raras da Biblioteca Central da UFRGS.

<sup>24</sup> Sobre as características das diferentes edições e seleções do DHC ver o discurso preliminar (BAYLE, 1820, vol.1).

<sup>25</sup> A terceira edição, de 1720, também é póstuma. Porém, os artigos nela incluídos foram escritos pelo próprio Bayle e deixados em seu espólio. As únicas adições feitas pelo novo impressor foram uma breve introdução e sinais tipográficos para orientação da leitura, sobre os quais veremos mais informações adiante. Nas edições do DHC publicadas quando Bayle ainda estava vivo, talvez seja preciosismo não considerá-lo o único autor. No entanto, Reinier Leers teve participação na concepção desse livro. Também existe o fato de que, embora um número praticamente inexpressivo, Bayle inseriu artigos escritos por outras pessoas. Na verdade, dos mais de dois mil artigos, apenas cinco não foram escritos por ele: “DRUMMOND”, “HAY”, “LANGLE”, “LESSEVILLE” e “OSSAT”. Com relação a outras edições, o DHC poderia servir como um interessante estudo de caso sobre a função da autoria no século XVIII, pois foram publicadas algumas versões, em francês e em inglês, com suplementos e correções onde nem sempre fica claro o que foi realizado por Bayle e o que foi obra de terceiros. Jaques Georges de Chauffepié (1702-1786) serve como um dos exemplos e, ao mesmo tempo, comentarista desse processo de autoria compartilhada. No seu *Nouveau dictionnaire historique et critique*, no qual manteve os artigos de Bayle e interpolou outros seus, criticou uma certa edição inglesa na qual não fica claro o que era matéria original e o que era produto de “alguns ingleses de letras”. O dicionário, nessa versão inglesa, contaria com muitos verbetes relativos à história da Inglaterra, alterando consideravelmente o DHC (CHAUFFEPIÉ, 1750).

respeito do DHC. Faço uso tanto 5<sup>o</sup> edição quanto da 4<sup>o</sup> (1730), pois ambas trazem importantes informações bibliográficas e anexos com documentos (como transcrição de atas do processo no Consistório Wallon) fornecidas por Pierre Desmaizeaux, que foi amigo e correspondente de Bayle. Mas não as utilizo como fontes principais<sup>26</sup>.

No lugar do nome da obra, ano e página, convencionou-se referenciar o DHC anotando o título do verbete seguido de uma letra maiúscula (a qual indica o *Remarque/Observação*). Por exemplo: Pirro, rem. B. Geralmente, fica subentendido que se está falando da quinta edição. Não obstante, a classificação dos *Remarques* se altera conforme o ano de publicação. Eventualmente alguém coloca como referência do artigo “x” a capitular “C”, porém, na primeira edição o trecho equivalente pode estar registrado nos *Remarques* “B”, “D” ou “E”. Também pode ser o caso de se tratar de uma nota que tenha sido alterada ou algum dos trechos que foram retirados do DHC depois de 1696. Ficar restrito às referências da 4<sup>o</sup> ou 5<sup>o</sup> edição não possibilitaria evidenciar todos os processos de reescrita pelos quais o livro passou. A cada nova edição, Bayle adicionou novos artigos, notas marginais e de pé de página. Também suprimiu passagens e reelaborou alguns de seus argumentos. Por isso, todas as citações e referências mencionadas nesta pesquisa foram comparadas entre as edições. Discrimino em qual delas uma determinada ideia ou trecho foi colocado pela primeira vez. Para que o(a) leitor(a) possa se orientar, registro os números “1, 2 e 3” depois do nome do verbete, os quais correspondem respectivamente a primeira, a segunda e a terceira edição. Assim, por exemplo:

-DAVI<sub>1</sub>, rem. H. = artigo Davi, Remarque (nota de pé de página) (H), conforme primeira edição.

-FAUSTA<sub>2</sub>, rem. B. = artigo Fausta, Remarque (nota de pé de página) (B), conforme segunda edição.

Quando a informação ou citação é retirada do corpo do verbete indico “txt”.

---

<sup>26</sup> O setor de obras raras da Biblioteca Central da UFRGS dispõe de exemplares físicos da edição de 1730 para consulta.

- CAPRIATA<sub>3</sub>, txt. = artigo Capriata, no corpo (texto) do verbete, conforme terceira edição.

No DHC, quando a informação foi retirada dos prefácios (colocados no início), dos *Éclaircissements* ou das dissertações (colocadas no final) procedo a referência tradicional de autor data. Por isso, algumas vezes, serão encontradas as referências: BAYLE, 1697<sup>27</sup>; BAYLE, 1720, etc.

Os textos da NRL, dos *Pensées diverses*, da *Critique générale de l'histoire du calvinisme* e muitas das cartas que consultei estão reunidas nas *Ouvres diverses*, quatro volumes in folio publicados em 1737. Para essas publicações referencio-as como: OD I, OD II, OD III e OD IV<sup>28</sup>.

Espera-se que a apresentação, em linhas gerais, da trajetória e da fortuna crítica de Pierre Bayle e a descrição, resumida e esquemática, de alguns aspectos estruturais do *Dictionnaire historique et critique*, auxiliem na justificativa da seleção das fontes e da hipótese de pesquisa dessa tese. O primeiro desses pontos foi desenvolvido nesta introdução. O segundo, por sua vez, será elaborado ao longo do primeiro capítulo. Nele, serão descritos os aspectos idiossincráticos dessa obra; as suas diferentes camadas; a maquinaria textual e referencial colocadas por meio de dispositivos tipográficos-editoriais; as mudanças operadas em cada edição, bem como a recepção e repercussão desse que foi um dos livros de maior sucesso comercial da Idade Moderna europeia.

O capítulo dois contextualizará a inserção de Pierre Bayle no debate historiográfico sobre as Guerras de Religião – querela que se radicalizou, intelectual e politicamente, nas últimas décadas do século XVII. Nele será debatido: sobre disputas passadas (e presentes) que se converteram em disputas pelo passado; o papel da imprensa na produção, propagação e perenização de notícias falsas; e de

---

<sup>27</sup> O primeiro volume terminou de ser editado e efetivamente já estava colocado a venda no final do ano de 1696. Contudo, desde esta publicação o ano de 1697 já vinha gravado na folha de rosto. Deste modo, para não causar confusão no registro bibliográfico, refiro os textos publicados na primeira edição como BAYLE, 1697.

<sup>28</sup> Esses volumes também estão disponíveis para consulta no setor de obras raras da Biblioteca Central da UFRGS.

como a questão do ceticismo histórico emerge nesse ambiente de embates confessionais e de novas técnica/tecnologias de reprodução e circulação de textos.

No terceiro capítulo, será dada atenção ao modo como a ideia de crítica foi conceituada por Bayle, bem como será feita a descrição de quais eram os procedimentos colocados em prática num estudo por ele chamado de crítico. Ou seja, o que ele dizia que era (ou deveria ser) a crítica, e como ele procedeu efetivamente quando fez a crítica dos textos. Entender qual era, no DHC, o estatuto do texto e no que consistia “uma verdade de fato”, é um passo importante para encaminhar a discussão do capítulo sobre a história que Bayle escreveu e sobre no que consistia, para ele, a certeza histórica.

O capítulo quatro é onde ficará colocado se, para esse duvidador de múltiplos alvos, existia efetivamente alguma possibilidade de certeza histórica. A crítica não corresponde a todos os processos historiográficos, mas proponho que é o ponto arquimediano a partir do qual Bayle sustentou as possibilidades e impossibilidades das (in)certezas textuais e extratextuais. Mas esse debate de “ideias elevadas” pode levar a esquecer que o *Dicionário* estava repleto de obscenidades, blasfêmias, trivialidades, anedotas e toda sorte de fofocas e maledicências. Será enfatizado, portanto, o tipo de história que ele escreveu – nas suas próprias palavras: “um conjunto de toda sorte de matérias; umas sérias, outras risíveis”<sup>29</sup>.

Por fim, como muito bem demonstrou Marília Cecília Pedreira de Almeida, em sua tese de doutorado, a escrita bayliana articula juízos sobre os limites do conhecimento e elaborações sobre as condições de coexistência pacífica entre os indivíduos. Essa era uma das principais camadas de seu discurso; era a sua tese sobre a tolerância, a qual não estava desvinculada de suas concepções sobre história: “a apreensão da condição humana como indissolúvelmente ligada ao erro leva ao reconhecimento dos direitos da consciência errante, ou, de modo mais amplo, dos direitos da consciência” (ALMEIDA, 2011, p. 213). Correlato disso era que, fora do âmbito da fé individual de cada um, nenhuma doutrina religiosa poderia

---

<sup>29</sup> “*un assemblage de toutes sortes de matières, les unes serieuses, les autres risibles*” (BAYLE, 1702, p. 3.163).

legitimamente garantir ter a posse da verdade<sup>30</sup>. Dado que “a verdade sendo” para Bayle “a alma da história”<sup>31</sup>, então como seria possível escrever uma história das confissões – suas gêneses, cisões, reformas e conflitos. Algumas das implicações éticas e epistemológicas desse questionamento foram colocadas no texto que antecede as considerações finais.

---

<sup>30</sup> Essa, de acordo com Ruth Whelan, nem sempre foi a perspectiva de Bayle. A historiadora mostra como o autor parte, num primeiro momento, de uma idealização do protestantismo e passa progressivamente a ser mais crítico em relação aos desdobramentos reais que os eventos da Reforma desencadearam. A pesquisadora indica como as disputas entre protestantes no refúgio se relacionam com essas reavaliações que Bayle fez do significado da Reforma no quadro geral da história do cristianismo (WHELAN, 1990).

<sup>31</sup> “*la vérité étant l’ame de l’histoire*” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).



## CAPÍTULO 1: O DICIONÁRIO HISTÓRICO E CRÍTICO

“Toda obra é uma viagem, um trajeto, mas que só percorre tal ou qual caminho exterior em virtude dos caminhos e trajetórias interiores que a compõem, que constituem sua paisagem e seu concerto” DELEUZE, 1997.

“Nunca houve outra obra como o *Dicionário histórico e Crítico* de Bayle, e hoje é quase impossível imaginar que possa haver outra realização semelhante” POPKIN, 1964.

“Essa obra seria eternamente admirada, se o autor tivesse suprimido os ataques à religião e aos costumes” D’Alembert, 1751.

“todos os verdadeiros católicos protestaram em alta voz desde que esse perigoso livro apareceu” Le FÉVRE, 1738.

“Obra em mosaico, que na sua bizarra variedade de citações e de reflexões sérias e cômicas, fornece o suficiente para formar a mais monstruosa assembleia de obscenidades, heresias e ateísmos” LAUBRUSSEL, 1710.

### Gênese editorial do DHC

No ano de 1696, pela primeira vez foi publicado o *Dictionnaire Historique et Critique*; livro que se tornou, surpreendentemente, um sucesso editorial<sup>1</sup>. A surpresa se deve, em especial, a sua dimensão monumental. O *Dicionário Histórico e Crítico* reúne milhares de páginas no formato in-fólio<sup>2</sup>, nele estão dispostos em ordem alfabética artigos (verbetes) sobre personalidades e lugares. A primeira edição conta com 1.274 artigos e foi dividida em dois tomos. Na segunda edição, de 1702, foram adicionados 501 novos artigos, totalizando 1.775 verbetes distribuídos em três tomos. Após a morte de Pierre Bayle, em 1706, foi realizada uma edição póstuma, a qual

---

<sup>1</sup> Na capa do livro está registrado que a publicação é de 1697. No entanto, ele foi publicado e colocado em circulação no final do ano de 1696.

<sup>2</sup> Ou seja, diferente de edições in 4º e in 8º, não era uma obra portátil.

contou com mais 260 novos artigos encontrados entre os papéis de seu espólio. A terceira edição, publicada em 1720, totalizou 2.035 artigos e foi dividida em quatro volumes in-fólio. A partir de levantamento feito na base de dados do ARTFL, o *Dicionário*, em sua versão de 1740, possui cerca de 6 milhões de palavras (LUGT, 2016)<sup>3</sup>. Por isso, o livro veio a ser definido como um “improvável *best-seller*” (GRAFTON, 1998, p. 158).

Se, contemporaneamente, surpreende o sucesso editorial alcançado pelo DHC, em sua época, contudo, era de se esperar que obtivesse êxito. Embora, de fato, a fortuna crítica possa ter superado as expectativas mais otimistas de seus idealizadores. Publicar uma obra dessa natureza já havia se mostrado um empreendimento lucrativo. Dois dos grandes livros do século XVII são dicionários. Duas décadas antes de Bayle, Louis Moreri (1643-1680) redigira um livro com artigos de temas históricos, organizando-os em ordem alfabética – daí a ideia de um dicionário histórico, o qual não teve modéstia de chamar *Le grand dictionnaire historique* (1674). A “mistura curiosa de coisas profanas e sagradas”, se converteu imediatamente em um produto editorial de grande vendagem<sup>4</sup>. Como teria definido um amigo do autor, uma verdadeira enciclopédia da história disponível aos leitores<sup>5</sup>.

O *Dictionnaire universel* (1690), de Antoine Furetière (1619-1688), foi outro sucesso editorial. O prefácio da primeira edição do *Dicionário* de Furetière é atribuído a Pierre Bayle. Esse livro, cuja história de composição e publicação é marcada por polêmicas jurídicas, foi impresso na oficina de um experiente e bem-sucedido editor neerlandês: Reinier Leers (1654-1714). Foi também da oficina tipográfica de Leers que saiu o DHC. Ele sabia, portanto, que a publicação de obras de referência podia ser um bom negócio. Não sem motivo, concedeu a Bayle uma pensão para que se dedicasse exclusivamente a esse trabalho e assumiu todos os riscos financeiros da edição e da venda do livro.

<sup>3</sup> ARTFL é uma base de dados digital construída em parceria pela Universidade de Chicago com o governo francês, para acessar: <https://artfl-project.uchicago.edu/>, último acesso em 26/08/2019.

<sup>4</sup> “*ce mélange curieux des choses saintes & profanes*” (MORERI, 1674, préface).

<sup>5</sup> “*l’Encyclopedie de l’Histoire*” (MORERI, 1674, préface).

Em um caderno de notas, datado de 1689, Bayle começara a registrar correções e adições a serem feitas no dicionário de Moreri<sup>6</sup>. No seu cabeçalho está escrito algo próximo ao que segue: “que seja próspero e afortunado, 27 de outubro de 1689. Aqui começa o sumário geral de alguns erros importantes corrigidos por mim, Pierre Bayle. Professor de filosofia e história em Roterdã, no dicionário de Moreri”<sup>7</sup>. O plano original de Leers era compor uma nova edição, com emendas e comentários, do *Le grand dictionnaire historique (GDH)*. Porém, Denis Thierry, editor parisiense que detinha o privilégio para publicação do livro, não aceitou a proposta (LUGT, 2016). Nenhum outro nome foi tantas vezes repreendido por Bayle quanto o de Moreri. Ainda assim, é inegável sua importância na gênese do DHC. Seria um exagero contrafactual supor que um livro não existiria sem o outro. No entanto, se Denis Thierry tivesse aceito a parceria com Reinier Leers, Bayle talvez não tivesse produzido, por exemplo, nada muito diferente do que fez Jean LeClerc nessa matéria<sup>8</sup>. E o que viria depois? Não há como saber. O que se sabe é que sem a licença para fazer correções e adições, o caderno de notas de Bayle serviu como ponto de partida para seu próprio projeto de um livro de referências. Inclusive, nas anotações de 1689 já havia registro dos equívocos cometidos por outros dicionários além do de Moréri.

Diz o ditado popular que há males que vêm para o bem. O trabalho de Bayle e de Leers acabou repercutindo de forma espetacular. Nas primeiras décadas após sua publicação, conforme Arinaldo Momigliano, o cenário intelectual europeu foi “sobrepujado pela enorme erudição e pela penetrante crítica do *Dictionnaire historique*

---

<sup>6</sup> De acordo com Hubert Bost, esse manuscrito está depositado na Biblioteca Real de Copenhague, sob inscrição Thott 1.205-4° (BOST, 2006, p.625).

<sup>7</sup> “*Quod] Felix] Faustum] Quae] S[it] le 27 oct. 1689. Incipit generalis deline[ti]o errorum alicujus momenti emendatorum a me P. Baelio Roter. Phil[oso]phiae et Histor[iae] Professor. in Dictionario Morery*”, retiro essa transcrição de (BOST, 2006, p.625).

<sup>8</sup> Também no ano de 1689, Jean LeClerc relata que livreiros holandeses lhe solicitaram que revisasse e suplementasse uma reedição do GDH, mesma tarefa à qual Bayle tinha dado início a pedido de Leers. O grupo que encomendou o serviço de LeClerc, diferente do editor de Bayle, ganhou o privilégio de publicação. A obra revisada foi dada a estampa no ano de 1692 (MORERI, 1692). LeClerc declarou ter se arrependido da empreitada, segundo ele, o livro de Moreri estava repleto de equívocos e corrigi-lo era tarefa inviável, mais fácil seria, segundo ele, descartá-la e redigir nova obra. Ressaltava que a versão que passou por seu crivo era mais exata que as anteriores, ainda assim alertava aos leitores para em hipótese alguma se fiarem nela (LeCLERC, 1699, p. 394-397).

*et critique*, um *best-seller* apesar de suas dimensões” (MOMIGLIANO, 2014, p.31). Para Thomas Lennon, embora negligenciado desde o final do século XVIII, a popularidade e o sucesso de vendas do DHC o transformaram em um dos maiores “*blockbusters*” filosóficos de todos os tempos (LENNON, 1999, p.07). Anthony Grafton, por sua vez, sustenta que esse livro foi a “leitura favorita de praticamente todo letrado europeu” durante o Setecentos e, por quase duzentos anos, raramente esteve fora das oficinas de impressão (GRAFTON, 1998). Considerações como essas, embora não necessariamente incorretas, podem conter algo de exagero.

A afirmação de que o DHC foi a obra mais lida do século XVIII é repetida por praticamente toda bibliografia que faz referência ao livro. Difícil dizer, com precisão, quando ou por que essa ideia foi tomada como um dado. É possível que Daniel Mornet (1878-1954), crítico literário e historiador da literatura, seja um dos principais responsáveis por isso. Em um artigo de 1910, estabeleceu que o grande livro do século XVIII foi o *Dicionário* de Bayle. Chegava nessa conclusão com base em estudo realizado a partir de catálogos de 500 bibliotecas privadas da França; os registros que consultou diziam respeito ao período compreendido entre 1750 e 1780 (MORNET, 1910). O DHC, segundo afirma, consta no maior número de catálogos do que qualquer outro livro do Setecentos, pelo menos nesses acervos franceses. A ideia de que é uma obra do século XVIII toma como referência o fato de, com exceção da primeira, as várias outras edições terem sido feitas depois de 1700. Também não quer dizer que seu registro fosse o mais numeroso em termos absolutos, o livro mais recorrente nesse sentido provavelmente era a Bíblia. O que o estudo de Mornet aponta é que, dentre os livros laicos em circulação no período, o DHC é o que aparece o maior número de vezes nos catálogos. A tese de “livro mais lido” poderia, no mínimo, ser relativizada. Afinal, a realidade da França não corresponde necessariamente a realidade de toda Europa, tampouco o contexto europeu deveria servir como metonímia para o conjunto do Planeta. Assim, talvez exista um exagero quanto a fortuna crítica do livro.

Outro ponto deve ser considerado. Apesar de sua notável presença nas bibliotecas particulares francesas, algumas análises consideram que, na metade do

século XVIII, o DHC já era, muitas vezes, entendido como “expressão de uma época passada”. Autores como Diderot e Voltaire, o consideravam “um texto não desprovido de espírito crítico, porém, em última análise, envelhecido” (BIANCHI, 2010, p.187). Isso não significa que tenha sido definitivamente deixado de lado. O *Dicionário* de Bayle seguiu sendo lido pelos representantes da Ilustração e suas páginas serviram de referência para a composição da *Encyclopédia*. A defasagem se resumia em alguns pontos: a) extensão: excesso de texto, prolixo, repetitivo e sobrecarregado de notas de rodapé; b) temática: questões de erudição e de controvérsia intelectual cujo conteúdo fora superado ou não interessava mais; c) falta de equilíbrio: ausência de um estilo ou de uma ordem bem definida. Esses fatores, em conjunto, teriam resultado na sua “obsolescência cultural” (BIANCHI, 2010, p.193).

A partir do Oitocentos, não se apostou mais na publicação integral do DHC. Se no ano de 1735, por meio da Real sociedade de Londres, foi feita não só a tradução completa, como também inseridas adições a ele; em 1826, para listar um exemplo, temos uma proposta que consistiu somente na publicação de *Um dicionário histórico e crítico selecionado e abreviado a partir do grande trabalho Pierre Bayle*<sup>9</sup>. A edição francesa de 1820, distribuída em dezesseis volumes, é uma exceção digna de nota por pelo menos dois motivos: ela é integral e foi também a primeira publicação do DHC feita na França<sup>10</sup>. No entanto, a identidade gráfico-visual e as dimensões das páginas (in-quarto) dessa publicação eram bem diferentes dos produtos impressos nos séculos XVII e XVIII. Além disso, na própria edição vinha colocada uma constatação que ela buscava mudar: “Bayle, muito pouco lido, só poderia despertar o interesse de pequeníssimo [*très-petit*] número de pessoas”<sup>11</sup>. Em quarenta e cinco anos, entre 1696 e 1741, constam pelo menos nove publicações completas do livro. Desta última data

---

<sup>9</sup> “*An historical and critical dictionary selected and abridged from the great work of Peter Bayle*”.

<sup>10</sup> Existe uma publicação de Trévaux feita em 1734, contudo, na época, a comuna fazia parte do Principado de Domba. Essa localidade também é lembrada por uma famosa publicação de referências lexicais: o *Dicionário de Trévaux*, obra datada do século XVIII.

<sup>11</sup> “*Bayle, trop peu lu, ne pouvait exciter l'intérêt que d'un très-petit nombre de personnes*” (BAYLE, 1820, p.ii).

até 1820, fora uma malfadada tentativa em 1801<sup>12</sup>, foram quase oitenta anos sem qualquer proposta de nova reimpressão<sup>13</sup>.

Não é o caso de reduzir o valor da obra. Ainda que colocado em perspectiva e evitando-se exageros, é inequívoco que o DHC foi um dos livros mais influentes e amplamente lidos de sua época. Inclusive, muitas vezes lido não diretamente, mas a partir de algumas seleções e adaptações realizadas desde o século XVIII. Nessa chave de entendimento de que o formato (muito extenso e com discursos truncados) estava defasado, existiram propostas editoriais que pretendiam reduzir o livro ao que tinha de essencial. Foi o caso da publicação, em 1755, da *Análise razoada de Bayle ou síntese metódica de suas obras*, de François-Marie de Marsy<sup>14</sup>. Vasta bibliografia sustenta que seus verbetes e notas de rodapé foram as principais fontes do arsenal combativo do Iluminismo<sup>15</sup>. Walter Rex, por exemplo, sustenta que Bayle foi inspiração para o jovem Montesquieu, que Diderot o estudou e admirou, d'Holbach “seguiu a tradição de Bayle” em seus textos sobre religião; que Voltaire começou a lê-lo ainda jovem, e que a influência dessa leitura perdurou ao longo de sua vida (REX, 1965, p.x). Nota-se, portanto, que o DHC é um artefato literário relevante para compreensão da conformação do pensamento europeu moderno.

Refiro “o” DHC no singular, mas cada edição foi composta por mais de um livro. Cada página, de cada um desses livros, possui diferentes espaços que ordenam um mosaico de modalidades enunciativas. Trata-se de um material tipográfico complexo, com diferentes extratos temporais e espaciais. Alguns elementos foram sobrepostos a outros em estágios diferentes de sua editoração. A extensão monumental de suas páginas, a (i)lógica interna e as alterações realizadas em diferentes edições podem confundir o(a) leitor(a). Cada versão trazia novos verbetes

---

<sup>12</sup> Trata-se de uma edição de Leipzig, na região da Saxônia e dentro do atual território da Alemanha. As publicações encadernadas in 8<sup>a</sup> chegaram somente até os verbetes iniciados pela letra H (BAYLE, 1820, p. xvii).

<sup>13</sup> Das publicações de traduções e seleções contemporâneas que pude consultar (BAYLE, 1965; BAYLE, 1996).

<sup>14</sup> “*Analyse raisonnée de Bayle ou abrégé méthodique de ses ouvrages*”.

<sup>15</sup> Para avaliar alguns exemplos de obras consolidadas sobre o tema (KOSELLECK, 1999; CASSIRER, 1994; ISRAEL, 2001; POPKIN, 2003).

e modificava os já existentes: algumas informações eram adicionadas, outras informações suprimidas e argumentos reelaborados (em resposta às críticas ou para evitar a censura). As notas de pé de página, as referências cruzadas e outros dispositivos de leitura também receberam reformulações e redistribuições. Saber se um enunciado foi colocado no corpo do texto principal do artigo, na margem ou nos *Remarques (Observações)* pode ter implicações na sua interpretação, bem como importa saber se um determinado trecho foi suprimido ou posteriormente aumentado. Por esses motivos, as seções deste capítulo se destinam a fazer um mapeamento de alguns elementos estruturais do DHC.

O DHC não assumiu seu formato final da noite para o dia. Ao longo do processo de escrita e de editoração, teve muito de experimentalismo. Na verdade, cada edição acabou por fazer significativas alterações tipográficas. Quando tiveram início os trabalhos, no final da década de 1680, não se tinha certeza nem sobre o título nem sobre a natureza dos conteúdos que o livro deveria abarcar. As primeiras iniciativas foram de divulgação e prospecção. A edição de novembro de 1690 da *Histoire des ouvrages des savans*, um periódico editado por Henri Basnage de Beauval (1657-1710), anunciava, para o ano seguinte, a publicação de um *Dictionnaire Critique*. Promessa que acabou não se cumprindo na data prevista.

No ano de 1692, Reinier Leers informa, no *avis du libraire*, o motivo pelo qual prometera a publicação para aquela data. Segundo ele, em dezembro do ano de 1690, tinha dado início aos trabalhos de impressão. Pierre Bayle lhe entregara a maior parte dos artigos das três primeiras letras – A, B e C. Assim, enquanto o material finalizado ia sendo impresso, os demais artigos e o prefácio seriam redigidos. Por isso, o editor pensara que no começo de 1691 o livro estaria finalizado e colocado à venda, como prometido no periódico de Basnage. Essa advertência do livreiro está registrada na página de abertura do *Projet et fragmens d'un dictionnaire critique*. As palavras “projeto” e “fragmentos”, contidas no título, são indicativas da proposta. Tratava-se do esboço de um trabalho ainda em andamento; de porções textuais inacabadas. As características tipográficas do *Projet* são muito dissemelhantes dos aspectos monumentais que o DHC viria a ter. A qualidade do papel era inferior e no

formato in-8º. Ou seja, uma edição pequena, barata, de fácil manuseio e transporte. Da razão e finalidade de sua empresa, Bayle registrou: “me proponho apenas fornecer-lhes um ensaio, ou um rascunho que permita a qualquer um aperfeiçoar esse plano<sup>16</sup>”. Portanto, foi um livro teste, uma publicação com o objetivo de avaliar o potencial comercial e as respostas do público<sup>17</sup>.

Note-se que nesse momento não havia no título o registro da palavra histórico. O projeto oferecia um plano de execução para um dicionário crítico, o qual serviria de pedra de toque para todos os outros livros. Pierre Bayle nutria um desejo cosmopolita de livre intercâmbio de ideias entre membros de uma assembleia de eruditos – e isso desde sua época na *Nouvelles de la république des lettres*. A partir dessa perspectiva, concebia uma obra que servisse como “câmara de segurança” ou “apólice de seguros da República das Letras”<sup>18</sup>. Apresentava, portanto, as linhas mestras da concepção de um dicionário crítico a ser redigido, no qual cada artigo traria todos os equívocos cometidos sobre o tema de que trata: “se, por exemplo, conseguisse recolher sob a palavra SÊNECA tudo que se diz de falso sobre esse ilustre filósofo, bastaria consultar esse artigo para saber no que acreditar daquilo que se leia sobre Sêneca em qualquer livro que seja: pois se fosse uma falsidade, ela estaria indicada na compilação”<sup>19</sup>.

A “ideia básica” de Bayle “era tão simples quanto ambiciosa” (GRAFTON, 1998, p. 160). Ele soube fazer uso de artifícios retóricos de captação de benevolência e se apresentou com modéstia. Segundo ele, executar esse plano com perfeição excederia suas capacidades. Por isso limitava-se a apresentar um esboço e oferecia-o

---

<sup>16</sup> “je ne me propose que de leur fournir un Essai, ou une ébauche qui puisse en déterminer quelques-uns à perfectionner ce plan” (BAYLE, 1692, fl. 3).

<sup>17</sup> O caráter de teste pode ser percebido na leitura do próprio *Projet*, mas é confirmado também no prefácio da primeira edição do DHC: “(...) la meilleure manière d'exécuter mon Projet, eût été la plus exposé aux murmures du public” (BAYLE, 1692, fl.01).

<sup>18</sup> “La Chambre des assurances de la République des Lettres” (BAYLE, 1692, fl.18). “Apólice de seguros” é o termo empregado na edição brasileira do livro de Grafton sobre a curiosa história das notas de rodapé (GRAFTON, 1998, p.160).

<sup>19</sup> “(...) si par exemple j'étais venu à bout de recueillir sous le mot SENEQUE, tout ce qui s'est dit de faux de cet illustre philosophe, on n'aurait qu'à consulter cet article pour savoir ce que l'on devait croire, de ce qu'on lirait concernant Seneque dans quelque livre que ce fût: car si c'était une fausseté, elle serait marquée dans le recueil” (BAYLE, 1692, fl.18).



para quem julgasse que tivesse habilidade e competência para levá-lo a bom termo. O projeto era oferecido para que terceiros lhe fizessem retificações julgadas necessárias (BAYLE, 1692). Nota-se aqui a tentativa de criar uma relação, entre o escritor e quem o lê, muito parecida com àquela que tinha estabelecido na época em que foi editor da NRL. O livro, assim como a revista, era composto por um conjunto de artigos curtos e independentes entre si. Esses textos podiam ser revisados, corrigidos e reelaborados. A atividade intelectual-letrada, em Pierre Bayle, estava centrada em produzir rascunhos e reescritas.

Junto do esboço do plano geral para um dicionário crítico, colocado no prefácio, Bayle apresentou alguns fragmentos como exercícios daquilo que poderia vir a ser a forma de confecção dos verbetes<sup>20</sup>. Eram peças avulsas, as quais serviam como modelos prévios. Para a publicação não escolheu, segundo diz, os melhores artigos que compôs. Sublinha, na escolha deliberada pela imperfeição, um dos fundamentos de sua proposta letrada – e também moral. É a dimensão do equívoco que quis apresentar ao juízo dos leitores. Pretendeu criar um debate onde o pensamento figurasse como processo em andamento mais do que julgar peças acabadas do intelecto: “para melhor conduzir na execução de um projeto, é necessário expor aos olhos do público, principalmente, as partes cuja qualidade é mais duvidosa”<sup>21</sup>. Apesar das mudanças posteriormente adotadas, essa premissa permaneceu operante no DHC.

Os verbetes do *Projet et fragmens* têm tamanhos irregulares e cada um deles é seguido por extensos *Remarques*, nos quais se produz “uma digressão que se assemelha a uma dissertação na forma”<sup>22</sup>. O livro consiste na seleção eclética de 24

---

<sup>20</sup> Na verdade, não era propriamente um prefácio, mas uma dedicatória, sem título, ao seu amigo Jaques Du Rondel (1630-1715). Essa dedicatória passou a fazer parte do DHC desde sua segunda edição, quando foi intitulada de “Dissertação que foi impressa na frente de alguns Ensaios ou Fragmentos (...)” [*Dissertation qui fut imprimée au devant de quelques Essais ou Fragmens (...)*]. De qualquer forma, o texto em questão funciona como um prefácio: é um arrazoado preliminar no qual Bayle explica seu processo de pesquisa e escrita, bem como qual é o conteúdo e o objetivo do livro, além de alguns outros elementos introdutórios.

<sup>21</sup> “(...) pour mieux conduire dans l'exécution d'un projet, il faut exposer principalement aux yeux du public les parties dont la bonté est la plus douteuse” (BAYLE, 1692, fl.20).

<sup>22</sup> “(...) une digression qui ressemble à une dissertation en forme” (BAYLE, 1692, fl.20).

artigos, essas espécies de casos testes possuem características narrativas irregulares. São a mistura de fragmentos de biografias, correções, digressões com um conjunto de comentários ao final. Nesse momento, como destacou a historiadora Mara van der Lugt, nem a famosa estrutura tripartite das páginas in-fólio do DHC, nem as complexas questões teológico filosóficas, pelas quais Bayle se notabilizou como filósofo de Roterdã, estavam presentes na edição experimental publicada in-8 do *Projet* (LUGT, 2016).

Embora publicado de forma anônima, a autoria dos fragmentos logo se tornou um *segredo de polichinelo*. Bayle enviou cópias para amigos e correspondentes, pedindo suas opiniões e solicitando materiais que pudesse utilizar para suplementar o livro. Nesse sentido, repetiu (ou manteve) expedientes de comunicação que fizera uso quando fora editor do seu periódico. Conforme Grafton, o público respondeu de duas formas: “crítica de leitores que Bayle respeitava (...) e um enorme bocejo do restante” (GRAFTON, 1998, p. 160). As queixas se deviam, principalmente, a ausência de estrutura que organizasse os artigos e na indiferenciação entre o que seria matéria importante do que era detalhe e acessório. Seu crítico contemporâneo mais ilustre foi G. W. Leibniz (1646-1716), o qual no seu *Comentaire* considerou que Bayle gastou muito tempo meramente listando erros quando deveria ter se dedicado sobre os fundamentos da verdade (LEIBNIZ, 1885, p. 16-20)<sup>23</sup>.

Parte considerável da bibliografia dá a entender (ou mesmo afirma) que Bayle alterou os rumos de seu trabalho em função dos comentários de Leibniz. Anthony Grafton sustenta que o pensador alemão, em sua resposta ao *Projet et fragmens*, “desestimulou seu correspondente a compilar uma lista de erros ou uma doxografia de debates eruditos (...) E enfatizou que uma versão aprimorada e reorientada do projeto, que se dirigisse antes a verdades do que a erros, seria muito útil” (GRAFTON, 1998, p. 172). Porém, parece pouco provável que Bayle tenha lido esses comentários. Eles não constam em nenhuma publicação da época, nem estão nas correspondências do autor. Os comentários sobre o *Projet et fragmens* foram inseridos

---

<sup>23</sup> O texto originalmente não tem título, mas faço referência a ele como *Comentaire*, seguindo a designação dada pelo historiador Mogens Lærke (LAERKE, 2015).

no volume VI do *Die philosophische Schriften* (1885) de Leibniz, organizado por C.I. Gerhardt (1816-1899). Na edição não há indicação da data nem proveniência do texto, apenas o título “Beilage”, colocado pelo próprio organizador. Conforme Mogens Lærke, existem dois manuscritos conservados deste texto, mas nenhum permite estabelecer a data precisa da redação<sup>24</sup>.

A recepção do erudito alemão evidencia que Bayle foi uma personagem relevante no debate intelectual de seu tempo. Antes mesmo da leitura do *Projet et fragmens*, em correspondência endereçada à Basnage de Beauval, Leibniz escreveu: “me prometeram o projeto do Dicionário do senhor Bayle, mas ainda não o li, uma inteligência tão hábil como a sua, não pode produzir senão coisas excelentes<sup>25</sup>”. Depois de lê-lo, acabou registrando ressalvas, mas continuou a ter o filósofo de Roterdã em alta conta.

O nome de Leibniz está associado à história da matemática e da filosofia, mas ele também se dedicou durante toda sua vida aos estudos de caráter histórico. Por isso, seu juízo interessa aos objetivos desta pesquisa. O *Commentaires* (ainda que não tenha chegado ao conhecimento de Bayle) pode ter expressado a forma como os representantes da república literária, em geral, avaliaram esse plano para um dicionário crítico. Em uma carta para Leibniz, Basnage de Beauval escreveu: “Ele [Bayle] está dedicado inteiramente ao seu Dicionário. Ele suprimirá todos detalhes de fatos que **pareceram enfadonhos para muitas pessoas** no fragmento que vós vistes<sup>26</sup>” [**grifos meus**]. No prefácio do *Projet et fragmens*, é solicitado que leitores ajudem a aperfeiçoar os esboços críticos do livro e Bayle foi receptivo aos comentários que recebeu (BAYLE, 1692). Menos de quatro meses depois da publicação, informava ter começado a fazer alterações do modelo editorial. Em carta

<sup>24</sup> No entanto, graças às correspondências de Leibniz com Basnage de Beauval e com Gehard Meier, supõe que os comentários tenham sido escritos no final de setembro de 1692 (LAERKE, 2015).

<sup>25</sup> “On m’avait promis le projet du Dictionnaire de Mons. Bayle, mais je ne l’ay vû; un esprit aussi delié que le sien, ne peut donner que des choses excellentes” (LEIBNIZ, 1887, p.85).

<sup>26</sup> A carta é datada de 2 de outubro de 1692: “Il s’occupe tout entier à son Dictionnaire critique. Il en retranchera tout le détail de faits qui a paru ennuyeux à bien des gens dans le fragment que vous en avez vu” (LEIBNIZ, 1887, p.87).

datada do dia 19 de setembro de 1692, escreveu a Pierre Silvestre: “fiz um plano um pouco diferente e que remediará a uma parte dos inconvenientes”<sup>27</sup>.

Nas correspondências de Bayle é possível identificar a concepção do novo formato do dicionário tomando forma. Seus relatos dão ideia das dificuldades do trabalho de correção. Numa missiva enviada para Minutoli, em agosto de 1692, contava de seus esforços na redação de um “certo Dicionário Crítico”, o qual era “um mar tempestuoso, sem fundo nem costa”, impedindo-o de qualquer sorte de lazer<sup>28</sup>. Nessa correspondência ainda não aparece o qualificativo histórico. Foi em 16 de novembro de 1692 que, em outra de suas cartas, pela primeira vez foi registrado o título “*laborem Dictionarii historio-critici*” (BAYLE apud LUGT, 2016, p.17), reorientando o seu projeto não mais só para indicar os equívocos, mas também com comentários e notas de caráter explicativo.

### A página bayliana

Quatro anos depois de ter colocado o livro teste em circulação, a primeira edição do DHC finalmente foi dada à estampa. O preâmbulo apresentado até aqui busca familiarizar o(a) leitor(a) com aquilo que Pierre Rézat descreveu como a “página bayliana” [*page baylienne*] (LUGT, 2016, p.25). Ou seja, a estrutura tripartite

---

<sup>27</sup> “*J’ai fait un plan un peu différent, et qui remédiera à une partie des inconvénients*” (LABROSSE; McKENNA (et. al.), 2010, p.631). Os pesquisadores vinculados ao projeto da Voltaire Foundation destinado a reunir, transcrever, e editar todas as cartas de Pierre Bayle, também construíram uma plataforma digital na qual disponibilizaram todo conteúdo dos quinze volumes impressos, para consultar o material transcrito e as notas críticas consultar: <http://bayle-correspondance.univ-st-etienne.fr/?Lettre-887-Pierre-Bayle-a-Pierre&lang=fr>, última consulta em 19/03/2019.

<sup>28</sup> “*Certain Dictionnaire Critique, à quoi je me suis engagé, et qui est une mer orageuse et sans fond ni rive, m’ôte toute sorte de loisir*”. No mesmo parágrafo, evidenciam-se alguns pontos que já foram destacados. O primeiro: apesar de ter publicado o *Projet* anonimamente, não fez segredo, pelo menos aos seus correspondentes mais próximos, de que o livro era seu. Segundo: Bayle foi receptivo aos comentários a respeito do livro: “*J’en ai fait imprimer le Projet et quelques fragmens, et vous en ai adressé des exemplaires ; afin, mon cher Monsieur, d’être secouru de vos avis, et de vos lumières : j’entens des votres, et de celles de notre ami de Lausanne*”. Carta a Minutoli de 28 de agosto, 1692 (LABROUSSE; McKENNA (et. al.), 2010, p. 611).

do dicionário: os verbetes, as notas bibliográficas e os *Remarques* (ver Figura 1 e Figura 2). No centro da página estão os artigos principais (verbetes), os quais estão distribuídos em ordem alfabética ao longo do DHC, como no *Projet*. Cada entrada possui um título cujo primeiro termo é grafado em letras maiúsculas. Abaixo do título, segue um pequeno texto, o qual consiste numa breve descrição sobre a pessoa, o lugar ou outro tema de que trate o verbete. Nas margens das páginas (a esquerda ou à direita) encontram-se registros de pequenas notas (ver Figura 3). Estas notas, na maioria das vezes, informam dados bibliográficos ou fazem referências cruzadas para outros artigos – ou ainda para outras notas e *Remarques* de um mesmo artigo. Eventualmente, também fornecem comentários secundários sobre o texto principal.

Até este ponto, não há nada de extraordinário. A ordem alfabética e o formato enciclopédico era algo comum em dicionários e outros compêndios da época. Também a nota de rodapé estava bem estabelecida como ferramenta textual, sendo empregada em uma variada gama de estudos eruditos: “no entanto, entre a margem e o texto principal, Bayle introduziu uma terceira e nova categoria: o *Remarque*<sup>29</sup>”. O tamanho da fonte das letras utilizadas nos *Remarques* é menor do que o dos verbetes e maior do que o das notas marginais. Essas marcas tipográficas, assim como o local que cada texto ocupa na página, evidenciam que cada um dos três elementos (verbetes, nota e *Remarque*) cumprem diferentes funções. Embora tais divisões funcionais não fossem tão rígidas.

---

<sup>29</sup> “But between the margin and the main text, Bayle introduces a third and novel category: the *Remarque*”. (LUGT, 2016, p. 19).

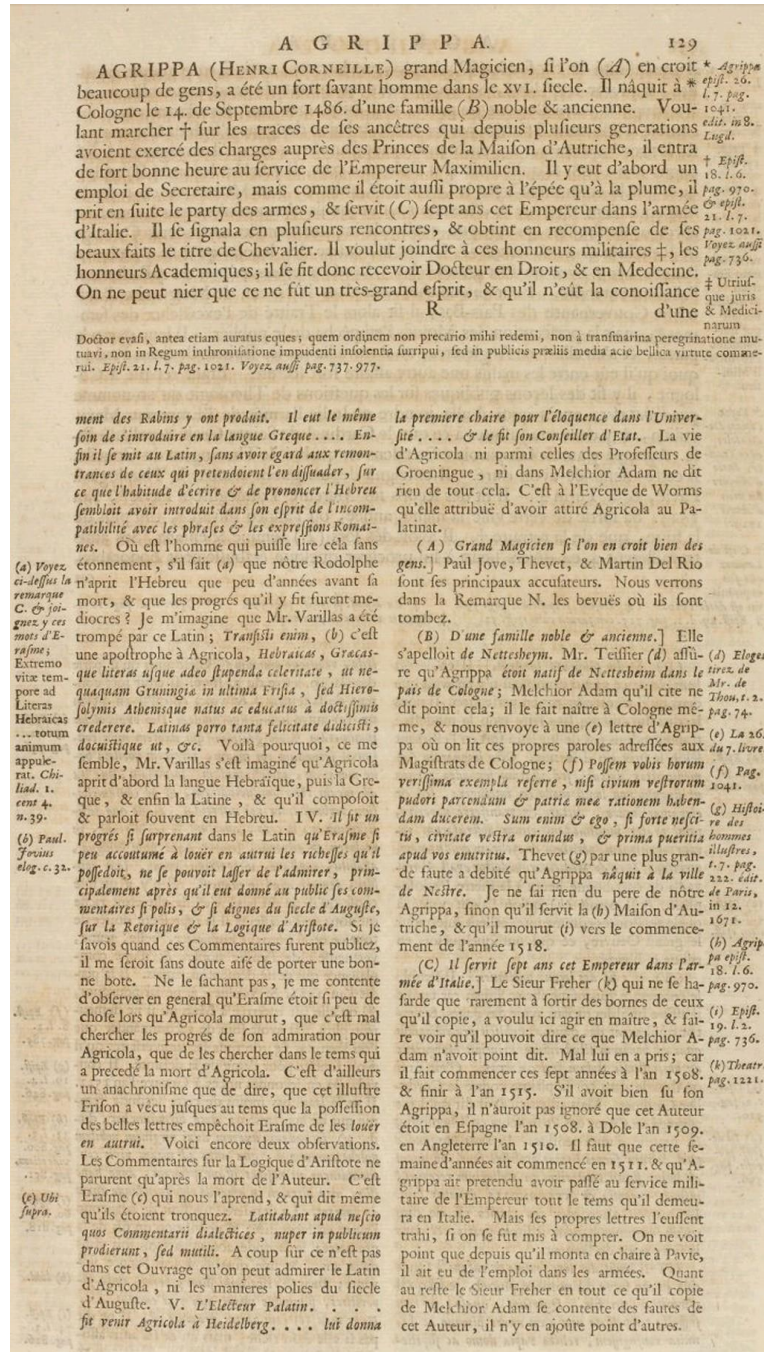
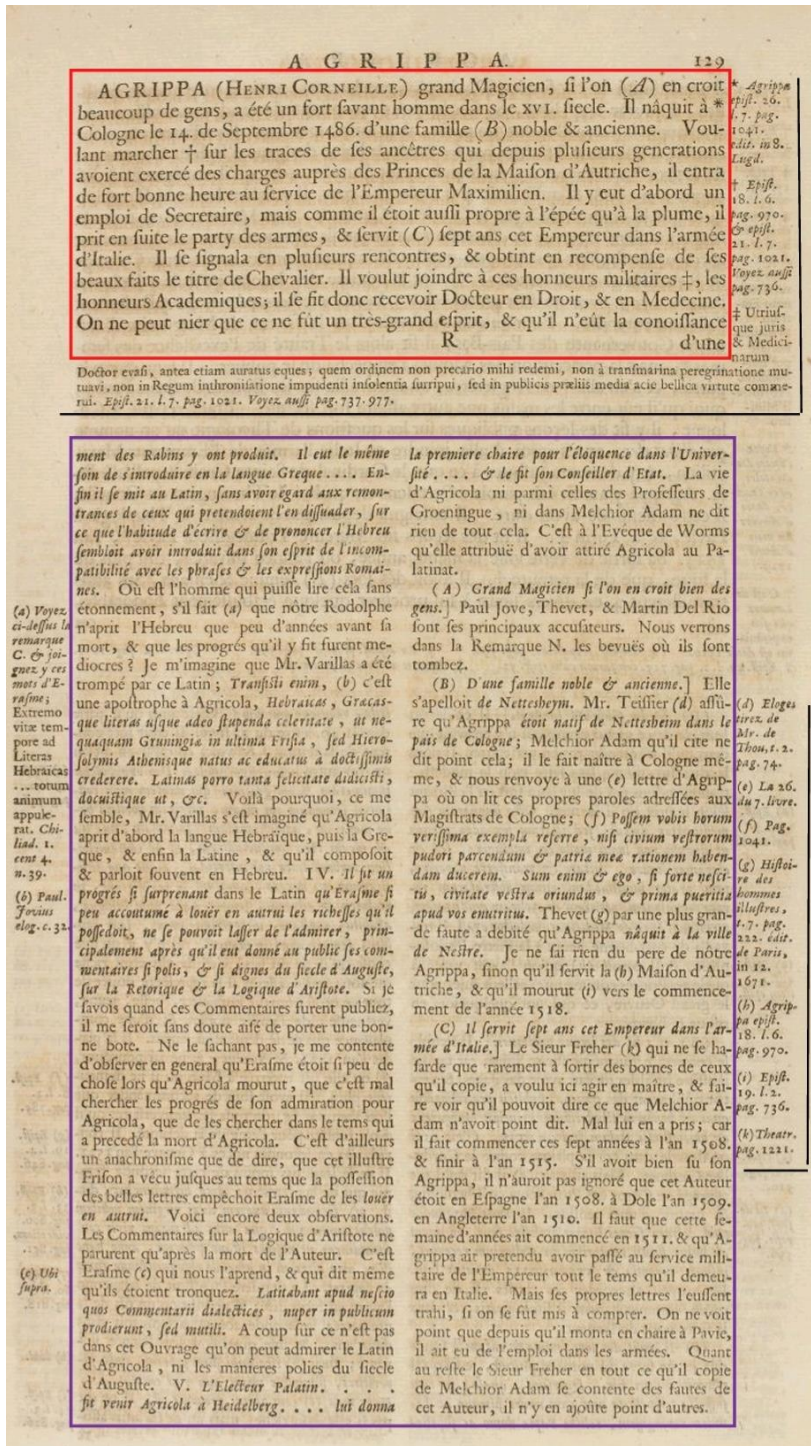


Figura 1: verbete AGRIPPA1, DHC, 1646. Fonte: gallica.bnf.fr / BnF.



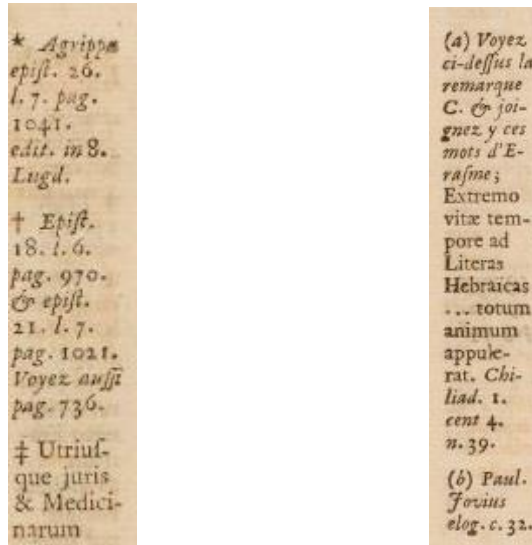


Figura 3: detalhes das notas marginais. Fonte: gallica.bnf.fr / BnF. As notas colocadas nas margens possuem diferentes sinais de referência. Quando dizem respeito ao verbete, geralmente são indicadas por traços ou asteriscos. Quando se referem aos *Remarques*, são indicadas por letras minúsculas. A partir da terceira edição se convencionou indicar as referências marginais dos verbetes com letras minúsculas e as dos *Remarques* com números. O relevante é que, independente da convenção, existia uma preocupação em criar sinais tipográficos para formular um sistema rigoroso de referências

Na página, somos direcionados para os *Remarques* de forma muito semelhante às modernas notas de rodapé. Ao final de uma dada sentença do artigo principal é colocada uma letra capitular entre parênteses, esta direciona o leitor para o *Remarque* correspondente (ver Figura 4). Os textos dos *Remarques* foram divididos em duas colunas e posicionados no centro da página, mas abaixo dos verbetes. Por vezes, o verbete desaparece e os *Remarques* ocupam páginas inteiras (ver Figura 5).



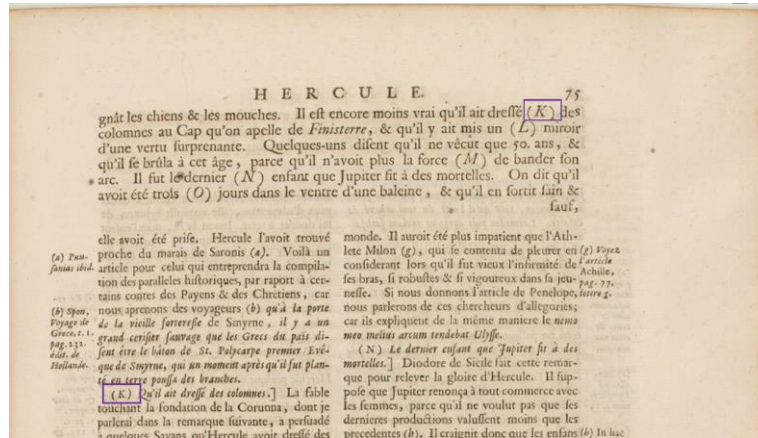


Figura 4: destaque na capitular K indicando o *Remarque K* abaixo do verbete “HERCULE1”. Fonte: gallica.bnf.fr / BnF. As alterações nos destaques são minhas.

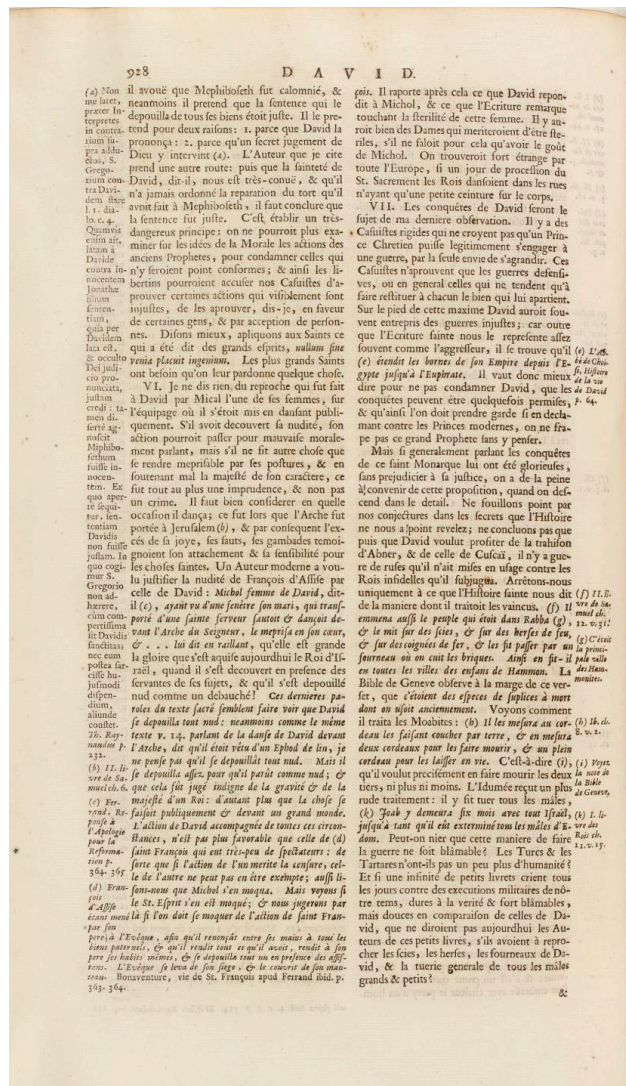


Figura 5: verbete “DAVID1”. Fonte: gallica.bnf.fr / BnF. Nessa página e na próxima, os *Remarques* ocupam a totalidade das páginas.

Em um estudo que mostra a evolução do layout da página ao longo da história, o DHC foi apresentado como tributário de práticas eruditas que remontam à Antiguidade. A bibliografia da história do livro apresenta que, ao longo de gerações, foram sendo empregadas inovações editoriais. Contudo, as transformações não excluem a continuidade de elementos remotos. Para conceber e compor as páginas do DHC, livro que fascinou e desafiou leitores como Voltaire e tantos outros, Bayle se apoiou em múltiplas tradições. Dentre elas, a da compilação erudita representada por Plínio e “outros espíritos enciclopédicos” – antigos e modernos. A inserção de comentários é outro elemento bastante longo. Também a prática da citação exata dos textos e documentos, convertendo a própria página em arquivo, tem raízes na historiografia eclesiástica que remete a Eusébio de Cesareia – e, mais remotamente, a Flávio Josefo e a partes da própria Bíblia, como os livros de Esdras e Macabeus. O precursor mais imediato teria sido César Barônio (1538-1607), o qual mobilizou artifícios tipográficos como o emprego do itálico para indicar que fazia citações de terceiros, e empregou notas marginais indicando a procedência das fontes. A distribuição do texto em duas colunas é outra das características comuns a Barônio e a Bayle. Tanto em um caso como no outro, parte da autoridade do texto se encontra na organização visual da página (GRAFTON, 2012).

As entradas enciclopédicas, as notas e os *Remarques* não são, portanto, dispositivos textuais inventados no final do século XVII, Bayle os encontrou em muitas obras de diferentes períodos. Não só ele. As marginais foram instrumentais críticos fundamentais para trabalhos como o de Richard Simon. Na querela historiográfica em torno da questão das Guerras de Religião na França, Jacques Le Fèvre publicou transcrições de documentos oficiais, trechos dessas transcrições eram, muitas vezes, intercalados por *Remarques* que explicavam sua origem e significado (LE FÈVRE, 1686). Porém, se não foram novidades absolutas, esses dispositivos parecem ter sido utilizados no DHC de forma diversa do que se fizera até então. No *Projet e fragmens*, havia unidades textuais chamadas *Remarques*, mas elas não tinham ainda uma função bem definida: “eram apenas uma série de comentários adicionais que Bayle não conseguira inserir no texto principal e, portanto, anexados ao final de

certos artigos”. No DHC, por sua vez, a divisão entre o verbete e o *Remarque* é muito mais sistemática, cada um com suas funções específicas. Mesmo contando com traços provenientes de tradições mais antigas, veremos que a construção narrativa dos *Remarques* foi criativa. Mara van der Lugt propõe defini-los como “notas de rodapé ensaísticas” [“*essayistic footnotes*”], uma vez que são um tipo de forma híbrida entre nota de pé de página e ensaio. De forma que, junto com o emprego das referências cruzadas, “as Observações são, sem dúvida, a inovação textual e tipográfica mais original do *Dictionnaire*<sup>30</sup>”.

A percepção desse caráter de inovação se apresenta desde as primeiras legibilidades do DHC. Numa de suas traduções inglesas, o livro foi situado numa relação genealógica com outras edições assemelhadas. Conrad Gesner, com sua *Biblioteca Universalis* (1545), aparece como primeiro esforço de uma obra de referência moderna. Depois viria Charles Stephens, com um *Dicionário histórico, geográfico e poético* (1596) – reeditado em 1621, 1628 e 1633. Nicholas Lloyd, ainda que baseado em edições de Charles Estienne, teria escrito o primeiro dicionário propriamente histórico: *Dictionarium Historicum* (1670). Por fim, é elencado o *Dicionário* de Moreri. Todos estes produtos editoriais compartilham com o DHC o caráter enciclopédico e, em alguns casos, a distribuição alfabética de matérias eruditas. Contudo, o *Dicionário* de Bayle é lido como uma novidade editorial (GDHC, 1735, prefácio). Para Pierre Desmaizeaux, que fora seu amigo e divulgador de suas obras: “na verdade, o trabalho do Sr. Bayle pouco tem em comum com aquele de Moreri. É um dicionário de uma espécie nova e singular”<sup>31</sup>.

Se nos artigos e nas notas marginais Bayle respeitou certa padronização e regularidade quanto aos conteúdos e extensão dos textos, nos *Remarques* se permitiu maior “liberdade” criativa e intelectual (LUGT, 2016). Coloco “liberdade” entre aspas porque não é o caso de exagerar o elemento criativo, como bem alertam estudos

---

<sup>30</sup> “they were just a series of additional comments that Bayle had not been able to fit into the main text, and so appended at the end of certain articles (...) the Remarks are undoubtedly the most original textual and typographical innovation of the *Dictionnaire*” (LUGT., 2016, p.19-23).

<sup>31</sup> “En effet, l'ouvrage de Mr. Bayle n'a presque rien de commun avec celui de Moréri. C'est un dictionnaire d'une espèce nouvelle & singulière” (DESMATZEAUX, 1740, p. LXXVII).

sobre a produção letrada pré-romântica (HANSEN, 2004; PÉCORA, 2001). Mas muitas vezes Bayle enunciou a partir da primeira pessoa do singular. O uso do “eu” [“je”] varia conforme o contexto enunciativo e aparece tanto nos verbetes, como nas notas marginais e nos *Remarques*. A marca pessoal do texto se evidencia com maior frequência nas margens laterais, onde notas foram inseridas para registrar que o dicionarista não conseguiu consultar algum livro, ou que a informação que está dando lhe foi transmitida por esta ou aquela pessoa. Ou ainda, quando informa o motivo pelo qual transcreve ou suprime um determinado fragmento. Eventualmente, inclusive nos verbetes ou *Remarques*, inseriu anedotas pessoais ou pedaços de informações autobiográficas, muito comumente expressas na primeira pessoa do singular. Bayle também empregou a primeira pessoa do plural [“nós”, “nous”] e o pronome possessivo “nosso”/“nossa” [“notre”], porém, de forma menos extensiva do que os empregos do “eu” [“je”/“moi”], do “meu” [“mon”] (LUGT, 2016).

Em diversas passagens, o emprego do “eu” foi relativamente impessoal. Lembra o leitor que um dado, um comentário ou uma referência já foi mencionada [“j’ai déjà cité”], ou o remete para páginas seguintes [“je dirai plus”]. Além disso, pode indicar graus de certeza [“je ne sais”, “je doute”, “je crois”]. Segundo Lugt, esses empregos são feitos, em especial, quando Bayle escreve na qualidade de um “historiador-compilador” [“historien-compilateur”]. Como se disse, as divisões não são rígidas, mas as marcas autorais são menos acentuadas nos verbetes do que nos *Remarques*. Quando elas aparecem nos artigos, na maior parte das vezes, é numa forma que se pretende mais objetiva – as entradas deveriam tratar, tanto quanto possível, estritamente de “matérias de fato”, enquanto que nos *Remarques* tais marcas são muito mais variáveis no tom (LUGT, 2016).

No DHC, “a primeira pessoa do singular pode ser apenas um modo de expressão entre outros, mas também pode ter conotações pessoais ou autobiográficas e, enquanto tal, pode indicar uma intromissão autoral”. Neste último caso, parece existir uma correlação entre texto e a trajetória do sujeito de carne e osso que o escreveu: o filósofo de Roterdã que ficou conhecido na República das Letras como o jornalista das *Nouvelles*; no Refúgio Holandês como o inimigo de Jurieu; alguém que

tendo sido vítima de perseguições religiosas se dedicou a escrever sobre a tolerância. Enfim, “o leitor é confrontado com um texto que respira o estilo, o gosto, a personalidade e as memórias de Bayle”<sup>32</sup>. No entanto, é arriscado fazer essa correlação direta entre autor e obra.

Entenda-se como psicológico ou retórico, o ponto é que partiu dele um esforço de delimitar no que consistia a sua agência autoral. Fazia questão de declarar ser ele quem fazia a pesquisa, comparava os materiais, organizava a ordem em que cada elemento seria apresentado. Inclusive nos casos em que os materiais e comentários lhe eram enviados por terceiros (seus amigos e correspondentes), exercia um trabalho de edição: inserindo-os na integra ou em parte, com comentários ou sem, descartando-os, e assim por diante. Essa construção discursiva do “eu” pode ser identificada desde o *Projet et fragmens*, no qual é constituída a figura de um “eu” compilador em oposição a um “eu” copista. Veremos isso em pormenor na forma como ele definiu no que consistia seu trabalho de citação, também voltaremos para essa distinção porque ela importa para entender como ele definia o saber histórico. Na primeira versão do DHC, Bayle seguiu se apresentando como compilador, mas também como crítico, historiador e comentador. São variações relativas a funções específicas de autoria. Em todas essas funções se apresenta com a faculdade de decisão, mas cada uma dessas decisões estabelece uma distância própria entre ela e a sua pessoa (de carne e osso, com as crenças que diz ter e os valores que assume serem seus). A partir da edição de 1702, passou a insistir na distância que quem o lê deveria estabelecer, conforme a função que assume estar exercendo, entre o que está escrito e a pessoa que escreve. Isso porque, além das críticas, Bayle teve que responder a um processo feito contra ele por meio do Consitório Wallon. Portanto, a partir dessa data, passa a ser uma questão de responsabilidades que poderiam lhe ser atribuídas, bem como dos direitos que cada função lhe conferia.

---

<sup>32</sup> “The first person singular can just be one mode of expression among others, but it can also have personal or autobiographical connotations, and as such may indicate an authorial intrusion” (...) “the reader is confronted with a text that breathes the style, taste, personality, and memories of Bayle” (LUGT, 2016, p. 50).

O DHC, as anotações e as cartas de Bayle são registros valiosos ainda que adotemos a desconfiança, sempre saudável, no momento de identificar autor e obra. Nesses seus escritos, existe a inserção de contingências diversas no que dizia respeito as suas atividades de pesquisa e escrita, bem como das condições de trabalho na oficina de impressão. Relata que dependia de materiais impressos disponibilizados por seu livreiro, ou que constasse na biblioteca de algum amigo que lhe prestasse auxílio no exílio. Recebia resenhas ou transcrições de trechos de obras que não podia consultar, as quais lhes eram enviadas por correspondentes seus espalhados pela Europa central e Inglaterra. No entanto, estamos falando de uma época que o clima e as estações do ano condicionam o fluxo dessas correspondências. Para pegarmos um exemplo, relatava numa carta a Minutoli, de fevereiro de 1692, que os rigores do inverno impediram que Beauval fosse a Haia e que, de lá, pudesse enviar para Roterdã pacotes com livros que Bayle esperava para dar continuidade a seus trabalhos (O.D. IV, p. 671). O rigor do frio também acarretava, eventualmente, em danificação ou quebra da aparelhagem de impressão. Problemas técnicos decorrentes das baixas temperaturas teriam diminuído o ritmo de produção do DHC, em 1694 (BOST, 2006). Bayle trabalhava na produção de livros, e ao longo desse trabalho nos conta de muitos dos processos envolvidos no ofício, ou pelo menos da forma como percebia e elaborava essas atividades. Um de seus temas preferidos, como teremos ocasião de explorar no segundo e no terceiro capítulo, era a cultura impressa de sua época e das precedentes – nas suas dimensões tecnológicas, práticas e políticas.

### **Lendo Bayle**

Como se nota, a dimensão monumental das milhares de páginas in fólio e a ausência (pelo menos aparente) de sistematização não são as únicas dificuldades para a leitura. Diferentes camadas discursivas são superpostas. Os textos do DHC foram escritos conforme uma variada gama de gêneros literários; um mosaico de diferentes estilos. Nos comentários foram criados personagens fictícios e

heterônimos. Metáforas e ironias são figuras retóricas constantes. As “argumentações sinuosas” produzem “não um único caminho, mas uma rede sutil e complexa de teses e justificações” (ALMEIDA, 2011, p. 24). A preocupação de sempre apresentar os prós e contras de uma questão cria, frequentemente, paradoxos. Todos esses elementos produzem juízos distintos sobre o livro. Para uns, pode ser o resultado de um pensamento complexo e aberto ao contraditório. Para outros, pode parecer um amontoado de tópicos desconexos, produzido por alguém confuso, desleixado, inconsistente ou mesmo louco (LENNON, 1999).

A dificuldade de interpretação atribuída a própria estrutura dos textos de Bayle diz respeito a todos os seus livros, mas em especial ao seu dicionário, isso porque: “o mecanismo era simplesmente aleatório e complexo demais: com seu texto elegante, leve, flutuando sobre um comentário vacilante erudito e profundo” (GRAFTON, 1998, p. 176). Um trabalho bastante original para vencer essa aparente impenetrabilidade do texto, foi realizado pelo filósofo canadense Thomas M. Lennon, cujo título de seu livro em português seria “lendo Bayle” – *Reading Bayle* (1999). A proposta desse pesquisador não foi oferecer uma descrição abrangente das características que delineiam o DHC – até porque, para aqueles que o leram, parece não existir linha mestra alguma. Por isso, propôs uma possibilidade de leitura, entre outras possíveis. Thomas Lennon faz uso do conceito de polifonia na análise dos textos de Bayle. A característica de um texto polifônico consiste em permitir que outros falem autonomamente, mais do que servir como veículo dos pontos de vista do autor. Portanto, naquilo que outros viram como opacidade, confusão e perplexidade, Lennon atribuiu como elemento mais rico da engenharia narrativa bayliana.

Em livro publicado recentemente, Plínio Junqueira Smith apresentou o que chamou de método cético de oposição na filosofia moderna. No estudo, argumenta como diferentes filósofos, entre os séculos XVII e XVIII<sup>33</sup>, se apropriaram de um princípio de Sexto Empírico segundo o qual “se pode opor a todo discurso um

---

<sup>33</sup> Esse pesquisador incluiu em suas análises textos de Pierre Bayle também.

discurso contrário com igual força persuasiva”. O resultado da aplicação desse dispositivo levaria à suspensão do juízo, pois a razão, dividida entre tese e antítese, se veria incapaz de decidir (SMITH, 2015). Essa dinâmica aparece no cuidado que Bayle teve em apresentar os *prós* e *contras* de toda questão [*pour et contre*]. Isso poderia evidenciar sua filiação ao ceticismo. Porém, também é indício que ele, da mesma forma que seus contemporâneos, recebeu uma formação retórica humanística de matriz ciceroniana, a qual treinava os alunos no exercício da argumentação *in utramque partem* – termo latino que significa comparar argumentos de ambos os lados de uma disputa. Ou seja, a apresentação de diferentes perspectivas, por si, não o filia necessariamente ao ceticismo, uma vez que esta era uma prática rotineira de escolas protestantes e católicas, muitas delas de verniz dogmático<sup>34</sup>. Por isso, um dos pontos fortes do livro de Lennon é sugerir que é possível avaliar a dinâmica dos *prós* e *contras* numa chave de leitura que não a reduza ao ceticismo estrito, tampouco a mero exercício de retórica escolar. Em *Reading Bayle*, a apresentação de diferentes pontos de vista é entendida como defesa da autonomia e da tolerância intelectual. A argumentação bayliana seria expressão de uma dialética sempre em aberto, nunca concluída, pois as antíteses nunca chegam a qualquer síntese. Isso faria de seu pensamento um sistema permanentemente aporético. No entanto, “o objetivo não é produzir a suspensão pirrônica da crença, que cessa com a atividade filosófica, mas criar opções para que ela avance<sup>35</sup>”. Essa interpretação está centrada principalmente na construção narrativa operada por Bayle, na qual articulam-se múltiplas vozes<sup>36</sup>. Seria, portanto, uma narrativa polifônica.

Associado ao conceito de polifonia está o de discurso dialógico. Não são sinônimos, mas tanto um termo quanto o outro remetem à ideia de heterogeneidade

---

<sup>34</sup> Disputas *in utramque partem* integravam o cotidiano escolar, por exemplo, de instituições jesuíticas. Foi visto na Introdução que Pierre Bayle recebeu parte de sua formação em uma instituição inaciana.

<sup>35</sup> “His aim is not to produce the Pyrrhonian suspension of belief, which ends philosophical activity, but to generate options that keep in going” (LENNON, 1999, p.33).

<sup>36</sup> Embora não concorde plenamente com a leitura de Lennon, sua análise me ajuda a entender no que consiste a crítica no DHC. Nele, a dúvida não me parece ter sido um objetivo, no que estou em conformidade com o pesquisador canadense, mas um meio. Duvidar é condição necessária para poder pensar e converte a investigação crítica em um processo sempre em andamento.



enunciativa, segundo a qual um texto tem dentro de si referências a outros textos. Lennon toma essas noções de empréstimo do livro *Problemas da poética de Dostoiévski*, do linguista russo Mikahil Bakhtin (1895-1975). A hipótese defendida é de que as personagens dostoiievskianas, na estrutura dos romances, revelam independência interior em relação ao autor. São representações de consciências plurais; criações poéticas, mas que falam por si. O escritor, dessa forma, não é senhor das escolhas dos personagens que criou, nem esses personagens são expressões biográficas dele. A posição do autor no romance polifônico criado por Dostoiévski seria “de distanciamento máximo, que permite ao autor assumir o grau extremo de objetividade em relação ao universo representado e às criaturas que o povoam” (BEZERRA, 2013, p. ix). Ainda que possa se identificar em alguns personagens traços que seriam do próprio Dostoiévski, nenhum deles seria necessariamente seu *alter ego*. Teríamos, assim, a “independência das vozes”.

Outra característica do discurso polifônico-dialógico bakhtiniano diz respeito ao caráter sempre em aberto das personagens. O que se faz, a cada vez, é “a representação de consciências plurais, nunca da consciência de um eu único e indiviso” (BEZERRA, 2013, p. x). Tais personagens não poderiam, segundo essa análise, ser coisificadas e fixadas, pois são retratos multidimensionais de seres que habitam um mundo plural e em formação. O que o escritor faz é:

(...) auscultar as vozes desse universo social como um diálogo sem fim, no qual vozes do passado se cruzam com vozes do presente e fazem seus ecos propagarem no sentido do futuro. Daí a impossibilidade do acabamento, daí o discurso polifônico ser sempre em aberto, o discurso das questões não resolvidas (BEZERRA, 2013, p.XII).

Para Thomas Lennon, a independência das vozes e o caráter de discurso em aberto são elementos que podem ser aplicados para ler a obra de Pierre Bayle. Este, segundo o pesquisador canadense, também criou diálogos onde, mais do que apresentar suas próprias ideias, permitiu que cada personagem, real ou fictício, falasse por si. Da mesma forma, o inacabamento e inconclusividade seriam marcas dos textos baylianos. Neles, são apresentados seres humanos dotados de

personalidades, crenças, gostos e taras variadas. Uns são tímidos, outros extrovertidos. Biografias de sujeitos capazes de atos de vilania e de altivez; de gestos de fúria e de brandura. E, eventualmente, um mesmo indivíduo transita por esses elementos tão dissemelhantes. De sorte que fica inviável reduzir a definições exatas existências submetidas a tantas vicissitudes. Por isso, Thomas Lennon é bastante enfático na sua argumentação de que os conceitos de polifonia e de discurso dialógico, originalmente formulados para entender os romances de Dostoiévski, podem ser aplicados de igual forma para compreender Bayle: “a tese aqui será de que podemos substituir Dostoiévski e todos os personagens que ele cria por Bayle e os filósofos sobre os quais ele escreve, e tudo o que Bakhtin diz permanece verdadeiro e esclarecedor. De fato, se é verdadeiro ou não para Dostoiévski, é verdadeiro para Bayle”<sup>37</sup>.

O livro de Thomas Lennon tem o mérito de oferecer uma forma alternativa de leitura. Não tenta decifrar o “enigma Bayle” – dado que o difere dos exemplos da fortuna crítica elencada na introdução. Evita decidir se o filósofo de Roterdã foi cético, ateu dissimulado ou calvinista sincero. Essa atitude evasiva é justificada por entender que, numa obra como o DHC, as referências e citações funcionam mais como *vozes* independentes, e menos como expressões de opiniões do próprio autor: “talvez a razão pela qual não possamos encontrar o verdadeiro Bayle é que estamos equivocados em pensar que ele tinha alguma opinião sobre os tópicos a partir dos quais se tentou interpretá-lo”<sup>38</sup>. Para Mara van der Lugt esses são “palpites” [*hunches*] interessantes (LUGT, 2016, p. 65). Porém, aponta para problemas nas abordagens teórica e histórica desenvolvidas no livro *Reading Bayle*.

O primeiro problema está na analogia entre as trajetórias de Bayle e de Dostoiévski. Lennon aproxima-os traçando paralelos biográficos: “ambos foram exilados políticos, ambos sofreram problemas crônicos de saúde, ambos devoravam

---

<sup>37</sup> “the thesis here will be that we may substitute, for Dostoevsky and all the characters he creates, Bayle and the philosophers he writes about, and all that Bakhtin says remains true and illuminating. In fact, whether it is true of Dostoevsky or not, it is true of Bayle” (LENNON, 1999, p. 24).

<sup>38</sup> “Perhaps the reason that we cannot find the real Bayle is that we are mistaken in thinking that he held any views at all on the topics on which peple have tried to interpret him” (LENNON, 1999, p. 21).

jornais coletando notícias e, em ambos, os jogos de azar exerceram imenso fascínio”<sup>39</sup>. Além disso, o trabalho dos dois autores foi marcado pela recorrente tensão entre religião e ceticismo. Contudo, não é trivial a distância entre cada uma dessas experiências. Foram escritores muito diferentes entre si e viveram em épocas distintas, e isso é algo que não pode ser ignorado. O segundo problema, conforme Lugt, é de inadequação teórica. Diz respeito à utilização do conceito de dialogismo, tal como foi especificamente pensado para analisar o romance dostoiévskiano, aplicado diretamente aos textos bayleanos. Para a historiadora, tratou-se “de um procedimento explícito de ‘recorta e cola’”<sup>40</sup>.

É inequívoco que no DHC são apresentados muitos pontos de vista; ou *vozes* – seguindo o vocabulário bakhtiniano. Mas, conforme argumenta Lugt, o discurso polifônico não se caracteriza apenas pela coexistência de diferentes perspectivas, mas também por elas serem “equipolentes”. Nesse sentido, não pode existir hierarquia entre as diferentes ideias e juízos que são apresentados, todos devem possuir igual valor – o que não elimina a posição do autor, apenas que na polifonia das vozes a voz do autor é somente mais uma entre outras; não é melhor ou pior, não é superior ou inferior. Com certeza, não é este o caso dos diálogos construídos no DHC: “as vozes de Bayle não manifestam o mesmo nível de independência que, segundo Bakhtin, as vozes de Dostoiévski”<sup>41</sup>. No DHC, os “personagens heterodoxos” parecem receber grau maior de autonomia e independência, tanto que Bayle, diversas vezes, os apresenta na primeira pessoa. Por outro lado, os “personagens ortodoxos” são apresentados na terceira pessoa e como coadjuvantes<sup>42</sup>. Lennon, de acordo com Lugt, parece esquecer dessa assimetria em sua análise.

---

<sup>39</sup> “*Bayle and Dostoevsky were both political exiles, both suffered chronic health problems, both were news scavengers who devoured newspapers, on both gambling exercised more than a fascination*” (LENNON, 1999, p.24). Veremos, no próximo capítulo, que Bayle efetivamente evocava as ideias de jogo, aposta e trapaça na escrita da história. Contudo, parecem antes referências espirituosas, do que exatamente um fascínio por jogos de azar.

<sup>40</sup> “*an overtly ‘cut-and-paste’ procedure*” (LUGT, 2016, p.65).

<sup>41</sup> “*Bayle’s voices do not manifest the same level of independence that, according to Bakhtin, Dostoevsky’s voices do*” (LUGT, 2016, p.65).

<sup>42</sup> A pesquisadora explica que “ortodoxia” é sempre uma categoria relativa no DHC, a qual se define menos por si mesma e mais pelo que se opõe a ela (entendido como “heterodoxo”). A compreensão

Para alguns analistas, personagens históricos foram mobilizados no DHC para sustentar as concepções do próprio autor. Richard Popkin argumenta que Bayle parece descrever a si mesmo quando fala de Cícero e Bredenburg no verbete “SPINOZA”, por exemplo (POPKIN, 2003). Nem sempre esse é o caso. Como já mencionado a partir do estudo de Lugt, o uso do “eu” no singular indica uma identidade autoral que pode coincidir ou não com o próprio Pierre Bayle. Em algumas passagens parece haver uma correlação absoluta, noutras somente parcial, e ainda há momentos em que não existe correlação entre o “eu” do personagem do diálogo e a pessoa do dicionarista. Nesse último caso, como exemplos mais evidentes, estão as citações diretas – as quais representam parte expressiva do DHC como um todo. Uma das principais características do DHC diz respeito ao seu sistema rigoroso de referências. A citação exata está no cerne de seu procedimento crítico. As palavras transcritas deveriam ser as mesmas registradas no texto utilizado como fonte, bem como deveria ser informado ao leitor a página, a data e o local da publicação consultada. Claro que a própria escolha do que é citado envolve uma reflexão a respeito da função de autoria – no terceiro capítulo, apresento considerações de Bayle a esse respeito. No entanto, cada frase pega de empréstimo era devidamente atribuída a seu autor. Dessa forma, ainda que restrito ao que explicitamente está registrado no texto, Bayle buscava se distanciar daquilo que foi dito por outros<sup>43</sup>.

---

desse caráter relativo faz entender como foi possível que nos verbetes “SPINOZA” e “PAULICIENS” as opiniões ortodoxas são representadas pelos personagens politeístas pagãos. Lugt resume dessa forma: “os protestantes são ortodoxos em relação aos católicos, e os católicos em relação aos pagãos; monoteístas pagãos ou monistas (...) são ortodoxos em relação aos dualistas maniqueístas e politeístas pagãos são ortodoxos em relação aos ateus”. *“Protestants are orthodox relative to Catholics, and Catholics relative to pagans; pagan monotheists or monists are orthodox relative to the Manichaeian dualists, and pagan polytheists relative to atheists”* (LUGT, 2016, p. 61).

<sup>43</sup> Veremos, em capítulos futuros, que Bayle fez uso desse expediente para se livrar das acusações de heresia, ateísmo e de obscenidade. Nos *Éclaircissements* da segunda edição do DHC, de 1702, afirmou que não fez senão o papel de um fiel reportador de opiniões alheias. Nesse sentido, existe uma zona cinzenta onde é difícil saber se ele disse isso em conformidade com suas convicções ou para evitar represálias.

Na leitura de Lugt<sup>44</sup>, deve-se colocar em suspeição a ideia de reportador isento, conforme Bayle se autodefine. Nas palavras da historiadora: “existem citações e citações”. A justaposição de declarações de diferentes autores ou a colocação estratégica de uma citação em dado ponto de uma argumentação, produz efeitos interpretativos consideráveis: “Fazer uma citação pode ser uma forma de dizer algo sem que exatamente você mesmo tenha dito. Deste modo, permanece a questão: quando Bayle está reportando sua própria opinião e quando está reportando a opinião de outra pessoa?”<sup>45</sup>. Adiante, no capítulo sobre o estatuto do texto e sobre a crítica, será analisado como o próprio Bayle vinculava o trabalho da citação, tal como ele o exercia, a uma prática de engenho e de juízo. Era isso, conforme o autor, que diferenciava o compilador (uma das funções que atribuía a si) do copista (função da qual buscava se distanciar).

Aparentemente, tudo que diz respeito ao DHC pode ficar mais complexo. Bayle empregou uma categoria de enunciados (ou vozes) que não eram nem citações de terceiros e nem comentários seus, mas que, não obstante, foram formulados na primeira pessoa – singular ou plural. Geralmente, eram falas atribuídas a personagens históricos, porém apresentadas de forma não histórica. Esses personagens são deslocados de seus contextos originais e inseridos em diálogos com interlocutores de diferentes tempos e lugares. O resultado é uma espécie de conversação entre uma variedade de falantes, alguns dos quais são nomeados como personagens históricos específicos (como Epicuro ou Zeno de Eleia), enquanto outros permanecem anônimos ou são denominados genericamente como os representantes de algum grupo. Em certas passagens a identificação é vaga (“os porta-vozes do cristianismo”, “um abade”); noutras o interlocutor pode ser identificado com uma

---

<sup>44</sup> E não é qualquer leitura, pois ela faz parte do diminuto grupo daquelas e daqueles que leram o DHC de ponta a ponta e nas suas diferentes edições.

<sup>45</sup> “Quoting can be a way of saying something without exactly saying it oneself, so that the question becomes: when is Bayle reporting his own opinion, and when the opinion of someone else?” (LUGT, 2016, p. 51-52).

escola (seita) filosófica particular ou vertente herética (por exemplo: “um pirrônico”, “um zenonista”, “um pauliciano”, “um marcionista”<sup>46</sup>).

Para avaliar os diferentes empregos que Bayle faz dos personagens que habitam o DHC, Lugt empregou as categorias de “anfitriões” [“*hosts*”] e de “convidados” [“*guests*”]. A primeira categoria refere aquelas vozes articuladas por uma personalidade em seu próprio verbete. É assim que o personagem Epicuro participa de diálogos nas notas de pé de página do artigo “EPICURO”, o mesmo com Zeno em “ZENON d’Élée” e assim por diante. Estes papéis são intercambiáveis e os personagens histórico-ficcionais que são anfitriões de seus verbetes atuam como convidados em outras entradas do DHC. É esse o caso em “MANICHÉENS”, onde Zoroastro (séc. VII a.C.) e Melisso (séc. V a.C.) participam nos *Remarques* do debate sobre o credo maniqueísta (séc. III d.C.).

As diferentes vozes, segundo Lugt, são difíceis de serem definidas, mas são facilmente identificadas. Por isso, a historiadora recorre a exemplos que corroboram seu argumento de que os diferentes pontos de vistas não são apresentados de forma equidistante. Não identifica as opiniões de certos personagens ao próprio Bayle, mas levanta o questionamento de se ele não estaria mais inclinado às concepções de uns do que para as de outros. As marcas do desequilíbrio das diferentes posições são identificadas na materialidade do texto. No artigo sobre os maniqueístas, Melisso é citado de forma indireta (na terceira pessoa), enquanto as falas atribuídas a Zoroastro são enunciadas no discurso direto (na primeira pessoa). Bayle também intervém em alguns pontos da conversa, de modo que às vezes não está claro se estamos ouvindo o personagem histórico ficcional de Zoroastro abordando Melissus, ou a voz de Bayle dirigindo-se a quem o lê. No verbete “PAULICIENS”, Bayle contesta os argumentos dos Pais da Igreja na primeira pessoa do singular. Nos *Remarques* desse artigo, a posição “ortodoxa” (que é difícil determinar quem seriam seus representantes) é persistentemente questionada pela voz do que Lugt chama de uma espécie de

---

<sup>46</sup> As duas últimas categorias mencionadas acima fazem referência ao marcionismo (século II) e ao paulicianismo (entre 650 e 872), considerados movimentos heréticos pela igreja católica. No capítulo 2, será abordado como as histórias dos grupos tidos por heréticos na Antiguidade e na Idade Média foram ressignificados no debate historiográfico do século XVII a respeito das Guerras de Religião.

“advogado do diabo” [*“devil’s advocate”*], o qual, embora fale na primeira pessoa (singular ou plural), permanece sem nome e indefinido<sup>47</sup>. Às vezes não fica evidente se estamos “ouvindo a voz do Bayle historiador”, se de algum defensor específico do princípio dualista (como Zoroastro, Plutarco, Marciano) ou se de concepções genéricas defendidas por maniqueístas, marcionistas e paulicianos em geral. Da mesma forma, ainda no estudo de caso do verbete “PAULICIENS<sub>1</sub>”, fica vago se o “vous” que é continuamente questionado se refere ao cristianismo (“ortodoxo”) como um todo, se a representantes específicos da ortodoxia (como os Padres da Igreja, em geral, e Lactâncio ou São Basílio, em particular), ou se ao público do DHC (LUGT, 2016).

De qualquer forma, o intuito deste capítulo é oferecer um esboço de como os diferentes textos estão distribuídos no DHC, e não propriamente dar conta dos diversos impasses interpretativos que a obra coloca a todo momento. Por isso, ainda serão adicionados tópicos ao inventário de elementos heterogêneos que compõem a trama tipográfica do *Dictionnaire historique et critique*.

### Referências cruzadas: veredas que se bifurcam

Estamos habituados a encontrar as notas de pé de página como dados ou comentários acessórios colocados no final da página ou no final de um livro. Mas no DHC, ainda que as letras tenham fonte menor do que a utilizada nos verbetes, os *Remarques* são a parte mais importante. Isso tanto pelos seus conteúdos, quanto por seus tamanhos e formas. Como destacou Grafton, não é apenas que este livro tivesse notas de roda pé, mas que ele consiste em grande medida “dessas notas e até mesmo de notas de roda pé sobre notas de rodapé” (GRAFTON, 1998, p.158). O comentário

---

<sup>47</sup> Sobre essa modalidade de construção narrativa a historiadora esclarece: “Este último papel [de advogado do diabo] é frequentemente, mas não exclusivamente, desempenhado por hereges como os maniqueístas, ou por filósofos pagãos como Epicuro e Zoroastro: às vezes Bayle desempenha esse papel, ou invoca outras vozes modernas para fazê-lo”. “*This latter role is often, but not exclusively, played by heretics such as the Manichaeans, or by pagan philosophers such as Epicurus and Zoroaster: sometimes Bayle plays this role, or invokes other modern voices to do so*” (LUGT, 2016, p. 57).

sobre o verbete pode receber um comentário desse comentário e assim sucessivamente. Na imagem repetida por Ernst Cassirer “um artigo do *Dicionário* é um pólipo vivo que a si mesmo se fragmenta numa porção de outros pólipos, todos vivos e que se geram uns aos outros” (CASSIRER, 1994, p. 222)<sup>48</sup>. O próprio Bayle ressaltava a proliferação contínua que seu trabalho engendrava. Segundo ele, corrigir os erros “é pior que combater monstros; é querer cortar as cabeças da Hidra”<sup>49</sup>. Como na mitologia, a cada cabeça cortada, outras duas nasciam em seu lugar. Essa multiplicação textual não era só de número, mas também de gêneros e espécies.

No texto ou no corpo dos artigos, ele faz, com grande exatidão e precisão, a história das pessoas de quem fala, mas ele compensa nos *Remarques* que estão abaixo do texto, as quais servem de comentário para ele. Apresenta o caráter dessas pessoas, destrincha as circunstâncias de suas vidas e os motivos de suas condutas, examina os julgamentos que se fez ou que se pode fazer a respeito. Trata de matérias importantíssimas de religião, de moral e de filosofia<sup>50</sup>.

Quando se lê as páginas do DHC e se faz a revisão bibliográfica do tema, uma impressão é reforçada: de que num mesmo artefato tipográfico estão os registros das diversas modalidades letradas do século XVII. Nas suas páginas: “reina uma variedade infinita”<sup>51</sup>. O limiar entre diferentes modelos discursivos e formas de enunciação fazem parecer promissor abordar esses textos em seu caráter ensaístico. Além disso, a variedade dos objetos que são tratados reforça essa característica. O conjunto diverso de conteúdos e formas conferem ao livro, especialmente nos *Remarques*, a aparência de um gabinete de curiosidades impresso no papel. Anedotas, obscenidades, gracejos literários, fofocas eruditas, extravagâncias heréticas são

---

<sup>48</sup> Cassirer retira a imagem de Diderot, o qual no verbete “Pirronismo” da *Encyclopédie* descreve a argumentação de Bayle da seguinte forma: “Embora amontoe dúvida sobre dúvida, avança sempre com ordem: é um pólipo vivo que se divide em outros tantos pólipos, todos vivos; ele os engendra uns aos outros. Qualquer que seja a tese que quer provar, tudo vem em seu auxílio, a história, a erudição, a filosofia” (ENCICOPÉDIA, 2017, p. 335).

<sup>49</sup> “c'est pis qu'aller combattre les monstres; c'est vouloir extirper les têtes de l'Hydre” (BAYLE, 1692, fl.2).

<sup>50</sup> “Dans le texte ou le corps des articles, il fait avec beaucoup d'exactitude & de précision l'histoire des personnes dont il parle, mais il se dédommage dans les *Remarques* qui sont au-dessous du texte, & qui lui servent de commentaire. Il donne le caractere de ces personnes, il démêle les circonstances de leur vie, & les motifs de leur conduite, il examine le jugement qu'on en a fait ou qu'on en peut faire. Il traite des matières très-importantes de religion, de morale et de philosophie” (DESMATZEAUX, 1740, p. LXXVII).

<sup>51</sup> “Il y regne une variété infinie” (DESMATZEAUX, 1740, p. LXXVII).



expostas ao lado de reflexões filosóficas, de debates teológicos e de temas éticos e morais. Uma verdadeira miscelânea que exasperou alguns leitores.

Em uma correspondência ao padre Tourmenine, Voltaire se referiu a Bayle como um “espírito tão vasto, tão sábio, tão penetrante, cujos livros, por mais difusos que sejam, serão para sempre a biblioteca das nações”<sup>52</sup>. Porém, o marquês d’Argens reporta que em uma conversação com Voltaire, este tentara persuadi-lo de que o DHC era um livro excessivo – repleto de materiais sem importância e textos prolixos. Essas características testemunhariam falta de rigor e apego a detalhes irrelevantes. O diálogo teria ocorrido na Holanda em algum momento próximo ao ano de 1740<sup>53</sup>. Anteriormente, Voltaire já registrara seu desgosto quanto à ausência de síntese nos textos do filósofo de Roterdã. No *Le temple du goût*, um pequeno tratado publicado pela primeira vez no ano de 1733, escreveu que “todo o espírito de Bayle encontra-se em um único volume, conforme ele próprio confessa; pois esse filósofo criterioso, esse juiz esclarecido de tantos autores e de tantas escolas filosóficas, frequentemente dizia que não teria composto mais de um *fólio* se tivesse escrito apenas para si e não para os livreiros”<sup>54</sup>.

Voltaire se referia à resposta que Bayle dirigira ao teólogo católico Eusèbe Renaudot (1646-1720)<sup>55</sup>. Este, escrevera que as pessoas de melhor gosto, inclusive

---

<sup>52</sup> “(...) Bayle, cet esprit si étendu, si sage et si pénétrant, dont les livres, tout diffus qu’ils peuvent être, seront à jamais la bibliothèque des nations” (VOLTAIRE, 1880, p. 568).

<sup>53</sup> “J’ay eu, en Hollande, il y-a quelques années, une conversation assez longue sur cet sujet [da qualidade do trabalho de Bayle] avec Mr. de Voltaire, le résultat de cette conversation fut que Mr. de Voltaire, après avoir défendu son sentiment avec tout l’esprit possible, resta dans son opinion, & moi dans la mienne” (ARGENS, 1743, p. 55).

<sup>54</sup> “Tout l’esprit de Bayle se trouve dans un seul tome, de son propre aveu; car ce judicieux philosophe, ce juge éclairé de tant d’auteurs et de tant de sectes, disait souvent qu’il n’aurait pas composé plus d’un in-folio s’il n’avait écrit que pour lui et non pour les libraires” (VOLTAIRE, 1877, p.577). Consultei duas publicações diferentes do *Temple du goût* datadas de 1733, em nenhuma delas encontrei esse trecho. O tomo oito das obras completas, que aqui uso como fonte, remete à versão do *Temple du goût* de 1748. Contudo, é possível afirmar que Voltaire já havia inserido esse trecho em data anterior, uma vez que d’Argens reproduziu essa mesma citação no livro que referi na nota acima. Ou seja, em uma publicação de 1743.

<sup>55</sup> Foi Pierre Jurieu, um fervoroso calvinista e anticatólico, que tomou iniciativa de publicar esse panfleto de Renaudot, intitulado: *Jugement du public et particulièrement de M. l’abbé Renaudot sur le Dictionnaire critique du Sr Bayle* (1697). Podemos ter ideia do quanto se deteriorou a relação entre Jurieu e Bayle, os quais, como dito, foram grandes amigos no passado. A resposta foi dividida em duas partes e divulgada na forma de panfletos. Uma data de 12 de setembro de 1697: *Reflexions sur un imprimé qui a pour titre Jugement du public*. A outra é de 17 de setembro de 1697: *Suite des réflexions sur*

entre os amigos do próprio autor, teriam admitido que poderia ser cortado, sem prejuízo, uma boa metade da obra. Essas pessoas, conforme Bayle, eram mais comedidas que ele próprio, que propunha que ela fosse logo reduzida de dois terços ou mesmo de três quartos de seu tamanho. Ou, para quem julgava não ter nada de bom no seu dicionário, que ele fosse ainda mais abreviado: “eu o reduziria a um livro de bolso”<sup>56</sup>. Porém, essa resposta não era o auto reconhecimento de prolixidade que Voltaire alegava. A coisa ia noutro sentido. Era uma recusa do ponto de vista daqueles que julgavam supérfluo tudo que numa obra já era de seu conhecimento: “se enganam, apesar de suas boas luzes, quando dizem de forma absoluta ‘isto é útil e necessário, aquilo é supérfluo’”<sup>57</sup>. Essas são atribuições relativas. O correto seria dizer: “isso é útil ou inútil para mim e para meus semelhantes, ainda assim é útil ou inútil para centenas de outras pessoas de letras”<sup>58</sup>.

O que o comentário de Voltaire tem de certo é o fato de que Bayle não escrevia unicamente para si, tampouco exclusivamente para os doutos. Dirigia-se também aos “semieruditos e aos vulgares”<sup>59</sup>. Seus sensores deveriam saber que a república literária era “dividida em mais classes do que a república romana”<sup>60</sup>. Cada leitor(a) tem suas necessidades e “é próprio das compilações servir a todo mundo”<sup>61</sup>. Não havia excesso, mas adequação ao tipo de obra ao qual pertencia o DHC: “não há nada de inútil nesses volumes, o que não serve para você, poderá servir a muitos outros”<sup>62</sup>. Bayle não se colocava como um autor que buscava “a aprovação de um pequeno número de científicos”, mas como “um autor que preferia a utilidade

---

*les pretendu jugement du public.* Contudo, tais composições só passaram a integrar o conjunto de paratextos do DHC a partir da edição de 1720.

<sup>56</sup> “je le réduirais à un livre à mettre à la poche” (BAYLE, 1720, p. 3.031).

<sup>57</sup> “Ils se trompent donc malgré leurs belles lumières, lors qu'ils disent absolument, ceci est utile et nécessaire, cela est superflu” (BAYLE, 1720, p. 3.031).

<sup>58</sup> “Cela est utile ou inutile pour moi et pour mes semblables, utile ou inutile néanmoins pour cent autres gens de lettres” (BAYLE, 1720, p. 3.032).

<sup>59</sup> “demi savants et du vulgaire” (BAYLE, 1720, p. 3.031).

<sup>60</sup> “est divisée en plus de classes que la République Romaine” (BAYLE, 1720, p. 3.031).

<sup>61</sup> “c’est le propre des compilations de servir à tout le monde” (BAYLE, 1720, p. 3.031).

<sup>62</sup> “Il n’y a rien d’inutile dans ces volumes; ce qui ne vous peut servir, servira à plusieurs autres” (BAYLE, 1720, p. 3.032).

geral”<sup>63</sup>. Dizia preferir desagradar a si [“*gêner moi-même*”] do que repelir [“*rebuter*”] ao público (BAYLE, 1697, p.01). Portanto, a decisão de tratar de vários temas estava ligada à necessidade de oferecer um produto editorial atrativo, dizia respeito a uma demanda do mercado livreiro.

Acima, foi mencionado que a escolha de compor um livro de referências foi inicialmente motivado pelo sucesso do *Le grand dictionnaire historique* (GDH). Também foi referido que por motivos jurídicos Bayle e seu impressor estavam obrigados a encontrar estratégias que garantissem que o material colocado à venda não fosse confundido com o livro de Moréri. Era necessário formular um novo modelo de dicionário, mas que, como seu predecessor, produzisse interesse no público. O *Projet et fragmens* foi um experimento para resolver esse problema. Com ele se avaliou o interesse dos leitores e as respostas do público a essa publicação-teste reorientaram os planos originais de publicação do DHC. Trocando em miúdos: era preciso vender o livro.

As alterações e a intenção de se adequar ao gosto dos leitores estão expressas logo na primeira página do prefácio da primeira edição do DHC. Bayle declarava, primeiramente, que a obra não era aquela que prometera no *Projet et fragmens*. Havia realizado modificações porque, segundo ele, seria imprudente querer ser inflexível ao gosto geral<sup>64</sup>. Não queria correr o risco de que um volume in fólio restasse abandonado nas estantes das livrarias<sup>65</sup>. Por isso, colocou no livro “variedade suficiente para poder acreditar que num trecho ou noutra cada espécie de leitor encontrará algo que lhe interesse”<sup>66</sup>. Como as preferências do público eram multiformes, o mesmo ocorreu com o seu dicionário. O livro se destinava aos doutos

---

<sup>63</sup> “*l’approbation d’un petit nombre de scientifiques*”; “*un auteur qui préfere l’utilité générale*” (BAYLE, 1720, p. 3.032).

<sup>64</sup> Nas palavras de Bayle: “*Je declare premierement que cet ouvrage n’est point celui que j’avais promis dans le Projet d’un Dictionnaire Critique, que je publiai l’an 1692 (...) il n’eût point été de la prudence de se roidir contre le goût general (...)*” (BAYLE, 1697, p.01)

<sup>65</sup> “*(...) qu’on laissait moisir dans les magasins du libraire un volume in folio*” (BAYLE, 1697, p.02).

<sup>66</sup> “*(...) assez de variété pour pouvoir croire que par un endroit ou par un autre chaque espèce de lecteur trouvera ce qui l’accommode*” (BAYLE, 1697, p.02).

e eruditos, mas não podia, por questões comerciais, se restringir a eles. Bayle foi explícito a esse respeito:

Algumas pessoas de mérito, que levam a sério os interesses do livreiro, julgaram que um livro tão extenso como esse, repleto de citações gregas e latinas e carregado de discussões pouco divertidas, poderia desencorajar leitores não instruídos e deixar os doutos entediados. Portanto, era de recear que sua venda não ocorresse tão cedo se não atraíssemos também a curiosidade daqueles que ignoram o latim. Fui levado a entender que um trabalho que é comprado apenas por eruditos, quase nunca compensa quem o imprime, e que se há lucro a ser feito em uma impressão, isso depende da capacidade de o livro agradar tanto às pessoas letradas como àquelas que não o são<sup>67</sup>.

As características do suporte tipográfico permitiam que o livro fosse multitemático. Não se tratava de uma edição de bolso [*“d’un livre à mettre à la poche”*] ou de um in quarto. Bayle remetia a essas questões de formato para justificar que, uma vez escolhida a publicação in fólho, pouco importava querer ser comedido na redação: “que ele tenha apenas 250 folhas, não terá a comodidade de um pequeno livro, do que se contivesse 330 folhas; porque deve-se notar que esses livros grandes não são feitos para serem lidos página por página”<sup>68</sup>. O(a) leitor(a) tinha no DHC uma obra de referência e, conforme sua necessidade ou curiosidade, se dirigiria ao trecho que lhe convinha. Não era o caso de lê-lo de ponta a ponta e em ordem linear. Assim, além de poder fazer o repertório de muitos temas, Bayle se permitia inserir longas citações. A prática de citar os trechos das fontes tinha uma dupla função: como lastro da veracidade do que era afirmado e para facilitar a leitura:

Considerarei que uma obra como essa deve servir como uma biblioteca para um grande número de pessoas. Muitos que apreciam as ciências não têm meios de comprar os livros; outros não têm tempo para

---

<sup>67</sup> *“Quelques personnes de mérite qui prenaient à cœur les intérêts du libraire, ont jugé qu’un aussi gros livre que cet ouvrage, farci de citations grecques & latines en divers endroits, & chargé de discussions peu divertissantes, effraierait les lecteurs qui n’ont point d’étude, & ennuerait les gens doctes; qu’il étoit donc à craindre que le débit n’en tombât bien-tôt, si l’on n’attirait la curiosité de ceux mêmes qui n’entendent pas le latin. On me fit comprendre qu’un ouvrage, qui n’est acheté que par les savants, ne dédommage presque jamais celui qui l’imprime, & que s’il y a du profit à faire dans une impression, c’est lorsqu’un livre peut contenter, & les gens de lettres, & ceux qui ne le sont pas”* (BAYLE, 1697, p. 07).

<sup>68</sup> *“Qu’il n’ait que 250 feuilles, il n’aura pas mieux les commoditez d’un petit livre, que s’il contient 330 feuilles; car il faut bien remarquer que ces gros livres ne sont pas faits pour être lus page à page”* (BAYLE, 1697, p. 06).

consultar a quinquagésima parte dos volumes que compram. Aqueles que têm tempo ficariam bastante irritados por se levantar a todo momento para procurar as referências que lhes são indicadas. Preferem encontrar, no próprio livro que trazem diante de seus olhos, as palavras dos autores que são tomados como testemunhas. Se não se tem a edição citada, perde-se muito tempo; pois nem sempre é fácil encontrar na sua edição a página que um autor cita da sua<sup>69</sup>.

A proposta de que o DHC funcionasse como uma biblioteca transformou os *Remarques* num depósito quase ilimitado de informações bibliográficas e biográficas; além do repertório, neles contidos, de citações de outros livros que o(a) leitor(a) poderia não ter a sua disposição. E eles podiam sempre ser expandidos! Correspondentes enviavam novos materiais e sugestões. Em cada edição novos artigos e *Remarques* foram inseridos. De fato, esse livro jamais perdeu seu caráter de obra em construção. Os últimos acréscimos e correções feitos por Bayle foram colocados na edição póstuma de 1720<sup>70</sup>. “O Dicionário”, como afirmou o livreiro Michel Bohm, “é um daqueles trabalhos que não chega a seu fim senão com a vida daqueles que o começaram”<sup>71</sup>. Mas para ser mais exato, nem com a morte os trabalhos tiveram termo. Numa alquimia escriturária curiosa, Bayle foi também objeto da obra que, em grande medida, é o autor. O pastor calvinista J. G. Chauffepié (1702-1786) publicou, em quatro volumes, um *Nouveau dictionnaire historique et critique* (1750-56). Uma reedição do DHC na qual ele fez retificações e emendas, bem como interpolou aos verbetes originais alguns de sua própria lavra — entre os quais consta o artigo “BAYLE, Pierre” (CHAUFFEPIÉ, 1750, p. 131).

---

<sup>69</sup> “J’ai considéré qu’un ouvrage comme celui-ci doit tenir lieu de bibliothèque à un grand nombre de gens. Plusieurs personnes que aiment les sciences, n’ont pas le moyen d’acheter des livres; d’autres n’ont pas les loisir de consulter la cinquantième partie des volumes qu’ils achètent. Ceux qui en ont le loisir seraient bien fâchez de se lever à tout moment, pour aller chercher les instructions qu’on leur indique. Ils aiment mieux rencontrer dans le livre même qu’ils ont sous les yeux, les propres paroles des auteurs qu’on prende pour temoins. Si l’on n’a pas l’édition citée, on se détourne pour long tems; car il n’est pas toûjours aisé de trouver dans son édition la page q’un auteur cite dans la sienne” (BAYLE, 1697, p. 06).

<sup>70</sup> Foi Michel Bohm, que comprou de Reinier Leers os direitos sobre os espólios literários de Pierre Bayle, o responsável por essa publicação.

<sup>71</sup> “le Dictionnaire est un de ces ouvrages qui ne finissent qu’avec la vie de ceux qui l’ont commencé” (BOHM, 1720. p. xviii).

No século XVII existia comércio de livros, mas nada comparável a uma lógica empresarial de produção industrial como veio a existir em épocas posteriores. Havia um sistema de concessões de autorizações e direitos de publicação. Não havia, contudo, a figura jurídica contemporânea do direito autoral. Existem casos de livreiros e de impressores que chegaram a enriquecer. Porém, deve ser raro o registro de algum escritor que tenha enriquecido do trabalho de sua pena – se é que existe algum. Nesse panorama, viver da escrita era difícilimo. Claro, não falo de escritores pertencentes à aristocracia – estes sobreviviam graças aos privilégios estamentais, não de suas produções literárias. Nem dos muitos letrados que foram patrocinados por nobres, governantes ou clérigos. Bayle não teve acesso aos ambientes de corte, não possuía um mecenas nem ocupava qualquer cargo na burocracia do Estado. Estabeleceu redes de amizade e proteção no exílio, porém, a efetividade delas muitas vezes esteve sujeita às reviravoltas da política local. Dependia dos proventos que recebia por suas aulas de filosofia e de história. No entanto, depois de sua demissão da École Illustre de Roterdã, não tinha outra fonte de renda além da pensão que lhe era concedida por Renier Leers. Dessa forma, não surpreende que tenha se empenhado tanto para que o seu *Dictionnaire historique et critique* agradasse ao mais variado e amplo público possível.

As condicionantes de ordem material não excluem as possíveis motivações intelectuais de Bayle. Parece genuína sua preocupação em divulgar e tornar acessível o conhecimento. Um contraste interessante pode ser observado no modo como Bayle interpelava diferentes tipos de leitores(as). Um livro como o *Tratado teológico-político*, por exemplo, se dirigia especificamente a um público não vulgar: “é isto, leitor filósofo, que deixo aqui à tua apreciação (...) quanto aos outros, não tento sequer recomendar esse tratado (...) não convido (...) o vulgo a ler este livro” (ESPINOSA, 2004, p. 132). Inclusive, aquilo que Voltaire apontou como defeito, outros identificaram como principal virtude. Para d’Argens, Bayle e Fontenelle foram os filósofos que abriram a filosofia para a sociedade, pois trataram de temas graves sem colocá-los fora do alcance de entendimento de inteligências menos cultivadas. Ambos seriam prova de que assuntos complexos podem ser tratados de maneira que

sejam facilmente compreendidos (ISRAEL, 2006). Mas é importante destacar que Voltaire foi um crítico de Bayle, não seu detrator.

No seu estudo sobre as referências intelectuais na formação de Voltaire, Ira O. Wade indica que a crítica à Bayle era acompanhada de grande reconhecimento de suas contribuições ao projeto ilustrado. De acordo com esse pesquisador, o próprio Voltaire via o filósofo de Roterdã como um de seus precursores<sup>72</sup>. O pensamento cético, a defesa da laicidade, o tema da tolerância e (em alguns aspectos) a ideia de história são elementos que aproximam esses dois polígrafos. Mas a massa de informações compilada no DHC, teria sido a principal forma pela qual Bayle auxiliou o trabalho de Voltaire. A obra acusada de prolixa foi também um verdadeiro repositório das mais relevantes ideias e ações que tiveram lugar entre o final do século XIV e o início do século XVIII. Voltaire criticou o estilo do DHC, mas também o consultou como uma de suas principais fontes de referências para composição de seu próprio dicionário – o *Dictionnaire philosophique* (WADE, 1969). Apesar disso, entre os dicionários de Bayle e de Voltaire, talvez a única semelhança seja a ordem alfabética.

O *Dicionário Filosófico*, de Voltaire, possui entradas como “Crítica”, “Deus” e “Liberdade”, cujo artigo é conciso e o tema é fechado em si mesmo. É muito parecido, na sua estrutura, com livros de referência produzidos até nossos dias<sup>73</sup>. No DHC, são raríssimos os verbetes de conceitos, categorias ou ideias. As entradas são sobre pessoas (maioria das vezes) e lugares. Porém, as diferenças não são apenas de conteúdo. A proliferação de textos e o emaranhado de referências tornam difícil a

---

<sup>72</sup> O historiador Jonathan Irvine Israel oferece outro entendimento. Considera que Voltaire fazia elogios capciosos como estratégia consciente para diminuir a relevância de Bayle. Essa relação ambígua é apresentada pelo historiador em um evento que envolve Frederico II da Prússia: “[Frederick] long continued to regard [Bayle] as one of the main authors of the Enlightenment: in 1776, writing to Voltaire of his admiration for those who had inspired the profound ‘revolution’ brought about by the Enlightenment, the king noted that that it was to ‘Bayle, votre précurseur’, no less than to Voltaire himself, that the glory is due ‘de cette révolution qui se fait dans les esprits’. Voltaire could hardly contradict this royal judgement, but he could encourage the idea that Bayle was his precursor in engineering this great ‘revolution’ of the age, while gradually whittling down the king’s admiration for Bayle, work in which he was seconded by d’Alembert who disliked the Huguenot’s historical, anti-mathematical bias” (ISRAEL, 2006, p. 92).

<sup>73</sup> Por exemplo: dicionários de História Medieval, Moderna, do Brasil, etc. Ou de qualquer outro recorte temporal ou temático – como dicionários de sociologia, da arte, da arquitetura e assim por diante.

leitura do dicionário escrito por Bayle. A curiosa coleção de anedotas, citações e digressões – construída para atender todos os gostos e preferências – fez com que o conteúdo dos *Remarques* muitas vezes tivesse pouca relação com o nome que dá título ao verbete. São exatamente essas idiosincrasias que, apesar das dificuldades, tornam esse um daqueles livros que nunca cessamos de aprender a ler.

A distância entre o artigo principal e os *Remarques* pode ser apreendida a partir de alguns exemplos: na entrada “PATIN”, Bayle trata da vida e dos trabalhos do autor francês Guy de Patin ou da hipocrisia da moralidade sexual cristã do século XVII? O verbete “TULLIE” é sobre a filha de Cícero ou sobre a realidade do sofrimento humano e a questão do mal? Em “ZUERIUS”, importa saber sobre o erudito alemão Marcus Zuerius von Boxhorn ou se trata do esboço de um arquétipo de princípios morais que remete à Pierre Jurieu, “melhor inimigo” de Bayle? As respostas provavelmente não serão conclusivas (LUGT, 2016, p. 28). Sem falar que, dado o caráter multifacetado do DHC, pode ser uma coisa, outra e ainda uma terceira. Como se nota, não é um compêndio sistemático do conhecimento, tal como se organizaram as enciclopédias desde o século XVIII. De qualquer forma, aqui, como já foi dito acima, interessa menos resolver o impasse e mais oferecer subsídios a respeito da dinâmica da maquinaria textual do livro.

Como foi destacado por estudo de Pierre Rézat, o DHC “é um objeto textual paradoxal: ele inverte a relação entre texto e paratexto”<sup>74</sup>. Era a mesma impressão de leitura registrada por Desmaizeaux, segundo a qual: “parece mesmo que o texto”, o artigo principal, “as vezes é pretexto para as Observações”. Qualquer verbete poderia ser utilizado como trampolim impulsionando o salto para temas vários: “as ações e os sentimentos de uma pessoa obscura e quase desconhecida, davam a ele ocasião de instruir ou de divertir agradavelmente o leitor. Assim, muitos artigos, aparentemente pouco promissores, são frequentemente acompanhados das coisas

---

<sup>74</sup> “[c’est] un objet textuel paradoxal: elle renverse le rapport entre le texte et le paratexte” (RÉTAT apud LUGT, 2016, p. 25).



mais curiosas”<sup>75</sup>. Com isso, fica arbitrário determinar uma hierarquia de importância entre o assunto principal de cada verbete e os temas secundários que o orbitam; os assuntos marginais. Esse último adjetivo não é sem razão, pois da caracterização tripartite da página bayleana faltou detalhar a função das notas colocadas nas margens. No resumo da fortuna crítica, colocado na introdução, e com o interessante livro de Thomas Lennon, temos alguns exemplos de como o DHC pode (e pôde) ser lido de variadas maneiras. Valerá a pena, acredito, apresentar mais uma dessas formas de se ler; uma que é guiada não pelo título do cabeçalho dos artigos, mas pelas referências cruzadas colocadas nas laterais das folhas.

Essa última proposta de leitura do DHC que apresento é, ao mesmo tempo, uma das mais recentes e mais interessantes. Ela foi feita por Mara van der Lugt. A historiadora evidenciou que, apesar de menos extensos, os registros laterais são elementos tão característicos do dicionário de Bayle quanto os *Remarques*: “não apenas o artigo principal é frequentemente interrompido pelas Observações, mas ambos, artigos e Observações, são interrompidos por notas marginais, muitas vezes anunciadas por uma das expressões mais recorrentes no Dictionnaire: ‘Voyez la marge’”<sup>76</sup>. Na verdade, segundo a pesquisadora, são essas notas que conferem orientação no labiríntico conjunto de artigos, comentários e referências que, aparentemente, foram aleatoriamente justapostos.

As inscrições laterais são de quatro tipos. Primeiro: anotações bibliográficas (é a modalidade mais recorrente). Bayle foi um citador ávido e rigoroso, comprometido em indicar da forma mais completa possível as referências de toda frase ou argumento que tomava de empréstimo. Segundo: pequenas citações (também é um modelo bastante frequente). Consiste em citações curtas de textos da antiguidade clássica, da Bíblia e de autores modernos. Os trechos podem trazer algum

---

<sup>75</sup> “Il semble même que le texte ait quelquefois été fait pour les Remarques. Les actions ou les sentimens d'une personne obscure & presque inconnue, lui donnent occasion d'instruire ou d'amuser agréablement le lecteur. Ainsi plusieurs articles qui semblent ne rien promettre, sont souvent accompagnés des choses les plus curieuses” (DEZMAIZEAUX, 1740, p. LXXVII).

<sup>76</sup> “Not only is the main article frequently paused by the Remarks, but both article and Remark are interrupted by the marginal notes, often announced by one of the most recurrent expressions in the Dictionnaire: ‘Voyez la marge’” (LUGT, 2016, p. 29).

complemento sobre o tópico em discussão, mas não se encaixam bem na narrativa principal e por isso são colocados nas margens. As transcrições dos excertos podem ser decorativas, informativas ou provocativas. Podem servir para adicionar nuances a um argumento ou indicar implicações não evidentes nos verbetes e *Remarques*. Algumas vezes, sugerem uma opinião de Bayle, a qual não foi mencionada ou ficou subentendida nos textos que ocupam o centro da página. Terceiro: comentários feitos pelo próprio Bayle, os quais, eventualmente, podem introduzir uma nova citação. Porém, muitas vezes, o comentário permanece sozinho – “como se tivesse sido sussurrado (ou gritado) da linha lateral”. Essa modalidade de marginália é geralmente iniciada pela conjunção explicativa: “isto é, ...” [*c’est-à-dire*], servindo para elucidar alguma afirmação do texto principal<sup>77</sup>. Quarto: as referências cruzadas; sobre esse tipo nos deteremos com mais detalhe.

As referências cruzadas são elementos tipográficos chave para compreender a estrutura do DHC, os quais estavam ausentes do *Projet e Fragmens*. Consiste numa nota marginal que direciona o leitor de um lugar do dicionário (o qual pode ser o artigo principal, o *Remarque* ou a própria nota) para outro. Por vezes, ocorre a referência cruzada interna, a qual leva de um *Remarque* ou nota de um artigo a outro *Remarque* ou nota do mesmo artigo (LUGT, 2016). Atentar para essa função modifica consideravelmente o itinerário de leitura, pois as referências cruzadas eram mais do que ferramentas práticas com objetivo de evitar repetições. Elas permitiam que Bayle abordasse diferentes assuntos a partir de diferentes ângulos e situando-os em diferentes contextos ao longo do DHC. Assim, debates e argumentações tinham continuidade através de vários artigos.

Selecionemos três verbetes para servir de estudo de caso a respeito dessa questão, são eles: “MANICHÉENS”, “MARCIONITES” e “PAULICIENS”. Os dois primeiros começam pela mesma letra e, dado a lógica alfabética de um dicionário, estão a menos de vinte páginas de distância um do outro, independente da edição

---

<sup>77</sup> Esse recurso é muito empregado em verbetes que abordam temas metafísicos, teológicos ou filosóficos mais complexos. Os artigos mais controversos, como aqueles que tratam no maniqueísmo, é onde as margens são mais acionadas e as notas são introduzidas para ajustar e aprimorar um argumento.

que se tome por referência. Por outro lado, ambos distam centenas de páginas do verbete sobre os paulicianos – também independente da edição, mas no caso da versão de 1696 o verbete “PAULICIENS” não se encontra sequer na mesma encadernação dos outros dois<sup>78</sup>. No entanto, todos eles, nos seus *Remarques*, tratam da irresolubilidade do embate entre fé e razão. Essa dicotomia aparece por diversas vezes sob diferentes ângulos ao longo do DHC. No caso dos verbetes que estamos analisando, a questão é abordada a partir do tema da origem do mal. Sem avançar nessa questão teológico filosófica em particular, atente-se para a existência de uma unidade temática entre diferentes artigos.

Devido a unidade temática, Lugt chamou esses três verbetes de “artigos maniqueístas” (LUGT, 2016, p. 33). No texto principal de cada um deles, é feita uma sucinta apresentação histórica a respeito de heresias dualistas. Nos *Remarques*, por sua vez, se desenrola arraigada polêmica entre apologistas cristãos e defensores dos princípios maniqueus (ou de suas variações). Mas a aproximação não é apenas temática, pois cada um deles faz remissão explícita ao outro. No *Remarque D* de “MANICHÉENS”, após longa argumentação apresentando os *pros e contras*, Bayle encerra o debate, mas não o conclui. Anuncia ao leitor que ainda lhe restam três comentários a fazer, porém os reporta em outro artigo e, na margem, registra: “aqueles dos Paulicianos” [“à celles des Pauliciens”] <sup>79</sup>. No mesmo parágrafo, após afirmar que os pagãos nessa matéria parecem ter argumentos mais fortes quando comparado com os cristãos, dirige outra nota marginal aos leitores: “ver penúltimo *Remarque* do artigo Marcionitas”<sup>80</sup>. Em “PAULICIENS”, continua exatamente do ponto em que o debate foi deixado no artigo “MANICHÉENS”: “Preparei meus leitores para ver aqui três observações, os quais eu teria colocado no artigo dos

<sup>78</sup> No início desse capítulo foi mencionado que a primeira edição é dividida em dois tomos e a segunda em três. No entanto, as encadernações não seguiram a mesma lógica. A primeira edição dividiu cada tomo em duas partes, assim foram publicadas quatro encadernações (quatro livros). A segunda edição não dividiu seus tomos em partes, assim os três tomos foram publicados em três encadernações. Ou seja, a versão de 1702 possui mais páginas, mais artigos e mais tomos; porém, foi publicado em menor número de livros.

<sup>79</sup> Nas palavras de Bayle: “il me reste encore trois observations à faire, que je renvoie à un autre article” . (MANICHÉENS<sub>1</sub>, rem. D).

<sup>80</sup> “voyez la *Remarque penultième de l'article Marcionites*” (MANICHÉENS<sub>1</sub>, rem. D).

Maniqueístas caso não quisesse ter evitado me alongar muito naquele trecho”. E complementa: “Cumpramos nossa promessa e não frustramos a expectativa daqueles que vão querer seguir a nossa referência”<sup>81</sup>.

O que segue apresenta termos de forma repetitiva, mas talvez consiga evidenciar a rede estabelecida entre os artigos. “MANICHÉENS”, como foi visto, remete aos verbetes “MARCIONITES” e “PAULICIENS”. Em “MARCIONITES”, uma nota marginal do *Remarque F* faz referência ao *Remarque F* de “PAULICIENS” e também ao *Remarque B* de “MANICHÉENS”. O verbe “PAULICIENS”, por seu turno, faz seis referências cruzadas ao verbe “MANICHÉENS”<sup>82</sup>. Portanto, os artigos estão reciprocamente ligados. O entrelaçamento cruzado de forma triangular parece jogar o leitor numa repetição sem fim. Como todos os artigos remetem uns aos outros e terminam reenviando sempre ao artigo inicial, a arquitetura discursiva parece enredada num círculo vicioso. Porém, o círculo se quebra e a rede se expande em “PAULICIENS”, no qual existem três notas marginais que fazem referências cruzadas para outros artigos que abordam temas relativos ao debate sobre a origem do mal, são eles: “ÉSOPO”, “PÉRICLES” e “EGIALÉE”. Destes, os dois últimos fazem remissões para outros trechos do dicionário. As novas notas de margem encaminham “o leitor para frente ou para trás, aprimorando continuamente o argumento, desenvolvendo implicações ocultas, improvisando sobre um assunto comum”<sup>83</sup>. Dessa forma, ainda que as notas marginais representem dispositivos que permitem navegar através do DHC, essa obra ainda é o produto de um ecletismo erudito que a tornam desafiadora de ler e difícil de estudar.

---

<sup>81</sup> “J’ai préparé mes lecteurs à voir ici trois observations, que j’aurais mises dans l’article des Manichéens, si je n’avois voulu éviter d’être trop long en cet endroit-là. Acquittons-nous de notre promesse, et ne frustrons pas l’attente de ceux qui auront envie de suivre notre renvoi” (PAULICIENS<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>82</sup> Na edição de 1696, na qual me detenho no momento, o artigo “PAULICIENS” não faz remissão ao artigo “MARCIONITES”. Na edição de 1702, uma nota marginal, em PAULICIENS<sub>2</sub>, rem. M, faz remissão a MARCIONITES<sub>2</sub>, rem. G. Isso reforça a importância da especificação da edição que se toma por referência, pois a estrutura do DHC evolui conforme as suas diferentes versões. Para a dinâmica das referências nas diferentes edições do DHC (LUGT, 2016, p. 35-37).

<sup>83</sup> “efer the reader onwards or backwards, continually refining the argument, developing hidden implications, improvising on a common theme” (LUGT, 2016, p. 35).

A seleção das referências cruzadas entre a tríade de “artigos maniqueístas” foi feita para ilustrar como os verbetes não se encerram em si mesmos e que cada artigo pode apresentar variados temas, os quais estão inseridos numa rede de referências e remissões que direcionam o(a) leitor(a) para diferentes partes do DHC. Foi dada atenção ao mesmo debate que a historiadora Mara van der Lugt analisou em sua pesquisa: a relação entre fé e razão e o problema da origem do mal. Esse debate, que envolve tanto teologia como epistemologia, ocupou grande parte dos escritos de Pierre Bayle. Mas não foi o único e outras temáticas poderiam ter sido destacadas. Existem outros tópicos, nos mesmos artigos que foram abordados e em outros, que também estabelecem esse tipo de conexão entre si. Em PAULICIENS, rem. A, por exemplo, existe uma nota na margem que remete ao artigo “MAHOMET”, porém, o tema não é a origem do mal. Nessa camada do artigo, a matéria que trata das heresias dualistas serve de mote para abordar contextos que envolvem perseguições religiosas. No artigo, além da referência cruzada interna, Bayle estabelece diálogos historiográficos e faz remissões para outras obras — dentre elas: *Histoire des iconoclastes*, de Louis Maimbourg (1610-1686), e *Histoire des variations des églises protestantes*, de Bossuet (1627-1704).

Como se nota, embora as referências cruzadas possam ser (e muitas vezes é o que são) elementos acessórios, elas também funcionam de forma a reorientar nossa visão de conjunto a respeito do DHC. O que antes parecia mero acúmulo e justaposição desordenada de assuntos desconexos, parece agora ter algum sentido de ordenação. Os artigos se organizam em ordem alfabética posicionando assuntos heterogêneos lado a lado, mas as notas marginais funcionam como espécies de indexadores temáticos. Temas e ideias são retomados sob perspectivas diversas em diferentes artigos. Assim, um dado debate não se inicia e se conclui num mesmo ponto do dicionário. Isso, contudo, não elide as complexidades de leitura; na verdade faz com que o livro possua muitos caminhos e formas de percorrê-los. Nos *Remarques* e nas suas respectivas notas marginais, não raro, o(a) leitor(a) chega a vias que se bifurcam. Pode decidir voltar ao texto do artigo principal ou seguir as trilhas abertas pelas referências cruzadas que podem levar a outros verbetes, *Remarques* ou notas

marginais. A mecânica de referências que levam a outras referências confere ao DHC seu aspecto labiríntico. As referências cruzadas não deixam de ser ferramentas de orientação, caso algum leitor queira fazer uso delas; mas não são propriamente um fio de Ariadne.

### Mutações editoriais e tentativas de racionalizar a recepção

Toda a rede de envios e referências cruzadas, mencionada acima, poderia ser mobilizada no caso de alguém chegar a ler tais artigos e, em lendo, querer acompanhar as referências. Contudo, como regra geral se tinha que “a ordem alfabética, que se é obrigado a seguir, rompe a todo o momento o fio das matérias e não permite estabelecer a ligação das diferentes partes de uma composição”<sup>84</sup>. Uma tradução do DHC para o inglês, publicada em 1735, adicionou um paratexto editorial para remediar os problemas de uma leitura descontínua: uma tabua cronológica das *vidas* contidas no dicionário, para quem quisesse ler conforme a data em que nasceram e floresceram os personagens de cada verbete, no lugar de seguir a ordem alfabética (ver **Figura 6**)<sup>85</sup>. A edição inglesa, a rigor, não alterou a estrutura do DHC, apenas colocava uma ferramenta que poderia efetivamente servir de fio de Ariadne. Uma linha temporal que poderia ser superposta aos artigos, orientando-os não

<sup>84</sup> “L’ordre alphabétique, qui ont est obligé de suivre, coupe à tout moment le fil des matières, & ne permet pas de lier entre-elles les différentes parties d’une composition” (MARSY, 1755, p. ix).

<sup>85</sup> Os paratextos editoriais são todos aqueles elementos que, além da sequência de enunciados principais, dão forma a uma obra literária e afetam a sua recepção: o suporte (que envolve capa, tamanho, tipo de encadernação), dedicatórias, prefácios, ilustrações, índices, tabelas de matérias, etc. São elementos que, via de regra, buscam uma “melhor acolhida do texto” ou “uma leitura mais pertinente” (GENETTE, 2018, p. 10). Os estudos que Gérard Genette empreendeu a partir da noção de paratexto são mais abrangentes; vão desde a obra nas suas materialidades editoriais e tipográficas (paratextos editoriais), até outras modalidades de paratextos: cartas, resenhas e todo um conjunto de comentários (escritos ou orais) que constituem um contexto receptivo. Segundo esse autor, a escolha de um formato (se in 4º, in 8º, por exemplo), a qualidade do papel, e elementos desse tipo mandam uma mensagem à(o) receptor(a) antes mesmo que ela/ele efetivamente leia os enunciados contidos no suporte. Os *Remarques*, as referências cruzadas, a qualidade do papel e o próprio tipo de letra podem ser compreendidos como elementos paratextuais de edição. Contudo, nessa pesquisa, trato como paratextos editoriais apenas elementos como esse da edição inglesa, bem como os prefácios, “avisos aos leitores” e os “Esclarecimentos” que Bayle inseriu como dispositivos para tentar regular o modo que seus textos fossem recebidos e apreciados.

alfabeticamente, mas cronologicamente — caso o(a) leitor(a) assim decidisse. No entanto, outras intervenções editoriais foram mais radicais.

A

### CHRONOLOGICAL TABLE

Of the PERSONS whose LIVES are contained in this WORK,  
for the Use of those who choose to read them in the order  
of Time in which they flourished, rather than according  
to that of the Alphabet.

N. B. We make use of three *Æras*, viz. *the year of the World, the year of Rome, and  
the year of Christ.*

A.M.	D A M	A.M.		D. C.
1	<b>A</b> Eve	2775	Peisoon Pygmalion, King of Cyprus Telemach	50
100	Abel Cain	2800	Nausithoos, King of the Phœaci- ans Telemach	75
800	Lamech		Tamias	100
8000	Lamech, Son of Methuselah	2825	Acamas Achilles, Son of Peleus and Thetis Ægialeus	125
1700	Han		Ajax, the Son of Oileus Ajax, the Son of Telamon Andronache	150
2000	Pheon		Alyanax Brietas Calechas Chelys Cæstrus Helena Gonosus Penelope Telemachus Temen or Temes Toas Ulysses	175
2025	Zenobius			200
4075	Abimelech, natural Son of Ge- don			225
2100	Abimelech, King of Geza Abraham Hagar Sarah	2850	Aist, the Son of Teucer Alixius Harpalus Nausicaa or Nausica Pyrrhus, Son of Achilles	250
2211	Bahis	2875	Stimpion	275
2110	Job	2900	Thomyris, a Part and Physician	
2525	Asah Amos Miriam Abitha, Son of Abren Abimeu	2925	Achilles David	300
2810	Acha	2975	Abigail Aboer Adonijah Lokman the Wife	325
2800	Agamemnon	3000	Abdolan Abithus Abithog	350
2600	Georgioetes	3010	Abdon	
2700	Eupoa Melampus Olen	3075	Agellus I. Abah Elijah Pygmalion, King of Tyre	375
2745	Corcyraene Perandis	3125	Elihu Lycogen, the Legislature of Lacedæmonia	400
2750	Almeas Amphiaras Amphitryon Biblis Cæcyffus, natural Son of Pe- lops Pelias, the Son of Neptune Tireas	3200	Jonah	425
2775	Achilles, Hercules's Axius Abira Adolphus Ægithas Alceon Alceon, Son of Amphiaras Amphilocheus Andreas Andreas, Son of Apollo and Cy- rene Callistone Clypeus Hercules Hippolyte Mero Myria			450
		D	Darmidochus Artemonius	475
				500
				525
				550
				575
				600
				625
				650
				675
				700
				725
				750
				775
				800
				825
				850
				875
				900
				925
				950
				975
				1000

Clement

Figura 6: tábua cronológica inserida na edição inglesa do DHC de 1735. O cabeçalho diz "TABELA CRONOLÓGICA de pessoas cujas vidas estão contidas nesse trabalho, para o uso daqueles que escolhem ler elas de acordo com a ordem temporal em que floresceram". Fonte: digitalizado pelo Google.

Para François-Marie de Marsy (1714-1763), o mecanismo alfabético de distribuição dos textos era bom para dicionários de idiomas ou de termos de alguma arte ou ciência<sup>86</sup>. Porém, não era uma boa solução para qualquer sorte de assunto e, com certeza, era inapropriado para trabalhos de erudição e juízo – nas palavras dele: “*ouvrages de raisonnement*” (MARSY, p. x, 1755). A alternativa de ordenação cronológica empregada pela edição inglesa seria insuficiente, pois para Marsy até a divisão entre verbete e *Remarques* era perniciosa: “o trabalho de Bayle tem outro inconveniente, que lhe é peculiar. Cada artigo está dividido em duas partes, pensei em dizer em dois artigos”<sup>87</sup>. Entendia que a separação entre a exposição do assunto e o comentário dessa exposição não se acomodava ao gosto dos leitores: “as referências frequentes, que estabelecem a comunicação do texto e dos *Remarques*, num primeiro momento despertam a curiosidade, mas cansam a longo prazo; uma leitura seguidamente interrompida não agrada”<sup>88</sup>. Na publicação do *Analyse raisonnée de Bayle*, Marsy suprimiu todas as citações e referências de erudição; fundiu trechos do verbete e dos *Remarques* num único texto (alguns deles, na sua íntegra, deixou de fora) e no lugar da distribuição alfabética fez uma divisão temática. Nos dois primeiros volumes, foram colocados textos sob a etiqueta de “considerações e pesquisas” [“*considérations & recherches*”]. Nos volumes três e quatro, reuniu materiais do DHC colocando-os sob o título de “história dos dogmas e das opiniões” [“*histoire des dogmes e des opinions*”].

As características dos dicionários e o tipo de leitura por eles implicados foi tematizado por Bayle, por seus contemporâneos e por comentadores que recepcionaram o DHC ao longo do século XVIII. Na principal publicação da Ilustração francesa, estava registrado que se podia “distinguir três espécies de dicionários: dicionários de línguas, dicionários históricos e dicionários de ciências e artes” (ENCICLOPÉDIA, 2015, p. 99). O DHC tinha caráter histórico, mas não só,

<sup>86</sup> Inclusive, Marsy foi autor de um: *Dictionnaire abrégé de peinture et d'architecture* (1746).

<sup>87</sup> “*L'ouvrage de Bayle a un autre inconvénient, qui lui est particulier. Chaque article est divisé en deux parties, j'ai pensé dire en deux articles*” (MARSY, 1755, p. xi).

<sup>88</sup> “*les renvois fréquents, qui établissent la communication du texte et des Remarques, piquent d'abord la curiosité; mais cela fatigue à la longue; on ne se plaît point à une lecture continuellement interrompue*” (MARSY, 1755, p. xii).



como seu primeiro prefácio deixava claro. Não se enquadrava, portanto, de forma estrita em nenhuma dessas três possibilidades colocadas por d’Alembert na *Encyclopédia*. Inclusive, para o enciclopedista “apenas num sentido impróprio o dicionário de Bayle é histórico. Trata-se de um dicionário filosófico e crítico, em que o corpo do texto é um mero motivo para as notas” (ENCICLOPÉDIA, 2015, p. 123). Essa percepção do trabalho de Bayle como eminentemente filosófico contribuiu para a recepção do DHC como livro excessivo e prolixo. Os juízos de Marsy, d’Alembert e de Voltaire, coincidem nessa ideia de racionalizar no sentido de aparar todas as arestas. Todos estes viam no filósofo de Roterdã uma inteligência acurada e uma sólida capacidade argumentação, porém soterradas sob uma massa prolixa de textos.

Vale dizer que, diferente de Voltaire e d’Alembert, Marsy não apenas comentou o DHC. Ele arregaçou as mangas e pôs suas mãos na massa de textos baylianos, dando a eles nova forma. Talvez o mais adequado seria recorrer a uma atividade de jardinagem e poda. No intuito de “fazer conhecer a inteligência, e não a erudição”<sup>89</sup> de Bayle, a *Analyse raisonnée* efetivamente reduziu o DHC de dois terços de sua dimensão original. Marsy, na verdade, tinha pouco ou nenhum apreço pelos “autores lexicais” [*“auteurs lexicques”*] (MARSY, p. x, 1755). Rejeitava o próprio formato de dicionário:

É uma coisa bastante peculiar que um homem tão esclarecido como foi Bayle, tenha concebido o triste projeto de compor um dicionário (...) Uma ocupação dessa natureza não me parece que era de forma alguma digna de um escritor cujo gosto e discernimento eram considerados requintados<sup>90</sup>.

De acordo com Marsy: “de todos os empreendimentos que um erudito pode compor, não conheço mais penoso, nem mais ingrato do que a composição de um dicionário”<sup>91</sup>. Um certo homem de espírito — se referia a Joseph Scaliger (1540-1609) — sugerira que uma corveia tão rude podia servir de castigo aos malfeitores: “não os

---

<sup>89</sup> “*fair connaître l’esprit et non le savoir*” (MARSY, 1755, p. xvi).

<sup>90</sup> “*Cest une chose assez particulière qu’un homme aussi éclairé que l’étai Bayle, ait conçu le triste projet de composer un Dictionnaire (...) Il me semble qu’une occupation de cette nature n’étai nullement digne d’un écrivain dont le goût et le discernement ont passé pour exquis*” (MARSY, 1755, p. vii).

<sup>91</sup> “*de toutes les entreprises que peut former un Savant, je n’en connais point de plus pénible, ni de plus ingrate, que la composition d’un dictionnaire*” (MARSY, 1755, p. viii).

coloque em grilhões (...) não os leve para o trabalho nas minas, obrigue-os a fazer dicionários”<sup>92</sup>. Bayle também empregou esse tipo de tom hiperbólico, porém, menos por desprezo, e mais como forma de captar a benevolência de seu/sua leitor(a). Dado o grande esforço e o pouco prestígio: não teria sido melhor se dedicar à elaboração de uma “obra de raciocínio” [*“ouvrage de raisonnement”*] no lugar dessa atividade de compilação, a qual exige mais do corpo do que do pensamento?<sup>93</sup> Bayle respondia destacando a utilidade do livro, pois, segundo ele, muito da instrução do público era devido “ao suor da testa” [*“à la sueur de leur front”*] daqueles que se dedicaram a escrever volumosos dicionários (BAYLE, 1692, fl. 2).

A depreciação do grande número de citações, referências e comentários eruditos em benefício da síntese filosófica, esquecia que para sua primeira legibilidade o DHC fora proposto como articulação de todos esses elementos. No *Supplément au dictionnaire historique et critique* (SDHC), publicado em Genebra no ano de 1722, os editores entendiam que: “o Sr. Bayle foi um erudito de primeira ordem na história e nas belas letras, um grande filósofo e um excelente metafísico”<sup>94</sup>. O despreço ao formato dicionário também pode ser perspectivado. Vá lá que Marsy não gostasse. Contudo, se o *Pensées diverses* e outros livros de Bayle tiveram relativa fama, nenhum se compara à incrível recepção do seu dicionário — para o bem ou para o mal. O *La critique générale de l’histoire du calvinisme* teve grande repercussão nas últimas décadas do século XVII, mas dizia respeito a um debate bastante específico, sendo um livro menos referenciado nos séculos seguintes. A atuação editorial de Bayle na NRL também é algo cujo reconhecimento, em geral, diz respeito ao Seiscentos. Portanto, foi justamente devido a registros que fez no DHC que Bayle ganhou sua notoriedade de bom gosto e discernimento, bem como de cético, ateu e obscuro. Tudo que Marsy reuniu e adaptou estava contido no DHC, porém, seu novo plano de seleção e distribuição eliminava os principais objetivos para os quais Bayle

<sup>92</sup> “Ne les mettez point à La chaîne, disait-il, ne les condainnez point aux travaux des mines; faites-leur faire des Dictionnaires” (MARSY, 1755, p. viii).

<sup>93</sup> Nas palavras de Bayle, literalmente “Um trabalho onde será necessário exigir mais do corpo do que da mente” [*“une entreprise où il faudra faire de depense de corps que d’esprit”*] (BAYLE, 1692, fl. 2).

<sup>94</sup> “Mr. Bayle fut un savant du premier ordre dans l’histoire et dans las belles lettres, un grand philosophe, un excellent métaphysicien” (BAYLE, 1722, p. XLVI).

dedicou seus esforços: oferecer um catálogo de erros de erudição e crítica, apresentar trechos e referências do conjunto probatório desses equívocos. A postura de Marsy é compreensível pela mudança de gosto. Mas creio que, dada o contexto editorial já descrito, não nos surpreenda que Bayle tenha se dedicado a composição de um livro com as características do DHC; pelo menos não naquele momento.

Bayle sabia que seu livro teria semelhanças com outros. Foi, principalmente, a correção de outras publicações de referência que tomou como sua tarefa. Complementava, dessa forma, materiais que já circulavam. Inclusive, conforme relata, sua atuação como escritor respondia a um gosto e a uma demanda pessoal de leitura. Escreveu um livro que queria ter lido (BAYLE, 1697, p. 10). Fora leitor de obras de referência, talvez compensando a impossibilidade de poder frequentar grandes bibliotecas. Se munia de “bons dicionários para, em poucos volumes, ter repertórios de todas as coisas”<sup>95</sup>. Sabemos que em 1679, em Paris, adquiriu o *Lexicum historicum* de Hoffman. O *Dicionário* de Moreri leu de cabo a rabo<sup>96</sup>. E, apesar das críticas que fez de ambos, retirava deles informações que lhe foram preciosas nos tempos de periodista na NRL. Foram também fonte para mapear o caminho que ele mesmo iria seguir. Fazia questão de ressaltar que não desejava que Moreri fosse reduzido à ideia pejorativa que seu trabalho talvez pudesse dar do dele, não queria diminuir seu reconhecimento nem dos demais dicionaristas: “os primeiros autores de dicionários cometeram muitos erros, mas nos renderam grandes serviços, mereceram a glória da qual seus sucessores não devem jamais os frustrar”<sup>97</sup>.

Como se viu, Leers e Bayle fizeram a prospecção da demanda do público por obras de referência. A perspectiva era promissora, mas não existia certeza quanto ao sucesso. O dicionarista sabia das semelhanças com outras obras de referência, mas

---

<sup>95</sup> “bons dictionnaires pour avoir en peu de volumes des répertoires de toutes choses” (BAYLE apud BOST, 2006, p. 387).

<sup>96</sup> No ano de 1675, inclusive recomendava que seu irmão Jacob adquirisse o livro: “além disso, como as vezes tu compras livros, te aconselho comprares um volumoso Dicionário histórico e poético que saiu em Lyon faz um ano. O nome do autor é M. Moreri” [“au reste, puisque vous achetez quelquefois, je vous conseille d'acheter un gros Dictionnaire historique et poétique qui a été à Lyon depuis un an. L'auteur se nomme M. Moreri”] (BAYLE apud BOST, 2006, p. 387).

<sup>97</sup> “les premiers auteurs des dictionnaires ont fait bien des fautes, mais ils ont rendu grans services, ils ont mérité une gloire dont leurs sucesseurs ne doivent jamais les frustrer” (BAYLE, 1697, p. 10).

também sabia das diferenças, o que lhe causava apreensão. Em carta, datada de janeiro de 1696, quando ainda trabalhava nas últimas páginas do livro a ser publicado, escreveu:

se o público alimentou alguma esperança ou boa opinião do meu Dicionário (o que tenho motivos de duvidar, não saberia em que isso poderia se basear), só me resta me preparar para os murmúrios; haverá frustração e indignação, pois confesso ingenuamente que essa obra é apenas uma compilação informe de passagens costuradas umas as outras, nada menos proporcionado ao gosto delicado desse século. Mas não há remédio, *alea jacta est* [a sorte está lançada]<sup>98</sup>

Teremos ocasião de ver que tinha seu próprio trabalho em mais alta conta do que declara nessa carta. Seu livro não era um amontado disforme de citações e paráfrases. Com certeza elas eram abundantes, mas isso era necessário. A crítica, como veremos, exige essa atenção aos menores detalhes. Síntese, na crítica histórico erudita, não era uma virtude. As fofocas, anedotas e trechos mais curiosos estavam ali para contrabalançar a aridez dos aparatos eruditos — seu livro não era só para especialistas. Apesar de Bayle dizer que o público poderia ficar frustrado com o que viria a resultar de seu trabalho, existia expectativa por esse livro: “os livreiros de países estrangeiros, se regrando conforme o gosto do público, demandaram um grande número de exemplares”<sup>99</sup>.

Na expectativa de bons negócios, Leers acelerava as atividades para colocar seu produto em circulação o mais rápido possível. O conjunto epistolar escrito por Bayle nessa época contém indícios desse regime intenso de trabalhos. O ritmo acelerado da oficina de impressão o exasperava. Queixava-se de não poder revisar de modo calmo e detido as provas que saiam das prensas para verificar se ele, algum revisor ou tipógrafo deixou passar incorreções. Pelo que descreve, seus manuscritos

---

<sup>98</sup> “Si le public a conçu quelque esperance, ou quelque bonne opinion de mon Dictionnaire (de quoi j'ai lieu de douter, ne sachant pas sur quoi elle pourrait être fondée) je n'ai qu'à me préparer à bien des murmures; on se trouvera frustré & vilainement abusé, car je vous avoue ingenuement que cet ouvrage n'est qu'une compilation informe de passages cousus les uns à la queue des autres, et que rien ne saurait être plus mal proportionné au goût délicat de ce siècle : mais il n'y a remede, *jacta est alea*” (BAYLE, 1714, p. 493)

<sup>99</sup> “les libraires des pays étrangers se reglant sur le goût du public, en demandèrent un si grand nombre d'exemplaires” (DESMATZEAUX, 1740, p. LXXV).

originais precisavam de sua presença para que os impressores conseguissem compreender a ordenação dos textos:

se soubesses a sobrecarga de trabalho em que me encontro para a impressão do meu *Dicionário histórico e crítico*. O livreiro quer, custe o que custar, terminá-lo este ano; de modo que tenho que fornecer novas cópias incessantemente e todos os dias tenho que corrigir as provas, nas quais há centenas de erros para reparar, pois meu original, repleto de rasuras e remissões, não permite aos impressores e corretores sair de um tal labirinto<sup>100</sup>

Os cinco anos que precedem sua publicação foram de dedicação exclusiva à feitura do DHC. Conforme o tempo passava, acelerava o ritmo e intensidade das atividades. No entanto, a matéria prima necessária para essa obra monumental foi recolhida ao longo da vida do seu autor. Bayle sempre leu com a caneta na mão e tinha cadernos com anotações literário bibliográficas, as quais utilizou para suas aulas de história e filosofia, no seu tempo no periódico e para as conversações letradas que fazia por meio de suas cartas. Depois de sua morte, foram encontradas coleções de notas entre seus papéis. No final da sua *Vie de M. Bayle*, Desmaizeaux colocou a lista dessas anotações manuscritas (DESMATZEAUX, 1740). Elisabeth Labrousse nos informa do conteúdo de pelo menos duas delas: 1) um caderno, iniciado em 1672, com resumos retirados do *Vidas dos homens ilustres*, de Plutarco, bem como algumas anotações de notícias que recebia por correspondência; 2) um caderno, iniciado em 1674, com notas genealógicas<sup>101</sup>. Este material foi reutilizado a partir de 1689 para formar um índice histórico organizado alfabeticamente – trata-se daquele primeiro esboço do plano de escrita de um dicionário que mencionei acima (LABROUSSE, 1985).

---

<sup>100</sup> “si vous saviez l'accablement de travail où je me trouve, pour l'impression de mon Dictionnaire historique & critique. Le Libraire veut l'achever, à quelque prix que ce soit, cette année; de sorte qu'il faut que je lui fournisse incessamment nouvelle copie, & que je corrige chaque jour des épreuves, où il y a cent fautes à raccommoder, parce que mon original, plein de ratures & de renvois, ne permet ni aux imprimeurs ni au correcteur d'imprimerie, de se tirer d'un tel labyrinthe” (BAYLE, 1714, p. 503).

<sup>101</sup> Os dois cadernos estão depositados na Biblioteca Real de Copenhague, com as respectivas referências: Thott, 1.202 in-4° e Thott 1.205-4°, essa última identificação que Labrousse registra é idêntica à do caderno de 1689 cujo registro copiei de Hubert Bost, ver acima. Essa biblioteca dinamarquesa possui quase a totalidade dos espólios manuscritos que restaram de Bayle. A importante publicação das cartas de Pierre Bayle, escritas no período de 1670 a 1706, que Émile Gigas reuniu, foram transcritas a partir de originais depositados nela (GIGAS, 1890).

Nesse sentido, reproduzia uma prática típica. As chamadas publicações miscelâneas tinham disposições parecidas com os cadernos de notas de críticos e antiquários. As notas feitas sobre um determinado assunto não estavam agrupadas numa série de temáticas encadeadas ou bem definidas. Mesmo esse material sendo enviado para compor as páginas do DHC, muitas vezes só mesmo o autor sabia puxar as linhas do novelo. Na velocidade exigida para terminar o serviço, os tipógrafos recebiam de Bayle manuscritos com rasuras, pequenos papeis colados e anotações – muitas vezes podendo ter sido recortados (literalmente) dos seus cadernos de notas.

Esse livro de Pierre Bayle é como uma construção cujos andaimes utilizados e as vigas e alicerces que lhes dão sustentação permanecem parcialmente a vista – mas não de todo. Parte do trabalho cotidiano ficou testemunhado nas suas cartas. Outra parte poderia ser encontrada justamente nesses cadernos de nota. Bayle iniciou um caderno desses exclusivamente para dar início ao trabalho de emenda do dicionário de Moreri e outros livros de referência, em 1689. Deve ter feito outros mais, porém, provavelmente foram consumidos no próprio trabalho do atelier. De acordo com a historiadora Ann Blair, em muitos casos as notas não sobreviviam porque foram fisicamente integradas (no lugar de copiadas) em um manuscrito usado para impressão: “esse reaproveitamento das notas, que dispensava o trabalho de copiá-las, também causava sua destruição, pois os manuscritos usados na impressão eram rotineiramente marcados no processo e descartados”. Bayle “deixou para trás notas existentes do período anterior a começar a escrever seu enorme *Dictionnaire historique et critique*, mas não depois” (Blair, 2010, p. 66). Também sabemos, a partir de instruções que dava ao seu impressor, que entre suas anotações Bayle enviava para oficina transcrições inteiras que lhe eram encaminhadas por meio de missivas que recebia de seus correspondentes. Todavia, esse material lhe foi devolvido, provavelmente a seu pedido, para que pudesse mantê-los guardado como seu arquivo epistolar pessoal (BLAIR, 2010).

Bravo relata que nas anotações de Isaac Casaubon os temas eram distribuídos em pequenos conjuntos, caoticamente misturados com grupos análogos pertencentes

a outros assuntos. Com base na pigmentação da tinta, indica que esse crítico erudito muitas vezes voltou aos textos que já houvera escrito e inseria neles novos materiais. Para que o(a) leitor(a) não ficasse completamente à deriva, Casaubon realizou o esforço editorial de colocar, no início de seu códice, um índice de assuntos com objetivo de organizar os conteúdos distribuídos de forma caótica (BRAVO, 2006). A aparência de mixórdia, o trabalho de (re)escrita em andamento e as tentativas de criar marcas editoriais de orientação estão presentes no DHC. Um desses dispositivos, incluído a partir da segunda edição, consistiu em colocar uma tabela de matérias. Assim, temos no final das publicações um índice com nomes variados (tais como: “Adão”, “falsidade”, “fanatismo”, “história”, “Maria”, “religião”, “verdade”, etc.) indicando as páginas em que ocorrem.

Sobre as tabelas de matérias em livros de referência, dizia: “concordo que dificilmente existam obras onde sejam mais necessários do que nessas”<sup>102</sup>. E complementava que talvez pudesse se afirmar que “existem poucas pessoas mais aptas para executá-las do que aquelas que trabalharam por muito tempo em vastas compilações”<sup>103</sup>. Isso porque, para ter o levantamento do que trataram, era recomendado que compusessem tais tábuas, bem como que voltassem a elas para saber em que ponto ir para revisar e corrigir as passagens que redigiram (BAYLE, 1702). Essas tabelas com índices remissivos, fossem ou não incluídos na publicação, serviam como ferramenta de orientação e revisão para os próprios autores. Ainda assim, não foi ele mesmo que montou esse aparato de termos de orientação: “assim, talvez eu pudesse ter composto uma boa tábua, mas não tive nem o tempo e nem a paciência necessária para um trabalho tão penoso e enfadonho”<sup>104</sup>. A tarefa no fim das contas ficou a cargo de algum empregado do atelier de impressão — pessoa que

---

<sup>102</sup> “*je tombe d'accord qu'il n'y a guere d'ouvrages où elles soient plus nécessaires que dans celui-ci*” (BAYLE, 1702, p. xv).

<sup>103</sup> “*qu'il y a peu de personnes plus propres à les exécuter que ceux qui ont travaillé long tems à de vastes compilations*” (BAYLE, 1702, p. xv).

<sup>104</sup> “*peut-être donc que j'aurais pu composer une bonne table; mais je n'ai eu ni le tems, ni la patience nécessaire à un travail si pénible & si ennuyeux*” (BAYLE, 1702, p. xvi).

infelizmente restou anônima: “o autor não podendo trabalhar nessa tabela, ela foi atribuída a uma pessoa muito hábil”<sup>105</sup>.

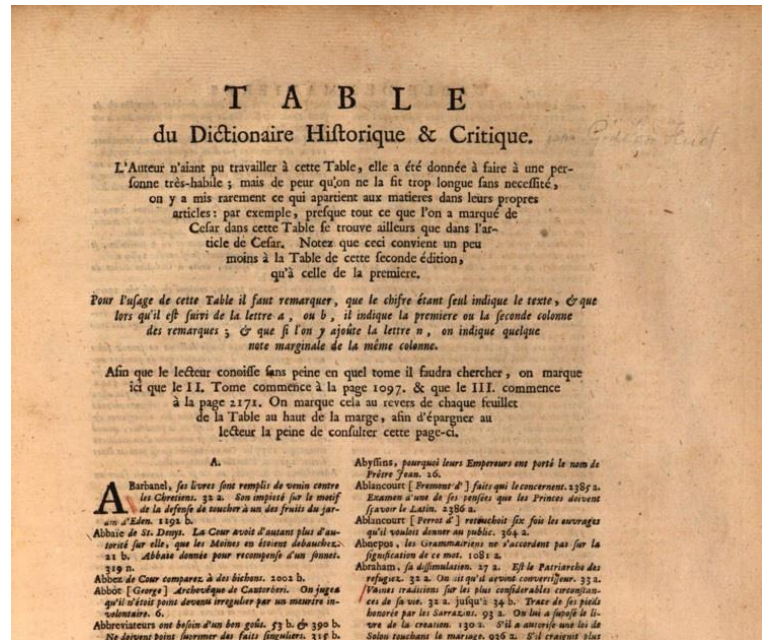


Figura 7: cabeçalho da tabela de Matérias de 1702. Fonte: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/>

É interessante destacar que esse índice remissivo (da Figura 7) não era exaustivo. Quando ficava colocado que nas páginas tais e tais seria encontrado o termo “heresia”, não queria dizer que esses eram todos os lugares de sua ocorrência. Com certeza a palavra e algo sobre ela seriam encontradas nos pontos indicados, mas ela também estaria registrada noutras passagens não referidas. Por isso, a ausência de um nome próprio ou de um termo não garante que não tenham sido mencionados no DHC. Isso era deixado explícito e Bayle propunha aos(às) leitores(as) que completassem as lacunas que encontrassem e que julgassem merecer nota:

Quando leem algum trecho que julgam que merece ser retido, ou revisitado conforme a necessidade, terão apenas que verificar se ele está marcado na tabela; se não estiver lá, terão somente que marcá-lo à margem dela e abaixo da palavra que lhes parecer mais conveniente, ou em um pedaço de papel separado. Este é o método

<sup>105</sup> “L'auteur n'ayant pu travailler à cette table, elle a été donnée à faire à une personne très-habile” (BAYLE, 1702, p. 3.191).



utilizado por quem acha as tabelas dos livros defeituosas e que pretendem prevenir os danos que elas podem causar a eles<sup>106</sup>.

De autoria de Bayle, efetivamente, foram algumas trilhas que abriu no segundo de seus prefácios. Nele, reforçava que: “livros como este não são daqueles que se lê de forma contínua e de uma capa a outra”. Bayle entendia que a estrutura do suporte no qual estavam seus textos levou a alguns equívocos. Leituras descontextualizadas que, segundo ele, geraram recepções equivocadas de seus argumentos. A leitura ao acaso e casual das obras de referência não poderia garantir por que páginas e passagens os olhos das leitoras e leitores passariam: “portanto, fui aconselhado a indicar aqui os lugares nos quais fiz algumas advertências gerais”<sup>107</sup>. Com essas advertências o livro permanecia com suas veredas e encruzilhadas, mas pelo menos traçava uma linha que o atravessava. Não controlava a leitura de ponta a ponta, mas demarcava, desde a publicação de 1702, quais eram os eixos mais importantes da sua maquinaria textual. Indicava as páginas que entendia formar o cerne para que qualquer leitor(a) entendesse qual era a natureza do livro, de porque o organizou dessa forma e de como ele, enquanto autor, se posicionava em relação a temas sensíveis.

Em “ANAXAGORA<sub>2</sub>”, no corpo do verbete, informava porque nos seus comentários repetia o sentido geral das passagens em francês, além do enxerto delas nas suas línguas originais (antigas e modernas). Em “ARISTANDRE<sub>1</sub>”, *Remarque B*, é apresentado por qual motivo os argumentos de um mesmo assunto se encontravam dispersos em várias partes do livro. “CAMDEN<sub>1</sub>”, *Remarque D*, foi para sublinhar que de seus comentários se destinavam a formar gostos e critérios de boa leitura, e da importância disso. “HAILLAN<sub>2</sub>”, no corpo do verbete, é onde conta dos motivos pelos quais os prefácios e as epístolas dedicatórias foram fontes privilegiadas de suas

---

<sup>106</sup> “Quand ils liront quelque endroit qui leur paroitra mériter d'être retenu, ou retrouvé au besoin, ils n'auront qu'à voir s'il est marqué dans la table; et s'il ne s'y trouve point, ils n'auront qu'à le marquer eux mêmes à la marge de la table, sous le mot qui leur paroitra le plus commode, ou sur un papier à part. C'est la méthode dont se servent ceux qui trouvent defectueuses les tables des livres, et qui ont dessein de prévenir le dommage qu'elles leur pourroient causer” (BAYLE, 1702, p. xvi).

<sup>107</sup> “les livres tels que celui-ci n'étant pas de ceux que l'on lit de suite & d'un bout à l'autre. L'on m'a donc conseillé d'indiquer ici les lieux où j'ai donné quelques avertissemens généraux” (BAYLE, 1702, p. xiv).

pesquisas. “CARNEADE<sub>2</sub>”, *Remarque B* e “GOURNAI<sub>1</sub>”, *Remarque D*, foram dedicados para justificar as suas longas e numerosas citações, as quais poderiam lhe render (e como vimos, renderam) a acusação de mero copista. Em “MAHOMET II<sub>2</sub>”, no artigo principal, vinculava sua justificativa das citações com a premissa de que nos debates historiográficos a regra é sempre a apresentação dos prós e contras. Em “BASTA (Nicolas)<sub>1</sub>”, no texto, e “BEME<sub>1</sub>”, também no texto, explicava o motivo de ter registrado sobre a vida de personagens menores e contado da vida de criminosos vulgares. Por fim, em “PRIOLO<sub>1</sub>”, *Remarque B*, pedia que atentassem como seu dicionário se diferenciava dos demais. Todos esses lugares eram indicados no prefácio. Assim, se não conseguia prever todos os caminhos que um(a) leitor(a) viria a seguir, indicava pelo menos os caminhos que entendia imprescindíveis.

## CAPÍTULO 2: CETICISMO HISTÓRICO EM PIERRE BAYLE

“o ceticismo não teve, nem entre os antigos, nem entre os modernos, nenhum atleta mais temível do que Bayle” Diderot, 1765.

“... que campo para um pirrônico!” Denis Diderot, numa exclamação sobre a história, 1765.

“(...) pobres escritos póstumos. E vocês, manuscritos de terras distantes, como confiar em vocês? Quem pode nos garantir que nada é omitido, que nada é adicionado (...)” RAYNAUD<sub>2</sub>, rem. O.

“Esse pirronismo [da história] parecerá um paradoxo àqueles que virão depois de nós, como nos parece hoje?” Pierre Paulian, 1686.

### **Déjà Vu: dúvidas (hoje, outrora)**

De acordo com Plínio Junqueira Smith: “o ceticismo é um dos principais assuntos filosóficos da atualidade” (SMITH, 2004, p.07). Esse diagnóstico provoca reações diversas na historiografia. Para alguns é um dado positivo, sinal de sofisticação e complexificação dos debates acadêmicos. Para outros é matéria de preocupação. No panorama de nosso presente, há quem afirme que, no fim dos anos 1970, o otimismo e a confiança do saber histórico pareciam ter dado lugar a “um tempo de dúvidas e interrogações” (CHARTIER, 2002, p. 65). Uma das raízes da suposta crise de inteligibilidade historiográfica viria de teses céticas, as quais reduzem a realidade social “a uma pura construção discursiva, a meros jogos de linguagem” (GINZBURG, 2004, p. 13). Em um livro originalmente publicado no ano 2000, Carlo Ginzburg dirigiu ataques àqueles que, segundo o historiador italiano, faziam parecer antiquado e até ridícula a ideia de que a pesquisa histórica seja capaz

de provar algo. No entanto, segundo ele “o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível” (GINZBURG, 2004, p. 45)<sup>1</sup>.

Palavras como crise, dúvida e incerteza são termos também recorrentes num outro contexto intelectual – há mais de trezentos anos. Numa passagem do DHC, da edição de 1702, Bayle escreveu que provavelmente jamais a descrença fora tão grande como era em seu tempo e que “nunca, talvez, existiram tantos incrédulos como nos séculos XVI e XVII”<sup>2</sup>. Também em 1702, na Universidade de Leiden, o discurso inaugural daquele ano letivo teve como tema o pirronismo (uma forma de ceticismo). O discurso foi feito por Jacob Perizonius (1651-1715), um ilustre professor de história, nascido nas Províncias Unidas. Segundo ele, “a história estava em plena crise” e se o espírito de dúvida absoluta continuasse a progredir todos mergulhariam num ceticismo universal: “por isso o orador afirmava a possibilidade de uma certeza histórica” (HAZARD, 1971, p. 37).

Os últimos anos do século XVII, no contexto de língua francesa, foram marcados por constantes embates intelectuais<sup>3</sup>. Alguns pensadores responsabilizaram o pensamento cético como o culpado por alimentar um espírito sectário que cindiu a unidade social. O ceticismo, como se sabe, é uma doutrina filosófica de longa duração cuja origem remonta a Grécia Antiga. Seu significado, no entanto, é algo que variou ao longo do tempo e seu conteúdo, no período moderno, não era mais o mesmo daquele do período helênico. Ainda assim, como elementos centrais de uma atitude cética, em diferentes momentos, poderiam ser colocados: a dúvida, metódica ou não, e a constante inquirição sobre os fundamentos dos conhecimentos, das crenças e dos valores. Representantes dos dois lados do espectro

---

<sup>1</sup> Veremos que autores chamados de céticos, no século XVII, não diriam nada muito diferente disso. Ginzburg, um tanto por sua conta, estabelece o ceticismo como o solo onde estariam as raízes do que ele, de forma um tanto vaga, chama de pós-moderno, figuras que, nos seus argumentos, me parecem mais um espantalho retórico do que efetivamente um elemento que inviabilize um saber histórico ético e rigorosamente fundamentado.

<sup>2</sup> “*jamais peut-être il n’y a eu autant d’incrédule que dans le XVI & dans le XVII siècle*” (GREGOIRE I<sub>2</sub>, rem. R).

<sup>3</sup> Uso essa expressão pois os debates aqui abordados não estavam restritos ao território do reino da França. Assim, no contexto de língua francesa incluo também os franceses que tiveram que se refugiar em outros países e que do exílio construíram seus discursos. Na verdade, como essa pesquisa se dedica principalmente às ideias de Pierre Bayle, dá-se mais atenção justamente ao contexto de língua francesa do refúgio nas Províncias Unidas, dito vulgarmente refúgio holandês.

religioso cristão condenavam o exercício da dúvida. No interior desse quadro, a incerteza epistêmica era colocada como uma crise política e moral. Está bem estabelecido que o ceticismo teve lugar nas disputas confessionais. Porém, não porque ele tenha sido responsável por inocular o gérmen da dúvida e provocado a cisão entre cristãos, mas porque na época da redescoberta, da tradução e da edição de textos de cétricos antigos coincidiu com o momento de crise intelectual aberto com a Reforma (POPKIN, 2000). Esses textos não foram o gatilho, antes constituíam um arsenal para as disputas.

Pierre Bayle foi um dos grandes divulgadores do ceticismo no período moderno. O verbete “PIRRO”, dentre os que compõem o DHC, foi um dos mais comentados em sua época e segue como um dos mais estudados até os nossos dias. Um importante especialista contemporâneo da história do ceticismo moderno, José Raimundo Maia Neto, aponta que muitos estudiosos concordam que Bayle é um dos maiores cétricos da modernidade (NETO, 1996). O filósofo de Roterdã, “em seus muitos, muitos escritos”, atacou toda sorte de sistemas e opiniões, numa atitude entendida como super cética. Cada vez que Bayle abordava uma teoria diferente e a examinava com o objetivo de evidenciar as consequências lógicas decorrentes de suas suposições, surgiam problemas, questionamentos e dúvidas, não importando qual assunto estivesse sendo discutido: se a alma dos animais, a natureza da matéria, a física newtoniana, o fundamento da verdade ou o que fosse (POPKIN, 2003, p. 283 e p. 288). Contudo, o início da recepção moderna do pensamento cético clássico remonta a duas gerações anteriores a de Bayle.

Nome que se destaca na história dessa reatualização é o de Michel de Montaigne (1533-1592). A concepção montaigniana do pirronismo teve grande repercussão na França e, de acordo com Plínio Junqueira Smith, “o ceticismo moderno é em grande medida um fenômeno francês” (SMITH, 2015, p. 36). Não há consenso quanto a qual vertente cética colocar Montaigne. Tampouco há consenso em classificá-lo como pensador cético (SMITH, 2015). Existe acordo, pelo menos, quanto ao fato de que foram muitos os leitores de início da Idade Moderna que conheceram as tópicas do ceticismo antigo por meio dos *Ensaio*s. A *Apologia de*

*Raymond Sebond* é o texto no qual o tema foi mais longamente exposto. Ali, as considerações giram em torno do velho argumento cético dos sentidos como fonte de equívocos e da insuficiência da razão para chegar à verdade. Esse argumento foi mobilizado no contexto das disputas religiosas abertas com a crise da Reforma. Mas Montaigne, além da impossibilidade humana de chegar a uma verdade teológica, também falava da impossibilidade de uma verdade na filosofia e em todas as demais ciências. Por isso ele é considerado como um dos responsáveis pelo estabelecimento da chamada *crise pyrrhonienne* do início do século XVII. Uma crise caracterizada pelo avanço generalizado da dúvida sobre todos os saberes. Foi, portanto, um deslocamento das incertezas do campo da fé para as incertezas no campo da epistemologia<sup>4</sup>.

Montaigne foi um dos principais precursores de Pierre Bayle. Sem perder de vista que cada escritor, em certa medida, constrói seus precursores: foi Bayle quem reivindicou sua filiação ao pensamento de Montaigne<sup>5</sup>. O estabelecimento desse parentesco intelectual fez fortuna. Para Richard Popkin – um dos iniciadores, na década de 1960, da renovação historiográfica contemporânea sobre o ceticismo – os textos de Montaigne estão no ponto de início da *crise pyrrhonienne*. No ponto culminante, por sua vez, ele coloca as obras de Pierre Bayle (POPKIN, 2003). De fato, existem aspectos formais de escrita – como foi indicado a respeito dos aspectos ensaísticos das notas do DHC – que aproximam esses dois autores. No entanto, existem também diferenças na elaboração teórica e nas concepções mobilizadas por cada um deles<sup>6</sup>.

Na época de Pierre Bayle, os argumentos céticos tiveram desdobramentos específicos no âmbito da historiografia. As dúvidas que apontavam os limites de possibilidade de conhecer o passado não eram propriamente uma novidade. O termo utilizado na época para classificar esse fenômeno foi pirronismo histórico. Na

---

<sup>4</sup> Nas palavras de Richard Popkin, essa propagação estava latente desde o princípio: “A caixa de pandora aberta por Lutero em Leipzig viria a ter consequências extremamente amplas não só na teologia, mas em todos os domínios intelectuais do ser humano” (POPKIN, 2000, p.29).

<sup>5</sup> Quanto a isso ver os *Éclaircissements* que estão no terceiro volume da segunda edição do DHC (BAYLE, 1702).

<sup>6</sup> Para estudo clássico e ainda atual que faz análise comparativa entre o ceticismo montaigniano e bayliano, ver (BRUSH, 1966).

primeira metade do século XVII, o grande nome que abordou essa questão foi o de La Mothe Le Vayer (1588-1672). Em um opúsculo, *Du peu de certitude qu'il y a dans l'histoire* (1668), observara que a história não era luz da verdade, mas o ponto de vista dos vencedores: “se tivéssemos os comentários de Ambiórrix, de Induciomacus, de Vercingetórix, de Diviciacus (...) neles se encontrariam narrativas bem diferentes daquelas de César”. Ainda que a sorte das armas tenha premiado aos romanos, com certeza os gauleses e germânicos teriam relatado seus feitos de modo muito diverso. A sorte de gregos e romanos foi que tiveram uma infinidade de escritores que registraram suas façanhas, escritores estes que as iluminaram com as mais belas cores. Outras nações, no entanto, não tiveram a mesma fortuna e os testemunhos que poderiam ter lhes conferido alguma glória foram suprimidos: “desdita comum aos vencidos”, *vae victis*<sup>7</sup>. Le Vayer evidenciava a ação da parcialidade e do apagamento na constituição dos testemunhos; temas que foram caros para Pierre Bayle também.

Arnaldo Momigliano atribui não só relevância como pioneirismo ao *Du peu de certitude qu'il y a dans l'histoire*, pois o texto teria sido responsável por formular pela primeira vez isso que aqui se está chamando de pirronismo histórico (MOMIGLIANO, 2014). Outro ponto relevante dessa história da emergência de dúvidas se intersecciona com o avanço dos métodos críticos de análise filológica das fontes depositadas em diferentes congregações católicas. Os embates produziram uma intensa querela interconfessional, a qual deu-se o sugestivo nome de *bellum diplomaticum* (guerra dos diplomas). Cizânia de grande repercussão na época ocorreu entre bolandistas e mauristas. Tudo teve início quando, no ano de 1675, Daniel van Papenbroeck (1628-1714), um jesuíta belga que, depois da morte de Jean Bolland, havia se tornado o editor das *Acta Sanctorum* e publicou uma dissertação na qual questionava a autenticidade de documentos merovíngios depositados nos arquivos da Ordem de São Bento — mais especificamente, os títulos reais depositados na abadia de Saint-Denis. Isso colocava em dúvida a legitimidade de doações e privilégios da referida ordem. Em 1681, o maurista beneditino Jean Mabillon (1632-

---

<sup>7</sup> “Si nous avions des commentaires d'Ambiorix, ou d'Induciomacus, de Vercingetorix, ou de Divitiacus (...) il s'y trouveroit des recits bien differents de ceux de Cesar”; “malheur ordinaire des vaincus, *vae victis*”. A expressão latina, que deixei negritada, significa “aí dos vencidos” (VAYER, 1668, p. 50 e 52).

1707) publicou seu *De re diplomatica*, obra que foi não só uma resposta a Papenbroeck como deu forma a uma nova técnica crítica e erudita: a diplomática (HIATT, 2004)<sup>8</sup>.

Outra contenda entre católicos envolveu o jansenista Antoine Arnauld, um antigo opositor dos jesuítas. Porém, o debate de caráter histórico, no qual esse ilustre representante de Port-Royal se envolveu, se deu não com os inacianos, mas com o oratoriano Richard Simon (1638-1712). Ambos disputaram sobre os fundamentos do método crítico e a forma de se traduzir a Bíblia. Esse debate, independente das intenções dos envolvidos, acabou por abrir espaço para questionar a autenticidade da Bíblia e a legitimidade histórica da tradição apostólica da Igreja Católica. Na batalha intelectual cada grupo levantava dúvidas sobre seus oponentes e o pirronismo histórico, em alguns casos, chegou “ao ponto da loucura” (MOMIGLIANO, 2014, p. 39). Eram os chamados *hipercéticos*. O caso do padre jesuíta Jean Hardouin (1646-1729) é exemplar. O historiador Hanri-Irénée Marrou destaca que Hardouin contribuiu enormemente para a erudição e para os estudos eclesiásticos, principalmente com o seu *Acta Conciliorum*. No entanto, ele é lembrado mais por suas excentricidades. O ponto de partida de suas elaborações “malucas” [“*insensé*”] teria sido sua tentativa de minar as bases do jansenismo. Por isso, sustentava que todos os textos de Santo Agostinho haviam sido forjados. Não só o bispo de Hipona era uma figura ficcional, mas todos os Pais da Igreja foram colocados sobre suspeita (MARROU, 1954, p. 133).

Hardouin teria sustentado que “todos os textos antigos (com exceção de Cícero, as *Geórgicas*, de Virgílio, as *Sátiras* e as *Epístolas*, de Horácio, e seu estimado Plínio, o Velho) foram forjados por um bando de italianos no século XIV tardio”<sup>9</sup>. Textos cristãos da Antiguidade também estavam arroladas entre as supostas falsificações. Momigliano afirma que Hardouin “chegou mesmo a identificar o líder deste grupo: Severus Archontius, que distraidamente deixou uma pista sua enquanto numismata numa passagem da *Historia Augusta*” (MOMIGLIANO, 2014, p. 39). Os

---

<sup>8</sup>Sobre esse embate e a conformação de uma nova ciência dos diplomas ver em especial a conclusão do livro, a partir da página 181.

<sup>9</sup>Note-se que aceita as *Geórgicas*, mas julga que a *Eneida* também foi produzida por falsários. Hardouin era, de todo modo, um autor respeitado em muitos aspectos. Pierre Bayle o considerava um dos mais excelentes comentadores de Plínio, por exemplo (BERAULD<sub>1</sub>, txt).



jansenistas não eram seu único alvo. O cético jesuíta argumentava que as obras dos doutores da Igreja também foram forjadas para servirem aos interesses dos heréticos protestantes e por isso foram utilizadas por Wycliff e depois por Lutero e Calvino. Embora se diga que “seu caso é notoriamente patológico” e resultado de delírio, ele não foi um caso isolado. Mais ou menos na mesma época, final do século XVII, estudiosos protestantes, preocupados com a legitimação que a apologética católica buscava nos vestígios materiais das catacumbas romanas, empreenderam negar a autenticidade desses cemitérios subterrâneos e atribuíram suas pinturas paleocristãs a falsificadores medievais (MARROU, 1954, p. 133).

Com Bayle, o pirronismo histórico foi debatido num contexto específico marcado por crispações políticas latentes. Para os protestantes, a discussão sobre o passado se desdobrou no interior do quadro agudo da crise que se abatia sobre sua comunidade. Apesar do peso político que membros da Igreja Reformada exerceram na política francesa do século XVI, o protestantismo sempre foi uma vertente religiosa minoritária no reino. As comunidades cristãs protestantes conseguiram se consolidar apenas em regiões francesas periféricas: “vitoriosa na Europa central e setentrional, a Reforma não passou em França de obra de uma minoria” (DELUMEAU, 1989, p. 175).

A existência cotidiana das populações protestantes, citadinas ou rurais, era bastante precária, e nos momentos de conflito ainda mais dramática. Ao longo do século XVI, foram diversos os massacres cometidos contra as populações de religião reformada. Porém, isso não deve nos induzir a pensar que as iniciativas para os inícios de guerras de religião sempre partissem das facções católicas. Em alguns momentos, foram as lideranças calvinistas que tomaram a decisão de pegar em armas e de se sublevar militarmente contra católicos e mesmo contra a própria autoridade da monarquia francesa (JOUANNA; BOUCHER, 1998; CROUZET, 1994; HOLT, 2005).

A historiografia divide cronologicamente as guerras de religião em oito momentos, são eles: 1562-1563, 1567-1568, 1568-1570, 1572-1576, 1577, 1579-1580 e

1585-1598 (DELUMEAU, 1989)<sup>10</sup>. Durante os conflitos, assassinatos e violências foram cometidos dos dois lados. Se, na segunda Guerra de Religião (1567-1568) ocorreu o massacre de populações protestantes em Paris; na cidade de Nîmes, os católicos é que foram chacinados (JOUANNA, 1989). Mas são os crimes contra os huguenotes, iniciados a partir da Noite de São Bartolomeu (24 de agosto de 1572), que deixaram um capítulo particularmente infamante na história da França. O ataque dos católicos não se restringiu a esse dia, os massacres se estenderam até outubro daquele ano, deixando um saldo de pelo menos 30 mil mortes – existindo estimativas que sustentam que o número de vítimas possa ter chegado a 100 mil. Não foi o único massacre religioso daquele século na Europa, mas foi um dos seus piores. Não por acaso, nos debates do final do século XVII, se disputou acaloradamente sobre o significado em torno dos eventos da Noite de São Bartolomeu<sup>11</sup>.

No ano de 1598, o rei Henrique IV promulgou o Édito de Nantes. O objetivo era dar fim ao constante estado de guerra civil provocado pelos enfrentamentos entre os partidos religiosos<sup>12</sup>. Com esse decreto foram garantidos alguns direitos e

---

<sup>10</sup> A Reforma e as Guerras de Religião que se seguiram a ela não são o objeto desse estudo. Aparecem, de todo modo, como assuntos constantemente abordados por Pierre Bayle. A avaliação sobre as condições de produção de um relato verídico e imparcial a respeito desses eventos estava no cerne do ceticismo historiográfico bayliano. Para um balanço relativo aos estudos históricos sobre a Reforma produzidos nas últimas décadas, principalmente nas universidades francesas e alemãs, ver (LIEBEL, 2020).

<sup>11</sup> Como objeto da historiografia a Noite de São Bartolomeu ainda figura como um evento não plenamente elucidado. Faltam evidências que permitam sustentar que tenha existido um prévio planejamento do massacre. Existe a hipótese de que o rei tenha ordenado a eliminação das lideranças huguenotes temendo uma resposta violenta do partido protestante devido ao assassinato do Almirante Coligny (JOUANNA, 1989). Não obstante, o que veio na sequência (a participação da população parisiense e a carnificina generalizada) não estava nos planos da autoridade monárquica, as coisas teriam escapado do controle (CROUZET, 1994; GARRISON, 2002).

<sup>12</sup> O significado de partido, termo recorrente no vocabulário de Pierre Bayle, merece alguma explicação. Partido não era naquele momento nada parecido com o significado que veio a possuir a partir da dinâmica política institucional dos Estados-Nação nos séculos XIX e XX. Antes, remetia a uma ideia de grupo de interesses, em sentido amplo. Os contornos desses grupos são mais ou menos definidos conforme a referência de comparação adotada. Assim, entre o partido dos católicos e dos reformados podem ser mais evidentes os diferentes interesses de cada lado. No entanto, também são referidos partidarismos dentro do espectro de cada confissão. O partido dos jesuítas disputava com o partido dos jansenistas. Entre protestantes se fala nos partidários da ortodoxia (verdade na revelação) e os partidários arminianos (verdade por meio da razão). Todos esses são só exemplos, pois muitas divisões mais poderiam ser indicadas no interior de cada uma das confissões, bem como no interior dos grupos dentro dessas confissões. O termo ainda se estendia para noções de política, havendo os partidários do poder absoluto dos reis e os contrários a essa posição. Enfim, o termo, principalmente quando mobilizado por Pierre Bayle, designa a posição do(s) sujeito(s) em relação a algum interesse

proteções às comunidades cristãs reformadas da França. O documento manteve o estatuto da confissão católica como religião oficial, porém garantia liberdade de culto aos membros da igreja reformada. Com essa atitude oficial de compromisso pretendia-se dar fim à sangrenta guerra civil que assolava o reino. Pierre Bayle nasceu décadas depois desses eventos. Seu pai, como vimos, era o ministro da Igreja Reformada da região. Nessa época, segunda metade do Seiscentos, os protestantes representavam algo em torno de 5% da população francesa (CHAREYRE, 2002). Portanto, seguiam sendo uma minoria. Todavia, o cotidiano era mais calmo do que nos tempos de conflito. Nos anos entre 1630 e 1670, os reformados não sofreram perseguições graves – pelo menos não com o grau de violência empregado no passado (PERRY, 1973, p. 4). Mas a situação mudaria.

Na segunda década do reinado de Luís XIV, o clero católico exerceu pressão para que fossem implementadas iniciativas para reunificar a Igreja. O monarca, por sua vez, também desejava suprimir a dualidade religiosa de seu reino, mas hesitava quanto ao método: “acomodação, asfixia progressiva, política de força: ele aplicou, as vezes em concorrência, estas três táticas” (DELUMEAU, 1989, p. 190). Antes da radicalização da perseguição contra os huguenotes, que teve início na década de 1680, foram adotadas ações dissuasórias. Aos protestantes, por exemplo, eram negados mercês e cargos, medida que atingia principalmente representantes da aristocracia. Ao mesmo tempo, eram oferecidos benefícios aos convertidos. Essa aplicação de legislações discriminatórias era mobilizada para enfraquecer as comunidades reformadas, incentivando que elementos dos grupos huguenotes abandonassem suas fileiras. Nesse tipo de dinâmica do poder, sempre pode existir uma zona cinzenta entre incentivo e escolha ou chantagem e ameaça. Seja como for, quando as políticas de força começaram a escalar, as ambiguidades se desfizeram e a violência ficou explícita.

---

ou crença. Com Pierre Bayle seu sentido é difuso e serve para indicar que não há ponto de vista universal, sendo todo enunciado produto de alguma perspectiva. Bayle também o utiliza, como teremos oportunidade ver adiante, para designar o espírito de disputa que muitas vezes inviabiliza um debate honesto porque pautado por *interesses partidários*.

Desde 1659 não se autorizaram mais sínodos protestantes na França. A partir de 1665 os relapsos (isto é, católicos que se convertiam ao protestantismo) eram punidos com a prisão ou o banimento. Templos da Igreja Reformada eram vandalizados, interditados ou mesmo destruídos. Autorizou-se a conversão de crianças a partir dos sete anos de idade independente da vontade dos pais. Em 1681, teve início as dragonadas: regimentos militares que deveriam ser abrigados em lares calvinistas. Essas tropas católicas promoviam, por meio da violência, conversões forçadas. No ano de 1684, regimentos de dragões voltaram a ser mobilizados e os huguenotes que se negassem a abandonar sua confissão eram ameaçados com o confisco de seus bens e o envio para trabalhos forçados em galés. Conforme se conta, Luís XIV não tinha curiosidade de saber como se conseguiam tão rápidas e numerosas conversões. Para o soberano interessava que praticamente havia se extirpado o calvinismo do reino e que, portanto, o Édito de Nantes não tinha mais razão de ser, podendo ser revogado (DELUMEAU, 1989).

### **Disputas passadas, passados em disputa**

Durante esse processo se fez uso das armas, e também do passado<sup>13</sup>. Ou, colocando de outro modo, pode ser dito que o relato sobre o passado foi uma das

---

<sup>13</sup> Aqui seria interessante remeter o(a) leitor(a) para o trabalho de Andrea Frisch, pois isso nos evidenciaria um contraste entre as práticas historiográficas do início e do final do século XVII. No primeiro momento veríamos o intento de acomodação e de reconciliação; no segundo, de embate e de disputa. Segundo essa historiadora, desde a publicação do Édito de Nantes (1598), a monarquia francesa colocou em funcionamento uma política de produção de esquecimento das ofensas mútuas cometidas por católicos e por protestantes. O objetivo era que, passados os conflitos, determinadas memórias das Guerras de Religião fossem extintas da historiografia nacional. Conforme Frisch, até a década de 1630, a prática historiográfica foi marcada pelo que ela chamou de “amnésia retórica”. A Retórica de amnésia não era oposta a uma política de memória. Os dispositivos discursivos de esquecimento das guerras (ou pelo menos de aspectos dessas guerras) muitas das vezes consistiam mais em reformular os registros/relatos do que propriamente apagá-los ou omiti-los. Isso se coadunava com os esforços de pacificação do reino; esforços que consistiam em acomodar interesses das diferentes facções envolvidas nas disputas político-confessionais. Rememorar os aspectos violentos dos conflitos poderia reascender a centelha das sedições civis. O esquecimento era empregado então como uma política de reconciliação. Essa historiadora fala das possibilidades de usos do passado conforme demandas do presente (FRISCH, 2015). É o mesmo que destacarei aqui,

armas mobilizadas pela política de perseguição aos huguenotes. Antes da Revogação, argumentos históricos foram mobilizados para encorajar a adoção de políticas antiprotestantes. Depois da Revogação, os argumentos históricos justificaram as atitudes de Luís XIV. No enredo das histórias escritas pelos partidários católicos, leigos e membros do clero, os protestantes eram colocados como os culpados por cindir a unidade da Igreja, bem como pelo martírio e pelos massacres resultantes da longa e sangrenta guerra civil do século XVI. Já os polemistas protestantes afirmavam exatamente o oposto.

O prolongado e amargo debate realizado durante a chamada “era da Revogação” – início da década de 1670 até o início da década de 1690 – levou protestantes e católicos a reconsiderar o fundamento histórico, mais do que o estritamente teológico, de suas respectivas posições. Do interior dessa querela teria surgido, na França, a primeira controvérsia essencialmente historiográfica sobre a Reforma (PERRY, 1973)<sup>14</sup>. Cada partido olhava para o passado para coletar aqueles elementos que justificavam e legitimavam suas atitudes. Para os católicos a história era um recurso de jurisprudência para fundamentar o direito de combate e expulsão dos calvinistas. Estes, pretendiam que a história comprovaria o contrário: que tinham direito de existência e permanência no reino porque a experiência demonstraria que,

---

porém, agora, com sinais trocados. Isso porque, desde 1670, passou-se para uma prática historiográfica na qual, de parte a parte, se buscou rememorar as ofensas, massacres e crimes cometidos pelos dois partidos durante os conflitos religiosos do século XVI.

<sup>14</sup> Não quer dizer que elaborações sobre a história não estivessem presentes desde o século XVI. De acordo com Jérémie Foa, protestantes e católicos produziram “uma história edificante do triunfo, da manutenção ou do declínio da verdadeira fé, na qual a história religiosa é também teologia da Igreja – uma centrada na Tradição e na sede de São Pedro, outra na cadeia de testemunhos, a Igreja invisível” (FOA apud LIEBEL, 2020, p. 421). Contudo, nesses primeiros momentos, não se estaria falando numa escrita da história da Reforma do mesmo tipo que Elisabeth Perry identificou no contexto da era da Revogação. Seria antes um debate sobre o significado e o sentido histórico apreendido a partir dos acontecimentos advindos das igrejas. O esforço de interpretação do significado histórico geral por trás dos eventos é algo que permaneceu no Seiscentos. Para Bruno Neveu, do mesmo modo que no século XVIII se fala em historiadores filósofos, os quais se valiam de trabalhos eruditos para deles formular sínteses, no século XVII encontramos o que se poderia chamar de historiadores teólogos ou historiadores controversistas (NEVEU, 1994, p. 79). Para um estudo do significado que Bayle apreendia da experiência histórica da Reforma e das Guerras de Religião ver (WHELAN, 1990). Para um esboço da concepção bayliana do significado e sentido da experiência histórica da humanidade em geral ver (LABROUSSE, 1964).

independente de seus credos, sempre foram súditos leais. Para os calvinistas a disputa pelo passado se transformara numa estratégia de sobrevivência política.

Pierre Nicole (1625-1695) é apontado como o iniciador da querela em torno das interpretações do passado da Reforma, com o seu livro *Préjuges légitimes contre les calvinistes*, de 1671<sup>15</sup>. Ele foi uma das figuras de destaque de Port-Royal — monastério do qual também fizeram parte Blaise Pascal (1623-1662) e Antoine Arnauld (1612-1694). Nicole revisitou um debate teológico que foi intenso no século XVI: a natureza da eucaristia. Fez sua defesa doutrinal por meio do tropo da valorização da tradição em detrimento da novidade. Sustentava que o dogma católico da eucaristia permaneceu inalterado durante os séculos, enquanto os protestantes defenderam diferentes dogmas — variáveis no tempo ou conforme o grupo dissidente. Nessa linha de raciocínio, a homogeneidade e a permanência são colocadas como marcas exteriores que confirmavam a verdade doutrinal da Igreja de Roma. O tópico do debate não era novo, mas agora ele era apresentado com base numa fundamentação histórica. Nicole fez, de certa forma, uma espécie de história comparada dos dogmas. Quase duas décadas depois, Jacques Bénigne Bossuet (1627-1704) reproduziu a mesma estrutura argumentativa no *Histoire des variations des églises protestantes* (1688), obra também influente na querela historiográfica do final do Seiscentos<sup>16</sup>.

Pierre Nicole foi importante não apenas pelo pioneirismo que lhe é atribuído, mas porque elaborou três proposições a respeito da Reforma que vieram a ocupar o centro da querela historiográfica: 1) defendeu que os reformadores conscientemente provocaram o cisma da Igreja do ocidente; 2) argumentou que o contexto da época não exigia que uma reforma fosse feita; 3) Sustentou que, ainda que fosse necessária uma reforma, os protestantes eram desprovidos das qualidades necessárias para

---

<sup>15</sup> “Preconceito” [“préjuges”] pode produzir alguma confusão com o sentido contemporâneo do termo. Ainda que as conclusões das teses de Nicole partam de sua intolerância e aversão religiosa, no contexto em questão, *préjuges* indica mais uma ideia de conjectura prévia. Em Furetière temos como uma das definições de *préjuger* (prejulgar) o seguinte: “*Prevoir, conjecturer, deviner (...) La prudence fait préjuger [no sentido de antever, prever] beaucoup d'evenemens que d'autres attribuent au hasard*”. (FURETIÈRE, “PRÉJUGEZ”, 1690).

<sup>16</sup> Nesse livro, em linhas gerais, as teses de Bossuet são organizadas numa perspectiva de história comparada, na qual a perenidade institucional da Igreja Católica é apresentada como marca exterior de sua verdade (BOSSUET, 1688).

realizá-la (PERRY, 1973). Em um outro livro, de 1684, Pierre Nicole mobilizou argumentos históricos que também ilustram o padrão argumentativo do discurso católico:

Quando se pressiona os assim chamados reformados para remontar à sua origem, e se representa em histórias exatas [*justes histoires*] o começo e o progresso da sua seita; quando se expõe ao mundo quem foram esses reformadores de todos os concílios e de todos os Santos Padres, quando se faz o retrato de seus costumes e de suas máximas, quando os seguimos em suas campanhas sangrentas e se mostra eles fomentando sedição e revolta em todos os lugares contra todos os poderes eclesiásticos e seculares, cobrindo toda Europa de sangue, não há nada que irrite mais vivamente a amargura de seu zelo ou os faça proferir os mais altos clamores<sup>17</sup>.

De acordo com Elisabeth Perry: “Nicole esperava que um reformado, ouvindo que seus antecessores não eram os heróis que ele pensava que fossem, poderia duvidar da validade de sua seita e tornar-se aberto à conversão”. Ao mesmo tempo, Nicole tinha o objetivo de convencer seus “irmãos católicos” que os protestantes, como coletividade, haviam herdado a culpa dos crimes de seus antepassados. Assim: “os católicos, declarando os reformados culpados por meio de uma associação histórica, poderiam tranquilizar suas consciências sobre o uso de qualquer expediente para trazer as ovelhas perdidas de volta ao rebanho”<sup>18</sup>.

Os polemistas católicos, que responsabilizavam os protestantes pela cisão da Igreja, carregaram nas tintas o caráter violento da Reforma, e lembravam os leitores de que os reformados foram os responsáveis pelas guerras civis na França. O discurso católico ia mais longe e afirmava que os protestantes não eram, nem nunca foram, verdadeiros súditos franceses, pois jamais se integraram à sociedade. Na retórica do clero católico francês, os protestantes eram retratados como heréticos,

---

<sup>17</sup> “Quand on presse les pretendus reformez de remonter a leur origine, & qu'on represente dans de justes histoires le commencement & le progrez de leur secte; qu'on decouvre au monde quels etoient ces reformateurs de tous les conciles, & de tous les peres; que l'on fait le portrait de leurs moeurs, & de leurs maximes, qu'on les suit dans leurs demarches sanglantes, & qu'on les fait voir allumant par tout la sedition & la revolte contre toutes les puissances ecclesiastiques & seculieres, & remplissant toute l'Europe de sang, il n'y a rien qui irrite plus vivement l'amertume de leur zele, ni qui leur fasse jetter de plus grands cris” (NICOLE, 1684, p. 211).

<sup>18</sup> “Nicole hoped that a réformé, hearing that his predecessors were not the heroes he thought them to be, might doubt the validity of his sect and become open to conversion” (...) “The Catholics, having pronounced the Reformed guilty by historical association, could thus assuage their consciences about using any means to bring the stray sheep back into the fold” (PERRY, 1973, p. 8 e 9).

possuidores de uma cultura estranha ao resto do reino e orgulhosos de seu passado de sedição. A conclusão era que a existência dos reformados ameaçava não só as almas católicas, as quais poderiam se corromper pela proximidade, mas inclusive a integridade da sociedade e do Estado (PERRY, 1973).

A resposta protestante não tardou e veio de um antigo contendor de Pierre Nicole. No ano de 1673, Jean Claude (1619-1687) publicou o *Défense de la réformation*. Uma obra, segundo consta, escrita com tato e moderação (PERRY, 1973). Esse livro, de acordo com Pierre Bayle, era “uma das melhores obras jamais feitas por ele ou algum outro ministro”<sup>19</sup>. Os argumentos de Claude faziam a defesa da inocência dos protestantes nos eventos da Reforma e das Guerras de Religião. Era preciso olhar para o passado numa perspectiva diferente. Tratava-se de convencer o rei, e os membros do clero próximos dele, que os partidários da Igreja Reformada tinham valor para o reino e que sempre foram leais ao seu soberano.

Também no ano de 1673, Louis Du May, outro membro da Igreja Reformada, reeditou o *Sciences des princes ou considérations politiques sur les coups de d'États*, do ilustre bibliotecário e pensador político católico Gabriel Naudé (1600-1653). O tema do livro, originalmente publicado em 1652, é a teorização sobre a razão de Estado. A expressão “golpes de estado”, grafada no título do livro, deve ser colocada em perspectiva, sendo preciso afastar dela “o sentido que lhe é atribuído na contemporaneidade”. Em Naudé, golpe de estado não designava uma apropriação ilegítima e, eventualmente, violenta do poder institucionalizado. Antes, a expressão carregava a ideia de “recurso último do governante que enfrenta uma grande ameaça à segurança de seu povo” (GONÇALVES, 2015, p. 33). Eventos limites, como o da Noite de São Bartolomeu, muitas vezes foram justificados dentro desse entendimento. Diante do perigo de sedição representado pela facção huguenote, teria sido legítima a ação de força adotada. Du May buscou alterar essa perspectiva. Na reedição do *Sciences des princes*, adicionou comentários seus sob o título de *Réflexions historiques, morales, chrétiennes et politiques*. De acordo com Du May, a perseguição contra comunidades protestantes, no passado e no presente, não podia ser legitimada

---

<sup>19</sup> “un des plus beaux ouvrages que lui ou aucun ministre ait jamais fait” (CLAUDE<sub>1</sub>, rem. B).



em nome da razão de Estado. Considerava falsa a hipótese segundo a qual os membros da Igreja Reformada do século XVII eram herdeiros da culpa de seus antepassados. Por isso, a alegação de autodefesa dos católicos para empregar a força contra os protestantes era ilegítima. Além disso, argumentava que o evento de São Bartolomeu, em que milhares de huguenotes foram assassinados, não poderia ser entendido senão como algo execrável (PERRY, 1973).

A visão de Luís XIV a respeito da história da Reforma era a mesma produzida e sustentada pelos apologistas do catolicismo. Visão que, segundo Elisabeth Perry, “assumiu, de forma simplista, que a Reforma foi um grande erro perpetrado no mundo cristão, um erro que ainda poderia ser corrigido caso fossem tomadas medidas adequadas”<sup>20</sup>. Assim, nas últimas décadas do século XVII, o “Rei Sol” estava decidido a erradicar o protestantismo de seu reino. Sua meta declarada era corrigir os equívocos da política de tolerância religiosa praticada no passado. Isso não impedia que alguns representantes da Igreja Reformada insistissem na tese de que o rei estava sendo enganado e manipulado pelos católicos de sua corte. Era vítima, portanto, de uma conspiração.

Gédéon Flournois, um pastor de Genebra, conjecturou em suas *Lettres sincères d'un gentilhomme* (1681-82) que se Luís XIV pudesse ler histórias verdadeiras sobre os protestantes, sua inteligência penetrante perceberia a manipulação. No entanto, só chegavam a ele os ardis, as distorções e as falsificações elaboradas pelos partidários do catolicismo (PERRY, 1973). Pierre Jurieu (1637-1713), pastor calvinista e um dos mais prolíficos escritores da querela, também reforçou a tese de equívoco do rei. Ele possuía uma retórica ardente e combativa, logo se tornou uma das principais lideranças protestantes do exílio. Pierre Jurieu e Pierre Bayle imigraram juntos para Roterdã, quando do fechamento da Academia de Sedan, em 1681, onde ambos eram professores. No exílio, os dois deram aula na École Illustre. Posteriormente, o rompimento com Jurieu contribuiu para que Bayle viesse a ser demitido dessa instituição e ter que responder a um processo perante o Consistório de Roterdã.

---

<sup>20</sup> “The view assumed, in a simplistic way, that the Reformation was a great wrong perpetrated upon the Christian world, a wrong that could yet be righted if proper steps were taken” (PERRY, 1973, p. 04).

No seu *La politique du clergé de France*, Pierre Jurieu argumentou que Luís XIV estava sendo enganado e que, para o bem da França, era necessário que tomasse consciência sobre quem eram os seus reais inimigos: “se esta obra cair nas mãos daqueles que se deixam conquistar pelas solicitações urgentes dos inimigos dos protestantes na França, eles finalmente abrirão os olhos para os verdadeiros interesses do Rei e do Reino”<sup>21</sup>. O livro foi escrito na forma de um diálogo ficcional entre dois padres, um parisiense e outro provincial. Tratava-se de uma sátira, na qual os personagens expõem os meios empregados para destruir a Igreja Reformada. Como pano de fundo histórico são retratados as manipulações e o crescente processo de corrupção do clero católico. O livro testemunha a energia combativa de Pierre Jurieu. Nele, foi construído um enredo no qual se inverte a lógica das acusações. Afirma que o clero católico possui caráter conspirador, sectário e que está sempre pronto a se revoltar contra o rei; que os huguenotes são a fonte mais segura de lealdade sobre a qual o soberano poderia depositar sua confiança. Como exemplo de seus argumentos, remete ao suposto complô papista, denunciado em 1679, para assassinar o rei inglês Carlos II.

Uma das réplicas contra Jurieu veio de ninguém menos que Antoine Arnauld – cognominado como o Grande Arnauld. Um dos autores da *Gramática* e da *Lógica de Port-Royal*, seu nome é recorrente na história do pensamento do período moderno. Mas sua autoridade intelectual foi reconhecida em seu próprio tempo, tanto por católicos como por protestantes. Contudo, Pierre Jurieu, talvez não sem motivo, não demonstrou grande consideração por tal reputação. No *Apologie pour les catholiques*, Antoine Arnauld se opôs ao que chamava de falsidades e calúnias de um livro chamado *La politique du clergé de France*. Argumentava que o espírito de revolta e de sedição era endêmico entre os heréticos, defendeu a teoria do poder absoluto do rei – que havia sido questionada por Jurieu. Arnauld acusou Jurieu de ter distorcido as histórias sobre a Reforma e sobre as guerras civis na Inglaterra (ARNAULD, 1681).

---

<sup>21</sup> “(...) si cet ouvrage tombe entre les mains de ceux qui se laissent vaincre par les pressantes sollicitations des ennemis des protestants en France, ils ouvriront enfin les yeux aux véritables interets du roy & du royaume”. (JURIEU, 1682, p. 4).

E, de fato, como depois ficou demonstrado, o suposto complô contra Carlos II foi uma farsa conspiratória inventada por grupos políticos anticatólicos<sup>22</sup>.

O primeiro texto de crítica historiográfica de Pierre Bayle foi escrito nesse momento da chamada querela da era da Revogação. Outros textos seus iriam retomar o debate a respeito das histórias escritas sobre as Guerras de Religião. Sua crítica, ao longo do tempo, se dirigiria a um amplo leque de autores. Contudo, nessa sua primeira intervenção, seus argumentos se dirigiram a um interlocutor específico: o historiador Louis Maimbourg. Este, fora um escritor de histórias eclesiásticas bastante populares em seu tempo. Seu relato histórico, quando comparado com o de seus contemporâneos, parece moderado e, em algumas passagens, trata os membros da igreja reformada de forma surpreendentemente equitativa – pelo menos para os padrões daquele contexto. Todavia, seus oponentes protestantes consideraram ultrajantes as hipóteses sustentadas no seu *Histoire du calvinisme* (1682). Durante anos foram publicadas respostas a esse livro. Na verdade, as reações tiveram início antes mesmo de sua publicação, isso porque, no *Histoire du luthéranisme* (1680), colocado em circulação dois anos antes, Maimbourg anunciara que escreveria um livro onde relataria as ações sediciosas dos calvinistas franceses no século XVI. Assim, Pierre Jurieu já alertava seu público sobre o livro que viria a ser publicado a respeito da história da Reforma (JURIEU, 1682).

---

<sup>22</sup> Em resumo: na década de 1670, existia a desconfiança de que o reinado dos Stuart estivesse se convertendo em um regime católico. Dentre os motivos, estava a aliança, feita em 1672, entre Carlos II e Luís XIV na guerra contra as Províncias Unidas (um estado protestante). Também era um segredo de polichinelo que o irmão do rei, James, Duque de Iorque, havia se convertido ao catolicismo em 1673. Como Carlos II não tinha nenhum filho legítimo, seu irmão era o próximo na linha sucessória. Dessa forma, a possibilidade de os ingleses serem governados por um rei católico em futuro próximo era bastante real. Para desfazer as suspeitas com relação ao seu governo e os temores com relação a sucessão, James II organizou, em 1677, o casamento entre a filha mais velha de James, Maria (futura Maria II), com o protestante Guilherme III, príncipe de Orange. A Inglaterra se afastava da França e se alinhava estrategicamente com as Províncias Unidas. Foi nesse contexto que, no ano de 1678, Titus Oates fez uma denúncia falsa sobre um complô papista que teria o intuito de assassinar o rei. As autoridades do conselho real reagiram com ceticismo à denúncia, porém, o parlamento a levou bastante a sério. Uma onda de histeria anticatólica se espalhou pela Inglaterra, por todo o país juízes e jurados condenaram supostos participantes da conspiração. Alguns desses condenados inclusive foram executados. No entanto, as investigações logo descobriram que os testemunhos e os textos que informavam sobre os planos católicos foram forjados pelo próprio Titus Oates (popularmente chamado de Titus *the Liar*) e por Israel Tonge (GIBNEY, 2009).

Na *Histoire du calvinisme*, Maimbourg cita violências e excessos como prova de que a revolta era um dado endêmico dos grupos huguenotes. Acusa-os de terem deixado a França fragilizada perante interesses estrangeiros, colocando o reino à mercê de exércitos adversários. No enredo de sua história, os calvinistas são o maior inimigo da França em todos os tempos e aplaude os atos de Luís XIV que, segundo ele, conduziu os protestantes ao seu devido lugar por meios justos, gentis e caridosos (PERRY, 1973). Importante lembrar que gentileza, em qualquer que seja a perspectiva adotada, não parece uma palavra adequada para se caracterizar medidas como as dragonadas.

A *Histoire du calvinisme* segue o padrão argumentativo de textos católicos anteriores. Contudo, sua publicação provocou uma verdadeira onda “anti Maimbourg”, tão abrangente que, entre especialistas e indivíduos cultos, seu nome, ao lado de Varillas, se tornou sinônimo de má história (PERRY, 1973). Não surpreende que os membros da Igreja reformada o tenham desqualificado, mas ele também foi depreciado por leitores da sua própria confissão. As desavenças de Maimbourg com membros do catolicismo certamente contribuiu para isso. Ele, quando ainda era um padre jesuíta, entrou em controvérsias públicas contra Port-Royal. Depois, em função de suas críticas aos seus confrades inacianos e à autoridade do Papa, acabou condenado pela Santa Sé e expulso da Cia de Jesus. Não por acaso, a *Histoire du calvinisme* foi alvo de sátiras e serviu ao interesse de oportunistas; mas também foi objeto de análise de importantes pensadores protestantes<sup>23</sup>. Nesta última categoria estão, além de Bayle, os também franceses Pierre Jurrieu e Jean Rou (1638-1711).

Em 1683, Pierre Jurrieu elaborou uma importante resposta: a *Histoire du calvinisme & celle du papisme mises en parallèle*. Dessa vez escreveu depois de Maimbourg ter publicado seu livro e o refutou ponto a ponto. Mas a primeira resposta contra a *Histoire du calvinisme* foi redigida por Jean Rou. Este, em 1682, deu à

---

<sup>23</sup> A historiadora Elisabeth Perry relata que muitos escritores viram na reprovação aos textos de Maimbourg uma oportunidade para ganhar notoriedade e vender seus próprios livros (PERRY, 1973).

estampa seu *Remarques sur l'histoire du calvinisme de M. Maimbourg*<sup>24</sup>. Embora aponte um conjunto de equívocos factuais, dizia não se considerar qualificado para uma refutação completa do livro de Maimbourg. Não obstante, sabia que “uma das melhores penas da Europa” estava preparando uma resposta à altura<sup>25</sup>. Jean Rou referia-se a Pierre Bayle.

Em 1682, foi publicado o *Critique générale de l'histoire du calvinisme de Mr. Maimbourg*, primeira obra de crítica historiográfica escrita por Bayle<sup>26</sup>. Segundo o autor, o texto foi redigido em apenas duas semanas. Para Arnaldo Momigliano, foi com essa publicação que “Bayle começou a mostrar a que viera” (MOMIGLIANO, 2014, p. 30). O livro obteve grande êxito editorial, e foi reconhecido inclusive por leitores católicos<sup>27</sup>. As contendas de Maimbourg com seus religionários explica isso em parte. Foi nesse sentido que o príncipe de Condé elogiou o *Critique générale*. Na época, esse nobre era reconhecido por seu bom juízo a respeito das belas letras, bem como era público seu desafeto por Maimbourg (DESMAIZEAUX, 1740; CHAUFÉPIÉ, “BAYLE”, 1750).

Um fato prosaico, envolvendo uma autoridade que não nutria simpatias por Maimbourg, também acabou contribuindo para o sucesso do livro de Pierre Bayle. Conta-se que La Reynie, tenente geral da polícia de Paris, se recusava a proibir a circulação do *Critique générale*, apesar das repetidas solicitações feitas por Maimbourg. Este, diante das negativas, recorreu diretamente ao rei. Com ordens vindas de Versalhes, La Reynie não teve alternativa senão condenar o livro. No mês de março de 1683, conforme prescrições da sentença, um exemplar do *Critique générale de l'Histoire du calvinisme de M. Maimbourg* foi queimado na praça de Grève,

---

<sup>24</sup> Nessa época, Jean Rou vivia em Haia e dedicou seu texto ao Príncipe de Orange em gratidão por sua benevolência para com os membros da igreja reformada. Essa é uma informação importante para avaliar a difícil questão da fidelidade ao soberano por parte dos súditos franceses em situação de exílio.

<sup>25</sup> “*une des plus belles plummes de l'Europe*” (ROU, 1682, p. 2).

<sup>26</sup> No *Pensées diverses sur la comète*, publicado um ano antes, Bayle fazia uso de argumentos históricos e emitia juízos sobre o que seria a boa ou má historiografia. Porém, eram considerações bastante vagas e genéricas se comparadas ao teor mais rigoroso e sistemático da crítica que elaborou no *Critique générale*.

<sup>27</sup> “*Cet Ouvrage eut l'approbation non seulement des réformez qui y étoient si bien défendus contre les attaques de Mr. Maimbourg; mais même des catholiques judicieux & moderez. Il en passa plusieurs exemplaires en France qui furent recherchez avec empressement*” (DESMAIZEAUX, 1740, p. XXVIII).

em Paris<sup>28</sup>. Impressores e livreiros estavam proibidos, sob pena capital, de imprimir ou vendê-lo. Contudo, como vingança, La Reynie mandou fazer mais de três mil cópias da sentença de censura e mandou-as afixar por toda a cidade de Paris. Isso alimentou o interesse do público e só fez aumentar o desejo de adquirir exemplares desse livro (DESMAIZEAUX, 1740). Feito quase um século depois, o comentário de Diderot sobre o comércio livreiro em geral se aplica perfeitamente a esse caso particular: “(...) quanto mais severa era a proscricção, mais ela aumentava o preço do livro, mais excitava a curiosidade de o ler, mais era comprado, mais era lido” (DIDEROT, 1876 [1767], p. 66)<sup>29</sup>.

Mas a boa recepção do *Critique générale* não se reduz às antipatias que alguns leitores tinham em relação a Maimbourg. Fosse assim, toda a literatura produzida contra esse autor teria recebido a mesma apreciação, o que não foi o caso. Gilles Ménage (1613-1692), autor de tratados de gramática e de obras de história<sup>30</sup>, apesar de católico registrou que “o livro do Sr. Bayle é o livro de um homem sensato [*honnête homme*]” No entanto, “aquele do Sr. Jurieu é o de uma velha carola”<sup>31</sup>. Para Desmaizeaux, a avaliação positiva era reflexo do estilo da escrita de Bayle e de sua capacidade de ser crítico sem ser maledicente. Nessa época, Bayle começava a ser reconhecido por seus pares. Correspondentes lhe enviavam cartas solicitando sua avaliação a respeito de obras que estavam redigindo. Esse era o caso, por exemplo, de Daniel de Larroque (1660-1731) que lhe pediu que examinasse o seu *Le Prosélyte*

<sup>28</sup> A transcrição da sentença pode ser consultada nos documentos anexados em (DESMAIZEAUX, 1740, p. cxv).

<sup>29</sup> Pierre Bayle traz um caso interessante a esse respeito, envolvendo Simon de Colines, que fora tipógrafo, impressor e livreiro de Paris. Colinet (que é como Bayle grafou o nome), quando publicou os *Colóquios* de Erasmo, em 1527, construiu um ardil para aumentar suas vendas: “seu estratagema foi espalhar o boato [*bruit*] de que esse livro seria proibido” [*sa ruse fut de faire courir le bruit que ce livre serait défendu*]. Dessa forma, o público se anteciparia para adquirir a obra antes da proibição entrar em vigor. O sucesso desse truque teria aumentado as vendas e com o sucesso a obra teria sido de fato proibida. Mas também é apresentada uma versão segundo a qual o “livro foi condenado ao fogo a pedido do livreiro, para que o preço aumentasse” [*ce livre fut condamné au feu à la priere même du Libraire, afin que le prix en augmentât*]. Seja qual tenha sido o motivo da proibição, o episódio fala desse argumento de que os livros proibidos aumentam o interesse dos leitores. De acordo com Bayle “aparentemente essa proibição fez mais bem do que mal a Colines” [*aparement cette interdiction fit plus de bien que de mal à Colinet*] (ERASME<sub>I</sub>, rem. Q).

<sup>30</sup> Escreveu um *Histoire des femmes philosophes* (1690), que dedicou à filóloga e tradutora Anne Dacier.

<sup>31</sup> “*le livre de Mr. Bayle est le livre d’un honnête homme, & celui de Mr. Jurieu celui d’une vieille de prêche*”. (MÉNAGE, 1694, p. 22).

*abusé*, um dos textos que fazem parte da querela historiográfica da Era da Revogação. A obra foi publicada em 1684, nela há uma epístola dedicatória “à Mr..... Professeur en philosophie et histoire à Rotterdam” (LARROQUE, 1684)<sup>32</sup>. Segundo consta foi Pierre Bayle que solicitou que seu nome ficasse oculto, mas era fácil para o público letrado da época concluir quem era o homenageado (CHAUFÉPIÉ, 1750, “BAYLE”, rem. L).

Bayle não assinou o *Critique générale*, publicou-o com pseudônimo, a exemplo de todas os seus trabalhos à exceção do DHC. Durante algum tempo foram levantadas hipóteses sobre quem poderia ser o autor do livro. Até amigos que sabiam ser Bayle o escritor do *Pensées diverses*, outra obra publicada no mesmo ano de 1682 sob pseudônimo, não desconfiaram ser ele também o autor do *Critique générale*, isso porque eram textos de estilos muito diferentes. Por algum tempo, imaginou-se que ele fosse da autoria de Jean Claude, atribuição que por si só pode ser tomada como testemunho da boa apreciação a respeito do livro (CHAUFÉPIÉ, 1750, “BAYLE”, rem. L). Mas o segredo não era absoluto e durou pouco tempo. Jacques Basnage, amigo próximo de Bayle, sempre soube ser ele o autor. Daniel Fetizon, ao que parece, também sabia da autoria. Assim como Basnage, Fetizon tinha o filósofo de Roterdã em alta conta, tanto que lhe enviou os originais do *l'Apologie des Réformés* para que recebessem sua apreciação. Publicado em 1683, o *Apologie* foi dedicado a Pierre Bayle. Em 1694, *Ménage* já se referia ao *Critique générale*, tal como registrado acima, como “o livro do Sr. Bayle”, evidenciando que a questão da autoria, nessa altura, já era pública e notória.

Outro elemento que pode ter contribuído para a aceitação do livro de Bayle entre leitores católicos é a sua posição moderada sobre as Guerras de Religião — diferente da atitude enfática de Pierre Jurieu na defesa dos reformados. Isso não significa que Bayle não tenha tomado partido. Ele condenava episódios como os da Noite de São Bartolomeu e afirmava que muitos dos textos católicos não passavam de ferramentas mobilizadas para perseguir os protestantes. Contudo, não formulou nenhum enredo no qual fosse emitido uma sentença definitiva a respeito da querela

---

<sup>32</sup> O livro em questão foi impresso na oficina do mesmo editor de Bayle, Reinier Leers.

historiográfica. Permanecia a pergunta: na disputa confessional, quem tinha razão? Vamos aos fatos.

### **Incertezas historiográficas: fatos e trapaças**

Na retórica da polêmica historiográfica, por vezes se acreditou (ou se quis fazer acreditar) no *fato* histórico como algo dado e inquestionável. Na empiria factual existiria maior força persuasiva do que na razão. Gilbert Burnet (1643-1715), bispo de Salisbury, dizia que “a razão é algo dócil, que se deixa dominar facilmente por um homem de engenho e fantasia (...) mas fatos são coisas pertinazes, são o que são: aí, o engenho não tem lugar”<sup>33</sup>). A partir do título de um livro dele, publicado em 1678, podemos inferir uma das fontes de onde os “fatos” históricos poderiam ser encontrados. A tradução do título ficaria algo como: *Uma relação do massacre sangrento e bárbaro de cerca de cem mil protestantes, iniciado em Paris e propalado por toda a França pelos papistas, no ano de 1572* [a data refere aos eventos iniciados na Noite de São Bartolomeu]. *Recolhido de Mezeray, Thuanus e de outros autores autorizados. Própria para ser lida por todos os protestantes ingleses, na presente conjuntura da questão* (BURNET, 1678).

O problema é que os dados factuais que Burnet recolheu de historiadores como Eudes de Mézeray (1610-1683) e Jacques-Auguste de Thou (1553-1617) — *Thuanus* —, podiam ser utilizados por escritores católicos para uma interpretação completamente diferente da que ele fez. Bayle escreveu ter observado que “a principal diferença que reina entre as relações dos católicos e as dos protestantes consiste na ordem dos fatos”<sup>34</sup>. Nada confundiria mais os leitores<sup>35</sup>, pois para poder

<sup>33</sup> “Reason is a tame thing, which bends easily to a man of wit and fancy: but facts are sullen things, they are what they are: wit has no place there” (BURNET, 1689, p. 21).

<sup>34</sup> “j'ai observé que la principale différence qui régné entre les relations des catholiques, & celles des protestans, consiste dans l'ordre des faits” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. L).



emitir um juízo adequado é “absolutamente necessário considerar os fatos em sua verdadeira situação”<sup>36</sup>. No entanto, cada partido, segundo ele, descreve em detalhes todos aqueles males aos quais foi submetido, porém, ignora ou relata muito ligeiramente aqueles males a que submeteu os outros. Cada lado poderia reivindicar seus próprios fatos ou a correta interpretação sobre eles. A todo momento um dos lados pretendia dar a última palavra, na prática o embate seguia em aberto. Em 1689, o católico Pierre Paulian, numa resposta contra Pierre Jurieu (dentro das réplicas e trélicas que foram esboçadas acima) escreveu o seguinte:

De minha parte, não sei o que dizer sobre algo que acontece entre dois partidos em nossos dias e diante de nossos olhos, onde um o afirma e outro o nega (...) se de um lado se diz “sim” e no outro se sustenta que “não”? Não se terá razão em colocar nosso tempo na época do pirronismo da história?<sup>37</sup>

Sobre os conflitos de religião na França, Bayle não confere certeza senão a alguns dados factuais (verdades de fato): que em alguns momentos os huguenotes pegaram em armas, que aconteceram as batalhas de Jarnac e de Moncontour, e tantas outras coisas que todos registros a respeito reconhecem ter acontecido num dado tempo e em determinado lugar. Mas esses fatos não respondem outras questões, tais como: quem foi o primeiro agressor, se havia ou não legitimidade em resistir militarmente e se, antes do conflito, existem elementos que validem a apologia das atitudes de uma facção em detrimento da outra (OD II, p. 11a).

Às perguntas acima, Bayle respondeu de forma brevíssima: “disso, nada sei” [*“je n’en sais rien”*]. No embaralhamento dos fatos “as vezes se fica tão confuso (...) que não se chega legitimamente à certeza”<sup>38</sup>. Sobre a justeza das ações algumas “histórias o afirmam, mas os historiadores do partido contrário as desmentem”. Do

---

<sup>35</sup> O autor afirma literalmente “Não há nada que confunda mais a cabeça dos leitores isentos [*non préoccupé*]” [*“Il n’y a rien qui embrouille davantage la tête aux lecteurs non préoccupé”*] (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. L).

<sup>36</sup> “*il est absolument nécessaire de considérer les faits dans leur véritable situation*” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. L).

<sup>37</sup> “*Pour moi, je ne sais plus que dire sur une chose qui se passe de nos jours & sous nos yeux, entre deux partis dont l’un affirme & l’autre nie (...) A qui s’en fier; si d’un côté l’on dit positivement, ‘oui’; & de l’autre affirment, “non”? N’aura-t-on raison de placer nôtre temps l’époque du pyrrhonisme de l’histoire?*” (PAULIAN, 1689, p. 80).

<sup>38</sup> “*quelques fois on se trouverai si embarrassé que (...)on n’arriverait pas légitimement à la certitude*” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. L).

lado católico, seus historiadores dizem que os acordos foram observados com boa fé e os protestantes tratados com brandura. Do lado protestante, seus historiadores sustentam que tais histórias não passam de imposturas: “assim, sobre isso dispute quem quiser. De minha parte, **quero ser pirrônico**; não afirmo nem um nem outro”<sup>39</sup> [grifos meus]. Além da afirmação categórica de seu ceticismo nessas questões, os títulos das partes III e IV da primeira carta do *Critique générale* explicitam como a história é habitada por distorções e dúvidas: “De que é fácil alterar a verdade da história” e “Incerteza da história”<sup>40</sup>.

A ideia de que era possível estabelecer alguns fatos e, mesmo assim, não se chegar a uma verdade histórica residia na concepção de que a história não era mera coleção de dados. O conhecimento histórico é aquele capaz de explicar os motivos e as causas que desencadearam os eventos. Nessa explicação, estabelece-se um juízo quanto ao caráter virtuoso ou vicioso que perpassou as ações dos agentes históricos. A operação, em síntese, se daria da seguinte forma: recolha dos testemunhos (fatos<sup>41</sup>), elaboração de uma explicação com base nos dados testemunhais recolhidos, juízo de valor sobre esse conjunto explicativo-probatório. Ou ainda, sendo um tanto repetitivo, a história envolve pesquisa, explicação e juízo moral. A parcialidade do historiador, evidenciada na *Critique générale*, desconstrói esse modelo. O historiador, inserido no seu contexto de crenças e interesses, parte de início de um valor moral que é o seu e que, ao mesmo tempo, compartilha com sua comunidade. Esse juízo de antemão será o critério a partir do qual irá decidir que testemunhos (fatos) selecionar e que sentido atribuir a eles (explicação). Na encadernação de março de 1686 da NRL, Bayle repetiu um argumento que corrobora isso:

A história é adaptada de forma semelhante às carnes em uma cozinha, cada nação as prepara à sua maneira, de modo que a mesma coisa é colocada em tantos ensopados diferentes quanto são os países no mundo; e quase sempre se acham mais agradáveis aqueles ensopados que estão em conformidade com seu costume. Eis, ou

<sup>39</sup> “(...) *histoires le disent, mais les historiens du parti contraire les démentent (...) Dispute là-dessus qui voudra, pour moi je veux être pyrrhonien; je n'affirme n'un, ni l'autre (...)*” (OD II, p. 11a).

<sup>40</sup> “*Qu'il est facile d'altérer la vérité de l'histoire*” e “*Incertitude de l'histoire*”.

<sup>41</sup> No próximo capítulo busco evidenciar como um fato era construído por meio de análises críticas. Era menos um elemento que foi encontrado, e mais um elemento selecionado a partir de rigoroso cotejo de testemunhos. Ou seja, mobilizava procedimentos que estabeleciam esses fatos.

quase isso, o destino da história; cada nação, cada religião, cada seita pega os mesmos fatos totalmente crus onde eles possam ser encontrados, os acomoda e os tempera de acordo com seu gosto; depois, eles parecem verdadeiros ou falsos para cada leitor conforme concordem ou não com os seus preconceitos<sup>42</sup>.

No DHC volta a construir uma cena na qual mostra a cozinha da história. Os “escritores mentirosos” [*écrivains menteurs*], segundo ele:

São semelhantes aos cozinheiros, os quais fazem um molho saborosíssimo de carnes as mais insípidas e duras de digerir, de modo que sejam consumidas com prazer. Um historiador desonesto suprime os maus sucessos, ou cobre-os com tantos detalhes de pequenas circunstâncias vantajosas que os torna imperceptíveis aos leitores: eles não conseguem ver a ferida sob a multidão de belos emplastos que ele aplica sobre ela<sup>43</sup>.

Bayle não chega a duvidar da possibilidade de encontrar ou construir fatos históricos, seu ponto é o que é possível fazer com eles:

Duas linhas suprimidas, ou a favor ou contra [*pour ou contre*], na exposição de um fato, são capazes de fazer um homem parecer, ou muito inocente ou muito culpado: com a simples transposição de algumas palavras se pode fazer de um discurso santo um discurso ímpio; da mesma forma, por meio da simples transposição de algumas circunstâncias se pode converter a mais criminosa ação do mundo, na ação mais virtuosa. A omissão de uma circunstância, a suposição de uma outra, que se verte habilmente em cinco ou seis palavras; uma certa forma [*un je ne sai quel tour*] que se atribui as coisas; mudam completamente a qualidade das ações<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> “On accommode l’histoire à peu près comme les viandes dans une cuisine; chaque nation les apprête à sa manière, de sorte que la même chose est mise en autant de ragoûts différents qu’il y a de pays au monde; et presque toujours on trouve plus agréables ceux qui sont conformes à sa coûtume. Voilà, ou peu s’en faut, le sort de l’histoire; chaque nation, chaque religion, chaque secte prend les mêmes faits tout cruds où ils se peuvent trouver, les accommode & les assaisonne selon son goût, & puis ils semblent à chaque lecteur vrais ou faux, selon qu’ils conviennent, ou qu’ils répugnent à ses préjugés” (OD I, p.510a). Esse trecho faz parte de um artigo escrito quatro anos depois da publicação da *Critique générale*. Ele também pode ser considerado como parte da querela historiográfica da Era da Revogação. Nele, Bayle resenhava o *Histoire des révolutions arrivées dans l’Europe en matière de religion*, de Varillas, livro que havia sido publicado, em Paris e em Amsterdã, nesse mesmo ano de 1686.

<sup>43</sup> “Ils sont semblables à des cuisiniers, qui font une sausse de si bon gout aux viandes les plus insipides, et les plus dures à digérer, qu’on les mange avec plaisir. Un historien mal honnête homme suprime les mauvais succès, ou les couvre d’un si grand détail de petites circonstances avantageuses, qu’ils deviennent imperceptibles aux lecteurs: ils ne sauraient voir la plaie sous la multitude de beaux emplastres qu’il y applique” (CAPRIATA<sub>3</sub>, rem. D).

<sup>44</sup> “Deux lignes supprimées, ou pour ou contre, dans l’exposition d’un fait, sont capables de faire paraître un homme, ou fort innocent, ou fort coupable: & comme par la seule transposition de quelques mots, on peut faire d’un discours fort saint, un discours impie; de même par la seule transposition de quelques circonstances, l’ou

E segue...

Isso aparece todos os dias no púlpito: não há fato que, nas mãos de dois hábeis advogados em disputa, não adquiram formas completamente diferentes. Um historiador como Tácito, que agisse de má-fé, faria uma vida de Luís XIV pouco gloriosa com base nos mesmos fatos que levaram ao mais alto nível da glória o nome desse grande monarca (...) Se isso é verdade no que diz respeito aos historiadores primevos e aos contemporâneos, **não é menos verdadeiro que aqueles que muito tempo depois compilam uma história de várias coleções [recueils], o fazem de forma mais ou menos vantajosa**, conforme lhes agrade astutamente confundir a ordem das ações, de deixar certas coisas em silêncio, de salientar outras. **Em uma palavra: não há trapaça maior que aquela que se pode exercer sobre os monumentos históricos**<sup>45</sup> [Grifos meus].

“Por vezes”, escreveu Bayle, “a certeza da história pode ser colocada em algum detalhe”. Nesses casos, “pode-se estar persuadido de um fato, de um objetivo ou de um motivo particular”<sup>46</sup>. “Admito”, dizia ele “que examinando a cadeia de muitos fatos, considerando o gênio dos atores, pesando todas as circunstâncias, comparado o que foi dito por uns e por outros, pode-se esclarecer muitas coisas, descobrir muitas imposturas, refutar muitas calúnias”<sup>47</sup>. Todas essas certezas são pontuais, circunscritas e, como o autor ressaltava, sempre é possível trapacear: “muita gente gostaria que um historiador do seu partido imitasse os jogadores de baralho, os quais guardam apenas as cartas boas e dispensam as cartas ruins que

---

*peut faire de l'action du monde la plus criminelle, l'action la plus vertueuse. L'omission d'une circonstance, la supposition d'une autre, que l'on coule adroitement en cinq ou six mots; un je ne sai quel tour que l'on donne aux choses; changent entierement la qualité des actions. L'omission d'une circonstance, la supposition d'une autre, que l'on coule adroitement en cinq ou six mots; un je ne sai quel tour que l'on donne aux choses; changent entierement la qualité des actions” (OD II, p. 10a).*

<sup>45</sup> “Cela paroît tous les jours dans le barreau: il n’y a point de fait qui entre les mains de deux habiles avocats appointez contraires, ne prennent des formes toutes diferentes. Un historien comme Tacite, qui agirait de mauvaise foi, ferait une vie de Louïs XIV, peu glorieuse, sur les mêmes faits qui porteront au souverain degrés de la gloire le nom de ce grand monarque (...) Si cela est vrai à l’égard des historiens primitifs & contemporains, il n’est pas moins vrai que ceux qui longtemps après compilent une histoire de plusieurs recueils, la font plus ou moins avantageuse, selon qu’il leur plaît de confondre adroitement l’ordre des actions, de passer sous silence certaine choses, d’en relever d’autres. En un mot il n’y a point de filouterie plus grande, que celle que se peut exercer sur les monumens historiques (...)” (OD II, p. 10a).

<sup>46</sup> “L’on peut quelquefois pousser la certitude de l’histoire jusques à quelque détail (...) l’on peut être persuadé d’un fait, ou d’un dessein, ou d’un motif particulier (...)” (OD II, p. 11b).

<sup>47</sup> “J’avoue encore qu’en examinant l’enchaînure de plusieurs faits, en considérant le génie des acteurs, en pesant toutes les circonstances, en comparant ensemble ce qui a été dit par les uns & par les autres, on peut éclaircir bien des choses, découvrir bien des impostures, réfuter bien des calomnies. Mais en ces choses-là, Monsieur, soyez assûré que l’historien qui a le plus d’esprit, est ordinairement celui dont la cause paroît la meilleure, & qu’il est bien mal-aisé de parvenir jusqu’à l’évidence” (OD II, p. 12a).

chegam a eles”<sup>48</sup>. O historiador trapaceiro consegue dos fatos produzir mentiras: “por mentir, quero dizer não somente a inteira invenção de um fato falso, mas também a supressão ou adição de certas circunstâncias que podem servir para absolver ou para acusar as pessoas”<sup>49</sup>.

Nesse ponto, não tratava propriamente do estatuto e da natureza do fato histórico, mas das possibilidades de sua manipulação. A crítica que mobiliza é a crítica da autoria e das próprias condições de produção do livro que analisa. O *Critique générale* foi escrito na forma epistolar e se dirigia a um certo *Monsieur*, interlocutor fictício cujo nome não é mencionado. A primeira carta começa tratando de “algumas considerações gerais sobre o livro e sobre a pessoa do Sr. Maimbourg”. O “P. Maimbourg, cuja pluma é hipotecada ao rei em troca de uma farta pensão, não teve preocupação em nos poupar”; o “nós” refere à comunidade protestante, na qual Bayle se inclui<sup>50</sup>. O patrocínio pecuniário da atividade intelectual é desqualificado com caracterizações misóginas: “das musas já foi dito que se prostituem até com escravos, isso pode se dizer principalmente daquela que preside a História [é Clio]: é realmente um *scortum tribulare*” – o sentido da expressão latina é de prostituta que não valeria um terço de centavo – “que fica nas estradas e que se entrega ao primeiro que encontra por um pedaço de pão”<sup>51</sup>.

O *Critique générale* está inserido, como se pode notar, no regime de usos do passado da querela historiográfica da chamada era da Revogação. De acordo com Bayle, o *Histoire du calvinisme* de Maimbourg foi escrito para atender a dois objetivos. Um deles era justificar a conduta persecutória generalizada contra os protestantes na França. O outro, convencer o Rei e seus ministros da necessidade de manter, reforçar

---

<sup>48</sup> “Il y a beaucoup de gens qui souhaitent qu’un historien de leur parti imite les joueurs de piquet, qui ne gardent que les bonnes cartes, et mettent dans leur écart les mauvais qui leur étaient venues” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>49</sup> “Je entens par mentir, non seulement l’invention entiere d’un fait faux, mais aussi la suppression ou l’addition de certaines circonstances qui peuvent servir ou à disculper les gens, ou à les charger” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>50</sup> “P. Maimbourg, dont la plume est hypothéquée au roi par une grosse penssion, n’avoit garde de nous épargner” (OD II, p. 10a).

<sup>51</sup> “L’on a dit autrefois des muses qu’elles se prostituent même à des esclaves, c’est ce qu’on peut dire principalement de celle qui préside l’histoire [C’est Clio] : c’est un véritable *scortum tribulare*, qui se tient sur les grands chemins et qui se livre au premier venu pour un morceau de pain” (BAYLE, 1702, p. 3.103).

e acelerar o processo de eliminação e expulsão dos huguenotes. Ainda segundo Bayle, eram os membros do clero francês que animavam príncipes e magistrados a adotarem atitudes repressivas violentas. Acusava-os de, por meio de suas incitações, literalmente colocar as armas nas mãos dos governantes (OD II, 9b).

Na perspectiva da análise crítica de Pierre Bayle, todo o enunciado era produto de um artifício – não necessariamente no sentido de falsificação, mas também de criação/elaboração. No caso em questão, os artifícios foram deliberadamente empregados para criar uma falsa imagem. Identificava procedimentos acusatórios e não investigativos. O *Histoire du calvinisme* deveria entrar antes na categoria de apologia católica do que de história. De acordo com Bayle, o autor do livro escreveu como se sua pluma fosse a própria espada do Anjo Exterminador. O talento de escrita de Maimbourg era inegável. A construção persuasiva do enredo ajudava a intensificar os efeitos discursivos, e todo letrado da época conhecia muito bem as técnicas de amplificação e repetição retóricas: “para causar ainda mais impressão aos leitores”, Maimbourg “encarregou-se de grande número de epítetos difamatórios e de descrições violentas, que repetiu milhares de vezes”<sup>52</sup>.

De acordo com Bayle, antes mesmo que escrevesse a primeira linha, Maimbourg havia decidido que no seu enredo os protestantes seriam os culpados. Tratava-se de uma acusação de ocasião e recorrente: “na França, nos acusam de termos o coração republicano; se fossemos tolerados em uma República, nos acusariam de termos pendor para a Monarquia”. Com esse vício de origem, no lugar de se buscar respostas sobre eventos passados se confeccionavam espantalhos narrativos para fazer o público e os governantes “temerem mil perigos quiméricos”<sup>53</sup>. É investido dessa parcialidade que a acusação toma o lugar que deveria ser do julgamento exato e que os fatos são manipulados. Maimbourg “sabia, antes de

---

<sup>52</sup> “(...) pour faire plus d'impression sur les lecteurs, il s'est chargé d'un grand nombre d'épithetes diffamatoires, & de descriptions violentes qu'il a répétées mille & mille fois” (OD II, p. 10a).

<sup>53</sup> “Ils nous accusent en France d'avoir le cœur républicain: si nous étions tolérez dans une république, Ils nous accuseraient d'avoir du penchant pour la monarchie” e “leur font craindre mille périls chimériques” (OD II, p. 09b).

começar sua história, que ele devia nos descobrir responsáveis de mil sedições horríveis. Tomado desse espírito ele folheou muitos volumes, **escolheu certos fatos que lhe pareceram favoráveis aos seus objetivos**<sup>54</sup> [grifos meus].

Outra frente de análise consistiu em traçar o retrato do caráter do autor. No *Critique générale* é feito o perfil psicológico de Maimbourg com objetivo de descobrir os motivos que teriam acabado por “envenenar seu estilo” [*envenimer son stile*]. Sua trajetória evidenciaria os traços de um caráter inconstante e de um temperamento irascível [*plein de feu*]. Alguns fatos eram elencados para explicar a virulência de sua retórica. Um deles teria sido sua derrota no embate público que estabeleceu contra os representantes de Port-Royal. Isso teria ferido seu orgulho e o deixado exasperado. Outro, era sua participação durante décadas como membro da Companhia de Jesus. Da formação jesuítica viria “sua facilidade de escrever num tom ardente” [*facilité d’écrire d’un air fougueux*]<sup>55</sup>. Sua escrita possuía um ardor [*emportement*]<sup>56</sup> incomum, mas típico do estilo dos monges (OD II, p. 08a)<sup>56</sup>.

Bayle continua o retrato: se Maimbourg preservava todos os vícios que se atribuía aos inicianos, não manteve suas principais virtudes: lealdade e obediência. A ordem fundada por Inácio de Loyola foi ponta de lança da Contrarreforma e tinha como premissa a obediência absoluta à autoridade do Papa. No entanto, Maimbourg, que tinha ótimas relações com Luís XIV, não fez qualquer esforço para atuar como um interlocutor para apaziguar as relações entre a Santa Sé e a coroa francesa, que na

---

<sup>54</sup> “Il savait, avant que de commencer son histoire, qu’il nous faloit trouver coupables de mille séditions horribles. Plein de cet esprit il a feuilleté plusieurs volumes, il y a choisi certains faits qui lui ont paru favorables à ses fins” (OD II, p. 10a).

<sup>55</sup> Tanto *air fougueux* como *emportement* são termos recorrentes no vocabulário de Bayle nas querelas em que tomou parte. No DHC, ele atribuía essas palavras como adjetivos do estilo adotado por Pierre Jurieu, por exemplo. Nem sempre traduzo o termo *emportement* por “ardor”, porque, dependendo do emprego que Bayle lhe dava, podia significar também uma reação violenta — como quem age por raiva, furor, exaltação, fúria ou desatino.

<sup>56</sup> A remissão a cultura monacal é calculada e provocativa. Desde os séculos XV e XVI, eruditos, leigos e religiosos, viam com desdém os membros de monastérios, aos quais se atribuía pouco apreço às letras e uma inteligência obtusa. Fazer cessar a “tirania dos monges mendicantes” era algo que aproximava pensadores católicos (como Erasmo) e protestantes (como Lutero): “Ignorans et voluptueux ils fomentaient milles basses superstitions, & ne pouvaient souffrir q’on étudiât les belles lettres, ils ne voulaient ni sortir de la barbarie, ni soffrir que les autres en sortissent”. “Ignorantes e voluptuosos eles [os monges] fomentavam mil superstições; não suportavam que se estudasse as belas letras; não queriam sair da barbárie, nem que os outros saíssem” (AGRIPPA<sub>1</sub>, rem. L).

época disputavam a autoridade sobre a Igreja da França. Pelo contrário, em seus textos, Maimbourg fazia censuras à conduta do Bispo de Roma. No *Histoire du luthéranisme*, teria tratado as decisões do Santo Ofício com zombaria e desprezo. Bayle assume que não guardaria qualquer escrúpulo em escrever da mesma forma e que muitos protestantes emitiram juízos semelhantes. Mas causava espécie que um jesuíta, permanecendo jesuíta, zombasse publicamente da figura máxima de sua Igreja (OD II, p. 9a). Essas ações, argumentava Bayle, testemunhavam deslealdade e destempero. Em 1681, devido a suas declarações e ao seu alinhamento com o galicanismo, o padre Maimbourg, por ordem do Papa, foi expulso da Companhia de Jesus. Em contrapartida, Luís XIV lhe concedeu uma pensão e residência na abadia de São Vítor. Assim, Bayle construía um cenário no qual Maimbourg se encontrava humilhado, enxotado de sua ordem e a serviço do rei: “eis a situação na qual se encontrava esse historiador quando escrevia a *História do calvinismo*”<sup>57</sup>.

Podemos perceber a mobilização de uma retórica judiciária que coloca sob suspeição o historiador. A fala para ser autorizada tinha de comprovar, antes, os bons antecedentes de seu emissor. O tema do dia era a questão religiosa, seu passado estava sendo debatido e a verdade histórica participava de esforços de justificação de legitimidade e de direito da profissão da fé. Maimbourg não deveria ter contado essa história porque era parte interessada. Ao modo de um inquérito e de um dossiê, Bayle fez evidenciar isso. Foi nessa chave que, no DHC, traçou também o perfil de Florimond de Remond, cujos escritos fizeram parte dos conflitos religiosos do século XVI. Remond fora responsável por uma composição historiográfica na qual expressava os pontos de vista da Contrarreforma: *Histoire de la naissance, progrès et décadence de l'hérésie de ce siècle* (1605), obra publicada postumamente. Para Bayle, o autor “era o homem menos apropriado no mundo a ter sucesso nesta empresa” – de escrever sobre a história da Reforma – “visto o ódio que ele havia concebido contra o partido no qual fora criado, e que um milagre, segundo ele afirma, o havia forçado

---

<sup>57</sup> “Voilà l'état où étoit cet historien en faisant l'histoire du calvinisme” (OD II, p. 9a).



a abandonar”<sup>58</sup>. Os antecedentes que depõem contra o autor foram, como no caso de Maimbourg, relacionados para demonstrar que a parcialidade sempre fora constitutiva do seu caráter. A conduta repreensível em atividades pregressas funciona como testemunho de uma natureza intrinsecamente parcial. Vejamos o retrato.

Floremond Remond fora conselheiro no Parlamento de Bordeaux, onde “se destacou pelos escritos violentos contra aqueles da Religião” (termo para designar os protestantes); “alguns dizem que desempenhava mal seu dever no exercício do cargo”<sup>59</sup>. No *Remarque E*, do verbete “REMOND”, Bayle anexa como peças probatórias extratos de um documento, sem nome de autoria, com título *Denúncias das Igrejas reformadas ao Rei*. O texto em questão conta que, durante as perturbações do ano de 1572 (ano da noite de São Bartolomeu), Remond fora interceptado numa viagem, sendo liberado pelos protestantes depois de pagar mil libras; que desde então, jamais perdera ocasião de ser reembolsado. Porém, se prevalecendo de seu posto, teria extorquido dos huguenotes mais de dez ou doze vezes o valor original, inclusive se gabando ele mesmo dessas repetidas extorsões. Noutro ponto, é denunciado que quando na qualidade de relator do processo de uma “viúva da religião, cujo marido havia sido morto a sangue frio por um católico”, ajudou o criminoso a escapar, deixando o assassinato impune. Cúmulo da infâmia, não obstante, é o relato segundo o qual Remond dera ordem para que fosse desenterrado o corpo “de uma jovem da religião”. O cadáver da jovem, bem como de todos os demais protestantes depositados no cemitério católico de Bourdeaux, teriam sido jogados insepultos nas estradas da região. Não levemos ao pé da letra todas essas acusações<sup>60</sup>. Contudo, elas funcionam como dispositivos de suspeição do autor:

---

<sup>58</sup> “Il était l’homme du monde le moins propre à réussir dans cette entreprise, vû la haine que il avait conçue contre le Parti où il avait été élevé, et qu’un miracle, prétendait-il, l’avoir obligé d’abandonner” (REMOND<sub>2</sub>, txt).

<sup>59</sup> “se signala par des écrits violents contre ceux de la religion (...) Quelques-uns disent qu’il s’acquittait mal de son devoir dans l’exercice de la charge (...)” (REMOND<sub>2</sub>, txt).

<sup>60</sup> Não dá para assumir os relatos, por si sós, como conteúdos fáticos de eventos empíricos. As atribuições de velhacaria e de associação criminosa são tópicos recorrentes da maledicência e do vitupério. O tema dos corpos insepultos é uma figura mobilizada com recorrência para amplificar o caráter ímpio dos inimigos. O tema é tão antigo quanto a *Ilíada*; na *Cidade de Deus*, de Santo

Florimond de Remond foi pouco estimado tanto na qualidade de juiz quanto na qualidade de autor, o julgamento feito sobre ele não é menos desvantajoso que jocoso: ‘ele julga sem consciência, escreve livros sem saber e constrói sem dinheiro’ (...) Durante sua vida, tantas reclamações foram feitas de sua malignidade e de sua injustiça para com os protestantes que seu testemunho contra eles não pode ser recebido como digno de fé. É muito fácil de juiz iníquo tornar-se historiador passional; e é mais necessário ter rigidez de alma para cometer uma injustiça como juiz do que para escrever uma falsidade como historiador<sup>61</sup>.

Quanto ao conhecimento, o discernimento, a inteligência e o bom estilo necessários, Bayle estava disposto a sugerir que Remond não era tão desprezível quanto pretendiam seus comentadores. Mas seu zelo pelo catolicismo e seu ódio pelo protestantismo impediam que ele chegasse à verdade, dado que a parcialidade na qual se encontrava era intransponível. Remond “não pensou suficiente sobre seu coração, nem se demandou seriamente: serei capaz de dizer as verdades que seriam desvantajosas para o catolicismo e vantajosas para os huguenotes? Eu sou odioso para eles, e eles o são para mim; eles me maltrataram e eu os maltratei”<sup>62</sup>. Quem, com alguma atenção, leu o *Histoire de la naissance, progrès et décadence de l’hérésie de ce siècle*,

---

Agostinho, o respeito pelos templos, espaços e ritos sagrados é marca da piedade cristã, os quais devem ser observados inclusive em contextos de guerra. Varillas, por exemplo, faz um retrato completamente diverso de Florimond de Romond. No lugar do vitupério, mobilizou tópicos da probidade e da equidade, típicos do encômio e da apologia: “[Remond] era conselheiro do Parlamento de Bordeaux: teve esposa e filhos, não tinha qualquer interesse em alterar a verdade. No seu tempo, os calvinistas estavam no auge de seu poder e ele não teve qualquer ocasião de contrariedade em relação a eles”. Sobre o livro “teve muitas edições, e como, tendo passado mais de oitenta anos de sua publicação, nenhum protestante se atreveu a refutá-lo (...) tive motivos para crer que se não o aprovavam, eram indiferentes a ele” [“Il était conseiller du Parlement de Bordeaux: Il avait femme et enfans, Il n'avait aucun intérêt d'alterer la vérité: les calvinistes étaient de son temps au comble de leur puissance: Il n'avait aucune occasion d'être mécontent d'eux (...) Il y en eut plusieurs éditions, et comme depuis plus de quatre-vingt ans qu'elle paroît aucun protestant ne s'est avisé de la réfuter (...) j'ai eu sujet de croire que s'ils ne l'approuvaient pas ils la tenaient au moins pour indifferente”] (VARILLAS apud BAYLE, REMOND<sub>2</sub>, rem. F).

<sup>61</sup> “Florimond de Remond étoit aussi peu estimé en qualité de Juge, qu'en qualité d'Auteur, et le jugement qu'on a fait de lui n'est pas moins desavantageux que plaisante : ‘il juge sans conscience, il fait des livres sans savoir, et il bâtit sans argent’ (...) On faisait de si grande plaintes de sa malignité, et de son injustice à l'égard des protestans, pendant sa vie, qu'on ne peut recevoir son témoignage contre eux comme digne de foi. Il est fort aisé de devenir historien passionné de Juge inique; et il faut même avoir plus de dureté d'âme, pour faire une injustice en qualité de juge, que pour écrire une fausseté en qualité d'historien” (BURNET Apud Bayle, REMOND<sub>2</sub>, rem. E).

<sup>62</sup> “il ne songea à rien moins qu'à son cœur, & à se demander bien serieusement, serai-je capable de dire les veritez qui seraient desavantageuses au catholicisme, & avantageuses aux huguenots? Je leur suis odieux, & ils me le sont, ils m'ont maltraité & je les ai maltraitez” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

conforme Bayle, poderia julgar que ou Remond não se colocou tais questionamentos ou ignorou as respostas que invariavelmente sua consciência lhe deu. Do lado dos protestantes esse autor colocou toda sorte de cometimento de injustiças, sempre se valendo de epítetos injuriosos e de palavras atrozes para qualificar as heresias e os hereges. Para seu partido, por sua vez, atribuiu toda inocência e sabedoria. Os fatos que afirma não são dignos de crédito: “suas citações valem de pouca coisa, porque ou alega pessoas de seu partido, as quais, na maioria das vezes, tiveram disputas pessoais como os Ministros [protestantes], ou alega os protestantes conforme as passagens que encontrou nos escritos dessas pessoas”<sup>63</sup>. Remond, em resumo, é o mais impróprio dos homens para escrever uma tal história, ele viola “os dois grandes estatutos do ofício, pois necessariamente existem falsidades que ousa dizer e verdades as quais não ousa dizer”<sup>64</sup>.

Para Bayle, “o melhor conselho que poderia ser dado a Florimond de Remond seria que ele continuasse a escrever livros de controvérsia, onde a paixão é permitida, e que não se intrometesse em ser um historiador”, tarefa que “devia ser deixada aos ponderados e aos indiferentes”. Jamais “um tão bom católico como ele” teria condições de ser equânime<sup>65</sup>. Um zeloso calvinista, tampouco realizaria a contento as exigências do ofício de historiador se pretendesse contar a história da Reforma. O ideal para composição de uma história, a qual relatasse a emergência do luteranismo e do calvinismo, seria que ela não fosse escrita nem por um católico, tampouco por um protestante. O zelo de cada um por sua confissão, bem como o ódio pela do outro induzem a exageros, supressões, dissimulações e mesmo falsificações. O

---

<sup>63</sup> “*Ses citations valent peu de chose; car il allegue ou des gens de son parti, & qui la plupart avoient eu des démélez personnels avec les ministres, ou bien il allegue des protestans selon qu'il avoit trouvé leurs passages dans les écrits de ces gens-là*” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>64</sup> “*les deux grans statuts du métier car nécessairement il y a des faussetez qu'il ose dire, & des vétitez qu'il n'ose point dire*” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D). Estava parafraseando Cícero, veremos mais detidamente sua utilização da tópica das leis da história no capítulo quatro.

<sup>65</sup> “*Le meilleur conseil, qu'on eut pu donner à Florimond de Remond, eût été qu'il continuât à faire des livres de controverse, où la passion est permise, & qu'il ne se mêlat point d'être historien, emploi qui n'était pas convenable a un aussi bon catholique que lui, & qu'il fallait laisser à des tiedes, & à des indifferens*” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

compromisso de honrar a religião não consegue se adequar de forma satisfatória com as exigências de imparcialidade do ofício historiográfico.

### O poder dos fatos, os fatos do poder

A cisão da cristandade europeia foi um evento de grandes proporções e os contemporâneos tinham dimensão das intensas transformações que ela trazia. A história da Reforma, nas palavras de Bayle, “era uma grande matéria, uma das maiores revoluções que surgiram no cristianismo”. Nela **“razões de estado estavam misturadas com os interesses da religião. Isso gerava uma mistura que aumentava o trabalho do historiador”**<sup>66</sup>[grifos meus]. O zeloso fiel e o bom patriota certamente são figuras virtuosas, mas inadequadas para o ofício historiográfico que exige “isenção de pré-julgamentos” [*“exemption de préjugé”*]. Aquele que escreve “se torna um péssimo historiador na proporção em que se mostra um bom súdito”<sup>67</sup>. No contexto de língua francesa, as obrigações com o regime monárquico e a fidelidade ao credo cristão (católico ou protestante) articulavam-se na constituição da própria identidade dos autores.

A intromissão da teologia na política não era um esforço de moralização<sup>68</sup>. Pelo contrário, as instituições religiosas mimetizavam as dinâmicas típicas dos jogos de poder: “os papas como soberanos seguem os princípios da **religião do soberano** e, portanto, sacrificam os interesses do catolicismo pelos interesses de seu poder particular”<sup>69</sup> [grifos meus]. A defesa de unidade da fé não seria senão um argumento de ocasião. O poder, e não uma suposta pureza doutrinal, era a regra que orientava

---

<sup>66</sup> “C’était une grande matière, l’une des plus grandes Révolution qui aient paru dans le christianisme. Les raisons d’État s’y étaient fourrées, & combinées avec les intérêts de la religion. Cela formait un mélange qui augmentait le travail de l’historien (...)” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>67</sup> “Il devient un mauvais historien à proportion qu’il se montre un bon sujet” (USSON<sub>2</sub>, rem. F).

<sup>68</sup> Quer se dizer aqui a utilização de argumentos e tópicos do discurso teológico para fundamentar finalidades e objetivos do governo civil. Por óbvio, em sentido mais difuso, a política lato e estrito senso perpassava os discursos teológicos e os espaços eclesiásticos.

<sup>69</sup> “Les Papes en tant que souverains suivent les principes de la religion du souverain, & par conséquent ils sacrifient les intérêts du catholicisme à l’intérêt de leur puissance particulière” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. R).

as alianças. O Papa Sisto V odiava e temia o Rei católico da Espanha. Para o sumo pontífice, conforme se conta, era preferível ver a heresia prosperar na Inglaterra do que ver seu rival, Felipe II, se tornar senhor dela<sup>70</sup>. Os insucessos do papa Clemente VII, que teria desejado unir a cristandade por meio da aliança entre todos os príncipes católicos, eram lembrados como um alerta de que governantes laicos muito poderosos eram um risco para a autonomia e autoridade da Igreja<sup>71</sup>. No realismo político, nem sempre católicos se associavam com católicos ou protestantes com protestantes. Em 1672, o Cardeal Altieri e o Papa Clemente X, receberam com tristeza as notícias dos sucessos de Luís XIV, monarca católico, contra as Províncias Unidas, liderada por protestantes. O Papa Inocêncio XI não apoiou o monarca inglês Jaime II, receando que um tal auxílio favorecesse os interesses da França: “temia o fortalecimento de Luís XIV mais do que desejava o crescimento do catolicismo”<sup>72</sup>. Para Bayle, o que se apresentava como Igreja funcionava tal qual os interesses de Estado: “Essa corte” [a de Roma] “não é menos interessada que as demais em manter o equilíbrio”<sup>73</sup>. Para esses sumos pontífices, pesando as possíveis consequências geopolíticas, não ser reconhecido nem na Holanda nem na Inglaterra era um mal menor.

Para a autoridade laica, por sua vez, quando os argumentos teológicos estavam em conformidade com os propósitos dos príncipes, eles serviam como instrumento de legitimação das decisões administrativas. Quando a necessidade

---

<sup>70</sup> “Não foi porque conhecia o grande mérito de Henrique IV e as artimanhas da Liga, que este Papa tomou medidas contrárias aos interesses da catolicidade: foi porque os bons sucessos dos hereges cobravam alto preço do rei da Espanha, a quem ele odiava” [“*Ce ne fut point pour avoir connu le grand mérite de Henri IV , & les fourberies de la Ligue, que ce Pape prit des mesures contraires aux intérêts de la catholicité: ce fut à cause que les bons succès des hérétiques étoient autant de pris sur le roi d’Espagne qu’il haïssait*”] (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. R).

<sup>71</sup> No pontificado de Clemente VII, Roma foi saqueada por tropas de Carlos V, rei católico, e o sumo pontífice foi feito prisioneiro. Dessa forma, o seguinte raciocínio seria formulado por Sisto V: “De que lhes serviria, por exemplo, que um rei da Espanha subjugasse os protestantes, se desse modo se tornasse tão formidável na corte de Roma que não se ousaria mais recusar nada aos espanhóis, e temia ver o retorno do ano 1527 e a prisão de Clemente Sétimo?” [“*De quoi leur servirait , par exemple, qu’un roi d’Espagne subjuguât les protestans, si par ce moien il se rendait si formidable à la cour de Rome, que l’on n’osât plus y refuser quelque chose aux espagnols, e crainte de voir revenir l’année 1527, & l’emprisonnement de Clement Septième?*”] (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. R).

<sup>72</sup> “*C’est qu’il craignait plus l’agrandissement de Louïs XIV, qu’il ne souhaitait l’agrandissement du catholicisme*” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. R).

<sup>73</sup> “*Cette Cour n’est pas moins intéressée que les autres à maintenir l’équilibre*” (ELISABETH, rem. R).

política ia de encontro aos preceitos religiosos, prevalecia o pragmatismo: “frequentemente, a religião é imolada pelo interesse e pela razão de Estado”<sup>74</sup>. França e Espanha, poderosos reinos católicos, em diferentes momentos buscaram alianças com Suécia e Países Baixos, prósperos estados de confissão reformada. Alternadamente, para prejudicar seu rival, cada uma dessas duas potências preferiu trabalhar em benefício dos protestantes do que aceitar a expansão de seu antagonista sobre as ruínas dos mesmos (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. G). A rainha Elisabeth I, que foi educada no interior do protestantismo, teria se convertido ao catolicismo para manter a paz civil de seu reino, não tivesse ela encontrado resistência da parte do Papa<sup>75</sup>. Bayle repetiu, a esse respeito, um axioma retirado de Henri de Rohan: “os príncipes comandam os povos, mas o interesse comanda os príncipes (...) a maioria dos soberanos não observa as regras da justiça e da religião, a menos que elas estejam em conformidade com este desditoso interesse”<sup>76</sup>.

As contingências e exigências do poder aparecem como elementos que ultrapassam o controle de valores individuais. A necessidade política se sobrepõe às intenções morais que os agentes podem eventualmente nutrir em seus foros íntimos. A fé individualmente professada não corresponde, dessa forma, aos fins e exigências do governo civil. Bayle empregou o termo “religião do soberano” [*“religion du souverain”*] para indicar a distância entre as obrigações da fé individual daquelas

---

<sup>74</sup> *“On immole souvent la religion par intérêt & par raison d'État”* (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. G).

<sup>75</sup> Sobre as contingências envolvendo a rainha da Inglaterra, conta que “ela oscilou entre as duas religiões até finalmente optar pela reformada (...) Mas acredito que para evitar os riscos de mudar uma religião que ela encontrou estabelecida (...) teria seguido catolicismo se tivesse encontrado vantagem nisso. A forma dura com que o Papa a tratou, obrigou-a a lançar os olhos sobre o partido protestante. Ela entendeu claramente que, permanecendo católica, não poderia negar que devia a coroa a uma verdadeira usurpação ou a uma condescendência da Corte de Roma, o que sempre que exporia seu trono a mil disputas. Em sendo católica, teria que confessar que o divórcio entre seu pai e Catarina de Aragão fora nulo e que, portanto, Ana Bolena não fora senão uma concubina de Henrique VIII” [*“Elle balance entre les deux religions et choisit enfin la Réformée (...) Mais je croi que pour éviter les risques qu'un renversement de la Religion qu'elle trouvoit établie (...) elle aurait suivi le Catholicisme, si elle y avoit trouvé son avantage. La manière dure dont le Pape la traita, la contraignit à jeter les yeux sur le parti protestant. Elle comprit clairement qu'en demeurant catholique elle ne pourrait disconvenir qu'elle ne dût la couronne à une vraie usurpation, ou à une condescendance de la Cour de Rome, qui exposerait tous les jours son thrône à mille disputes. Etant catholique elle devait confesser que le divorce de son père avec Catherine d'Aragon était nul, & qu'ainsi Anne Boleyn n'avait pu être que la concubine de Henri VIII”*] (ELISABETH, rem. F).

<sup>76</sup> *“les princes commandent aux peuples, mais l'intérêt commande aux princes (...) la plupart des souverains n'observent les règles de la justice & de la religion, qu'entant qu'elles se trouvent conformes à ce malhûreux intérêt”* (ROHAN apud BAYLE, ELISABETH<sub>1</sub>, rem. G).

obrigações impostas pelo poder. Assim, por exemplo, poderia se dizer que o Rei da França era católico, mas não que governava de acordo com a ortodoxia do catolicismo: “a religião do soberano, como tal, e a religião, pessoalmente falando, são duas coisas”<sup>77</sup>.

A incongruência entre as virtudes do bom e do justo, da moral, e as imposições do necessário, da política, é evidenciada em diferentes verbetes do DHC. A astúcia nem sempre coincide com a honestidade, embora, paradoxalmente, a experiência demonstre que essas contradições habitam a conduta dos personagens históricos. Em “ARISTIDE, cognominado o justo”, Bayle nos conta da vida do político e general (estratego) ateniense contemporâneo de Temístocles. O retrato é o de um homem de vida frugal e avesso aos desejos de enriquecimento, que fora generoso inclusive com seus inimigos. De tal forma que “não é menos notável que este grande homem, que observava com tanta exatidão as regras da equidade em sua casa e para com os seus compatriotas, não tivesse escrúpulos em preferir o útil ao honesto quando se tratava de assunto político”<sup>78</sup>. Em “AGESILAU, II”, conta que “Ninguém jamais viveu com maior simplicidade do que ele. Mas, sob esse exterior de emenda e sob esta frugalidade filosófica, sabia acomodar muito bem a inteligência [*l'esprit*], o coração e **a religião de um soberano**”<sup>79</sup> [grifos meus].

Agésilau tinha um respeito extremo pelos seus deuses: não tolerava que seus templos fossem saqueados ou profanados, nem na Grécia, nem na pátria dos bárbaros; & colocou no número de sacrílegos aqueles que maltratavam um inimigo que se refugiara em um templo

---

<sup>77</sup> “*la religion du souverain, en tant que tel, et la religion, personnellement parlant, sont deux choses*” (AGESILAU, II<sub>1</sub>, rem. H).

<sup>78</sup> “*Il n'est pas moins remarquable que ce grand homme qui observait si exactement les règles de l'équité chez lui et envers ses compatriotes, ne faisait pas de scrupule de preferer l'utile à l'honnête quand il s'agissait d'une affaire politique*” (ARISTIDE<sub>1</sub>, txt).

<sup>79</sup> “*Jamais personne n'a vécu dans une plus grande simplicité que lui. Mais, il savait très bien loger l'esprit, le cœur, & la religion d'un souverain, sous cet extérieur de réforme, & sous cette frugalité philosophique*” (AGESILAU, II<sub>1</sub>, txt.). Bayle acrescenta no *Remarque* sobre essa passagem: “*Agésilau estava completamente imbuído dessa moral perversa. Vendo-se suspeito de ter induzido Fébidas a surpreender a cidade de Tebas em plena paz, e por uma fraude que fez protestar toda a Grécia, ele apresentou que era preciso antes de tudo examinar se essa ação era proveitosa para a pátria, e que cada um deveria fazer de seu próprio movimento o que tendesse a favor do Estado*” [*“Agésilaüs était tout pénétré de cette méchante morale. Se voiant soupçonné d'avoir induit Phebidas à surprendre la citadelle de Thebes en pleine paix, & par une fraude qui faisoit crier toute la Grece, il représenta qu'il faloit avant toutes choses examiner si cette action était profitable à la patrie, & que chacun devait faire de son propre mouvement ce qui tendait à l'avantage de l'Etat”*] (AGESILAU, II<sub>1</sub>, rem. H).

(...) Esta é sua religião pessoal; mas, assim que se viu na qualidade de Rei, o bem e a vantagem de seu reino foram sua Divindade principal, a quem ele sacrificou a virtude e a justiça, as leis divinas e as leis humanas<sup>80</sup>.

O historiador — que tem por tarefa de ofício, além da imparcialidade, explicar e emitir juízos — encontra especial dificuldade quando tem de tratar de eventos políticos. Artífice da palavra, se depara com um vocabulário cujos significados deslizam. O que, numa chave moral de entendimento, seria colocado como traição pura e simples, pode ser justificado como atitude prudente em nome do bem público [*bien public*]. Nos discursos e decretos, não se fala senão de justiça, porém, essa palavra é um significante vazio preenchido de acordo com as circunstâncias<sup>81</sup>. Para refutar algumas leituras modernas de Tácito e, com mais veemência, o *Príncipe* de Maquiavel, tratadísticas de bom governo podiam propor a máxima que um rei só pode se dizer grande se for justo. No entanto, “aqui está uma boa teoria; mas, a prática não responde”<sup>82</sup>. Ou, numa expressão que virou adágio, *na prática a teoria é outra*:

Saber como esta Política entra em acordo com as leis eternas da moralidade, e como tal oposição entre os deveres dos indivíduos e os deveres dos soberanos não viola a certeza imutável das ideias de honestidade e de virtude, é outra questão. Basta dizer que, no estado em que se encontram as sociedades, o interesse público é um sol em relação a uma parte considerável das virtudes. Essas virtudes são estrelas que desaparecem, que desvanecem na presença desse interesse<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> “Agesilaüs avait un respect extrême pour ses Dieux: il ne souffrait point qu'on pillât, ou qu'on profanât leurs temples, ni en Grece, ni au país des barbares; & il mettoit au nombre des sacrileges ceux qui maltraitoient un ennemi réfugié dans un temple (...) Voilà sa religion personnelle; mais, dès qu'il se regardait comme roi, le bien & l'avantage de son royaume était sa divinité principale, à laquelle il sacrifiait la vertu & la justice, les loix divines & les loix humaines” (AGESILAUUS, II, rem. H).

<sup>81</sup> Podemos apreender isso em especial a partir dos verbetes “AGESILAUUS, II<sub>1</sub>”, “ARISTIDE<sub>1</sub>”, “ELISABETH<sub>1</sub>”. Mas esse caráter dissimulado e flutuante dos significados das palavras na política também é ressaltado na *Dissertação sobre os libelos difamatórios*, anexada ao DHC.

<sup>82</sup> “Voilà une bellé théorie; mais, la pratique n'y répondez pas” (AGESILAUUS, II<sub>1</sub>, rem. H).

<sup>83</sup> “De savoir comment cette politique s'accorde avec les loix éternelles de la morale, & comment une telle opposition entre les devoirs des particuliers et les devoirs des souverains ne fait point brèche à la certitude immuable des idées de l'honnête, & de la vertu, c'est une autre question. Il suffit de dire que dans l'état où se trouvent les sociétés, l'intérêt public est un soleil à l'égard d'une partie considérable des vertus. Ces vertus sont des étoiles qui disparaissent, qui s'évanouissent à la présence de cet intérêt” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. H).



O julgamento na esfera pública não deve seguir os mesmos critérios que servem de código para a vida privada. Um caso envolvendo questões confessionais e políticas é ilustrativo disso. Teria sido graças a intervenções de Felipe II da Espanha, que Elisabeth não fora executada por sua irmã, a rainha católica Maria I. Quando, já soberana do reino de Inglaterra, Elizabeth I publicou éditos contra os papistas e, por isso, foi acusada de ingratidão. Julgamento, conforme Bayle, sem sentido pois a intervenção do rei espanhol não fora feita senão em seu próprio benefício na disputa que tinha com a França. Quando as circunstâncias se alteram, se alteram também os compromissos devidos, de tal forma que se deveria ter em mente que: “a gratidão entre os soberanos não está submetida às mesmas regras dos particulares em relação aos particulares”<sup>84</sup>. De igual maneira, era sabido o quanto as Províncias Unidas estiveram obrigadas com relação a Elisabeth I e a Henrique IV – governantes que foram “firmes apoios de sua liberdade nascente”<sup>85</sup>. No entanto, quando os interesses de Estado exigem, os holandeses se obrigam a se aliar a nações muitas vezes inimigas da França e da Inglaterra. Em resumo: “tal é a lei da política, tal é a jurisprudência de Estado”<sup>86</sup>.

Como de praxe, Bayle recorre ao anedótico e ao pitoresco como ilustração que corrobore alguma máxima que ele apresenta. Nesse caso, de que na política o honesto e o justo são significados subsumidos ao interesse de Estado, traz um caso que teria lhe sido contado. A regra básica de honestidade pessoal segundo a qual palavra dada é palavra cumprida, não é garantia alguma, nem se espera que seja, no campo da prudência política. Um acordo será respeitado na medida em que ele for ou não pragmaticamente vantajoso para uma das partes. Bayle relata que um príncipe italiano, ao se dirigir ao emissário de um poderoso monarca, teria se expressado do modo que segue:

- **Emissário do monarca:** Mas, que garantia queres que o rei, meu mestre, possa receber, caso ele te concedas tudo que demandas?

<sup>84</sup> “la gratitude entre les souverains n’est pas soumise aux mêmes regles que la gratitude des particuliers envers les particuliers” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. H).

<sup>85</sup> “fermes appuis de leur liberté naissant” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. H).

<sup>86</sup> “Telle est la loi de la politique, telle est la jurisprudence d’État” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem.H).

- **Príncipe italiano:** Assegure-lhe que lhe empenho minha palavra, não na qualidade de soberano; pois, como tal, devo sacrificar todas as coisas para meu engrandecimento, para a glória e vantagem de meus Estados, conforme as circunstâncias possam se apresentar. Diga-lhe que empenho minha palavra a ele não sob essa qualidade; isso não seria prometer nada, mas como cavaleiro e homem honesto<sup>87</sup>.

A linguagem, segundo Bayle, difere do estilo típico das chancelarias, a qual reafirma a autoridade e legitimidade na palavra dos governantes enquanto governantes. O pitoresco do relato reforça a distinção dos valores do universo pessoal e privado daqueles do âmbito político e público. Como o estudo de Reinhardt Koselleck mostrou, décadas atrás, essas histórias e anedotas reunidas por Pierre Bayle foram um arsenal para crítica política do século XVIII (KOSELLECK, 2009). Não é nesse registro, contudo, que as encontramos em sua primeira legibilidade. Não eram, no final do século XVII, um questionamento do poder civil ou uma exigência para sua moralização. O caráter incerto que as circunstâncias conferem às palavras da política, reforçam o ceticismo histórico, ou o quanto de incerteza existe na história. No entanto, a constatação de que governar demanda dissimulação é apresentada de forma realista, como fardo e destino: “Desventurado compromisso o de estar sentado ao leme! Durante a vida de um homem, o bem do Estado não exige uma ou duas injustiças: ele exige muitas”<sup>88</sup>.

Tudo isso não seria senão pura trapaça, se os governantes desconhecessem a semântica da qual participavam. Cada arte tem uma linguagem que lhe é específica, termos que para ela possuem significação particular. O mesmo valia para a política: “os políticos têm uma linguagem à parte e que lhes é própria, os termos e as frases

---

<sup>87</sup> Optei por adaptar a tradução na forma de diálogo para deixar as falas menos truncadas. Contudo, a encenação desse diálogo está expressa na citação original, como se pode observar: “*L’envoie de ce monarque lui répondi: Mais, que assurance voulez-vous que le roi mon maître puisse prendre, s’il le vous rend tout ce que vous demandez? Assurez-le, repliqua le prince, que je lui engage ma parole, non pas en qualité de souverain; car, entant que tel, il faut que je sacrifie toutes choses à mon agrandissement, à la gloire et à l’avantage de mes États, selon que les conjonctures s’en offriront: dites lui donc que je lui engage ma parole, non pas sous cette qualité-là; ce ne serait rien promettre: mais, comme cavalier et honnête homme*” [grifos meus] (AGESILAUUS, II<sub>1</sub>, rem. H).

<sup>88</sup> “*Malheureux engagement que celui d’être assis au timon! le bien de l’État ne demande pas une ou deux injustices pendant la vie d’un homme: il en demande plusieurs*” (ARISTIDE<sub>1</sub>, rem. C).

não significam para eles o mesmo que significam para os outros homens”<sup>89</sup>. Os praticantes dessa arte não eram ingênuos:

(...) Por exemplo, em termos políticos, jurar em nome dos Santos Evangelhos que observará algum tratado, significa tão somente que alguém fez um juramento, não que efetivamente o observará (...) o comum dos homens não entende essa linguagem, mas os políticos a entendem bem e procedem em conformidade com isso<sup>90</sup>.

É diferente daquilo que, no século XVIII, será o mote da crítica moral da política francesa, no qual os que participam da política são sempre suspeitos e suas ações intrinsecamente viciosas. Cícero, Tácito, Maquiavel, Naudé e Hobbes são algumas das lentes com as quais Bayle lia as regras de boa governança. São lentes, obviamente, que ampliam a desconfiança com relação aos discursos do poder. Principalmente naqueles autores modernos em que a contingência sempre era ressaltada. Porém, menos do que a descrição de um caráter moralmente degradado, as possíveis contradições e atos injustos cometidos por príncipes são como que remédios amargos. A figura do médico, o qual eventualmente causa dor para poder curar ou que corta e amputa membros para preservar o corpo, não raro funciona como metáfora de governo. Lemos numa das muitas citações latinas do DHC: *salus populi suprema lex esto* – expressão retirada do *De legibus*, de Cícero, e significa algo próximo de *o bem estar (ou saúde) do povo deve ser a lei suprema* (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. H).

Na perspectiva bayliana, o poder produz opacidade e ao mesmo tempo evidencia as reais engrenagens que mobilizam as ações humanas. E a história tem compromisso com a explicação das causas. Pensar a política informa também que posição ocupam os principais agentes históricos. As histórias das nações, segundo a concepção humanista que partilhava com seus contemporâneos, é a soma de ações individuais – mas nem todos os indivíduos tem o mesmo peso. A história das grandes coletividades como que irradia de sujeitos excepcionais: legisladores,

<sup>89</sup> “Les politiques ont un langage à part et qui leur est propre; les termes et les phrases ne signifient pas chez eux les mêmes choses, que chez les autres hommes” (MOETJENS apud BAYLE, 1702, 3.103b).

<sup>90</sup> “Par exemple, en terme de politique jurer sur les Saints Évangiles, qu'on observera tel ou tel traité, signifie quelquefois simplement qu'on le jure, et non pas qu'on l'observera en effet; il signifie même quelquefois qu'on n'en fera rien: le commun des hommes n'entend pas ce langage; mais les politiques l'entendent bien, et ils prennent leurs mesures selon cela” (MOETJENS apud BAYLE, 1702, p. 3.103a).

príncipes, comandantes e reformadores religiosos, por exemplo. É uma visão aristocrática de quem faz a história. A escrita dessa história também é de matiz elitista. Será melhor historiador, primeiramente, aquele que tem a intenção de dizer a verdade, mas que, além de sincero, tenha condições de explicar as verdadeiras causas porque está bem informado para tanto: “principalmente se elas” [as causas] “passaram por suas mãos, ou se ele” [o historiador] “foi do conselho dos reis, príncipes ou repúblicas que ordenaram os negócios a respeito dos quais escreve”<sup>91</sup>. Pode contar sobre o poder quem está próximo do poder. Essa era a chave de entendimento de Bayle: “Os antigos romanos tinham infinitamente mais respeito pela dignidade da história, pois antes da época de Pompeu somente tratava dela quem fosse destacado por seu nascimento e por seu mérito”<sup>92</sup>.

Estranhava que em seu tempo os mais insignificantes escritores conferiam a si mesmos um privilégio que não deveria ser concedido a qualquer um. O cuidado de compor a história deveria ser delegado a pessoas escolhidas e autorizadas por aqueles que governam. Essa reflexão de Bayle se dirigia particularmente para a função da história oficial como um tribunal da reputação [*Tribunal de la Renommée*], que confere o vitupério ou o elogio da fama conforme o merecimento das ações: “pode-se dizer que em relação a reputação, todo o destino dos Príncipes está nas mãos dos historiadores”<sup>93</sup>. O julgamento da posteridade era pesado conforme uma ideia de justiça e de bem público:

(...) por esse meio, os opróbios que a história infligiria ao nome e à memória das pessoas merecedoras da infâmia pública procederiam de suas verdadeiras fontes, seriam como uma emanção desse direito de gládio do qual o braço do Soberano é armado para castigo dos maus. Seria necessário que como a história santa que não foi obra de um particular, mas de pessoas que receberam de Deus uma

---

<sup>91</sup> “principalement si elles ont passé par ses mains ou si il a été au conseil des rois, des princes ou des républiques qui ont ordonné les affaires dont il écrit” (VAYER, 1668, p.39).

<sup>92</sup> “Les anciens romains avoient eu infiniment plus de respect pour la dignité de l’histoire, car avant le tems de Pompée personne ne s’enétait mêlé qui ne fût recommandable par sa naissance et par son mérite” (BAYLE, 1702, p. 3.103).

<sup>93</sup> “l’on peut dire qu’à l’égard de la réputation, toute la destinée des princes est entre les mains des historiens” (OD II, p. 10a).

incumbência especial para escrevê-la<sup>94</sup>, da mesma forma a história civil deveria ser composta por pessoas outorgadas para isso pelo soberano de cada Estado<sup>95</sup>.

Quem governa ou participa dos governos é que está informado das questões da história civil; para esta categoria de atores deveria ser incumbida a tarefa historiográfica. O problema se encontra na incongruência entre a necessidade de ser sincero, prescrita nas artes de história, e a necessidade de manter segredo a respeito dos temas sensíveis, típica da arte de governar. Bayle repete a máxima de Guy Patin que define a política como *ars non tam regendi, quam fallendi hominem*, ou seja, uma arte mais de ludibriar do que de governar os homens. Importante repetir, não se trata de uma denúncia da imoralidade do poder (PATIN apud BAYLE, 1702, p. 3.102b). O pragmatismo é quase matemático a esse respeito; como se fosse uma fórmula que apresenta um problema cuja solução deve ser encontrada: “as pessoas desejam ser enganadas”<sup>96</sup> [*populus vult decipi*], logo, a boa resposta reside em como atender esse desejo de forma proveitosa para a ordem pública.

O juízo moral desqualifica a capacidade analítica das pessoas comuns e indica uma propensão natural que elas teriam para se iludir, mais que isso, uma propensão que demandaria por ilusões. Bayle, de certa forma, nos apresenta o sistema de crença como um circuito fechado, onde se acredita naquilo que se deseja acreditar<sup>97</sup>. Seria

---

<sup>94</sup> Nesse ponto Bayle indica em nota marginal São Pedro 2, 1; 20 e 21: “Antes de mais nada, saíbe isto: que nenhuma profecia da Escritura resulta de interpretação particular, pois a profecia jamais veio por vontade humana, mas os homens impelidos pelo Espírito Santo falaram da parte de Deus”. Para todas as citações bíblicas desse estudo utilizei a *Bíblia de Jerusalém*.

<sup>95</sup> “(...) *par ce moien les flêtrissures, que l'histoire infligerait au nom à la mémoire des gens qui méritent l'infamie publique, procédéraient de leur véritable source, et seraient comme une émanation de ce droit du glaive, dont le bras des souverains est armé pour le châtement des méchants. Il faudrait que comme l'Histoire Sainte n'a pas été l'ouvrage d'un particulier, mais de gens qui avaient reçu de Dieu une commission spéciale d'écrire, de même l'histoire civile ne fût composée que par des gens commis à cela par le souverain de chaque État*” (BAYLE, 1702, p. 3.100).

<sup>96</sup> (PATIN apud BAYLE, 1702, p. 3.102b). Para o dicionarista, esse tipo de desejo não pode simplesmente desaparecer e tampouco pode ganhar livre vazão. Para Bayle, os sujeitos são um feixe de pulsões e governar era saber orientar os afetos numa direção proveitosa ao bem comum. Paixões e afetos não podem ser suprimidos, mas podem ser orientados e dirigidos.

<sup>97</sup> É como exemplares dessas predisposições de crença que Bayle indicava a leitura do *Epistres des princes*, onde na página 88, da edição de 1512, “está repleta de ilusões que as pessoas fazem com relação aquilo que elas desejam” [*elle est pleine des illusions qu'on se fait sur ce qu'on souhaite*] (BAYLE, 1702, p. 3.102a).

algo da ordem dos afetos e das predisposições, mais do que de base epistemológica (um misto de elementos da teoria dos humores e dos temperamentos). A constituição de discursos dissimulados estaria no encontro entre quem produz as informações e de quem as recebe, ambos sendo partes ativas do processo. Identificava “tendência dos povos para participar do artifício: eles acreditam facilmente no que lhes agrada”<sup>98</sup>. São como vieses de confirmação – no vocabulário aqui em análise se fala em corroborar inclinações prévias. Os disfarces, que muitas vezes são construídos a respeito dos acontecimentos da política, podem ser vistos como uma solução para um problema que não foram eles que criaram. Não se trata, portanto, de um desabono dos mestres da arte de governança, “uma vez que aquilo que fazem disso” – do engodo – “tem por objetivo o bem público”<sup>99</sup>.

Sobre o povo repete “que ele quer ser enganado, então que seja”<sup>100</sup>. A todo momento reforça a ideia de agências individuais qualificadas. Os vulgares, que são o grande número, não teriam sequer condições de avaliar os próprios males dos quais eram afligidos. As autoridades civis só podiam alcançar a boa gerência das coletividades por meio de subterfúgios, o objetivo deles, como dito acima, era o bem público, “ao qual eles não podem alcançar de outra forma do que agindo como os médicos fazem com relação aos enfermos”<sup>101</sup>. Bayle mobiliza uma espécie de raciocínio por analogia e por sinédoque. Associa a arte médica e a arte política e toma a parte pelo todo. Seria pernicioso informar um paciente da gravidade de sua doença assim como deve ser evitado informar ao povo das dificuldades políticas. Em um caso e noutro o resultado muito provavelmente seria provocar inquietações que levariam a desordens.

Bayle justifica os métodos de dissimulação empregados pela política, mas faz isso somente em termos políticos. Ele não consegue fazer esses pressupostos de

---

<sup>98</sup> “*le penchant des peuples à concourir à l'artifice: ils croient facilenient ce qui les flatte*” (BAYLE, 1702, p. 3.100b).

<sup>99</sup> “*puis que ce qu'ils en font a pour but le bien public*” (BAYLE, 1702, p. 3.102b).

<sup>100</sup> “*puis qu'il veut être trompé, qu'il le soit*” (BAYLE, 1702, p. 3.100).

<sup>101</sup> “*à quoi ils ne sçauraient parvenir, sans imiter ce que font les médecins en vers les malades*” (BAYLE, 1702, p. 3.102b).

dissimulação se adequarem às preceptivas da boa historiografia<sup>102</sup>. Sobre quem deve escrever a história civil oficial, o autor simplesmente afirma: pessoas próximas ao poder político, detentoras do poder político ou autorizadas pelo poder político. A justificativa é porque são sujeitos que podem, devido às suas posições, saber dos motivos que orientaram as ações dos governos. Discussões realizadas em conselhos, chancelarias e embaixadas não são dados abertos ao público. A argumentação de Bayle, nesse ponto, faz curto circuito: porque se o historiador que participa do poder tem acesso a informações, essa mesma proximidade o impede de publicizá-las. O autor nos deixa num beco sem saída. Apresenta quem deveriam ser aqueles mais legítimos e mais aptos a escrever uma história desse tipo, logo em seguida temos um conjunto de argumentos que nos leva a constatações de porque estes escritores não poderiam produzir enunciados plenamente verdadeiros. As pontas seriam deixadas soltas se não estivéssemos cientes do caráter de mosaico do DHC.

O Dicionário está repleto de afirmações contraditórias. Situar o propósito de cada texto ali inserido nos auxilia. A dignidade da história que identificava nos romanos e o argumento de que a história oficial fosse deixada a cargo de escritores autorizados — designados e próximos ao poder — estava numa dissertação conta os libelos difamatórios. Era um argumento de ocasião para se opor à maledicência generalizada que, segundo ele, vicejava na culta imprensa de seu tempo. Noutro ponto, onde o centro da sua argumentação era a legitimidade historiográfica, fica patente que para Bayle os historiadores a serviço de príncipes eram bajuladores e apologistas à espera de mercês. Colocadas as coisas nas suas devidas proporções, um servo estava em condições de ser menos sabujo do que um ministro:

Consulte os historiadores que mais se aprofundam nos detalhes; leia bem, sobretudo, aqueles que fazem memórias. Se fizer tudo de forma

---

<sup>102</sup> Esse não era um problema exclusivo da historiografia, mas talvez para ela fosse mais sensível. Antes do século XVII, o segredo era elemento tanto da política como do saber. Nas duas esferas se operavam com hermetismos cujas regras só eram sabidas por adeptos e iniciados. Contudo, de acordo com Paolo Rossi, o saber cada vez mais se justificava com base na possibilidade da publicização de seus resultados e de seus métodos: “na literatura científica como também na literatura da própria ciência não existe e nem poderá existir — ao contrário do que aconteceu amplamente e ainda acontece no mundo da política — um elogio ou uma avaliação positiva da dissimulação. Dissimular, isto é, não tornar públicas as próprias opiniões, significa apenas fraudar ou trair (...) O segredo, para a ciência e no âmbito da ciência, tornou-se um desvalor” (ROSSI, 2001, n.p).

adequada, não tenho dúvidas de que concordarás que um pobre laçao é, proporcionalmente, menos mercenário e mais desinteressado que a maioria das pessoas que possuem grandes cargos; seja na casa de príncipes, seja no Estado<sup>103</sup>.

Deixado clara sua desconfiança com relação a história oficial, convido para que nossa atenção se volte para as análises que fez a respeito das condições de produção de testemunho de eventos políticos por meio de impressos. Em especial, aqueles testemunhos produzidos no tempo presente e em momentos limites, como os de guerra.

### História, gazetas e a propagação de notícias falsas

Bayle traz o termo *Arcana Imperii*, insígnia discursiva sob a qual se constitui uma das ideais a respeito do Estado Moderno, onde a política é capaz de produzir e reter segredos (ZUERIUS<sub>1</sub>, rem. K). A regra política do segredo produz mais silêncios do que testemunhos: “é útil esconder das pessoas parte do mal na perda de batalhas, e em outras calamidades de consequência”<sup>104</sup>. Sobre esses relatos, principalmente os ocorridos recentemente: “não é possível publicar nesses textos tudo que se sabe, algumas coisas devem ser sacrificadas à utilidade pública”<sup>105</sup>. Se há de menos, há também demais. Some-se à falta de informação a produção deliberada de desinformação: “É atribuído a Catarina de Médici esta máxima de que uma notícia falsa que seja acreditada por três dias pode salvar um Estado”<sup>106</sup>. De acordo com

---

<sup>103</sup> “Consultez les historiens qui entrent le plus dans le détail: lisez bien sur tout ceux qui donnent des mémoires. Si vous faites bien tout cela, je ne doute point que vous ne tombiez d'accord qu'un pauvre laquais est à proportion moins mercenaire, & plus desintéressé, que la plupart des personnes qui possèdent les grandes charges, soit dans la Maison des Princes, soit dans l'État” (HAILLAN<sub>2</sub>, rem. M).

<sup>104</sup> “Il est utile de cacher aux peuples une partie du mal dans la perte des batailles, et dans telles autres disgraces de conséquence” (BAYLE, 1702, p. 3.101b).

<sup>105</sup> “Il n'est pas possible de publier dans ces écrits tout ce que l'on sçait; il faut sacrifier quelque chose à utilité publique” (BAYLE, 1702, p. 3.101b).

<sup>106</sup> “On attribue à Catherine de Medicis cette maxime, qu'une nouvelle fausse creue trois jours pouvoit sauver un État” (BAYLE, 1702, p. 3.100b).



Bayle “as histórias estão repletas da utilidade das notícias falsas”<sup>107</sup>. Principalmente nas épocas de guerra, onde o boato pode servir de antidoto contra o medo ou para introjetar esperança elevando o moral das tropas e fortalecendo a resiliência da população. Porém, essa fórmula produz resultados ambíguos não sendo “desses tipos de máximas nas quais se busca universalidade”<sup>108</sup>. Em algumas ocasiões pode ser benéfico estar persuadido da verdade de uma mentira, noutras não. Da mesma forma, a verdade nem sempre é salutar em termos pragmáticos, mesmo a verdadeira persuasão pode ser perniciososa.

Nos relatos recentes a respeito de infortúnios públicos, não se espera sinceridade — e politicamente poderia ser prejudicial se fosse de outra forma. Se numa situação de perigo não há boas notícias para dar para a população, a prudência pede que os chefes civis façam circular rumores e boatos [*bruits*] que acalmem as pessoas. São fraudes [*tromperies*] previstas: “esse é um procedimento ordinário da prudência política, é uma lição de ABC nesse gênero”. Não só esperadas, como autorizadas e justificadas: “ninguém deve, portanto, culpar as dissimulações de um relato que segue de perto os acontecimentos: o bem público exige o uso de figuras de retórica que atenuam perdas que se tenha sofrido, ou vantagens do inimigo”<sup>109</sup>. Em outro ponto acrescenta: “além disso, da mesma forma que são permitidos estratagemas na guerra, devemos desculpar os artifícios dos periodistas, pois o cuidado que tomam para contradizer os relatos dos inimigos é uma espécie de guerra”<sup>110</sup>. E ainda nesse sentido: “não deve causar estranhamento que as primeiras relações sejam repletas de dissimulações: a política o quer”<sup>111</sup>.

---

<sup>107</sup> “*Les histoires sont remplies de l'utilité des fausses nouvelles*” (BAYLE, 1702, p. 3.100b).

<sup>108</sup> “*Ce n'est pas dans ces sortes de maximes que l'on cherche l'universalité*” (BAYLE, 1702, 3.101b).

<sup>109</sup> “*C'est une demarche ordinaire de la prudence politique, c'est une leçon d'ABC en ce genre-là. Personne ne doit donc blamer les déguisemens d'une relation qui suit de près les événemens: le bien public exige l'emploi des figures de rhétorique qui éxtenuent la perte que l'on a faite, et les avantages de l'ennemi*” (BAYLE, 1702, 3.101b).

<sup>110</sup> “*Outre cela que les ruses étant permises dans la guerre, il faut excuser les artifices des nouvellistes, car le soin qu'ils prennent de contrequarrer les relations de l'ennemi sont une espece de guerre*” (BAYLE, 1702, p. 3.101b).

<sup>111</sup> “*il ne faut pas trouver étrange que les premières relations soient remplies de déguisemens: la politique le veut*” (BAYLE, 1702, p. 3.101b).

A escrita utilizada como arma [*les armes de plume*] é permitida para a disputa política, mas não deve ser aceita para a escrita da história. Identificava na intersecção de diferentes fatores um desafio colocado para o futuro. Todas as parcialidades colocadas acima eram intensificadas no contexto de disputas confessionais e de guerras civis do seu tempo. Ele, e outros contemporâneos seus, se perguntavam que testemunhos estariam disponíveis para quem no futuro fosse contar a história desses eventos. Era compreensível que os relatos feitos no calor da hora tivessem distorções e os boatos tinham justificação política, porém:

seria desejável que tais relatos não se destinassem senão aos ouvidos, ou que pelo menos não fossem impressos, pois a impressão os eterniza e faz servir de fundamento aos historiadores: isso espalha pela história um caos impenetrável de incertezas, que retira dos séculos seguintes o conhecimento da verdade<sup>112</sup>.

Pierre Bayle pensava a respeito da fabricação e veiculação de informações no novo contexto aberto, desde o século XV, com a invenção da imprensa. Quem fosse escrever a história precisaria conhecer as dinâmicas de produção engendradas com as novas tecnologias de impressão. Mais especificamente, tinha de saber das relações entre as atividades tipográficas, o poder político e as guerras (civis ou entre nações). Uma modalidade impressa em particular lhe chamava a atenção: as gazetas. Geralmente os primeiros registros de eventos contemporâneos recebiam o nome de memórias ou relações. Eram relatos a respeito do tempo presente, muitas vezes veiculados em periódicos e gazetas. Escritos no calor da hora, difundiam-se também na forma de panfletos e de folhas volantes. Com a revolução das técnicas de reprodutibilidade dos textos, Bayle identificava uma proliferação dessa modalidade de material impresso.

A autonomia dos periódicos era limitada, o escritor de gazetas “não era inteiramente mestre de suas obras, submetido às ordens superiores não pode dizer a

---

<sup>112</sup> “serait-il à souhaiter que ces relations ne fussent que pour les oreilles, ou que pour le moins on ne les imprimât pas; car l'impression les éternise, et les fait servir de fondement aux historiens: ce qui répand sur l'histoire un chaos impénétrable d'incertitude, qui dérobe aux siècles suivans la connaissance de la vérité” (BAYLE, 1702, p. 3.101b).

verdade com a sinceridade que a história exige”<sup>113</sup>. O cerne do problema estava em que “os escritores de notícias hebdomadárias (...) não ousariam dizer tudo que sabem”<sup>114</sup>. Os receios eram vários: medo de punições, dificuldade na venda e distribuição de exemplares, receber acusações de serem eles inimigos do bem público (BAYLE, 1702, p. 3.102b). Também considerava que o público tinha um papel ativo na produção de distorções dos relatos dos eventos, pois os periodistas que mentem “com inteligência, com conjecturas e com reflexões que sejam igualmente engenhosas, lisonjeiras e malignas, são aplaudidos, admirados, adorados e corre-se atrás de seus trabalhos”<sup>115</sup>. Bayle não associava os periodistas de seu tempo aos historiadores ou cronistas, mas aos poetas cômicos que só fazem adular ao auditório e que não buscam senão vantagens para si mesmos<sup>116</sup>. Via na maioria das gazetas o empreendimento de oportunistas. Existiam limitações do que poderia ser dito, porém, exageravam por sua conta ao inventar mentiras excessivamente grosseiras. Os redatores dessas gazetas eram escritores indignos cuja atuação comparava às Harpias – figuras mitológicas que com suas garras trucidavam aquilo que encontravam a sua frente (BAYLE, 1702, p. 3.103)<sup>117</sup>. Os gazetistas eram figurados como essas aves de rapina que retalham e desfiguram os fatos.

Uma carta de Guy Patin, datada do ano de 1665, relata da prisão de seis escritores enviados à Bastilha, os quais ganhavam a vida escrevendo gazetas. O grupo é descrito como insolente, mentiroso e ganancioso. Publicavam coisas que não sabiam e que não deveriam ter escrito. Ainda assim, lamenta Patin, esse tipo de material era impresso, anunciado e vendido pelas ruas (Bayle, 1702, 3.104b). As considerações de Bayle a respeito das inovações da arte de imprensa oscilam entre seus efeitos como remédio ou como veneno. Reconhecia, por exemplo, o quanto os textos impressos poderiam produzir menos erros do que aqueles reproduzidos de

<sup>113</sup> “Il n’est pas entièrement le maître de son ouvrage, et que soûmis à des ordres supérieures, il ne peut dire la vérité avec la sincérité qu’exige l’histoire” (MARVILLE apud BAYLE, 1702, p. 3.102a). Conforme a sequência da citação de Marville, fossem os autores de gazetas sinceros, e não seriam mais necessárias outras histórias do tempo presente do que seus relatos. Bayle considerava essa conclusão exagerada.

<sup>114</sup> “Les nouvellistes hebdomadaires (...) n’oseraient dire tout ce qu’ils savent” (BAYLE, 1702, p. 3.102b).

<sup>115</sup> “Avec esprit, et avec des conjectures, et des réflexions également ingénieuses, flatteuses, malignes, on les loue, on les admire, on les aime, et l’on court apres leurs ouvrages” (BAYLE, 1702, p. 3.102b).

<sup>116</sup> Para esse argumento se autoriza na censura jocosa que Terêncio faz aos poetas cômicos.

<sup>117</sup> Essa figura das Harpias retirou de Virgílio.

forma manuscrita. Identificava e celebrava também a velocidade e a maior quantidade na divulgação das letras e das ciências. Mas justamente nesse ponto a questão se encontrava no fio da navalha. Pois, se a mentira e o equívoco são de todas as épocas, nunca antes as condições técnico-tecnológicas foram tão propícias para a proliferação de tantos enganos:

O que seria dos inimigos do pirronismo histórico, se esse mal tivesse prevalecido na época da antiga Grécia e da velha Roma? Para felicidade deles a imprensa é uma invenção muito moderna (...) porque se a antiguidade grega, romana, persa, cartaginesa, etc., tivesse a empregado como a empregamos hoje, teriam dificuldade de nos provar qualquer coisa<sup>118</sup>.

Os antigos nunca conheceram as técnicas de impressão. No entanto, conforme entendimento que o autor compartilhava com seus contemporâneos, os dramas humanos como que se repetem variando na forma que ocorrem, mas não na essência. As variações são, de todo modo, diferenças a serem descritas, ainda que para reforçar concepções previamente consolidadas a respeito da natureza humana. As inclinações humanas encontram condições próprias de desdobramento de acordo com as circunstâncias. As guerras de religião e o advento da imprensa são circunstância muito específicas do período moderno. O novo contexto, técnico e político, não era criador de novas paixões e afetos, mas permitia a amplificação e proliferação deles. O mesmo ocorria com a falsificação, a mentira e o vitupério, que não eram uma novidade, mas que nas condições modernas eram reproduzidas de forma mais intensa.

Para Bayle, seria de todos os tempos que os testemunhos fossem, muitas vezes, acusações. Orientados por sentimentos viciosos como inveja, soberba, ira e vaidade, os sujeitos fazem difundir mentiras para atingir a reputação de seus inimigos ou desafetos. No seu artigo sobre Péricles faz esse jogo entre passado e presente para evidenciar, remetendo à leitura de Plutarco, como é difícil chegar às

---

<sup>118</sup> *“Que deviendroient les ennemis du pyrrhonisme historique, si ce mal avoit eu cours du tems de l’ancienne Grece, et de la vieille Rome? Ils sont à féliciter de ce que l’Imprimerie est une invention si moderne (...) Car si l’Antiquité Greque, Romaine, Persane, Carthaginoise, etc., en avoit usé comme l’on en use aujourd’hui, ils auroient bien de la peine à nous preaver quelque chose”* (BAYLE, 1702, p. 3.104).

verdadeiras causas dos eventos históricos em meio a tantas alegações<sup>119</sup>. Quando não era o vitupério, era a lisonja que distorcia os testemunhos. Contudo, a cultura impressa moderna teria levado esses problemas ao paroxismo:

Se Plutarco vivesse hoje, ele asseguraria que nossa posteridade terá mil dificuldades para discernir as verdadeiras histórias de nosso tempo; porque são publicadas tantas falsidades e tantas vítimas são oferecidas ao maligno demônio do ódio e da inveja dos povos que, se os satíricos de Atenas retornassem ao mundo, eles se veriam como noviços. Além disso, são publicados tantos elogios que os bajuladores daquele país, caso ressuscitassem, ficariam convencidos de que foram apenas crianças em idade escolar<sup>120</sup>.

É um artigo sobre Péricles e o argumento historiográfico é retirado de Plutarco, mas Bayle está problematizando a situação que caracterizava a sua época. É uma elaboração sobre as condições de produção de testemunho no seu tempo presente. É também uma reflexão do caráter do testemunho como vestígio ou, mais especificamente, sob que condições os testemunhos adquirem a perenidade relativa necessária para constituí-los como vestígios. A passagem do tempo é um fator que interfere na certeza histórica; nas artes de história a passagem do tempo é entendida como um solvente que faz diluir os rastros do passado. Tudo isso é trabalhado no prisma de uma ideia de distância testemunhal, quanto mais contemporâneo aos acontecimentos mais próximos e, portanto, mais dignos de crédito são os testemunhos. Os modernos para saber do passado remoto tem de consultar os testemunhos produzidos na Antiguidade — aqueles que restaram e que, portanto, são vestígios. Quanto mais remoto esse passado, menos registros estão disponíveis para consulta; menos resta<sup>121</sup>. Não raro, quando Bayle comenta a respeito de livros e

---

<sup>119</sup> O poder e o sucesso de Péricles teriam tornado sua figura odiosa para seus adversários, os quais por sua vez fizeram disseminar mil mentiras a seu respeito (PERICLES<sub>1</sub>, rem. H).

<sup>120</sup> *“Si Plutarque vivait aujourd'hui, il assurerait que notre postérité aura mille peines à discerner les histoires véritables de notre tems; car on publie tant de faussetez, & l'on offre tant de victimes au mauvais demon de la haine & de l'envie des peuples, que si les satiriques d'Athenes revenoient au monde, ils se regarderoient comme des novices. D'ailleurs, on publie tant d'éloges, que les flateurs de ce país-là, S'ils resuscitoient, seraient convaincus qu'ils n'ont été que des écoliers”* (PERICLES<sub>1</sub>, rem. H).

<sup>121</sup> Aqui estou reduzindo testemunho, registro e vestígio ao texto escrito. Na época, principalmente devido a atividade antiquária, a cultura material de inscrições, objetos e monumentos arquitetônicos eram tratados como importantes fontes de conhecimento do passado. Bayle, como veremos em mais detalhes, tinha reservas a respeito da possibilidade desse tipo de testemunhos poder auxiliar nas explicações históricas.

autores da Antiguidade, repete “tudo isto está perdido, não nos resta nada”, ou “isso que nos resta”<sup>122</sup>. A passagem do tempo vai como que dilapidando, diminuindo a cada geração os registros disponíveis<sup>123</sup>. No tempo presente, por sua vez, existe uma abundância de registros e uma proximidade espaço-temporal entre os eventos e os relatos que os testemunham. Porém, tanto o grande número como a proximidade apresentam dificuldades para quem estuda e analisa a história.

A proximidade espaço-temporal entre o evento e o seu testemunho, por si só, não estabelece certeza. Encontrava em Tácito que eventos remarcáveis podem ser desde sua origem relatados de maneiras diferentes<sup>124</sup>. A existência de testemunhos divergentes, quando não se pode de forma definitiva determinar qual deles é o mais correto, forma “uma facção, e uma espécie de cisma no mundo da história”<sup>125</sup>. Essa quebra no consenso historiográfico participa das condições de estabelecimento do ceticismo histórico. Notamos, pelo vocabulário, que Bayle lê Tácito, mas o que está encenado em seus comentários são cismas e facções de seu tempo. Era imerso na multidão de testemunhos relativos às guerras de religião, que a imprensa fazia espalhar por toda Europa, que Bayle declarava preferir ser cético: “a guerra é a mãe de todas as coisas”<sup>126</sup>, diz o provérbio que Bayle repete na sua dissertação sobre os libelos difamatórios. Sobre Luciano de Samósata escreveu que: “sem saber fez a pintura do nosso século, quando falou de uma guerra que produziu um número tão grande de historiadores que se diria que este ofício estava na moda”<sup>127</sup>. A proliferação das histórias é comparada com o espalhamento de uma doença

---

<sup>122</sup> Sobre os livros de Timeu “*Tout cela est perdu, il ne nous en reste rien*” (TIMÉE<sub>2</sub>, txt.). Sobre o livro de XII de Políbio “*ce que nous reste*” (TIMÉE<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>123</sup> Bayle, a exemplo de seus contemporâneos, via na atividade letrada dos eruditos dos séculos XV e XVI como o início de um esforço de fazer parar esse processo de apagamento constante. As propostas de resgate dos vestígios da antiguidade clássica, efetivadas em publicações diversas, eram intervenções voltadas para conferir perenidade aos textos que iam sendo encontrados.

<sup>124</sup> Em “USSON<sub>2</sub>”, rem. F, remete a(o) leitor(a) para (TÁCITO, Anais, III, 19).

<sup>125</sup> “*une faction, et une espece de schisme dans le monde de l'histoire*” (USSON<sub>2</sub>, rem. F).

<sup>126</sup> “*la guerre est la mère de toutes choses*” (BAYLE, 1702, p. 3.103).

<sup>127</sup> “*Lucien sans le savoir a fait la peinture de notre siècle, lors qu'il a parlé d'une guerre qui avait produit un si grand nombre d'historiens, qu'on aurait dit que ce métier était à la mode*” (BAYLE, 1702, p. 3.103).

epidêmica<sup>128</sup>. De acordo com Bayle, no seu contexto letrado, não havia maior inconveniente que a multidão de escritores, os quais ele via sujar os fatos históricos com suas mãos impuras<sup>129</sup>.

Nesse quadro, estar temporalmente próximo dos fatos não garantia certezas. No lugar dos falaciosos historiadores do tempo de Luciano, Bayle destinava particular censura aos escritores de gazetas, os quais, segundo ele, poder-se-ia dizer “são carrascos que torcem o pescoço, os braços e as pernas aos fatos históricos”. Retalham e acrescentam coisas por sua própria conta “e isso quase no momento em que um evento emergiu do seio de suas causas, que as façanhas de uma batalha apenas acabaram de nascer”<sup>130</sup>. Era por meio da imprensa que Bayle considerava ter início “essas primeiras alterações que se faz sofrer aos eventos desde o seu nascimento, por relatos dissimulados que sobre eles são feitos no calor da hora, e que são difundidos por toda a parte o mais rápido possível”<sup>131</sup>. Variações nos relatos, devido a diferentes percepções e interesses envolvidos; proliferação dos testemunhos (textos) potencializada pelas técnicas de impressão e condições do mercado editorial; uma vez que a certeza não era possível, suspender o juízo era um imperativo.

A incerteza histórica não era desejável, mas pior do que ela era a afirmação categórica da mentira como se fosse verdade. Bayle delineia as engrenagens da cadeia de transmissão que permite que um equívoco seja replicado. Não é uma novidade: “cronistas costumam copiar as mesmas mentiras uns dos outros”<sup>132</sup>.

<sup>128</sup> “Ele [Luciano] compara essa moda [de escrever histórias] a doença epidêmica dos abderitas” [*Il compare cette mode à la maladie épidémique des Abdérites*] (BAYLE, 1702, p. 3.103).

<sup>129</sup> Nesse ponto não faço senão paráfrase, contudo vale a pena ler o trecho na íntegra para perceber que Bayle literalmente situava a questão no seu presente: “Não estou dizendo que não existem desvantagens do outro lado [falava da escrita de matiz aristocrático, aquela oficialmente permitida e que foi comentada acima]; mas, em tudo existindo alguma desvantagem, resta que evitemos as maiores, como são sem dúvida essa multidão de escritores, os quais hoje vemos sujar os fatos históricos com suas mãos impuras” [*Je ne dis pas qu'il n'y ait des inconvéniens de l'autre côté; mais y en aiant par tout, il reste que l'on évite les plus grans, comme sont sans doute cette multitude d'écrivains, qu'on voit aujourd'hui salir de leurs mains impures les faits historiques*] (BAYLE, 1702, p. 3.100)

<sup>130</sup> “sont des bourreaux qui tordent le cou, les bras et les jambes aux faits historiques (...) et cela presque au moment même qu'un événement est sorti du sein de ses causes, et que les exploits d'une bataille ne font que de naître” (BAYLE, 1702, p. 3.103).

<sup>131</sup> “ces premières altérations qu'on fait souffrir aux événemens dès leur naissance, par des Relations déguisées que l'on débite à l'a chaude, et que l'on repand par tout le plus promptement qu'il est possible” (BAYLE, 1702, p. 3.100).

<sup>132</sup> “Chroniqueurs copient souvent les uns des autres les mêmes mensonges” (Table des Matières, 1720).

Problema encontrado desde a cultura manuscrita, ainda mais grave no universo da cultura impressa. Corretores e impressores cometiam muitos erros também. Quebrar as máquinas e voltar ao trabalho manual seria uma medida que não resolveria o cerne do problema, ainda que pudesse afetar a sua proporção. Como já se disse, não é que as artes de impressão fossem a causa dos erros. Eles nasciam de equívocos de percepção ou de falsificações deliberadas. As máquinas tipográficas davam escala. Mas esse retrocesso técnico não era uma opção considerada por Bayle.

O fenômeno de produção, circulação e recepção das notícias era colocado num quadro de determinismo antropológico. Em geral, a humanidade é inflamada por uma vontade insaciável de ouvir novidades; todos são ávidos por saber detalhes sejam eles verdadeiros ou duvidosos, os quais cada um interpreta de acordo com seus desejos (BAYLE, 1702, 3.102a). Com inquieta curiosidade, as notícias domésticas e estrangeiras eram consumidas. Notícias que vinham de toda parte e iam para toda parte. As gazetas não faziam senão dar vazão a afetos intrinsecamente humanos. Tratava-se de um fluxo que não podia ser cessado. Além do mais, Bayle constatava o profundo enraizamento desses produtos impressos no cotidiano de seu tempo. Em dado ponto, interpela a(o) leitor(a): “note que o mundo está de tal forma acostumado com as gazetas que a supressão delas seria percebida como um eclipse. Isso seria como uma espécie de luto público”<sup>133</sup>.

O gênio e a capacidade que Bayle percebia no público era desigual: uns leem com proveito, outros nem tanto. Por isso, se buscava, ao mesmo tempo, atender à demanda imposta pela curiosidade inata e direcionar isso para o proveito geral. Bayle destacava propostas editoriais voltadas para a avaliação dos usos e abusos modernos [*hodierno usu & abusu*] das notícias. Trabalhos que, entre os anos de 1660 e 1676, funcionavam como manuais para leitura de periódicos e gazetas, contextualizando os aspectos históricos, geográficos e políticos das notícias publicadas (BAYLE, 1702, 3.102a). Na melhor das hipóteses, a circulação das informações veiculadas pelos periódicos poderia ser filtrada, coordenada e guiada:

---

<sup>133</sup> “Notez que le monde est tellement accoutumé à la gazette, qu'il en regarderait la suppression comme une eclipse. Ce serait une espece de deuil public” (BAYLE, 1702, p. 3.102a).



“li em algum lugar das *Notícias da República das Letras* que seria desejável que alguém fosse encarregado de reunir, ao final de cada ano, todas as falsas notícias [*faux bruits*] que tivessem sido espalhadas”<sup>134</sup>. Existiam gazetas, na verdade, que tanto eram veículos de difusão de equívocos como também publicavam informações corrigindo dados inexatos. No entanto, muitas vezes não se sabia senão por acaso que uma falsidade fora debitada.

Bayle encaminha uma reflexão sobre os suportes e os efeitos que eles podem ter na perenidade e recepção dos textos. É por isso, como veremos, que o DHC, além de reunir histórias, comentários e exercícios de crítica, se constituía também em arquivo. Dissertações, reflexões e esclarecimentos cujo conteúdo ocupavam poucas páginas e que, portanto, poderiam ter sido veiculados na forma de panfletos não o foram. O autor os colocou ao final do in fólio do DHC para que assim não tivessem “o destino das folhas volantes, que na maioria das vezes não duram mais que uma semana”<sup>135</sup>. As gazetas e panfletos, devido a sua natureza material, tinham vida curta. As notícias que veiculavam circulavam por algum tempo. Os rumores e murmurações eram transmitidos oralmente. Os *faux bruit*, não raro, ainda eram repetidos aqui e ali. Ainda que de caráter efêmero, o acaso eventualmente entra em cena e uma velha gazeta – esquecida no fundo de um depósito, na gaveta de um gabinete ou no canto escuro de uma biblioteca qualquer – poderia no futuro cair na mão de algum escritor. Esses textos ou fragmentos deles, colocados fora do contexto inaugural de que fizeram parte – e que então, pelo menos os bem informados, sabiam se tratar de relatos sem fundamento e veracidade – poderiam na posteridade talvez ser tomados por testemunhos válidos de uma época (BAYLE, 1702, p. 3.100a).

Assumir como provas de fatos verídicos as notícias efêmeras que circulavam era falta típica dos escritores de gazetas [*la faute des gazetiers*]. Prática desculpável em escritos diários [*écrits journaliers*]: “mas um historiador que ouse adotar essa

---

<sup>134</sup> “J’ai lu quelque part dans les *Nouvelles de la République des Lettres*, qu’il serait à souhaiter qu’on chargeât quelcun de marquer à la fin de chaque année tous les *faux bruits* qui auraient couru” (BAYLE, 1702, p. 3.102a).

<sup>135</sup> “la destinée des feuilles volantes, qui la plûpart du tems ne passent pas la semaine” (BAYLE, 1720 p. 3.025).

conduta é inteiramente indesculpável”<sup>136</sup>. E, no entanto, existiam aqueles que, nas palavras de Bayle, atuaram ativamente para “canonizar” boatos como se fossem fatos históricos. Outra vez como que vemos se esboçar um circuito, donde num dos polos é produzido o equívoco e, noutra, ele é consolidado. A partir dos hebdomadários os testemunhos duvidosos são então repetidos, principalmente, em obras de tipo “*synopses rerum toto orbe gestarum e abrégés de l’Histoire Universelle in usum studiosae juventutis*” – com esse título extenso o autor estava falando de histórias universais, concisas e resumos históricos voltadas para jovens estudantes. Para os escritores dessas histórias abreviadas, faltava diligência na escolha das fontes. Reproduziam as primeiras informações que tinham diante dos olhos ou que lhes chegava aos ouvidos e por isso eram “os maiores propagadores de falsas notícias”<sup>137</sup>.

Não eram, contudo, os compêndios e os epítomes de história, “os mais perigosos conservadores da mentira”<sup>138</sup>. Um leitor mais exigente não tomaria essas edições de caráter didascálico como dignas de crédito. Porém, “há historiadores”, dizia Bayle, “que enganam inclusive pessoas que se orgulham de ser difíceis de contentar”<sup>139</sup>. Falava de suposições contadas por historiadores que se assemelhavam a Varillas, os quais tinham predileção por dizer coisas que não se encontravam nas histórias ordinárias. Essa categoria de escritor esperava ser reconhecida por ter desencavado alguma anedota, dados ocultos, negociações secretas ou intrigas não sabidas até então. Não deixava de ser também uma impressão de Bayle a respeito da cultura editorial historiográfica de seu tempo: “que alguma coisa tenha sido abandonada ao esquecimento de todos, é suficiente para que a publiquem”<sup>140</sup>. Com base nesses testemunhos curiosos, porém frágeis, fazem acreditar se estar adentrando nos gabinetes dos príncipes e desvendando muitos mistérios:

---

<sup>136</sup> “Mais un historien qui ôse tenir cette conduite est entièrement inexcusable” (GUICCIARDINI<sub>1</sub>, rem. B). Nesse ponto, para complementar o argumento, remete o(a) leitor(a) para a terceira edição da sua *Critique générale du calvinisme, Lettre II*, p. 27.

<sup>137</sup> “les plus grans propagatateurs de fausse nouvelles” (BAYLE, 1702, p. 3.100a).

<sup>138</sup> “Les plus dangereux conservateurs du mensonge” (BAYLE, 1702, p. 3.100a).

<sup>139</sup> “Il y a des historiens qui (...) trompent les personnes mêmes qui se piquent d’être difficiles à contenter” (BAYLE, 1702, p. 3.100a).

<sup>140</sup> “qu’une chose ait été abandonnée à l’oubli de tout le monde, c’est assez pour eux afin de la publier” (BAYLE, 1702, p. 3.100a).

Quando esses senhores encontram em algum canto de Biblioteca, ou entre os papéis esfumados de um inventário, um impresso que lhes era desconhecido, leem-no avidamente; isso é louvável. Mas se nele encontram algum fato particular, raro, surpreendente, imediatamente o adotam, para que sirva de base para conjecturas que pretendem expor como fatos, ou como esclarecimentos históricos. Isso dificilmente é louvável, é muitas vezes o caminho da ilusão<sup>141</sup>.

Preocupava, portanto, os livros que traziam títulos de história, memória ou relação e que, pela celebridade de seus autores, perpetuavam equívocos e mentiras. Numa atitude cética com relação a esse tipo de conjecturas, o que faz é ser exigente quanto aos critérios comprobatórios. A persuasão pode mascarar as intenções do historiador e convencer que ele relata tudo tal qual as coisas se passaram. O uso habilidoso das palavras pode tornar muito convincente um historiador que não necessariamente seja o mais verdadeiro. Sendo o raciocínio inverso também válido. Ou seja, um historiador, ainda que sincero e o mais imparcial possível, pode não ser tão bom escritor e por isso ser pouco crível. O ideal é nunca se deixar persuadir facilmente. Tarefa exigente, principalmente quando se tratava de textos redigidos por escritores hábeis. Nessas questões, alertava: “tenha certeza que o historiador que possui maior engenho é aquele cuja causa parece ser a melhor, e que não é nada fácil chegar até a evidência”<sup>142</sup>.

Então, “depois disso, não seria uma tarefa inútil ler a história?”<sup>143</sup>. É o próprio autor quem nos coloca a pergunta. A resposta dessa indagação dependia do que se pretendia ao ler relatos históricos ou ao fazer a crítica dos vestígios textuais sobre o passado. No *Critique générale*, escreveu: “quase nunca leio os historiadores com o intento de me instruir das coisas que se passaram, mas somente para saber aquilo

---

<sup>141</sup> “Quand ces Messieurs trouvent dans quelque coin de bibliotheque, ou parmi les paperasses enfumées d'un inventaire, un imprimé qui leur étoit inconnu, ils le lisent avidement, cela est louable. Mais s'ils y trouvent quelque fait particulier, rare, surprenant, ils l'adoptent tout aussitôt, pour le faire servir de base à des conjectures qu'ils ont dessein d'étaler comme des faits, ou comme des éclaircissements historiques. Cela n'est guère louable, c'est très souvent le chemin de l'illusion” (BAYLE, 1702, p. 3.100a).

<sup>142</sup> “J'avoue encore qu'en examinant l'enchaînement de plusieurs faits, en considérant le génie des acteurs, en pesant toutes les circonstances, en comparant ensemble ce qui a été dit par les uns & par les autres, on peut éclaircir bien des choses, découvrir bien des impostures, réfuter bien des calomnies. Mais en ces choses-là, Monsieur, soyez assuré que l'historien qui a le plus d'esprit, est ordinairement celui dont la cause paraît la meilleure, & qu'il est bien mal-aisé de parvenir jusqu'à l'évidence” (O.D. II, 12a).

<sup>143</sup> “Après cela n'est-ce point peine perdue que de lire l'histoire?” (OD II., 11a).

que se diz em cada nação e em cada partido sobre as coisas que se passaram”<sup>144</sup>. Importante ressaltar o *quase nunca*; pois, como veremos, por vezes era possível saber o que se passou. E, juntando o que ficou no parágrafo precedente, considerava muito difícil *chegar até a evidência*, não dizia ser impossível.

Para o encerramento desse capítulo dedicado ao ceticismo histórico em Pierre Bayle, caberia enumerar algumas palavras-chave apresentadas até aqui: parcialidade, engenho, manipulação, falsificação, trapaça e mentira; todos estes são ingredientes que ele identificou nos enredos historiográficos. Em um campo de tantas incertezas, para que o estudo do passado não fosse um desperdício de tempo e de energia, se fazia necessário saber avaliar os textos. Como diria Louis Emille Du Pin (1657-1719), numa publicação que Bayle colocou como complementar ao DHC, quando se ignora as regras da crítica “se está sujeito a ser enganado por monumentos falsos”<sup>145</sup>. No *Projet e fragmens*, lemos: “não é de alguma serventia” um livro dedicado a “corrigir a má inclinação que temos de fazer julgamentos temerários? Não é de alguma serventia aprender a não acreditar precipitadamente no que se imprime?”<sup>146</sup>. Não se deixar convencer facilmente além de uma máxima de prudência, era também um preceito crítico. As dúvidas, como veremos nos capítulos sobre a crítica e sobre a história, foram importantes para Pierre Bayle definir as suas certezas.

A mediação entre o acontecido e o seu relato produz alterações desde o momento mesmo em que os eventos emergem: “é um pecado original cuja propagação não pode ser negada: demasiados exemplos o provam; e aí reside a grande desordem”<sup>147</sup>. O empreendimento do DHC tratava de mitigar essa bagunça que era constatada. Cada *Remarque* repete exercícios de crítica que ensina com que critérios e de que modo pesar os testemunhos/documentos/textos. Sobre as mãos impuras que sujam os fatos históricos, especificava que “sujá-los, digo eu, não só

---

<sup>144</sup> “je ne lis presque jamais les historiens dans la vuë de m'instruire des choses qui se sont passées, mais seulement pour savoir ce que l'on dit dans chaque nation & dans chaque parti, sur les choses qui se sont passées” (OD II, p. 10b).

<sup>145</sup> “on est sujet à être trompé par de faux monumens” (DUPIN, 1690, p.15).

<sup>146</sup> “Or n'est-ce rien que de corriger la mauvaise inclination que nous avons à faire des jugemens téméraires? N'est-ce rien que d'apprendre à ne pas croire légèrement ce qui s'imprime?” (BAYLE, 1692, fl. 33).

<sup>147</sup> “c'est un péché originel dont on ne peut nier la propagation: trop d'exemples la prouvent; et c'est là le grand desordre” (BAYLE, 1702, p. 3.100).

para o tempo presente, mas pelos os séculos que virão”<sup>148</sup>. A ausência da crítica provoca equívocos, os quais não se limitam a uma determinada obra e a seu instante imediato de publicação e recepção; seus efeitos se propagavam. Uma história publicada, por pior que fosse, se tornava fonte pública para muitos outros escritores.

Conforme Bayle, muitos eram aqueles que repetiam o que encontravam nesses livros. Ao ler certos fatos notáveis e de grande consequência, não se surpreendia que as referências fossem esses livros, e não os registros autênticos (REMOND<sub>2</sub>, rem. D). Quando colocava que sua tarefa de correção seria pior do que cortar as cabeças da Hidra, era porque, segundo seu entendimento, muitos foram os equívocos cometidos no passado, e ilimitados os equívocos que seriam produzidos no futuro: “tantas penas já canonizaram os primeiros rumores” e tantas outras ainda “perpetuarão as mentiras que são divulgadas diariamente”<sup>149</sup>. Não deixariam de existir escritores do tipo de Varillas; que fazem ressurgir falsidades, as quais não teriam, de outro modo, senão circulado por poucos dias nos meios de notícias ordinárias<sup>150</sup>. E sempre haveriam historiadores que repetiriam o que leram em escritores semelhantes a Varrillas<sup>151</sup>. Por isso: “é necessário fazer a crítica disso: o que poderá servir para lidar com o caos”<sup>152</sup>.

---

<sup>148</sup> “les salir, dis-je, non seulement pour le tems présent, mais pour les siècles à venir” (BAYLE, 1702, p. 3.100).

<sup>149</sup> “tant de plumes aiant déjà canonisé les premiers bruits» (BAYLE, 1702, p. 3.102). “Perpétueront les mensonges que l’on divulgue journellement” (BAYLE, 1702, p. 3.100).

<sup>150</sup> Bayle de fato tem Varillas em mente como modelo exemplar quando fala das dinâmicas historiográficas de perpetuação de equívocos. Embora, Maimbourg e Remond, como vimos, também fossem mobilizados como figuras desse tipo. É a figura do historiador que “ressuscitaria, portanto, uma falsidade que não correu senão poucos dias nas notícias ordinárias, e a perpetuaria”. [“ressusciterait donc une fausseté qui n’a couru que peu de jours dans les nouvelles ordinaires, et il la perpétuerait”] (BAYLE, 1702, p. 3.100a).

<sup>151</sup> “sempre haverá historiadores que repetirão o que leram em Varillas” [“il se trouvera toujours des historiens qui raconteront ce qu’ils auront lu dans Varillas”] (BAYLE, 1702, p.3.100a).

<sup>152</sup> “Il en faudra faire la critique: cela peut servir à débrouiller le chaos” (AMYOT<sub>1</sub>, txt.).

## CAPÍTULO 3: A CRÍTICA TEXTUAL HISTÓRICA

“(…) algo falta irremediavelmente (…) flor ausente de todos os buquês, hoje em terra, em cinza, em pó, em sombra e em nada convertida: falta o passado mesmo, singularidade de um tempo, perfume e cor de um lugar e suas práticas. O passado é uma ficção do presente, ponto evanescente, mas não arbitrário de sua enunciação. Com a tenuidade e a descontinuidade implicadas na operação, trata-se de compor aqui o lugar do morto, tempo e espaço imaginários, hoje mudos, fragmentados pelos ecos das múltiplas vozes silenciadas para sempre que vão **falando nos textos**” [grifos meus] HANSEN, 2004.

“Essa obra pode fazer inimigos” BAYLE, 1692.

### O que foi a crítica?

Como ficou registrado no primeiro capítulo, entre a edição teste de 1692 e a publicação do DHC, no final do ano de 1696, o trabalho deixou de ser apenas crítico e passou a ser também de composição de pequenos resumos históricos. Apesar do destaque ao ceticismo que foi dado no capítulo anterior, nesse estudo será possível perceber que Bayle não refutava o saber histórico em si; muito pelo contrário. O que colocou em questão foi uma determinada forma de se pensar o passado e de se escrever sobre ele. É possível notar na articulação dos dois termos que dão título ao dicionário (histórico e crítico) que mais do que recordar e registrar os feitos e as ações do passado, tratava-se de pesá-los e avaliá-los. Isso implicou na adoção de uma dupla estratégia expositiva. Na abertura do primeiro prefácio registrou: “dividi minha composição em duas partes: uma puramente histórica; uma narrativa sucinta dos fatos; a outra é um grande comentário, uma mistura de provas e discussões nas quais inseri a censura de muitos erros, e mesmo algumas reflexões de caráter

filosófico”<sup>1</sup>. É dessa segunda parte que proponho extrair como Bayle definiu a crítica, bem como o modo que ele efetivamente procedeu nos seus estudos críticos.

A página bayliana exige um certo trabalho de escafandrista, é preciso mergulhar nas suas profundezas para avaliar, separar e recolher os elementos que queremos dar atenção. A dupla divisão que o autor mencionava não consistia simplesmente em um verbete e, abaixo dele, os respectivos *Remarques* contendo os procedimentos adotados e as provas recolhidas. Tinha isso, mas não só isso. Era grande a distância entre o artigo principal e as notas de pé de página, e no interior destas os assuntos também se diversificavam. Sua escrita era digressiva e parecia falar de tudo ao mesmo tempo. Esse seu estilo pode ser verificado desde o *Pensées diverses*, onde um capítulo começava por um tema de moral, em seguida o argumento se convertia (na forma e no conteúdo) em uma controvérsia teológica, a qual poderia terminar num debate político ou simplesmente era encerrado por uma anedota qualquer. A descrição que Bayle fazia do seu próprio modo de escrever evidencia bem isso:

Duvido ter sido acertado teres me exortado a te escrever tudo que eu poderia pensar a respeito desse assunto (...) Isso irá mais longe do que possas ter acreditado: Não sei o que é meditar regularmente sobre uma coisa; facilmente me desvio; me afasto do assunto com muita frequência; salto para lugares onde seria difícil adivinhar que caminho estou seguindo, e sou muito bom em fazer perder a paciência a um Doutor que queira método e regularidade em tudo<sup>2</sup>.

No DHC, como parte fundamental desse novo discurso, estava a crítica. Um dos desafios para tratar o conceito de crítica, além de identificá-lo no interior da maquinaria textual do livro, diz respeito aos desdobramentos que ele ganhou ao longo do tempo. Do objeto original da crítica erudita moderna, eminentemente

---

<sup>1</sup> “J’ai divisé ma composition en deux parties: l’une est purement historique, un narré succinct des faits; l’autre est un grand commentaire, un mélange de preuves et de discussions, où je fais entrer la censure de plusieurs fautes, et quelquefois même une tirade réflexions philosophiques” (BAYLE, 1697, p.2).

<sup>2</sup> “Je doute forte que vous avez raison de m’exhorter à vous écrire tout ce que je pensais sur cette matière (...) Cela va plus loin que vous n’avez cru : je ne sais ce que c’est que de méditer régulièrement sur une chose ; je prens le chage fort aisement, je m’écarte très-souvent de mon sujet ; je saute dans des lieux dont ont aurait bien de la peine à deviner les chamins, et je suis propre fort propre à faire perdre patience à un docteur qui veut de la méthode et de la regularité par tout” (BAYLE, 1682, p.02).

textos, muitos outros se desdobram: condições sociais, práticas, formas de conhecimento, poder e discurso. Em uma de suas definições contemporâneas temos que a crítica não funciona como censura ou juízo, não avalia se os objetos são bons ou ruins, nem se devem ser valorizados ou menosprezados. A crítica é, conforme essa definição, aquilo que evidencia a própria estrutura de avaliação (BUTLER, 2013). Pensada nesses termos o conceito poderia abranger muitos nomes. Hoje: Joan Scott, Judith Butler, bell hooks e Achille Mbembe. No século XX: Michel Foucault, Theodor Adorno, Raymond Williams e Jaques Derrida. Para a historiadora Joan Scott, essa definição de crítica poderia ser também atribuída ao tipo de trabalho que Karl Marx e Friedrich Nietzsche empreenderam no século XIX<sup>3</sup>.

Os termos em que cada época pensou o conceito não eram iguais. Sem falar que, do que se coloca acima, temos pensadoras e pensadores muito diferentes entre si. É notável, de qualquer forma, a permanência do termo como algo fundamental para o debate intelectual ao longo dos últimos quatrocentos anos. No Setecentos, a crítica esteve no centro das questões literárias, filosóficas e políticas. Segundo Koselleck, o debate sobre quais deveriam ser os seus objetos, procedimentos e limites se converteu no tema do século: “por crítica entendia-se a arte de avaliar de forma adequada a matéria em questão, em particular textos antigos, mas também obras literárias e artísticas, assim como homens e povos” (KOSELLECK, 1999, p. 93). Pierre Bayle teve um papel fundamental nessa discussão e suas concepções, direta ou indiretamente, foram decisivas para a própria definição do conceito e suas modalidades de aplicação posteriores. Porém, importante ressaltar que, embora apresente alguns pontos de contato, a crítica em Bayle tinha sentidos e aplicações

---

<sup>3</sup> O primeiro desconstruindo categorias naturalizadas da economia política, bem como os parâmetros das histórias oficiais, escritas conforme os quadros de referência de regimes burgueses. O segundo em praticamente todos os seus trabalhos procurou desestabilizar valores consagrados da cultura ocidental: a razão, a metafísica filosófica, a moral e a própria ideia de verdade (SCOTT, 2007). O texto de Scott, com exceção de evidenciar como o conceito de crítica se alterou e se atualizou ao longo do tempo, vai num sentido diferente da análise que aqui está sendo feita para o período moderno. Tem um interesse geral, contudo, para uma abordagem contemporânea que, partindo de Foucault, propõe não só identificar os elementos críticos da historiografia, mas em propor que se escreva e se pense história menos como representação e mais como crítica.



mais restritos do que aqueles que lhe foram atribuídos naquelas décadas próximas à Revolução Francesa.

Adotei como procedimento de análise não buscar definir a crítica a partir de uma teoria geral, mas sempre em relação a um objeto ao qual ela se direciona: o direito, a literatura, a história, o poder, etc. Dessa forma, não se busca uma apreensão do que seria sua natureza, é na pesquisa histórica que serão elaborados o contexto semântico e os procedimentos técnicos nos quais o conceito, em dado momento, esteve ancorado. Ou seja, um conjunto de aproximações históricas foi feita a cada vez e em cada caso. O termo em si tem antecedentes de longa duração, porém, o conjunto de palavras que se associam ao conceito, nas diversas línguas nacionais da Europa, foi apropriado do latim por volta de 1600. As expressões *crítica*, *critique*, *criticims* ou *criticks* se consolidaram nos respectivos vocabulários vernaculares ao longo do século XVII. Foi nesse momento que aqueles que se autodenominavam críticos [*critici*] e que entendiam sua prática letrada como crítica [*critice*], tentaram, com diferentes graus de sucesso, criar uma teoria e um modelo metodológico padronizado (BRAVO, 2006).

De acordo com Benedetto Bravo, a configuração do termo, no interior da cultura europeia moderna, teve como ponto de partida os trabalhos eruditos de Joseph Scaliger, realizados por volta de 1575. Desde então, o conceito ganhou importância ascendente nos meios cultos do continente (BRAVO, 2006, p. 140). No DHC, Bayle empreende a crítica, principalmente, como procedimento de verificação da autenticidade de fatos textuais<sup>4</sup>. O tipo de estudo que estava centrado na interpretação literal dos textos, dando pouca ou nenhuma atenção ao sentido alegórico que poderiam conter, tinha antecedentes na Antiguidade. Mas crítica não

---

<sup>4</sup> Digo no DHC porque no *Critique générale* realizou uma crítica da autoria. Ou seja, sustentou suas argumentações com base num conjunto de características que conformam o caráter necessário para quem vai escrever história. Existe um cotejo de testemunhos (para evidenciar que Maimbourg silenciava a respeito de todo registro que pudesse depor a favor dos protestantes), mas a crítica, nesse livro, não estava voltada para a avaliação atenta e pormenorizada dos diferentes textos utilizados como fontes. O tempo exigido por cada um desses empreendimentos críticos é um traço que os distingue também. Bayle afirma que escreveu a *Critique générale* em 15 dias. No DHC, conforme o prefácio, Bayle teria empregado pelo menos seis anos. Veremos que foi na verdade um trabalho realizado ao longo da sua vida.

era a etiqueta empregada para designá-lo. Conforme Bravo, é raro encontrar o termo crítica nos textos da Antiguidade. Inclusive, nas suas ocorrências, não designaria o conjunto de procedimentos, ferramentas e conceitos de análises filológicas que autores modernos indexaram sob esse rótulo. Em Platão e Aristóteles, por exemplo, a palavra refere uma faculdade intelectual genérica: capacidade de discernimento. O modelo de pesquisa erudita, que nomes como Poliziano buscaram emular, foi estabelecido por estudiosos de Alexandria nos séculos III e II antes da Era Comum. Estes, no entanto, denominavam a si mesmos como gramáticos [γραμματικοί]. O papel dos gramáticos era interpretar todos os tipos de escritores: historiadores, poetas, oradores, filósofos, físicos e juristas. No período moderno, no entanto, a figura do gramático foi colocada em limites muito estreitos (BRAVO, 2006).

A extraordinária trajetória que o termo κριτική [crítica] veio a assumir nas suas traduções vernáculas, como palavra-chave da cultura europeia moderna, tem seu ponto de partida no tratamento etimológico bastante arbitrário dado a um punhado de textos gregos. Passou-se a atribuir à palavra κριτική um significado e uma função que ela provavelmente jamais teve na Antiguidade (BRAVO, 2006). Scaliger, Casaubon e seus contemporâneos viam-se como continuadores das atividades letradas antigas, mencionadas acima. Porém, colocaram o tipo de estudo erudito que realizavam não como parte da gramática, mas como pertencente à crítica. No século XVII, se forjou inclusive um passado para o conceito e para a sua aplicação. Os estudos de *comentário* ou *emenda* (como os de Poliziano, Valla, Erasmo) passaram a ser catalogados na lista de autores críticos<sup>5</sup>. Inclusive muitos dos gramáticos antigos passaram então a constar no grupo dos autores de crítica. A decisão teria sido deliberada, dado que gramática e gramático, no período moderno,

---

<sup>5</sup> Para Bravo, os trabalhos de Joseph Justus Scaliger foram inauguradores. Scaliger alterou o sentido estrito dos termos κριτική e κριτικός registrados nos textos antigos para adaptá-los a sua própria definição de crítica e de crítico. Com isso produziu uma inovação teórica ao colocar juntas as funções de corrigir e de explicar como tarefa do crítico – a *emendatio* de trechos corruptos (emenda realizada com base tanto em evidências manuscritas quanto por conjectura) e a *enarratio* de passagens de difícil compreensão. Poliziano, um dos pioneiros da análise textual moderna, não havia conectado a figura do *criticus* à tarefa da *emendatio*. Em 1557, foi publicado um pequeno tratado de Francesco Robortello no qual tratava da *arte da emenda* (ou correção), crítica ou *ars critica* são expressões que não ocorrem em nenhum momento (BRAVO, 2006).

eram nomes associados ao ensino elementar<sup>6</sup>. É um dado notável, se Bravo estiver correto, que a palavra empregada para conceituar um estudo mais exato do passado tenha sido forjada de modo deliberadamente inexato.

No final do século XVI, portanto, foi criada uma procedência para a crítica, aparentemente pouco precisa, para diferenciá-la das atividades desprestigiadas de gramáticos, professores escolares ou preceptores. Por volta dos anos 1680, essa invenção genealógica estava consolidada. Esses primeiros eruditos que selecionaram nomes como seus antecedentes, foram monumentalizados pelos letrados que os sucederam. Passaram, portanto, a ser parte dessa tradição que fora criada e passava a ser sedimentada. Com Furetière foram inclusive dicionarizados: “os grandes críticos dos últimos séculos foram os Scaligers, os Casaubons, os Lipsios, os Erasmos, os Turnèbes (...) Suas obras, suas críticas esclareceram muito a respeito dos autores antigos”. Canonização dos nomes e fixação da análise textual como objeto específico e preferencial da crítica. Ainda conforme Furetière: “Poliziano, de acordo com Sciouppius, foi o primeiro dos críticos modernos que examinou e corrigiu os autores antigos imprimindo-os”<sup>7</sup>.

Em Bayle, vemos o mesmo enredo histórico num trecho em que conta a respeito do que se passara numa certa “conversa de algumas pessoas letradas, no ano de 1697”<sup>8</sup>. Ele é preciso quanto a data, embora não tenha sido preciso quanto aos participantes ou sobre a fonte que consultou. Nos informa que a coisa toda se passou nas Província Unidas. O grupo era formado por plenipotenciários do reino da França, refugiados franceses e habitantes locais: “conforme costume dos letrados, conversaram muito a respeito de livros e de eruditos”. Na ocasião fazia-se o balanço da produção letrada do século XVII e “quase todos concordaram quanto a

---

<sup>6</sup> Com os antigos, em contraste, Bravo nos diz que a profissão tinha tal autoridade que os gramáticos eram os censores e juizes de todos os escritores. Avaliavam os aspectos ortográficos e estilísticos e também verificavam a autenticidade das atribuições de autoria. Eram os gramáticos, ao fim e ao cabo, os responsáveis pela inclusão ou exclusão de escritores e de obras no cânone (BRAVO, 2006).

<sup>7</sup> “*Les grands critiques des derniers siecles ont été les Scaligers, les Casaubons, les Lipses, les Erasmes, les Turnebes, &c. Leurs ouvrages, leurs critiques ont beaucoup éclaircy les anciens auteurs (...) Politien, au rapport de Scipious, a été le premier des critiques modernes qui ait examiné & corrigé les anciens auteurs en les faisant imprimer*” (FURETIÈRE, 1690, *Critique*(b)).

<sup>8</sup> “*entretien de quelques personnes de lettres, l’an 1697*” (ALEGAMBE<sub>2</sub>, rem. D).

decadência da erudição”<sup>9</sup>. A percepção era de que existia uma desproporção entre o número de grandes homens do início do século quando comparado ao final dele: “mostre-nos, se puder, no partido protestante, um Casaubon, um Scaliger, um Saumaise. Mostre-nos, na Holanda, um Grotius, um Heinsius, um Vossius. Não morreram todos sem deixar sucessores? Seus lugares foram ocupados?”<sup>10</sup>. O não nomeado “Sr. \*\*\*\*”, que supostamente teria proferido essas palavras, via nisso uma mudança de gosto. Porém, menos que o veredito, me interessa o balanço em si. Nele, vemos essa biblioteca de autores lidos como críticos, os quais correspondem exatamente aos nomes que Bravo elenca na qualidade de artífices do moderno conceito de crítica.

O final do século XVII opera um segundo corte nessa história, para o qual Bayle contribuiu largamente – ao lado de nomes como Baruch Espinosa, Richard Simon, Jean Le Clerc e outros coetâneos. Para entender o significado e a função que Bayle atribuiu ao conceito de crítica, acredito ser importante situá-lo no contexto intelectual mais próximo do momento de produção do DHC. Nas últimas décadas do Seiscentos, os temas de erudição que causavam mais polêmicas não eram propriamente aqueles relativos às letras clássicas greco-romanas. A tradição eclesiástica e mesmo a Bíblia foram submetidos ao crivo de rigorosas análises filológicas. Em um tempo que teologia e política estavam estreitamente relacionadas, querer fazer a crítica desse tipo de material exigia pensar bem que estratégias adotar e que justificativas apresentar para legitimar o seu trabalho.

Esse momento, no contexto católico francês, foi caracterizado principalmente pela erudição eclesiástica – em especial a cultura erudita monacal, mas que contou também com representantes do clero secular. O *De re Diplomatica* (1681), escrito pelo monge beneditino Jean Mabillon, foi bastante enaltecido pela historiografia contemporânea. No livro, foi reunido um conjunto de regras de controle e verificação dos textos: instrumentos exigentes de análise que tiveram fortuna e vieram a se

<sup>9</sup> “Ils convinrent presque tous de la décadence de l’érudition” (ALEGAMBE<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>10</sup> “Montrez-nous, si vous pouvez, dans le parti protestant, un Casaubon, un Scaliger, un Saumaise. Montrez-nous en Hollande un Grotius, un Heinsius, un Vossius. Ces gens-là ne sont-ils point morts, sans laisser de successeurs? Ont-ils laissé des places qui soient remplies?” (ALEGAMBE<sub>2</sub>, rem. D).

estabelecer como procedimentos obrigatórios da inquirição histórica. O tratado foi celebrado como fundante de uma disciplina rigorosa que ofereceu um modelo de objetividade a ser perseguido por historiadoras e historiadores. Para Blandine Kriegel, essa obra notabilizou Mabillon como “pai do método crítico moderno” (BARRET-KRIEGEL, 1996, p. 203). No entanto, para um conceito, cuja prática e função se transformou tanto ao longo do tempo, talvez não seja adequado atribuir-lhe uma paternidade. Ou, pelo menos, se deva pensar em uma guarda compartilhada desse rebento.

Baruch Espinosa talvez tenha sido a figura mais controversa do período e recebeu ataques mais violentos que o próprio Bayle. Em 1670, publicou uma obra que foi intensamente combatida, o *Tractatus Theologico-Politicus*. Publicada pela primeira vez em Amsterdã, sem indicação do local exato e da autoria. Ernst Cassirer destaca que como filósofo as preocupações de Espinosa não eram propriamente empíricas e históricas. Porém, à revelia de sua vontade ou não, teria sido ele “quem primeiro concebeu com plena lucidez a ideia de uma historicidade da Bíblia” (CASSIRER, 1994, p. 249). Esse gesto, de colocar as Escrituras como objeto de escrutínio, motiva pensar numa virada no modo como a crítica passou a ser concebida. Os procedimentos mobilizados eram praticamente idênticos àqueles que eram empregados desde o final do século XVI, porém, eles ganham nova abrangência e consequência.

Com Espinosa, as palavras contidas nas Santas Escrituras não são a revelação de uma verdade universal e atemporal, mas produtos condicionados por contextos específicos. Em outros termos, colocou a Bíblia como um objeto de análise e de crítica histórica de estatuto equivalente ao de qualquer outro texto clássico. Assim, não se deveria ler o texto bíblico a partir da presunção de que ele tivesse sido inspirado pela graça divina. Não foram textos escritos para nós, mas construções narrativas feitas em diferentes períodos do passado, por autores que endereçaram suas mensagens aos seus contemporâneos e pretendiam ser entendidos por eles. A abordagem de textos bíblicos, feita fora dos quadros institucionalmente autorizados pela Igreja de Roma, gerara polêmica antes da intervenção de Espinosa. Porém, o debate não se

dava ainda em termos propriamente críticos e historiográficos — não que tais elementos estivessem ausentes de todo. As traduções para o vernáculo feitas no contexto de emergência da Reforma são um marco importante nessa trajetória. No final do século XVI e ao longo do século XVII, existiram tensões no interior do próprio catolicismo entre os que defendiam e os que eram contra a tradução do livro sagrado para línguas modernas. No último terço do Seiscentos, o embate sobre o critério de tradução foi também um debate sobre qual abordagem de crítica textual era a mais adequada para tratar desse material.

Antoine Arnauld é um nome relevante para a discussão sobre os parâmetros da crítica aplicados aos textos bíblicos. Seu nome está atrelado ao monastério jansenista de Port-Royal, instituição responsável por influentes obras coletivas do período como a *Gramática* e a *Lógica de Port-Royal*. No interior do monastério, entre os anos de 1657 e 1660, foi levado adiante um projeto para uma nova tradução da Bíblia para o francês. Em 1688, Arnauld escreveu a *Défense des versions en langue vulgaire de l'Écriture Sainte*. Contra as proibições eclesiásticas de tradução das Escrituras em línguas vernaculares argumentou que a própria *Vulgata* consistiu em uma tradução. Portanto, o autor, para conferir autoridade a suas posições, se associava ao projeto original de São Jerônimo, o qual consistia em propagar as palavras divinas a todos os povos e nações. Conforme Arnauld, as línguas originais dos testamentos — hebreu, aramaico, siríaco e grego — foram também línguas vernaculares, tanto para aqueles que originalmente os escreveram, quanto para suas audiências. Seria sem sentido, para textos que se desejava que fossem entendidos por toda uma comunidade linguística, não aceitar adaptações para novos públicos. A tese da necessidade de tradução atualizada era defendida por razões linguísticas (PÉCHARMAN, 2010, p. 329).

Arnauld e Port-Royal foram acusados de defender as teses protestantes de *sola scriptura*; os ataques partiram principalmente dos jesuítas. Richard Simon também ofereceu oposição à versão do Novo Testamento publicado por Port-Royal, mas suas considerações tinham outro conteúdo. Denunciava o que entendia como amadorismo dos representantes de Port-Royal no uso das fontes gregas e orientais. Também

discordava frontalmente dos princípios teóricos e metodológicos do uso da crítica defendidos por Antoine Arnauld. Essa oposição entre os autores representa uma divisão fundamental nos estudos históricos-linguísticos do século XVII. Simon representava um modelo “historicista”, que contava principalmente com o auxílio da filologia e da paleografia na crítica textual. Port-Royal, por sua vez, representava uma escola histórico filosófica de análise, a qual pretendia avaliar o próprio pensamento humano expresso nos textos e para isso fazendo uso da lógica (PÉCHARMAN, 2010).

Na concepção crítica de Richard Simon pode ser observada uma aproximação – que o autor dificilmente confessaria – com a perspectiva de Espinosa. Para ambos, a Bíblia não era vista como um suporte de verdades divinas e atemporais a serem desvendadas de uma vez por todas. Diferente do projeto de Port-Royal, Simon não pretendeu estabelecer uma mesma inteligibilidade do texto sagrado expresso nas várias línguas, mas: “a história do texto desde o seu estado original”<sup>11</sup>. Não haveria um significado unívoco a ser desvendado por trás de cada frase expressa em diferentes idiomas. Ou, em outros termos, não há uma mente em abstrato que pensa fora do tempo, mas trata-se sempre de um ser pensante em particular e inserido em contextos específicos. Por isso, Richard Simon conceberia a existência plural de todo texto bíblico, sua historicidade e materialidade. Para ele, a Bíblia consiste “numa irreduzível pluralidade que a tradução não é capaz de superar, uma pluralidade que deve persistir nas margens e nas notas da versão”<sup>12</sup>.

Para Reinhardt Koselleck, Richard Simon, “embora fosse padre, tornou-se precursor de Pierre Bayle” (KOSELLECK, 1999, p. 95). No exercício de avaliação crítica, o autor do DHC se mostrou pouco preocupado com possíveis sentidos alegóricos ou interpretativos contido nas sentenças. Isso não vale, contudo, para todos os elementos que inseria nos seus *Remarques*. Lembremos que apresentar as provas (e o cotejo entre elas) era uma das partes dos seus *grandes comentários*, nos

<sup>11</sup> “the history of the text since its original state” (PÉCHARMAN, 2010, p. 330).

<sup>12</sup> “in an irreducible plurality that translation cannot overcome, a plurality which must persist in the margins and the notes of the version” (PÉCHARMAN, 2010, p. 331).

quais por vezes elaborava também *reflexões de caráter filosófico*. Mas na crítica histórica que executava, num sentido estrito, sua leitura dirigia-se principalmente para aspectos literais e particulares. É por isso, como será melhor descrito adiante, que Bayle corrige erros presentes em textos sem necessariamente fazer distinção se eles são históricos, mitológicos, sagrados ou filosóficos.

### **Crítica não é coisa tão séria**

O ponto para o qual quero chamar atenção com essa contextualização é menos indicar se Bayle se aproximava de Arnauld ou de Simon, e mais para as consequências que essa nova abordagem acarretava. Ao se voltar para textos teológicos, a crítica se tornou alvo dos aparatos de censura de todas as confissões. No capítulo sobre o ceticismo histórico, cheguei a mencionar, ainda que muito rapidamente, sobre as consequências doutrinárias do embate entre Simon e Port-Royal. Lá, também foi mencionado da chamada guerra dos diplomas, a qual correspondeu à disputa entre diferentes ordens católicas. Em resumo, numa obra de 1675, o *Propylaeum antiquarium*, o jesuíta Daniel Papebroeck sustentou que parte da documentação merovíngia depositada na abadia de Saint-Denis era falsa. Como fundamento, propôs regras que diferenciariam documentos espúrios da documentação autêntica. Jean Mabillon rebateu essa acusação no seu *De Re Diplomatica*. Nesse livro, segundo o historiador François Dosse:

O estudo erudito [de Mabillon] prende-se ao documento em seu conteúdo, mas também é atento aos seus suportes materiais utilizados: o tipo de tinta, as folhas de pergaminho, a figura das letras, os selos... A favor da diplomática, Mabillon inscreve a história na série das disciplinas do conhecimento e acentua, portanto, a separação com a literatura, origem do gênero histórico, em nome de regras estritas de conformidade na abordagem da massa arquivística (DOSSE, 2003, p. 34-35).

Não há dúvidas que essa querela entre beneditinos e jesuítas (em especial o tratado de Mabillon) contribuiu para o aperfeiçoamento de ferramentas de análise textual. Porém, como destaca Dosse, os materiais em questão eram eminentemente



arquivísticos – títulos, memórias e outras modalidades documentais depositadas em instituições religiosas. A crítica de Bayle, por sua vez, esteve voltada eminentemente para artefatos editoriais produzidos no interior da cultura impressa moderna – a análise de manuscritos era rara e ocupa espaço marginal no DHC. Os registros antigos e medievais que analisou tinham passado pelos processos das oficinas tipográficas e do mercado livreiro. Por isso, autores como Scaliger e Casaubon, responsáveis por muitas das primeiras publicações modernas de autores antigos, são mais mencionados do que o monge maurista ao longo do DHC.

Outro ponto é que o chamado *bellum diplomaticum* não fez exatamente parte das polêmicas em torno da crítica bíblica. Na verdade, para o autor do *De Re Diplomatica*, as Escrituras e pontos de ortodoxia católica eram justamente o tipo de material que deveria permanecer fora do escopo dos escrutínios eruditos. E foi justamente o tratamento que Bayle dispensou a personagens como Davi e Eva, por exemplo, que mais lhe deram dor de cabeça – sem falar das suas hipóteses sobre o ateísmo e da relação entre fé e razão. Os textos de Mabillon, até pelas datas em que foram dados à estampa, obviamente não respondiam ao DHC. Mas suas censuras, a respeito dos excessos da crítica, poderiam muito bem ser dirigidas ao que Bayle fez no seu dicionário. Para um católico, o dicionarista já era por definição um herege. Além disso, o modo como articulou crítica e temáticas epicuristas/espinosistas muitas vezes esteve situado no limiar da blasfêmia, exatamente aquilo que pensadores de ambas as confissões viam como desafio a ser solucionado.

No seu *Traité des études monastiques* (1691), Mabillon deu atenção aos perigos que o excesso de liberdade crítica pode acarretar, e alertava: “esta pode ser uma das enfermidades do nosso século. Os séculos precedentes pecaram pelo excesso de simplicidade e de credulidade: mas neste, os pretensos espíritos fortes não aceitam nada que não tenha passado por seu tribunal”<sup>13</sup>. Numa das obras que Bayle indicava como complementar ao seu dicionário, o tema do abuso da crítica também foi

---

<sup>13</sup> “C’est là peut-être une des maladies de notre siècle. Les siècles précédents ont péché par un excès de simplicité et de crédulité: mais dans celui-ci les prétendus esprits forts ne reçoivent rien qui n’ait passé par leur tribunal” (MABILLON, 2007, p. 559).

debatido. A má aplicação de suas regras é perigosa, pois, o excesso de liberdade leva a classificar como falso o que é verdadeiro (Du PIN, 1690, p. 16). A censura feita por Du Pin tinha um viés confessional: “esse último excesso ocorre corriqueiramente aos críticos de nosso tempo, particularmente aos protestantes, os quais rejeitam obras antigas e verdadeiras com ligeiras conjecturas porque elas são contrárias à sua doutrina ou à sua disciplina”<sup>14</sup>.

A desqualificação confessional era uma via de mão dupla, todos os espectros religiosos fizeram uso dela em alguma medida. Numa réplica que fez ao teólogo católico Eusèbe Renaudot (1646-1720), Bayle escreveu:

O Sr. Abbé Renaudot me atribui muitos enganos em história, geografia, cronologia e outras ciências. Isso não é verdade. Tudo que diz é: 1) que há muitas falsidades na minha obra; 2) que nos artigos de erudição pouco pesquisados, cometi mais erros que Moreri. As falsidades que ele sugere dizem respeito ao que relato contra os papas ou ao que relato sobre a glória dos reformadores, etc. Em virtude de seus preconceitos, ele pressupõe que há muitas mentiras nos meus relatos<sup>15</sup>.

Em 1710, poucos anos depois da morte de Pierre Bayle, o padre jesuíta Laubrussel publicou um livro dedicado à censura da crítica: *Traité des abus de la critique en matière de religion*. Para ele, as técnicas retórico-filológicas estavam intimamente correlacionadas com o avanço da heresia dos últimos séculos. A crítica só fazia alimentar a curiosidade – a qual era fútil e também perigosa. A crítica não seria senão uma ferramenta de desconstrução da verdade, voltada precipuamente para a produção de descrença. Menos do que se deter na coleta das máximas da arte, Laubrussel remetia aos exemplos que permitiriam localizar “a origem do mal”; como modelo famigerado por excelência nomeava o DHC: “testemunha entre mil obras desse caráter, o Dicionário Crítico do Sr. Bayle (...) consiste num amontoado de erros

<sup>14</sup> “ce dernier excès est souvent arrivé aux critiques de nôtre tems, & particulièrement aux protestans, qui ont rejetté sur des legeres conjectures des ouvrages anciens & veritables, parce qu'ils se trouvaient contraires à leur doctrine, ou à leur discipline” (DuPin, 1690, p.16).

<sup>15</sup> “Mr. l'Abbé Renaudot me taxe de beaucoup de méprises dans l'histoire, la geographie, la chronologie, et autres sciences. Cela n'est pas vrai. Il dit seulement: 1) qu'il y a beaucoup de faussetez dans mon ouvrage; 2) que dans les articles d'erudition un peu recherchez, je fais plus de fautes que Moreri. Les faussetez qu'il entend concernent ce que je raporte, ou contre les papes, ou à la gloire des réformateurs, etc. En vertu de ses préjuges, il présuppose qu'il y a là bien des mensonges” (BAYLE, 1720, p. 3.031).

capitais, levados adiante sob o pretexto de corrigir matérias triviais de história e de literatura”<sup>16</sup>. Mais grave, lamentava o padre, era que — devido à “sofisticação da inteligência, à rapidez da pena e à profusão da erudição unidas à sutileza da crítica” — o livro era muito eficiente em insinuar e propagar os venenos da irreligião<sup>17</sup>.

Nesse tratado sobre os abusos da crítica, Bayle foi retratado como um sedutor, aliciador e desvirtuador da fé; seu livro foi definido como um repositório de indecências e de incredulidade — justamente as mesmas acusações as quais Bayle tivera que responder perante o Consistório Wallon, no processo aberto contra ele no ano de 1697. As estruturas institucionais das igrejas, católica e protestantes, mobilizaram seus aparatos censórios contra a crítica que entediava que desafiava seus dogmas e suas bases tradicionais de legitimidade. Para fugir dos embaraços doutrinários, Richard Simon, por exemplo, asseverava, em conformidade com as diretrizes do Concílio de Trento, que a propagação da fé se dava por meio da expressão oral, divinamente inspirada e legitimamente representada pela Igreja Católica. Na verdade, tomava a autoridade da tradição eclesiástica como superior às Escrituras em questões de dogma. Para ele, a crença poderia se enraizar sem a necessidade da leitura dos textos sagrados — tese oposta a *sola scriptura* protestante. Dessa forma, argumentava que a Bíblia podia ser considerada estritamente como texto, avaliando-a em sua materialidade literária e desvinculando sua crítica de questões teológicas (SIMON, 1678, préface, n.p.). Bayle também teve que formular um conjunto de justificações nas quais argumentou que suas críticas e comentários não ofendiam dogmas da ortodoxia do calvinismo.

Bayle queria que as instâncias de censura e poderes locais não vissem sua obra como uma ameaça nem à fé, nem aos diferentes tipos de governo. Adotou como estratégia ressaltar que, ao fim e ao cabo, a crítica não era uma questão tão séria assim. Existia utilidade no tipo de estudo que empreendia, mas nada que que

---

<sup>16</sup> “*Témoin entre mille ouvrages de ce caractere, le Dictionnaire Critique de M. Bayle, qui est un amas d'erreurs capitales qu'on y a entallées sous prétexte d'en corriger d'allez indifferentes, en fait d'histoire & de litterature*” (LAUBRUSSEL, 1710, p. Xiii).

<sup>17</sup> “*la délicatesse de l'esprit, la légèreté de la plume, & la variété de l'érudition, jointe à la finesse de la critique*” (LAUBRUSSEL, 1710, p. xiv).

pudesse afetar a ordem e os valores vigentes. Segundo o autor, o público mesmo reclamava que a maior parte dos seus artigos eram por demais triviais. Discordava; segundo ele, não seria a maioria dos verbetes, mas todos. Sustentava que nenhuma das correções críticas que fez teria alguma consequência: “de minha parte sustento que não havia nenhuma que tenha sido importante”<sup>18</sup>. Ainda que, de modo geral, seu trabalho se assemelhasse àqueles dos grandes críticos [“*grans critiques*”], não era o tipo de atividade que ofereceria alguma contribuição significativa ao “bem público” [“*bien public*”] (BAYLE, 1697, p. 1). Segundo ele, era coisa fora de disputa que “a descoberta dos erros não é importante ou útil nem para a prosperidade do Estado, nem para a dos particulares”<sup>19</sup>. Logo, também não era o tipo de coisa que colocaria a vida civil em perigo ou seria capaz de produzir qualquer sorte de sedição.

Confessava nos *Éclaircissements*: “escrevendo essa obra percebi que nela foram inseridas reflexões um pouco livres e pouco conformes aos julgamentos ordinários”<sup>20</sup>. Não conseguia entender por qual motivo devessem, apesar disso, causar o escândalo que causaram. Para esvaziar as consequências dos conteúdos das matérias de que tratou, vincula seu modo de escrever àquele de Michel de Montaigne. Os *Éclaircissements*, como teremos ocasião de ver mais detidamente no capítulo seguinte, foram formulados com base numa retórica judiciária. Bayle recorria a uma espécie de jurisprudência, solicitando que as autoridades censórias dessem ao DHC o mesmo tratamento que fora dispensado aos *Ensaïos*: “deixaram passar todas as máximas desse autor, o qual, sem seguir nenhum sistema, método ou ordem, amontoou (...) o que sua memória lhe apresentava”<sup>21</sup>. No seu argumento, dependendo do modo que é veiculada e da pessoa que a veicula, uma mesma ideia pode ter diferentes implicações. Quando Pierre Charron (1541-1603), sacerdote e teólogo, inseriu algumas das ideias de Montaigne em um tratado metódico e

<sup>18</sup> “*moi je sutiens qu'il n'y en avait aucune qui fût importante*” (BAYLE, 1697, p.i).

<sup>19</sup> “*la decouverte des erreurs n'est importante ou utile ni à la prospérité de l'État ni à celle des particuliers*” (BAYLE, 1697, p.i).

<sup>20</sup> “*en composant cet ouvrage je m'apercevais bien qu'il s'y glissait des reflexions un peu libres et peu conformes aux jugemens ordinaires*” (BAYLE, 1702, p. 3.136).

<sup>21</sup> “*Elles laisserent passer toutes les maximes de cet auteur qui sans suivre aucun système, aucune méthode, aucun ordre, entassait (...) tout ce qui lui étoit présenté par sa memoire*” (BAYLE, 1702, p. 3.136).

sistemático de moral, os censores da Sorbonne e de demais faculdades de teologia não tardaram em colocar interditos e proibições sobre a reprodução e a circulação dessa obra (BAYLE, 1702, p. 3.136)<sup>22</sup>. Por isso, insistia, que dado as características de livros como os *Ensaio*s e o DHC: “não é em tais obras que um leitor procura a reformation de sua fé”<sup>23</sup>.

Aos doutores teólogos e grandes autoridades de temas religiosos em geral, dizia não ter pretensão de questionar a legitimidade deles: “não se toma por guia nessa matéria um autor”, que como ele, “só fala dela de passagem e por ocasião”<sup>24</sup>. Para que os poderes instituídos não impusessem limites muito estreitos à crítica, estrategicamente enfatizava que ela não tinha qualquer potencial de ameaçá-los. O DHC, segundo sua própria definição, não é o tipo de livro que tem o intento de propor doutrinas, tampouco era uma obra que buscava por seguidores [*sectateurs*] (BAYLE, 1702, p. 3.136). Nos dois papéis que declarava assumir, historiador e comentador, não havia espaço para um terceiro: o de dogmatizador. Não compôs catecismos e não formulou qualquer método ou sistema teológico-filosófico: “esses são pensamentos distribuídos ao acaso e incidentalmente, e quero que sejam encarados como jogos de inteligência [*esprit*]”<sup>25</sup>. Eram ideias que o(a) leitor(a) poderia recusar conforme seu julgamento. Mais liberdade que ele teve ao escrever, tinha quem o lia.

Era compreensível, conforme argumenta, que as obras de pessoas de caráter venerável fossem acompanhadas de perto. Nesses casos, a atenção com relação a

---

<sup>22</sup> Aqui vale fazer uma correção, inclusive porque as edições consagradas e mais consultadas do DHC são aquelas de 1737 e de 1740. Desde a publicação de 1720, foi colocado nesse ponto dos *Éclaircissements* uma referência cruzada para os artigos “MONTAINGNE” e “MONTAINGNE, rem. O”. Porém, Bayle jamais escreveu um verbete sobre Montaigne. O equívoco permaneceu nas edições de 1737 e de 1740. Por isso, onde se lê essa referência cruzada, leia-se: “CHARRON<sub>2</sub>, rem. O”. Note-se, de partida, que além dos *Éclaircissements* ele também inseriu novos artigos, *Remarques* e trechos que muitas vezes tinham a função de reforçar os pontos de suas justificativas depois das censuras que foram feitas à primeira edição.

<sup>23</sup> “*Ce n'est point dans de tels ouvrages qu'un lecteur cherche la reformation de sa foi*” (BAYLE, 1702, p. 3.136).

<sup>24</sup> “*On ne prend point pour guide dans cette matière un auteur qui n'en parle qu'en passant , & par occasion*” (BAYLE, 1702, p. 3.136).

<sup>25</sup> “*Ce sont des pensées répandues à l'aventure et incidemment, et que je veux bien que l'on prenne pour des jeux d'esprit*” (BAYLE, 1702, p. 3.136).

possíveis consequências de quebra de ortodoxia ou de insurgência política se justificava. Contudo, o DHC não foi escrito por um pastor ou por um professor de teologia. Bayle não tinha qualquer ascensão sobre nenhuma comunidade, era um autor leigo e não ocupava nenhuma função pública. Assim, não teria grande consequência se: “no meio de vastas compilações de história e de literatura, inseriu algum erro de religião ou de moral”<sup>26</sup>. Nesse argumento, os limites que as consequências da crítica podem produzir fica vinculado ao status social de quem a faz e do objetivo para o qual se volta. Argumento, talvez, suficiente para não criar alarme nos governos civis. Contudo, no plano teológico, também argumentava que a própria natureza da crítica seria incapaz de ameaçar os fundamentos da crença cristã.

A crítica, na perspectiva bayliana, trabalhava com base em evidências que a percepção e a faculdade racional de entendimento podem demonstrar ou argumentar. Avançava como dedução lógica que a razão não está apta para julgar aquilo que ultrapassa suas competências: “se algumas doutrinas estão acima da razão, elas estão para além de seu alcance”<sup>27</sup>. Os juízos que a crítica pode dar fundamento tratam de objetos que podem ser discutidos no “tribunal da razão” [*“tribunal de la raison”*] (BAYLE, 1702, p. 3.140). As verdades reveladas são de outra ordem, os mistérios, por definição, não se adequam a nenhuma regra epistemológica (caso das verdades de direito), tampouco exigem que sejam aprendidas pelos sentidos ou testemunhos (caso das verdades de fato).

Segundo Bayle, estavam errados os socinianos que negavam os artigos de fé que iam contra a razão. Não é que os mistérios estivessem contra ela, eles estavam para além dela. A razão não é capaz de responder por si às objeções que coloca à verdade revelada: “seu caráter essencial é ser um objeto de fé, e não um objeto de ciência”<sup>28</sup>. A questão é de adequação: “eis no que diferem a fé de um cristão e a ciência do filósofo. Esta fé produz uma certeza completa, mas seu objeto permanece inevidente. A ciência, ao contrário, produz, todos juntos, a evidência do objeto e a

<sup>26</sup> “*debitait parmi de vastes recueils historiques et de literature quelque erreur de religion ou de morale*” (BAYLE, 1702, p. 3.136).

<sup>27</sup> “*Si quelques doctrines sont au dessus de la raison, elles sont au delà de sa portée*” (BAYLE, 1702, p. 3.140).

<sup>28</sup> “*Leur caractere essentiel est d'être un objet de foi, & non pas un objet de science*” (BAYLE, 1702, p. 3.141).

plena certeza da persuasão”<sup>29</sup>. Se todas as dificuldades dessa qualidade de matéria fossem resolvidas por vias racionais, deixariam de ser mistérios. A afirmação de que a filosofia não é capaz de fechar as brechas que abre nesse campo não deveria surpreender, motivo de escândalo seria alguém sustentar o contrário. O paradoxo, caracterizado por sua falta de lógica ou nexos, não inviabiliza uma tese teológica; dá indícios da incomensurabilidade de Deus. É por isso que Bayle sustentava que as escolas de teologia deveriam, no lugar de censurar, aprovar seu trabalho, pois apontando os limites da razão reforçava uma atitude piedosa.

Para quem entendesse que nos seus argumentos residia “qualquer coisa de excessivamente abstrato”, rogava para que atentassem para o sentido da mensagem que reinava no Novo Testamento<sup>30</sup>. A missão dos apóstolos seria elucidativa quanto a isso: “O espírito de disputa parece a coisa menos aprovada na economia evangélica. J. Cristo primeiro ordena a fé e a submissão ...  *siga-me, acredite e você será salvo*”<sup>31</sup>. Nesse ponto, Bayle colocava marginais que remetiam à leitura do Evangelho de Lucas (5: 27 e 9: 59) e Atos dos Apóstolos (16:31). Notava que essa fé não era resultado de discussões filosóficas: “era um dom de Deus, era uma pura graça do Espírito Santo”<sup>32</sup>. A verdade de Cristo não foi fundamentada com base na excelência de sua doutrina, mas com base no anúncio e visão de milagres e na crença no testemunho que deles se fez. Inclusive, a filosofia e a erudição muito pouco teriam que ver com a salvação. A trindade, por exemplo, não era algo para se compreender, mas para se acreditar: “se vós não conseguis acreditar nela, pedi a Deus a graça de serdes persuadidos; se vossas orações não forem atendidas, vosso mal é incurável”<sup>33</sup>. O conhecimento de distinções e sutilezas não podem prestar socorro. Tanto que a graça costumava ser dada aos ignorantes; dessa vez a marginalia nos remete a

---

<sup>29</sup> “voici en quoi different la foi d'un chretien & la science du philosophe; cette foi produit une certitude achevée, mais son objet demeure toujours inévident; la science au contraire produit tout ensemble l'évidence de l'objet, & la pleine certitude de la persuasion” (BAYLE, 1702, p. 3.142).

<sup>30</sup> “quelque chose de trop abstrait” (BAYLE, 1702, p. 3.141)

<sup>31</sup> “L'esprit de dispute est la chose qui paraisse la moins approuvée dans la économie evangélique. J. Christ ordonne d'abord la foi et la soumission...sui moi, croi & tu seras sauvé” (BAYLE, 1702, p. 3.141).

<sup>32</sup> “c'était un don de Dieu, c'étoit une pure grace du saint Esprit” (BAYLE, 1702, p. 3.141).

<sup>33</sup> “si vous ne pouvez pas la croire, demandez à Dieu la grace d'en être persuadé; si vous n'obtenez rien par vos prieres, vôtre mal est incurable” (BAYLE, 1702, p. 3.144).

Mateus 11:25, onde lemos: “Por esse tempo, pôs-se Jesus a dizer: ‘Eu te louvo, ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e doutores e as revelaste aos pequeninos’”.

Não por acaso, Paulo, outro evangelista, adotara método diverso daquele dos filósofos. No lugar de princípios evidentes ou de um sistema bem amarrado, reconhecia que sua doutrina era obscura e que só poderia ser compreendida por quem fosse agraciado por um discernimento espiritual vindo de Deus. Sem essa graça, a mensagem não pareceria senão devaneio. Bayle nos direciona para I Coríntios (2:14): “O homem psíquico não aceita o que vem do Espírito de Deus. É loucura para ele; não pode compreender, pois isso deve ser julgado espiritualmente”. Os de pequena condição e ignorantes eram mais aptos a esse entendimento místico do que os doutos. Paulo, dessa forma, não entrava em disputas com filósofos e exortava os fiéis a se precaverem da filosofia. Devia o crente evitar as contestações vindas dessa ciência, as quais fazem que alguns se desvirtuem: “evita o palavreado vão e ímpio, e as contradições de uma falsa ciência, pois alguns, professando-a, se desviaram da fé” (I Timóteo 6:20, 21) – outra vez é Bayle que nos remete para a passagem (BAYLE, 1702, p. 3.141).

Bayle ressaltava que os representantes da Igreja cristã primitiva se regeram por esse mesmo espírito, exigindo uma pronta submissão dos fiéis à autoridade de Deus. Da mesma forma que o apóstolo Paulo, viram as disputas filosóficas como obstáculos colocados no caminho da verdadeira fé. Retira de Orígenes, escritor cristão do século III, a máxima: “não examine, apenas creia”<sup>34</sup>. Essas tópicas, retomadas dos evangelhos ou dos primeiros padres, denotam forte anti-intelectualismo, geralmente mobilizadas para enquadrar a curiosidade ou o desejo de saber como uma forma de concupiscência. Bayle não dava essa ênfase, não queria colocar barreiras à livre inquirição – pelo contrário<sup>35</sup>. Podia concordar com alguns

---

<sup>34</sup> “*n'examinez point, croyez seulement*” (BAYLE, 1702, p. 3.141).

<sup>35</sup> Ele busca no *Sócrates Cristão*, escrito por Balzac, a delimitação do que propõe. O desejo de aprender e de inquirir é marca de intemperança quando quer explicar coisas divinas: “a razão humana comete os mais estranhos equívocos quando trata de coisas divinas” [“*La Raizon humaine fait (...) de plus étranges équivoques quand elle traite des choses divines*”]. É uma faculdade fraca e limitada, deve ser discreta e



teólogos modernos (católicos e protestantes), que entendiam que os curiosos que pretendem submeter os mistérios ao crivo da razão “são pessoas que se engajam num caminho que só pode conduzir ao pirronismo, ao deísmo ou ao ateísmo”<sup>36</sup>. Mas Bayle mobilizava as tópicas para enfatizar que sua crítica era inócua. Seus comentários não teriam nem o objetivo nem a capacidade de afetar qualquer pilar da verdade revelada. Além disso, cada vez que indicava os limites da razão estava, ao mesmo tempo, ressaltando a superioridade da fé. Um dicionário dos erros era também uma coleção de testemunhos da imperfeição inerente ao entendimento humano – veremos, adiante, como esse plano de coleta das imperfeições foi articulado no tipo de história que escreveu.

### **Criticar não é falar mal: a sensibilidade dos “senhores autores”**

Do seu ponto de vista, seus comentários filosóficos mereciam ser elogiados pelas faculdades de teologia (BAYLE, 1697, p. 07). É reconhecido que o autor sabia usar muito bem a figura da ironia. Aqui, ela não está de todo ausente. Quando justificava não ter se dedicado a temas filosoficamente mais sérios ou à elaboração de sistemas de pensamento, dizia que se tivesse seguido por esse caminho teria se deparado com um dilema: “teria me visto na necessidade ou de desagradar certas pessoas que a prudência aconselha não irritar, ou de desagradar a mim mesmo”<sup>37</sup>. Contudo, não era ironia pela ironia. suas publicações, mais de uma vez, tiveram consequências práticas na sua vida: prisão e morte do seu irmão devido ao *Critique*

---

estar restrita aqueles objetos que são de sua alçada (BALZAC, 1661, p. 30; BAYLE, 1702, p. 3.144). Ao restringir a jurisdição da razão também estabelece uma autonomia para o conjunto de práticas de inquirição racionalmente orientadas, entre elas a história e a crítica. São modalidades de estudo que não ameaçam nem querem regrar preceitos de fé, não há motivo, portanto, para serem censuradas devido a critérios teológicos ou ortodoxos. Vimos, no capítulo anterior, que ele também operava a desvinculação da lógica política em relação à teologia.

<sup>36</sup> “ce sont des gens qui s'engagent dans un chemin qui ne peut conduire qu'au pyrrhonisme, ou qu'au deïsme, ou qu'à l'athéïsme” (BAYLE, 1702, p. 3.142).

<sup>37</sup> “je me serais vû dans la nécessité, ou de déplaire à certaines gens que la prudence ne veut pas que l'on irrite, ou de me déplaire à moy-même” (BAYLE, 1692, fl. 04)

*générale*, perda do cargo de professor da École Ilustre como represália ao *Pensées diverses* (pelo menos ele acreditava ter sido esse o motivo). Bayle pensava sobre os procedimentos críticos e também sobre o ambiente necessário para que eles pudessem ser adequadamente empregados. Certamente, a livre análise dos equívocos não pode prosperar num ambiente de censura institucional. Mas o ambiente também dependia da sociabilidade que os letrados estabeleciam entre si — essa foi uma questão para a qual dedicou muitos comentários e que tem relação com a república literária que almejava ver constituída.

Na sua perspectiva, além dos controles injustificados das censuras institucionais, as reações despropositadas de autores envolvidos em querelas prejudicavam o comércio das letras. Bayle formulou um conjunto de discursos no qual desenhava critérios éticos e deontológicos que deveriam guiar os debates intelectuais; um conjunto de condutas exigidas, recomendadas ou proibidas. No entanto, mesmo quando um crítico procedia de forma adequada, a reação contra ele poderia ser violenta. Indicava como traço comum entre os escritores o fato de reagirem mal quando viam as imperfeições de suas composições publicamente expostas.

A belicosidade no debate literário não se dava somente sobre questões confessionais. Nos contextos de língua francesa, se desdobrou a famosa querela dos Antigos e Modernos. Para o mundo de língua inglesa, o embate literário que ocorreu na mesma época foi consolidado na historiografia como a “Batalha dos livros”, expressão retirada de uma sátira de Jonathan Swift, publicada em 1704. Em grande medida, mas não só, tratou-se de uma disputa sobre padrões de gosto — que padrão poético demonstraria maior excelência e propriedade<sup>38</sup>. Nesse campo deflagrado, Bayle dizia ser difícil se mover: “quando alguém censura os Antigos, atrai para si o grande número de partidários que eles têm entre os Modernos; quando censura

---

<sup>38</sup> Tomo a ideia de uma contenda de Antigos contra Modernos pelo seu valor de face, do modo que Bayle a referia. Para alguns analistas essa querela literária é colocada como evento definidor da ideia de modernidade. Interpretação que outros estudos criticam devido às bases teleológicas e excessivamente anacrônicas sobre as quais essa tese se sustentaria. Para um excelente balanço historiográfico do tema e para uma abordagem que leva em consideração as primeiras legibilidades no interior das quais essa questão emerge ver (SÁ JÚNIOR, 2016).

estes, fica exposto ao ressentimento dos próprios, quando ainda estão vivos, ou de suas famílias, se já morreram”<sup>39</sup>. Essa passagem serve como indício de um *ethos* de beligerância disseminado nos debates da época. Ela está numa publicação de 1692, anos antes de todas as polêmicas geradas pela recepção do DHC. Ou seja, desde o *Projet et fragmens*, Bayle tinha ciência que fazer crítica acarretava riscos.

O gabinete de leitura do crítico erudito, tal como figurado nas páginas do DHC, retrata o espaço de uma oficina onde se trabalha diligentemente. Estamos, contudo, falando de uma atividade realizada no interior da República das Letras — uma república que tinha suas próprias guerras civis. A crítica era feita no interior de salas de estudo, de escritórios, de bibliotecas e por meio de diálogos (por cartas, em revistas, ou presencialmente nos encontros de agremiações literárias). Mas ela era forjada também nas disputas. Nesse sentido, era figurada como um combate. Embate particularmente encarniçado se deu entre o jesuíta Denis Petau e o protestante Claude Saumaise, os quais praticamente combateram até a morte<sup>40</sup>: “podemos afirmar que foram atletas dignos um do outro, jamais se viu gladiadores tão equivalentes como esses dois”<sup>41</sup>. O médico, antiquário e bibliófilo Jacob Spon nos oferece um exemplo dessa tópica de *letras e armas*. Ele foi um dos calvinistas que teve de fugir da França no contexto da Revogação do Édito de Nantes, buscando exílio na Suíça. Leitor das NRL, eventualmente escrevia para o editor do periódico na época, Pierre Bayle. Nessas ocasiões sugeria títulos para serem resenhados ou informava dados sobre alguma publicação ou autor (BOWEN, 1967). Escreveu na dedicatória de seu *Lettres et écrites*:

Aqui não serão encontrados os detalhes da guerra, como a defini no *Dicionário das artes do homem de espada*; serão vistas as particularidades de uma acalorada querela no interior da República das belas letras a respeito da história antiga e da moderna, sobre a geografia, a

---

<sup>39</sup> “Quand on censure les Anciens, on s'attire sur les bras le grand nombre de partisans qu'ils ont parmi les Modernes; & quand on censure ceux-ci, on s'expose ou à leur propre ressentiment, s'ils vivent encore, ou à celui de leur famille, s'ils sont décédez” (BAYLE, 1692, fl.18).

<sup>40</sup> Tem um fundo de sarcasmo nessa constatação de Bayle: “ils n'ont guères cessé de se battre qu'en mourant”, pois ambos morreram em datas muito próximas, um em 1652 e o outro em 1653, e querelaram até os últimos dias de suas vidas (BAYLE, 1692, fl. 07).

<sup>41</sup> “On peut assûrer que c'étaient deux athletes dignes l'un de l'autre, et que jamais gladiateurs ne furent mieux pareil que ces deux-là” (BAYLE, 1692, fl. 07).

cronologia, as medalhas e as inscrições. Esse combate não deixa de ser um pouco sangrento, e os maiores heróis não estão muito seguros nele<sup>42</sup>.

Apesar das metáforas de combate, esperava-se que certos critérios de civilidade fossem seguidos; um decoro para uma disputa com urbanidade. Caspar Schoppe, “o mais formidável e o mais furioso de todos os críticos”<sup>43</sup>, pretendia que, num livro de cento e vinte páginas, Justo Lípsio afirmara mais de quinhentas falsidades. O próprio Bayle, em muitos momentos, apontou os equívocos desse mesmo autor. Contudo, Schoppe exagera e ataca, por motivos pessoais, a reputação de Lípsio. A destruição da reputação de um erudito era como um assassinato literário. Atitude, segundo Bayle, odienta [*“trop odieux”*]. Saumaise e Petau, “os dois homens mais eruditos da França”<sup>44</sup>, também foram excessivos. As disputas entre eles, teriam honrado e esclarecido o seu século “se, para vergonha da literatura, não as tivessem infectado com a excessiva amargura de suas biles”<sup>45</sup>. Praticamente, cada palavra que empregaram correspondia a um insulto ao seu interlocutor.

Antoine Godeau apontava o excesso, que era uma imprecisão de conduta, na crítica que Isaac Casaubon ofereceu aos trabalhos do cardeal e historiador César Barônio: “Casaubon, que era um homem inteligente, devia trata-lo com mais civilidade”, dizia ele, na sua *Histoire de l'Église*. Devia, de igual modo “se contentar em repreendê-lo a respeito das coisas as quais acreditava que ele se equivocava, sem querer, a todo momento, o fazer passar por um homem desprovido de qualquer boa literatura”<sup>46</sup>. É essa calibragem de uma justa crítica que a diferencia do simples falar mal. Bayle repete, numa marginália, essas premissas de Godeau porque elas também se coadunam com sua perspectiva de que (em algum momento e em determinada

---

<sup>42</sup> “On ne trouvera pas icy le détail de la Guerre, tel que je l'ai definy dans le Dictionnaire des Arts de l'Homme d'Epée; On y verra les particularités d'une querelle allumée dans la Republique des belles Lettres sur l'histoire ancienne et de la moderne, sur la geographie, la chronologie, les medailles et les inscriptions. Ce Combat ne laisse pas d'être un peu sanglant, & les plus grands heros n'y sont pas trop en seureté” (SPON, 1679, n.p.).

<sup>43</sup> “le plus redutable e le plus furieux de tous les critique” (BAYLE, 1692, fl. 06).

<sup>44</sup> “les deux plus savans hommes de France” (BAYLE, 1692, fl. 07).

<sup>45</sup> “si, à la honte de la Literature, ils ne les avaient infectées de l'aigreur excessive de leur bile” (BAYLE, 1692, fl. 07).

<sup>46</sup> “Casaubon qui étai un habile homme, devait le traiter avec plus de civilité (...) & se contenter de le reprendre sur les choses où il croyait qu'il s'était trompé, sans le vouloir faire passer à tous momens, pour un homme qui n'avait nulle belle literature” (GODEAU, 1653. n.p.). Para a mesma citação (apud BAYLE, 1692, fl. 09).

medida) todos erram. Desse modo, se encontra o que censurar na censura. Numa carreira tão longa como a de Barônio, inevitavelmente seriam encontrados erros. Casaubon, se tivesse sido tão longevo e prolífico quanto o autor que criticou, provavelmente não teria errado menos (GODEAU, 1653; BAYLE, 1692). Numa disputa, idealmente, o crítico não deve pretender a estigmatização de seu adversário – eis o ponto que Bayle busca defender aqui<sup>47</sup>. Notamos, que a crítica envolve um método e também uma ética intelectual.

O caráter agonístico era estrutural nessa modalidade de produção historiográfica. Bayle empregava verbos como combater [*attaquer*], por exemplo. Nas dissertações, comentários e críticas temos uma história escrita na disputa. O apelo era para o respeito a um conjunto de regras de combate. O todos contra todos deveria pressupor o reconhecimento de igualdade de condições entre os rivais. No entanto, o amor próprio impediria que os escritores adotassem a devida imparcialidade quando seus livros eram submetidos à crítica: “não é pequeno o ressentimento dos senhores autores; são conhecidos por serem extremamente sensíveis, pouco receptivos e vingativos”<sup>48</sup>. A insistência de Bayle era de que o debate de ideias não podia ser algo pessoal: “considero aqui o Sr. Moreri apenas como autor, e se o acuso de um crime, é apenas de um crime de historiador”<sup>49</sup>. A crítica não era reclamação ou falar mal. Tampouco era um gesto de arrogância, pois, mesmo no caso de comentadores medianos, oferecer uma crítica a ilustres escritores não era querer diminuí-los ou se equiparar a eles.

Falava, no início deste capítulo, dos desafios em torno da definição conceitual do termo. Ainda hoje, quando consta na gramática de praticamente todas as disciplinas das ciências humanas, o conceito não deixa de fazer parte também do

---

<sup>47</sup> Vale destacar que nos comentários que fez das obras de Pierre Jurieu, Bayle não foi nada comedido. Ou não percebia o tom acerbo que empregava contra seu maior adversário ou deliberadamente dissimulava quando sustentava ser imparcial e cortês nas críticas a Jurieu. Para ver essa questão em detalhes outra vez remeto a (LUGT, 2016).

<sup>48</sup> “*n'est pas un petit ressentiment que celui de messieurs les auteurs: ils passent pour extrêmement sensibles, mal-endurans, & vindicatifs*” (BAYLE, 1692, fl. 18).

<sup>49</sup> “*Je ne considère ici Mr. Moreri que comme auteur, et si je l'accuse d'un crime, ce n'est que d'un crime de historien*” (ELISABETH<sub>1</sub>, rem. S).

nosso vocabulário corrente. Conforme Butler: “o que é oferecer uma crítica? Eis algo que, eu ousaria dizer, a maioria de nós compreende em um uso mais ou menos ordinário” (BUTLER, 2013, p. 158). Quem é muito crítico, dizemos, reclama de tudo e só sabe apontar defeitos. Nesse sentido trivial, o termo guarda praticamente sinonímia com a forma que era entendida séculos atrás. Furetière registrou sua significação no sentido do dia a dia: “CRÍTICO, significa também um homem ranzinza, um censor inoportuno que encontra defeito em tudo que é feito. E difícil conviver com as pessoas quando elas são excessivamente críticas”<sup>50</sup>.

Dado o uso corrente da palavra, e como pretendia que seu livro fosse recepcionado por um público abrangente, insistiu que fazer uma crítica não é falar mal dos autores. Adotava como regra de conduta não utilizar noções depreciativas contra a honestidade das pessoas (BAYLE, 1692, fl. 19). Tampouco seria seu objetivo diminuir a glória que os autores tivessem merecidamente adquirido. Não era seu intento, nem era esse tipo de consequência que a crítica produzia: “alguns pequenos erros, espalhados aqui e ali, em um livro não o reduzem a esses erros, não o privam do seu justo preço, nem fazem o autor perder os louvores que lhe são devidos”<sup>51</sup>. Recicla, da *Arte poética* de Horácio, um preceito para a arte crítica: “quando muitas passagens excelentes brilham em uma obra, não vou censurar severamente algumas falhas, que a negligência ou as fraquezas comuns de nossa natureza podem produzir”<sup>52</sup>. De sua parte complementa com uma máxima: “a injustiça e malignidade do gênero humano, por maiores que sejam, ainda não chegaram a ponto de a maioria dos leitores não elogiar um bom livro, não obstante as pequenas falhas que possam estar nele espalhados”<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> “signifie aussi un homme bourru, un censeur importun qui trouve à redire à tout ce qu'on fait. On ne sçaurait vivre avec les gens, quand ils sont trop critiques” (FURETIÈRE, Critique(d), 1690).

<sup>51</sup> “Je déclare qu'en faisant cela je n'ai nul dessein de diminuer la gloire qu'ils ont acquise (...) Quelques petites fautes répandues par-ci par-là dans un livre n'en font pas la destinée, ne lui ôtent point son juste prix, ne font point perdre à l'auteur les louanges qui lui sont dues” (BAYLE, 1692, fl. 19).

<sup>52</sup> “Ubi plura nitent in carmine, non ego paucis. offender maculis, quas aut incuria fudit aut humana parum cavit natura” (HORÁCIO apud Bayle, 1692, fl. 20).

<sup>53</sup> “L'injustice & la malignité du genre-humain, quelque grandes qu'elles soient, ne sont pourtant pas encore montées jusques au point, que la plupart des lecteurs ne donnent des louanges à un bon livre, nonobstant les petites fautes dont il peut être parsemé” (BAYLE, 1692, fl. 20).

Era importante enfatizar que fazer a crítica de uma obra, por mais ilustre que fosse o seu autor, não era ser arrogante. Quem indica as falhas não se considera (pelo menos não deveria) infalível ou superior. O mais comum, inclusive, era ocorrer o contrário. Muitas eram as edições medíocres que apontavam erros cometidos pelos maiores escritores (antigos e modernos). O emprego do mínimo rudimento de crítica [*“le moindre critique”*] permite evidenciar que até os grandes eruditos, como Scaliger ou Soumaise, cometem suas falhas (BAYLE, 1692, fl. 06). Operar esses juízos não é imodéstia e não diminui a dignidade de quem é criticado.

Fazer uma crítica de um grande escritor é também ratificar sua dignidade; implica, em muitos casos, reconhecer que se trata de uma obra digna de atenção. Sobre as emendas feitas a Barônio, escreveu: “aqueles que o examinaram, para escrever contra ele, são talvez aqueles que mais o admiram”<sup>54</sup>. O próprio equívoco, nesses casos, é dado indicativo dos riscos implicados pela excelência que os melhores escritores buscam alcançar. É exatamente nos autores de primeira categoria [*“les auteur du premier rang”*] que algumas vezes os erros ocorrem: “seja porque são ousados nas suas decisões, gostam demasiado de novos caminhos; seja porque, cedo ou tarde, se deixam capturar pela vaidade de se distinguir pela profusão de suas obras”<sup>55</sup>. Evidenciar suas imprecisões não os diminui, de forma alguma. Servem como exemplos intelectuais edificantes, pois mostram por seus exemplos que a construção literária e filosófica ensina também sobre humildade. Eram também exemplos consoladores aos autores de segunda categoria e aos escritores menores (na qual Bayle se inseria), pois errar, no fim das contas, é humano<sup>56</sup>. Os equívocos de eruditos da estatura de um Scaliger, de um Saumaise ou de um Barônio, deveriam produzir nos autores aquilo que o destino do magnífico povo cartaginês produziu

---

<sup>54</sup> *“ceux qui l'ont examine, pour ecrire contre lui, sont peut-être ceux que l'admirent le plus”* (BAYLE, 1692, fl. 08).

<sup>55</sup> *“soit à cause qu'ils sont hardis dans leurs décisions, et qu'ils aiment trop les routes nouvelles, soit à cause qu'ils se laissent saisir tôt ou tard à la vanité de se distinguer par la multitude de leurs ouvrages”* (BAYLE, 1692, fl.08).

<sup>56</sup> Literalmente, nas palavras de Bayle, os exemplos de equívocos cometidos pelos autores de primeira linha tinham a função de: “dar algum tipo de consolação aos autores de segunda categoria ou àqueles que, como eu, são menores” *“donner quelque sorte de consolation aux auteurs du second rang et ceux que comme moi sont du plus petit”* (BAYLE, 1692, fl.08). O que acima ficou dito sobre a captação de benevolência vale também para essa passagem.

nos demais povos: “após a conquista de Cartago, nenhuma nação sentiu vergonha de ter sido conquistada”<sup>57</sup>.

Não se deve perder de vista que a cosmovisão cristã orientava o entendimento de Bayle a todo momento, assim a ênfase na humildade era preceito epistemológico e profissão de fé — fosse sincera ou não, era o vocabulário que empregava. Numa de suas propostas de boa conduta letrada, encontramos alguma semelhança com os preceitos evangélicos de Mateus (7:12): “não creio que se deva exigir que eu tenha mais indulgência para com o meu próximo do que para comigo mesmo, e se verá que não me pouparei”<sup>58</sup>. Poderia se dizer que de certo modo subverte uma outra passagem, também de Mateus (agora em 7:1), sendo a orientação bayliana algo como julgueis para serdes julgados: “darei muitas ocasiões para que os autores que crítico possam se vingar (...) Muito me contentará que me corrijam e me forneçam ilustrações, isso é algo que suplico a meus leitores”<sup>59</sup>.

Outro ponto era que, na sua concepção, a crítica trabalhava constatando erros materialmente detectáveis. Pouco importaria, em tese, o posto de grande escritor ou de escritor medíocre. Ninguém, nessa comunidade de eruditos, poderia querer se colocar acima da jurisdição dos demais letrados<sup>60</sup>. Para a auto imagem que os *savants* desse contexto construíram de suas práticas, Jean LeClerc tinha uma frase que poderia servir de emblema: “a República das Letras se tornou enfim um país de luz e razão, e não de autoridade e fé cega, como havia sido por longo tempo”<sup>61</sup>. Em

<sup>57</sup> “*Post Carthaginem vinci neminem pudit*” (FLORO apud Bayle, 1692, fl.08).

<sup>58</sup> “*je ne croi point qu'on doive exiger, que j'aie plus d'indulgence pour mon prochain que pour moi-même, & l'on verra que je ne m'épargnerai pas*” (BAYLE, 1692, fl. 21). Em Mateus 7:12, “lemos tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles”.

<sup>59</sup> “*je ne donnerai que trop de lieu de se venger aux auteurs que je critique (...) On me fera plaisir de me corriger, & de me fournir des lumieres, j'en supplie tous mes lecteurs*” (BAYLE, 1692, fl. 22).

<sup>60</sup> Quando se avalia os desdobramentos do conceito ao longo do tempo, se verifica que Koselleck tem razão em dizer que Bayle está situado num momento a partir do qual, cada vez mais, se conferiu importância política à crítica: “A república das letras de Bayle, estendida ao Estado, é a democracia total que Rousseau deveria conceber meio século depois” (KOSELLECK, 1999, p. 98). Mas sempre importante repetir que, no contexto aqui em análise, essa extensão não tinha se dado nem sido proposta por Bayle. Os eventos, por motivos diversos, acabaram se desdobrando do modo que Koselleck nos apresenta, contudo, não porque alguém tivesse previsto, desejado ou porque se fez cumprir algum destino.

<sup>61</sup> “*La République des Lettres est enfin devenue un país de raison et de lumière, et non d'autorité et de foi aveugle, comme ele ne l'a été que trop long-temps*” (LeCLERC, 1699, p. 145).



“PEREIRA<sub>1</sub>”, rem. D, Bayle tratou do tipo de liberdade que se deve dispor na República das Letras e até onde essa liberdade deve se estender. Seus limites existiam, mas não estavam propriamente em poder ou não abordar algum assunto ou autor, e sim no modo de proceder na crítica. O próprio Gomezius Pereira, médico espanhol biografado no artigo, era tomado como exemplo de conduta excessiva. Demais afetado por um “espírito de contradição” [*esprit de contradiction*], tinha a compulsão de sempre querer “combater as doutrinas mais bem estabelecidas e sustentar paradoxos”<sup>62</sup>. Nesse caso, era se servir de uma liberdade “até o ponto do abuso” [*jusqu'à l'abus*]. No entanto: “deve-se permitir nomear aqueles que são refutados: sendo suficiente se afastar do espírito de amargura, de injúria e de desonestidade”<sup>63</sup>.

A afetação de ofensa de orgulhos muito sensíveis, não aceitando ver seus nomes e obras citados num comentário que aponta seus erros: “é de algum modo um excesso de cerimonia prejudicial à liberdade da qual se deve dispor na República das Letras”<sup>64</sup>. Os procedimentos de análise da crítica estabelecem uma constatação material. No DHC, é repetido a todo momento a necessidade de ser justo e exato (que são quase sinônimas de nossas noções de ser objetivo e acurado). Que um autor seja “referido com magníficos elogios de *vir magnus* e *vir summus*, todos esses reconhecimentos de respeitabilidade não enfraquecem a realidade do erro quando a censura é bem fundada”<sup>65</sup>. César Barônio “certamente é um grande homem”, “entretanto, quantos erros existem em seus *Anais*? Não os contamos às centenas, mas aos milhares”<sup>66</sup>.

---

<sup>62</sup> “*combatre les doctrines les mieux établies, et de soutenir des paradoxes*” (PEREIRA<sub>1</sub>, txt.).

<sup>63</sup> “*il doit y être permis de nommer ceux qu'on réfute: il suffit de s'éloigner de l'esprit d'aigreur, injurieux, et malhonnête*” (PEREIRA<sub>1</sub>, rem. D).

<sup>64</sup> “*C'est en quelque façon un excès de cérémonie préjudiciable à la liberté dont ont doit jouir dans la République des Lettres*” (PEREIRA, rem. D).

<sup>65</sup> “*qu'on le désigne par l'éloge magnifique de vir magnus, vir summus; mais toutes ces grandes honnêtetes n'affoiblissent point la réalité de la faute, lors que la censure est bien fondée*” (BAYLE, 1692, fl. 07).

<sup>66</sup> “*C'est assurément un grand homme (...) cependant, combien de fautes y a-t-il dans ses Annales? On ne les compte par centaines, mais par milliers*” (BAYLE, 1692, fl. 08). Daniel Heinsius, que consultou os manuscritos no arquivo do Vaticano, teria apontado oito mil equívocos factuais nos estudos de Barônio (Idem).

Sua pretensão inicial de compor um dicionário de erros [*“dictionnaire de fautes”*], exigia um trabalho no qual todos os equívocos (grandes, pequenos ou minúsculos) deveriam ser assinalados. Deixa claro que não está se referindo aos grandes temas das verdades da fé: “fala-se dos erros de fato”<sup>67</sup>. Não é dessas modalidades de estudos “que dependem os destinos do gênero humano (...) examine as observações de Scaliger (...), verá que suas correções se resumem a uma data, um lugar, o nome de homem, etc”<sup>68</sup>. Um ofício tão exigente e atento a minúcias não tem qualquer relação com atitude arrogante, nem busca macular as reputações. Nesse comentário a respeito do tamanho e da natureza do objeto para o qual a análise deveria atentar, nos dá um gancho para encaminhar no que consistia o trabalho crítico definido e realizado por Pierre Bayle.

### O trabalho da crítica

Nos agradecimentos do seu *Notas de rodapé: uma história curiosa*<sup>69</sup>, Anthony Grafton conta que seu interesse pelo tema se iniciara no tempo de sua graduação, quando lera os estudos historiográficos de Arnaldo Momigliano e partes do dicionário de Pierre Bayle. O historiador estadunidense escreveu:

Como o banheiro, a nota de rodapé moderna é essencial à vida histórica civilizada; como o banheiro, ela parece ser um assunto entediante para a conversação polida e chama a atenção, na maioria das vezes, quando funcional mal. Como o banheiro, a nota de rodapé permite lidar privadamente com tarefas feias (...) (GRAFTON, 1998, p.17).

Essa correlação do saneamento básico e da atividade suja (e necessária) de emenda literária, provavelmente nasceu da leitura que Grafton fez do DHC. No *Projet et fragmens*, encontramos imagens muito próximas dessa caracterização. Bayle

<sup>67</sup> “on parle des erreurs de fait” (BAYLE, 1697, p.i). Citação está na marginalia.

<sup>68</sup> “Que dépendent les destinées du genre humain (...) Examinez les remarques de Scaliger (...), vous trouverez que ses corrections se réduisent à un tems, un lieu, un nom d'homme, &c” (BAYLE, 1697, p.i).

<sup>69</sup> Que no Brasil e França, inexplicavelmente, ganharam o título pomposo e excessivo de “As origens trágicas da erudição”. Título que não parece captar bem a característica nada academicista do livro.

falava do tipo de trabalho no qual consistia a crítica e que devido seus aspectos bizarros ficavam fora do artigo principal – no pé das páginas, mas, como vimos, ocupando a maior parte delas. O trabalho hercúleo e monstruoso, além de cortar as cabeças da Hidra, lembremos, era tão árduo quanto “querer limpar os estábulos de Aúgias”<sup>70</sup>. Diferente da pureza prevista pelas leis do *País Latino*, seu livro era “uma coleta dos dejetos da República das Letras”<sup>71</sup>.

Temos a atividade crítica descrita como um árduo trabalho físico. Na crítica, não há pompa ou circunstância alguma. Faz saber “as coisas de fato, não de direito”<sup>72</sup>. Era uma atividade motora de constante escrita e reescrita. Ocupação adequada “para esses eruditos robustos, os quais podem estudar dezesseis horas por dia sem prejudicar sua saúde, infatigáveis em citações e demais funções de copista”<sup>73</sup>. Complementar a esse esboço, se desenha a figura do crítico como a de um abnegado operário a serviço da República das Letras. Mas essas descrições da própria atividade não podem ser tomadas ao pé da letra. Bayle estava repetindo tópicos retóricas. É a fórmula, tantas vezes mobilizada, segundo a qual se faz a projeção de um ethos de modéstia na realização de uma tarefa necessária, ainda que desprovida de glória. Ao mesmo tempo, o autor não estava falsificando as condições gerais em que se dava sua atuação. O uso de modelos argumentativos prévios não impede que apreendamos situações específicas nas quais elas eram empregadas.

Os prefácios, os avisos aos leitores e as dedicatórias são formas históricas contingentes. Nesses textos introdutórios, Bayle apresentou a si mesmo, a natureza e os objetivos de seu trabalho de forma explícita. Em alguns aspectos, esses paratextos se assemelham a cartas. A epistolografia é uma modalidade de escrita formalizada desde o período medieval. As chamadas *ars dictaminis* estabeleciam divisões bastante rígidas. Autores como Erasmo de Roterdã e Justo Lípsio atualizaram diversas dessas preceptivas, a partir deles muitos protocolos foram reformulados e flexibilizados

<sup>70</sup> “vouloir nettoier les étables d' Augias” (BAYLE, 1692, fl. 26).

<sup>71</sup> “un ramas des ordures de la République des Lettres” (BAYLE, 1692, fl. 22).

<sup>72</sup> “les choses de fait, que celles de droit” (BAYLE, 1692, fl. 2).

<sup>73</sup> “à ces robustes savans, qui peuvent étudier seize heures par jour sans prejudice de leur santé, infatigables en citations, & en toutes outres fonctions de copiste” (BAYLE, 1692, fl. 2).

(TIN, 2005). Com Bayle temos, nos seus prefácios, elementos como *saudação*, *narração* e *conclusão* – algumas das subdivisões tradicionais do epistolário da Idade Média. Nos diferentes prefácios do DHC, seu autor não se dirigiu a um interlocutor específico – com exceção do *Projet et fragmens*, no qual, logo abaixo do título, inicia à guisa de prefácio com: “ao Sr. Du Rondel”. Seja como for, em todos esses textos de abertura, fez uso de um protocolo típico da saudação epistolográfica: a captação da benevolência. Identificamos este último elemento quando ele descreve sua condição (humilde, laborioso, abnegado) e suas intenções (divertir, instruir, ser útil).

Trata-se de um modo retórico que emprega protocolos típicos. O argumento mais usual consiste na declaração de se estar empreendendo uma tarefa que o autor reconhece acima de suas forças ou de sua dignidade. Os motivos de, apesar disso, realizar a tarefa variam: porque (no caso cristão) a caridade consulta antes a coragem do que a força, pensa antes na justiça da empresa do que no sucesso do objetivo, coloca o interesse do próximo à frente do reconhecimento de alguma vaidade pessoal, é um esboço a ser melhorado, são materiais que amigos insistem para publicizar; e assim por diante.

Para conseguir enfatizar, na sua auto apresentação, tanto a modéstia de sua atividade quanto a utilidade de seus objetivos, ora valoriza e ora desvaloriza os seus empreendimentos históricos e críticos. Como toda produção letrada de então, estamos falando da aplicação de formas previamente codificadas de composição. Ao mesmo tempo, identificamos desdobramentos que nos informam das condições específicas em que Bayle efetivou seus trabalhos. Partamos de um lugar comum epistemológico-teológico recorrente na sua crítica: nada mais bem distribuído entre a humanidade do que as imperfeições, as falhas. Na constatação dessa proliferação, o autor nos oferece as pistas de que o que faz consiste em uma pesquisa; em uma busca ativa de determinados objetos para estudo. Na dedicatória a Jacques Du Rondel, dizia que ninguém como esse seu amigo soubera “desenterrar” as “particularidades

mais escondidas da antiguidade”<sup>74</sup>. Os equívocos estão em toda a parte, mas há que se atentar para percebê-los. Segundo Bayle, um programa que tenha por objetivo encontrar os enganos seria como incursões de exploradores que sempre encontram algum butim (BAYLE, 1692). Não há caçada [*“partie de chasse”*], “que possa ter mais certeza da captura de muitas bestas, quanto um crítico erudito pode estar certo que na caça de erros descobrirá muitos deles”<sup>75</sup>. A busca, a captura ou a escavação, de todo modo, têm de ser feitas. E estar bem equipado é fundamental.

O número dos erros encontrados nas publicações era tão grande que não faltava material com que compor grossos volumes. No entanto, não dispunha, conforme nos relata, das melhores condições de trabalho que poderia desejar. Pesquisava e escrevia, apesar das outras ocupações essenciais que demandavam todo seu tempo, e também apesar da escassez de livros que tinha a sua disposição. Não nos diz que atividades eram essas que, além dos estudos, lhe consumiam os dias. Talvez não tenha tido tempo para registrar – é possível. Ou, outra vez, é o emprego de uma tópica solicitando a benevolência do(a) leitor(a) – hipótese mais plausível. Porém, a bibliografia a sua disposição efetivamente era modesta se comparada à situação de letrados que podiam frequentar os acervos e academias de Paris, por exemplo. Que trabalho “não farão pessoas de muita erudição, com tempo disponível e com acesso a uma grande biblioteca?”<sup>76</sup> Perguntava Bayle, que, como ficou dito, pensava no seu livro enquanto um empreendimento a ser continuado.

De tudo o que se disse: “no entanto, é preciso trabalhar bem para fazer uma boa compilação”<sup>77</sup>. Que não se conclua, sublinha, que é fácil coligir os erros de forma

---

<sup>74</sup> Suas palavras foram: “*n'y aiant personne qui ait déterré comme vous les particularirez les plus cachées de l'antiquité*” (BAYLE, 1692, fl. 5). De acordo com Labrousse, as produções de Du Rondel eram “mediócras e anacrônicas”. A historiadora não acredita que Bayle tivesse qualquer ilusão quanto as qualidades literárias de seu amigo (LABROUSSE, 1985, p. 157). Seus elogios seriam, portanto, hipérboles motivadas pela amizade. Por outro lado, Mackenna nos informa que Bayle consultava Du Rondel a respeito referências eruditas da Antiguidade (MACKENNA, 2017). O elogio, pelo menos nesse caso, talvez não se resuma a exageros de um amigo.

<sup>75</sup> “*qui puisse être plus certain de la prise d'un très grand nombre de bêtes, qu'un savant critique qui va à la chasse des erreurs doit être assuré qu'il en découvrira beaucoup*” (BAYLE, 1692, fl. 5).

<sup>76</sup> “*que ne feront point des gens de beaucoup d'érudition, et de grand loisir, et à portée d'une grande bibliothèque, lors qu'ils voudront travailler à des recueils de cette nature?*” (BAYLE, 1692, fl. 5).

<sup>77</sup> “*il faut néanmoins bien travailler pour en faire une bonne compilation*” (BAYLE, 1692, fl. 09).

crítica e bem costurá-los numa coletânea. Exige tempo e não se resume a transcrever as acusações ou correções que os autores se fazem mutuamente. Retoma a metáfora da caça, dessa vez para destacar as dificuldades da empresa. Algumas vezes, reconhece, as presas são de fácil captura ou até encontram-se já abatidas<sup>78</sup>. Noutras, deviam o golpe ou resistem vigorosamente mesmo depois de receber centenas de cutiladas: “isso nos mostra que não basta saber copiar para prosseguir alegremente nesta caçada, e que a abundância de materiais não impede que a construção do edifício custe muito”<sup>79</sup>. Sustentava, portanto, que “de todos os dicionários, nenhum é mais difícil do que este”<sup>80</sup>. Quando se trabalha com base no comentário de obras de terceiros “encontra-se neles uma infinidade de coisas completamente prontas, bastando admiti-las. Encontram-se também uma infinidade de coisas que necessitam apenas de poucas alterações”<sup>81</sup>. O equívoco é algo difundido, mas não está em toda parte. Em geral, os autores mais acertam do que erram. Não por acaso a crítica tem tanta atenção aos detalhes. Tudo isso que encontrava bem feito era inútil para ele. São apenas os materiais incorretos que servem para seu trabalho, desde que soubesse retificá-los<sup>82</sup>.

Ou seja, essa tarefa que descrevia como insalubre, feia e necessária, pedia os conhecimentos de um ofício, os esforços implicados numa pesquisa e as capacidades de uma inteligência não medíocre. Não bastava saber copiar, e tampouco se colocava como copista: era um compilador que narrava e comentava. Existe um modo de escrita que é próprio de quem faz obras de referência como o DHC. Pierre Bayle retirou do proêmio de Diógenes Laércio as figuras de Epicuro e de Crisipo para

---

<sup>78</sup> “Aqueles que procuram os erros dos autores, às vezes encontram a besta completamente morta” [“*ceux qui cherchent les fautes des Auteurs, trouvent bien quelquefois la bête toute tuée*”] (BAYLE, 1692, fl. 12).

<sup>79</sup> “*cela nous montre qu’il ne suffit pas savoir copier pour aller heusement à cette chasse et que l’abondance des matreieux n’empêche pas que la construction de l’édifice ne coûte beaucoup*” (BAYLE, 1692, fl. 12).

<sup>80</sup> “*de tous les dictionnaires il n’y en a point de plus difficile que celui-ci*” (BAYLE, 1692, fl. 12).

<sup>81</sup> “*on rencontre dans les précédents une infinité de choses toutes préparées, qui ne coûtent que le prendre: on y en rencontre aussi une infinité qu’il ne faut que changer un peu*” (BAYLE, 1692, fl. 12).

<sup>82</sup> “Tudo isso que se encontra de bom e de bem feito (...) é inútil para mim. O que encontro de incorreto é unicamente o que me pode servir, desde que eu saiba retificá-la” [“*Tout ce qu’on y trouve de bon et de bonne prise (...) est inutile pour moi. Ce que j’y trouve de mauvais est la seule chose qui me puisse servir, pourvu que je la sache rectifier*”] (BAYLE, 1692, fl. 12).

empregá-los como arquétipos de modos de autoria. O primeiro representava o autor que só escreve aquilo que ele mesmo concebe, não reportando nem remetendo a ideias de terceiros. É a pura originalidade, numa relação de identidade do que é criado com o âmago do sujeito que cria: “Epicuro tirou tudo de seu próprio interior”<sup>83</sup>. O segundo não faz senão empilhar [“*entasser*”] testemunhos sobre testemunhos. Deste último modelo, quando retiradas suas citações, restariam páginas em branco. É a pura repetição e reiteração [“*redires*”]: Crisipo “apenas copiou o que os outros disseram”<sup>84</sup>. “Dado que a ocasião se apresenta”, escreveu Bayle, “vamos dizer alguma coisa sobre essas duas maneiras de compor”<sup>85</sup>.

Ao que parece, Crisipo competia com Epicuro. A cada novo livro desse, aquele corria para escrever o seu. Na ânsia de produção, teria sido desatento e sem reler o que transcrevia teria creditado muitas incorreções. Por isso, na apologia que era feita ao modo de composição por citações e paráfrases, estavam excluídos os comportamentos negligentes; essa modalidade de escrita, quando bem feita, não estava reduzida a simples acumulação de autoridades. Feita a ressalva, seria um erro pretender, como norma geral, que o “método de Epicuro” [“*la méthode d’Epicure*”] era o mais dificultoso e típico dos “grandes gênios” [“*grans génies*”]. De igual maneira, era equivocado supor que “o método de Crisipo” [“*la méthode de Chrysippe*”] era o mais fácil e típico de inteligências menores<sup>86</sup>. Pierre Costar (1603-1660) poderia ser chamado jocosamente de “protetor dos lugares comuns”, mas não havia dúvida quanto a agudeza de seu entendimento. Gilles Ménage (1613-1692), que comentava e

---

<sup>83</sup> “*Epicure avait tout tiré de son propre fond*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E). A palavra que traduzo por interior é *fond*, literalmente: “fundo”. Fundo em português não carrega, usualmente, a significação que pode ser observada na passagem em questão. Embora, fundo esteja semanticamente próximo, quando não numa relação de sinonímia, com os termos âmago, profundidade, cerne, íntimo ou recôndito. *Fond*, aqui, não apenas remete a ideia de interior, mas de interior mais profundo que se pode ter acesso ou que possa servir de ponto de emergência de algo. Em Furetière, o termo é apresentado no sentido figurado daquilo que há de mais interior, de mais recôndito, de mais secreto no coração ou no espírito humano: “Deus é o único que conhece o fundo dos corações. Não há boas orações, exceto aquelas que são feitas do fundo do coração” [“*Dieu est le seul qui connoist le fond des cœurs. Il n’y a de bonnes prières que celles qui se font du fond du cœur*”] (FURETIÈRE, FOND, 1690b).

<sup>84</sup> “*n’avait fait que copier ce que d’autres avaient dit*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>85</sup> “*Puis que l’occasion s’en présente, disons quelque chose sur ces deux manières de composer*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>86</sup> Literalmente, pequenos espíritos/inteligências: “*petits esprits*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

citava abundantemente, também era reconhecido pela contribuição que fez para as letras francesas. La mothe le Vayer, o maior dos citadores, era outro também dotado de grande genialidade (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

Sobre La Mothe Le Vayer, existia o juízo de que suas obras teriam alcançado maior excelência se não contivessem tantas ideias estrangeiras (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E). Le Vayer, cujas obras Bayle admirou e de onde com frequência tomou trechos emprestados, também abordou o tema dos modos de composição: “Como muitas pessoas pecam no uso imoderado das alegações” – alegar, aqui, equivale a citar ou parafrasear – “existem muitos outros que são ridículos na tola afecção de jamais citar ninguém e de tirar tudo deles mesmos, semelhantes a Hípias de Élis que se vangloriava de forma brincalhona de não vestir nada que suas mãos não tivessem feito”<sup>87</sup>. Para ele, no entanto, “um bom pensamento, venha de onde vier, sempre valerá mais que uma tolice própria”<sup>88</sup>.

A ausência de toda paráfrase ou citação como modelo a ser almejado encontra um contraponto lógico, o qual é retirado de Naudé<sup>89</sup>. A dinâmica das letras e das ideias é pensada num movimento de circulação. Ora, uma pura originalidade colocada como regra inviabilizaria a própria possibilidade de recepção: quem não cita ninguém, por sua vez, não poderia esperar ser citado por ninguém. Sem falar que as concepções de linguagem e de comunicação tinham seu arcabouço teórico expresso na retórica, a qual não excluía do discurso a figura do interlocutor<sup>90</sup>. Nesse

---

<sup>87</sup> “Comme beaucoup de personnes pechent en l'usage immodéré des allegations, il y en a assez d'autres ridicules dans une sottise affection de ne citer jamais personne et de prendre tout chez eux; semblables à cet Hippasus Elien, qui se vantait badinement de ne rien porter que ses mains n'eussent fait” (VAYER, p.83, 1669). Bayle cita esse mesmo trecho em (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>88</sup> “Une bonne pensée, de quelque endroit qu'elle parte, vaudra toujours mieux qu'une sottise de son cru” (VAYER, 1661, p. 93).

<sup>89</sup> Faço a análise dos trechos reproduzidos por Pierre Bayle no DHC, mas quem quiser consultar a obra referida pelo dicionarista é *Apologie des grand hommes accusez de magie*, publicada em 1625. Consultei para essa pesquisa a publicação parisiense de 1669.

<sup>90</sup> Digo retórica no singular porque embora particularizada e atualizada em muitos tratados e manuais, via de regra, existiam poucas variações. Os preceitos compartilhados consistiam, principalmente, na síntese de passagens de Aristóteles, Cícero e Quintiliano. A *Lógica* e a *Gramática* de Port-Royal, bem como a *Arte de Falar* de Lamy, se expressam num dialeto racionalista e dialogam de forma evidente com as obras de Descartes, não são, portanto, meras repetições dos padrões de entendimento clássico sobre a linguagem. Contudo, a divisão tripartite do discurso permanece nessas reelaborações modernas – falo do *ethos*, do *logos* e do *pathos*. Simplificando essas noções, talvez de



sentido, seria excessivo ambicionar possuir concepções capazes de contentar toda variedade de leitores(as) sem tomar nada de parte alguma. Naudé destacava que se existiram autores que satisfizeram diferentes públicos, estes foram Plutarco, Séneca e Montaigne – notáveis por suas prolíficas citações. Eles – em uma carta, discurso ou ensaio – podiam inserir excertos gregos e latinos praticamente a cada linha que escreviam (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

Naudé insistia (e Bayle repetia) na recepção como um critério relevante para aferir o valor de uma obra. Era um critério, inclusive, que esvaziaria os argumentos desses que ele chamava de novos censores da forma de escrever. Epicuro, nos trezentos livros que lhe são atribuídos, não teria inserido nenhuma alegação de outros porque tal prática seria condenável. Plutarco, por sua vez, em uma única epístola, podia acumular centenas de trechos de Homero, Hesíodo, Píndaro, Sófocles e Eurípedes. Das obras de Epicuro, no entanto, só se conhece o catálogo delas (registrado em Diógenes Laércio) e alguns trechos reproduzidos aqui e ali, os quais sobreviveram dispersos e a duras penas. As obras de Plutarco, no entanto, eram traduzidas, lidas, folheadas, impressas, reimpressas e vendidas todos os dias. O mesmo podia ser dito das obras de Séneca e Montaigne (repletas de citações e comentários de citações), obras sempre demandadas pelo mercado livreiro (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

De acordo com Bayle, Cícero poderia entrar nesse catálogo de Naudé e ser compreendido como um escritor que adotava os procedimentos do método de Crisipo. O grande Retor romano em suas obras filosóficas nunca perdia ocasião de referir o que havia apreendido dos maiores poetas, oradores e filósofos que o antecederam. Esses precursores eram modelos de emulação e fonte de onde retirava seus lugares comuns. No passado remoto ou no passado recente, não faltavam bons exemplos de escritores que faziam uso da intertextualidade. No campo jurídico e

---

forma excessiva, seria o equivalente a dizer que toda situação comunicacional envolve quem fala, o que é falado e para quem se fala. Mas repito que estou simplificando. Aristóteles na sua Retórica chama atenção que todo enunciado tem sempre essas três dimensões e que a divisão só existe como análise. Também é importante ressaltar que nem sempre *ethos*, *pathos* e *logos* representam objetos materialmente delimitáveis (o sujeito que fala ou escreve, o seu texto/discurso e o público), mas também são entendidos como modos de argumentação. Ver (ARISTÓTELES, 2005; REBOUL, 2004).

político, em especial, os grandes expoentes do pensamento contavam com prodigiosos citadores – Bayle menciona nominalmente: André Tiraqueau (1488-1558) e Barnabé Brisson (1531-1591). “Portanto”, conclui, “é uma **verdade de fato** e inquestionável que há grandes gênios e grandes autores na seita de Crisipo” [grifos meus]. Os exemplos factuais, além disso, fundamentam a hipótese bayliana mais geral: “que não é”, pelo menos não necessariamente, “próprio dos gênios e de autores desta espécie não citar nada ou citar pouco”<sup>91</sup>. Além disso, Bayle entendia que “os autores que não tomam nada emprestado são ordinariamente menos instrutivos que os que divulgam suas compilações”<sup>92</sup>.

Citar, comentar e parafrasear não eram concebidas como tarefas passivas. Pierre Bayle escreveu muito a respeito da importância da seleção e da editoração no trabalho de erudição crítica, particularizou também comentários sobre o papel e o modo de registrar as referências. A modalidade da invenção de uma ideia enunciada pela primeira vez era comparada com o ato de geração – no sentido biológico, portanto, numa relação metafórica com a ordem natural das criações. Por outro lado, “a arte de aplicar velhos pensamentos” seria comparável ao poder de ressurreição – numa relação metafórica com uma ordem miraculosa de reprodução<sup>93</sup>. No exagero, obviamente, o dicionarista advogava em causa própria. A invenção de que fala é aquela da retórica, não no sentido do ficcional poético. Consiste na busca de argumentos, meios de persuasão ou provas (como as citações de trechos ou a repetição de tópicos ou tropos). Por isso, na questão das referências afirmava: “não há menos invenção em bem aplicar um pensamento que se encontra em um livro, do que ser o primeiro autor desse pensamento”<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> “C'est donc une vérité de fait incontestable qu'il se trouve de grans génies & de grans auteurs dans la secte de Chrysippe, et ce que ce n'est pas le propre des génies et des auteurs de cette espece de ne citer rien ou de citer peu” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>92</sup> “les auteurs qui n'empruntent rien sont pour l'ordinaire moins instructifs que ceux qui répandent leurs recueils” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>93</sup> “L'art d'appliquer les veilles pensées” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>94</sup> “il n'y a pas moins d'invention à bien appliquer une pensée que l'on trouve dans un livre, qu'à être le premier auteur de cette pensée” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

O debate sobre os modos de composição, que Bayle articula em torno do que chamou de método de Epicuro e de método de Crisipo, se dividia em duas partes: 1) que modalidade de escrita exige mais inteligência; 2) qual delas apresenta mais dificuldades. A primeira parte argumentou com base nos exemplos, como ficou colocado acima. A segunda parte avançou com base nos procedimentos que cada tipo de escrita implica. Nesse momento de sua elaboração, Bayle nos descreve como ele mesmo realiza sua crítica e como organiza a exposição dos seus textos. Propunha, com esse intuito, reduzir os “citadores” [“*citateurs*”] a duas categorias. Começa por aquela que não apresenta grandes dificuldades e na qual não enquadrava suas atividades:

Há aqueles que se contentam em pilhar autores modernos e reunir em um só corpo as compilações de muitos outros que trabalharam sobre uma mesma matéria. Eles não verificam nada, nunca recorrem aos originais; eles sequer examinam o que precede e o que sucede no autor moderno utilizado como original<sup>95</sup>.

De acordo com Bayle, alguns autores dessa categoria nem mesmo se dão ao trabalho de transcrever as passagens que querem ver reproduzidas. Se limitam a indicar ao seu impressor (ou para quem estiver encarregado da tarefa na oficina) a bibliografia e o número das páginas de onde os excertos devem ser retirados: “não se pode negar que esse método de fazer livros é muito fácil, e que sem muita fadiga para a cabeça de um escritor permite chegar a dez grossos volumes em pouco tempo”<sup>96</sup>. Contudo, era na segunda das categorias que Bayle se situava: “Há outros citadores que só confiam em si mesmos; eles querem verificar tudo e vão sempre até a fonte; examinam qual foi o objetivo do autor e não se restringem a passagem de que necessitam, consideram com atenção o que vem antes e depois dela”<sup>97</sup>. Esse tipo de escritor é mais que mero copista, é um compilador comentador crítico. Não se

---

<sup>95</sup> “il y en a qui se contentent de piller les auteurs modernes, et de ramasser en un corps les compilations de plusieurs autres qui ont travaillé sur une même matière. Ils ne vérifient rien, ils ne recourent jamais aux originaux; ils n'examinent pas même ce qui précède & ce qui suit dans l'auteur moderne qui leur sert d'original” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>96</sup> “On ne peut nier que cette méthode de faire des livres ne soit très aisée, et que sans fatiguer beaucoup la tête d'un écrivain, elle ne le puisse mener bientôt à dix gros volumes” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>97</sup> “Il y a d'autres citateurs, qui ne se fient qu'à eux-mêmes; ils veulent tout vérifier, ils vont toujours à la source, ils examinent quel a été le but de l'auteur, ils ne s'arrêtent pas au passage dont ils ont besoin, il considèrent avec attention ce qui le précède, ce qui le suit” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

trata de empilhar testemunhos sem critério ou ordem. Busca-se bem utilizar as ideias de que se vale, assim como existe o esforço de apresentar e ligar de forma coerente as autoridades que consulta. Nessa categoria, tem ainda o trabalho de comparação, no qual se mostra no que as ideias dos autores concordam e no que elas divergem umas das outras (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

O trabalho imposto aos citadores críticos ou aos comentadores exatos é tremendo, ainda mais se forem daqueles que “professam como uma religião, nas matérias de fato, não propor nada sem prova”. Nesses casos, “se dizem que um tal filósofo grego acreditava nisso ou naquilo, que um tal senador ou capitão romano seguia certas máximas, imediatamente apresentam as provas”<sup>98</sup>. E dado que em certas ocasiões a singularidade da coisa demanda muitos testemunhos, suas buscas irão reunir tantos quantos forem necessários (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E). O modo histórico crítico de composição, que por natureza tem de tomar de empréstimo o que outros escreveram, demonstraria que o método de Crisipo, quando aplicado com rigor, “é cem vezes mais penoso que aquele de nosso Epicuro”<sup>99</sup>. Consiste numa grande tarefa conseguir provar, principalmente se os testemunhos são variados e dispersos, que um Pai da Igreja teve esse ou aquele sentimento sobre um determinado ponto da fé. Seriam necessários muito mais dias para “juntar” [“*assembler*”] as passagens necessárias para um tal fim, do que para arrazoar de forma livre sobre algum tema de teologia (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

Um mês de trabalho de pesquisa e catalogação, eventualmente podem não render mais do que seis páginas de citações, paráfrases e comentários. Em contrapartida, duas manhãs, com muito menos esforço, podem render vinte páginas com hipóteses, objeções às hipóteses e réplicas às objeções: “por consequência, o que nasce de nosso próprio gênio, algumas vezes, nos custa muito menos tempo do que

---

<sup>98</sup> “*qui se font une religion, dans les matières de fait, de n'avancer rien sans preuve. S'il disent qu'un tel philosophe Grec croiait ceci ou cela, qu'un tel sénateur ou Capitaine Romain suivait certaines maximes, ils en produisent les preuves tout aussitôt*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>99</sup> “*est cent fois plus pénible que celle de notre Epicure*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

aquilo que se tem que compilar”<sup>100</sup>. Seria menos penoso e demorado redigir mil páginas pelo método de Epicuro do que escrever quatrocentas pelo método de Crisipo (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E). Um dramaturgo<sup>101</sup>, gastaria mais tempo reunindo autoridades e argumentos para justificar sua tragédia do que levaria comendo-a — supondo “o mesmo número de páginas para a tragédia e para a justificação<sup>102</sup>”. O esforço e a demora são indícios de que o compilador, que faz crítica e comenta, não é amanuense do engenho alheio. Pierre Bayle tratava a citação e a paráfrase como objetos de uma arte:

Uma justa aplicação de uma infinidade de passagens é mais penosa do que uma longa parafernália de razões e reflexões. É necessário buscar as passagens, é necessário lê-las com atenção, é necessário colocá-las no lugar adequado, é necessário ligá-las umas às outras e aos teus próprios pensamentos. É impossível avançar rápido quando isso é perfeitamente bem feito<sup>103</sup>.

Não só o tempo que exige, como também o esforço monótono que implica, fazem desse trabalho algo desagradável. Uma vez de posse das memórias, anotações e livros que recolheu, é o momento de ordenar esse material: “isto é o que há de mais penoso nesses tipos de obras, porque não se está mais sustentado pela avidez ardente com a qual se procura materiais que ainda não se possui”<sup>104</sup>. Desejaria que, na partilha das tarefas de publicação, tivesse lhe sido atribuído unicamente o cuidado de compilar, mas que selecionar e dar forma aos materiais reunidos ficasse a cargo de outros (BAYLE, 1697, p. 07). O trabalho crítico erudito de compilação “demanda dois talentos que são difíceis encontrar juntos, muita paciência e muito entusiasmo”<sup>105</sup>. É o contraste entre o apetite do primeiro gesto de pesquisa com sua derradeira etapa de

<sup>100</sup> “*par conséquent ce qui naît de notre propre génie coûte quelquefois beaucoup moins de tems que ce qu'il faut compiler*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>101</sup> O exemplo que Bayle figura como ilustração consiste em imaginar Pierre Corneille (1606-1684), contemporâneo de Molière e Racine, numa tal situação.

<sup>102</sup> “*le même nombre de pages dans la tragedie & dans la justification*” (EPICURE<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>103</sup> “*une juste application d'une infinité de passages est plus pénible q'un long attirail de raisonnemens et de reflexions, Il faut chercher ces passages, il faut les lire avec attention, il faut les placer à propos, ils les faut lier avec vos propres pensées et les uns avec les autres. Il est impossible d'aller vite, quand on fait cela parfaitement bien*” (BAYLE, 1697, p. 5).

<sup>104</sup> “*c'est ce qu'il y a de plus pénible dans cette sorte d'ouvrages, parce que l'on n'est plus soutenu de l'avidité ardente avec laquelle on recherche les matériaux qu'on n'a pas encore*” (ALEGAMBE, txt.).

<sup>105</sup> “*cela demande deux talens qui ne se trouvoensemble, beaucoup de patience, & beaucoup d'ardeur*” (ALEGAMBE, txt.).

organização e exposição. Em resumo: “é um cuidado longo e penoso, nada demanda mais paciência do que uma boa trama de citações”<sup>106</sup>.

### **Nada sério, mas há que ter seriedade**

O que estamos apreciando aqui é uma modalidade muito específica de análise, que poderíamos chamar de crítica erudita ou, seguindo a nomenclatura de Bravo, de crítica histórica. Era um trabalho que se perguntava sobre a autenticidade e legitimidade de vastos registros literários muito diversos entre si. Exigia anos de dedicação e muita leitura. Não era a única modalidade de crítica e, em alguns casos, a crítica historiográfica não era necessariamente tão extensa. Trabalhos feitos pelo próprio Bayle nos fornecem o contraste. Embora traga como título *Critique générale*, essa publicação de 1682 fora, segundo afirma, composta em quinze dias e seu foco estava colocado no retrato de Maimbourg como historiador parcial e interessado. É sensivelmente diferente do DHC, o qual consistiu num monumento de catalogação erudita. Muitos eram seus alvos e temáticas. O ano de 1689 é a data na qual teve início a negociação entre Bayle e seu editor, Reinier Leers, para a confecção de um dicionário. Porém, podemos dizer que o DHC contou com materiais de décadas de estudos. Uma obra construída ao longo de uma vida.

Foi mencionado, nos dois capítulos precedentes, do uso que Bayle fazia da *disputatio in utramque partem*, um modelo típico de argumentação muito utilizado em exercitações oratórias escolares. No modo como ele procedeu sua crítica, fez uso dessa premissa de considerar os diferentes lados de uma questão. Porém, não como mero exercício, mas como uma perspectiva próxima de uma retórica judiciária voltada para uma análise de uma contenda: “não há processo onde seja mais

---

<sup>106</sup> “est un soin long et pénible, et qu’il n’y a rien qui demande plus de patience qu’un bon tissu de citations” (BAYLE, 1697, p. 5).

necessário ouvir as duas partes do que naqueles que se estabelecem entre pessoas doutas”<sup>107</sup>. Isso não era uma especificidade sua, tratava-se de um procedimento típico. Dupin, ao elencar quais eram as regras da crítica, falava de provas internas e externas, as quais podiam ser “convincentes ou prováveis” [*convaincantes ou probables*]. O caráter não absoluto desse modo de comprovação importava, como premissa ética, agir com equidade [*agir equitablement*]: “se equilibra as razões de uma parte e da outra, reunindo todas as conjecturas que fazem o pró e o contra”<sup>108</sup>. O comentador crítico olha para o debate de forma abrangente: respostas, réplicas e trélicas. O procedimento pode gerar um discurso prolixo e enfadonho. Além disso, a espiral de leituras é praticamente indefinida:

Depois de ter lido a crítica de uma obra, se acredita estar desenganado de vários fatos falsos, os quais, durante a leitura dela, foram tomados por verdadeiros. Passa-se, portanto, da afirmação para a negação. Mas se acontece de uma boa resposta a essa crítica ser lida, dificilmente se deixa de voltar, em relação a certas coisas, a primeira afirmação, ao passo que, por outro lado, se passa para a negação de certas coisas que se havia dado crédito com base nessa crítica. Revolução semelhante é experimentada quando se lê uma boa réplica à resposta<sup>109</sup>.

As modalidades de debate erudito e as regras de análise crítica eram replicadas nas páginas do DHC, mas não era esperado que os(as) leitores(as) empregassem o mesmo tempo e o mesmo esforço: “estamos em um século onde se lê mais para se divertir do que para se tornar erudito”<sup>110</sup>. Bayle considerava que o leitor ordinário tinha pouca paciência para acompanhar essas arengas — queria, entretanto, ser lido. Para não desrespeitar as regras da crítica e também evitar que seu livro restasse mofando, adotou uma medida aritmética mínima: “comparar

<sup>107</sup> “Il n'y a point de procès où il soit plus nécessaire d'entendre les deux partis que dans ceux qui s'élevent entre les gens doctes” (BAYLE, 1692, fl. 09).

<sup>108</sup> “on balance les raisons de part & d'autre, en ramassant ensemble toutes les conjectures qui font pour & contre” (Dupin, 1690, p.18).

<sup>109</sup> “Après avoir lu la critique d'un ouvrage, on se croit désabusé de plusieurs faits faux, que l'on avait pris pour vrais en le lisant. On passe donc de l'affirmation à la negation; mais si l'on vient à lire une bonne reponse à cette critique, on ne manque gueres à l'égard de certains choses de revenir à sa première affirmation, pendant que d'autre côté on passe à la negation de certaines choses, qu'on avoit crues sur la foy de cette critique. On éprouve une semblable revolution, quand on vient à lire une bonne replique à la reponse” (BAYLE, 1692, fl. 13).

<sup>110</sup> “Nous sommes dans un siècle où on lit bien plus pour se divertir que pour devenir savant” (BAYLE, 1720, p. 3.031).

juntos quatro escritos publicados sucessivamente, dois pela pessoa atacada e dois pela pessoa que está atacando”<sup>111</sup>. Sobre certos fatos a fórmula nem sempre seria suficiente, mas estabelecia alguma regularidade sem desagradar em demasia parte do público que imaginava.

Independente de quantas peças reproduzisse, seu comprometimento era de seguir todos os pontos relevantes do processo de uma disputa literária. A atitude inicial desse trabalho de edição e curadoria tinha relação com premissas céticas. Se a crítica erudita não produz graves consequências (como Bayle quis fazer acreditar), ela exige seriedade em seu exercício. A dúvida, nesse trabalho, era colocada no ponto de partida: “depois de ter lido a crítica de uma obra, deve-se suspender o julgamento até que se tenha visto o que o autor criticado ou seus amigos terão a dizer”<sup>112</sup>. O ceticismo ocupa, em Bayle, o mesmo lugar que o cartesianismo reservou a ele: ferramenta para proceder a análise, não um fim em si. Descartes teve por objeto a própria natureza e estrutura do pensamento; Bayle trabalhava na avaliação de vestígios textuais. Em um caso e no outro, a suspensão do juízo é o primeiro passo de um método. A última etapa é a formulação de uma afirmação (positiva ou negativa, definitiva ou temporária) de algo – ou seja, a dúvida não serve para impedir juízos, mas para que eles sejam emitidos somente ao final de um percurso de pesquisas, comparações e avaliações.

A dúvida é colocada como fundamental para poder trabalhar bem. Do contrário, são cometidos vícios de origem (se associar a um ou outro argumento de antemão). Suspender o juízo é necessário, mas traz seus riscos. Adentrar nesses jogos de argumentações e contra argumentações, sem método, pode significar um *looping* vertiginoso de incertezas: “isso não é capaz de jogar a maior parte dos leitores numa desconfiança contínua? O que há que não possa ser suspeito de falsidade para

---

<sup>111</sup> “comparer ensemble quatre écrits publiez successivement, deux par la personne attaquée et deux par la personne attaquante” (BAYLE, 1692, fl. 09).

<sup>112</sup> “après avoir lu la critique d’un ouvrage, il faut suspendre son jugement jusques à ce que l’on ait vu ce que l’auteur critiqué ou ses amis auront à dire” (BAYLE, 1692, fl. 10).



aqueles que não tem na mão a chave das fontes?”<sup>113</sup>. Porém, o objetivo do trabalho bem feito, que parte da dúvida, é constituir uma certeza. A sua compilação, como a definia no *Projet et fragmens*, devia ser composta somente de “erros comprovados e certos” [“*fautes avérées et certaines*”] (BAYLE, 1692, fl. 11). Foi ampla a recepção que viu o DHC como ferramenta corrosiva, mas lembremos que Bayle fazia a propaganda de seu livro como *câmara de segurança* da República literária:

Que fazer então para remover todas essas matérias de desconfiança, sendo tão grande o número de livros que nunca foram refutados, e tão grande o número de leitores que não tem os livros onde estão a sequência das disputas literárias? Não seria desejável que no mundo houvesse um Dicionário Crítico ao qual se pudesse recorrer **para ter certeza de que é verdadeiro** aquilo que se encontra em outros Dicionários e em toda sorte de outros livros?<sup>114</sup> [grifos meus].

Essa certeza, que era um objetivo, dependia de todos esses procedimentos que estão sendo aqui mapeados. A composição por paráfrase e por citação era tanto um dispositivo para tornar a leitura mais confortável, quanto um mecanismo comprobatório. Uma e outra coisa foram possíveis devido ao suporte editorial que constituiu esses elementos e cujas características tipográficas ficaram anteriormente descritas. Na justificativa por ter copiado longas passagens de autores modernos cujos textos poderiam ser facilmente encontrados em qualquer livraria, dizia se acomodar aos interesses do(a) leitor(a) que não tivesse esses livros referidos para consultar. Para os que possuíam biblioteca privada, era uma forma de facilitar a conferência. Os longos trechos em grego e latim transcrevia, mas não traduzia. De todo modo, como uma comodidade, oferecia o sentido, muitas vezes parafrazeando para o francês, das passagens citadas: “quis deixar o espírito do leitor em repouso”<sup>115</sup>. Tudo isso era para tornar a leitura mais fácil, com certeza; mas o intuito de tranquilizar o público era buscado também comprovando, por meio das citações e

---

<sup>113</sup> “*cela n’est-il pas capable de jeter la plus grande partie des lecteurs dans une defiance continuelle? Qu’y a-t-il qui ne puisse devenir suspect de fausseté, à ceux qui n’ont en main la clef des sources?*” (BAYLE, 1692, fl. 12).

<sup>114</sup> “*Que faire donc pour ôter tous ces sujets de defiance, y ayant un si grand nombre de livres qui n’ont jamais été refutez, & un si grand nombre de lecteurs, qui n’ont pas les livres où est contenue la suite des disputes literaires? Ne serait-il pas à souhaiter qu’il y eût au monde un Dictionnaire Critique auquel on pût avoir recours, pour être assuré si ce que l’on trouve dans les autres Dictionnaires, & dans toute sorte d’autres livres est veritable?*” (BAYLE, 1692, fl. 13).

<sup>115</sup> “*j’ai voulu mettre en repos l’esprit du lecteur*” (BAYLE, 1697, p. 06).

da referência bibliográfica de onde encontrá-las, que não o estava enganando. Esses dois movimentos são sintetizados pelo próprio autor: “procedi de um modo que eles vissem, ao mesmo tempo, os fatos históricos e as provas desses fatos, com uma variedade de discussões e de circunstâncias que não deixassem a curiosidade a meio caminho”<sup>116</sup>.

Temos aqui um ponto fundamental da análise crítica histórico textual: não se deve dar crédito ao que é atribuído aos autores quando não são relatadas suas próprias palavras<sup>117</sup>. Por isso, expunha o sentido geral de trechos escritos em grego e latim para quem não sabia letras clássicas, mas garantindo também que cada testemunha se expressasse em sua língua natural<sup>118</sup>. Como protocolo, para demonstrar que não comete nenhum logro, transcreve passagens que vem antes e depois do trecho de texto que mobiliza<sup>119</sup>. Entende que isso situa melhor a argumentação dos autores e das autoras. Citar (e citar bem) é procedimento obrigatório da exposição de estudos críticos. Porém, não era um procedimento que se bastava por si mesmo: “muitas fraudes são cometidas nas citações dos atores”<sup>120</sup>. Os motivos são os mais variados, intencionais ou não.

Entraríamos aqui no vasto rol, elencados pela arte crítica, dos motivos pelos quais se cometem erros e falsificações nos registros literários. Bayle não os particulariza de forma metódica, toca no assunto em muitos dos seus *Remarques*. Em resumo, destaca que podem ser cometidos porque foram consultados materiais ruins, porque um trecho foi mal copiado por desatenção, porque foi cometido um engano no momento de corrigir as provas; ou ainda devido a uma falha dos tipógrafos ou

---

<sup>116</sup> “j'ai fait en sorte qu'ils vissent en même tems les faits historiques et les preuves de ces faits, avec un assortiment de discussions et de circonstances qui ne laissât pas à moitié chemin la curiosité” (BAYLE, 1697, p. 06).

<sup>117</sup> “Posso dizer com razão que, em muitos casos, é uma espécie de temeridade crer no que é atribuído aos autores quando não são relatadas suas próprias palavras” [“je puis dire avec raison que c'est une spece de temerité en mille rencontres, que de croire ce qu'on attribüé aux Auteurs, lors qu'on ne rapporte pas leurs propres paroles”] (BAYLE, 1697, p. 06).

<sup>118</sup> “fiz cada testemunha falar na sua língua natural” [“j'ai fait parler chaque témoin en sa langue naturelle”] (BAYLE, 1697, p. 06).

<sup>119</sup> Utiliza, nessa passagem do prefácio, termos bastante raros para designar alteração, manipulação ou fraude: sub-repção (*subreption*) e ob-repção (*obreption*).

<sup>120</sup> “est commis beaucoup de supercherie dans les citations des auteurs” (BAYLE, 1697, p. 06).

algum defeito na prensa. Comenta aspectos psicológicos (trata como índole) de escritores que deliberadamente alteram o conteúdo dos originais que consultam — é o caso dos falsários. É por isso que, além dos cuidados que assume quando cita, também registrava as referências bibliográficas de seus materiais. Isso faz com que as provas que apresenta no DHC possam ser verificadas pelos(as) leitores(as). Indicar os dados bibliográficos funciona, obviamente, porque estamos falando de um trabalho realizado no interior de uma cultura impressa. Marcadores editoriais como paginação exata, ano de publicação e local de impressão seriam impossibilidades para pergaminhos, rolos e manuscritos em geral. Além do que, tais materiais não tipográficos eram de número e circulação restrita, os quais poucos(as) leitores(as) teriam condições de consultar.

A crítica de Bayle, como se nota, tinha um forte caráter bibliográfico editorial. Comentava, muitas vezes, com base naqueles estudos críticos anteriormente publicados. Comparava essas diferentes publicações e apreciava quais as mais corretas. Foi um conhecedor e admirador dos estudos filológicos e grande divulgador deles. Porém, não se deteve no exame dos manuscritos mais antigos preservados em fundos institucionais ou particulares. Não era um frequentador de arquivos — não no sentido de espaços físicos designados para esse fim. As coleções arquivísticas que menciona eram aquelas que tinham sido impressas, constando em bibliotecas ou circulando nos circuitos do comércio livreiro — publicações com recolhidas de documentos e testemunhos. Um material impresso muito mobilizado em seus estudos foram os inventários e catalogações publicados por academias de letras e de ciências de toda a Europa. Periódicos e gazetas foram tanto objeto de censura como fontes onde buscou informações. Em algumas ocasiões, transcrições e comentários de manuscritos ou de documentos lidos foram enviados por seus correspondentes, mas não eram seus objetos de análise por excelência — e sempre deixava explícito a(o) leitor(a) quando referia dados que lidos foram passados por terceiros.

Como colocado no capítulo precedente, era demonstrado preocupação com as edições, boas ou ruins, que uma vez publicadas se tornavam fonte pública para

leitores(as) e escritores(as). Estamos falando de um momento de crescente expansão da cultura impressa. A alfabetização, via de regra, estava restrita aos extratos mais ou menos privilegiados, não resta dúvida. A principal dimensão comunicacional era oral — até por isso, dado que o que se sabia por ouvir dizer era por demais popular, os letrados não a consideravam como (fide)digna. Porém, duas coisas: 1) não só quem sabia ler fazia parte da cultura escrita<sup>121</sup>; 2) os prefácios e avisos indicam uma ampliação do público. Um desses paratextos editoriais dizia que se o número dos autores é grande, “aquele dos juízes dos autores é infinita, pois cada leitor é um juiz”<sup>122</sup>. A sentença era acompanhada da repetição enfadonha de escárnio aos não eruditos, como nessa sentença de um livro de Baillet: “essas pessoas que, tendo apenas tintura superficial das letras, ousam se erigir sensores dos antigos e dos modernos”<sup>123</sup>.

O livro em questão, *Jugements des savants*, tinha suas semelhanças com o DHC: “este é um tecido em mosaico, compostos por diversas peças cortadas por diversas mãos, e artisticamente reunidas por uma só”<sup>124</sup>. Outro aspecto que os aproxima é a tentativa, típica desse contexto de aumento dos impressos, de educar a leitura. Esses produtos editoriais tinham como uma de suas características realizar uma espécie de curadoria dos trabalhos de tradução, interpretação e filologia que haviam sido publicados desde os últimos quase três séculos. Publicações de *artes, métodos, dicionários, enciclopédias* e *bibliotecas* foram iniciativas editoriais que tiveram por finalidade a ordenação e catalogação do conhecimento. As obras com o título de *biblioteca* consistiam em catálogos com informação sobre as obras mais célebres. A triagem dos títulos e autores poderia seguir critérios temáticos (história, medicina, poesia, etc.) ou de nacionalidade (os principais autores de um determinado país nas mais diversas áreas do conhecimento). No prefácio do DHC, ficou expressa a

---

<sup>121</sup> Sobre as práticas de leitura em voz alta e da articulação entre o escrito e o oral ver (CHARTIER, 2011).

<sup>122</sup> “Le nombre des auteurs est grand, celui des juges est infini, puisqu’auntant de lecteurs, autant de juges” (BAILLET, 1725a, pref.).

<sup>123</sup> “ces gens qui n’ayant qu’une teinture superficielle des lettres, osent s’ériger en censeurs des anciens et des modernes” (BAILLET, 1725, prefácio).

<sup>124</sup> “C’était un tissu à la mosaïque, composé de diverses pièces taillées par diverses mains, et rassemblée artistement par une seule” (BAILLET, 1725, prefácio).

intenção de também oferecer uma *biblioteca* ao público. Em notas marginais, referiu muitos catálogos (de cortes, de ordens religiosas e de universidades); bibliófilos como Conrad Gesner, La Croix du Maine, Du Verdier e Gabriel Naudé foram suas fontes preferenciais (de informação e de emulação).

O DHC também é um livro sobre produção e recepção de livros. Na NRL de junho de 1684, falava de pessoas que eram “mais curiosas em saber a história dos livros e dos autores do que conhecer os próprios livros”<sup>125</sup>. Na resenha em questão, inclusive, o tema era a respeito de uma publicação que tratava das “aventuras de uma obra manuscrita de Bodin”<sup>126</sup>, bem como algumas particularidades a respeito da biografia do autor. No ano de 1675, aos seus 28 anos de idade, escreveu em uma carta para seu irmão Jacob que a prosopografia dos eruditos sempre fora uma de suas paixões<sup>127</sup>. Sobre o paratexto que Marie de Gournay (1565-1645) insere na abertura dos *Ensaio*s de Montaigne, escreveu: “o prefácio que ela junta vale a pena ser lido e pode ser agradável sobretudo àqueles que amam a histórias dos livros e das edições”<sup>128</sup>.

No DHC, incluiu relatos sobre a situação da cultura impressa em diferentes pontos da Europa. O gosto (ou mal gosto) do público não esteve ausente de suas considerações. Mas a boa ou má recepção de um texto não dependia unicamente do valor que se atribuía ao seu conteúdo. Por isso, relatou sobre os ambientes políticos e suas implicações na produção e venda de livros, bem como das características de seus suportes. Existiam variações na circulação dos materiais (se in 8º, se in fólho, se brochuras ou se panfletos e folhas volantes). Em diferentes momentos, Bayle fez balanços sobre as vantagens e desvantagens de cada um desses formatos. Além da figura do escritor, tratou das funções de tipógrafos, corretores, revisores, editores, livreiros e censores. Sabia e apresentava para os(as) leitores(as) que um livro era resultado de um trabalho coletivo, que a fortuna de uma edição era indissociável das

<sup>125</sup> “*plus curieux de sçavoir l'histoire des livres et des auteurs que de connoître les livres mêmes*” (ODI<sup>2</sup>, p.65a).

<sup>126</sup> “*les aventures d'un ouvrage manuscrit de Bodin*” (ODI<sup>2</sup>, p.65a).

<sup>127</sup> “a prosopografia dos eruditos sempre foi uma de minhas paixões” [“*la prosopographie des savans a toujours été une de mes passions*”] (ODI<sup>1</sup>, p.56b).

<sup>128</sup> “*La préface qu'elle y ajoûta vaut la peine d'être lue, & peut sur tout être agréable à ceux qui aiment l'histoire des livres et des éditions*” (GOURNAI<sub>1</sub>, rem. A).

condições materiais de sua produção e das possibilidades de sua circulação. Talvez a proximidade com as atividades cotidianas das oficinas ajude a explicar sua percepção acurada para essas questões, pois atuou como revisor, corretor e foi editor do *Nouvelles de la république des lettres*.

Histórias e dissertações históricas sobre imprensa e livrarias, escritas por autores como Jean de la Caille (1645-1723) e André Chevillier (1636-?), também constam como fonte e modelo dos quais se valeu. A partir dessas publicações e de sua experiência pessoal falava das condições de infraestrutura técnica e tecnológica das oficinas. Estabelecia um liame entre essas questões e o adequado conhecimento das letras de quem se dedicava ao ofício de produção de livros. Vimos, no segundo capítulo, os problemas políticos decorrentes da má aplicação da arte de impressão (se falava de *arts de imprimerie*); os problemas eram também críticos e eruditos. Pierre Bayle aprovava o conselho de Jaques Fontaine, professor de direito da Universidade de Paris, dado aos soberanos, “de trazer algum remédio para esse mal, e de fazer Éditos para retirar desta bela arte todos aqueles que, pela falta de erudição e ciência, sejam julgados incapazes de exercê-la”<sup>129</sup>.

### **Exame minucioso, assuntos minudenciosos: o diabo nos detalhes**

De modo geral, na virada do século XVII para o século XVIII, se debateu quanto a relação entre as ideias e a realidade. As dúvidas inerentes à história, em sua forma retórica, levaram muitos eruditos a se voltar para o estudo da cultura material. Desde inícios da modernidade o antiquariato analisava inscrições, medalhas e estátuas que pareciam possuir estatuto empírico mais evidente. Não raro o antiquário era também autor de tratados de botânica ou medicina. A observação e a descrição direta da natureza ou dos vestígios materiais tinham relação com a busca

---

<sup>129</sup> “d'apporter quelque remede à ce mal, & de faire des Edits pour éloigner de ce bel art tous ceux qui par le manque d'érudition & de science, seroient jugés incapables de l'exercer” (BERAULD<sub>2</sub>, rem. G).

por objetividade e empiria (POMATA; SIRAISSI, 2005). No entanto, Pierre Bayle participou dessa discussão com sua atenção voltada exclusivamente para textos – e seus suportes. Suas preocupações dirigiam-se a um domínio circunscrito: “o terreno que eleger são os livros, porque Bayle não procura ou não sabe encontrar as informações pelas quais têm fixação, a não ser peneirando-as no canal dos impressos” (LABROUSSE, 1964, p. 3). Desde o primeiro dos prefácios isso foi ressaltado: “sou apenas o copista de autores já impressos”<sup>130</sup>. Sabemos que não era bem assim. Pelo que foi dito do método Crisipo, fica evidenciado que encarava seu trabalho como algo mais complexo que mera cópia. Contudo, foi inserido num universo tipográfico editorial que buscou ser objetivo; ou, para usar um termo mais adequado, ser exato no estabelecimento de evidências e fatos.

No livro *Les éléments de l'histoire*, do abade Vallemont, encontramos um esforço de articulação de crítica e práticas antiquárias – esse manual trata em particular da heráldica e da numismática como técnicas de estabelecer um conhecimento seguro sobre o passado (VALLEMONT, 1702). Bayle não tinha interesse por ruínas ou monumentos arquitetônicos, descrição e interpretação de utensílios ou qualquer conjunto que poderia compor o que chamamos de cultura material. Na verdade, conferia muito mais materialidade aos registros literários. Não negava a concretude dos objetos do antiquariato ou o rigor descritivo dos antiquários, apenas que não via neles potencial de oferecer testemunhos fiáveis além da sua própria existência. Devido àquelas ocasiões de escassez (ou pouca fiabilidade) dos registros escritos de que se dispunha, comentava da prática de buscar “o auxílio de inscrições e medalhas”, estes “monumentos que os Modernos empregam impunemente para satisfazer seus caprichos, sem se fundar sobre um fato real”<sup>131</sup>.

De acordo com os modos de testemunho, Bayle estabelecia hierarquias de confiabilidade. No parágrafo acima, ficou que os registros antiquários não o convenciam. Como visto no segundo capítulo, considerava que “os rumores da

---

<sup>130</sup> “Je ne suis que le copiste des auteurs déjà imprimez” (BAYLE, 1697, p.08).

<sup>131</sup> “du secours des inscriptions et des médailles, monumens que les Modernes emploient impunément pour satisfaire leurs caprices, sans se fonder sur un fait réel” (BAYLE, 1702, 3.104).

cidade são pouco conformes ao estado natural dos fatos”<sup>132</sup>. Logo, o mundo da oralidade não mereceria crédito. Faltou colocar sua desconfiança relativa às capacidades de retenção da memória natural. Na verdade, suas ressalvas eram dirigidas para as percepções em geral. Nossa atenção muitas vezes não consegue captar detalhes e pode inclusive deixar passar circunstâncias essenciais das coisas que presenciamos. Isso no próprio instante! A lembrança pode se degradar ainda mais se não se tem um registro para nova consulta. Assim, a memória natural não era segura<sup>133</sup>; seja porque a impressão inicial ia se enfraquecendo, seja porque sua proximidade com a imaginação produzia distorções (ARISTOTE<sub>1</sub>, rem. B). No caso da crítica, querer citar de cabeça jamais deveria ser uma opção. Sobre um autor cuja exatidão do relato questionava, disse: “aparentemente, ele cita de memória, que é um meio quase infalível de perverter uma passagem”<sup>134</sup>. Sua certeza estava nos textos e num modo atento e rigoroso de leitura: anotar, revisar o que foi anotado e comparar outra vez com o texto original. Sua crítica é um processo constante de leitura, escrita, revisão e reescrita<sup>135</sup>. Seu projeto inicial era fazer um monumental catálogo dos erros; e o erro “é ao que mais estão sujeitos aqueles que citam de memória ou sem copiar palavra por palavra”<sup>136</sup>.

<sup>132</sup> “*les bruits de ville sont peu conformes à l'état naturel des faits*” (ALTING<sub>1</sub>, rem. C).

<sup>133</sup> A memória e a comunicação oral seriam falhas inclusive desde quando os seres humanos se encontravam no seu estado de inocência. No verbete sobre Eva, é repetida a velha tópica da queda como signo da imperfectibilidade (moral e intelectual) humana. A tópica era então atualizada para esse tema da degradação sucessiva da memória natural: “Alguns padres e alguns teólogos modernos condenam Eva por sua falta de exatidão ao relatar” – para Adão – “o que tinha escutado de Deus” – não comer do fruto proibido – “e pode ser dito que esse era um mau presságio para a memória do homem. Aparentemente, essa foi a primeira vez que foi dito a um outro algo que se ouviu dizer: desde aí já se fez muitas alterações, e ainda se estava no bem-aventurado estado de inocência. Deveria surpreender que todos os dias o homem pecador faça relatos infiéis e que um fato não tenha como passar de boca em boca durante algumas horas sem ser desfigurado?” [“*Quelques pères e quelques théologiens modernes condamnent Eve, sur son peu d'exactitude à rapporter ce qu'elle avoit oui de Dieu, & l'on peut dire que c'était un mauvais présage pour la mémoire de l'homme. C'était apparemment la première fois qu'on redisait à un autre ce que l'on avoit ouï dire: on y fit bien des changemens; & l'on étoit encore dans le bienheureux état d'innocence. Se faut-il étonner que tous les jours l'homme pécheur fasse des récits infidèles, et qu'un fait ne puisse passer de bouche en bouche pendant quelques heures sans être défiguré?*”] (EVE<sub>1</sub>, rem. A).

<sup>134</sup> “il cita apparemment de memoire, qui est un moyen presque infailible de pervertir un passage” (ARISTOTE<sub>1</sub>, rem. B).

<sup>135</sup> Censurava Caspar Barthius (1587-1658), o qual se gabava de escrever apenas de memória, sem copiar os excertos das obras, sem revisar ou corrigir o que escrevia (BARTHIUS<sub>1</sub>, rem. T). Embora reconhecesse nesse autor um dos mais eruditos e férteis escritores de seu século.

<sup>136</sup> “*c'est à quoi sont fort sujets ceux qui citent de mémoire, ou sans copier mot à mot*” (OD I, p. 530b).



Na definição de um outro dicionarista francês, radicado em Portugal, crítica “é a arte de julgar dos escritos dos antigos; *De scriptis veterum judicandi ars*”; e o crítico é “quem faz profissão de julgar das obras dos autores” (BLUTEAU, tomo II, 1712, p. 615). Foram suportes editoriais e seus textos que Bayle constituiu como seus objetos de análise. Foi a partir desses objetos que os temas, os autores e os títulos passaram por um processo judicativo quanto à adequação aos critérios de exato/inexato, certo/errado, autêntico/falsificado e verdadeiro/falso. Os materiais analisados são produtos da cultura impressa. Os textos clássicos ou sagrados de que falava eram aqueles que haviam sido estabelecidos por eruditos e críticos nos últimos trezentos anos; materiais que tinham, portanto, passado por diferentes filtros de corretores, editores e impressores. Bayle fazia uma crítica, como vimos, que era de ordem filológica, bibliográfica e editorial. Olhava e pensava, de todo modo, a respeito de textos.

A visada crítico filológica de Bayle não estava distante daquela dos antiquários – e poderíamos acrescentar que também não se distanciava daquela das descrições de geógrafos, anatomistas, astrônomos e cientistas naturais em geral. O emprego da expressão “coletar alguns fatos” [*recueillir quelques faits*], que poderia ser aplicado nos estudos de mineralogia, botânica ou astronomia, Bayle aplicava para textos (PEIRESC<sub>1</sub>, rem. B). Dada a natureza dos objetos das coleções antiquárias, eles podem, eventualmente, ser entendidos como auto evidentes ao olhar de qualquer espectador; como um dado objetivo e irrecusável. Contudo, não se pode perder de vista que, na crítica de Bayle, o material literário não é abstração. Para Bayle seu livro era “uma obra que não se destina às palavras, mas às coisas”<sup>137</sup>. Essas coisas eram todas texto. O texto possui materialidade; e num sentido tátil e visível, pois consiste em registros gráficos sobre suportes variados – em geral, tinta sobre papel. Inclusive, os gestos de separar camadas, identificar/estabelecer funções indica

---

<sup>137</sup> “un ouvrage que l'on ne destine point aux mots, mais aux choses” (BAYLE, 1702, p. 3.163).

proximidades semânticas variadas com a anatomia. Sem falar da ideia de tecitura e tecido: “no textual, no têxtil e no histológico” (DERRIDA, 2005, p.07)<sup>138</sup>.

A crítica histórica, como Pierre Bayle a praticou, estava voltada para o estabelecimento de verdades de fato. Uma verdade de fato referia um acontecimento, um evento ou uma ação que efetivamente tivesse acontecido. Poderia designar uma personagem real, por exemplo: era uma verdade de fato que existiu uma mulher chamada Marie de Gournay. Uma verdade de fato dizia respeito a descrições espaciais, de costumes e de hábitos (os conteúdos de livros de geografia, corografia, memórias e antiguidades eram essencialmente factuais). Entendidos como verdades de fatos temos descrição de seres empíricos (orgânicos ou inorgânicos, vivos ou mortos), e aqui poderíamos pensar em toda uma gama de gêneros que empregam *ekphrasis*: história natural (botânica, zoologia e mineralogia), anatomia, catálogos de pintura ou arquitetura, e assim por diante. Prosas técnicas e descritivas em geral: livros de engenharia e artesanaria (relato do funcionamento de uma máquina, de modelos e formas de fortificações), miscelâneas antiquárias (com suas pormenorizações de medalhas, inscrições e de objetos de toda sorte). Desse catálogo de seres materiais (vivos ou não vivos), com insistência no fático e palpável, não parece que os relatos do fabuloso e do fantástico pudessem constar no gabinete de estudo do crítico. Não era esse, contudo, o caso.

Nas análises de Bayle, o texto é um artefato verbal e, portanto, era algo dotado de materialidade e que habitava o mundo com os demais seres e objetos, sem se

---

<sup>138</sup> Apenas tomo as aspas de Derrida porque a imagem convém. Não faço aqui leitura sistemática e detida do autor. Contudo a lembrança de a *Farmácia de Platão* me veio como reminiscência desde o primeiro momento em que comecei a pensar sobre o estatuto de texto para Pierre Bayle. Também nos comentários sobre intertextualidade que o DHC suscita. Na insistência de Bayle de, na crítica, não romper os limites do texto (limites que não se aplicam ao saber histórico, como veremos), destacaria essa frase que ecoa semelhanças: “nos manteremos nos limites desse **tecido** [do texto]: entre a metáfora do **istos** e a questão sobre o **istos** da metáfora”. O “istos” de que falava Derrida remetia a elementos materiais e não materiais: “Istos (...) objeto *erguido*, de onde: I *mastro de navio*. II *rolo vertical* entre os antigos (...) de onde partem os fios da urdidura sobre o tear de tecelão, de onde: 1. *tear de tecelão*; 2. *segue-se, a urdidura fixada sobre o tear de onde a trama*; 3. *tecido, pano, pedaço de pano* (...)” (DERRIDA, 2005, p. 08)

confundir com eles. Todos os gêneros, fossem poéticos ou mitológicos, podiam ser objeto de crítica histórica. A operação crítica busca, mesmo em relatos desse tipo, estabelecer verdades de fato. Não porque sustente a existência empírica de seres fantásticos, mas pela natureza material dos enunciados: os textos são artefatos verbais, mas são, de qualquer forma, artefatos. Por isso, os procedimentos que empregava para determinar a cronologia exata da biografia de Luís XII, da autenticidade das memórias de concílios e de sínodos, eram os mesmos empregados para debater sobre a castidade de deusa Juno ou para determinar o cardápio da dieta seguida pelo mítico herói Aquiles. O suporte poderia veicular registros oficiais de governo (fatos registrados numa ata, termos de um tratado, etc.) ou contar sobre enredos fabulosos, mas o que se tinha diante dos olhos, num caso ou noutro, eram textos.

O referencial extratextual dos enunciados é relevante para a história, mas não para a crítica — pelo menos não no sentido estrito aqui delimitado. A constatação da autenticidade e da veracidade se fundamenta na materialidade dos próprios vestígios, não na necessidade desses vestígios corresponderem a alguma realidade extralinguística que informariam ou representariam. Por isso, um texto de mitologia pode ser verdadeiro/autêntico e um relato biográfico pode ser falso. Os textos tem procedência e precedência, independente do gênero literário em que sejam vazados. Alguém afirma que um deus ou entidade pagã tem essa ou aquela propriedade; o questionamento crítico é: segundo qual conjunto de textos da tradição mitológica.

Uma tópica recorrente da crítica era que “a introdução mais segura para o conhecimento dos autores consiste em lê-los diretamente”<sup>139</sup>. Bayle assumia esse preceito para si. Na maioria das vezes, só comentou o que leu e disse se deter ao que encontrava nos textos — não adiciona e não omite. Com que direito atribuir às autoras e aos autores o que não escreveram, era um dos questionamentos éticos que colocava (TACITE<sub>1</sub>, rem. A). “Um homem que cita deve fazer uma religião de se deter aos termos de sua testemunha (...) que ele conjecture, se quiser, mas não deve

---

<sup>139</sup> “*l'introductions la plus sure à la connaissance des auteurs était de s'en raporter aux auteurs eux mêmes*” (BAILLET, 1725, prefácio).

narrar suas conjecturas como uma história”<sup>140</sup>. Desde o seu tempo de periodista combatia isso que entendia como licenciosidade: “não deve ser permitido sustentar aquilo que não é dito pelos autores que são citados”, pois “essa licença abriria a porta para uma infinidade de abusos, não deve ser permitido a um homem que cita alterar o mínimo que seja o relato de sua testemunha”<sup>141</sup>. Na crítica bayliana, os limites do texto não devem ser extrapolados:

Descartes disse muito bem que a fonte mais fecunda de nossos erros, em questões filosóficas, é que incluímos mais coisas em nossos julgamentos do que nossas ideias distintas nos apresentam. Pode ser dito também que nada dissemina mais falsidades, nos escritos de crítica, do que a licença de ir além do que está contido nas autoridades nas quais se busca fundamento<sup>142</sup>.

“ABIMELECH” foi um dos primeiros artigos escritos para o DHC. Foi também um dos que causou escândalo quando de sua publicação. Isso devido a forma como nele foi retratado o comportamento do profeta Abraão. O artigo foi entendido como um ataque à venerável memória do patriarca das três maiores religiões monoteístas da Terra— judaica, cristã e islâmica. Não por acaso, o verbete foi incluído entre aqueles que lhe renderam acusações de impiedade e de obscenidade. Mas “ABIMELECH” interessa também porque explicita os procedimentos de crítica histórica.

No corpo do verbete, é indicado um equívoco cometido no GDH: “o Sr. Moréri substitui, de forma equivocada, as palavras do Texto Sagrado por aquelas de Josefo, o qual supõe falsamente que Abraão diz que Sara era filha de seu irmão”<sup>143</sup>. Moreri ainda teria cometido outro equívoco. Outra vez com base em Flávio Josefo,

---

<sup>140</sup> “un homme qui cite se doit faire une religion de s'en tenir aux termes de son témoin ... Qu'il conjecture, s'il veut; mais il ne doit pas narrer ses conjectures comme une histoire” (BEAUMONT<sub>1</sub>, rem. I)

<sup>141</sup> “Il ne doit pas être permis de l'assurer lorsque les auteurs que l'on cite ne le disent pas (...) cette licence ouvrirait la porte à une infinité d'abus, il ne faut pas souffrir qu'un homme qui cite altere le moins du monde le rapport de son témoin” (O.D. I<sup>2</sup>, p. 530b).

<sup>142</sup> “Des Cartes a fort bien dit, que la source la plus féconde de nos erreurs dans les matieres philosophiques, est que nous enfermons plus de choses dans nos jugemens, que nos idées distinctes ne nous en présentent. On peut dire aussi que rien ne répand plus de faussetez dans les écrits de critique, que la licence qu'on se donne d'étendre plus qu'il ne faut les autoritez, sur lesquelles on se veut fonder” (CASSIUS LONGINUS<sub>1</sub>, rem. A).

<sup>143</sup> “Mr. Moréri substitue, mal-à-propos, aux paroles du Texte sacré celles de Josephe, qui suppose faussement, qu'Abraham dit que Sara était fille de son frère” (ABIMELECH<sub>1</sub>, ctx.).

relatou do estabelecimento de uma aliança entre Abimeleque e Abraão quando do retorno de Sara, fato não registrado no Gênesis — pelo menos não no trecho em questão (Gen., XX). Conforme Bayle, o primeiro erro (supor que Abraão teria dito ser Sara sua sobrinha) é uma adulteração tacanha dos fatos registrados na Bíblia. O segundo erro (que situa a data de um acordo militar) tem raízes na falta de rigor na leitura e confunde a cronologia, pois, se de fato veio a ser firmada uma aliança, ela só foi realizada tempos após o embaraçoso evento envolvendo a esposa de Abraão. Para Bayle, Moreri foi pouco atento na leitura da Bíblia e utilizou o critério errado na escolha das fontes: deveria ter dado crédito ao que estava registrado no livro de Gênesis, não no que foi escrito séculos depois, por um autor que não presenciou os fatos e que tampouco detinha fontes que permitissem desautorizar o testemunho de Moisés<sup>144</sup>.

Moreri é o principal alvo das críticas de Bayle ao longo do DCH. Aqui, efetivamente atribui a ele o erro de afirmar “um fato sobre o qual a Escritura não diz uma palavra”<sup>145</sup>. Mas a carga mais pesada, nesse caso, foi dirigida contra Josefo. O primeiro cometeu equívocos, o segundo falsificou o relato histórico. “Como se ele tivesse memórias preferíveis àquelas de Moisés”<sup>146</sup>, Josefo relatou acontecimentos de um modo que não se encontra em parte alguma a não ser nos seus textos. Agindo assim: “ele altera, ele adiciona, ele suprime as circunstâncias; em uma palavra: ele se coloca em oposição a Moisés de tal forma que é necessário que um dos dois seja um falso historiador”<sup>147</sup>. Os textos desse exemplo eram entendidos como modalidades de registros de eventos históricos. Mas o cotejo crítico era feito com composições de toda ordem.

Em “ADRASTE<sub>1</sub>”, o tema era esse rei de Argos, mencionado em algumas versões mítico fabulosas da Guerra dos Sete Chefes contra Tebas. Em um suplemento do GDH, é afirmado que Adrasto fora expulso do reino de Argos pelo seu cunhado

<sup>144</sup> Na tradição judaico-cristã se atribui a autoria do Gênesis ao profeta Moisés. Bayle seguia essa tradição.

<sup>145</sup> “*un fait dont l'Écriture ne dit pas un mot*” (ABIMELECH<sub>1</sub>, txt.).

<sup>146</sup> “*comme s'il avait eu des Mémoires préférables ceux de Moïse*” (ABIMELECH<sub>1</sub>, txt.).

<sup>147</sup> “*il change, il ajoute, il supprime des circonstances; en un mot, il se met en opposition avec Moïse, de telle sorte, qu'il faut quel'un des deux soit un faux historien*” (ABIMELECH<sub>1</sub>, rem. C).

Anfiarau, buscando asilo na cidade de Sicião. O problema seria que: “por uma negligência pouco escusável, não foi citado ninguém que afirme isso”<sup>148</sup>. Ao não indicar o lastro do que afirma, além de parecer pouco fiável, deixa para o(a) leitor(a) o trabalho de conferir. Bayle faz esse esforço: “tanto procurei que enfim encontrei uma fonte em Píndaro, onde vi que Adrasto deixou Argos”<sup>149</sup>. Essa fonte também confirmaria que a causa do exílio foi o assédio de Anfiarau. Porém, não constaria em Píndaro (522 - 443 AEC) que os dois personagens já fossem cunhados nessa ocasião. Somente metade da afirmativa contida no suplemento do GDH encontra respaldo em algum registro escrito, o resto entra na categoria das conjecturas infundadas. O embrolho de referências em “ADRASTE<sub>1</sub>” é bastante extenso, não farei seu passo a passo. Mas vale mencionar que Bayle arrolou autoridades como Diodoro Sículo (90-30 AEC), Pseudo-Apolodoro e, dentre os modernos, Kaspar Von Barth (1587-1658)<sup>150</sup>. Não era seu objetivo no cotejo dessas variações encontrar indícios sobre eventos histórico extratextuais. Suas referências são historiadores, filólogos, poetas e mitógrafos, nenhum deles contemporâneo dos eventos narrados. O cerne da questão é que no suplemento do GDH é feita uma afirmação que não está nas fontes.

Sobre o bibliófilo inaciano Felipe Alegambe (1592-1652), que escreveu uma *biblioteca* dos escritores da Cia de Jesus, enalteceu sua exatidão maravilhosa [*“exactitude merveilleuse”*]. Porém, não deixava de censurar “alguns pecados de omissão e de comissão” cometidos pelo padre [*“quelques péchés d’omission & de de comission”*] (ALEGAMBE<sub>1</sub>, rem. B). Não faltariam muitos trechos mais onde apontava que alguém colocava sua opinião como se fosse do autor, ou mesmo coisas sem grande consequência como esquecer de uma vogal ou cometer algum mínimo deslize do tipo. Em “DEMETRIUS<sub>2</sub>”, rem. B, coloca que: “uma exatidão completa demandaria que ao citar um livro fosse empregado as próprias palavras que vão na edição, sem se contentar de empregar equivalentes, mas a maioria dos autores não

<sup>148</sup> “*par une négligence peu excusable, on n'a cité personne qui ait dit cela*” (ADRASTE<sub>1</sub>, rem. F).

<sup>149</sup> “*J'ai tant cherché, qu'enfin j'ai trouvé une source dans Pindare, où j'ai vu qu'Adraste sortit d'Argos*” (ADRASTE<sub>1</sub>, rem. F).

<sup>150</sup> Dessa vez a imprecisão é de Bayle. A obra de Barth que faz referência é *Statius*, segundo Bayle publicada em 1548. Nessa data Barth não havia nascido. A data de provável de publicação de *Statius* é 1664 (ENENKEL, 2014).

poderia se submeter a isso”<sup>151</sup>. Ou seja, inclusive sinonímias eram indicadas como imprecisão no DHC.

Como se nota, Bayle efetivamente tratava de trivialidades. Como quis convencer seus censores, muitas vezes seus exercícios críticos não eram nada tão sério assim — para não dizer que eram enfadonhos. E os casos acima nem representam as menores filigranas para as quais atentava. Nisso, a crítica seguia num caminho diverso daquele que era prescrito para a “história regular”<sup>152</sup>. Esta, como gênero literário de prestígio, estava habituada a tratar dos assuntos mais elevados, sem dar atenção a detalhes de interesse desprezível<sup>153</sup>. Bayle, pelo contrário, não só assume que lhe agrada avaliar até o menor dos detalhes, como leva isso ao paroxismo, se colocando como “*minutissimarum rerum minutissimus sciscitator*”, algo como “examinador minucioso de assuntos minudenciosos” (BAYLE, 1692, fl. 28). Desse modo, o livro era muitas vezes enfadonho, mas com certeza não sempre. Do contrário, seria difícil compreender toda a repercussão de sua obra.

O próprio modo com que fez a crítica, tratando de miudezas, em alguns momentos foi obsceno e chegou aos limites da blasfêmia. No fim das contas, talvez Laubrussel não estivesse de todo incorreto ao dizer que Bayle alegava tratar apenas de temas triviais de história e literatura para, na verdade, encobrir conteúdos escandalosos. No verbete “EHELLENSIS<sup>2</sup>”, no *Remarque F*, Bayle nos conta de “um exemplo muito sensível da desordem que os erros de impressão podem provocar e do desgosto insuportável que causam a um autor”<sup>154</sup>. Falava de uma carta do Sr. Flavigni, impressa no ano de 1647, que trazia no seu início passagens do capítulo sete

<sup>151</sup> “Une exactitude achevée demanderoit qu'en citant un livre on employât les propres paroles qui en sont dans les éditions, & qu'on ne se contentât pas d'en employer d'équivalentes; mais la plûpart des auteurs ne sauraient s'assujétir à cela” (DEMETRIUS<sup>2</sup>, rem. B).

<sup>152</sup> O termo “*histoire régulière*” é de La Moynes e designava um tipo de composição que buscava atender as exigências expressas pela ideia de história perfeita. Ou seja, que atendessem os requisitos de estilo, de veracidade e de ensinamento moral (La MOYNE, 1670).

<sup>153</sup> A economia narrativa da história pedia gravidade e brevidade. Apenas o essencial e necessário deve ter lugar nela. Assim, por exemplo, havia quem censurasse o historiador Guicciardini por entender “que ele se prendia excessivamente a minúcias, ou que ele inseriu arengas difusas em excesso” [“*qu'il est trop arrêté à des minuties, ou qu'il a inséré trop de harangues diffuses*”] (GUICCIARDINI<sup>1</sup>, rem. A).

<sup>154</sup> “un exemple bien sensible du desordre que les fautes d'impression peuvent causer, & du chagrin insupportable qu'elles donnent à un auteur” (EHELLENSIS<sup>2</sup>, rem. F).

de São Mateus — aquele que começa com “não julgueis para não serdes julgados”. Contudo, o embaraço se dera em relação a outro trecho: “o mal vinha do fato de que a primeira letra da palavra *oculo* escapou acidentalmente das formas quando o impressor tocou em uma linha mal preparada”<sup>155</sup>. O Sr. Flavigni se apressou em escrever outra carta, na qual alegava que o impressor, acometido de violenta febre, provavelmente perdera o juízo. A preocupação era justificável, pois o resultado fora bastante grave para um público profundamente religioso: ao invés de *oculo* (olho), ficara registrado *culo* (ânus)<sup>156</sup>. No versículo 3, por exemplo, onde se deveria ler “*quid vides festucam in oculo fratris tui*” (“por que reparas no cisco que está no **olho** de teu irmão”), lia-se “*quid vides festucam in culo fratris tui*”.

A coisa toda é um tanto ridícula, mas blasfêmia era coisa séria. E esse artigo é importante porque foi inserido na segunda edição do DHC, depois de Bayle ter sido acusado de obscenidade e de ateísmo. O “não julgueis” poderia ser lido como afronta. Ao que parece, ele estava dobrando a aposta. O pequeno acidente de percurso, relatado acima, comprometia também os versículos 4 e 5 do capítulo 7 de São Mateus: “como poderás dizer ao teu irmão: ‘deixa-me tirar o cisco do teu **olho**’, quando tu mesmo tens uma trave no teu? Hipócrita, tira primeiro a trave do teu **olho**, e então verás bem para tirar o cisco do **olho** do teu irmão” [grifos meus]. Por ironia, embora Bayle não comente, o versículo 6 começa com: “não profanar as coisas santas”.

Apesar de Bayle assumir, como veremos, despreocupação estilística, mais de um(a) analista já observou que ele soube utilizar os recursos do cômico e da ironia (ALMEIDA, 2011). Produzir o riso é uma das estratégias retóricas possíveis para implicar o(a) leitor(a) e tornar a leitura mais agradável. Essa era, segundo Bayle, um instrumento válido na crítica, desde que sem faltar com os critérios de exatidão: “zombe se quiser, empregue o ridículo e o sério segundo a ocasião, mas tome muito cuidado de não se servir de uma falsidade, não pretenda fazer gracejos sob uma falsa

<sup>155</sup> “Le mal vint de ce que la première lettre du mot *oculo* s'échapa fortuitement des formes quand l'imprimeur toucha à une ligne mal dressée” (ECHELLENSIS<sub>2</sub>, rem. F).

<sup>156</sup> Na verdade, a palavra tem esse significado para o italiano e o espanhol, a grafia mais exata para o latim seria *culus*, mas a confusão gerou alvoroço de qualquer jeito.



suposição ou apoie zombarias em uma ignorância”. Portanto, “ainda que numa crítica sejam permitidos gracejos, não é permitido raciocinar mal”<sup>157</sup>.

O tema da atenção e do descuido perpassa o DHC. O rigor engendrado nas ideias de justeza e exatidão dependia disso. Coleta, leitura, comparação, ordenação e avaliação são apresentadas como práticas efetivamente mecânico-manuais e que, ao mesmo tempo, exigem inteligência. Mas o tema da desatenção, a qual não percebe os detalhes, era também utilizado para polemizar. Os exemplos das grandes consequências geradas por pequenos deslises do cansaço (ou doença) reforçavam o quanto a atividade letrada tinha seus riscos. Algo tão miúdo como a mudança de uma letra, por exemplo, poderia blasfemar coisas santas. O quanto existia de cálculo nessas inserções polêmicas, é algo que será abordado no próximo capítulo.

A crítica, segundo o autor, se oferecia algum risco, era para quem a praticava. Tanto, que como mote de suas atividades registrou: “Trabalhas numa obra de consequências perigosas, caminhas sobre carvões em brasa que se escondem sob as cinzas enganosas”<sup>158</sup>. Porém, Bayle defendia que seu trabalho era inócuo para a fé e para a moral. Para o público, insistia, não acarretava sérias consequências. A seriedade que existia estava no rigor exigido ao crítico. A pesquisa pedia escrutínio meticuloso, a menor falta de atenção comprometia as análises: “desta forma se pode notar o quanto a crítica é um trabalho perigoso, porque quando se ignora certos fatos particulares, todas os outros conhecimentos não impedem que se julgue mal as coisas”<sup>159</sup>. Na crítica de Bayle, efetivamente, o diabo estava nos detalhes.

---

<sup>157</sup> *“encore qu'il soit permis de plaisanter dans une critique, il n'est pourtant point permis d'y mal raisonner. Raillez si vous le voulez, employez selon l'occasion ou le sérieux ou le ridicule; mais gardez vous bien de vous servir d'une fausseté, & ne prétendez jamais qu'en plaisantant sur une fausse supposition, ou en apuiant des railleries sur une ignorance”* (JUNON<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>158</sup> *“periculosae plenum opus aleae tractas et incedis per ignis suppositos cineri doloso”* (HORÁCIO apud Bayle, 1692, fl. 19)

<sup>159</sup> *“On peut voir par là combien la critique est un travail périlleux; car si l'on ignore certains faits particuliers, toutes les autres connaissances n'empêchent pas qu'on ne juge mal des choses”* (LIVINEIUS<sub>3</sub>, rem. A).

## CAPÍTULO 4: A HISTÓRIA QUE BAYLE ESCREVEU

“A história, propriamente falando, não é mais que uma coletânea de crimes e infortúnios do gênero humano” BAYLE, 1697.

“Todo autor tem o direito de mostrar as razões de seus pontos de vista [*ses sentiments*]. Então, como comentarista do meu próprio texto, pude e tinha obrigação de expor as provas da opinião que apresentei” BAYLE, 1720 [1697].

### Obscenas heresias

“Adão não é nascido porque foi formado de uma costela de Eva”<sup>1</sup>. Originalmente, a frase foi redigida por um predicador católico e passou despercebida pelo aparato censório da Inquisição. Estava colocada num sermão impresso em Viena, no Reino da Áustria, no ano de 1654. Bayle a repetiu no verbete “ADAM<sub>1</sub>”. Uma frase que, se fosse adotada pelo cânone teológico, alteraria de uma ponta a outra todas as ortodoxias cristãs e judaicas, bem como acarretaria grandes consequências para quem a defendesse. Obviamente, o autor do DHC não tinha essa pretensão – não acreditava no conteúdo do enunciado e tampouco se arriscaria tanto. A decisão de inseri-la respondia a pelo menos dois objetivos: polemizar com a Congregação do Índice e tornar seu livro interessante para um público mais geral.

Pessoalmente, gosto bastante da versão do mito da criação proposta nesse sermão de 1654. Tem ainda uma outra versão, não propriamente cristã, a qual elide qualquer precedência de gênero na origem da humanidade. Ela parte de um paralelo idiossincrático entre etimologias. Primeiro, é colocado que Adão seria um termo que, em línguas orientais, significa “o homem em geral” ou “o primeiro homem”, por importância e antiguidade. Esse nome designaria o tronco de onde parte toda

---

<sup>1</sup> “*Adam n'est point né, car il a été formé de l'une des côtes d'Eve*” (SCHILLING apud BAYLE ADAM<sub>1</sub>, rem. B).

humanidade. Daí em diante, temos um conjunto de apropriações bastante tortuoso: Bayle remete ao padre Garrasse, o qual remete ao patriarca Fócio, o qual remete ao gramático Helladius. Este último, teria relatado que no mar vermelho fora pescada uma criatura de figura humana e que, tendo sido indagada, dissera descender da raça do primeiro homem, o qual se chamava *Oeuf* [Ovo] (GARASSE, 1625). Depois disso, vem a versão mais divertida e sem primazia para o homem. Se for dado crédito ao livro *La doctrine curieuse*, de Garasse, Fócio registra que os egípcios contavam que “*la Sapience*” – sabedoria ou ciência – “pôs um ovo no paraíso terrestre, de onde nossos primeiros pais saíram como se fossem um par de frangos”<sup>2</sup>.

As variações não se encerram nesse registro de uma entidade demiúrgica, sem gênero definido, que choca o ovo do primeiro casal da humanidade. Temos ainda outras versões mitográficas registradas no mesmo verbete. Ou pelo menos interpretações heterodoxas desse evento presente no Gênesis. “Um grande número de rabinos”, de acordo com Bayle, teria acreditado “que o corpo de Adão foi criado duplo; macho de um lado, fêmea do outro; e que os corpos estavam unidos pelos ombros, cada cabeça olhando para uma direção oposta da outra, como as cabeças de Jano”<sup>3</sup>. A metáfora da costela some, e com ela some também a linha cronológica que coloca a origem da criatura masculina antes da feminina. Eva e Adão emergem de uma cisão, no mesmo instante.

O próprio Bayle nos remete ao mito platônico de Andrógeno, onde estariam as raízes dessa tradição rabínica. Contudo, dando ênfase ao estabelecimento da dualidade e da complementaridade<sup>4</sup>. Por desafiarem os deuses, estes decidiram partir a criatura em dois: “cada uma dessas partes conservou uma forte inclinação de se reunir com a outra; eis a origem do amor, caso se acredite nesse filósofo” – Platão.

---

<sup>2</sup> “*la Sapience pondit un oeuf dans le paradis terrestre, d’où nos premiers peres sortirent comme une paire de poulets*” (GARASSE apud ADAM<sub>1</sub>, rem. A).

<sup>3</sup> “*Un grand nombre de rabins ont cru que le corps d’Adam fut créé double, mâle d’un côté, femelle de l’autre; et que l’un des corps était joint à l’autre par les épaules: les têtes regardaient des lieux directement oposes, comme les têtes de Janus*” (ADAM<sub>1</sub>, rem. F).

<sup>4</sup> Como se sabe, no diálogo do Banquete são estabelecidas as categorias de homem e de mulher, mas também é estabelecida uma terceira, a qual não se identifica nem com uma nem com outra dessas duas categorias. Cf. (PLATÃO, 1980).

O livro *Le nouveau visionnaire de Rotterdam*, sustentaria que para alguns rabinos não há essa cisão de uma criatura original, dividindo-se em duas. Tanto Eva quanto Adão permaneceram os dois como indivíduos intersexos até o momento da queda.

No primeiro capítulo, ficou descrito como eram distintas as características tipográficas (leiaute das páginas, distribuição dos verbetes, etc.) do dicionário de Moreri e daquele composto por Bayle. Com os exemplos, colocados acima, é possível indicar também como os textos que Morei e Bayle escreveram assumiam tons e conteúdos bem diferentes. No verbete “ADAM”, do GDH, não encontramos extratos blasfemos – na perspectiva das ortodoxias cristãs. Nele, é feita apenas a síntese do que, sobre esse evento, é encontrado no Gênesis e da interpretação de doutores da Igreja Católica – como Agostinho, Crisóstomo, Basílio, Tertuliano, Ambrósio. A única questão de debate colocada é sobre o local do sepulcro de Adão e quantos filhos e filhas “o primeiro homem” teria tido. Nenhuma hipótese heterodoxa é mencionada.

Nas referências de Moreri, não constam livros como o de Garasse. Para o público, o *La doctrine curieuse*, apesar da intenção do autor, fora um livro “muito mais propício a fomentar o ateísmo do que a arruiná-lo”<sup>5</sup> – escreveu Bayle. Nas palavras de François Orier (1597-1670), a publicação era “uma cloaca de impiedade, um esgoto de profanação, um amontoado de troças e bufonarias”<sup>6</sup>. Para Naudé, consistia no “ateísmo reduzido à arte” [*l’athéisme réduit en art*] (GARASSE<sub>1</sub>, rem. A). Essas não eram considerações que impedissem Bayle de mencionar o livro e, inclusive, de dedicar um verbete ao seu autor – na verdade, o conteúdo polêmico era um motivo a mais para entrar no DHC. Os mitos adâmicos elencados até aqui são suficientes para evidenciar a diferença com relação ao GDH. Contudo, Bayle registou ainda outras versões – mais extraordinárias e ofensivas para os censores cristãos.

Bayle lembrava que a hipótese de um primeiro ser humano de gênero indistinto fez fortuna também em expressões medievais do cristianismo. No século

<sup>5</sup> “bien plus propre à fomentier l’athéisme qu’à le ruiner” (GARASSE<sub>1</sub>, rem. A).

<sup>6</sup> “un cloaque d’impiété, une sentine de profanations, un ramas de bouffonneries & de contes facétieux” (ORIER, 1623, fl.05).

XIII, um sujeito de nome Amaurli fora condenado por heresia em Paris. Ele teria sustentado que se “o homem” tivesse permanecido no estado de inocência no qual Deus o criou, não existiria qualquer distinção de sexo. O herege ainda teria profetizado que “no fim do mundo, os dois sexos seriam reunidos juntos em uma mesma pessoa, e que essa reunião houvera começado em Jesus Cristo”<sup>7</sup>. Faber d’Étaples (?)<sup>8</sup>, por sua vez, teria dito que, no estado de inocência, Adão gestou outro ser humano de si mesmo, sem relação com alguma mulher (ADAM<sub>1</sub>, rem. G). Aqui temos um salto interpretativo em relação ao que se disse dos rabinos, esse autor cristão propunha a possibilidade de uma reprodução assexuada, anterior ao pecado original.

É contraditório dizer que na gênese não havia distinção de sexos, mas continuar a referir o primeiro ser humano como “homem”<sup>9</sup>. Porém, nas suas legibilidades originais, esses enunciados não tinham nem os objetivos e nem o repertório de que dispomos. Todos eles trabalham no interior de sistemas binários de definição e, alguns deles, permaneciam misóginos. Isso é válido inclusive para as revelações místicas de Antoinette de Bourignon (1616-1680). A interpretação dela a respeito de Adão parece fundir as duas últimas – aquelas de Amaurli e de d’Étaples. No entanto, é dela que se extrai a mais peculiar e fantástica das descrições de um mito-profecia adâmico. O relato de suas visões é praticamente sinestésico.

Para Bourignon, antes da queda, Adão tinha em si os princípios dos dois sexos e a capacidade de gerar seus semelhantes – produzia seres que se autorreplicavam. A necessidade da relação sexual para a reprodução é colocada como um dos efeitos que o pecado original produziu no corpo humano. No seu livro *Du nouveau Ciel*,

---

<sup>7</sup> “qu’à la fin du monde, les deux sexes seraient réunis ensemble dans une même personne, & que cette réunion avait commencé en JESUS-CHRIST” (ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

<sup>8</sup> Se Bayle se refere a Lefèvre d’Étaples (1455-1536), trata-se da figura que foi precursora da Reforma protestante na França.

<sup>9</sup> Evidente, os enunciados são inconsistentes apenas quando pensados dentro de nosso contexto semântico. Porém, penso que tais registros mitográficos ou proféticos, por si sós, produzem fissuras no discurso da tradição judaico-cristã. Desestabilizam discursos hegemônicos a respeito das definições e papéis de gênero consolidados pelas instituições religiosas. Ainda que suas ressonâncias tenham sido episódicas e circunscritas. Efêmeros ou não, temos aí seus registros. Quando os historicizamos, é possível perceber que não foram formulados dentro de uma agenda que é a nossa – o que não quer dizer que o que se possa fazer com eles não siga em aberto.

sustentava que os seres humanos no seu estado atual não correspondiam às criaturas tal qual Deus as criou<sup>10</sup>. No lugar dos seres que deveríamos ser, nos tornamos “monstros na natureza, divididos em dois sexos imperfeitos, incapazes de produzir seus semelhantes sozinhos, como se produzem as árvores e as plantas, que nesse ponto possuem mais perfeição que os homens ou as mulheres”<sup>11</sup>. Essas concepções singulares eram intercaladas por lugares comuns da moralidade sexual cristã – como o caráter sujo das relações carnavais e a ideia de que as dores do parto eram signos da miséria humana, castigo particularmente destinado às mulheres pelo suposto pecado de Eva.

Os textos que temos dessa mística flamenga misturam sua autobiografia, suas opiniões e os relatos de suas visões. Numa dessas descrições, ela conta que foi Deus que revelou a ela os mistérios em torno do “primeiro homem”. Não há intermediação de olhos corporais nesses seu relato, pois os globos oculares seriam esmagados perante a enormidade de toda a cena do Gênesis: “a beleza do primeiro mundo, a maneira como ele” –Deus– “o formou do caos: tudo era brilhante, transparente, radiante de luz e de glória inefável”<sup>12</sup>. Todos esses eventos foram apresentados ao seu espírito. Ela contemplara, nesse momento de êxtase, como Adão fora feito: seu corpo era mais puro e transparente do que cristal; um corpo leve e que pairava no ar. Nesse corpo, e através desse corpo, pôde ver vasos [“vaisseaux”] e córregos [“ruisseaux”] de luz que penetravam de dentro para fora por todos os seus poros. Nesses vasos, corriam licores [“liqueurs”] de todos os tipos, de todas as cores – muito vivas e diáfanas. Esses fluídos, eram fluxos de água e de leite, mas também de ar, de fogo e todas as modificações da matéria que se possa imaginar. Os movimentos corporais de Adão eram de admirável harmonia, nada no ambiente resistia a ele ou conseguia feri-lo. Esse retrato onírico é articulado com um retrato

---

<sup>10</sup> O milenarismo fica expresso no título, a expressão remete ao livro de Apocalipse 21,1: “vi então um céu novo e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra se foram, e o mar já não existe”.

<sup>11</sup> “*monstres dans la nature, divisez en deux sexes imparfaits, impuissans à produire leurs semblables seuls, comme se produisent les arbres & les plantes, qui en ce point ont plus de perfection que les hommes ou les femmes*” (BOURIGNON apud ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

<sup>12</sup> “*la beauté du prémier monde, et la manière dont il l'avait tiré du cahos: tout estait brillant, transparent, rayonnant de lumière et de gloire ineffable*” (BOURIGNON apud ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

mais preciso, ela nos informa de sua estatura e feições: era mais alto que os homens do presente; tinha cabelos curtos, ondulados de cor castanha escura tendendo pro preto; o lábio inferior era coberto de cabelos curtos (ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

No relato místico, também conta de como Adão, antes do pecado, produzia sozinho outros seres a partir de si. Inclusive, nessa experiência onírica, testemunhou essa rara capacidade de fecundação sendo colocada em prática. Não deixa de fora o esboço anatômico dos órgãos reprodutores do primeiro homem: “no lugar das partes bestiais que não se nomeia” – as genitálias – “ele tinha nessa região a estrutura de um nariz (...) e ali estava uma fonte de odores e perfumes admiráveis”<sup>13</sup>. Era desse ponto que nasciam os homens (a autora designa no masculino essas criaturas, do mesmo modo que faz com Adão). Todos os princípios necessários para a concepção, como já dito, encontravam-se reunidos na estrutura corporal do primeiro homem. A descrição fantástico-fisiológica do processo de gestação era a seguinte: ele tinha dentro de seu ventre dois recipientes (como se fossem vasilhas); no primeiro, nasciam pequenos ovos/óvulos; o segundo, estava repleto de fluído [*liqueur*] que podiam tornar férteis aqueles ovos do outro recipiente<sup>14</sup>. O aparato estava dentro do homem, mas era o amor de Deus que provocava a dinâmica de fecundação:

quando o homem se aquecia no amor de seu Deus, o seu desejo de que houvesse outras criaturas além dele para louvar, amar e adorar essa grande majestade, o fogo do amor de Deus fazia derramar esse fluído [*liqueur*] sobre um ou vários desses óvulos, acompanhado de delícias inconcebíveis<sup>15</sup>.

Os óvulos estavam dentro do homem e eram fecundados na relação de seu desejo com o amor de Deus – o erotismo implícito (ou explícito) dessas descrições,

---

<sup>13</sup> “*au lieu des parties bestiales que l'on ne nomme pa (...) Il avait dans cette région la structure d'un nez (...) et c'estait-là une source d'odeurs et de parfums admirable*” (BOURIGNON apud ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

<sup>14</sup> Daqui em diante, passarei a traduzir a ocorrência de *oeufs*, nos textos de Bourignon, por óvulos (*ovules*), pois é ao que ela estava efetivamente se referindo. Ela utilizava, nessas suas revelações místicas, referências de estudos anatômicos da sua época. No final do XVII, com o uso do microscópio, se falava sobre os *oeufs* produzidos nos ovários, mas o termo específico *ovule*, para diferenciar de ovos em geral (como de aves), só aparece registrado a partir do Dicionário Littré de 1872.

<sup>15</sup> “*lors que l'homme s'eschauffait dans l'amour de son Dieu, le desir où il estait qu'il y eût d'autres créatures que lui, pour louer, pour aimer, et pour adorer cette grande Majesté, faisait répandre par le feu de l'amour de Dieu cette liqueur sur un ou plusieurs de ces œufs, avec des délices inconcevables*” (BOURIGNON apud ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

por certo, não passavam despercebidas —, mas a gestação e nascimento era extra corpóreo. O óvulo, tornado fértil, algum tempo depois era expelido — por aqueles canais semelhantes a fossas nasais de que se falou anteriormente. Dele, depois de chocado, “eclode um homem perfeito” [*“éclorre un homme parfait”*]. Depois do fim dos tempos, ensinava a profetiza, “é assim que na vida eterna haverá uma geração santa e sem fim, muito diferente daquela que o pecado introduziu por meio da mulher”<sup>16</sup>.

A leitura misógina é flagrante e, talvez, ainda mais terrível do que aquela das ortodoxias judaico-cristãs. Na visão revelada por Bourignon, Deus criou a mulher do homem: “extraindo dos flancos de Adão essas vísceras que continham os óvulos, os quais a mulher possui, e a partir dos quais os homens ainda nascem nelas, de acordo com as novas descobertas da anatomia”<sup>17</sup>. As premissas são terríveis, pois as mulheres são colocadas como a materialização de um castigo. Não existiria para elas um horizonte de redenção. O próprio Bayle indicava o absurdo, pois os enunciados pressupunham uma ideia de aniquilação compulsória de pelo menos metade das criaturas humanas: “a ressurreição”, conclui-se das visões da senhorita Bourignon, “nada mais é do que o restabelecimento do homem em seu estado de inocência, estado no qual não havia mulheres”<sup>18</sup>.

Se o diabo, como falei no final do capítulo anterior, por vezes se escondia nos detalhes de sua crítica, agora temos as matérias profanas escancaradas para qualquer leitor(a), atento(a) ou não. A síntese das ideias e os excertos de Bourignon citados aqui, estavam transcritos no verbete “ADAM<sub>1</sub>”. Artigos como esse, obrigaram Bayle a ter que responder ao Consistório Wallon. Teve que argumentar que seu livro não defendia heresias, ateísmo ou comportamento impudicos. Quem denunciou o DHC ao Consistório foi, outra vez, Pierre Jurieu, seu inimigo pessoal. A instituição acatou a denúncia, designando comissários para que avaliassem o conteúdo da publicação.

---

<sup>16</sup> “C'est ainsi que dans la vie éternelle il y aura une génération sainte et sans fin, bien autre que celle que le péché a introduite par le moyen de la femme” (BOURIGNON apud ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

<sup>17</sup> “en tirant hors des flancs d'Adam ce viscere qui contenait les œufs, que la femme possède, et desquels les hommes naissent encore à présent dans elle, conformément aux nouvelles découvertes de l'anatomie” (BOURIGNON apud ADAM<sub>1</sub>, rem. G).

<sup>18</sup> “la resurrection n'est autre chose que le rétablissement de l'homme dans son état d'innocence: état où il n'y avoit point de femmes” (ADAM<sub>2</sub>, rem. G).



O próprio Pierre Bayle, em uma carta, elencou os principais pontos, entre outros, sobre os quais lhe foram requisitadas explicações e emendas: “I. **As citações, expressões e reflexões distribuídas pela obra e capazes de ofender orelhas castas.** II. O artigo David. III. O artigo dos Maniqueístas. IV. Aquele dos Pirrônicos. V. Os elogios dados a pessoas que negaram ou a existência ou a providência de Deus”<sup>19</sup> [grifos meus].

O ponto II é um caso à parte. Os pontos IV e V diziam respeito às denúncias de que seu livro defendia e propagava a heterodoxia ou mesmo a descrença (ateísmo). O ponto III concernia ao modo como tratou as heresias. O ponto I, era a acusação de obscenidade. Ou seja, a liberdade com que inseriu descrições vulgares, empregou palavras chulas, tratou de episódios infames e indecentes. Como é possível perceber, os verbetes dedicados a Adão e a Eva, interseccionam as matérias de que foi denunciado nos pontos I e III. Era tachado de obsceno qualquer conteúdo (potencialmente) erótico (implícito ou explícito), mesmo a descrição fisiológica do ato sexual ou da reprodução poderia ser assim categorizado.

Pierre Bayle chamava esses intransigentes defensores da castidade de “puristas” [*puristes*], seria “impossível escapar da censura deles”<sup>20</sup>. Não concordava que existisse razão nelas. O dicionarista entendia que as reações negativas eram excessivas, como a daqueles “rudes” [*bourrus*] que consideravam que seu artigo sobre Adão continha “obscenidades insuportáveis” [*obscénitez insupportables*] (ADAM<sub>2</sub>, rem. G). O DHC encena um debate jurídico sobre que palavras utilizar, se era lícito chamar todas as coisas pelos seus nomes ou se o correto era o emprego de eufemismos – ou mesmo a supressão inclusive de termos ambíguos. A imagem implicada no seu texto traz a figuração de um tribunal da República das Letras:

Observo (...) que, de todos os tempos, uma infinidade de pessoas concorda em condenar as obscenidades, apesar disso, jamais

<sup>19</sup> “I. *Les citations, expressions, reflexions repandues dans l'ouvrage, capables de blesser les chastes oreilles.* II. *L'article de David.* III. *L'article des Manichéens.* IV. *Celui des Pyrrhoniens.* V. *Les louanges données à des gens qui ont nié ou l'existence, ou la providence de Dieu*” (BAYLE, 1714, p. 625).

<sup>20</sup> “*Il est impossible d'échapper à leur censure*” (BAYLE, 1702, p. 3.165).

apareceu uma decisão que tivesse a autoridade das coisas julgadas, e a qual os poetas, os comentadores, etc. fossem obrigados a se conformar sob pena de perder a qualidade de homem honesto (...) Sempre se conservou, na República das Letras, um direito ou uma liberdade de publicar escritos dessa natureza. Jamais se deixou prescrever esse direito: muitas pessoas de mérito impediram a prescrição pela liberdade da qual se serviram nesse tipo de obras, sem que isso tenha rendido alguma nota contra essas pessoas, nem as tornado menos dignas de desfrutar de todas as honras e privilégios de seu estado ou de avançar para os postos que a fortuna lhes pudesse prometer<sup>21</sup>.

“Direitos”, “prescrição”, “liberdades”, “privilégios”, a incidência dessas palavras denota um estilo jurídico. E, efetivamente, Bayle não estava apenas respondendo a críticas de seus pares da república literária. Prestava contas também – e principalmente – ao Consistório. No quarto *Éclaircissement* elaborou uma defesa sistemática dos aspectos obscenos de sua obra. Resumiu o escândalo com que seu livro foi recebido como um excesso de carolice. Nada disso era, não obstante, uma defesa do obsceno em si. O comentário e a história, no DHC, são muitas vezes operados numa chave do cômico e do satírico. Por isso, as obscenidades não podem ser vistas como “transgressão libertadora de interditos morais e sexuais”; o efeito pretendido era o da “libertinagem moral” (HANSEN, 2004, p.51). Trava-se mais de reforço de uma moralidade calvinista, do que atos de subversão.

### **Libertinagem não é subversão**

O DHC está repleto de argumentos que Bayle repetiu de escritores chamados de libertinos – escritores que admirava, como Le Vayer e Guy Patin. Mas o termo libertino, dado que existe uma significação contemporânea muito diversa para ele, carrega um sentido específico quando pensamos o século XVII. Os libertinos não

---

<sup>21</sup> “Je remarque (...) que de tout tems une infinité de personnes se sont acordées à condamner les obscenitez, & que cependant cela n'a jamais paru une decision qui eût l'autorité des choses jugées, & à quoi les poëtes, les commentateurs &c. fussent obligez de se conformer à peine de perdre la qualité d'honnête homme. Il s'est toujours conservé dans la Republique des lettres un droit ou une liberté de publier des écrits de cette nature” (BAYLE, 1702, p. 3.159 e 3.160).

eram pessoas de vida dissoluta e que se entregavam de modo imoderado aos prazeres da carne; não eram negligentes com seus deveres e obrigações, tampouco avessos a qualquer disciplina. Esses elementos até poderiam lhes ser atribuídos por seus detratores. Mas basta dizer que Pierre Gassendi e Gabriel Naudé constam como representantes da chamada libertinagem erudita. O primeiro, muito provavelmente, era assim classificado (ou acusado) devido, entre outras coisas, ter escrito uma *vida* de Epicuro. O segundo, talvez tenha sido devido a forma livre como escreveu o seu *Apologie pour tous les grands personages qui ont été faussement soupçonnés de magie* (1625). Apesar do título não entregar, era uma das fontes bibliográficas que Bayle recorria para seus levantamentos historiográficos e para montar o perfil de historiadores.

A liberdade na escrita falava de não ter que sujeitar a razão aos dogmas religiosos e morais – ou (em alguns casos) às restrições da política. Eventualmente, Bayle pode parecer um representante ou, pelo menos, um divulgador das ideias libertinas – embora ele jamais tenha se considerado um libertino. Do termo libertino, destaco o seu sentido de defesa do direito de escrever de acordo com certa racionalidade e consistência lógica dos argumentos. O sentido moralizante residia em evidenciar a distância entre o que as pessoas dizem daquilo que elas fazem. Como quando o autor insinua a hipocrisia dos que querem ter seus ouvidos mais castos do que, na prática, conservam o resto do seu corpo – reciclava essa provocação a partir de Molière (BAYLE, 1702, 3.168). Bayle aproximava a conduta dos puristas morais, católicos ou protestantes, com uma espécie de atitude farisaica. Ressaltava como os puristas mobilizavam critérios morais de forma seletiva: “Lembremos que os censores os mais rígidos não repreendem os historiadores que expõem todos os detalhes de um assassinato vil (...) apenas condenam relatos que contêm práticas desonestas em relação à castidade”<sup>22</sup>.

Os censores do DHC, além de carolas hipócritas, eram obtusos pois não conseguiam perceber que o vício pode trabalhar para a virtude por meio de relatos

---

<sup>22</sup> “Souvenons nous que les censeurs les plus rigides ne blâment pas les historiens qui exposent tout le détail d'un vilain assassinat (...) Ils ne condamnent que les relations qui contiennent des pratiques mal honnêtes par rapport à la chasteté” (BLONDEL<sub>2</sub>, rem. A).

escabrosos ou ridículos — o anedótico, lembremos, perpassa o seu dicionário. “Na qualidade de historiador”<sup>23</sup> relatava “todas as abjeções” [*“toutes les ordures”*] que encontrava nos testemunhos/textos. Coisas iníquas e opostas ao pudor. Provas das tolices, extravagâncias e soberbas de todos os tempos, mas principalmente de sua própria época — a moral da história<sup>24</sup> era que: “queremos parecer mais sábios do que nossos pais, e somos menos que eles”<sup>25</sup>. Era uma questão de adequação, que quando não bem aplicada merecia reprovação.

No verbete CHOCQUET<sub>3</sub>, Pierre Bayle apontou para a existência dessa inadequação nas práticas teatrais. A encenação de cenas retiradas da Bíblia era parte da cultura histórica de inícios da modernidade. No entanto, o poeta Luís Chocquet, fora autor de “uma obra muito rara e muito singular”<sup>26</sup>. Tratava-se de um roteiro publicado em 1541, no qual os Atos dos apóstolos foram adaptados em versos franceses. O enredo era interpolado com passagens do Apocalipse de São João e de *Histórias dos cézares* (especialmente de Nero e de Domiciano, famigerados na historiografia cristã como inimigos do cristianismo e perseguidores dos cristãos). A narrativa bíblica é alterada, Judas não mais é o traidor de Cristo — a escolha de outro apóstolo traidor é feita no palitinho. No frontispício da obra, São Lucas é qualificado como evangelista e historiógrafo. Para Bayle, a representação de matérias santas numa chave poético-burlesca era inadequada; a caracterização de diabos e demônios provocava riso, quando, na sua opinião, deveria provocar horror (CHOCQUET<sub>3</sub>, rem. A). Bayle moralizava e polemizava, apontando incoerências católicas: “enquanto o povo era impedido de ver as Histórias Santas no Livro que as contém de forma pura e fiel” — a Bíblia —, “era-lhe permitido vê-las no teatro, contaminadas de

<sup>23</sup> “*j’ai pu dire en qualité d’historien*” (BAYLE, 1720, p. 3.026).

<sup>24</sup> Moral da história, aqui, pode ficar num duplo sentido: regras e valores inscritos na tessitura da intriga ou/e como o conteúdo moral (ou sentido) que dela se apreende (ou extrai).

<sup>25</sup> “*Nous voulons paraître plus sages que nos pères, et nous le sommes moins qu’eux*” (BAYLE, 1702, p. 3.175).

<sup>26</sup> “*un ouvrage fort rare et fort singulier*” (CHOCQUET<sub>3</sub>, txt.).

milhares de invenções grosseiras e a maioria delas apresentadas de forma baixa e num estilo farsesco”<sup>27</sup>.

Não surpreende que no DHC encontremos a contestação de alguns preconceitos e, no mesmo livro, a ratificação de outros tantos. Obras complexas carregam ambiguidades. Um dos dispositivos mais interessantes da escrita bayliana, que consistia na construção de situações hipotéticas nas quais colocava a sua própria cultura em perspectiva, também podia funcionar de modo ambíguo. No verbete “JAPON<sub>2</sub>”, comenta dos missionários que vão para o Oriente e fazem relatos repletos de fraudes, exagerando e ridicularizando os cultos idólatras: “um relato do Ocidente composta por um japonês ou um chinês, que tivesse vivido muitos anos nas grandes cidades da Europa, seria uma coisa bastante curiosa. Nos seria dado o troco”<sup>28</sup>. Era um questionamento da ideia de exótico, pois o estranho seria sempre o que é visto de fora. No entanto, esse mesmo artifício poderia ser mobilizado para moralizar. Supondo que extraterrestres [*“hommes venus de la Lune”*] chegassem a França:

O que não diriam quando vissem altar contra altar, quero dizer, quando, ao saírem da igreja, fossem para a ópera? Veriam que são dois lugares onde há música, grande assembleia e um balcão para receber o dinheiro. Na ópera, reprovam a juventude que não se entrega inteiramente aos doces prazeres do amor (...) No sermão, pelo contrário, nos é dito que a verdadeira sabedoria consiste em renunciar aos falsos prazeres. Não demandariam, com espanto, o que disso, entre pregadores tão opostos, se deve observar e onde fica a comédia, na igreja ou no teatro?<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> “pendant que l'on défendait au peuple de voir les Histoires Saintes dans le Livre qui les contient purement et fidèlement, on lui permettait de les voir sur le théâtre, souillées de mille inventions grossières, dont on exprimait la plupart d'une façon basse, et en style de farceur” (CHOCQUET<sub>3</sub>, rem. A).

<sup>28</sup> “Ce serait une chose assez curieuse qu'une relation de l'Occident composée par un Japonois, ou par un chinois, qui aurait vécu plusieurs années dans les grandes villes de l'Europe. On nous rendrait bien le change” (JAPON<sub>2</sub>, rem. A).

<sup>29</sup> “que ne diraient ils pas quand ils verraient autel contre autel, je veux dire, quand au sortir de l'église, ils iraient à l'opera? lis verraient que ce sont deux lieux ou il y a de la musique et grande assemblée et un bureau pour recevoir de l'argent. À l'opéra, l'on condamne la jeunesse qui ne se donne pas toute entières aux doux plaisirs de l'amour (...) Au sermon, au contraire, l'on nous dit que la véritable sagesse consiste à renoncer aux faux plaisirs. Ne demanderaient-ils point avec étonnement à quoi il s'en faut tenir parmi des prédicateurs si opposez et où est la comédie, a l'église ou sur le théâtre?” (O D II, 307b).

No DHC, é feita a censura da “música luxuriosa das óperas”, da “libertinagem das comédias”<sup>30</sup>. No quarto de seus *Éclaircissements* escreveu: “quanto às obscenidades do teatro, eu seria da opinião de que os magistrados as punissem com rigor. Elas só podem ser uma escola de corrupção”<sup>31</sup>. A descrição de homem de letras que fazia de si possuía elementos de asceticismo austero, o que indica uma interseção do ser letrado e do ser calvinista<sup>32</sup>. Estamos outra vez falando de mobilização de tópicos, do uso adaptado de fórmulas para dizer seu próprio perfil. Era desse lugar de enunciação que descrevia de modo moralista as diversões mundanas como a ópera e o teatro.

No entanto, como ele mesmo reconhecia, seu livro estava repleto de termos baixos e obscenos. Eram várias as expressões para referir os atos sexuais, sem dizê-los diretamente. Algumas, ainda que buscando a atenuação, eram auto evidentes, outras necessitavam do contexto enunciativo para serem apreendidas: *corveias conjugais, consumação do casamento, funções do casamento, fazer como um marido com sua esposa, efetivar os prazeres do amor, realizar os desejos, se deitar junto ou se deitar com, mistura de paixões, comércio entre parceiros(as), encontrar ou estar com, encontros na hora do pastor*<sup>33</sup>, *realizar o congresso* — essa expressão tem um sentido jurídico específico<sup>34</sup>.

<sup>30</sup> “*la musique luxurieuse des ópera (...) le libertinage des comédies*” (BAYLE, 1702, 3.171).

<sup>31</sup> “*Et quant aux obscenitez du theatre, je serais fort d'avis que les magistrats les châtiassent rigoureusement. Elles ne peuvent être qu'une école de corruption*” (BAYLE, 1702, p. 3.161).

<sup>32</sup> Quando Bayle falava de si, sempre ressaltava seus hábitos frugais. Não frequentava salões, não participava de jogos ou mesmo tinha lazeres. Isso está presente nas suas cartas e em diversos trechos de suas obras. Mas basta ler o que escreve no prefácio do DHC de 1696.

<sup>33</sup> “*l'heure du berger*”, aparece em “JUNO<sub>1</sub>”, refere o cair da noite, momento em que os amantes se encontram.

<sup>34</sup> De acordo com Bayle, os censores puristas (o termo é dele mesmo) “condenariam sem remissão (...) um escritor que desse os detalhes da prática do congresso, muito sabiamente abolida pelo parlamento de Paris” [“*condamneraient, par exemple, sans rémission un écrivain qui donnerait le détail de la pratique du congrès si sagement abolie enfin par le Pârlement de Paris*”] (BLONDEL<sub>2</sub>, rem. A). “O congresso” [“*le congrès*”] remetia aos procedimentos jurídicos empregados quando uma esposa solicitava a anulação do seu casamento alegando impotência [“*impuissance*”] sexual de seu marido. Numa das modalidades de prova, o casal tinha de ter relações diante de testemunhas. A “reunião do congresso” existiu até 1677, quando foi abolida pelo parlamento de Paris. A averiguação da denúncia submetia o casal a situações vexatórias: responder a questões íntimas; o homem tinha suas genitálias medidas, pesadas e apalpadadas; a mulher também poderia ter seu corpo examinado — tudo isso diante de uma grande assistência de eclesiásticos e funcionário judiciais. Restando dúvidas, chegava-se à “prova do congresso” [“*éprouve du congrès*”], momento no qual Igreja e administração municipal literalmente entravam no leito do casal. O ato sexual tinha de ser feito na presença de uma junta — a qual podia

Qualquer leitor(a) saberia do que se estava falando<sup>35</sup>. Noutras vezes, principalmente quando era uma citação, os termos eram mais diretos. Para se diferenciar dos modos perniciosos de escrita obscena, postulava suas razões, propunha tipologias e construía uma jurisprudência.

Para Bayle, quando era dito que num livro estão contidas obscenidades, poderia se supor diferentes tipos de condutas: I. felicitação e relato das próprias depravações [*débauches*], recomendando esses comportamentos como o melhor meio de desfrutar a vida, atacando as máximas de virtude; II. invenção de relatos, seja quanto ao fundo ou quanto às circunstâncias, como nos romances ou em outras modalidades de invenção poética; III. maledicência, atribuindo, por vingança ou divertimento, comportamentos lascivos a terceiros; IV. invectivas contra comportamentos impudicos — é o caso de moralistas e mesmo de pregadores. No primeiro dos casos, não haveria apelação: “são dignos não somente das mais severas penas do direito canônico, mas devem também ser perseguidos pelo magistrado como perturbadores da honestidade pública e como inimigos declarados da virtude”<sup>36</sup>. Como se nota, nas pautas de valores e costumes, Bayle poderia ser tão ou mais conservador que qualquer um de seus contemporâneos. Os pontos dois, três e quatro tinham suas nuances, mas o juízo a respeito deles não deixava de estar permeado por critérios de uma moralidade calvinista.

Nos casos II e III, estamos falando de gêneros discursivos que mobilizam tópicos ou modos de redação tradicionais. A execução de uma fórmula literária não pode ser tomada por um retrato pessoal de quem a emprega: “nessa espécie de livros, as pessoas sábias distinguem muito bem a pessoa do autor e aquilo que ele

---

contar com religiosos, funcionários, matronas e médico-cirurgiões — para verificar, em ato, se o acusado conseguia consumir a cópula (CARLIN, 2012).

<sup>35</sup> O artigo “JUNON<sub>1</sub>” pode ser um bom recorte, pois dedicado, quase exclusivamente, a debater as diferentes versões sobre as circunstâncias do casamento dessa Deusa — Juno — com Jupiter<sup>35</sup>. O verbete traz expressões como: “concordou em fazê-lo feliz” [*consenti à le rendre heureux*]; “Jupiter desfrutou dela” [*Jupiter jouit d’elle*]; “ela sentiu esse prazer” [*elle sentit ce plaisir*]; “Jupiter a procurou” [*Jupiter la recherchât*]; “gratificações furtivas” [*gratifications à la dérobée*] (JUNON<sub>1</sub>, txt.).

<sup>36</sup> “ils sont dignes non seulement de toutes les peines les plus severes du Droit Canon, mais ils doivent aussi être poursuivis par le magistrat comme des perturbateurs de l’honnetété publique, & comme des ennemis declarez de la vertu” (BAYLE, 1702, p. 3.159).

escreve”<sup>37</sup>. Para Bayle, não restava dúvidas de que Boccaccio fora um homem honesto; no entanto, sua literatura era povoada de obscenidades. Era fora de disputa que Margarida de Navarra, irmã de Francisco I, fora uma mulher de virtude admirável; virtude que não poderia ser questionada porque escreveu histórias galantes. Antônio Beccadelli<sup>38</sup> (1394-1471) não perdeu sua boa reputação por ter escrito seu poema *o(a) Hermafrodita* [*l’Hermaphrodite*]<sup>39</sup> (BAYLE, 1702, p. 3.160) – obra que causou escândalo<sup>40</sup>, mas não deixou de ser elogiada devido a boa composição de seus versos<sup>41</sup>. Não era razoável, principalmente nas modalidades ficcionais do poético, estabelecer uma identidade entre o caráter do(a) escritor(a) e seu texto. Não necessariamente quem mobiliza os artifícios de invenção do vício é vicioso, tampouco quem só utiliza as tópicas da castidade é casto: “há poetas que são castos nos seus versos e nos seus costumes; há os que não o são nem nos seus costumes nem nos seus versos; há os que só o são nos seus versos; há os que não são nos seus versos e o são nos seus costumes”<sup>42</sup>.

---

<sup>37</sup> “*dans cette espèce de livres les gens sages distinguent fort bien entre la personne de l’auteur et ce qu’il écrit*” (BAYLE, 1702, p. 3.160).

<sup>38</sup> Bayle se refere a esse autor por Antoine Panormita, como também era conhecido.

<sup>39</sup> Hoje, esse é um termo pejorativo, o qual deve ser evitado. Na época era empregado para designar pessoas intersexo.

<sup>40</sup> No primeiro momento que veio a público, a obra foi muito elogiada, como indico, acima, na sequência da frase. Porém, a recepção logo se alterou radicalmente: “Depois de ter sido atacado pelo pregador Bernardino de Siena e condenado pelo papa Eugênio IV e por outros influentes estudiosos, como Francesco Filelfo, Pier Candido Decembrio, Lorenzo Valla e Leonardo Bruni, algumas cópias foram queimadas publicamente em Bolonha, Ferrara e Mântua. Até mesmo seus primeiros defensores recuaram” (FINDLEN, 1999, p. 85). O DHC corrobora essas informações. Entre os apologistas que se arrependeram, Bayle destaca Poggio Bracciolini, o qual teria dito a Panormita que “é necessário praticar a honestidade não só nas ações, mas também no que se escreve. De onde podemos concluir que ele” – Poggio – “se arrependia de durante sua juventude ter empregado sua pluma para produções lascivas” [*Il faut pratiquer l’honnêteté, non seulement dans les actions, mais aussi dans ce qu’on écrit. D’où l’on peut conclure qu’il se repentait d’avoir employé sa plume à des productions lascives pendant sa jeunesse*] (PANORMITA<sub>2</sub>, rem. I).

<sup>41</sup> A composição era justificada como um exercício, seu autor colocava em prática a tradição da *imitatio*, consagrada entre pessoas de letras. Conforme a historiadora Paula Findlen: “respondendo a um crítico imaginário, Beccadelli argumenta com exemplos da literatura da Antiguidade: ‘certamente, você não leu o jovem Catulo, nem vislumbrou o pênis do fálico Priapo’. E, em outro lugar: ‘eu simplesmente segui os passos dos Ovídios e dos Virgílios desse mundo’ (BECCADELLI apud FINDLEN, 1999, p. 86).

<sup>42</sup> “*Il y a des poètes qui sont chastes et dans leurs vers et dans leurs mœurs: il y en a qui ne le sont ni dans leurs mœurs ni dans leurs vers: il y en a qui ne le sont que dans leurs vers; et il y en a qui ne le sont point dans leurs vers, et qui le sont dans leurs mœurs*” (BAYLE, 1702, p. 3.162).



Dentre os autores obscenos, das categorias mencionadas, também contava aqueles que escrevendo num estilo “livre e divertido” [*libre et enjoué*] relatam aventuras amorosas inventadas, seja quanto às personagens ou quanto às circunstâncias. É um trabalho de “bordado” [*broderie*], o que figurativamente quer dizer que um conto, boato ou falatório é adaptado, inventando ou adicionando algo para embelezá-lo – no português, é nosso popular florear uma história. Nessa modalidade apresenta um misto de ficção e fofoca. O autor insere na narrativa muitos incidentes “impudicos” [*impurs*], nos quais descreve toda sorte de prazeres de forma jocosa. Tais composições são pouco honestas, mas sem grandes consequências. São recreações que tendiam a aumentar o gosto do público por tais intrigas, não a imitá-las ou enaltecê-las (BAYLE, 1702, p. 3.159). Em suma, para os registros poéticos, em geral, propunha certa indiferença. Muitas das vezes “todo o fogo está na cabeça”<sup>43</sup> do(a) escritor(a), não nas suas condutas de vida: “todas as licenças lascivas de seus epigramas são jogos de espírito”, suas personagens de conduta imoderada “são amantes fictícias” [*maîtresses de fiction*] (BAYLE, 1702, p. 3.162).

Dos tipos de composição apresentados até aqui, escrever de forma “sórdida” [*sallement*] era uma possibilidade poética entre outras. No entanto, para outros gêneros de escrita o próprio tema/objeto impedia escrever de outro modo. Elenquei quatro das suposições que podem estar implicadas quando era dito que um livro continha obscenidades; ao todo, Pierre Bayle listava nove; vejamos algumas outras: V. O emprego de expressões “suja” [*sales*] num tratado de física, medicina ou de jurisprudência; VI. A explicação de poetas obscenos; VII. contar a história de seitas cujas práticas são infames; VIII. Os casos de consciência que tratam dos diferentes tipos de pecados da carne [*espèces du peché de la chair*]. Nenhuma dessas é ainda a modalidade específica na qual Bayle inscrevia a si mesmo.

Existem coisas das quais a obscenidade faz parte, não tendo sentido condenar quem escreve sobre elas. É o que ocorre num tratado de medicina ou de física que

---

<sup>43</sup> “*tout le feu est à la tête*”; “*Toutes les licences lascives de leurs épigrammes sont des jeux d'esprit*” (BAYLE, 1702, p. 3.162)

abordem a procriação humana ou tratem das causas e remédios para a esterilidade. Num trabalho de jurisprudência, no qual se fale dos motivos dos divórcios ou de algumas obrigações do matrimônio, o uso de termos sórdidos pode ser inevitável. Um padre, um pastor ou um teólogo que particularize as espécies de “pecados da carne” [*“pechés de la chair”*] não conseguirá empregar apenas palavras castas; evocará, para fins virtuosos, coisas difíceis de serem digeridas pelo pudor. Quem queira explicar autores como Ovídio, Catulo, Petrônio ou Marcial, não terá como evitar termos chulos e temas indecorosos. Quem escrever a história das infâmias irá, irremediavelmente, contar “coisas que ofendem orelhas castas”<sup>44</sup>.

A variedade exposta era para estabelecer pelo menos três diferenças na forma como as obscenidades são inseridas: aquelas perversas, aquelas inócuas e aquelas necessárias. As obscenidades presentes no DHC deveriam ser avaliadas conforme esses dois últimos critérios. O modo como tratou as matérias infames era muito próximo dos exemplos dos números V ao VIII; principalmente do VII, que é a história da variedade das crenças e dos costumes. Num panfleto que redigiu, em 1697, para responder ao informe negativo feito pelo abade Renaudot, escrevera que: “um compilador que narra e que comenta tem todos os direitos de um médico e de um advogado etc., conforme a ocasião: pode se servir das atas dos processos [*verbeaux*] e dos termos do ofício”<sup>45</sup>; por conseguinte, todas as expressões e trechos sórdidos, presentes numa contenda de divórcio ou num relato de doença, utilizados como provas podem — e devem — ser incluídos num livro como o DHC — ou seja, uma publicação de caráter historiográfico.

Bayle defendeu a inserção que fez de palavras, expressões e temas obscenos demonstrando essa proximidade com juristas, médicos e filósofos naturais; bem como com a sua própria identificação com o ofício de historiador. Mas Bayle enquadrava a si mesmo numa categoria específica. O DHC era um livro de história, mas um livro de história entre outras coisas. Correspondia também a uma

---

<sup>44</sup> “*choses qui blessent les chastes oreilles*” (BAYLE, 1702, 3.159).

<sup>45</sup> “*un compilateur qui narre et qui commente, a tous les droits d’un médecin et d’un avocat etc., selon l’occasion: il se peut servir de leurs verbaux et des termes du métier*” (BAYLE, 1720, p. 3.027).

modalidade específica de escrita historiográfica. Assim, “após essas observações gerais, examinemos em particular o que concerne a esse Dicionário”<sup>46</sup>:

IX. (...) o autor relata fatos históricos fornecidos a ele por outros autores que ele tem o cuidado de citar, fatos esses que são sórdidos [*salles*] e desonestos; que juntando comentários a suas narrativas históricas para ilustrá-las por meio de testemunhos, reflexões e provas, etc., por vezes, ele alega as palavras de alguns escritores que falaram livremente; uns como médicos ou juriconsultos, outros como cavaleiros ou poetas; mas ele não diz nada, implícita ou explicitamente, que contenha a aprovação da sujidade [*de l'impureté*]; ao contrário, ele assume a tarefa de, em vários lugares, expô-la ao horror, e de refutar a moralidade frouxa<sup>47</sup>.

Existem obras cuja característica e finalidade tornam fora de propósito inserir fatos desse tipo – já ficou estabelecido que não era o caso do DHC. Há pessoas para as quais, devido ao seu caráter de profunda gravidade e pudor, o ofício historiográfico não é recomendado. E para os que têm muitos escrúpulos – pessoas que não lidam bem com “a narração de uma verdade histórica dessa natureza”<sup>48</sup> – que nem mesmo abram tais livros: “é impossível escrever a história sem relatar ações infames e abomináveis”<sup>49</sup>. Se as máximas de castidade individual fossem aplicadas à escrita da história, a conclusão seria de que “o trabalho dos historiadores é maléfico, e que sua profissão deveria ser colocada no catálogo das artes ilícitas e perniciosas”<sup>50</sup>. “Depende apenas de ti”, Bayle interpela quem o lê, “a decisão de ler ou não ler o que não é suficientemente casto para teu gosto. Podes prever, por exemplo, que no meu

<sup>46</sup> “Après ces remarques générales, examinons en particulier ce qui concerne ce Dictionnaire” (BAYLE, 1702, p. 3.162).

<sup>47</sup> “IX. (...) l'auteur raporte des faits historiques qui lui sont fournis par d'autres auteurs qu'il a soin de bien citer, lesquels faits sont sale et malhonnêtes; qu'ajoutant un commentaire à ses narrations historiques pour les illustrer par des temoignages, & par des reflexions, & par des preuves &c. il allegue quelquefois les paroles de quelques écrivains qui ont parlé librement, les uns comme medecins, ou juriconsultes, les autres comme cavaliers ou poëtes; mais qu'il ne dit jamais rien qui contienne ni explicitement ni même implicitement l'aprobation de l'impureté; qu'au contraire il prend à tâche en plusieurs rencontres de l'exposer à l'horreur, et de refuter la morale relâchée”. (BAYLE, 1702, p. 3.159).

<sup>48</sup> “la narration d'une vérité historique de cette nature” (BLONDEL<sub>2</sub>, rem. A).

<sup>49</sup> “il est impossible d'écrire l'histoire, sans rapporter des actions infames et abominables” (BLONDEL<sub>2</sub>, rem. A).

<sup>50</sup> “le travail des historiens est mauvais et que leur profession doit être rangée au catalogue des arts illicites et pernicious ” (BLONDEL<sub>2</sub>, rem. A).

*Dicionário* o artigo sobre a cortesã Laïs será provido de citações não honestas; não o leia”<sup>51</sup>.

A história, para alguns autores modernos, não era apenas um gênero de composição dos bons exemplos; muitas vezes era permitido ou necessário escrever sobre condutas indignas de imitação. Bernard Haillan (1535-1610), na dedicatória do seu *L’histoire de France*, registrou que no seu relato quisera “pintar os traços mais disformes, bem como os mais belos”<sup>52</sup>. As situações desagradáveis e vexatórias, na experiência humana, ocorrem a todo momento, encobri-las seria falsificar como as coisas amiúde se passam<sup>53</sup>. Além disso, não ocultar os traços infamantes da história atendia, conforme nos informa Bayle, a uma demanda do público. Muitas figuras infames e secundárias não teriam merecido espaço no DHC “se não existisse grande número de pessoas que, após tomarem conhecimento de alguém devido um grande crime, querem saber o que aconteceu com ele depois e de que morte pereceu”<sup>54</sup>. Descobrir da vida de um “homem vulgar” [*“homme vulgaire”*], como nesses casos, exigia muito trabalho de pesquisa, por isso, essas pessoas “somente se pode agradá-las quando alguém coloca em suas mãos um livro onde logo vão à conclusão do fato”<sup>55</sup>. Não sem motivo, Bayle entendia que “a maneira de proceder em todos os processos civis e criminais pertencem, sem dúvida, aos fatos históricos”<sup>56</sup>.

O artigo sobre Urraca I, rainha de Leão e Castela no século XII, além de um exemplar da longa duração das narrativas depreciativas que homens fazem sobre

<sup>51</sup> “Il ne tient qu’à vous de lire ou de ne pas lire ce qui n’est pas assez chaste à vôtre gré. Vous pouvez prévoir, par exemple, dans mon Dictionnaire que l’article de la courtisane Laïs sera muni de citations qui contiennent des faits mal honnêtes; ne le lisez pas” (BAYLE, 1702, p. 3.170).

<sup>52</sup> “j’ai voulu peindre les traicts les plus disformes aussi bien que les plus beaux” (HAILLAN, 1576, fl. 8).

<sup>53</sup> Inclusive, Descartes ressaltava isso como um dado de imprecisão historiográfica: “mesmo as histórias mais fiéis, se não mudam nem aumentam o valor das coisas para torná-las mais dignas de serem lidas, pelo menos omitem quase sempre as mais baixas e menos ilustres circunstâncias: daí resulta que o resto não pareça tal como é, e que aqueles que regulam seus costumes pelos exemplos que extraem delas estejam sujeitos a cair nas extravagâncias dos Paladinos de nossos romances, e a conceber propósitos que ultrapassam suas forças” (DESCARTES, 2001, p. 10).

<sup>54</sup> “ne méritait point de place dans ce Dictionnaire, si ce n’est qu’il y a beaucoup de gens, qui, après avoir connu quelqu’un par quelque crime très énorme, souhaitent de savoir ce qu’il devint après cela et de quel genre de mort il périt” (BEME<sub>1</sub>, txt.).

<sup>55</sup> “on ne peut que leur procurer du plaisir, lors qu’on leur met en main un livre où ils vont dans un moment à la conclusion du fait” (BEME<sub>1</sub>, txt.).

<sup>56</sup> “La manière de procéder dans toutes les causes civiles et criminelles appartient sans doute aux faits historiques” (BAYLE, 1720, p. 3.026).

mulheres, principalmente sobre aquelas em posição de poder, tematizava sobre as obrigações e possibilidades historiográficas<sup>57</sup>. Como de praxe, o assunto do artigo vira pretexto para arrazoar sobre uma outra questão. Bayle traz o mote: deve-se ou não escrever *vidas* de criminosos, facínoras e perversos. A maioria daqueles que escrevem *vidas*, dizia Bayle, escolhem apenas personalidades ilustres e probas. Quando, em alguns casos, além das virtudes elencavam também as ações viciosas, era para que nas suas histórias nenhuma circunstância fosse omitida. Mas tais vícios não eram o centro narrativo. Dizia desconhecer “que alguém tivesse tido o devido cuidado de fazer uma obra que não contivesse senão a vida dos grandes criminosos”<sup>58</sup>. Considerava, não obstante, que essa era uma matéria “fecunda o suficiente para merecer a atenção de um escritor” e que poderia “ser tratada conforme o gosto de Plutarco”<sup>59</sup>. Ou seja, era a proposição de vidas paralelas de personalidades infames.

Algum(a) leitor(a) de hoje talvez sorria ao perceber uma coincidência temática com um famoso texto de Michel Foucault: “a vida dos homens infames”. Ela existe, mas tem seus limites. Nos dois casos, o critério editorial consiste na catalogação de existências dissidentes da norma. Nos dois casos, fica explícita a inspiração plutarquiana, invertendo o plano original da obra do antigo historiador grego – que consistia no catálogo dos homens ilustres. Para as duas propostas editoriais, a moderna e a contemporânea, poderia ser atribuída a característica de que suas

---

<sup>57</sup> Embora as crônicas medievais fossem questionadas pelos modernos, eram muitas vezes utilizadas como fonte. Nessas crônicas, escritas por homens, mulheres que ocuparam cargos de comando eram desqualificadas como governantes dotadas natureza fraca e perversa. Em geral, são registros feitos por facções rivais. A historiografia moderna reforçava esse estereótipo. A motivação era política, mas a lógica explicativa era nitidamente de gênero, cada sexo teria um caráter que lhe era equivalente. No caso da rainha em questão, os historiadores Théodore de Mayerne e Juan de Mariana, com base nos registros medievais, chegam a conferir um sentido trágico a sua biografia como consequência de suas supostas “desonestidades”. Mariana, por exemplo, teria sustentado que Urraca morrera no parto de um filho ilegítimo. Mayerne chega a mencionar que ela poderia ter morrido num evento no qual ao passar pela porta da basílica de Santo Isidoro, em Leão, foi partida ao meio – isso no exato momento em que um pé estava no lado de fora e outro no lado de dentro do templo. Segundo o historiador teria sido punição divina tanto pelo sacrilégio de saquear um espaço santo, quanto pelos seus adultérios e assassinatos (URRACA<sub>2</sub>, txt).

<sup>58</sup> “que l’on se soit avisé de faire un ouvrage qui ne contienne que la vie des grans criminels” (URRACA<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>59</sup> “une matière assez féconde pour meriter les veilles d’un écrivain. Elle pourrait être traitée selon le gout de Plutarque” (URRACA<sub>2</sub>, rem. D).

páginas pretendiam também ser uma espécie de herbário<sup>60</sup>. Eu ainda diria que os dois eruditos, cada um à sua maneira, atentaram para “vidas breves”, “muitas vezes encontradas por acaso em livros e documentos” (FOUCAULT, 2006 p. 203). Daí em diante as semelhanças se esgotam. E elas encontram seus limites inclusive porque o que foi a crítica para Foucault, não o era para Bayle. Para este último, não há propriamente virtude na transgressão, tampouco ele questionou os critérios que estabelecem valores/regras morais ou normas jurídicas e civis. Com Bayle, a decisão de catalogar as infâmias pode inverter o critério de seleção de Plutarco, mas se propõe a cumprir a mesma função moralizante.

### **“O Deus de Espinosa” e as virtudes sem crença**

O catálogo dos crimes, das infâmias e das obscenidades não foi a única das complicações envolvendo o DHC. A categoria de personagens históricos nos quais foram identificadas virtudes também exigiu explicações ao Consistório. A possibilidade de um descrente poder ser honesto era um tema desenvolvido por Bayle desde sempre. Epicuro foi o primeiro exemplo que adotou para construir sua ideia de ateu virtuoso. Escreveu sobre ele no *Pensées diverses*, na NRL e, por fim, também no DHC. Neste, o repertório de exemplos se expandiu. Escreveu que Vanini – que ele acreditava ter sido queimado vivo por seu ateísmo, em Toulouse no ano de 1619 – fora um homem de costumes probos e regrados<sup>61</sup>. Sobre os Saduceus (os quais não eram descrentes de todo, mas uma doutrina judaica que negava a imortalidade da alma) dizia que os testemunhos indicavam terem vivido de forma honesta. Porém, a figura por excelência do ateísmo virtuoso, no DHC, foi Espinosa.

---

<sup>60</sup> A analogia é foucaultiana: “vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos, estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário” (FOUCAULT, 2006, p. 204).

<sup>61</sup> Efetivamente foi executado na fogueira, mas não por ateísmo. Teria cometido um assassinato. Tampouco fora ateu, nem pessoa proba ou regrada. Voltaire, no seu *Dicionário Filosófico*, aponta esse equívoco de Bayle (SANT’ANNA, 2008).

Essa não era uma perspectiva óbvia, dado que Espinosa era considerado maldito entre os malditos de seu tempo.

Nas duas primeiras edições do dicionário histórico de Moreri — dos anos de 1674 e de 1680 — não há nenhum artigo para Espinosa. Somente no suplemento de 1689 encontraremos, finalmente, um verbete; porém, mal ocupando uma página inteira. Muito provavelmente isso se deva ao fato de que “durante um século e meio depois de sua vida, a primeira imagem assumida por Espinosa foi a de ateu e ímpio (...) por muitos anos, Espinosa foi debatido principalmente por causa de sua reputação” (MOREAU, 2011, p. 497). A trajetória biográfica do filósofo o vinculava ao judaísmo — comunidade no interior da qual nasceu e cresceu — e de pessoa sem religião — uma vez que foi expulso de sua sinagoga, não tendo assumido alguma outra confissão: “é um homem que nunca abjurou a religião dos judeus nem abraçou a religião cristã”, assim “ele é um judeu perverso e não é melhor cristão”<sup>62</sup>. Espinosa, de acordo com um comentarista da época, “parecia ter por objetivo principal destruir todas as religiões, principalmente a judaica e cristã, e introduzir o ateísmo, a libertinagem e a liberdade de todas as religiões”<sup>63</sup>. A derivação do seu nome chegou a ser empregada como sinônimo de descrença: “são chamados espinosistas aqueles que não tem nenhuma religião”<sup>64</sup>.

No DHC, encontramos registros de como Espinosa foi objeto de execração; seu nome, seus livros e suas ideias, havia quem defendesse, deveriam ser excomungadas do espaço público. Bayle fala de um ministro de Haia, o qual recomendava que Espinosa não fosse comentado em língua vulgar, nem mesmo para condenar suas obras. Para esse ministro, as hipóteses espinosistas pertenceriam àquela categoria de coisas que deveriam ser completamente suprimidas (ESPINOZA<sub>1</sub>, rem. M). O que aconteceu, como estudos clássicos e recentes demonstram, foi exatamente o contrário. Duramente combatidas, as teses

---

<sup>62</sup> “C'est un homme qui n'a point abjuré la religion des juifs ni embrasse la religion chrétienne”; “il est très méchant juif, et n'est pas meilleur chrétien” (STOPPA, 1673, p.91).

<sup>63</sup> “il semble d'avoir pour but principal de détruire toutes les religions et particulièrement a judaïque et la chrétienne, et d'introduire l'athéisme, le libertinage, et la liberté de toutes les religions” (STOPPA, 1673, p. 91)

<sup>64</sup> “on appelle spinozistes tous ceux qui n'ont guere de religion” (SPINOZA<sub>1</sub>, txt.)

espinosistas não puderam, de todo modo, ser ignoradas (CASSIRER, 1994; ISRAEL, 2001; 2006). O levantamento das referências que Bayle utilizou para o seu verbete “SPINOZA” corroboram isso.

Pierre Daniel Huet (1630-1721), na *Demonstratio evangelica*, uma de suas mais importantes obras, respondeu às teses de Espinosa. Richard Simon, que no prefácio do seu *Histoire critique du Vieux Testament* classificava Espinosa como um crítico incompetente, se dedicou, entre outras coisas, no *De l'inspiration des livres sacrez*, a demonstrar que o autor do *Tratado teológico-político* era um ignorante teológico (ESPINOZA<sub>1</sub>, rem. L). Outras duas referências, as quais Bayle também refere, consistiram em publicações completamente voltadas ao combate das premissas espinosistas: *Dissertations sur l'existence de Dieu, où l'on démontre cette vérité par l'histoire universelle de la premiere antiquité du Monde, par la refutation du système d'Epicure et de Spinoza; Le nouvel athéisme renversé, ou réfutation du système de Spinoza* (...) <sup>65</sup> (ESPINOZA<sub>2</sub>, rem. P). Periódicos literários debateram as publicações de Espinosa, como o NRL em 1689 – não mais sob o comando de Bayle. No mesmo ano, o *Histoire des ouvrages des sçavans* também incluiu suplementos sobre os livros de Espinosa (ESPINOZA<sub>1</sub>, rem. L). Este periódico, vale mencionar, pertencia a Henri Basnage (amigo de Bayle) e era publicado na oficina de Reinier Leers (impressor e livreiro associado de Bayle). Consta que, nas Províncias Unidas, a venda do *Tratado teológico-político* foi proibida, mas que ele continuou, apesar disso, sendo vendido publicamente (STOPPA, 1673). Em reinos como a França, os impressores e livreiros traduziram o livro, mas atribuíam outros títulos para enganar a fiscalização. Bayle menciona um cuja tradução, se passarmos para o português, ficaria algo como: *Reflexões curiosas de um espírito imparcial sobre as matérias mais importantes para a salvação, pública e particular* <sup>66</sup>. O dicionarista dizia conhecer pelo menos outros oito títulos falsos sob os quais o *Tratado teológico-político* circulava (ESPINOZA<sub>1</sub>, rem. L).

<sup>65</sup> Os títulos originais são: *Dissertations sur l'existence de Dieu, où l'on démontre cette vérité par l'histoire universelle de la premiere Antiquité du Monde, par la refutation du système d'Epicure et de Spinoza; Le nouvel athéisme renversé, ou réfutation du système de Spinoza* (...).

<sup>66</sup> O título que Bayle cita é *Réflexios curieuses d'un esprit desinteressé sur les matières les plus importantes au salut tant public que particulier* (ESPINOZA<sub>1</sub>, rem. L).



O espaço que Bayle confere a Espinosa e as suas ideias — independente da caricatura que possa ter feito delas — outra vez nos coloca diante da diferença entre o GDH e o DHC. Neste, não apenas foi colocada uma entrada “SPINOZA”, como nela encontramos o mais extenso de seus artigos. O DHC, para o bem ou para o mal, ocupa lugar de destaque na história da recepção da filosofia de Espinosa. Moreau afirma que “muitos leitores chegaram ao espinosismo por meio do resumo dado por Bayle” (MOREAU, 2011, p. 498). Quem já tenha lido a *Ética* de Espinosa sabe que a primeira parte foi escrita para demonstrar que Deus existe. Ainda assim, Bayle inicia seu resumo biográfico com a seguinte frase: “ESPINOZA (Benedito de) judeu de nascimento, depois desertor do judaísmo e, por fim, ateu; era de Amsterdã”<sup>67</sup>. Não é que Bayle desconhecesse a afirmação espinosista da existência de Deus. O problema estava na própria concepção da Divindade; ela, segundo entendimento compartilhado na época, levava inevitavelmente a conclusões ateias. “O Deus de Espinosa” [*le Dieu de Spinoza*], como escreveu Bayle, consistia na mais monstruosa das hipóteses — “*la plus monstrueuse hypothèse*” (SPINOZA<sub>1</sub>, rem. N).

De acordo com o dicionarista, “todos que refutaram o *Tratado teológico-político* encontraram nele as sementes do ateísmo”; interpretação que subscrevia<sup>68</sup>. Conforme Bayle, Espinosa fora nada mais nada menos do que o primeiro a sistematizar teoricamente o ateísmo [*reduit en système*]. O conteúdo de suas hipóteses, aos olhos de um cristão calvinista, era abominável. Mas tudo isso dizia respeito aos pensamentos e crenças de Espinosa, não ao modo como ele viveu e se comportou. Pierre Bayle, escreveu no corpo do verbete que “aqueles que tiveram algum convívio com ele,” — Espinosa — “e os camponeses dos povoados onde viveu em retiro por algum tempo, concordam em dizer que ele era um homem de bom

---

<sup>67</sup> “SPINOZA (Benoît de) Juif de naissance, et puis deserteur du judaïsme, et enfin athée, était d’Amsterdam” (ESPINOZA<sub>1</sub>, txt.).

<sup>68</sup> “tous ceux qui ont réfuté le *Tractatus Theologico-Politicus* y ont découvert les semences de l’athéisme” (ESPINOZA<sub>1</sub>, txt.).

trato, afável, honesto, solícito e muito regrado em seus costumes”<sup>69</sup>. E no *Remarque* que subsidia essa frase:

Jamais jurava, jamais falava de forma irreverente da Majestade Divina, algumas vezes assistia aos sermões e exortava os outros a serem assíduos aos templos. Não se preocupava com vinho, boa comida ou dinheiro (...) Pensava apenas no estudo, e a ele se dedicava a maior parte da noite. Sua vida foi a de um verdadeiro solitário<sup>70</sup>.

O elogio das virtudes de ateus era um óbvio motivo de reprovação num tratado de catecismo. Mas não num livro com a natureza do seu:

Ninguém deve se chocar se advirto meus leitores, quando a ocasião se apresenta, que a história nos ensina que tais e tais pessoas que negam a existência ou providência de Deus, ou a imortalidade da alma, não deixaram de viver como pessoas honestas. Essa afetação que seria talvez uma justa matéria de escândalo num outro livro, não o é de forma alguma no meu<sup>71</sup>.

Querer “que uma verdade de fato fosse suprimida por um historiador” sob pretexto de que ela seria “capaz de diminuir o horror do ateísmo, e da veneração que se tem pela religião em geral”, era ingenuidade quando não presunção: “Deus não necessita desses artifícios de retórica”<sup>72</sup>. Na questão dos hereges e dos ateus, de saída, Bayle retira aqueles obstáculos que, uma vez superados, o liberam para encaminhar o resto do debate em termos críticos e literários; são eles: confessar sua fé inabalável e sua sujeição às regras da Igreja Reformada; demonstrar que nada do que escreveu no seu dicionário ameaçava a autoridade dessa Igreja. Diferente do que alegavam seus sensores, seu dicionário não era perigoso. A forma como abordara os

---

<sup>69</sup> “Ceux qui ont eu quelques habitudes avec Spinoza, et les paisans des villages où il vécut en retraite pendant quelque tems, s'accordent à dire que c'était un homme d'un bon commerce, affable, honnete, officieux et fort réglé dans ses moeurs” (ESPINOZA<sub>1</sub>, txt.)

<sup>70</sup> “Il ne jurait jamais, il ne parloait jamais irrévéremment de la majesté divine; il assistait quelquefois aux prédications, et il exhorrtait les autres à être assidus aux pemples. Il ne se souciait ni de vin, ni de bonne chere, ni d'argent (...) Il ne songeait qu'à l'étude, et il y passait la meilleure partie de la nuit. Sa vie était celle d'un vrai solitaire” (ESPINOZA<sub>1</sub>, rem. I).

<sup>71</sup> “personne ne se doit choquer si j'avertis mes lecteurs, quand l'occasion s'en presente que l'histoire nous apprend que telles & telles personnes qui nioient ou l'existence, ou la providence de Dieu, ou l'immortalité de l'ame, n'ont pas laissé de vivie en honnêtes gens. Cette affectation qui serait peut-être un juste sujet de scandale dans un autre livre, ne l'est point du tout dans le mien” (BAYLE, 1702, p. 3.138).

<sup>72</sup> “qu'une verité de fait doit être étouffée par un historien”; “elle est capable de diminuer l'horreur de l'atheïsme, & la veneration que l'on a pour la religion en general”; “Dieu n'a pas besoin de ces artifices de rhetorique” (BAYLE, 1702, p. 3.138).

temas deveria ser entendida fora do domínio teológico ou de qualquer esfera salvífica (BAYLE, 1702).

Pierre Bayle chegou a conclusões muito próprias. Mas o modo como ele articulou razão e experiência histórica para chegar a sínteses lógicas não foi uma peculiaridade sua. Por isso, seria problemático atribuir algum caráter historicista para o pensamento da época. Era entendido que existiam elementos constantes na história e que existia uma natureza humana; a qual se expressava conforme diferentes aparências, mas sem mudar sua essência. Era a partir dessa premissa que a observação da experiência autorizava formular conclusões mais gerais. Era o estudo da história que demonstrava para Bayle que a consciência não tinha força suficiente para colocar os indivíduos num caminho reto. Isso se evidenciava nos exemplos de descrentes que viveram de forma íntegra (apesar de uma consciência ímpia), e de tantos cristãos que cometeram inumeráveis crimes (apesar de uma consciência piedosa). O espanto, se deveria existir algum, não deveria ser porque se constatava as boas ações de descrentes. “O escândalo”, enfatizou, “deveria ser muito maior quando se vê tantas pessoas persuadidas das verdades da religião mergulhadas no crime”<sup>73</sup>.

E, no entanto: “não há nada mais fácil do que encontrar na história certos celerados cujas ações abomináveis quase fazem os leitores estremecerem, mas que, todavia, mesmo as impiedades e blasfêmias dessas pessoas provam que elas creem na divindade”<sup>74</sup>. Nos registros de execuções públicas que consultou, constatou que: “de tantos malfeitores que passam pelas mãos do carrasco, não se encontram ateus”<sup>75</sup>. Pelo contrário, os clérigos que os preparavam para a morte, ouvindo confissões e ministrando sacramentos, sempre os encontravam arrependidos e “dispostos a aceitar a felicidade do paraíso”<sup>76</sup>. Desse conjunto de dados factuais

---

<sup>73</sup> “Le scandale devrait être beaucoup plus grand lors qu'on voit tant de personnes persuadées des veritez de la religion, & plongées dans le crime” (BAYLE, 1702, p. 3.137).

<sup>74</sup> “Il n'y a rien de plus facile que de rencontrer dans l'histoire certains scelerats dont les actions abominables font presque trembler les lecteurs: mais néanmoins c'étaient des gens dont même les impietez & les blasphêmes sont une preuve qu'ils croioient la Divinité” (BAYLE, 1702, p. 3. 139).

<sup>75</sup> “de tant de malfaiteurs qui passent par les mains du bourreau, il n'y en a point que l'on trouve athées” (BAYLE, 1702, p. 3.139).

<sup>76</sup> “disposez à souhaiter la félicité du paradis” (BAYLE, 1702, p. 3. 139).

extraia um juízo geral: “coloquemos, portanto, entre as noções comuns este aforismo moral: o medo e o amor à Divindade nem sempre são o princípio mais ativo das ações do homem”<sup>77</sup>.

Matérias e discussões como essas, Bayle reconhecia, poderiam motivar reflexões perigosas, mas não do modo que eram encontradas no DHC. Solicitava que não se extraíssem premissas que não estavam nos enunciados. Quando era dito que Epicuro ou Espinosa, sem ter religião, levaram uma boa vida, não significa que a boa vida consiste em não ter ou não professar nenhuma religião – uma tal conclusão implicaria ignorar a “arte das consequências” [*l’art des consequences*] (BAYLE, 1702, p. 3.138). Não era proposta qualquer relativização a respeito da excelência moral das doutrinas cristãs (especialmente reformadas). As virtudes ateias de que se falava não eram senão aparentes: “observe bem, por favor, que ao falar dos bons costumes de alguns ateus, não atribuí verdadeiras virtudes a eles”<sup>78</sup>. Era assumido “como um ponto indubitável e totalmente decidido que na verdadeira religião não há apenas mais virtude do que em qualquer outro lugar, mas que fora desta religião não há verdadeira virtude”<sup>79</sup>.

A natureza da virtude pagã (e Bayle acrescentava a ateia) fora um tópico de debate confessional de inícios da Idade Moderna<sup>80</sup>. No DHC, encontramos a defesa da tese de que todo comportamento que não proceda do amor de Deus é, em

---

<sup>77</sup> *Mettons donc parmi les notions communes cet aphorisme de morale: La crainte & l’amour de la Divinité ne sont pas toujours le principe le plus actif des actions de l’homme* (BAYLE, 1702, p. 3.137). Era um constatação, segundo o autor, extraída da observação de como as pessoas se comportam cotidianamente. Existiam forças mais poderosas do que a crença que atuavam sobre as condutas. Muitos preferiam cometer um pecado do que desagradar um príncipe, do qual dependia sua fortuna. Preocupações diárias como manter os bens, evitar a prisão, o exílio ou a morte colocavam os castigos e as recompensas divinas num horizonte muito distante (BAYLE, 1702, p. 3.137).

<sup>78</sup> *Remarquez bien, s’il vous plaît, qu’en parlant des bonnes mœurs de quelques athées, je ne leur ai point attribué de véritables vertus* (BAYLE, 1702, p. 3.137).

<sup>79</sup> *Je n’ai jamais mis en parallèle l’athéisme qu’avec le Paganisme. Ainsi la vraie religion est hors de par & hors d’intérêt (...) Je suppose comme un point indubitable & pleinement décidé, que dans la vraie religion il y a non seulement plus de vertu que par tout ailleurs, mais que hors de cette religion il n’y a point de vraie vertu* (BAYLE, 1702, p. 3.138).

<sup>80</sup> O cânone 7, do Concílio de Trento, estabelecia como anátema o juízo segundo o qual toda obra feita antes da vinda de Cristo fosse tida como pecado. Por outro lado, o artigo número 13, um dos 39 que estabeleciam as doutrinas da Igreja Anglicana, afirmava que obras feitas antes da Graça de Cristo e do Santo Espírito não agradavam a Deus e guardam em si a natureza do pecado (IRWIN, 1999, p. 106).

essência, pecaminoso. A sobriedade, a castidade, a probidade, o desprezo pela riqueza, o zelo pelo bem público, os bons serviços prestados ao próximo, eram ações dignas de elogio; todas elas podiam ser observadas na vida de pagãos e de ateus sobre os quais restou algum testemunho. Não nasciam, porém, do amor piedoso a Deus: “não eram mais do que pecados esplendidos, *splendida peccata*,<sup>81</sup> como disse Santo Agostinho de todas as belas ações dos pagãos”<sup>82</sup>.

### Dos direitos e deveres de um historiador

Bayle escreveu: “mereci alguma repreensão porque não encobri suficientemente, sob perífrases ambíguas, os fatos impudicos [*impurs*] que a história me forneceu”<sup>83</sup> – vimos que não concordava com tais censuras. O obscuro deveria ser avaliado conforme o modo que era tratado. As implicações não eram exatamente as mesmas, mas para os tópicos de história que envolviam artigos de fé, encontramos a mobilização de justificativas semelhantes: as referências utilizadas eram materiais públicos (e publicados) e sobre eles escrevia na qualidade de historiador [*en historien*] – conforme os privilégios e deveres que o ofício carrega.

---

<sup>81</sup> Leibniz, na terceira parte dos seus Ensaio de Teodiceia, em que trata da bondade de Deus, da liberdade humana e da origem do mal, responde diretamente a Bayle. O filósofo alemão discordava dizendo: “Não sou a favor daqueles que pensam prestar grande homenagem a nossa religião dizendo que as virtudes dos pagãos eram apenas *splendida peccata*, vícios esplêndidos. É uma investida de Santo Agostinho que não tem fundamento na Sagrada Escritura e que ofende a razão” [*I am not in favour of those who thought to do great honour to our religion by saying that the virtues of the pagans were only splendida peccata, splendid vices. It is a sally of St. Augustine's which has no foundation in holy Scripture, and which offends reason*] (LEIBNIZ, 2007, p.288). O livro fora publicado em 1710, no ano seguinte escreveria: “ao lê-la”, sua teodiceia, “às vezes dizia a mim mesmo: gostaria de saber o que o Sr. Bayle poderia ter replicado sobre isso” [*en la lisant je disais quelquefois en moimême, je voudrais savoir ce que M. Bayle auroit pu repliquer à cela*] (LEIBNIZ apud PARADIS, 1972, p. 01). A expressão latina que Bayle e Leibniz citam é aguda e epigramática ao modo de Agostinho, porém, de acordo com T. H. Irwing, o santo padre jamais a escreveu. Para todos os efeitos, considera que ela expressa bem o julgamento agostiniano sobre a natureza da virtude pagã (IRWIN, 1999, p. 106).

<sup>82</sup> “*Ce n'étaient que des pechez éclatans, splendida peccata, comme Saint Augustin l'a dit de toutes les belles actions des paiens*” (BAYLE, 1702, p. 3.137).

<sup>83</sup> “*si parce que je n'ai pas assez voilé sous des periphases ambiguës les faits impurs que l'histoire m'a fournis, j'ai merité quelque blâme*” (BAYLE, 1702, p. 3.163).

Sob o pretexto de uma análise crítica da autenticidade de um testemunho sobre Diógenes, o Cínico, escreveu: “é dito que Diógenes, com uma mulher em seus braços, no meio da rua, foi indagado: que fazes? Ao que respondeu: φυτεύω ἄνθρωποι, planto pessoas?”<sup>84</sup> Contudo, a querela filológica em torno da expressão φυτεύω ἄνθρωποι<sup>85</sup> é deixada de lado para voltar ao tema da obscenidade: “de que serviria (...) que eu suprimisse esses fatos?”<sup>86</sup> A questão toda, argumentava, era não ignorar “o que dizem os autores cujas palavras eu cito”<sup>87</sup>. Numa adição ao verbete sobre Adão, escreveu: “o que me justifica, em particular, é que relatei absurdos que estão contidos em um livro que é vendido publicamente”<sup>88</sup>. Em outra adição, no verbete sobre a filósofa cínica Hipárquia, repete algo nessa linha: “todo homem” – o sujeito do saber historiográfico sempre é masculino – “que hoje faça a história ou de um antigo filósofo, ou de outro personagem que adquiriu algum renome nos séculos anteriores, tem o direito de relatar tudo o que os livros nos dizem sobre isso”<sup>89</sup>. Bayle insistia nesses direitos de referência e citação:

O direito que se tem de citar o que citei se baseia em duas razões: uma, que **se é permitido** a todo mundo ler Catulo e Marcial, etc., **é permitido** a um autor relatar desses poetas as passagens que bem entenda. A outra, **se é permitido** aos historiadores relatar uma ação indecente [*impure*] cometida por Calígula, **é permitido** a um autor relatar um pensamento ou observação obscena de Montaigne ou de Brântome, pois esta observação não é uma ação quase tão criminosa como as infâmias de Calígula. **Quem tem direito ao máximo, tem direito ao mínimo**, e seria contraditório ou absurdo querer que Petronio, Suetônio, e os poetas os mais lascivos sejam impressos e

<sup>84</sup> “on y soutient que Diogene tenant une femme entre les bras au milieu des rues, fut interrogé que fait-vous? Et qu'il répondit φυτεύω ἄνθρωποι, je plante un homme” (HIPPARCHIA<sub>2</sub>, rem. D). A tradução literal do que Bayle escreve aqui é “plantei um homem”, mas optei por “pessoas”, já que o termo ἄνθρωποι transliterado fica *ánthropoi*.

<sup>85</sup> Aqui temos o exemplo, mencionado em outra nota, que Rondel fora interlocutor de Bayle para matérias de crítica e erudição: “O Sr. du Rondel, a quem consultei sobre isso, respondeu que só encontrou essa expressão em autores modernos” [“Mr. du Rondel, que j'ai consulté là-dessus, m'a répondu qu'il n'avait trouvé cela que dans des auteurs modernes”] (HIPPARCHIA<sub>2</sub>, rem. D). Seria, portanto, um factóide criado por modernos, não estava nas fontes antigas.

<sup>86</sup> “Dequoi serviroit-il donc que je supprimasse ces faits-là?” (HIPPARCHIA<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>87</sup> “ce qu'en ont dit les Auteurs dont je cite les paroles” (HIPPARCHIA<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>88</sup> “Ce qui me justifie ici en particulier, est que je raporte des aburditez, qui sont contenues dans un Livre qui se vend publiquement” (ADAM<sub>2</sub>, rem. G).

<sup>89</sup> “Tout homme qui fait aujourd'hui l'histoire, ou d'un ancien philosophe, ou d'un autre personnage qui s'est aquis quelque nom dans les siècles précédens, est en droit de raporter toutes les choses que les livres nous en aprennent” (HIPPARCHIA<sub>2</sub>, rem. D).

vendidos publicamente com notas que explicam as obscenidades as mais brutais, **mas proibir** a um autor de um dicionário histórico comentado de utilizar alguma passagem desses escritores para confirmar ou explicar algo<sup>90</sup> [grifos meus].

As imagens obscenas ou heréticas que a citação de um trecho possa evocar, não deveriam, segundo Bayle, ser motivo para a sua supressão. Esses fatos textuais, que podem ser peculiares ou horrendos, são sempre dignos de estudo: “afinal de contas, a história do espírito humano, de suas tolices e de suas extravagâncias, e a história das variedades infinitas que são encontradas nas leis e nos usos de cada nação, não são coisas das quais se deva frustrar os leitores (...)”<sup>91</sup>. Muito provável que a denúncia contra o DHC tenha motivado a composição do verbete “HAILLAN<sub>2</sub>”. Na apologia feita a esse historiador, de certo modo, estava advogando em causa própria. Haillan é apresentado como aquele que “teve a coragem (...) de falar livremente sobre as matérias delicadas”<sup>92</sup>. Atitude que “mostra o verdadeiro caráter de um historiador”<sup>93</sup>. No entanto, por ele “preferir a verdade a todas as coisas”<sup>94</sup>, alguns teriam reagido com escândalo.

O ponto era simples: “aqueles que escrevem a vida de um homem ímpio podem e devem representar, em geral, os desregramentos de suas impudicícias”<sup>95</sup>. Debochava da censura, dizendo que a questão: “compete, propriamente falando, ao domínio dos gramáticos; os costumes não tem nenhum interesse nela: o tribunal do

---

<sup>90</sup> “Le droit qu'on a de citer ce que j'ai cité se fonde sur deux raisons : l'une, que s'il est permis à toute la terre de lire Catulle & Martial, &c. il est permis à un auteur de rapporter de ces poètes les passages que bon lui semble: l'autre, que s'il est permis aux historiens de rapporter une action impure commise par Caligula, il est permis à un auteur de rapporter une pensée ou une remarque obscène de Montaigne ou de Brantome; car cette remarque n'est pas une action à beaucoup près aussi criminelle que les infamies de Caligula. Quiconque a droit sur le plus a droit sur le moins, et il serait contradictoire ou absurde de vouloir bien que Petrone, et Suetone, et les poètes les plus lascifs soient imprimés, et vendus publiquement avec des notes qui en expliquent les obscenitez les plus brutales, et de défendre à l'auteur d'un Dictionnaire historique commenté, de se servir d'un passage de ces écrivains pour confirmer ou pour éclaircir quelque chose” (BAYLE, 1702, p. 3.174).

<sup>91</sup> “car enfin, l'histoire de l'esprit humain, de ses sotises, et de ses extravagances, et l'histoire des variétés infinies qui se trouvent dans les loix, et dans les usages des nations, ne sont pas des choses dont on doive frustrer les lecteurs (...)” (BLONDEL<sub>2</sub>, rem. A).

<sup>92</sup> “Il eut le courage (...) de parler librement sur les matières délicates” (HAILLAN<sub>2</sub>, txt).

<sup>93</sup> “montre le vrai caractere d'un historien” (HAILLAN<sub>2</sub>, rem. G).

<sup>94</sup> “de préférer la vérité à toutes choses” (HAILLAN<sub>2</sub>, rem. G).

<sup>95</sup> “Ceux, qui font la vie d'un méchant homme, peuvent & doivent représenter en général les dérèglements de son impudicité” (ADAM<sub>2</sub>, rem. G).

magistrado e o intendente de polícia não tem o que fazer a respeito”<sup>96</sup>. Tampouco seria da alçada dos moralistas e casuístas. Por isso, numa futura denúncia contra seu livro, sugeria que ela fosse dirigida à Academia Francesa: “o juiz natural e competente desses tipos de processo; e estou seguro que ela não me condenaria, seria condenar a ela mesma, visto que todos os termos dos quais me servi se encontram no seu *Dicionário*”<sup>97</sup>. Para esses castíssimos censores era “necessário responder que eles são demasiado delicados e escrupulosos, e que eles ignoram **os direitos da história**”<sup>98</sup>. Noutro lugar, lê-se quase o mesmo argumento: “Aqueles, que acharão estranho que eu relate obscenidades horríveis como essas, precisarão ser advertidos de que eles não consideram com a devida atenção **nem os direitos, nem os deveres de um historiador**”<sup>99</sup> [todos os grifos meus].

Para a escrita de uma história que envolvia os temas da crença e da descrença, vigorariam esses mesmos direitos. Evocava “as leis da disputa” [*les loix de la dispute*] e a prerrogativa que cada um tem de rechaçar as objeções as quais sua tese está exposta (BAYLE, 1702, p. 3.138). Colocado nessa chave intelectual e laica, mobilizava todos os argumentos que “a razão e a verdade” [*la raison & la verité*] permitiam. Nada do que havia escrito, conforme argumentou, foi feito fora desses limites: “na ordem da disputa e por todos os direitos que pertencem a um autor, eu podia e **devia me valer de tudo que a lógica e a história eram capazes de me fornecer**”<sup>100</sup> [grifos meus].

O fundamento do que era afirmado, segundo o autor, partia da experiência histórica e cotidiana. Era do tipo de coisas que diariamente se apresentam diante dos

---

<sup>96</sup> “n'est à proprement parler que du ressort des grammairiens; les mœurs n'y ont aucun intérêt: le tribunal du preteur, ou de l'intendant de la police n'a que faire là” (BAYLE, 1702, p. 3.163).

<sup>97</sup> “le juge naturel & competent de ces sortes de procès, & je suis bien sûr qu'elle ne me condamnerait pas, car elle se condamnerait elle-même, puis que tous les termes dont je me suis servi se trouvent dans son Dictionnaire” (BAYLE, 1702, p. 3.163).

<sup>98</sup> “Il faut leur répondre, qu'ils sont trop les délicats & les scrupuleux, & qu'ils ignorent les droits de l'histoire” (ADAM<sub>2</sub>, rem. G).

<sup>99</sup> “Ceux, qui trouveront étrange que je raporte des obscénitez aussi horribles que celles-la, auront besoin qu'on les avertisse qu'ils ne considerent pas assez attentivement ni les droits, ni les devoirs d'un historien” (HIPPARCHIA<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>100</sup> “dans l'ordre de la dispute, & par tous les droits qui apartiennent à un auteur, je pouvais & je devais me prevaloir de tout ce que la logique & l'histoire étaient capables de me fournir” (BAYLE, 1702, p. 3.138).



olhos de todos ou que podem ser encontrados nos livros que todo mundo tem a disposição (BAYLE, 1702, p. 3.137). Além disso, não era só questão de direitos, a arte histórica também prescrevia deveres. Os maus exemplos – ou os bons, porém, de descrentes – podiam chocar a sensibilidade do público, mas as regras do ofício historiográfico exigiam um relato do que se passou conforme se passou:

Eu não poderia considerar ruim que se reclamasse, caso eu tivesse feito um romance onde os personagens fossem virtuosos e sem religião, pois, como eu teria sido o mestre de suas ações e de suas palavras, estaria livre para pintá-los conforme o gosto dos leitores mais escrupulosos. Mas meu Dicionário é uma obra histórica, não tenho o direito de representar as pessoas como se deseja que elas fossem, é necessário que as represente como foram; não posso suprimir nem seus defeitos, nem suas virtudes<sup>101</sup>.

Aos censores caberia “demandar-lhes se acreditam que a supressão de fatos verdadeiros faz parte do dever de um historiador”<sup>102</sup>. A omissão deliberada de uma informação, apontada como um pecado na crítica, também o era no relato histórico. Por razão de ofício e dada a natureza da sua publicação, não poderia ocultar as informações que encontrava nas fontes que consultava: “eu teria agido contra as leis fundamentais da arte histórica”<sup>103</sup>. Se a atitude de omitir “pode ter lugar num poema ou numa peça de eloquência, não quer dizer que eu tenha que adotá-la num dicionário histórico”<sup>104</sup>. A história deve dizer aquilo que é encontrado nas fontes/testemunhos; seja esse conteúdo vicioso ou virtuoso, legal ou criminoso, casto ou obsceno. Talvez por isso, de acordo com Bayle, pessoas de inteligência julgaram

---

<sup>101</sup> "Je ne pourrais pas justement trouver mauvais que l'on murmurât, si j'avais fait un Roman où les personnages fussent vertueux & sans religion; car comme j'aurais été le maître de leurs actions & de leurs paroles, il m'aurait été libre de les peindre selon le goût des lecteurs les plus scrupuleux: mais mon Dictionnaire est un ouvrage historique, je n'ai point le droit d'y représenter les gens comme on voudrait qu'ils eussent été, il faut que je les représente comme ils étaient; je ne puis supprimer ni leurs défauts, ni leurs vertus" (BAYLE, 1702, p. 3.138).

<sup>102</sup> "leur demander s'ils croient que la suppression des faits véritables est du devoir d'un historien" (BAYLE, 1702, p. 3.138).

<sup>103</sup> "j'aurais agi contre les loix fondamentales de l'art historique" (BAYLE, 1702, p. 3.138).

<sup>104</sup> "peut avoir lieu dans un poëme ou dans une pièce d'éloquence, il ne s'ensuit pas que j'aie dû l'adopter dans un dictionnaire historique" (BAYLE, 1702, p. 3.138).

que seria desejável que jamais a escrita da história tivesse sido conhecida (MACHIAVEL<sub>1</sub>, rem. E)<sup>105</sup>.

### Variegação, misturas, pouca uniformidade

De acordo com Le Vayer, “é também do julgamento de um bom historiador, não se distrair com coisas baixas e de pouca importância”<sup>106</sup>. No entanto, Bayle não compôs a grande história, ou a história *em forma* (no sentido de convencional), *regular ou perfeita*, aquela cuja gravidade (no sentido latino de *gravitas*) conferia nobreza no interior das categorias dos gêneros em prosa (MOYNE, 1670). Conhecia muito bem os preceitos de brevidade e relevância prescritos pela arte, tanto que antecipou que o iriam censurar por se dedicar a querer resolver dificuldades inúteis (BAYLE, 1692). Numa carta, ao consistório, escreveu: “sustentei, ao mesmo tempo, a persona de historiador e aquela de comentador”<sup>107</sup>. Justificava que a atenção que dava aos detalhes se devia à própria natureza do ofício crítico: “esta obra”, dizia ele no seu *Projet et fragmens*, “podendo servir àqueles que queiram compor um dicionário histórico muito correto (...) tive que adentrar ao detalhe com alguma sorte de precisão e, se quiserem, com um pouco de chicana”<sup>108</sup>.

Além de *examinador minucioso de assuntos minudenciosos*, temos também o fato de que sua matéria nem sempre era as glórias de grandes personalidades. Sua linha editorial, muitas vezes, ia noutro sentido. Elencava essas espécies de “troféus” [“*trophées*”] ou de “arcos do triunfo erigidos à ignorância e à fraqueza humana”<sup>109</sup>. O

<sup>105</sup> Nesse ponto, numa nota marginal, envia o(a) leitor(a) para o *Dell'arte historica* (1655), de Agostino Mascardi.

<sup>106</sup> “*Il est aussi du jugement d'un bon historien, de ne s'amuser pas aux choses basses & de peu d'importance*” (VAYER, 1668, p. 39).

<sup>107</sup> “*je soutenais tout à la fois la personne d'historien et celle de commentateur*” (BAYLE, 1740, p. 80).

<sup>108</sup> “*cet ouvrage pouvant servir à ceux qui voudront composer un Dictionnaire Historique bien correct (...) J'ai dû descendre dans le détail avec quelque sorte de précision et si l'on veut même, avec un peu de chicanerie*” (BAYLE, 1692, fl. 23).

<sup>109</sup> “*d'arcs de triomphe érigés à l'ignorance & à la foiblesse humaine*” (BAYLE, 1692, fl. 35).

DHC “deve ser considerado conforme a ideia dessas coleções de observações de medicina, que contém somente as doenças do corpo humano, mas que servem para evitá-las, ou para se curar delas”<sup>110</sup>. Não deixava de ser uma apresentação de razões historiográficas; mas para histórias que atendiam demandas, histórias que não estavam noutras publicações, histórias menores, histórias que também relatassem fatos (infames, curiosos ou anedóticos) que interessavam ao público.

Lenglet du Fresnoy, num livro publicado pela primeira vez em 1714, colocava o DHC na categoria “miscelânea histórica” [*“mélanges historiques”*]. Ao lado do livro de Bayle, elencava variada gama de relatos que também pertenceriam a essa categoria: publicações de origens de nomes e sobrenomes, de artes da brasonaria, de artes militares, de ordens cavaleirescas, de casas e famílias ilustres, de genealogias, de memórias diversas. Como seria de esperar, nessa categoria das miscelâneas colocava também Louis Moreri (FRESNOY, 1729, p. 529). O juízo de Fresnoy era adequado, afinal, como reforçava o próprio autor do DHC: “**nesse amontoado de todo tipo de matérias**, tive de sustentar dois personagens, o de historiador e o de comentador”<sup>111</sup> [grifos meus]. Seu livro, Bayle sabia disso, não era daqueles para se colocar no cânone das belas formas. Era, ainda assim, daqueles que se prestavam a alguma utilidade. Era uma publicação que servia como arquivo, inventário e compêndio diversificado; nela:

Laïs deve ter seu lugar assim como Lucrecia; e como é um dicionário que vem ao mundo depois de muitos outros, deve principalmente fornecer o que os outros não relatam. Nele deve ser dado não apenas uma narrativa vaga das ações mais conhecidas, como também o detalhe exato das ações menos conhecidas e uma recolha do que se encontra disperso em diversos lugares (...) em uma palavra, é um uma obra de compilação<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> “Il faut le considérer selon l'idée de ces recueils d'observations de médecine, qui ne contiennent que les maladies du corps-humain, mais qui n'en traitent qu'afin d'apprendre à s'en garantir, ou à s'en guérir” (BAYLE, 1692, fl. 17).

<sup>111</sup> Parece repetição da citação acima, mas o registro era agora feito num dos *Éclaircissements*: “il a fallu que dans cet amas de toutes sortes de matières je soutinsse deux personnages, celui d'historien & celui de commentateur” (BAYLE, 1702, p. 3.136). O autor é repetitivo nesse ponto, inclusive, no primeiro prefácio, colocara já essa questão do duplo papel.

<sup>112</sup> “Laïs y doit avoir sa place aussi bien que Lucrece; & comme c'est un dictionnaire qui vient au monde après plusieurs autres, il doit principalement fournir ce que les autres ne raportent pas. Il faut y donner non seulement

Seria difícil, senão impossível, conferir harmonia a elementos tão disformes; bem como não seria adequado esperar o emprego de um estilo nobre para tantas matérias baixas. Bayle, que se apresentava como historiador, não obstante, deliberadamente confessava abrir mão da nobreza estilística. Desde o *Projet et fragmens*, reconhecia que seu trabalho estaria “repleto de pecados do país latino” [“*chargé des péchez du país Latin*”] (BAYLE, 1692, fl 22). Tudo isso, dizia respeito ao trabalho ao qual se propôs, não porque recusasse o valor de princípios estilísticos.

Existe um equívoco comum, em comentaristas contemporâneos, que consiste em exagerar o racionalismo de Bayle. Produzem, eventualmente, juízos que tiram consequências excessivamente áridas da defesa que o autor do DHC fazia do emprego de ideias claras e distintas também nas belas letras. Luís Costa Lima, por exemplo, diz ouvir “o eco da geometria cartesiana na recusa da imaginação por Bayle” (LIMA, 2006, p. 117). O teórico literário identifica nisso um risco “para a escrita da história”, que consistiria no “descaso da construção verbal a que é correlato o elogio do estilo como uma prenda extra” (Idem). Para sermos justos, Costa Lima está preocupado com um certo exagero empirista do positivismo oitocentista – e busca localizar suas raízes. Mas a César o que é de César. No que diz respeito a Bayle, essa visão é inexata. Se abrisse mão do apuro estilístico não fora por descaso ao valor das construções verbais. Além disso, o fato de ter se justificado a todo momento, por si só, é indicativo de que as questões de estilo não podiam ser simplesmente ignoradas. Cabe lembrar, ainda, que quando se tratava de comentar sobre historiadores regulares (a definição é de La Moyne), Bayle sempre levava em consideração o correto emprego do estilo<sup>113</sup>.

---

*un recit vague des actions les plus conues, mais aussi un detail exact des actions les moins conues, et un recueil de ce qui est dispersé en divers endroits (...) C'est en un mot un ouvrage de compilation*” (BAYLE, 1702, p. 3.174).

<sup>113</sup> Nos *Pensées diverses* escreveu que: “O Sr. de Tillemont publicou uma história dos Imperadores que é excelente em vista da amplitude e precisão da pesquisa. Não se tinha visto ainda uma reunião de fatos tão completa como essa, nem tão provida de citações, porém, é uma obra na qual falta uma perfeição essencial porque o estilo é demasiado simples e há demasiada aridez nas narrativas” [“*Mr. de Tillemont a publié une histoire des empereurs qui est excellente au égard à l'étenduë & à l'exactitude des recherches. On n'avait point vu encore un*

A técnica da narrativa historiográfica pedia concisão, rigor e clareza: “as verdadeiras regras da arte histórica demandam muita ordem, um estilo puro, curto e simples”<sup>114</sup>. No verbete “THEOPOMPE<sub>2</sub>”, escreveu que “o estudo da eloquência é um bom preparativo para escrever a história”<sup>115</sup>. Em diferentes publicações, uma de 1683 e outra de 1704, escreveu que era “necessário ser poeta para ser historiador”<sup>116</sup>. Nada mais distante desses preceitos do que a execução do seu dicionário. Seus textos, colocou no prefácio de 1696, não estavam isentos de termos impróprios, arcaicos e mesmo de alguns barbarismos (BAYLE, 1697) – e nesse momento ainda nem falava de todas as obscenidades.

Nada disso era por desprezo a boa forma: “aplaudo a simplicidade de um plano: admiro a sua execução fácil e uniforme; suponho consistir nisso a ideia de perfeição; mas se quero passar dessa teoria para a prática, confesso ter dificuldade de me reger conforme essa ideia de perfeição”<sup>117</sup>. Entendia sua atividade como a de um historiador, e seu trabalho era justificado como um trabalho histórico. Porém, solicitava que o público o avaliasse conforme aquilo a que se propôs. A unidade e a simplicidade não tinham lugar no DHC. Nele, a multiplicidade e as digressões eram elementos constitutivos. O estilo disforme se devia, no fim das contas, ao tipo de

---

*assemblage de faits aussi complet que celui-là, ni sussi muni de citations, cependant c'est un ouvrage qui manque d'une perfection essentielle parce que le style en est trop simple et qu'il y à trop de sécheresse dans les narrations”]* (OD III, p. 192b). No DHC, os exemplos são vários. Em “CRÍTIAS<sub>1</sub>”, rem. E, elogia a escrita concisa e sentenciosa de Tucídides. Em “GUICCIARDIN<sub>1</sub>”, Remarques C e D, ressaltou que suas composições pecavam pelo excesso de detalhes e de arengas. Em “HAILLAN<sub>2</sub>”, o destaque era para a elegância da prosa desse historiador. Em “MARCELIN<sub>1</sub>”, no corpo do verbete, elogia por, apesar de pagão, ter tratado os cristãos com pouca parcialidade, e também por fazer pesquisas exatas [“*recherches exactes*”]; porém, não deixa de marcar seu latim rude e o seu estilo empolado como defeitos. Em “MARIANA<sub>1</sub>”, a *História da Espanha* é colocada na categoria de uma verdadeira “obra prima” [“*chef-d'oeuvre*”], entre outros motivos, porque fora bem escrita. Ainda poderia ser indicado o que vai escrito em “SUETONE<sub>2</sub>”, “QUINTE-CURCE<sub>1</sub>”, “TACITE<sub>1</sub>”, “THEOPONPE<sub>2</sub>”, “TIMÉE<sub>2</sub>” e tantos outros verbetes.

<sup>114</sup> “*les véritables règles de l'art historique demandent beaucoup d'ordre, un stile net, court, simple*” (OD I, p. 202b). Esse trecho estava numa das edições da NRL de 1685.

<sup>115</sup> “*l'étude de l'éloquence est un bon préparatif pour écrire l'histoire*” (THEOPOMPE<sub>2</sub>, rem. C).

<sup>116</sup> “*il faut être poète pour être historien*” (P.D. 1683, p.9 e O.D. III, p.191 b).

<sup>117</sup> “*Je loue la simplicité d'un plan: j'en admire l'exécution uniforme & degagée: je fais consister en cela l'idée de la perfection; mais si je veux passer de cette théorie à la pratique, j'avoue que j'ai de la peine à me régler sur cette idée de perfection*” (BAYLE, 1692, fl. 24).

livro de história que escreveu, de modo que a mistura de muitas formas, um pouco de variação, não muita uniformidade, lhe eram típicos<sup>118</sup>.

### História e crítica

História é um discurso eloquente e fazia parte das belas letras. Se pudesse, Bayle teria conferido maior apuro estético a sua publicação. História não era mera coleção de dados factuais. No entanto, tais dados não poderiam ser ignorados. É a existência deles que circunscreve um evento ou ação na categoria das coisas que sucederam<sup>119</sup>. O conhecimento histórico não se reduzia à(s) evidência(s) produzidas pela crítica histórica, mas tampouco podia contradizê-las. O estatuto do texto enquanto fonte-testemunho estabelecia limites que não podiam ser ultrapassados. Nem no pirronismo histórico, de acordo com Bayle, seria permitido que um autor atribuisse por conta própria frases ou ações a Cícero ou a César: “cada um seria obrigado a atribuir-lhes apenas o que sobre eles se lê nos antigos monumentos”<sup>120</sup>. Regra geral a qual se deve respeitar, independente de se considerar os testemunhos históricos como verdadeiros, falsos ou duvidosos: deve-se citar o que se encontra nos registros e com base neles sustentar as argumentações (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. D).

A prova histórica, diríamos, é uma prova de base documental. E da forma que Bayle colocava, pouco importa o grau de ceticismo que o analista possa ter com relação aos testemunhos (orais, materiais ou textuais), o ponto é que sem eles não há fundamento histórico — é permitido, inclusive, duvidar dos vestígios dos quais se dispõe; porém, de forma alguma alguém poderá afirmar algo sobre o que não há qualquer registro. Era nessa linha, por exemplo, que para afastar de si qualquer

<sup>118</sup> Nesse ponto, praticamente faço paráfrase dessa passagem: “*Le mélange de plusieurs formes, un peu de bigarrure, pas tant d’uniformité, sont assez mon fait*” (BAYLE, 1692, fl. 24).

<sup>119</sup> Aqui adaptando para o contexto de crítica e erudição a diferenciação aristotélica segundo a qual historiador e poeta: “diferem (...) em que diz um **as coisas que sucederam**, e o outro, as que poderiam suceder” [grifos meus] (Poética, IX, 50).

<sup>120</sup> “*Chacun serait obligé de ne leur attribuer que ce qu’on lit d’eux dans les anciens Monumens*” (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. D).

suspeita de perversidade, marcava toda vez que podia as más condutas dos incrédulos: “se não o fiz mais vezes é porque me faltou material”<sup>121</sup>. Desde a época da publicação do *Pensées diverses*, solicitava que o público lhe enviasse exemplos da má conduta dos descrentes — segundo ele, jamais recebeu algum. Não pretendia afirmar que, “em todos os países e em todos os tempos”, não teriam sido muitos os crimes e os excessos cometidos por pessoas que negam a existência de Deus: “mas como a história não preservou seus nomes, é impossível falar delas”<sup>122</sup>.

Alguém teria afirmado ser mais fácil acreditar no engano dos olhos que no engano da razão; Bayle atribui isso a um autor que questionava uma testemunha ocular, sem ter qualquer outro testemunho que o embasasse. Outro, depois de longa e detida meditação, teria concluído que tudo que César relatou da guerra na Gália era falso, não tendo o general romano jamais passado dos Alpes ou adentrado em território gaulês. Ambas afirmações, em termos históricos, ridículas, porque os fatos históricos não emergem de raciocínio ou de meditação (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. D). A explicação histórica, por certo, necessitava desses elementos, mas eram necessários vestígios que os sustentassem.

O franciscano Antoine de Guevara, pregador e historiógrafo de Carlos V, é catalogado como exemplo do que não fazer. Fora figura conhecida na corte por sua polidez, eloquência e inteligência. Porém, ao querer escrever livros teria se tornado ridículo. O estilo empolado, figurado e repleto de antíteses era o menor de seus defeitos. Seu mau gosto e sua falsa ideia de eloquência, conforme Bayle, eram um “pequeno infortúnio em comparação com a extravagância com que tratou a história”<sup>123</sup>. A extravagância de Guevara consistia na sua forma romanesca de escrever<sup>124</sup>: “a licença que se concedeu, para falsificar tudo o que bem quis e de

<sup>121</sup> “Si je ne l'ai pas fait plus souvent, ce n'est qu'à cause que la matière m'a manqué” (BAYLE, 1702, p. 3. 138).

<sup>122</sup> “qu'en tout país & de tout tems”; “mais l'histoire n'ayant point conservé leur nom il est impossible d'en parler” (BAYLE, 1702, p. 3. 139).

<sup>123</sup> “un petit malheur en comparaison de l'extravagance avec laquelle il ôsa manier l'histoire” (GUEVARA<sub>1</sub>, txt.).

<sup>124</sup> A edição inglesa do DHC, publicada em 1737, marca essa ideia desde a forma como traduziu o mesmo trecho da nota anterior: “this was nothing when compared to his romantic way of writing history” (GUEVARA, txt.) [grifos meus].

afirmar como fatos verdadeiros o que eram apenas invenções de seu cérebro vazio, se aproxima daquela dos compositores de romance<sup>125</sup>. Romancistas, pelo menos, “não enganam ninguém, pois não solicitam que tudo que afirmam seja tomado por verdadeiro, apenas aspiram à glória de ter suas ficções aprovadas como coisas engenhosamente forjadas<sup>126</sup>. Guevara, pelo contrário, se comportou como “corruptor” [“*séducteur*”] e “envenenador público” [“*empoisonneur public*”], pois pretendeu que suas palavras fossem tomadas por “narrativa histórica, retirada de boas fontes<sup>127</sup>. Bayle sentenciava que: “no tribunal da República das Letras merecia o castigo aplicado aos profanos e aos sacrílegos, porque violou o que há de mais sagrado na arte histórica<sup>128</sup>.”

No final do *Remarque B*, de “GUEVARA<sub>1</sub>”, a referência cruzada remete o(a) leitor(a) para uma rede de outros verbetes, nos quais Bayle retoma e reforça seus argumentos sobre imposturas desse tipo: “LAIS<sub>3</sub>”, rem. V; “LAMIE<sub>1</sub>”, rem. L; “FLORA<sub>1</sub>”, rem. F. Mas o envio especial é para o artigo “RUA (Pierre)<sub>1</sub>”, no qual é apresentado toda a extensão das trapaças [“*fourberies*”] de Antoine Guevara (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. B). Provável que Bayle retomasse esse caso em diferentes partes do DHC porque ele era paradigmático das *filouteries* (termo que também designa trapaças) exercidas sobre os monumentos históricos, das quais se falou no segundo capítulo. Caso ainda mais grave, esse escritor espanhol não só omitia, mas deliberadamente falsificava testemunhos. As fontes que alegava eram todas espúrias [supposititia] (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. C). Na *vida* do Imperador Marco Aurélio, mesmo os dados mais banais que narra seriam falsos – nem eles, nem as circunstâncias que relata são encontradas nos antigos historiadores. Alegava incidentes cuja fonte ninguém conseguia identificar, criava nomes de autores que jamais existiram. E

<sup>125</sup> “La licence qu'il se donna de falsifier tout ce que bon lui semblait, et de débiter comme des faits véritables ce qui n'était que les inventions de son cerveau creux, approche de celle des faiseurs de roman” (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. B).

<sup>126</sup> “ne trompent personne; car ils ne demandent pas qu'on prenne pour vrai tout ce qu'ils débitent, ils n'aspirent qu'à la gloire de faire approuver leurs fictions, comme des choses ingénieusement forgées” (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. B).

<sup>127</sup> “que l'on prît pour des narrez historiques, & puisez dans de bonnes sources” (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. B).

<sup>128</sup> “dans le Tribunal de la République des Lettres il méritait le châtement des profanes & des sacrileges; car il violait ce qu'il y a de plus sacré dans l'art historique” (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. B).



ainda assim, teria sido impresso por diversas vezes e traduzido para outras línguas (GUEVARA<sub>1</sub>, rem. C). Era, em resumo, mais um exemplo da utilidade de um dicionário crítico, o qual alertava para não se dar crédito a tudo que se imprime sem uma detida avaliação.

A literatura histórica, de todos os tempos, estava sendo reavaliada nos termos da precisão crítico documental. Falsários, como Guevara, não deveriam ser aceitos no guilda dos historiadores. Falsificar deliberadamente era diferente de se equivocar. Os autores não eram censurados porque se preocuparam com a cadência das frases ou porque empregaram figuras, mas porque esses cuidados não teriam sido acompanhados do rigor factual ou de bons testemunhos para sustentar suas narrativas. Não me parece, portanto, que se possa pensar, nesse momento do período moderno, a erudição (antiquária ou bibliográfica), a crítica e a história como elementos dissociados. Não digo apenas como práticas convivendo mais ou menos aproximadas num mesmo contexto, mas que a definição de ofício de historiador passava a exigir crítica e erudição.

De acordo com J. G. A. Pocock, uma das características da história da historiografia moderna/contemporânea foi a lenta e tardia combinação das técnicas de análise crítica, desenvolvidas nos séculos XVI e XVII, com a escrita da história como uma forma narrativa. Existiria um divórcio entre eruditos e antiquários de um lado e escritores de história de outro (POCOCK, 1987, p. 07). Esse tipo de leitura vem de longa data, em linhas gerais consiste numa interpretação que coloca a crítica num polo e a retórica no outro. No século XVII, conforme Paul Hazard, contava-se uma anedota sobre o abade Vertot (1655-1735), segundo a qual ao terminar de escrever sua história sobre cerco da cidade de Malta lhe indicaram documentos novos a respeito do evento. Ele teria respondido, então, “que era tarde demais, que o seu cerco já estava feito”. Verdadeira ou não, a anedota é utilizada para informar o que seriam os parâmetros formais que eram então canônicos na redação da história, entendida como uma obra de arte retoricamente elaborada. O historiador, emulando modelos como os de Tito Lívio, deveria antes se dedicar na composição e arranjo dos fatos, do que sair a sua procura: “mais vale pensar na beleza, na força, na nitidez e

brevidade do estilo, do que parecer infalível em tudo o que se escreve” (HAZARD, 1971, p. 35).

A ideia é de que, no Seiscentos, críticos eruditos e historiadores trabalhavam “de costas voltadas uns para os outros, ignorando-se” (HAZARD, 1971, p. 48). O duplo papel que Bayle afirmava ter adotado estabelecia uma dissociação entre práticas distintas. De um lado a crítica (descrição e avaliação da veracidade ou procedência dos textos), do outro, a escrita formal da história (um enredo explicativo e moralizante). Basicamente a divisão dos conteúdos que iam nos *Remarques* e dos que iam para o corpo do verbete. Aparentemente, ratificaria a ideia de campos de estudos que podiam ocupar uma mesma página, mas que se ignoravam. Porém, não era o caso. Por certo, eram artes específicas – organizadas sob as regras da crítica ou sob as leis da história. As especificidades de cada uma não anulam a coordenação e mesmo, para alguns autores, a dependência entre uma e outra. Pierre Bayle e alguns de seus contemporâneos apontavam para a estreita relação dos estudos críticos e a escrita da história; relação que podia ter tensões, mas não era um divórcio<sup>129</sup>.

Estou de acordo com a análise de Pocock segundo a qual, para o(a) historiador(a) da historiografia, é importante entender como as técnicas e métodos críticos de inquirição passaram, cada vez mais, a ocupar a atenção de quem escrevia e pesquisava sobre o passado. Não penso, todavia, que essa dinâmica tenha se dado sempre numa disputa com reivindicações mais antigas da história como uma arte narrativa, como ele afirma (POCOCK, 1987, p. 02). O que identifiquei ao longo da pesquisa foi, antes, uma tentativa de adequação, talvez jamais alcançada. Pierre

---

<sup>129</sup> No caso particular de Pierre Bayle, poderíamos efetivamente falar num divórcio entre os registros escritos (objetos aos quais dedicava atenção e que, depois de analisados, poderiam indicar certezas) e a cultura material (artefatos diversos como utensílios, ruínas, e toda sorte de materiais que os antiquários coletavam, descreviam e eventualmente sistematizavam). Bayle, como vimos no capítulo anterior, conferia autoridade unicamente aos testemunhos textuais. Não era esse o caso de Vallemont, por exemplo, que nos seus elementos de história advogava pela diversidade de fontes a serem analisadas (VALLEMONT, 1702). Mais que este, destacaria Langlet Du Fresnoy, o qual (além dos registros bibliográficos, arquivísticos e antiquários tradicionais) incluía no leque de possíveis testemunhos históricos elementos da cultura oral e de antigas canções populares – para ele quase todo registro, independentemente de sua natureza, poderia ser de algum modo trabalhado pela história (FRESNOY, 1729) ver em especial o elenco de possíveis fontes que ele começa a inventariar desde o capítulo XLIII do seu segundo volume.

Bayle, por exemplo, no máximo conseguiu uma articulação, distribuindo em diferentes espaços da página resumos históricos e crítica erudita – e isso, como vimos, com um preço a ser pago pelo estilo.

O mais comum, de todo modo, era encontrar propostas de uma escrita histórica que aliasse excelência retórica e fundamentação empírica. Inclusive, entendia-se que a eloquência fazia parte de todos os saberes: “pode-se dizer que a elocução é nas ciências o que o sol é no mundo. Sem esse astro, nenhum objeto seria visível, como sem a elocução as verdades mais brilhantes restariam sepultadas nas trevas”<sup>130</sup>. Conforme Bernard Lamy, no *Entretiens sur les sciences*, obras de teologia, matemática e filosofia bem escritas conseguiam resultados mais efetivos (LAMY, 1694, p.135). Lamy está entre os exemplos de onde não verificamos o crítico e o historiador de costas um para o outro – são, na verdade, um mesmo sujeito. Sem abrir mão da boa redação, ele pensava no historiador como um pesquisador; e na pesquisa estava implicada a necessidade dos procedimentos da crítica. As coisas passadas – principalmente as remotas, “escondida no esquecimento dos séculos”<sup>131</sup> –, não se apresentam, são buscadas e avaliadas:

Em primeiro lugar, um historiador competente não copia o que um ou dois autores disseram (...) ele procura em todos os arquivos. Não há títulos e cartulários que não leia **com uma crítica exata** do que pode ser autêntico ou não. **Ele presta atenção em tudo**. Nenhuma circunstância que possa lançar luz sobre o fato que examina lhe escapa. Ruínas de um edifício, túmulos semiarruinados, epitáfios, inscrições e medalhas lhe servem para desenterrar a verdade. Os costumes, as maneiras, as roupas, as vestimentas, as armas, a língua da época de que trata **são elementos com os quais sabe distinguir o verdadeiro do falso**<sup>132</sup>[grifos meus].

<sup>130</sup> “on peut dire que l'élocution est dans les sciences ce que le Soleil est dans le Monde. Sans la lumière de cet astre aucun objet ne paroît, aussi sans l'élocution les veritez les plus brillantes demeurent ensevelies dans les ténèbres” (LAMY, p.136).

<sup>131</sup> “cachées dans l'oubli des siècles” (LAMY, ..., p.385).

<sup>132</sup> “en premier lieu un habile historien ne copie pas ce q'un ou deux auteurs ond dit (...) Il fouille dans toutes les archives. Il n'y a point de Titres, de Cartulaires qu'il ne lise, avec une critique exacte de ce qui peut être autentique, ou qui ne l'est pas. Il fait attention à tout. Aucune circonstance qui lui puisse donner des lumières sur le fait qu'il examine, ne lui échape. Un vieux reste de bâtiment, des tobeaux à demi rüinez, des epitaphes, des inscriptions, des médailles, lui servent à déterrer la verité. Les moeurs, les manières, les habillement, les armes, la langue du temps dont il se agit sont des caracteres avec lesquels il sçait distinguer le vrai d'avec le faux” (LAMY, 1694, p.385).

Como se apreende de Lamy, muito antes do século XIX, já temos uma concepção de história, antiquariato, erudição e crítica andando juntas a cada passo; não uma imagem de práticas que se ignoram mutuamente. Não questiono que a historiografia do Setecentos e do Oitocentos tenha especificidades que não encontramos no Seiscentos, mas a aproximação com a crítica e com modalidades de análise da cultura material (antiquariato ou algo próximo da arqueologia) não é uma delas.

O DHC nos oferece um exemplo biográfico no qual podemos encontrar esse feixe de predicados historiográficos de que nos fala Lamy. Me refiro aos comentários registrados a respeito dos procedimentos críticos, eruditos e antiquários de Willian Camden (1551-1623). Este, contribuiu para historiografia não apenas por meio dos livros que publicou, como também concedendo parte de uma propriedade sua para que a universidade de Oxford implementasse uma cátedra dedicada exclusivamente ao estudo da história (CAMDEN<sub>1</sub>, txt.). Inaugurada em 1622, consta como a primeira e mais antiga (dado que ainda existe) cátedra de história na Inglaterra. Sobre Camden, Bayle escreveu:

Por inclinação natural ele se dedicou principalmente a buscar as antiguidades de seu país; como a beleza de seu gênio e a profundidade de seu julgamento logo o fizeram descobrir a extensão de um tal designío, bem como de todos os auxílios que lhe seriam necessários para realizá-lo, voltou todos seus pensamentos e todos seus trabalhos para os preparativos da obra sobre a qual meditava. Era a história dos antigos povos britânicos: ele queria tratar sua origem, seus costumes e suas leis com profundidade. Para isso era necessário que entendesse não apenas tudo que gregos e latinos nos deixaram a respeito da Grã-Bretanha, como também a antiga língua dessa ilha, o bretão e o saxão antigos. Teve que examinar os antigos itinerários, vasculhar os arquivos e consultar uma infinidade de velhos papeis. Não negligenciou nada disso: suas diligências e seus cuidados foram extremos, o resultado que obteve também o foi (...) Ele quis conhecer pessoalmente a situação dos lugares, não havia canto da Inglaterra que não visitasse cuidadosamente. De todos esses trabalhos, passados dez anos, surgiu a *Britânia*, a qual fez imprimir em Londres no ano de 1586<sup>133</sup>.

---

<sup>133</sup> “Par inclination naturelle il s'attacha principalement à rechercher les antiquitez de son país; & comme la beauté de son génie & la profondeur de son jugement lui firent bientôt découvrir toute l'étendue de ce dessein, &

Camden ilustra bem que ainda que boa parte do trabalho de erudição fosse realizado na solitude do gabinete, ele não era um esforço isolado. Dado sua reputação, tanto na Inglaterra como nos países estrangeiros, outros letrados tanto o incentivaram a realizar esses estudos como também enviavam, cada um conforme suas possibilidades, materiais e comentários que o pudessem auxiliar. A obra foi, consoante Bayle, bem recebida, tendo novas publicações nos respectivos anos de 1590, 1594, 1600 e 1607 (CAMDEN<sub>1</sub>, txt). Autor de uma obra historiográfica de excelência e fundador de uma cátedra de história, esse personagem fez também o levantamento dos antigos historiadores de sua nação, organizando a publicação de muitos deles (CAMDEN<sub>1</sub>, txt.). Porém, nesse momento, meu interesse no caso de Camden está relacionado aos adjetivos que Bayle atribuiu aos seus procedimentos e obras. Além da *Britania*, o dicionarista destaca o valor dos anais que o erudito inglês escreveu do Reino de Elizabeth I. Para que fosse escrita lhe prometeram toda sorte de memórias, e o autor soube procurar em todo tipo de boas fontes. Esses anais foram reconhecidos pela conjugação entre propriedade estilísticas com o julgamento e gravidade adequados ao assunto. Por fim, Bayle sentenciava que “é necessário concordar que essa matéria não poderia ter sido tratada (...) com mais exatidão”<sup>134</sup>. Como se nota, as noções de correção, de justeza e de exatidão dizem respeito tanto à boa redação quanto ao escrutínio rigoroso das fontes. Portanto, crítica e história se articulam.

A boa história era aquela que era bem escrita e também verdadeira. Cada vez menos a atribuição de veracidade era dada àquelas obras que não apresentassem (explícita ou implicitamente) seus aparatos de verificação crítica e o conjunto de suas fontes/testemunhos. Para Bayle, no discurso historiográfico, era “uma ousadia

---

*tous les secours qui lui étaient nécessaires pour y réussir, il tourna toutes ses pensées & tous ses travaux du côté des préparatifs de l'ouvrage qu'il méditait. C'était l'histoire des anciens peuples Britanniques: il voulait traiter à fond de leur origine, de leurs mœurs, & de leurs loix. Il était nécessaire pour cela, non seulement qu'il entendit tout ce que les Grecs & les Latins nous ont laissé concernant la grande Bretagne, mais aussi l'ancienne langue de cette Ile, l'ancien Breton, & l'ancien Saxon. Il falait qu'il examinât les anciens itinéraires, qu'il fouillât dans les archives, qu'il consultât une infinité de vieux papiers. Il ne négligea rien de tout cela : ses diligences & ses soins furent extrêmes, & le fruit qu'il en tira le fut aussi (...) Il voulut conaitre par lui-même la situation des lieux, & il n'y eut aucun coin en Angleterre qu'il ne visitât soigneusement. De tous ces travaux sortit au bout de dix ans la Britannia, qu'il fit imprimer à Londres en 1586” (CAMDEN<sub>1</sub>, txt).*

<sup>134</sup> “il faut tomber d'accord qu'on n'eût pu traiter cete matière (...) avec plus d'exactitude” (CAMDEN<sub>1</sub>, txt).

terrível dizer coisas para as quais não se tem algum suporte”<sup>135</sup>. Como se nota, não é sem sentido que pesquisadores contemporâneos tenham identificado, com o aperfeiçoamento de análise documental e arqueológica, o século XVII como um momento importante para constituição da disciplina histórica como a conhecemos (LEVINE, 1999). Em quase meados do século passado, Marc Bloch descreveu o século XVII como “o” momento decisivo na história do método crítico. É verdade que esse historiador francês apontava para um limite que, num primeiro momento, parece ir de encontro ao que estou defendendo aqui. Escreveu ele:

Por muito tempo as técnicas da crítica foram praticadas, pelo menos de maneira assídua, quase exclusivamente por um punhado de eruditos, exegetas e curiosos. **Os escritores dedicados a compor obras históricas** com certo arroubo não se preocupavam em se familiarizar com essas receitas [de laboratório], a seu ver muito demasiadamente minuciosas, e era com dificuldade que consentiam em levar em conta seus resultados (BLOCH, 2002, p. 93).

Mas a questão, como a entendo, é de matiz. O trecho acima fala da resistência da grande história ou da história oficial (daquela que Bayle se mantinha a uma distância segura, e sobre a qual, a partir do próprio Bayle, comentei no segundo capítulo). A historiadora Béatrice Guion, num artigo sobre as artes de história na Idade Clássica, destacou que a política absolutista francesa teria enterrado o projeto de uma história crítica (GUION, 2010). A historiadora Chantal Grell corrobora essa perspectiva e a coloca num momento ainda anterior. A chamada “nova história” francesa, dos anos 1570, teria perdido importância dentre as modalidades de produção do saber histórico desde o início da ascensão da monarquia Bourbon. A virada teria tido início com reconfigurações do poder engendradas pela subida ao trono de Henrique IV (1589). A pesquisa erudita teria se voltado para um fim em si mesma: “a história retorna ao relato dos anais (...) e a pesquisa filológica perde seu ardor de inovação” (GRELL, 2014, p. 103).

Com Luís XIV, efetivamente, o processo se intensificou. A história, sob seu reinado, foi utilizada como um dispositivo, entre outros, da maquinaria de

---

<sup>135</sup> “c'est une terrible hardiesse d'en raconter des choses qui n'ont aucun appuy” (HAILLAN<sub>2</sub>, rem. K).

propaganda monárquica, voltada para construir uma certa imagem do Rei. Esse, como se sabe, foi um esforço estatal deliberado que designou um comitê administrativo para esse fim – a chamada “pequena academia” (BURKE, 2009). Numa troca simbólica, a história monumental (entendida como *opus oratorium maxime*) emprestava sua dignidade amplificando os feitos do soberano e esse, por sua vez, corroborava a majestade dessa narrativa ao se permitir como seu objeto. A história era tida como o gênero mais nobre entre os gêneros em prosa; assim como a epopeia era tida como a mais nobre dentre as modalidades de verso (FUMAROLI, 1994) – o rei, como se sabe, foi representado na historiografia e na poesia oficial. Não por acaso, dois dos grandes poetas e mestres no manejo da linguagem foram escolhidos por Luís XIV como seus historiógrafos: Jean Racine e Nicolas Boileau. Porém, meu ponto é que, se tudo isso pode ser aplicado para a história oficial, não se aplica, todavia, para todas as modalidades de produção historiográfica.

A articulação entre história e crítica, que Bayle defendia, era encontrada também em contemporâneos seus como Lamy, Rapin, La Moyne, Valemont, Mabillon, Dupin e Godeau. Inclusive na historiografia oficial encontraremos fissuras. Charles Sorel (1602 – 1674), que foi historiógrafo da França, dizia, da mesma forma que Bayle, não ser admissível alegações históricas sem fundamentações crítico documentais. Um autor que pretende relatar o passado como pura peça oratória não afasta a desconfiança de que ele “tivesse inventado (...) como que para compor uma espécie de romance”<sup>136</sup>. O suíço Jean LeClerc, outro contemporâneo de Bayle, formulou um plano de estudos históricos onde todas as modalidades historiográficas, inclusive as oficias, deveriam saber articular boa forma, aparato crítico e a apresentação dos documentos nos quais sustentava suas afirmações. Este, é verdade, não viveu na França, mas era francófono e encontramos suas propostas numa publicação em língua francesa (LeCLERC, 1699).

---

<sup>136</sup> “avait inventé (...) comme pour composer une manière de roman” (SOREL apud HAILLAN<sub>2</sub>, rem. K). Claro, seria importante verificar o quanto dessas palavras que Bayle atribuiu a Sorel foram colocadas em prática por ele enquanto historiógrafo. Não obstante, a articulação era pelo menos enunciada enquanto premissa.

### Nada melhor na história do que o real

Essa ideia de história como eminentemente narrativa e de uma historiografia restrita aos exemplares mais nobres dos gêneros em prosa, pode estar atrelada a uma concepção, também ela, muito restrita do que na época se entendia por história. Porém, a historiografia do período, efetivamente, nos remete a um quadro mais abrangente e variado. Na introdução, mencionei, a partir das historiadoras Gianna Pomata e Nancy G. Sirisi, a aplicação ampla e variada do termo história. O termo muitas vezes estava vinculado à ideia de que algo era descrito com máxima precisão. Estava inserido num quadro semântico que queria dizer das coisas concretas e reais. Se historiava o corpo de pessoas e de animais, a fauna e a flora. Tinha pontos de contato com o que já foi dito sobre verdades de fato, conforme definia Bayle. Para tentar ilustrar a ubiquidade do termo, um geógrafo poderia ser também chamado de historiador de lugares. Nas artes de história, a cronologia era parte da história, mas não história propriamente dita (ou em forma, como tenho colocado). Ainda assim, um cronologista poderia ser chamado de historiador dos tempos. Efetivamente, Adrien Baillet (1649-1706), autor bastante referenciado no DHC, colocava no rol dos escritores eruditos: “*geographes ou les historiens des lieux*”, bem como “*chronologistes ou les historiens des temps*” (BAILLET, 1722a, p. 23)<sup>137</sup>.

Nem toda história era uma narrativa e, como comentado a respeito das características dos textos de Bayle, nem toda modalidade de escrita histórica tinha condições de ser redigida num estilo nobre. “Hoje”, dizia Baillet na virada do século

---

<sup>137</sup> Nem sempre um autor recebia exatamente o rótulo de historiador, mas quando se fazia o levantamento de escritores históricos em sentido lato, eram incluídos também “em geral aqueles que descreveram os lugares, os tempos e as ações dos homens” [“généralement ceux qui ont décrit les lieux, les temps et les actions des hommes”], independente do título da obra. Baillet fala de “autores de crônicas e de fastos e de cronógrafos” [“auteurs de chroniques e de fastes e chronographes”]. A lista é ampla, teríamos ainda outras modalidades do que ele chamava de “histórias especiais” [“histoires spéciales”]. Por fim, obviamente, falava dos “historiadores propriamente ditos” [“historiens proprement dits”]. Categoria na qual Bayle poderia entrar, pois “*mélanges historiques*”, “*dictionnaires historiques*”, bem como histórias particulares, histórias gerais e genealogias eram trabalhos de historiadores propriamente ditos (BAILLET, 1722, p. 24).



XVII para o XVIII, “se alguém se afetar de não falar bem, mesmo escrevendo sobre matérias que pouco dependem da beleza da linguagem, isso atrairia contra si o exército inteiro dos críticos”<sup>138</sup>. Porém, nem todo escritor aspiraria “à glória de bem escrever” [“à la gloire de bien écrire”]. Para Baillet, alguns querem fundamentar bem suas proposições, sem que para isso dependam de elocuições refinadas. Se o objetivo argumentativo é alcançado, os críticos não teriam legitimidade para reclamar. Ou seja, a métrica a qual uma obra deve ser submetida, é aquela que diz respeito ao plano que a obra se propôs cumprir (BAILLET, 1722). Assim, por exemplo, de um filósofo é esperado que raciocine com justeza e a partir de bons princípios; de um teólogo é exigido que tenha fé e que não se afaste das Escrituras, nem da tradição (pensava num teólogo católico). Do mesmo modo, dependendo da história que se faça, basta que o historiador seja fiel, judicioso e bem instruído. Nesses casos, teremos: “um bom filósofo, um bom teólogo e um bom historiador”<sup>139</sup>.

Enquanto leitor, Pierre Bayle confessava seu apreço a livros que tratavam até das menores ninharias literárias. Lamentava, inclusive, que aquilo que identificava como o gosto da sua época não apreciava mais as extensas obras de erudição — as quais cada vez menos eram vistas em destaque na entrada das livrarias (BAYLE, 1720, p. 3.028). Se o gosto da época, como identificou Bayle, valorizava pouco as extensas obras de erudição, caberia avaliar. Porém, alguns indícios podem sugerir que a correção, no sentido de acurácia<sup>140</sup>, tinha apelo entre os(as) leitores(as). Ou por qual motivo Michel Bohm, no “aviso do livreiro ao leitor” [“*avertissement du libraire au lecteur*”], destacou que sua edição do DHC era, além de mais ampla, também “muito mais correta que as duas precedentes”<sup>141</sup> — referia-se àquelas de 1696 e de 1702. Destacava ainda que as correções foram feitas pelo próprio Bayle antes de morrer — esse “autor exato até o escrúpulo sobre os fatos”<sup>142</sup>. Como bom vendedor,

<sup>138</sup> “*Aujourd’hui ce serait s’attirer sur les bras l’armée entiere des critiques si on affectait de mal parler même en écrivant sur les matières qui dépendent le moins de la beauté du langage*” (BAILLET, 1722, p. 15).

<sup>139</sup> “*un bon philosophe, un bon théologien et un bon historien*” (BAILLET, 1722a, p.14).

<sup>140</sup> Não utilizo muito o termo acurácia na ora de traduzir *exactitude*, mas, na tradução inglesa de 1735 do DCH, a todo momento esse termo é colocado como equivalente de *accuracy*.

<sup>141</sup> “*beaucoup plus correcte que les deux précédentes*” (BAYLE, 1720, p. xviii).

<sup>142</sup> “*l’auteur exact jusqu’au scrupule sur les faits*” (BAYLE, 1720, p. xviii).

o elogio da justeza crítica era colocado junto ao destaque da excelência do suporte: “espero que o público goste dos caracteres” (o tipo das letras), “do papel e do arranjo dos artigos”<sup>143</sup>.

Na verdade, também caberia averiguar em quais ramos das belas letras Bayle identificava esse suposto declínio do apreço por matérias de erudição crítica. Tomando seu testemunho como referência, com certeza a história não era um deles:

E que não me digam que nosso século, agora livre daquele espírito crítico que reinava no precedente, considera como pedantismos os escritos daqueles que corrigem **as falsidades de fato**, as quais concernem ou à história particular dos grandes homens, ou aos nomes das cidades ou outras coisas parecidas; **pois é certo, de modo geral, que nunca houve mais apego do que hoje a esses tipos de esclarecimentos**. Para cada pesquisador de experimentos físicos ou para cada matemático, encontrais uma centena de pessoas que estudam a fundo a história com todas as suas dependências<sup>144</sup> [grifos meus].

Essas matérias das quais a história dependia eram todas as demais modalidades historiográficas como as *antiguidades* e as *memórias*, mas principalmente a geografia e a cronologia: “jamais a ciência do antiquariato, quero dizer o estudo das medalhas, das inscrições, dos baixos relevos, etc., foi cultivada como ela é no presente”<sup>145</sup>. Todos esses estudos, segundo Bayle, levavam: “a melhor estabelecer o momento no qual certos fatos particulares aconteceram, a impedir que uma cidade ou pessoa seja confundida com uma outra, a fortificar determinadas conjecturas a respeito dos ritos dos Antigos”<sup>146</sup>. Eram matérias que o público tinha interesse e às quais os particulares se dedicavam. Mencionava o exemplo de Friedrich Spaheim (1600-1649), o qual, apesar de sobrecarregado com tarefas de Estado, dedicou-se a

<sup>143</sup> “J’espere que le public sera contente du caractere, du papier et de l’arrangement des articles” (BAYLE, 1720, p. xviii).

<sup>144</sup> “Et qu’on ne me dise pas que notre siècle, revenu et guéri de l’esprit critique qui régnait dans le précédent, ne regarde que comme des pédanteries les écrits de ceux qui corrigent les faussetez de fait, concernant ou l’histoire particuliere des grands hommes, ou le nom des villes, ou telles autres choses; car il est certain à tout prendre, qu’on n’a jamais eu plus d’attachement qu’aujourd’hui à ces sortes d’éclaircissements. Pour un chercheur d’expériences physiques, pour un mathématicien, vous trouvez cent personnes qui étudient à fond l’histoire avec toutes ses dépendances” (BAYLE, 1692, fl. 26).

<sup>145</sup> “jamais la science de l’antiquariat, je veux dire l’étude des médailles, des Inscriptions, des bas-reliefs, &c., n’avoit été cultivée comme elle l’est presentement” (BAYLE, 1692, fl. 26).

<sup>146</sup> “à mieux établir le tems où certains faits particuliers sont arrivez; à empêcher qu’on ne prenne une ville ou une personne pour une autre, à fortifier des conjectures sur certains rites des Anciens” (BAYLE, 1692, fl. 26).

publicar grossos volume a respeito da excelência e da utilidade dos estudos das medalhas (BAYLE, 1692).

Como mencionei acima, a ubiquidade da palavra história nessa época é averiguada na sua presença nos mais diversos estudos da filosofia natural. Era um termo, nesses casos, significando uma descrição detalhada e acurada, por isso era compartilhada por muitos saberes de base empírico-observacional. Mas destacaria que também a história de fundamento crítico passava a ser situada no interior de uma espécie de empiricismo erudito. O jesuíta René Rapin (1620-1687), no *Instructions pour l'histoire* (1677), ao tratar do gosto da época, escreveu: “estimamos o que é real e sólido”. No mesmo livro, registrou que “o talento mais necessário ao historiador é esse espírito exato e fiel” e que “nada é melhor na história do que aquilo que é real”<sup>147</sup>. Baillet também relatava desse gosto que, no final do século XVII, se tinha pelo rigor: “esse gosto consiste em ver reinar a exatidão em tudo que se refere à história”<sup>148</sup>. Dizia isto justamente num capítulo, do seu *Jugements des savants*, dedicado aos críticos históricos<sup>149</sup>. Nesse sentido, Bayle chegou a afirmar que o conhecimento histórico era a mais sólida das ciências, ou mesmo um saber mais seguro do que “a” ciência. Empirismo, experimentalismo e ciência não formavam necessariamente uma unidade na época e nos contextos que estão sendo analisados. A ciência, quando colocada no singular, poderia equivaler à filosofia, ou seja, um saber teórico construído com base em premissas lógico-metafísicas abstratas. Vejamos o que dizia La Moyne:

---

<sup>147</sup> “nous estimons ce qui est réel et solide” (RAPIN, 1677, p.1) ; “Le talent le plus nécessaire à l'historien est cet esprit exact e fidele” (RAPIN, 1677, p.39) ; “Rien n'est plus beau dans l'histoire que ce qui est réel” (RAPIN, p.33).

<sup>148</sup> “ce goût consiste à voir régner l'exactitude dans tout ce qui a du rapport à l'histoire” (BAILLET, 1722b, p. 74).

<sup>149</sup> Aqui, no que diz respeito a essa exigência de acurácia e fidelidade aos testemunhos, encontramos um ponto no qual Bayle desqualificava os autores antigos: “Creio que todos os antigos historiadores tiveram a mesma licenciosidade em relação as velhas memórias que consultaram (...) não encontrando aí os fatos desenvolvidos e embelezados conforme sua fantasia, eles os aumentaram e vestiram conforme lhes aprazia; e hoje tomamos isso por história” [“Je croi que tous les anciens historiens ont pris la même licence, à l'égard des vieux mémoires qu'ils consultaient (...) n'y trouvant pas les faits développez & embellis à leur fantaisie, ils les ont étendus et habillés comme il leur a plu: et aujourd'hui, nous prenons cela pour histoire”] (ABIMELECH<sub>1</sub>, rem. C).

A ciência vai por definições, por divisões, por discursos elevados e difíceis, por axiomas universais e por silogismos formais [*en forme*], todos caminhos abstratos, fora da vista, distantes das vias abertas aos sentidos e à imaginação. A história, ao contrário, sem se elevar ao universal e ao ideal, sem se afastar do singular e do sensível, vai direto por meio dos exemplos, que levam reto e sem desvio à prática e ao uso<sup>150</sup>.

De acordo com uma expressão de Richard Popkin, o DHC seria uma verdadeira *Summa cética*, a qual teria habilmente desestruturado todas as antigas fundações do mundo intelectual do Seiscentos (POPKIN, 1965, p. xii). Pierre Bayle, que teria levado o pirronismo até suas últimas consequências, apesar disso definia a história como o saber capaz de chegar ao máximo grau de certeza humana. Essas duas coisas não são incongruentes quando entendemos que o ceticismo de Bayle não era uma identidade. A dúvida era uma posição que por vezes adotava para avaliar determinados objetos. Era um instrumental, não uma doutrina a qual se filiava. O intelecto devia estar treinado para não se deixar convencer facilmente, o que é diferente de dizer que o intelecto não deve jamais se convencer<sup>151</sup>.

Em alguns casos, mesmo depois de suspenso o juízo e avaliadas todas as evidências de que se dispõe, não se chega a uma resolução — era nessas ocasiões que restava a dúvida que Bayle dizia permanecer pirrônico. Noutros, não obstante, se

---

<sup>150</sup> “La science va par des definitions, des divisions, des discours guindez et tendus, des axiomes universels et des syllogismes en forme, que sont toutes voyes abstraites, hors de veuë, éloignées des chemins ouverts aux sens e à l’imagination. L’histoire au contraire, sans s’élever à l’universel e à l’idée; sans s’éloigner du singulier e du sensible, va comme de plain pied par les exemples, qui menent tout droit et sans détour, à lá pratique et à la usage” (La MOYNE, 1670, p.54-55).

<sup>151</sup> . No terceiro dos seus *Éclaircissements*, Bayle estabelece o “caráter dos pirrônicos” [“*caractere des pyrrhoniens*”], quer dizer, não são aqueles que, como ele, mobilizavam a dúvida como uma ferramenta, mas dos que podem ser colocados na categoria dos “seguidores do pirronismo” [“*sectateurs du pyrrhonisme*”]: “(...) são pessoas que professam não admitir qualquer sinal seguro de distinção entre o verdadeiro e o falso, de modo que, se por acaso a verdade se manifestasse a eles, nunca poderiam ter certeza de que era a verdade. Eles não se contentam em lutar contra o testemunho dos sentidos, as máximas da moralidade, as regras da lógica, os axiomas da metafísica; eles também tentam derrubar as demonstrações dos geômetras e tudo o que os matemáticos podem produzir de mais evidente” [“*ce sont des gens qui font profession de n’admettre aucun signe certain de distinction entre le vrai & le faux, desorte que si par hazard la verité se montrait à eux, ils ne pourroient jamais s’assûrer que ce fût la verité. Ils ne se contentent pas de combatre le temoignage des sens, les maximes de la morale, les regles de la logique, les axiômes de la metaphysique; ils tâchent aussi de renverser les demonstrations des geometres, & tout ce que les mathematiciens peuvent produire de plus évident (...)* On va si loin par leur methode, que ceux qui en ont bien penetré les consequences sont contrains de dire, qu’ils (c) ne sçavent s’il existe quelque chose”] (BAYLE, 1702, p. 3.153).

chegava à evidência: “embora não seja possível rejeitar o pirronismo histórico relativo a uma infinidade de fatos, é certo que há muitos outros que podem ser provados com uma plena certeza”. De forma que “as pesquisas históricas não são infrutíferas”: “se demonstra indiscutivelmente a falsidade de muitas coisas, a incerteza de várias outras e a verdade de outras tantas”<sup>152</sup>.

Jamais se objetará nada que seja válido contra **essa verdade de fato**: que César derrotou Pompeu; e que em qualquer sorte de princípio que se queira disputar, dificilmente será encontrado algo mais inabalável que essa proposição: **César e Pompeu existiram e não foram uma simples modificação da alma daqueles que escreveram suas vidas**<sup>153</sup> [grifos meus].

A ênfase de que os testemunhos históricos não eram meras modificações da alma visava polemizar tanto contra argumentos céticos quanto contra cartesianos mais radicais. Contudo, destacaria de saída que as verdades de fato que o estudo da história permite construir não são idênticas às verdades de fato que vimos na crítica. Argumentei que na crítica Bayle sustentava como certeza que um texto existe, a mesma constatação não seria automática a respeito das coisas de que um texto trata. Por isso, a crítica histórica abordava indiferentemente a mitologia, a poesia, a oratória a história, e assim por diante. O ponto era saber se uma dada afirmação a respeito dos registros literários efetivamente se encontra neles, ou estabelecer as procedências e precedências (bases sob as quais se define o autêntico e o falsificado). Um texto fala de Péricles e outro fala de Hércules, ambos são textos. Se um personagem de fato existiu, em carne e osso, e o outro não, era uma questão para a história. Não que a crítica não participasse nessa construção. Ela auxiliava a constatar com maior probabilidade que um evento que é relatado num texto tenha efetivamente ocorrido. No exemplo da citação acima, o conjunto testemunhal disponível permite supor com extrema segurança que aquelas personagens que

<sup>152</sup> “quoiqu'on ne puisse rejeter le pyrrhonisme historique par rapport à une infinité de faits, il est sûr qu'il y en a beaucoup d'autres, que l'on peut prouver avec une pleine certitude (...) les recherches historiques ne sont point sans fruit (...) On montre certainement la fausseté de plusieurs choses, l'incertitude de plusieurs autres, & la vérité de plusieurs autres” (BAYLE, 1692, fl. 33).

<sup>153</sup> “Jamais on n'objectera rien qui vaille contre cette vérité de fait, que César a battu Pompée: & dans quelque sorte de principes qu'on veuille passer en disputant, on ne trouvera gueres de choses plus inébranlables que cette proposition, César & Pompée ont existé & n'ont pas été une simple modification de l'ame de ceux qui ont écrit leur vie” (BAYLE, 1692, fl. 34).

referem existiram realmente – tenham ou não se comportado tal qual nos contam os relatos.

### Momento cartesiano

Pierre Bayle foi um admirador do método de Descartes; os traços cartesianos de seu pensamento historiográfico foram bem indicados por Elisabeth Labrousse (LABROUSSE, 1964). Todd Ryan, por sua vez, produziu um excelente estudo evidenciando como a metafísica cartesiana estruturava o discurso bayliano a respeito das ciências (RYAN, 2009). Ideias claras e distintas, inclusive, eram categorias que empregava no modo como procedeu suas análises crítico textuais. Para Bayle, premissas lógicas conseguem oferecer demonstrações irrefutáveis. O que não o impediu de polemizar com matemáticos e geômetras. As suas elaborações sobre o saber histórico fizeram parte de um momento cartesiano.

O momento cartesiano não foi um desafio que Descartes tenha, ele mesmo, deliberadamente dirigido aos estudos eruditos, mas que de certo modo foi encarado dessa forma<sup>154</sup>. No século XVII, foi estabelecido um debate filosófico moderno sobre qual a natureza do nosso conhecimento do passado. O *Discurso do método* foi o ponto de partida para um conjunto de textos que se dedicaram a estabelecer o estatuto e a legitimidade do saber histórico. Descartes não estava preocupado com a historiografia, a questão sobre a veracidade da história aparece de forma residual nesse seu livro. Da leitura do *Discurso do método*, apreendemos que a história é um saber legítimo, contudo, seu estatuto não é o do verdadeiro – pelo menos não do

---

<sup>154</sup> Para Collingwood, se Descartes não se preocupou com a crítica erudita, contribui de todo modo para as condições de sua fundamentação epistemológica – ainda que, talvez, de forma involuntária. Nessa linha de raciocínio, Collingwood fez um exercício contrafactual e contou a história do que não aconteceu; nela arriscava o palpite de que se Descartes tivesse deslocado sua atenção da matemática e da metafísica para os temas da erudição: “poderia ter formulado um método de regras de crítica histórica” (COLLINGWOOD, 1972, p. 104). Collingwood sustentava que a filosofia de Descartes encorajou a se repensar os fundamentos do saber histórico: “os historiadores (...) procederam como se a considerassem **um desafio**, um convite para elaborarem, por si próprios, os seus métodos, convencendo-se de que a história crítica era possível (...) Durante a segunda metade do século XVII, surgiu uma nova escola do pensamento histórico que, apesar do paradoxo contido na expressão, podia ser apelidada de historiografia cartesiana” (COLLINGWOOD, 1972, p. 105) [grifos meus].

verdadeiro que tem por critério ideias claras e distintas. Na *Lógica* de Port-royal, talvez a primeira resposta ao desafio, os autores concordavam que no estudo do passado não se chega às demonstrações e certezas geométrico-matemáticas<sup>155</sup>. Porém, a história produz discursos verdadeiros, apenas que seu estatuto de veracidade é outro. É quase um pleonasma, mas na *Lógica* temos que a verdade da história é uma verdade histórica.

Existe uma compreensão difusa de que Descartes privilegia as ciências naturais em relação às belas letras (diríamos humanidades). Mas, se avaliarmos a definição estrita de ciência que elaborou, veremos que só a metafísica, a matemática pura e a geometria atendem aos seus critérios. As ditas “ciências duras” como a física, a química ou a biologia (essa nem sempre tão dura assim) também não seriam ciências. Nenhum ramo da engenharia ou a própria medicina, com seu *background* empírico e experimental, se enquadrariam nos parâmetros científicos cartesianos. Porém, isso não significava que todas essas áreas do conhecimento e as humanidades não fossem saberes válidos e fundamentados — tanto que Descartes se dedicou ao estudo da anatomia<sup>156</sup>. O *penso logo sou*, era o princípio inabalável e a pedra angular de todo seu edifício filosófico; não ficou vetado que alguma certeza de outra ordem pudesse ser estabelecida. De um lado temos o intelecto, cuja substância se define como imaterial (pelo menos para fins metodológicos) e que é fundamento da certeza filosófica — é objeto de uma ciência. Do outro, temos o corpo pensado como máquina e enquanto tal é objeto da matemática aplicada e da mecânica — um campo de estudo como o da fisiologia, por exemplo, não seria propriamente uma ciência, mas era uma prática rigorosa, com base em evidências empíricas.

Na sua interface com a crítica, a história tem um fundamento de evidência material forte — a qual ela não se resume, mas que na modernidade irá se entender que a constitui. Mas esse seria um desdobramento posterior. Descartes não deu atenção aos estudos históricos e tampouco os colocou nos mesmos escaninhos das

---

<sup>155</sup> Se não foi a primeira resposta, é muito próxima das datas de publicação dos livros de Descartes e foi uma das repostas/desdobramentos que teve maior recepção.

<sup>156</sup> Para um estudo sobre como a teorização metafísica ajudou no processo de autonomia das ciências da natureza em relação a teologia ver (FORLIN, 2005).

ciências naturais. O saber histórico tem por base o relato de terceiros (os testemunhos). É *doxa*, opinião, não é *episteme*, conhecimento. Na perspectiva de Descartes, a leitura da história gerava ensinamentos, mas não diferente do que viagens e conversações em geral podiam também oferecer (DESCARTES, 2001). Alguns autores refutaram isso, ainda que a meio caminho. Sustentavam, por exemplo, que o saber histórico não era uma ciência capaz de produzir verdades claras e distintas, mas isso não a reduzia a opinião e não significava que não produzisse certezas.

Na edição do seu livro teste de 1692, Pierre Bayle questionava<sup>157</sup>: “as profundezas abstratas das matemáticas, dirão, dão grandes ideias da infinitude de Deus. Seja como for: há dúvidas que possa resultar um grande bem moral de um dicionário crítico?”<sup>158</sup> Com certeza havia. Se Descartes conferia pelo menos função pedagógica e moral para a história, alguns cartesianos foram mais realistas que o rei. O caráter fenomênico, particular e contingente da história levou alguns escritores a desconsiderá-la como um conhecimento digno de valor. Inclusive porque os eventos históricos por si só não explicariam sequer os fenômenos terrenos. Existia a crença de que por mais que as motivações de atos e ações pudessem ser explicados, o resultado dos processos escaparia das intenções dos indivíduos. Ao fim e ao cabo, a causa primeira por trás de todos os acontecimentos era a vontade divina e essa era insondável. Logo, a análise histórica não explicaria nada. Negava-se, nessa perspectiva, inclusive seu estatuto de fonte de ensinamentos práticos. Bernard Le Bouyer de Fontenelle (1657-1757) é um exemplo de posicionamento racionalista radical. Para ele “a história não oferece” nem mesmo “exemplos de virtude ou regras de conduta”<sup>159</sup>. Não poderia ensinar porque nada nela era permanente. O que se via

---

<sup>157</sup> Parece responder um argumento que virá na sequência, mas o texto de Fontenelle que utilizarei de contraponto é, embora eu não saiba a sua data exata, posterior ao ano de 1699, quando ele entrou para a Academia de Ciências da França.

<sup>158</sup> “*Les profondeurs abstraites des mathématiques, dira-t-on, donnent de grandes idées de l'infinité de Dieu. Soit: mais croit-on qu'il ne puisse pas résulter un grand bien moral d'un Dictionnaire Critique?*” (BAYLE, 1692, fl.35).

<sup>159</sup> “*L'histoire ne fournit pas (...) des exemples de vertu, ni des règles de conduite*” (FONTENELLE, 1729, p.07).



era o registro incessante de mudanças naquilo que dizia respeito aos assuntos humanos. Costumes, valores e opiniões se sucedendo sem parar.

Fontenelle concedia que a observação da natureza também revela uma variedade de efeitos que poderiam se prolongar indefinidamente. No entanto, todos esses efeitos seriam manifestações de leis invariáveis: “a física segue e desembaraça, tanto quanto possível, os vestígios da Inteligência e Sabedoria infinita que tudo criou; enquanto que a história tem por objeto os efeitos irregulares das paixões e caprichos do homem”. Os eventos históricos são tão bizarros que alguém poderia concluir que eles não são guiados senão por alguma divindade cega e insensata. A física, por seu turno, não contava como um saber de meras curiosidades (embora fosse também repleta de dados curiosos). Da observação das regularidades da natureza se pressupunha a existência suprema de um Ser racional. Para Fontenelle a física oferece “reflexões sublimes onde nos leva ao Autor do Universo”<sup>160</sup>. Esses argumentos estavam num prefácio em que se falava da utilidade da física e das matemáticas; como contrapartida se concluía a inutilidade da história devido a sua incapacidade de estabelecer certezas.

As justificativas que Bayle nos oferece são, de ponta a ponta, opostas ao que encontramos na apologia da física e das matemáticas de Fontenelle. Não exatamente porque discordasse das inconsistências inerentes aos assuntos humanos, são dele as palavras que seguem: “sendo o espírito humano capaz de todas as bizarrices imagináveis, nenhuma regra jamais será estabelecida a seu respeito que não sofra mil exceções”<sup>161</sup>. Em outro lugar escreveu: “Não sei se a natureza pode apresentar objeto mais estranho e difícil de desvendar, fazendo uso unicamente da razão, do que isso que nós chamamos de animal racional. Temos aqui um caos ainda mais confuso que

---

<sup>160</sup> “la physique suit & démêle, autant qu'il est possible, les traces de l'Intelligence & de la Sagesse infinie qui a tout produit, au lieu que l'histoire a pour objet les effets irreguliers des passions, & des caprices des hommes” (...) “réflexions où elle nous com duit sur l'Auteur de l'Univers” (FONTENELLE, 1729, p.7).

<sup>161</sup> “L'esprit humain étant capable de toutes les bizarreries imaginables, on ne posera jamais de reigle sur son sujet qui non souffre mille exceptions” (BAYLE, 1683, p. 410).

aquele dos poetas”<sup>162</sup>. De todo o modo, a crítica (pelo rigor que exige) e a história (pelos exemplos que oferece) seriam, conforme Bayle, repletas de ensinamentos e tinham plenas condições de estabelecer suas certezas. Além do mais, o estudo de sistemas geométricos até poderiam ser excelentes exercícios mentais, como a própria crítica o era. Porém, nos saberes matemáticos não são encontradas lições de moralidade ou edificação: “em vão alguém buscaria essas utilidades morais em um compendio de quintessências de álgebra”<sup>163</sup>.

Se voltarmos nossa atenção para o modo com que Bayle tratou o tema, encontraremos que não se poderia esperar da história uma certeza geométrica. No capítulo sobre a crítica, ficou registrado que Bayle entendia que o discurso científico produz a evidência do objeto e os meios de certeza sobre ele<sup>164</sup>. Depende de artifícios e convenções bem estabelecidas, porque cada saber tem procedimentos, objetos e critérios que lhes são próprios. Não cabe exigir da história um tipo de demonstração igual ao da matemática ou da física, e vice-versa. Essa ideia de que a história produziria uma certeza que é propriamente histórica é anterior aos trabalhos de Bayle; encontramos ela na *Lógica* de Port-Royal (1662).

A autoria da *Lógica* é atribuída a Antoine Arnauld e a Pierre Nicole; no livro são tipificadas duas modalidades de verdade. Uma que observa apenas a natureza das coisas e sua essência imutável – independentemente da existência material ou não dos objetos analisados. Outra, que observa as coisas existentes, especialmente aquelas humanas e contingentes – podendo essas coisas virem a se realizar ou não, quando se trata de projetar o futuro; e que podem ou não ter acontecido, quando se estuda o passado (ARNAULD; NICOLE, 1662). No subtítulo, a obra traz: *a arte de pensar*, porque entendiam a lógica como elenco de regras comuns (fórmulas)

---

<sup>162</sup> “Je ne sai si la nature peut présenter un objet plus étrange et plus difficile a démêler à la raison toute seule que ce que nous appellons un animal raisonnable. Il y a là un chaos plus embrouillé que celui des poëtes” (OD III, p. 343a).

<sup>163</sup> “En-vain chercherait-on ces utilitez morales dans un recueil de quintessences d'algebre” (BAYLE, 1692, fl. 34).

<sup>164</sup> repito a citação: “A ciência (...) produz, todos juntos, a evidência do objeto e a plena certeza da persuasão” [“la science (...) produit tout ensemble l'évidence de l'objet, & la pleine certitude de la persuasion” (BAYLE, 1702, p. 3.142).

destinadas a formar juízos — cada modalidade de verdade tinha as suas. Essa distinção, que é estabelecida na obra, nos permite colocá-la tanto na continuidade do cartesianismo como na posição de primeira resposta ao desafio cartesiano.

A continuidade se expressa no vocabulário que é mobilizado e nos assuntos que ocupam a maioria das páginas. O capítulo VIII da primeira parte, por exemplo, é sobre a clareza e distinção das ideias [*De la clarté et distinction des idées*]. Arnauld e Nicole, tratavam principalmente: da estrutura do entendimento (como nele se estabelecem relações entre coisas, ideias e palavras); dos conhecimentos fundamentados na evidência da razão e das ciências com possibilidades de demonstrações rigorosas (como a geometria). No entanto, os últimos capítulos são dedicados aos conhecimentos fundamentados na autoridade, sem que isso os colocasse como menos certos ou evidentes.

A ideia de que *o passado é um país estrangeiro*, como enuncia o título de um livro escrito por David Lowenthal, publicado na década de 1980, faz eco de premissas de Port-Royal sobre o conhecimento do passado. A evidência do passado tinha por fundamento “muitos e rigorosíssimos testemunhos”, conforme nos informa um pensador lusitano do século XVIII, o qual também repetia fundamentos retirados da *Lógica*. Essa modalidade de fundamentação que toma por base o relato de terceiros era entendida como uma evidência moral. Era por meio de evidências dessa natureza que se podia saber da existência de personagens de carne e osso, as quais não conhecemos pessoalmente. Era também dessa forma, para um europeu que jamais saiu do continente nem poderia ter imaginado a invenção de imagens por satélite, que se sabia da “existência da Índia, da América (...) e de muitas coisas desse gênero de que possuímos conhecimento pelo testemunho dos outros” (VERNEY, 2010, p. 371). Seria absurdo duvidar que existam outros territórios apenas porque nós mesmos não caminhamos por eles; bem como seria um contrassenso supor que só existem aquelas pessoas que nos foram pessoalmente apresentadas.

Na teoria do saber desenvolvida por Port-Royal, foi estabelecido duas vias possíveis para acreditar que algo é verdadeiro. Uma delas era o conhecimento que

adquirimos por nós mesmos ao procurar ou reconhecer, pelo raciocínio ou pelos sentidos, a veracidade de um dado – era o que Bayle chamava de verdade de direito. A outra via era “a autoridade das pessoas dignas de crença” [*l'autorité des personnes dignes de creance*] (ARNAULD; NICOLE, 1662, p. 432) – Bayle colocaria essa modalidade no leque das verdades de fato. Grande parte do tratado escrito por Nicole e Arnauld foi dedicado para os conhecimentos fundamentados na evidência da razão, tomando como estudos de caso as ciências com possibilidades de demonstrações rigorosas. Todavia, nos últimos capítulos do livro, os autores deram atenção a outra sorte de conhecimento, o qual estava fundamentado na autoridade. Nesse registro epistemológico foi colocado tudo aquilo de que só podemos ter notícia por meio do testemunho alheio; informações cuja evidência se constitui pela fé conferida a terceiros. Conforme a *Lógica*, o saber cuja justificação tinha suas raízes numa crença humanamente fundamentada gozava de um estatuto de certeza diverso, mas não inferior às verdades postuladas pelas demonstrações matemáticas. Para Nicole e Arnauld, seria loucura duvidar, por exemplo, da existência de um reino chamado Peru, do qual os espanhóis se fizeram senhores; ou considerar que César, Cícero, Pompeu e Virgílio jamais existiram, não passando de personagens fictícios ao modo das inventadas por novelas cavaleirescas [*comme ceux des Amadis*] (ARNAULD; NICOLE, 1662, p. 434).

Bayle não se restringiu a considerar que a história tinha um regime de certeza que lhe era própria, sustentava que a verdade histórica (que é uma verdade de fato) era mais consistente que a verdade matemático geométrica (modalidade de verdade de direito). “Certamente”, dizia ele, “que se considerará esses dois tipos de verdade conforme o gênero de certeza que lhes é próprio”<sup>165</sup>. No entanto, “me dirão, talvez, que o que parece o mais abstrato e o mais infrutífero nas matemáticas traz pelo menos essa vantagem de nos levar a verdades das quais não podemos duvidar”, enquanto que “as discussões históricas e pesquisas de fatos humanos sempre nos

---

<sup>165</sup> “bien entendu que l'on considérera ces deux sortes de véritez selon le genre de certitude qui leur est propre” (BAYLE, 1692, fl. 32).

deixam nas trevas, e sempre restam gérmenes de novas contestações”<sup>166</sup>. Argumentava em contrário: “sustento que as verdades históricas podem ser levadas a um grau de certeza mais indubitável do que aquele que as verdades geométricas alcançam”<sup>167</sup>. E ainda acrescentava: “com todo o respeito aos matemáticos, não é tão fácil para eles chegar à certeza de que necessitam, como o é aos historiadores chegar à **certeza que lhes é suficiente**”<sup>168</sup> [grifos meus]. As citações que seguem serão longas, porém, proveitosas:

Mas, no que diz respeito ao objeto dos matemáticos, não apenas é difícil provar que ele existe fora de nosso entendimento [*esprit*], como é muito fácil provar que ele só pode ser uma ideia de nossa alma. Com efeito, a ideia de um círculo quadrado fora de nós não parece mais impossível do que a ideia de um círculo do qual os geômetras nos dão tantas belas demonstrações; quero dizer de um círculo da circunferência do qual se pode traçar do centro tantas linhas retas quantos são os pontos da circunferência (...) em suma, o objeto dos matemáticos sendo pontos absolutamente indivisíveis, linhas sem largura ou profundidade, superfícies também sem profundidade, é bastante evidente que não pode existir fora da nossa imaginação. Desse modo, é metafisicamente mais certo que Cícero existiu fora do entendimento [*entendement*] de qualquer outro homem, do que é certo que o objeto dos matemáticos existe fora de nosso entendimento<sup>169</sup>.

A ênfase que Bayle dava a desconstrução das certezas lógicas e geométricas se devia mais a esse momento cartesiano, do que a uma implicância particular. De certo modo, para se filiar ou para se contrapor, quase todo o debate filosófico europeu de

---

<sup>166</sup> “On me dira, peut-être, que ce qui semble le plus abstrait & le plus infructueux dans les mathématiques apporte du moins cet avantage, qu'il nous conduit à des vérités dont on ne saurait douter” (...) “les discussions historiques, & les recherches des faits humains, nous laissent toujours dans les ténèbres, & toujours quelques semences de nouvelles contestations” (BAYLE, 1692, fl. 32).

<sup>167</sup> “Je soutiens que les vérités historiques peuvent être poussées à un degré de certitude plus indubitable, que ne l'est le degré de certitude à quoi l'on fait parvenir les vérités géométriques” (BAYLE, 1692, fl. 32).

<sup>168</sup> “D'ailleurs, n'en déplaise à Messieurs les mathématiciens, il ne leur est pas aussi aisé d'arriver à la certitude qu'il leur faut, qu'il est aisé aux historiens d'arriver à la certitude qui leur suffit” (BAYLE, 1692, fl. 34).

<sup>169</sup> “mais pour ce qui est de l'objet des mathématiques, il est non seulement très mal-aisé de prouver qu'il existe hors de notre esprit, il est encore fort aisé de prouver qu'il ne peut être qu'une idée de notre ame. En effet, l'existence d'un cercle carré hors de nous ne paraît gueres plus impossible, que l'existence hors de nous pareillement du cercle dont les géometres nous donnent tant de belles demonstrations; je veux dire d'un cercle de la circonférence duquel on puisse tirer au centre autant de lignes droites, qu'il y a de points dans la circonférence (...) En un mot, l'objet des mathématiques étant des points absolument indivisibles, des lignes sans largeur ni profondeur, des superficies sans profondeur, il est assez évident qu'il ne saurait exister hors de notre imagination. Ainsi, il est métaphysiquement plus certain, que Ciceron a existé hors de l'entendement de tout autre homme, qu'il n'est certain que l'objet des mathématiques existe hors de notre entendement” (BAYLE, 1692, fl. 34).

então girava em torno das ideias de Descartes. Basta ler Espinosa para perceber que uma obra não precisava ser cartesiana para que nela se percebesse as ressonâncias da gramática e da sintaxe do filósofo do *Discurso do método*. Bayle duvidava das teorizações sistemáticas em geral. Não duvidava delas como elaborações discursivas bem fundamentadas, mas desconfiava da efetividade da aplicação desses modelos para explicar as diferentes dimensões da vida efetiva de pessoas ou de sociedades. Por isso, quando pensava sobre política, apreciava mais Maquiavel (que teria, conforme seu juízo, se limitado a descrever como se comportam os governantes) do que Hobbes (que teria proposto qual o modelo ideal de governo).

Bayle, que classificava como medíocre o conhecimento matemático de Hobbes, concordava com aqueles que diziam que jamais alguém teria penetrado tão fundo os fundamentos da política quanto esse autor inglês (HOBBS<sub>1</sub>, rem. E). Porém, se “há quem acredite que, considerando apenas a teoria, seu sistema está muito bem articulado e consistente com as ideias que se pode formar a respeito de um Estado fortalecido contra os problemas”<sup>170</sup>, não se poderia perder de vista que mesmo “as ideias mais exatas [*justes*] estão sujeitas a milhares de inconvenientes quando se quer coloca-las em prática”<sup>171</sup>. Assim, perceber defeitos no sistema político hobbesiano no cotejo com a experiência, não era depor contra o autor, pois é o que aconteceria, via de regra, com todo e qualquer sistema. Um sistema contrário tampouco resistiria se colocado à prova. Os fenômenos humanos, conforme Bayle, não tem a estabilidade e a regularidade necessárias para uma sistematização lógica. Nenhuma teoria sobreviveria a essa “horível massa desordenada de paixões que reina entre os homens”<sup>172</sup>. Outra vez a citação será longa, mas terá a vantagem de apresentar, em um mesmo trecho, juízos sobre especulações da política e das matemáticas:

Faça-se como preferir, que se construam sistemas melhores do que a República de Platão, do que a Utopia de Morus, do que a República do Sol de Campanella, etc., todas essas belas ideias se mostrariam

<sup>170</sup> “Il y a des gens qui croient qu'à ne considérer que la théorie, son système est très bien lié, & très conforme aux idées qu'on se peut former d'un Etat bien affermi contre les troubles” (HOBBS<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>171</sup> “les plus justes idées sont sujettes à mille inconvénients quand on les veut réduire en pratique” (HOBBS<sub>1</sub>, rem. E).

<sup>172</sup> “horrible cohue de passions qui regne parmi les hommes” (HOBBS<sub>1</sub>, rem. E).

limitadas e defeituosas se as quiséssemos colocar em prática. As paixões humanas [*des hommes*], as quais nascem umas das outras numa variedade prodigiosa, logo arruinariam as esperanças que tivessem sido concebidas desses belos sistemas. Veja o que acontece quando os matemáticos querem aplicar à matéria suas especulações relativas aos pontos e linhas. Eles fazem o que querem com suas linhas e suas superfícies: é uma pura ideia de nosso entendimento [*esprit*], ela se deixa despojar de suas dimensões tanto quanto queiramos, e é por isso que nós demonstramos as mais belas coisas sobre a natureza do círculo e sobre a indivisibilidade infinita do contínuo. **Mas nada disso é suficiente quando aplicado a matéria que existe fora de nosso entendimento, matéria dura e impenetrável.** Eis uma imagem das paixões humanas comparada com as especulações de um homem que forma ideias de um governo perfeito<sup>173</sup> [grifos meus].

Os fatos históricos não seriam uma pura ideia de nosso entendimento. O ponto de articulação com a crítica está justamente no conjunto de matérias duras e impenetráveis de que fala na citação acima. São os vestígios (no caso de Bayle quase sempre textos, mas que poderiam ser de outros tipos) que testemunham essas realidades pretéritas. Não são essas realidades em si. Porém, para a história, basta que exista evidências aparentes dos eventos para ela supor que eles aconteceram. Não vale qualquer registro e nem todo registro servia para provar toda sorte de hipóteses, porém, cobrar da historiografia mais do que indícios seria descabido. Outra vez a carga se volta ao ceticismo radical:

nas disputas que surgem entre os historiadores para saber se um príncipe reinou antes ou depois de um outro, presume-se de cada lado que um fato tem toda realidade e toda existência, da qual ele é capaz fora de nosso entendimento, desde que não seja da natureza daqueles fatos que nos são reportados por Ariosto ou por algum outro contador de ficções.

---

<sup>173</sup> “*Qu'on fasse ce qu'on voudra, qu'on bâtisse des systèmes meilleurs que la République de Platon, que l'Utopie de Morus, que la République du Soleil de Campanella, etc. toutes ces belles idées se trouveraient courtes & défectueuses, dès qu'on les voudrait réduire en pratique. Les passions des hommes, qui naissent les unes des autres dans une variété prodigieuse, ruïneraient bientôt les espérances qu'on aurait conçues de ces beaux systèmes. Voiez ce qui arrive quand les mathématiciens veulent apliquer à la matière leurs apéculationes, touchant les points & les lignes. Ils font tout ce qu'ils veulent de leurs lignes et de leurs superficies: c'est une pure idée de notre esprit; elle se laisse dépouiller autant qu'il nous plaît de ses dimensions, & c'est pour cela que nous démontrons les plus belles choses du monde sur la nature du cercle, & sur la divisibilité infinie du continu. Mais tout cela se trouve court, quand on l'applique à la matière qui existe hors de notre esprit; matière dure & impénétrable. Voilà une image des passions humaines, comparées aux spéculations d'un homme qui se forme les idées d'un gouvernement parfait*” (HOBBS<sub>1</sub>, rem. E).

Nessas disputas ...

não se consideram as dificuldades das quais os pirrônicos se servem para colocar em dúvida se as coisas que nos parecem existir realmente existem fora do nosso entendimento [*esprit*] (...) seria negar o princípio comum das disputas, passando de um gênero de coisa para outro, demandar que fosse provado não somente que pareceu a toda a Europa que ocorreu uma sangrenta batalha em Seneffe no ano de 1674<sup>174</sup>, como também ter que provar que os objetos são, fora de nosso entendimento, tal como eles nos parecem. Portanto, estamos liberados das inoportunas chicanas que os cétricos chamam de *epoché* (...) assim, um fato histórico se encontra no mais alto grau de certeza que convém a ele logo que se possa encontrar sua existência aparente: pois não se demanda mais que isso para esse tipo de verdade<sup>175</sup>.

Era o estabelecimento de convenções protocolares do que seria ou não adequado. Os efeitos corrosivos de um ceticismo desregrado são deslocados para fora do campo historiográfico — na história deve ser colocado em dúvida ou exigido certeza daquilo que lhe diz respeito e que tem condições de responder. Mas essa era uma via de mão dupla. Quem escreve história também deveria abdicar de querer ser infalível naquelas coisas sobre o passado que não se poderia chegar à evidência ou que não serviriam senão para colocar mais lenha na *fogueira das vaidades confessionais*.

---

<sup>174</sup> Batalha do contexto de conflitos entre o reino da França e as Províncias Unidas. O lugar referido fica no atual território da Bélgica. Ficou célebre pelo morticínio de ambos os lados.

<sup>175</sup> “*Dans les disputes qui s'élevent entre les historiens, pour savoir si un certain Prince a régné avant ou après un autre, on suppose de chaque côté qu'un fait a toute la réalité, & toute l'existence, dont il est capable hors de notre entendement, pourvu qu'il ne soit pas de la nature de ceux qui sont rapportez par l'Arioste, ou par les autres conteurs de fictions (...) l'on n'a nul égard aux difficultez dont les pyrrhoniens se servent, pour faire douter si les choses, qui nous paraissent exister, existent réellement hors de notre esprit (...) serait nier le principe commun des disputans, & passer d'un genre de choses à un autre, que de demander que l'on prouvât, non seulement qu'il a paru à toute l'Europe qu'il se donna une sanglante Bataille à Senef l'an 1674; mais aussi que les objets sont tels hors de notre esprit, qu'ils nous paraissent. On est donc délivré des importunes chicaneries que les pyrrhoniens appellent moiens de l'époque (...) Ainsi un fait historique se trouve dans le plus haut degré de certitude, qui lui doit convenir, dès que l'on a pu trouver son existence apparente: car on ne demande que cela pour cette sorte de véritez*” (BAYLE, 1692, fl. 32 e 33).



## QUASE EPÍLOGO

“Outro tributo a um inimigo lembro nos últimos capítulos de *Seven Pillars of Wisdom*, de Lawrence; este exalta a coragem de um destacamento alemão e escreve as seguintes palavras: ‘Então, pela primeira vez nesta campanha, senti orgulho dos homens que mataram meus irmãos’. Para em seguida acrescentar: ‘*They were glorious*’” BORGES, sobre o pudor da história, 1952.

“O auge da glória para um historiador é fazer justiça a seus maiores inimigos. É um verdadeiro heroísmo. Tucídides é imortalizado por isso muito mais gloriosamente do que por todo o resto de sua história” BAYLE, 1720 [1697].

“A história, falando de modo geral, é a mais difícil de todas as composições que um autor pode empreender, ou uma das mais difíceis. Ela pede um homem<sup>1</sup> que tenha grande discernimento; um estilo nobre, claro e conciso [*serre*]; uma consciência reta, uma probidade completa, muitos materiais excelentes e a arte de bem organizá-los, & que tenha sobre todas as coisas a força para resistir aos instintos do zelo religioso, o qual convida a depreciar o que se julga falso e a adornar o que se julga verdadeiro” BAYLE, 1702.

### Uma impossível história perfeita

O que segue não respeita exatamente os critérios de uma conclusão, pois traz algumas passagens ainda não analisadas. O capítulo anterior ficaria demasiado extenso, e as próximas considerações não têm a extensão necessária para compor um novo. Porém, junto com recapitulações, propostas deixadas em aberto e últimas palavras, gostaria de destacar mais algumas das (im)possibilidades de escrever uma história verdadeira, tal como proposto em Pierre Bayle. Ao final, a título de desfecho,

---

<sup>1</sup> Novamente essa ênfase no sujeito masculino do conhecimento. Bayle flexiona o gênero, em alguns momentos, quando se refere a quem o lê, mas nunca ocorre quando pensa na figura de autoria historiográfica. Quem escreve história é sempre representado como homem. Isso não ocorre quando refere poetas e poetisas, tradutores e tradutoras, filósofos e filósofas; e assim por diante. No entanto, não há nenhuma mulher que figure nas suas páginas como autora de história.

serão retomados alguns pontos e especificados alguns dos objetivos e das premissas que orientaram esse estudo.

A última das citações, entre as demais que servem de epígrafe, sintetiza a ideia (ou ideal) de saber histórico que algumas vezes foi apresentada no DHC. O trecho está no início da nota de “REMOND<sub>2</sub>”, *Remarque D*. No verbete, temos expresso os termos que eram mobilizados, não só em Bayle, para definir no que consistia uma história perfeita<sup>2</sup>. Os critérios de discernimento, a catalogação e avaliação dos bons materiais, o modo de escrever e organizar; todas essas coisas foram temas desdobrados até aqui. O zelo religioso, como um problema historiográfico, foi enunciado no capítulo sobre o ceticismo, mas faltou comentar em maior detalhe como Bayle encaminhou essa questão. A imparcialidade é uma velha tópica, porém, era atualizada conforme as tensões que emergiam do conflito político-confessional de então. Era a proposição de um caminho historiográfico, para protestantes e católicos, *sine ira et studio*. Existiria um caminhante apto a perfazer um tal caminho?

A imparcialidade era uma condição para construção da verdade histórica. No primeiro prefácio do DHC, foi escrito que nas matérias que pedem juízo “a via dos preconceitos é enganosa”<sup>3</sup>. A apresentação dos prós e contras ia no sentido de solucionar os vieses autorais – mecanismo importante, mas que não era, por si, suficiente. Cassirer viu no imperativo bayliano de colocar as próprias crenças em

---

<sup>2</sup> Estou chamando de história perfeita uma história bem escrita (“estilo nobre, claro e conciso”) e que aquilo que o enredo narra é verdadeiro. Digo que esses termos são mobilizados não só por Bayle porque eles aparecem de forma muito semelhante na maioria, senão em todos, os tratados de escrita da história produzidos na época. O que fica particularizado no verbete “REMOND<sub>2</sub>” é uma atenção para a superação das inclinações especificamente confessionais. O termo “história perfeita” pode fazer lembrar a definição de La Popelinière. Mas “*histoire accomplie*”, que é a expressão que esse autor empregava, estaria mais para o sentido de “histórica completa”. A finalidade dessa definição tem desdobramentos muitos específicos em La Popelinière, ele estava fundamentalmente preocupado em apresentar os parâmetros pelos quais a história poderia adquirir aspectos de generalidade. Ou seja, história completa era aquela que ofereceria explicações de caráter filosófico, explicações de ordem mais geral (POPELINIÈRE, 1599). Não é bem essa capacidade de, a partir de um conjunto de eventos, produzir uma síntese explicativa que me interessa aqui. Um estudo comparativo entre esses dois autores poderia ser centrado em outro ponto. Para La Popelinière, que escreveu sobre as guerras de religião, “a história deve ajudar a compreender os problemas dos quais é contemporânea” (DOSSE, 2003, p. 57). Veremos que foi justamente a (im)possibilidade de fazer a história do que via como o principal evento de seu tempo que Bayle colocava em questão.

<sup>3</sup> “*la voye des prejuges est trompeuse*” (BAYLE, 1697, p. 5).

suspenso para apresentar os múltiplos pontos de vista, como o ato que “libertou em definitivo a histórias dos grilhões da fé e estabeleceu-a sobre fundações metodológicas autônomas” (CASSIRER, 1994, p. 280). A afirmativa, exceptuando-se que um único indivíduo e uma única obra não poderiam cumprir sozinhos uma tal tarefa, acerta nalgum ponto. Nos dois últimos capítulos foram apresentadas as estratégias argumentativas com que Bayle justificava que os trabalhos eruditos, críticos e históricos não fossem limitados por preceitos de moral, de política ou de religião<sup>4</sup>. Porém, a interpretação de Cassirer se perde na hipérbole: “Bayle foi o grande mestre da filosofia do Iluminismo, esboçou o seu ‘projeto de uma história universal desde uma perspectiva cosmopolita’, encarnando-a numa obra prima que é seu exemplo e modelo clássico” (CASSIRER, 1994, p. 281). Não digo que os textos de Bayle não ofereçam ocasião para esses exageros; ou que não tenham fornecido material para a auto imagem que a Ilustração veio a fazer de si mesma.

A ficção cosmopolita do Iluminismo, a qual é correlata da ficção universalista desse mesmo momento, conta com elementos que podemos encontrar também na ideia Seiscentista de República das Letras – dentre eles, o esforço de construção de um discurso que escapasse de condicionamentos políticos e confessionais. Ser verdadeiro é relacionado com não ser parcial, com estar acima das parcialidades. A imagem do sujeito do conhecimento que figura dessa perspectiva é de alguém que fale a respeito de tudo e sobre coisas de toda parte, mas que não seja de lugar nenhum. O DHC oferece repertório para a construção dessa imagem, mobilizando as palavras desinteresse, indiferença e imparcialidade como atributos constitutivos de um tal sujeito. Esses eram predicados prévios idealmente exigidos para toda investigação. Essas características aparecem de modo exemplar no verbete sobre o filósofo Anaxágoras, da antiga Jônia:

Ele se dedicou inteiramente à investigação da natureza, sem se envolver em nenhum assunto público. Isso o levou a ser questionado se não se importava com seu país. Sua resposta foi admirável: os filósofos cristãos não poderiam ter falado melhor. Sim, disse ele,

---

<sup>4</sup> Não porque se colocasse acima, mas porque não ofereceria riscos a essas esferas. De todo modo, não deixava ser uma busca por autonomia para os estudos científicos e das belas letras.

erguendo a mão em direção aos céus, tenho extremo zelo por minha pátria<sup>5</sup>.

No caso de Anaxágoras, a imparcialidade se expressava na figuração de alguém comprometido unicamente com o saber, para isso não se deixando afetar por outros interesses. A imparcialidade envolvia uma tomada (ou não tomada) de posição; ou melhor: um posicionamento, um compromisso exclusivo com a verdade. No verbete “USSON<sub>2</sub>”, a figuração da imparcialidade encontrava na caracterização de um historiador ideal seu modelo por excelência:

Insensível a todo resto, deve estar atento somente aos interesses da verdade, e a ela deve sacrificar o ressentimento de uma injúria, a lembrança de um benefício e o próprio amor à pátria. **Deve esquecer que é de um determinado país, que foi criado em determinada comunhão**, que deve sua fortuna a tal ou tal, que tais ou tais são seus amigos ou seus parentes. Um historiador enquanto tal é como Melquisedeque: sem pai, sem mãe e sem genealogia. Se lhe indagamos: de onde és? Ele deve responder: não sou francês, nem alemão, nem inglês, nem espanhol; sou habitante do mundo; não estou a serviço do imperador, nem a serviço do rei da França, mas apenas a serviço da verdade; ela é minha única rainha, só a ela fiz o juramento de obediência<sup>6</sup> [grifos meus].

O historiador apátrida é uma figura clássica da historiografia. Mas era a proposição de um dever ser. Como encontrar alguém sem qualquer laço de compromisso ou pertencimento? Quando Cassirer afirmou que o DHC fora modelo e exemplo de uma história cosmopolita, talvez estivesse colocando o livro em mais alta conta do que seu próprio autor. Nada, nos textos do dicionário, indica que o dicionarista tivesse encontrado alguém dotado de todos esses predicados — nem ele mesmo. Sem falar que tanto o retrato feito por Cassirer, quanto as velhas tópicas,

<sup>5</sup> “Il s'apliqua tout entier à la recherche de la nature, sans se mêler d'aucune affaire publique. Cela fit qu'on lui demanda, s'il ne se souciait aucunement de son país. Sa réponse fut admirable: les philosophes chrétiens ne pourroient pas mieux parler. Oui, dit-il, en levant la main vers les cieus, j'ai un soin extrême de ma patrie” (ANAXAGORAS<sub>2</sub>, txt.).

<sup>6</sup> “Isensible à tout le reste, il ne doit être attentif qu'aux intérêts de la vérité, et il doit sacrifier à cela le ressentiment d'une injure, le souvenir d'un bienfait, et l'amour même de la patrie. Il doit oublier qu'il est d'un certain País, qu'il a été élevé dans une certaine communion, qu'il est redevable de sa fortune à tels &c a tels, et que tels et tels sont ses parens, ou ses amis. Un historien entant que tel est comme Melchisedec, sans pere, sans mère, et sans généalogie. Si on lui demande, d'où êtes vous? il faut qu'il réponde, je ne suis ni français, ni allemand, ni anglais, ni aspagnol, je suis habitant du monde, je ne suis au service de l'empereur, ni au service du Roi de France, mais seulement au service de la verité; c'est ma seule reine, je n'ai prêté qu'à elle le serment d'obeissance” (USSON<sub>2</sub>, rem. F).

projetam um *ethos* heroico: “Bayle (...) é o apóstolo e a encarnação viva das virtudes propriamente históricas” (CASSIRER, 1994, p. 281); “assim seja (...) o historiador: sem medo” (LUCIANO, 2009, p. 71). Essas imagens elevadas do que a história deveria ser são encontradas em Bayle, mas não são as únicas. Insistir nelas seria esquecer o caráter variegado do seu dicionário; o nobre e o ordinário, o sério e o risível, tinham nele seu lugar.

Acompanhamos a complexa cadeia de argumentos éticos e epistemológicos que Bayle mobilizou para sustentar que tinha não só o direito como o dever de não ocultar crimes e obscenidades. Os sórdidos relatos que fizera da *pratique du congrès*, um assunto que destaquei no início do último capítulo, não eram senão reprodução de trechos que encontrava em peças jurídicas. Muitas delas, inclusive, inseridas em publicações de ampla circulação — como as que Vicent Tagereau e Laurent Bouchel deram à estampa. Mas a feitura do dicionário, importante não esquecer, respondia a demandas de venda do comércio livreiro. Não foram poucas as vezes que, como critério de seleção das matérias que inseriu, a justificativa que o autor nos apresenta era aquilo que entendia ser do interesse do público. O que não fica explícito a respeito do *congrès*, mas que todo(a) leitor(a) de então saberia, é que o tema ganhou particular repercussão em função do lugar social que alguns dos acusados de impotência sexual ocupavam.

Entre os casos de *pratique du congrès* mais famosos estavam aqueles que envolviam os nomes de Charles de Quellenec, de Etienne de Bray e do Marquês de Langey. O primeiro, fizera parte de um grupo de notáveis da nobreza protestante. O segundo, ocupara a função de conselheiro do rei e de intendente de finanças. O terceiro, como o título indica, era de estrato nobiliárquico. O caso Langey era o mais recente deles, se deu ali por volta de 1650. De acordo com a historiadora Claire Carlin, ele foi também o mais rumoroso (CARLIN, 2012). Todos eles, seja como for, causaram burburinho. Décadas depois, as maledicências de que foram alvo eram ainda bons artigos de fofoca. Numa das definições de La Moyne, vemos que na história não deve entrar nada que não seja grande e ilustre. Nela, bagatelas não tem

lugar (MOYNE, 1670, p. 133). Para evidenciar a distância entre esse preceito e as matérias contidas no DHC, bastaria dizer que nele encontramos a entrada: “QUELLENEC (Charles de)”.

O relato que Bayle fez sobre Quellenec não era apenas curioso, era também mórbido. O personagem fora acusado de impotência e submetido ao escrutínio da *pratique du congrès*. O processo, como dito, se tornou célebre. Outro evento que fez parte da sua vida diz respeito ao combate contra as facções católicas. Quellenec foi um dos milhares de assassinados durante os massacres de São Bartolomeu. Conta-se que seu corpo, exposto nu ao lado de outras vítimas em frente ao Louvre, teria sido objeto de curiosidade de damas da corte que iam até o local para examinar e rir do tamanho de sua genitália. Bayle não assume a veracidade de nenhum dos relatos, mas os reproduz; inclusive aqueles que diziam que a própria Rainha Mãe, Catarina de Médici, quis verificar se o processo contra Quellenec fora bem ou mal fundado (QUELLENEC<sub>1</sub>, txt).

Reproduzir testemunhos sem nem sempre ratificar a veracidade de seus conteúdos era uma forma de não se ver implicado nas histórias que contava. Sem falar que as peças de maledicência, aparentemente de interesse do público, não precisavam ficar de fora. Bastava especificar que era um “dizem que...”. Sobre o processo de Quellenec, por exemplo, Bayle justificava ter apenas consultado a seção S, no título *Separation*, do terceiro tomo do *La bibliothèque du droit français*, para dali retirar boa parte do material que alegou sobre o assunto (QUELLENEC<sub>2</sub>, txt). O DHC estava repleto de máximas perniciosas, mas seu autor não poderia ser responsabilizado por aquilo que pertencia a terceiros. Deveria ser estabelecida uma separação entre o historiador e o assunto de que trata: “aqueles que se darão ao trabalho de olhar para as margens deste Dicionário” — interpelava o público — “rogo para que se lembrem que as citações, as quais indiquei por um número, são as

que encontrei nos autores dos quais relato as passagens. Não me cabe responder por elas”<sup>7</sup>.

Não significa que o uso das citações se resumisse a um truque para não ser responsabilizado pelas coisas que reproduziu. Tudo que foi dito no terceiro capítulo é também válido. A citação era um meio de prova, dava lastro ao que Bayle alegava nas suas facetas de historiador e de comentador. Citar e, mais que isso, citar bem era uma regra de ouro da sua arte crítica: as palavras alegadas deveriam ser tais quais aquelas encontradas nas fontes e a referência bibliográfica tinha de ser o mais completa possível. O público tinha assim condições, se quisesse, de auditar as informações que lhe eram dadas. Apenas que, como dito desde a introdução, as elaborações éticas e epistemológicas de Bayle estavam implicadas também nos aspectos pragmáticos e miúdos do seu dia a dia como erudito e escritor. A compreensão desses elementos contextuais evidencia a coerência na articulação do sério e do anedótico.

No DHC, encontramos, por exemplo, o compromisso ético do historiador com a verdade colocado numa chave jocosa. No verbete sobre Jaques Bonfadius (historiador do século XVI), Bayle refere o trágico destino do personagem para fazer um comentário (que oscila entre a ironia e o deboche) sobre as chamadas leis da história — as quais remetiam ao *Do Orador*, de Cícero. Seu comentário diz respeito especialmente à seguinte tópica ciceroniana: “quem ignora que a primeira lei da história é não dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro?” (CÍCERO, *Do Orador*, II, 62). Pois, Bonfadius cometeu a imprudência de seguir essa lei e, por “ousar” escrever livremente acabou ofendendo poderosas famílias da sua cidade. Os inimigos de Bonfadius acabaram condenando-o à fogueira sob acusação de sodomia. Daí o seguinte trecho colocado no pé da página:

Nada mais excelente em teoria do que as ideias do legislador dos historiadores [Cícero]. Ele ordena não ousar dizer nada que seja falso,

---

<sup>7</sup> "Ceux, qui se donneront la peine de jeter les yeux sur les marges de ce Dictionnaire, sont priez de se souvenir que les citations, que j'ai fait marquer pour un chiffre, sont celles que j'ai trouvées dans les auteurs dont je raporte des passages. Ce n'est point à moi à repondre de celles-là" (BAYLE, 1702, p.xvii).

e ousar dizer tudo o que é verdadeiro. Mas essas são leis impraticáveis, como aquelas do Decálogo, tendo em conta a situação em que se encontra a raça humana. Se fosse permitido comparar coisas humanas e divinas, dir-se-ia que o legislador dos historiadores teria imitado o legislador dos judeus [Moisés]. Este, baseou suas leis sobre o estado do homem em sua inocência, e não sobre o estado do homem no pecado (...) Embora similares, vamos observar uma grande diferença entre essas leis. Somente uma perfeita sabedoria para viver de acordo com os mandamentos divinos; e seria uma loucura completa efetivar as leis da história. A vida eterna é resultado da obediência ao Decálogo; mas a morte terrena é a mais inevitável consequência da obediência ao legislador dos historiadores<sup>8</sup>.

Bayle ainda complementa, na mesma nota, que mais importante que as leis da história são as leis da prudência. E que se Jaques Bonfadius era inocente do crime de sodomia, foi responsável por sua imprudência de dizer a verdade. Nada mais distante, como podemos perceber, da figura do historiador sem medo. Recomenda que se um historiador fosse dizer algo que pudesse irritar alguma figura poderosa, melhor seria esperar que esta já tivesse morrido, bem como ter certeza que seus descendentes não pudessem se vingar. No clima de perseguição que caracterizou sua época, Bayle compreendia que para se livrar do calabouço, extradição ou da fogueira, alguém optasse por silenciar alguns fatos. Era o grande problema de escrever de forma independente sobre eventos recentes, pois o poder amedronta; pode banir ou matar (HAILLAN<sub>2</sub>, rem. E). Claro, o comentário guardava uma crítica cifrada à inexistência de espaços seguros para a livre exposição de ideias. A escrita de uma história verdadeira não dependia só da vontade do autor, precisava de condições políticas para a sua realização.

Desde seus primeiros anos no exílio, sua atividade letrada buscou construir um espaço seguro no qual o debate, sobre qualquer tema, não oferecesse risco a

---

<sup>8</sup> *“Rien n'est plus beau dans la théorie, que les idées du législateur des historiens: il leur commande de n'oser dire rien qui soit faux, & d'oser dire tout ce qui est vrai; mais ce sont des loix impraticables, tout comme celles du Décalogue dans l'état où le genre humain se trouve. S'il était permis de comparer les choses humaines avec les choses divines, l'on dirait que le législateur des historiens a imité le législateur des juifs: il s'est réglé sur l'état de l'homme innocent & non pas sur l'état de l'homme pécheur (...) Remarquons d'ailleurs une grande différence entre des loix si semblables. Il n'y a qu'une parfaite sagesse qui puisse accomplir le Décalogue; & il faudroit être d'une folie achevée, pour accomplir les loix de l'histoire. La vie éternelle est le fruit de l'obéissance au Décalogue; mais la mort temporelle est la suite presque inévitable de l'obéissance au législateur des historiens”* (BONFADIUS<sub>2</sub>, rem. D).



integridade física dos debatedores. Nas Províncias Unidas, num ambiente de relativa tolerância, teve condições de propor uma sociabilidade literária desprovida de censuras confessionais. Era esse o projeto de sua revista, um *locus* editorial onde essa liberdade pudesse se inscrever. Nas primeiras páginas do primeiro número de sua *Nouvelles de la république des lettres*, escreveu:

[As Províncias Unidas] têm ainda uma vantagem que não se encontra em nenhum outro país: é concedido aos impressores grande liberdade, o que faz com que, diante das dificuldades de se obter Privilégios, se recorram a eles de todas as partes da Europa (...) Nossas prensas são refúgio tanto de católicos como de protestantes (...) Essa digna liberdade de imprensa, confere, sem dúvida, formidável benefício ao propósito de fazer um periódico acadêmico<sup>9</sup>.

No seu periódico, foi onde tanto enunciou como colocou em prática suas concepções de história e de tolerância. Nas páginas do NRL, Bayle não se apresentou como historiador, mas como jornalista [*journaliste*]. No entanto, as funções guardavam identidade entre si. O primordial era ser um relator fiel dos materiais comentados sem “preconceitos ou malignidades”<sup>10</sup>. No seu periódico – e depois no DHC – estabeleceu os fundamentos de uma ética acadêmica que ainda hoje, se nem sempre na prática, pelo menos em teoria, valorizamos: “declaramos, primeiramente, que não pretendemos estabelecer qualquer preconceito ou a favor ou contra os autores”. Os homens de letras deveriam ser o oposto dos “senhores da congregação do índice” – o aparato censório da Inquisição – “nós exerceremos antes a função de relatores do que de juízes, e faremos resenhas fidedignas tanto de livros que nos são contrários como dos que nos são favoráveis”<sup>11</sup>. Não precisamos recorrer a hipérboles para reconhecer que Bayle se esforçou para tecer, no interior da cultura impressa de seu tempo, discursos que se afastassem de imposições confessionais: “não se trata de

---

<sup>9</sup> “Elle a même une avantage qui ne se trouve en aucun autre país; c'est qu'on y accorde aux imprimeurs une liberté d'une assez grande étenduë, pour faire qu'on s'adresse à eux de tous les endroits de l'Europe, quand on se voit rebuté par les difficultés d'obtenir un privilège (...) Nos presses sont le refuge des catholiques, aussi-bien que des reformez (...) Cette honnête liberté de imprimerie est sans doute un avantage très-favorable au dessein de faire un Journal des Savans” (BAYLE, 1966, p. 7b).

<sup>10</sup> “sans prévention, & sans aucune malignité” (BAYLE, 1966, p. 7b).

<sup>11</sup> “nous déclarons premièrement, que nous ne prétendons pas établir aucun préjugé ou pour, ou contre les auteurs (...) Nous ferons plutôt alors le métier de rapporteur que celui de juge, & nous ferons des extraits aussi fidèles, des livres qui seront contre nous, que de ceux qui seront pour nous” (BAYLE, 1966, p. 8a).

religião, se trata de ciência: devemos, portanto, pôr abaixo tudo que divide os homens em facções e considerar somente o ponto sob o qual eles se unem, que é sua qualidade de homens ilustres na República das Letras”. E complementa com uma fórmula que reunia sua paixão pela erudição e sua concepção tolerante de fé cristã: “sob esse aspecto todos os doutos devem se ver como irmãos” (BAYLE, 1966: 9a)<sup>12</sup>.

Eram projetos de uma prática e de uma sociabilidade letrada. A realização dependia dessas condições externas, mas também do compromisso individual de cada um. Aceitar esse compromisso era o primeiro passo, mas não o único, para se desfazer dos preconceitos — em especial, os de religião. Depois, viria uma série de operações retóricas, mentais e afetivas. Os procedimentos eram interligados, mas para que a análise seja possível é importante olhar para cada um deles separadamente.

A ausência do cuidado narrativo impede a realização de uma história perfeita. Esse elemento, que já foi destacado, versa sobre a ideia de que a história em forma tem gravidade, é verdadeira e bem escrita. O dizer a verdade dependia deste bem escrever<sup>13</sup>. O controle sobre a forma literária remete à tipologia dos estilos — a

---

<sup>12</sup> “Il ne s’agit point de religion; il s’agit de science: on doit donc mettre bas tous les termes qui divisent les hommes em différentes factions, & considerer seulement le point dans lequel ils se réunissent, qui est la qualité d’homme illustre dans la République des Lettres. En ce sens-là tous les savans se doivent regarder comme frères”.

<sup>13</sup> Aqui vale a pena destacar a utilização feita de Quintiliano, na qual Bayle parafraseia o orador romano para destacar, também para a história, a importância da união de elementos estilísticos e éticos: “o que foi dito sobre o orador é ainda mais necessário para o historiador: sua definição deve **ser vir bonus narrandi peritus, um homem honesto que sabe narrar os eventos**” [“Ce que l’on a dit de l’orateur est encore plus nécessaire à l’historien: sa définition doit être, **vir bonus narrandi peritus, un honnête homme qui sait narrer les événements**”] (REMOND<sub>2</sub>, rem. D). [grifos meus]. A frase de Quintiliano é: “*vir bonus dicendi peritus*” (Inst. Or. XII, I,1). É a ideia de um homem bom porque de bem e que é instruído na eloquência. Eu não poderia aqui ignorar a ênfase no “*vir*”, varão/homem como único sujeito possível da enunciação historiográfica. Por isso as historiadoras Mary Spongberg e Joan Scott defendem que não basta inserir as mulheres na história, mas que se trata de reformular a própria estrutura discursiva milenar na qual a disciplina ainda se fundamenta (SPONGBERG, 2002; SCOTT, 1995). As expressões *honnête homme*, em Bayle, e *vir bonus*, em Quintiliano, também são indicativos de que os discursos de saber têm suas raízes nas diferenciações sociais — estamentais no tempo de Bayle, e de classe não muito tempo depois. Sem falar dos aspectos raciais, e isso desde os primeiros momentos da modernidade, pois basta lembrar que na península Ibérica, para se firmar como *homem bom* ou fidalgo (filho de algo), existia a necessidade de comprovar a pureza de sangue para afastar qualquer suspeita de ancestralidade judaica — pejorativamente chamada de marrana. Cargos públicos, eclesiásticos e militares eram vedados aos possuidores de “sangue maculado” (sic), essa

prescrição retórica segundo à qual o gênero história tem que ser vazado no estilo médio. O uso de adjetivos impróprios poderia aumentar ou rebaixar o tema tratado; esse erro na modulação compromete a veracidade. Ou seja, não era apenas uma questão de um bom gosto decoroso. No quadro semântico racionalista — intensificado desde (e a partir de) Descartes — a comunicação média podia ser entendida como o modo apropriado de uma comunicação objetiva.

O historiador tinha de chegar à modulação adequada na qual vasaria seus enunciados, e esta modulação deveria causar os efeitos adequados na leitura. O primeiro passo é do escritor, mas leva em conta, desde o início, o público. “A vigilância do escritor”, escreveu Bayle, “permite prevenir do contágio da poética e da retórica”<sup>14</sup>. Já sabemos que não era desprezo pelo literário, e que a oratória e a poesia enriqueciam a composição historiográfica. Mas um texto de história não pode ser escrito do mesmo modo, com as mesmas figuras e com as mesmas intenções. A imaginação dever ser constricta, e os afetos que provoca menos intensos. Nada é suprimido, são sempre técnicas de controle.

Nenhum dos autores Seiscentistas que li nessa pesquisa acreditava ser possível que as palavras reproduzissem as próprias coisas. Daí a importância da técnica e do artifício para ser o mais exato possível, sem esquecer que esse rigor não era reflexo de coisas, mas resultado de procedimentos. Escrever história exige exercícios de controle narrativo. O modo adequado de compor enredos históricos era *sensément* — literalmente: sensatamente, de forma judiciosa (RAPIN, 1677). O relato histórico não deve exagerar e ao mesmo tempo não deve diminuir os objetos; por isso, solicita uma escrita precisa e judiciosa. Para René Rapin “escrever judiciosamente é ir direto ao cerne da matéria sobre a qual se escreve, seja ela qual for, sem se afastar ou se distrair no caminho”<sup>15</sup>.

---

ideia de mácula podia remeter também para descendências mouras, ciganas, indígenas e negras — especialmente nos territórios colonizados (SOUZA, 2008).

<sup>14</sup> “la vigilance de l'écrivain lui fait prévenir la contagion de la poétique et de la rhétorique” (OD III, p. 192a).

<sup>15</sup> “Écrire sensément, c'est aller droit au bout en quelque matière que se soit qu'on écrive, sans s'écarter ou s'amuser en chemin” (RAPIN, 1677, p. 7). Bayle mobilizava essa noção de escrita judiciosa a partir de

No que diz respeito aos processos mentais, Bayle falava muito da concentração e da diligência na hora da leitura. No capítulo sobre a crítica foi mencionada a importância de estar alerta, de ter cautela e de proceder com cuidado. A crítica, pelo cotejo minucioso que envolvia, era colocada como uma arte que exigia atenção, repetição e treino. Bayle a colocava no ramo das técnicas que ajudam a pensar melhor – como a lógica, a dialética e as operações matemáticas. Pensar racionalmente e praticar análises filológicas treinavam o intelecto para ser atento e rigoroso. Aqui fica explícito que a separação que fiz do que é técnico daquilo que é afetivo é meramente esquemática. O estar atento – bem como o olhar para si – se inscreve no manejo de um tempo que só é possível com equilíbrio emocional<sup>16</sup>. Perícia erudita e controle dos afetos estão imbricados na produção de uma calma necessários para que as questões possam ser analisadas de forma justa, exata e imparcial.

É patente a preocupação com os efeitos que a linguagem pode produzir no(a) leitor(a). Era uma preocupação típica da época. Os termos em que isso se deu guardam relação com a intensificação, cada vez crescente, da produção impressa desde inícios da Idade Moderna. No capítulo dois, onde situo o ceticismo de Bayle na relação com a situação editorial de sua época, buscava destacar isso. As artes, métodos, instruções de história eram tanto manuais de composição quanto de leitura – um *como se escreve*, mas também um *como se deve ler*. Vemos, em manuais de leitura e obras do tipo biblioteca, o(a) leitor(a) ser interpelado a realizar uma prévia assepsia dos afetos e das inclinações para poder realizar um juízo crítico das obras e dos autores. Adrian Baillet, antes de apresentar a lista de livros e dos comentários a respeito deles, inseriu um capítulo metodológico que versa sobre todos os juízos

---

Rapin, no DHC, inclusive, foram citados esses mesmos trechos que reproduzo. Porém, não é referenciado exatamente o mesmo título e paginação que pude consultar. Para a citação que Bayle fez ver (MARIANA<sub>1</sub>, rem. D).

<sup>16</sup> Sobre o estilo de Tácito, Bayle dizia que: “sua maneira de escrever demandava muito tempo; em toda ela percebemos o esforço, a meditação, a lima, o estudo, a *festina lente*” [“*sa manière d'écrire demandait beaucoup de tems; tout y sent la peine, la méditation, la lime, l'étude, le festina lente*”] (TACITE<sub>1</sub>, rem. H). O termo no final dessa sentença é um oxímoro latino: algo como apressa-te devagar; estabelece uma diferença entre ser rápido e ter pressa. No caso, queria dizer que por mais ágil que fosse o raciocínio e execução do trabalho, a natureza da composição exige certo vagar.

prévios que devem ser evitados na leitura de qualquer obra que seja (BAILLET, 1722).

A ideia de um historiador ideal tem como correlata a ideia de um leitor ideal. Sem falar que o historiador, ele mesmo, é um tipo especial de leitor (NICOLAZZI, 2013). Em alguns momentos, o texto bayliano procura nos persuadir de que seu autor corresponde à imagem de um *lecteur accompli* – para parafrasear Rapin que, no final do seu manual, expressava esperança no surgimento de um *historien accompli* (RAPIN, 1677, p. 149). Temos o exemplo disso quando ele conta do modo que procedeu a leitura do *Histoire du calvinisme* (modelo de escrita parcial): “de minha parte, que dificilmente me deixo afetar, não senti a menor tentação de cólera enquanto lia este livro. Li-o, de uma ponta a outra, com frieza”. Não abria mão, obviamente, de marcar seu estilo provocativo: “se, algumas vezes, abandonei essa frieza foi somente por piedade, ou para rir dos acessos de raiva do Sr. Maimbourg”<sup>17</sup>. Esse leitor objetivo e imparcial demandava uma história, também ela, objetiva e imparcial.

De acordo com Benedetto Bravo, é sabido que o ideal de um conhecimento e de uma escrita objetiva da história teve sua gênese no interior da república literária Seiscentista (BRAVO, 2006). Por objetividade, provavelmente, o estudioso italiano entenda a aspiração a um conhecimento que não tenha, tanto quanto possível, traços psicológicos ou subjetivos do observador – ou que, pelo menos, não dependa desses traços para sua legitimidade. Bayle, como já vimos, fazia uso de outras categorias de acribia: “história exata” ou “escrever/noticiar de forma exata”<sup>18</sup>. Não encontramos o registro da palavra objetividade, mas com essas categorias das quais fez uso estava falando da descrição de objetos feita, idealmente, a partir da suspensão das

---

<sup>17</sup> “Pour moi qui suis difficile à émouvoir, je n’ai point senti la moindre tentation de colere en lisant ce livre. Je l’ai lu d’un bout à l’autre avec un sens froid (...) & si je sortais quelquefois de ce sens froid, c’étoit seulement, ou pour avoir pitié, ou pour rire des emportemens de Mr. Maimbourg” (O.D. II, p. 8a).

<sup>18</sup> “écrire”/“raporter exactement”; “une histoire exacte”.

preconcepções, fantasias, gostos, afetos e desejos do(a) escritor(a): “para compor a história é necessário estar vazio de toda paixão”<sup>19</sup>.

A identificação de um certo gosto da época, como mencionado anteriormente, no qual se esperaria reinar a exatidão na história, versava sobre o tema da imparcialidade também. Um relato acurado dependia de um escritor desapassionado. No *Instructions pour l'histoire*, está registrado que: “não se acredita mais um historiador assim que o cremos predisposto de alguma paixão”<sup>20</sup>. No *Critique générale* (1682), o mote é parafraseado: “um historiador passional dificilmente é crível”<sup>21</sup>. No verbete “TIMÉE<sub>2</sub>”, é dito que uma história feita por um escritor parcial e apaixonado nunca pode ser boa, mesmo quando ela possua todos os outros atributos que são necessários a um historiador (TIMÉE<sub>2</sub>, rem. L).

Um historiador sem genealogia nem pátria, como o que era imaginado em “USSON<sub>2</sub>”, não é possível. Todo mundo nasceu em algum lugar e de alguém – e ainda que seja exilado ou renegado pela família, isso produzirá alguma perspectiva do lugar de que veio ou daquele no qual foi parar. Mas o desenraizamento ali falado não era literal. O que estava sendo dito é que quem assume o compromisso de escrever história tem de escrever como se não tivesse esses laços. Era um retrato um tanto heroico, como se disse. Falava de uma coragem de, eventualmente, enfrentar animosidades contra si. Hostilidades, que no limite, poderiam vir de toda parte, uma vez que: “a perfeição de uma história é ser desagradável para todas as seitas e todas as nações”<sup>22</sup>. Mas alcançar essa posição imparcial exigia também combates internos. Conseguir identificar quais são suas inclinações pessoais, bem como impedir que elas interfiram no seu juízo: “esse espírito judicioso, esse caráter sábio que demanda a história, é uma forma de atenção sobre si mesmo”<sup>23</sup>.

<sup>19</sup> “Pour composer une histoire il faut être vuide de toute passion” (CAPRIATA<sub>3</sub>, rem. C).

<sup>20</sup> “On ne croit plus un historien dès qu'on le croit prévenu de quelque passion” (RAPIN, 1677, p. 125).

<sup>21</sup> “un historien passionné n'est guère croyable” (OD II, 11b).

<sup>22</sup> “La perfection d'une histoire est d'être désagréable à toutes les sectes et à toutes les nations” (BAYLE, 1702, p. 3.167).

<sup>23</sup> “cet esprit sensé, ce caractere sage, que demande l'histoire, est une manière d'attention sur soy-mesme” (RAPIN, 1677, p. 08).

O indivíduo deve: “observar-se mais de perto a fim de se precaver das irrupções do hábito”<sup>24</sup>. Quando não se está vigilante é que as inclinações de cada temperamento se manifestam. Exame e exercício, que é o que se está prescrevendo aqui, não por acaso, são também termos de práticas espirituais-religiosas. O fiel que não examina sua consciência não se percebe em pecado. O autor que não para e olha para si, tampouco se percebe equivocado. Aqueles que escrevem sob efeito de suas paixões tem como resultado ...

não saber [*connaître*] que estão errados, porque não há pessoas mais incapazes de reconhecer [*connaître*] os defeitos de sua facção, bem como as qualidades que podem ser encontrados n’outro partido, do que aquelas que são arrastadas por um zelo ardente, por uma viva cólera e por forte inquietação<sup>25</sup>.

A principal coisa que um historiador deveria fazer “era um bom exame de consciência”. Deve se perguntar: “terei força para nada conceder à minha paixão, ao meu zelo, ao meu ressentimento aos interesses da minha causa e jamais mentir a favor de tantos assuntos aos quais sou tão sensível?”<sup>26</sup> A prescrição era para que cada indivíduo, a cada vez que cogitasse escrever a história de um tema ou evento, realizasse esse balanço das suas condições de isenção. No entanto, essas reflexões não eram uma solução para todos os males da parcialidade. A atenção sobre si é indispensável, mas inclusive ela tem seus limites: “um historiador não saberia estar suficientemente em guarda, dificilmente pode escapar das armadilhas da prevenção”<sup>27</sup>. Algum juízo prévio sempre restará.

A construção do olhar distanciado é sempre difícil – e nunca absoluto. Ter atenção sobre si era importante, bem como era essencial que a história não fosse escrita por nenhuma das partes envolvidas. Sobre a história da Reforma:

<sup>24</sup> “s’observe de plus près afin de se bien précautionner contre l’irruption de l’habitude” (OD III, p. 192 a)

<sup>25</sup> “ne pas connaître qu’ils ont tort; car il n’y a point de gens plus incapables de connaître les défauts de leur faction, & le bien qui se peut trouver dans l’autre parti, que ceux qui sont transportez d’un zèle ardent & d’une vive colère, & sous les liens d’une forte préoccupation” (EPPENDORF<sub>2</sub>, rem. C).

<sup>26</sup> “était un bon examen de conscience(...) aurai-je la force de ne rien donner à ma passion, à mon zèle, à mon ressentiment, aux interets de ma cause, & de ne jamais mentir en faveur de tant de sujets à quoi je suis si sensible?” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>27</sup> “Un historien ne sçaurait être trop sur ses gardes, il ne peut presque pas s’échaper des pieges de la prévention” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

Conheço pessoas que gostariam de histórias desta importante Revolução que não fossem compostas nem por um católico romano, nem por um protestante. Imaginam que o interesse de partido e do zelo por sua própria causa, e ainda mais o ódio pela outra religião, induzem um escritor a exagerar, ou a suprimir, ou a atenuar, ou a disfarçar as coisas conforme elas possam servir ou prejudicar a honra de seu partido<sup>28</sup>.

Para pensar uma historiografia neutra da Reforma, não teremos uma ficção teórica com habitantes vindos da lua. Porém, outra vez, Bayle é criativo. Uma solução possível poderia ser a perspectiva de historiadores viajantes do tempo. Seria interessante “que um Tucídides ou um Tito-Lívio” pudessem nos dar essa história:

Deseja-se a pluma desses ilustres autores não tanto pela eloquência e bom senso deles, quanto porque eram pagãos e poderiam ter sido neutros entre as diversas seitas do cristianismo, de modo que teriam descrito sem prevenção e sem parcialidade o bom e o mau da conduta dos papistas, dos luteranos e dos calvinistas<sup>29</sup>.

Mas inclusive essa solução logo mostra seus limites. Repetidas vezes, ao longo do DHC, o catolicismo é aproximado de práticas e modalidades de crenças pagãs. Na hipótese de um Tucídides ou de um Tito-lívio escrever a história das diferentes confissões cristãs, outra vez remete a essa aproximação. Polemiza ao mesmo tempo que, novamente, ressalta a impossibilidade de imparcialidade diante desses eventos de seu tempo: “não sei se eles” – Lívio e Tucídides – “teriam podido se manter numa perfeita neutralidade; pois como o papado está mais conforme com o paganismo do que a religião protestante, poderiam ter uma opinião tendenciosa contra Lutero e Calvino”<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> “Je conais des gens qui souhaiteraient des histoires de cette importante Révolution qui n'eussent été composées, ni par un catholique romain, ni par un protestant. Ils s'imaginent que l'intérêt de parti, et le zèle pour sa propre cause, et plus encore la haine pour l'autre religion, engagent un écrivain à exagérer, ou à supprimer, ou à exténuer, ou à déguiser les choses selon qu'elles peuvent servir ou nuire à l'honneur de son parti” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>29</sup> “On souhaiterait la plume de ces illustres auteurs, non pas tant à cause de leur éloquence et de leur bon sens, qu'à cause qu'ils étaient paiens, et qu'ils auraient pu être neutres entre les diverses sectes du christianisme, desorte qu'ils eussent décrit sans prevention et sans partialité le mal et le bien de la conduite des papistes, des luthériens, et des calvinistes” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>30</sup> “Mais je ne sçai s'ils auraient pu se tenir dans une parfaite neutralité; car comme le papisme est plus conforme au paganisme que la religion protestante, ils auraient pu se laisser préoccuper contre Luther et Calvin” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).



Pierre Bayle circunscreve uma geometria enunciativa, na qual a posição do enunciador — em relação aos seus afetos, aos seus valores e aos eventos — qualificava a acurácia, a precisão, a correção e a justeza do que era dito. O ponto zero dessa narrativa não era, como vemos, mais do que uma abstração. Não seria humanamente possível estar alojado em alguma espécie de perspectiva completamente neutra. Entre dois pontos, não seria suficiente estar situado num terceiro: “não basta ser de um país neutro entre a França e a Espanha, durante as guerras dessas duas coroas (...) por seu próprio temperamento um particular nutrirá mais amizade por uma nação estrangeira do que pela outra”<sup>31</sup>. As prevenções individuais não somem nem mesmo quando a história é distante no tempo e no espaço:

suponha que um homem de nosso século faça a história de um rei das Índias, morto e destronado duzentos ou trezentos anos atrás, você acreditará que nenhum interesse o leva a usar de má fé. Entretanto, se ele é um homem inimigo da monarquia e que aprova a rebelião dos súditos, ele procurará mil subterfúgios e mil disfarces para tornar odiosa a memória desse monarca e para justificar as guerras civis que o derrubaram do trono. Um historiador inimigo das rebeliões faria tudo o oposto deste<sup>32</sup>.

Sobre o historiador: “há formas de governo, há máximas de moral e de política das quais gosta ou não gosta. Esse preconceito o leva a privilegiar um partido em detrimento do outro, mesmo que faça a história de um povo antigo ou de um país distante”<sup>33</sup>. Se a história antiga contada por um moderno teria vieses, se nem um Tito Lívio, dado uma certa conformação geral que constitui cada particular, conseguiria escrever uma história imparcial de católicos e protestantes, o que não

---

<sup>31</sup> “Il ne suffit pas d'être d'un país qui a été neutre entre la France & l'Espagne, pendant les guerres de ces deux couronnes(...) par son propre tempérament un particulier concevra plus d'amitié pour une nation étrangere que pour une autre” (CAPRIATA<sub>3</sub>, rem. C)

<sup>32</sup> “supposez qu'un homme de notre siècle fasse l'histoire d'un Roi des Indes mort déthrôné depuis deux ou trois cens ans, vous croirez qu'aucun intéret ne le pousse à user de mauvaise foi: cependant, si c'est un homme ennemi de la monarchie, et aprobateur des rebellions des sujets, il cherchera mille détours et mille déguisemens pour rendre odieuse la mémoire de ce monarque, et pour justifier les guerres civiles qui le renversèrent du thrône. Un historien ennemi des rebellions prendrait tout le contrepied de celui-là” (REMOND, rem. D).

<sup>33</sup> “Il y a des formes de gourvenement, il y a des maximes de morale & de politique, qui lui plaisent ou qui lui déplaisent. Ce préjugé le porte à favoriser un parti plutôt que un autre, lors même qu'il fait l'histoire d'un ancien peuple, ou d'un país éloigné” (REMOND, rem. D).

temer de alguém que quisesse contar, no seu tempo, sobre a Reforma e as Guerras de Religião? (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

Se Bayle não perdia a oportunidade de provocar seus rivais católicos, tampouco alegava que uma história feita por seus irmãos protestantes alcançaria execução mais perfeita:

Também acredito que seria bom aconselhar um zeloso huguenote de nunca empreender nem a história do calvinismo, nem a do luteranismo, nem aquela do Édito de Nantes, nem alguma outra dessa natureza. Deve ser dito: tendes o coração ferido, conheceis o ódio pelos perseguidores, estais consumido de um zelo ardente por vossa causa, não nos daria uma história, mas escritos de advogado<sup>34</sup>.

Embora o seu ceticismo não fosse uma identidade, as vezes Bayle chegava em pontos nos quais a dúvida permanecia intransponível. As ferramentas e critérios da crítica, as técnicas narrativas e descritivas, o exame de consciência, a apresentação de diferentes pontos de vista, o procurar ser imparcial, eram todos procedimentos para alcançar maior certeza histórica. Eram características objetivamente identificáveis. A partir delas era legítimo diferenciar a boa e a má história, o bom e o mau historiador. Conferir graus de certeza, identificar equívocos e rechaçar falsificações. Mas o historiador ideal, tal como descrito nos notas de “REMOND<sub>2</sub>” e de “USSON<sub>2</sub>”, Bayle nunca o considerou como uma realização factível:

Não pretendo que seja fácil compor uma história que represente com igual sinceridade os descuidos e a prudência, o errado e o correto, as perdas e os benefícios, de ambas as partes. **Seria necessário ser o homem sem paixões** ou o homem sábio dos estoicos, **aquele homem que nunca se encontrará, e que apenas permanece enquanto ideia**<sup>35</sup> [grifos meus].

---

<sup>34</sup> “Je croi aussi que l'on serait bien de conseiller à un zélé huguenot de n'entreprendre jamais ni l'histoire du calvinisme, ni celle du luthéranisme, ni celle de l'Edit de Nantes, ni aucune autre de cette nature. Vous avez le cœur ulcéré, lui devrait-on dire, vous avez conçu de la haine pour les persécuteurs, vous êtes rongé d'un zèle ardent pour votre cause, vous nous donneriez, non pas une histoire, mais des écritures d'avocat (...) Travaillez donc à quelque autre livre, si vous voulez que votre plume soit employée au bien du public” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

<sup>35</sup> “Je ne prétens pas qu'il soit facile composer une histoire qui représente avec une égale sincérité les fautes et la prudence, le tort et le droit, les pertes et les avantages, des deux partis. Il faudrait être l'homme sans passions ou le sage des stoïques, cet homme qu'on ne trouvera jamais, & qui ne subsiste qu'en idée” (CAPRIATA<sub>3</sub>, rem. C).

Nos temas religiosos, inclusive, um historiador imparcial talvez nem fosse bem recebido. A páginas do DHC figuram a imagem de um público, também ele, parcial e apaixonado:

Todos aqueles que num relato de viagem ou na história de um povo contam coisas gloriosas a sua pátria e a sua religião, e vergonhosas aos estrangeiros e às outras religiões, desagradam profundamente os leitores que não têm os mesmos preconceitos que eles<sup>36</sup>.

E noutro lugar escreveu:

Se um autor pudesse chegar a superar todos os obstáculos, as armadilhas e surpresas de suas paixões, os preconceitos da infância, as opiniões preconcebidas, a inclinação que tomou antes de se comprometer a fazer uma história; em suma, se escrevesse sinceramente o bem e o mal de cada partido, sem pender para nenhum lado, encontraria leitores suficientemente equânimes para lhe render a justiça que merece?<sup>37</sup>

Naquele que era visto como grande tema histórico de sua época, não lhe parecia que seria o caso de algum historiador — ou mesmo leitor(a) — alcançar um olhar distanciado e atenuador das paixões. Uma perfeita história da religião, no singular e definitiva, bem escrita e verdadeira, ao que parecia, era impossível de ser contada. Não por acaso seu conselho fora: “trabalhai, portanto, em qualquer outro livro” — que não um de história — “se quereis que vossa pluma seja empregada para o bem público”<sup>38</sup>. Ou poderia ser o caso de aguardar a chegada dos habitantes vindos da lua.

---

<sup>36</sup> “Tous ceux qui dans une relation de voiage, ou dans l'histoire d'un peuple rapportent des choses glorieuses à leur patrie, & à leur religion, & honteuses aux étrangers et aux autres religions, chagrinent cruellement les lecteurs qui n'ont pas les mêmes préjugés qu'eux” (BAYLE, 1702, p. 3.167).

<sup>37</sup> “si un auteur pouvait parvenir à surmonter tous les obstacles, les pièges et les surprises de ses passions, les préjugés de l'enfance, les opinions préconçues, le pli qu'il a pris avant que de s'engager à faire une histoire; si enfin il écrivait sincèrement le bien & le mal de chaque parti, sans pancher d'aucun côté, trouverait-il des lecteurs assez équitables pour lui rendre la justice qui lui est due?” (CAPRIATA<sub>3</sub>, rem. C).

<sup>38</sup> “Travaillez donc à quelque autre livre, si vous voulez que votre plume soit employée au bien du public” (REMOND<sub>2</sub>, rem. D).

## Por fim, epílogo

“No trabalho histórico, é preciso exercer um ‘ceticismo sistemático a respeito de todos os universais antropológicos” VEYNE, a respeito da história feita por Michel Foucault.

Quando Pierre Bayle decidiu, junto com seu impressor e livreiro, dar início às atividades para a publicação de um dicionário histórico, sabia que o trabalho de erudição seria árduo. Porém, a perspectiva que tinha no horizonte era tão banal quanto a de qualquer outro que, na época, tivesse se engajado em projeto semelhante. Estes não foram poucos, isso porque, no mercado livreiro de então, os materiais de referência tinham forte apelo comercial. O resultado, no final das contas, foi completamente diverso de tudo que se tinha publicado até então. Para isso, um conjunto de fatores interferiu – contingências das disputas editoriais, identificação de demandas do público, interesses e disposições do autor, foram alguns deles. Em diferentes momentos, rotas tiveram que ser recalculadas. Para o bem ou para o mal, no que concerne a sua recepção, o *Dictionnaire historique et critique* se constituiu numa peça *sui generis*.

Esse caráter único que a obra tem foi ressaltado por quem a leu, no passado e no presente, vendo-se nisso encanto ou enfado. Isso não foi motivo para que, nesse estudo, se contribuísse para a naturalização da originalidade como um valor literário intrínseco. Até porque não corresponderia aos critérios e padrões de avaliação daquele momento. Se Reinier Leers tivesse recebido a licença de publicação que pleiteou, o mais provável é que sua parceria com Bayle levasse a publicações muito semelhantes às reedições corrigidas e suplementadas do dicionário de Moreri. Não foi o que aconteceu. É uma constatação material que o leiaute e a distribuição dos textos do DHC lhe são peculiares, ainda que inovar não tenha sido uma premissa colocada de antemão.

Não seria exato dizer, apesar disso, que no tempo de Bayle as pessoas fossem indiferentes à inovação. Desmaizeaux afirmou, em sentido elogioso, que o DHC era uma obra de referência de espécie nova e singular. Originalidade e gênio são termos que, no Seiscentos, não tinham a mesma significação e centralidade que, na crítica artística e literária, passaram a ter desde o Romantismo (HANSEN, 2006). Porém, a contraposição feita entre os modos de composição de Crisipo e de Epicuro evidencia que o tema da imitação e da criação era, no mínimo, um debate. A citação e o registro das referências consultadas não se reduziam a modalidades de comprovação crítica e histórica. Bayle também abordava os critérios de referenciação para discutir que formas de apropriação configuravam ou não plágio. Essa foi uma dimensão que não tive tempo de explorar nessa pesquisa, mas que valeria a pena ser retomada em estudos futuros. Contudo, alguns pontos restam incontroversos. Por certo, quando Bayle condenava o *plagiat*, o *plagiarisme* e os *plagiaires*, não o fazia nos termos de propriedade intelectual estabelecidas por *copyright* e direitos autorais.

Não quis avaliar os diferentes discursos produzidos no século XVII centro europeu, unicamente, a partir de categorias atuais, mas exteriores a eles. A primeira legibilidade que receberam foi um parâmetro central no estudo que realizei. Mas nem sempre fiquei restrito ao primeiro momento de produção e consumos dos textos de Pierre Bayle. Nossos parâmetros de pensar e produzir historiografia são diversos daqueles presentes nos enunciados Seiscentistas. Essa distância é algo inclusive constatado nesse estudo. Ao mesmo tempo, Pierre Bayle e seus textos ainda são, aqui e ali, retomados para pensar questões historiográficas contemporâneas. Marc Bloch, por exemplo, o evocou em alguns momentos de sua *Apologia da história* como um interlocutor, um colega de ofício. Enunciei, parcialmente, esse problema na introdução. Me refiro aos diferentes empregos, sentidos e práticas que a palavra história designou ao longo do tempo. Questionei até que ponto, sob um nome que não mudou, seria legítimo supor uma linha de continuidade que, numa versão ocidentalizada, parte dos gregos e chega até o modo como hoje entendemos e

produzimos história<sup>39</sup>. As descontinuidades não são poucas. Não obstante, trata-se de um nome que se perpetuou.

O ofício historiográfico acadêmico, em linhas gerais, tal como o concebemos e praticamos, é de matriz oitocentista europeu. Não obstante, eu não poderia tratar a palavra história do mesmo modo que uma categoria como “Barroco”, afirmando que ela nunca existiu no próprio tempo que o termo classifica. Não pode ser dito que a história, como a entendemos, é Ranke; não no sentido que se diz que o Barroco é Wölfflin (HANSEN, 2006). Além do mais, supor que o que se chamou de história ciência instaurou pela primeira vez critérios de crítica e objetividade menos do que evitar anacronismos, sedimentaria “esquecimentos provocados por uma memória disciplinar” (TURIN, 2007).

Por esses motivos, embora estudando um autor calvinista, alguns pecados não puderam ser de todo evitados. Para Lucien Febvre, uma grande tarefa a ser realizada seria estabelecer a série de precauções e prescrições a serem observadas para não cair no “pecado dos pecados – o pecado entre todos imperdoável: o anacronismo” (FEBVRE, 2009, p. 33). Uma ascese excessiva, contudo, não permitiria explicitar as motivações iniciais que levaram ao início dessa pesquisa. A primeira leitura do DHC me interpelou justamente pelas semelhanças que, de forma dedutiva e ainda acrítica, estabeleci entre o rigor no tratamento das fontes, ali empregado, e a metodologia que muitas vezes é a nossa. Foi primeiro o efeito de contemporaneidade do que a historicização do objeto que me aproximou dele<sup>40</sup>. Sem falar no apelo que a defesa da tolerância, da laicidade e da livre circulação de ideias feita por Bayle pode ter na atualidade. Nesse ponto, inclusive, negar revisitar seus textos para um diálogo com o presente seria desprezar um rico acervo para pensar os fundamentos de uma religiosidade ética e de uma laicidade não antirreligiosa.

---

<sup>39</sup> Bloch, já que o mencionei, embora fizesse uma aproximação da perspectiva científica da história com o século XVII, traçava uma distância com a Antiguidade: “a palavra história é antiquíssima”, porém, “mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escrevia Hecateu de Mileto” (BLOCH, 2002, p. 51).

<sup>40</sup> Efeito reforçado pelo próprio formato dessas primeiras leituras. Li, antes de consultar os originais, seleções e traduções contemporâneas: de Richard Popkin e Craig Brush, em inglês, e de Jordi Bayod, em espanhol. Foram minhas portas de entrada para os textos de Pierre Bayle.

Não teria sido adequado, por outro lado, sob a justificativa de não produzir amnésias disciplinares, construir uma ilusão biográfica para o ofício. Como desde cedo ouvia de minha avó, entre o remédio e o veneno o que diferencia é a dose. Muitas vezes os séculos XVII e XVIII são colocados como o momento de início da modernidade ou, pelo menos, como o início de uma modernidade na qual ainda estaríamos inseridos; isso eventualmente pode exagerar a contemporaneidade das proposições daquele período. O recuo, para situar a gênese da modernidade, é ainda maior quando se parte da afirmação de que o pensamento moderno é um pensamento histórico (HUPPERT, 1970). Nós, supostamente modernos, representaríamos para nós mesmos todas as dimensões da existência como produtos historicamente constituídos. Essa percepção que, hoje, estaria difusa em toda parte, seria o resultado de desdobramentos sucessivos cujo ponto de virada estaria no século XV. A procura, coleta e editoração de autores antigos, numa atitude que no lugar de produzir comentários buscava estabelecer os textos originais, teria sido o gesto inaugural das tentativas de olhar para passado em seus próprios termos (HUPPERT, 1970).

Eugenio Garin, historiador da cultura e da filosofia humanista, também afirmava que no Renascimento, por meio dessa nova visada dos clássicos, foi quando “nasceu o mais vivo sentido da história” (GARIN, 1994, p. 15). Esse momento, paradoxalmente de retorno, teria sido marcado pela superação da herança filosófica antiga, especialmente na sua vertente platônica de *vita contemplativa*. No lugar do conhece-te a ti mesmo, teria sido instaurado um *homo historicus*, o qual: “insiste na liberdade do indivíduo que faz a si mesmo, que constrói e se constrói, que não repete um exemplo, mas o modela, que — como Deus — é criador e poeta” (GARIN, 1994, p. 15). Tenho minhas dúvidas, devido a essa ênfase que Garin dá a não repetibilidade dos exemplos, que essa seja uma interpretação acurada do momento formativo do pensamento humanista; com certeza não se aplicaria para o contexto francês Seiscentista ou Setecentista. Do contrário, teria que se ignorar a primeira legibilidade de quando Frenoy escreveu que estudar a história era “aprender a conhecer a si

mesmo por meio dos outros”<sup>41</sup>. A perspectiva da constância daquilo que é humano era, então, evidente. Perspectiva essa também presente em Bayle.

Não foi sem motivo que, ainda na introdução, tracei como um dos objetivos dessa pesquisa analisar um dos inícios da historiografia moderna e que destaquei ressonâncias entre passado e presente. Como sustentei, procedimentos e noções mobilizados a mais de três séculos não se restringem ao interesse de uma historiografia da erudição e do antiquariato. Pelo contrário, são elementos que podem também nos informar sobre nossas construções disciplinares. É lícito fazer o jogo entre presente e passado, mas sem ignorar as especificidades e as discontinuidades. No século XVII, efetivamente, se verifica uma valorização da história e do passado. Indiquei isso a partir de Bayle e de alguns outros autores coetâneos. Mas isso não corrobora a hipótese de que existia uma historicização de todos os âmbitos das experiências humanas, como propôs o historiador George Huppert ao identificar traços historicistas desde o século XVI.

O emprego do termo historicismo, em particular, é bastante problemático. Entendo, e me associo, ao esforço de desfazer a ideia de que critérios de objetividade e de crítica histórica tenham sido, do nada, inventados em seminários de universidades berlinenses, no século XIX. Porém, atribuir uma perspectiva historicista a Perizonius ou a Espinosa, como fez Anthony Grafton, gera mais confusão do que qualquer outra coisa (GRAFTON, 2007, p. 18). Ele usou a noção de um modo um tanto solto. Huppert, por sua vez, é explícito ao empregar historicismo no sentido que Meinecke deu a palavra (HUPPERT, 1970, p. 10). Ou seja, não empregava o termo querendo apontar “para a tradição disciplinar da história, para o modelo de pesquisa e escrita históricas consolidado nas universidades alemãs e epitomizado por Leopold von Ranke”, mas “como forma genérica de interpretação da experiência da mudança do mundo humano” (ASSIS, 2013, p. 258).

Estamos aqui falando do historicismo como um modo de olhar e de se relacionar com o passado. Para essa visão, o presente se encontra numa relação

---

<sup>41</sup> “*apprendre à se connaître soi-même dans les autres*” (FRESNOY, 1729, p. 03).



indissolúvel com mundos e experiências pretéritas (ASSIS, 2013, p. 260) – a armadilha está em ignorar como, antes do Oitocentos, se estabelecia essa relação. Não temos, para o Seiscentos, categorias “genéticas” ou noções de “desenvolvimento” e “processo” ocupando o centro das explicações históricas. Para a visada historicista interessaria “num dado objeto aquilo que o singulariza e marca sua especificidade” (ASSIS, 2013, p. 259). A superação da exemplaridade é um ponto fulcral dessa definição de historicismo. A premissa da invariabilidade da natureza humana era colocada em xeque (ASSIS, 2013, p. 260). No entanto, desconheço história ou discurso sobre a história, produzidos entre os séculos XV e XVIII, que escapem da chave *magistra vitae*.

Os paralelos com outros momentos, quando os fiz, nunca foram no sentido de desdobramentos lógicos ou de movimentos precursores. O intuito foi indicar semelhanças, ressonâncias e contrastes, jamais uma identidade. Não são poucos os traços que indicam que os critérios epistemológicos aqui analisados eram radicalmente diferentes de muitos dos quais fazemos uso. Protestantes e católicos, partidários dos Modernos e partidários dos Antigos, tinham perspectivas essencialistas do ser humano. Pierre Bayle não foi uma exceção, tanto que escreveu que:

(...) ainda que exista entre os homens uma prodigiosa diversidade de opiniões no que se refere à maneira de servir a Deus e de viver de acordo com as leis da decência, **vê-se, no entanto, certas paixões reinarem, de forma constante, em todos os países e em todos os séculos** (...) a ambição, a avareza, a inveja, o desejo de vingança, a impudícia e todos os crimes que podem satisfazer essas paixões são vistos por toda parte (...) o judeu e o maometano, o turco e o moro, o cristão e o infiel, o indiano e o tártaro, o habitante da terra firme e o habitante das ilhas, o nobre e o plebeu, todas essas sortes de pessoas, que de resto em nada coincidem senão em pertencer à categoria geral de homem, são tão semelhantes no que diz respeito a essas paixões **que se diria que copiam-se uns aos outros**<sup>42</sup> [grifos meus].

---

<sup>42</sup> “encore qu'il y ait parmi les hommes une prodigieuse diversité d'opinions touchant la manière de servir Dieu et de vivre selon les loix de la bienséance, on voit néanmoins certaines passions régner constamment dans tous les païs et dans tous les siècles ... l'ambition, l'avarice, l'envie, le désir de se venger, l'impudicité et tous les crimes qui peuvent satisfaire ces passions se voient par tout ... le juif et le mahométan, le turc et le more, le chrétien et l'infidèle, l'indien et le tartare, l'habitant de la terre ferme et l'habitant des isles, le noble et le roturier, toutes ces sortes de gens qui, dans le reste, ne conviennent pour ainsi dire que dans la notion générale

Com a ideia de constância humana era possível sobrepor passado e presente. Bayle fazia isso, como quando disse que Luciano de Samósata sem saber, no século II, tinha feito a pintura da situação da proliferação dos impressos no século XVII (ver capítulo dois). Não seriam poucos os exemplos dessa ideia de constância e repetição. No seu discurso sobre os libelos difamatórios, afirmou que “todos os povos são muito parecidos” e que “os modernos não eram senão copistas da antiguidade”<sup>43</sup>. No fim das contas, falando sobre a maldade humana, dizia que era “o mesmo jogo que se joga e que se jogou outrora, é a mesma comédia e a mesma farsa, mas são novos atores”<sup>44</sup>. Os valores do humanismo cristão ficam expressos quando, falando da experiência histórica, recorre à passagem bíblica: “*nil sub sole novum, il n'y a rien de nouveau sous le soleil*” (BAYLE, 1702, p. 3.101a). São palavras retiradas do Eclesiastes, cuja frase completa é: “o que foi, será; o que se fez, se tornará a fazer: nada há de novo debaixo do sol!” (Eclesiastes 1,9).

A citação bíblica me oferece o gancho para destacar que a concepção de história em Bayle não era providencialista. Mas Bayle jamais negou a ação ou a existência da providência. Repudiou que seus textos pudessem ser entendidos como elogios da descrença. Porém, sua autodefesa nem sempre logrou êxito e a forma como seus trabalhos foram recepcionados variou ao longo do tempo. Num dos primeiros retratos póstumos que se fez do seu caráter, por ironia do destino, o aproximaram de Espinosa – de quem, como vimos, tentou estabelecer uma distância segura. Um diálogo dos mortos, datado de 1713, fala do encontro dos dois no “outro mundo”. Segundo essa obra, de autoria desconhecida, a semelhança une as pessoas e, nem mesmo sócias, poderiam se parecer mais do que o escritor de Roterdã e o de Amsterdã – idênticos, inclusive, no ateísmo de sistema que podia ser extraído de suas obras. Como sempre é possível que no momento derradeiro as almas se

---

*d'homme, sont si semblables à l'égard de ces passions que l'on dirait qu'ils se copient les uns les autres*” (OD III, p. 88a).

<sup>43</sup> “*tous les peuples sont assez semblables*”; “*les modernes ne sont que les copistes de l'antiquité*” (BAYLE, 1702, p. 3.100).

<sup>44</sup> “*c'est le même jeu qui si joue, et que l'on jouait autrefois, c'est la même comédie et la même farce, mais ce sont des acteurs nouveaux*” (BAYLE, 1702, p. 3.102b).

arrependam daquilo que fizeram em vida, os dois não necessariamente foram colocados no inferno (RENCONTRE, 1713).

Cético, ateu e obsceno não dizem propriamente como Bayle se autodefiniu, foram palavras, num primeiro momento, empregadas para desqualificar sua obra e sua pessoa. Ele, de forma convincente, renegou cada um desses adjetivos. O ceticismo, talvez, nem tanto ou, pelo menos, nem sempre. Para quem tem interesse pela história da historiografia, as suas justificativas oferecem rico acervo a ser revisitado. Ao mesmo tempo, as ideias associadas ao seu nome são tão interessantes quanto seus próprios textos. Independente das autodefinições que tenha feito de si, os rótulos que recebeu, como dito na introdução, foram variegados – desde ateu, como no diálogo anônimo de 1713, passando por positivista ou existencialista temporão, como em proposições que chegam até a nossa atualidade. Diante das repercussões de suas obras, não surpreende que encontremos o nome de Pierre Bayle associado a ideias de transgressão da norma ou ao de alguém que atuou na desnaturalização de valores. Interpretações que tem sua razão de ser, mas que sempre devem ser matizadas quando o objetivo for historicizá-las. Não tenho dúvidas que os textos desse escritor calvinista têm muito a oferecer. Porém, no século XVII, não havia leitores e leitoras de Michel Foucault ou de Judith Butler.

## FONTES

ARGENS, Jean-Baptiste de Boyer, marquis d'. **Réflexions historiques et critiques sur le goût et sur les principaux auteurs anciens et modernes.** Berlin, MDCCXXXIII (1743).

ARISTÓTELES. **Retórica.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARNAULD, Antoine. **Apologie pour les catholiques contre les faussetez e les calomnies d'un livre intitulé La politique du clerge de France.** Liege: Veuve Bronkart, 1681.

ARNAULD, Antoine ; NICOLE, Pierre. **La logique ou l'art de penser.** Paris : Jean de Launay, MDCLXII [1662].

BAILLET, Adrian. **Jugemens des savans.** Tom. I. Amesterdã : \_\_\_\_\_, MDCCXXII [1722].

BAYLE, Pierre. **Diccionario histórico y crítico** (selección). Barcelona : Círculo de Lectores, 1996.

BAYLE, Pierre. **Nouvelles de la république des lettres.** Tom. I. Gèneve : Slatikine Reprints, 1966 [1684].

BAYLE, Pierre. **Historical and critical dictionary** (selections). New York : The Bobbs-Merrill Comapny, inc., 1965.

BAYLE, Pierre. **Dictionnaire historique et critique.** Vol. 1. Paris : Desoer Libraire, 1820.

BAYLE, Pierre. **Oeuvres diverses.** Tome premier. Haia: Compagnie des libraires, MDCCXXXVII (1737a).

BAYLE, Pierre. **Oeuvres diverses.** Tome second. Haia: Compagnie des libraires, MDCCXXXVII (1737b).

BAYLE, Pierre. **Oeuvres Diverses.** Tome troisième. Haia: Compagnie des libraires, MDCCXXXVII (1737c).

BAYLE, Pierre. **Supplément au dictionnaire historique et critique.** Geneve: chez Fabri & Barrilto, MDCCXXII (1722).

BAYLE, Pierre. **Dictionnaire historique et critique.** 4 tomes. Roterdã: Michel Bohm, 1720.

- BAYLE, Pierre. **Lettres choisies de Mr. Bayle avec des remarques**. Tomo 2. Roterdã : Böhm, MDCCXIV [1714].
- BAYLE, Pierre. **Dictionnaire historique et critique**. 4 tomes. Roterdã: Reinier Leers, 1702.
- BAYLE, Pierre. **Dictionnaire historique et critique**. 4 tomes. Roterdã: Reinier Leers, 1697.
- BAYLE, Pierre. **Projet et Fragmens d'un Dictionnaire Critique**. Roterdã: chez Reinier Leers, MDCXCII (1692).
- BAYLE, Pierre. **Commentaire Philosophique**. Troisième partie. Cantorbéry: Thomaz Litwel, 1687.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 10º reimpressão, 2015.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Tom. II. Coimbra: No Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, MDCCXII (1712).
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Tom. IV. Coimbra: No Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, MDCCXIII (1713).
- BOHM, Michel. Avertissement. *In*: BAYLE, Pierre. **Dictionnaire historique et critique**. Tome I. Rotterdam: chez Michel Bohm, 1720.
- BOSSUET, Jacques Benigne. **Histoire des variations des Églises protestantes**. Tome premier. Paris: Sebastien Mabre-Cramoisy, MDCLXXXVIII (1688).
- BURNET, Gilbert. **A Letter to Mr. Thevenot**. London: John Starkey and Richard Chiswell, MDCLXXXIX (1689).
- BURNET, Gilbert. **A Relation of the Barbarous and Bloody Massacre of About an Hundred Thousand Protestants**. London: printed for Richard Chiswel, 1678.
- CHAUFFEPIÉ, J. G. **Nouveau dictionnaire historique et critique**. Tome Premier, Amsterdam, MDCCL (1750).
- CÍCERO. Do orador. *In*: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares, I, 9, 23**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009, tese de doutoramento, pp. 147-308.
- CLAUDE, Jean. **Les plaintes des protestans, cruellement oprimez dans le royaume de France**. Londres: par J. Delage, [1686] 1707.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

DESMAIZEAUX, Pierre. Vie de Pierre Bayle. *In*: BAYLE, Pierre. **Dictionnaire Historique et Critique**, 1740.

FRESNOY, Lenglet Du. **Methode pour Étudier l’Histoire avec um Catalogue des principaux Historiens, & des Remarques sur la bonté de leurs Ouvrages, & sur les choix des meilleures Editions**. Volume 2. Pariz: Chez Pierre Gandouin, MDCCXXIX (1729).

DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia**. Vol. 6. Trad. Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza e Thomas Kawauche. São Paulo: Unesp, 2017.

DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia**. Vol. 2. Trad. Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza e Laís Fernandes do Nascimento. São Paulo: Unesp, 2015.

DIDEROT, Denis. **Oeuvres complètes de Diderot**. Paris: Garnier Frères, 1876, vol. 18.

FONTENELLE, Bernard Le Bouyer de. **Oeuvres diverses**. Tome 3. Haia: Gosse & Neaulme, MDCCXXIX, (1729).

FURETIÈRE, Antoine. **Dictionnaire Universel**. Tome Troisième. Haia e Roterdã: Arnout & Reinier Leers, 1690.

GARASSE, François. **La doctrine curieuse des beaux esprits de ce temps**. Chez Paris, 1625.

GIBBON, Edward. **Memoirs of my life**. Londres: Penguin Books, [1796] 1984.

GODEAU, Antoine. **Histoire de l’église**. Tom. I. Chez Augustin Courbe, MDCLIII (1653).

JURIEU, Pierre. **Lettres Pastorales adressées aux Fidèles de France qui gémissent sous la captivité de Babylone**. Rotterdam: chez Abraham Acher, 1686-1689.

JURIEU, Pierre. **La politique du clergé de France**. Haia: chez Barent Beek, 1682.

LABROUSSE, Élisabeth, McKENNA, Antony et. al. (ed.). **Correspondance de Pierre Bayle**. Tome I. Oxford: Voltaire Foundation, 1999.

\_\_\_\_\_. **Correspondance de Pierre Bayle**. Tome II. Oxford: Voltaire Foundation, 2001.

\_\_\_\_\_. **Correspondance de Pierre Bayle**. Tome VIII. Oxford: Voltaire Foundation, 2010.

LAMY, BERNARD. **Entretiens sur les sciences**. Lyon: chez Jean Certe, MDCLXXXIV [1694].

LAUBRUSSEL. **Traité des abus de la critique en matière de religion**. Tom. I. Paris : Gregoire du Puis, M.DCCX [1710].

LARROQUE, Daniel de. **Le Prosélyte abusé ou les fausses vues de M. Brueys dans l'examen de la séparation des Protestants**. Rotterdam:Reinier Leers, 1684.

LeCLERC, Jean. **Parrhasiana ou Pensées Diverses sur des matières de critique, d'histoire, de morale et de politique**. Amsterdam: chez les Héritiers d'Antoine Schelte. MDCXCIX [1699].

LE FÈVRE, Jacques. **Nouveau Recueil de tout ce qui s'est fait pour et contre les protestans**. Paris: chez Frederic Leonard, imprimeur ordinaire du Roy & du Clergé de France, M.D.C.LXXXVI (1686).

LEIBNIZ, G. W. **Theodicy**. Translated by E.M. Huggard, BiblioBazaar, 2007.

LEIBNIZ, G. W. **Die philosophischen Schriften**. Vol. 3, Berlim, 1887.

LEIBNIZ, G. W. **Die philosophische Schriften**. Vol. VI, Ed. Carl Immanuel Gerhardt, Berlim, 1885.

MABILLON, Jean. **Traité des Études Monastiques** in HUREL, Odon (org.). **Le moine et l'historien - Dom Mabillon: Oeuvres choisies**. Paris: Robert Lafont, pp. 381-625 [1691], 2007.

MARSY, François-Marie de. **Analyse raisonnée de Bayle ou abrégé méthodique de ses ouvrages**. Em Londres, MDCCLV [1755].

MÉNAGE, Gilles. **Menagiana**. Vol. 2. Amsterdam: George Gallet, 1694.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaïos**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Editora 34, 2016.

MORERI, Louis. **Le Grand Dictionnaire Historique**. Lyon: Jean Girin e Barthelemy Rivière, MDCLXXVI (1674).

MORERI, Louis. **Le Grand Dictionnaire Historique**. Amsterdam: chez Pierre Mortier, MDCLXXXII (1692).

NAUDÉ, Gabriel. **Apologie pour tous les grands hommes qui ont este acusez de Magie**. Paris: chez François Eschart, MDCLXIX [1669].

NICOLE, Pierre. **Les pretendus reformez convaincus de schisme**. Bruxelas: chez Eugene Henry, MDCLXXXIV (1684).

ORIER, François. **Jugement et censure du livre de la doctrine curieuse de François Garasse**. Paris, MDCXXIII [1623].

PAULIAN, Pierre. **Critique des lettres pastorales de M. Jurieu**. Lyon: Anisson, Posuel & Rigaud, MDCLXXXIX (1689).

PLATÃO. **Diálogos**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Universidade do Pará, 1980.

QUINTILIANO. **Instituição Oratória**. Tom. IV. Trad. Bruno Fregni Bassetto. São Paulo: Ed. Unicamp, 2016.

QUINTILIANO. **Institution Oratoire**. Vol. 1. Paris: Ganier Frères, 1934.

RAPIN, René. **Instructions pour l'Histoire**. Paris: chez Sebastien Mabre-Cramoisy, 1677.

ROU, Jean. **Remarques sur l'histoire du calvinisme de Mr. Maimbourg**. Haia: Adrien Moetjens, 1682.

SIMON, Richard. **Histoire critique du vieux testament**. Paris : Louis Billaine, 1678.

STOPPA, Jean-Baptiste. **Religion des hollandais**. Paris : chez François Clousier, MDCLXXIII [1673].

VALLEMONT, Abbé de. **Les elemens de l'Histoire**. Tome second. Amsterdam: suivant la copie imprimé à Paris chez Jean Anisson, MDCCII [1702b].

VAYER, La Mothe Le. **Oeuvres de François de La Mothe Le Vayer**. Tom. IV. Paris : Louis Billaine, MDCLXIX [1669].

VAYER, La Mothe Le. **Du peu de certitude qu'il y a dans l'Histoire**. Paris: Lovis Billaine, MDCLXVIII [1668].

VAYER, La Mothe Le. **La science de l'histoire avec le jugement des principaux historiens tant anciens que modernes**. Paris : chez Thomas Jolly, MDCLXVIII [1668].

VAYER, La Mothe Le. **Prose chagrine**. Paris : Augustin Courbe, MDCLXI [1661].

VERNEY, Luís Antônio. **Lógica**. Universidade de Coimbra, 2010.

VOLTAIRE, François-Marie Arouet de. **Œuvres complètes de Voltaire**. Tome 33. Paris: Garnier Frères, 1880, p.568.

VOLTAIRE, François-Marie Arouet de. **Œuvres complètes de Voltaire**. Tome 8. Paris : Garnier Frères, 1877.



## BIBLIOGRAFIA

- ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. *In*: PIRES, Francisco Murari(org). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 279-289.
- ALMEIDA, Maria Cecília P. de. **O elogio da polifonia: tolerância e política em Pierre Bayle**. São Paulo: FFLCH/USP, 2011, tese de doutoramento.
- ASSIS, Arthur Alfaix. “Friedrich Meinecke, a formação do historicismo”. MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**. Porto Alegre: FGV/Edipucrs, 2013.
- BARLETT, Robert C. “Introduction” in BAYLE, Pierre. **Various thoughts on the occasion of comet**. Abany: State of New York Press, 2000.
- BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno: séculos XVII e XVIII**. volume I. Trad. Maria Manuela Alberty, 7 ed. Rio de Janeiro: editora 70, 1977.
- BEZERRA, Paulo. Prefácio: uma obra à prova do tempo. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2013.
- BIANCHI, Lorenzo. Do *Dictionnaire* de Bayle à *Encyclopédie*: a observação e a ordem. **Sképsis**. Ano III, nº5, p. 186-187, 2010.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BORGES, Jorge Luís. **Obras completas (1923-1972)**. Buenos Aires: Emecé, 1984.
- BOST, Humbert. Propõe Bayle uma história da filosofia? **Revista Kriterion**, Belo Horizonte, nº 120, pp.295-311, dez., 2009.
- BOST, Hubert. **Pierre Bayle**. Fayard, 2006a.
- BOST, Hubert. **Pierre Bayle historien, critique et moraliste**. Turnhout: Brepols Publisher: 2006b.
- BOWEN, Vincent E. “AN UNPUBLISHED LETTER BY PIERRE BAYLE”. **Romance Notes**, vol. 8, no. 2, 1967, pp. 236-241. JSTOR, [www.jstor.org/stable/43800314](http://www.jstor.org/stable/43800314) acessado em 14/08/2020.
- BRAVO, Benedetto. “Critice in the Sixteenth and Seventeenth Centuries and the Rise of the Notion of Historical Criticism” in QUANTIN, Jean-Louis; LIGOTA, Christopher. **History of scholarship**. Oxford: University Press, 2006.

- BRUSH, Craig B. **Montaigne and Bayle: variations on the theme of skepticism**. Haia: MARTINUS NIJHOFF, 1966.
- BURKE, Peter. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zhar, 2009.
- BUTLER, Judith. "O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault". *USP: Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, 2013, N.22, pp. 158-179.
- CANTELLI, Gianfranco. **Teologia e ateísmo**. Saggio sul pensiero filosofico e religioso di Pierre Bayle. Florence: La Nuova Italia, 1969.
- CARLIN, Claire. "Une curiosité vaine et indiscreète": Le mariage au carrefour de la vie privée et de l'intérêt public. in: WALCH, Agnès (org.) **La médiatisation de la vie privée XV<sup>e</sup>- XX<sup>e</sup> siècle**. Arras: Artois Presses 2012, p. 151-162.
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do iluminismo**. Trad. Álvaro Cabral, 2 ed. Campinas: ed. Unicamp, 1994.
- CHAREYRE, Philippe. Démographie et minorités protestantes. **Bulletin de la Société de l'Histoire du Protestantisme Français**. Vol. 148, pp.867-889, nov./dez, 2002.
- CHARTIER. Roger (org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CHARTIER. Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- COLLINGWOOD, R. G. **A Ideia de História**. Lisboa: Presença, 1972 .
- CROUZET, Denis. **La nuit de la Saint-Barthélemy: un rêve perdu de la Renaissance**. Paris: Fayard, 1994.
- DeJEAN, Joan. **Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de siècle**. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DIEGO, Muñoz Teresa; CAO, Antonio Gallego. "Introdução" in EMPÍRICO, Sexto. **Esbozos pirrónicos**. Madrid: Gresos S.A., 1993.
- DAMICO, Helen; ZAVADIL, Joseph B. **Medieval scholarship**. Volume 1. Nova Iorque/Londres: Routledge, 2013.

ENENKEL, Karl A. E. **Transformation of the Classics via Early Modern Commentaries**. Leiden/Boston: Brill, 2014.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo : Cia das Letras, 2009.

FEBVRE, Lucien. Le mot histoire. **Annales d'histoire économique et sociale**, T. 8, N° 39, pp. 301-302, May 31, 1936.

FINDLEN, Paula. "Humanismo, política e pornografia no Renascimento italiano" In: HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800**. São Paulo: Hedra, 1999.

FORLIN, Enéias. **A teoria cartesiana da Verdade**. Ijuís: Editora Unijuí, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**. Estratégia, poder-saber. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. de Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRISCH, Andrea. **Forgetting differences: Tragedy, historiography, and the French Wars of Religion**. Edinburgh University Press, 2015.

FUETER, Eduard. **Histoire de l'historiographie moderne**. Paris: librairie Félix Alcan, 1914, pp.404-405.

FUMAROLI, Marc. **La diplomatie de l'esprit: de Montaigne à La Fontaine**. Paris: ed. Herman, 1994.

GARIN, Eugenio. **Idade Média e Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1994.

GARRISON, Janine. **Catherine de Medicis: l'impossible harmonie**. Paris: Payot, 2002.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo : Cia das Letras, 1990.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia-SP : Ateliê Editorial, 2009.

GIBNEY, John. **Ireland and the Popish plot**. National University of Ireland, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. História, retórica, prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GONÇALVES, Eugênio Mattioli. **Prudência e razão de Estado na obra de Gabriel Naudé**. São Paulo: FFLCH/USP, 2015, dissertação de mestrado.

- GRAFTON, Anthony. **La page: de l'Antiquité à l'ère du numérique**. Paris: Hazan, 2012.
- GRAFTON, Anthony. **What was history? The art of history in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre notas de rodapé**. Trad. Enid Abreu Dobánsky. Campinas: Papirus, 1998.
- GRELL, Chantal. "História e historiadores na França, das guerras da Itália à morte de Luís XIV". **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 39, jul. 2014, pp. 77-109.
- GUION, Béatrice. Comment écrire l'histoire: l'ars historica à l'âge classique. **Revue dix-septième siècle**, 2010/1 n° 246, pp. 09-25.
- HAZARD, Paul. **Crise da Consciência Europeia**. Lisboa: Cosmos, [1934] 1971.
- HANSEN, João Adolfo. "Barroco, neobarroco e outras ruínas". **Floema Especial**, ano II, n.2 A, out. 2006, pp. 15-84.
- HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- HAZARD, Paul. **La Pensée européenne au XVIII<sup>e</sup> siècle: de Montesquieu à Lessing**. Paris: Boivin, 1946.
- HIATT, Alfred. **The making of medieval forgeries: false documents in fifteenth-century England**. University of Toronto Press, 2004.
- HOLT, Mack P. **The French wars of Religion (1562-1629)**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- HUPPERT, George. **The idea of perfect history**. University of Illinois Press, 1970.
- IRWING, T.H. "*Splendid vices? Augustine for and against pagan virtues*". **Medieval Philosophy and Theology**, n° 8 (1999), Cambridge University Press, p. 105-127.
- ISRAEL, Jonathan Irvine. **Enlightenment contested**. Philosophy, modernity, and the emancipation of man 1670-1752. New York: Oxford University Press, 2006.
- ISRAEL, Jonathan Irvine. **Radical enlightenment: philosophy and the making of modernity (1650-1750)**. New York: Oxford University Press, 2001.
- JOUANNA, Arlette; BOUCHER, Jacqueline; BILOGHI, Dominique; THIEC, Guy Le. **Histoire et dictionnaire des guerres de Religion**. Paris: Bouquins, 1998.

JOUANNA, Arlette. **Le devoir de révolte: La noblesse française et la gestation de l'Etat moderne, 1559-1661**. Paris: Fayard, 1989.

KELLEY, Donald R.; POPKIN, Richard H. **The Shapes of knowledge from the Renaissance to Enlightenment**. Springer Science, 1991.

KELLEY, Donald R. **Faces of history: historical inquiry from Herodotus to Herder**. New Haven e London: Yale University Press, 1998.

KELLEY, Donald R. **Versions of history: from Antiquity to the Enlightenment**. New Haven: Yale University Press, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999.

LABROUSSE, Elisabeth. **Pierre Bayle – Tome I: Du Pays de Foix a la Cite d'Erasmus**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

LABROUSSE, Elisabeth. **Pierre Bayle – Tome II: Heterodoxie et Rigorisme**. Haia: Martinus Nijhoff Publishers, 1964.

LAERKE, Mogens. Ennui, divertissement, travail. Leibniz et le projet de dictionnaire de Bayle. In: LEDUC, Christian; RATEAU, Paul; SOLÈRE, Jean-Luc (orgs). **Leibniz et Bayle: confrontation et dialogue**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2015.

LENNON, Thomas M. **Reading Bayle**. Toronto: University of Toronto Press, 1999.

LEVINE, Joseph M. **The autonomy of history: truth and method from Erasmus to Gibbon**. Chicago: University of Chicago press, 1999

LIEBEL, Silvia. "Abrir janelas nas almas dos homens: notas historiográficas nos 500 anos da Reforma Protestante". **História Unisinos**, 24(3), Setembro/Dezembro 2020, pp- 418-431.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura**. São Paulo : Cia das Letras, 2006.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: University Press, 2002.

LUGT, Mara Van der. **Bayle, Jurieu and the Dictionnaire Historique et Critique**. UK: Oxford University Press, 2016.

MARROU, Henri-Irénée. **De la connaissance historique**. Paris: Le Seuil, 1954.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História Antiga e o Antiquário. **Anos 90**, Porto Alegre, v.21, n.39. pp.19-76, jul., 2014.

MOREAU, Pierre-François. "Recepção e influência de Espinosa" In: GARRETT, Don (org). **Spinoza**. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2011.

MORI, Gianluca. **Bayle philosophe**. Paris: H. Champion, 1999.

MORI, Gianluca. **Scepticisme ancien et moderne chez Pierre Bayle** in *Libertinage et Philosophie au XVIIe Siècle*, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2003.

MORNET, Daniel. Les Enseignements des bibliothèques privées (1750-1780), **Revue d'histoire littéraire de la France**, 17, pp. 449 -96, 1910.

NETO, José R. Maia. O ceticismo de Bayle. **Revista Kriterion**, Belo Horizonte, nº 93, p.77-88, jun., 1996.

NEVEU, Bruno. **Erudition et Religion aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> Siècles**. Paris: Albin Michel, 1994.

NICOLAZZI, Fernando. "O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história". **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dezembro 2013, pp. 63-77.

PAGANINI, Giani. **The Return of scepticism: from Hobbes and Descartes to Bayle**. Vercelli: Università del Piemonte Orientale, 2000.

PARADIS, Michel. **Pierre Bayle et la théodicée de Leibniz**. Tese de doutorado, McGill University, 1969.

PÉCHARMAN, Martine. "The 'Rules of Critique' - Richard Simon and Antoine Arnauld" in BOD, Rens; MAAT; Jap; WESTSTEIJN, Thijs. **The Making of humanities - Volume 1: Early Modern Europe**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. **La question des "règles de la critique" à Port-Royal**. *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 4, 1999.

PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada** Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Avarenga e Bocage. São Paulo: EdUSP, 2001.

PERRY, Elisabeth Israels. **From theology to history: french religious controversy and the Revocation of the Edict of Nantes**. Haia: Martinus Nijhoff, 1973.

POCOCK, J. G. A. **The ancient constitution and the feudal law**. Cambridge University Press, 1987.

POMATA, Gianna; SIRAI, Nancy G. **Historia: empiricism and erudition in early modern Europe**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2005.

- POPKIN, Jeremy D. Periodical Publication and the Nature of Knowledge in Eighteenth-Century Europe. *In*: KELLEY, Donald R.; POPKIN, Richard H. **The Shapes of knowledge from the Renaissance to Enlightenment**. Springer Science, 1991
- POPKIN, Richard H. **The History of scepticism: From Savonarola to Bayle**. OXFORD: University Press, 2003.
- POPKIN, Richard H. **História do ceticismo**. De Erasmo a Spinoza. Trad. Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REX, Walter. **Essays on Pierre Bayle And Religious Controversy**. Netherlands: Martinus Nijhoff, 1965.
- ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Trad. Antonio Angonese. BAURU, SP: Edusc, 2001.
- SÁ JÚNIOR, Luiz César de. "A querela dos antigos e modernos: panorama historiográfico". **Antíteses**, v.9, n.18, pp. 494-515, jul./dez., 2016.
- SANT'ANNA, Marcelo de. **O Ateísmo na Filosofia de Pierre Bayle**. Salvador: FFCH/UFBA, 2008, dissertação de mestrado.
- SCOTT, Joan W. "History-writing as critique" *In*: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (orgs). **Manifestos for History**. London: Routledge, 2007.
- SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & realidade**, 20(2): 71-99, jul./dez., 1995, pp. 71-99.
- SMITH, Plínio Junqueira. **O método cético de oposição na filosofia moderna**. São Paulo: Alameda, 2015.
- SMITH, Plínio Junqueira. **Ceticismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004
- SOUZA, Grayce Mary Bomfim. **Uma trajetória racista: o ideal de pureza de sangue na sociedade ibérica e na América Portuguesa**. *Politeia, vitória da conquista*, v. 8, n. 1, p. 83-103, 2008.
- SPONGBERG, Mary. **Writing women's history since the Renaissance**. London: Palgrave, 2002.

TIN, Emerson. **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

TODD, Ryan. **Pierre Bayle's cartesian metaphysics**: rediscovering Early Modern Philosophy. New York: Routledge, 2009.

TURIN, Rodrigo. "Tradição crítica e crítica da tradição: as fortunas das ars historica". Resenha, **Topoi**, v. 8, n. 15, jul./dez., 2007, pp. 209-215.

WADE, Ira O. **The intellectual development of Voltaire**. Princeton University Press, 1969.

WHELAN, Ruth. "Images de la Réforme chez Pierre Bayle". **Revue de théologie et philosophie**, troisième série, vol. 122, n. 1, 1990, pp.85-107.

VEYNE, Paul. **Foucault: o pensamento, a pessoa**. Trad. Luís Lima. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998.

WINSATT, W. K.; BEARDSLEY, M. C. "A falácia intencional" In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.